UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

GABRIELA MARQUES DE SOUSA

ENTRE DIAMANTES E CASCALHOS: A ESCOLA NORMAL DE DIAMANTINA, 1878 A 1905

Uberlândia
2021

GABRIELA MARQUES DE SOUSA

ENTRE DIAMANTES E CASCALHOS: A ESCOLA NORMAL DE DIAMANTINA, 1878 A 1905

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora de Educação.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: História e Historiografia da Educação.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Betania de Oliveira Laterza Ribeiro.

Uberlândia
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S725e
2021

Sousa, Gabriela Marques de, 1991-
Entre diamantes e cascalhos [recurso eletrônico] : a Escola Normal de Diamantina, 1878 a 1905 / Gabriela Marques de Sousa. - 2021.

Orientadora: Betania de Oliveira Laterza Ribeiro.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduaçao em Educação.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em:
http://doi.org/10.14393/ufu.te.2021.5537
Inclui ilustrações.
Inclui bibliografia.

1. Educação. I. Ribeiro, Betania de Oliveira Laterza, 1961-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU:37

Glória Aparecida Bibliotecária –
CRB-6/2047

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br

ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, 10/2021/284, PPGED				
Data:	Vinte e um de maio de dois mil e vinte e um	Hora de início:	[8:30m]	Hora de encerramento:	11:40
Matrícula do Discente:	11713EDU014				
Nome do Discente:	GABRIELA MARQUES DE SOUSA				
Título do Trabalho:	"Entre diamantes e cascalhos: a Escola Normal de Diamantina, 1878 a 1905."				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Educação, pobreza, política e marginalização: formação da força de trabalho na nova capital de Minas Gerais - 1909-1927"				

Reuniu-se, através do serviço de Conferência Web da Rede Nacional de Pesquisa - RNP, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Elizabeth Figueiredo de Sá - UFMT-MT; Flávio César Freitas Vieira - UFVJM-MG; Sônia Maria dos Santos - UFU; José Carlos Souza Araújo - UFU e Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de [Doutor].

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.

Documento assinado eletronicamente por **Betania de Oliveira Laterza Ribeiro**, **Professor(a) do Magistério Superior**, em 21/05/2021, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Flávio César Freitas Vieira**, **Usuário Externo**, em 21/05/2021, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Elizabeth Figueiredo de Sá**, **Usuário Externo**, em 22/05/2021, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **José Carlos Souza Araujo**, **Usuário Externo**, em 24/05/2021, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Sonia Maria dos Santos**, **Usuário Externo**, em 25/05/2021, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2756049** e o código CRC **962D05BE**.

“De todo o amor que eu tenho, metade foi tu quem me deu, salvando minh’alma da vida, sorrindo e fazendo meu eu...” - Maria Gadú, D. Cila.

*Às **Marias** da minha vida:*
Penha, Eliana e Olinda (em memória).

AGRADECIMENTOS

Os caminhos percorridos por essa pesquisa não seriam os mesmos se não tivesse tido o apoio e participação de pessoas que tornaram possível sua realização. *Entre a academia e a vida*, posso dizer que a minha trajetória foi um intenso emaranhado de amor, carinho, colaboração e gentileza de indívidos nas quais devem ser lembrados aqui.

Antes de eternizá-los na memória dessas linhas, quero agradecer as forças divinas que nos protegem em tempos tão difíceis, rogando pela vida e a saúde de cada um. Além disso, agradeço a Deus por ter me permitido chegar até aqui e compreender que todo meu percurso tem um propósito e esse trabalho é apenas um marco.

À minha mãe, Maria da Penha, mulher responsável por me dar a vida e por me ensinar a nunca desistir e ser grata as coisas que o universo nos proporciona.

À minha tia, Eliana Maria, por ser a pessoa na qual eu sempre me amparei. Grande mulher e incentivadora da busca pelos meus sonhos.

À minha vó, Maria Olinda, que embora não esteja mais fisicamente conosco, foi a mulher que me inspirou a ser quem eu sou.

Às minhas três *Marias* base do meu ser *no* e *para* o mundo. Obrigada por entenderem as ausências e proporcionarem os meios para a realização dessa pesquisa. Sem o apoio de vocês nada disso teria acontecido!

Ao meu pai, Oswaldo, por nunca deixar de acreditar que ia dar certo.

Aos meus tios, Jader e Rosângela, pelo acolhimento e amor que sempre tiveram comigo. Aos meus primos, Maria Eduarda e Pedro Augusto, por acalentarem meu coração.

Ao Nicolas, meu amor, por ter sido grande companheiro e incentivador em vários momentos difíceis que passei nesse processo. Obrigada pelo cuidado, compreensão e a parceria. E principalmente, por entender as ausências e as renúncias que tive que fazer. Sua presença nesse processo me deu mais um motivo para continuar!

À Professora Betania de Oliveira Laterza Ribeiro pela gentileza e doçura em todos os nossos encontros e conversas. Foi uma honra tê-la como orientadora. Sua amizade, carinho e confiaça para comigo fizeram diferença no "lapidar desse diamante".

À Professora Sônia Maria dos Santos pela amizade, confiança e carinho que teve não só com a pesquisa, mas também no processo da construção dessa pesquisadora. Aprender sobre a vida com você (para além da academia) foi (e é) um privilégio.

Ao Professor Flávio César Freitas Vieira por me mostrar os caminhos da pesquisa e ser um grande colaborador e incentivador para a finalização em todo meu processo de formação. Se cheguei até aqui é porque lá no início alguém acreditou em mim. E tenho a felicidade de saber que foi você!

À Professora Elizabeth Figueiredo de Sá pelo entusiasmo, generosidade e contribuições para a pesquisa. Sua doçura e gentileza encantam. Sua participação nas bancas de qualificação e defesa foram fundamentais para a finalização do trabalho.

Ao Professor José Carlos Souza Araújo pelo acolhimento e as longas conversas que tivemos durante as diferentes etapas do processo de escrita da tese. Suas contribuições foram importantíssimas para chegarmos nesse resultado.

Ao Professor Sauloéber Tarsio de Souza pela colaboração na banca de qualificação e as conversas que tivemos ao longo da construção da versão final desse trabalho. Seu compromisso com as pesquisas transparece em seu olhar atento e cauteloso.

Ao Juliano, companheiro de doutorado, que atravessou os muros gelados da universidade, sendo hoje uma das melhores coisas que aconteceram nesse processo. Obrigada pela escuta, puxadas de orelhas e conselhos. Seu incentivo e parceria foram fundamentais!

À Geracilda, amiga que conheci durante o mestrado e que me acompanha até aqui. Obrigada pelas conversas, por acreditar em mim e apoiar nos momentos que eu mais precisei.

À Sônia, Mainá e Maíra por serem o lugar em que me encontro em casa, por acreditarem que ia dar certo e serem incentivadoras nesse processo. Sem o apoio, a amizade e o acolhimento de vocês e de suas famílias dificilmente eu veria a leveza da vida!

Ao meus amigos, Flávio e Noemi, pelo carinho e acolhida em Diamantina durante o processo da pesquisa.

Aos colegas do PPGED, em especial Ruth, Suzely e Luara, por compartilharem as angústias, serem lugar de escuta e conselhos. Com certeza preencheram esse lugar “tão só” da escrita da tese.

Ao James e ao Leonardo, colaboradores do PPGED, pela presteza e atenção desde que entrei programa. Ao Ali, servidor recém-chegado, pelo zelo e reponsabilidade.

À Professora Elenita Pinheiro de Queiroz Silva, coordenadora do PPGED entre os anos de 2017 a 2018, pelo apoio e atenção que teve comigo durante sua gestão.

Ao Professor Marcelo Soares, atual coordenador do PPGED, por acreditar e possibilitar a execução desse trabalho. E, principalmente, me oportunizar outros espaços de aprendizagem dentro do programa.

Ao Colegiado do PPGED, pelo acolhimento que teve comigo quando estive como respresentante discente.

A Casa Rede UFU, em especial as pessoas que passaram por lá – Euclides, Diva, Professora Sônia e Agson, pela acolhida durante o mestrado e doutorado.

Aos meus colegas de Diamantina, Luan e Neusinha, por me ajudarem em vários momentos da pesquisa.

Aos funcionários do Arquivo Público Mineiro, em especial à Márcia Alkim, pelos cafés em Belo Horizonte e também pela atenção e rapidez em atender as solicitações.

Aos funcionários da Biblioteca Antônio Torres pela atenção e presteza que tiveram comigo durante a pesquisa.

À Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais por viabilizar financeiramente a realização desse trabalho.

RESUMO

A presente pesquisa se vincula ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, junto à linha de História e Historiografia da Educação. Elegeu-se como objeto de investigação a Escola Normal de Diamantina, entre os anos de 1878 a 1905. A delimitação temporal do trabalho circunscreve dentro da trajetória histórica-institucional da própria escola, marcada por sua criação através da Lei Provincial nº. 2.476 de 09 de novembro de 1878 até a suspensão das atividades por meio da Lei nº. 395 de 23 de novembro de 1904, ratificada pelo Decreto nº. 1.778 de 31 de janeiro de 1905. A problemática central da pesquisa consistiu em compreender se a instalação, em 1879, bem como o fechamento da Escola Normal de Diamantina, em 1905, esteve associada ao projeto de sociedade moderna que vinha se delineando desde o final do Império atravessando a República. Para tanto, buscou-se respaldo nas pesquisas de Araújo (2006; 2008), Goodwin Jr. (2007), Villela (2000; 2006; 2008), Nosella e Buffa (2005), Faria Filho (2000; 2015), Martins (2013), Souza (1993), Santos (2019), Berger (2000), Ribeiro (2009), Burity (2007), Le Goff (1992), entre outros, tendo como objetivo geral entender de que modo a Escola Normal de Diamantina se alinhava ao movimento da modernidade de Diamantina e Minas Gerais entre o final do século XIX e início do XX. As fontes utilizadas por esse estudo estão localizadas nos Arquivos Públicos de Diamantina e Belo Horizonte – Biblioteca Antônio Torres e Arquivo Público Mineiro – bem como nos arquivos digitais da Hemeroteca Digital Brasileira e *Center for Research Libraries,* correspondendo a jornais, coleção de leis e decretos, mensagens, falas, etc. Do diálogo com o quadro referencial teórico e as fontes inventariadas emergiram as seguintes categorias de análise: instituições escolares, Escola Normal, formação de professores, educação, progresso e modernidade. Ancorando-se em uma perspectiva dialética, na qual vislumbra cenários macro e micro da educação, a metodologia adotada por esse trabalho está alinhada aos pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa do campo da história da educação, com base na pesquisa documental e bibliográfica. Neste sentido, as análises empreendidas evidenciaram que a problemática da instrução pública de Minas Gerais durante o século XIX esteve vinculada à falta de professorado qualificado para atuar no ensino primário associado aos altos custos e baixos resultados gerados pelas Escolas Normais mantidas pelo poder público mineiro, sendo essa a tônica do discurso que iria atravessar a República. Caracterizada como a continuidade da crise sob o ensino normal mineiro, tal situação gerou o gradativo desmonte do ensino normal público de Minas Gerais nos primeiros anos do novo regime, seguido da suspensão da atividade da Escola Normal de Diamantina em 1905 que tinha como escopo a atuação da Igreja Católica por meio da equiparação das instituições educativas confessionais de formação de professores e a criação dos Grupos Escolares pelo Estado de Minas Gerais em 1906. Diante disso, confirma-se a tese de que a modernidade em Minas Gerais seguia o curso do "progresso" por meio do intercambiamento entre o público e o privado que buscava equacionar a crise financeira bem como a necessidade de se fundar uma sociedade com base nos ideais da república, do "progresso" e da modernidade assentados na educação. Ratifica-se, portanto, que a suspensão da Escola Normal de Diamantina esteve associada ao discurso intrínseco à modernidade, na qual foi entendida por meio da querela entre antigos e modernos com vistas a garantir o desenvolvimento da sociedade mineira e diamantinense.

Palavras-chaves: Escola Normal de Diamantina. Instituições Escolares. Modernidade.

ABSTRACT

The following research is linked to the Graduate Program in Education at the Federal University of Uberlândia, along with the History and Historiography of Education area. As an object of investigation, The *Escola Normal de Diamantina,* between the years 1878 to 1905, was chosen. The research temporal delimitation is limited by the historical-institutional trajectory of the school itself, marked by its creation through the Brazilian Provincial Law no. 2,476 from November 9th, 1878, until the suspension of activities through Law no. 395 of November 23, 1904, ratified by Decree no. 1,778 of January 31st, 1905. The research's main focus was to understand if the installation, in 1879, as well as the closure of the *Escola Normal de Diamantina*, in 1905, was connected to the modern society project that had been delineating since the transitions between Empire and Republic. To this end, support was sought in the research of Araújo (2006; 2008), Goodwin Jr. (2007), Villela (2000; 2006; 2008), Nosella and Buffa (2005), Faria Filho (2000; 2015), Martins (2013), Souza (1993), Santos (2019), Berger (2000), Ribeiro (2009), Burity (2007), Le Goff (1992), among others, with the general objective of understanding how the *Escola Normal de Diamantina* was linked to Diamantina and Minas Gerais's modernity movement between the end of the 19th century and the beginning of the 20th. The sources here used can be found in the Public Archives of Diamantina and Belo Horizonte - *Biblioteca* Antônio Torres and *Arquivo Público Mineiro* - as well as in the digital archives of the *Hemeroteca Digital Brasileira* and Center for Research Libraries; these are newspapers, collection of laws and decrees, messages, quotations, etc. Based on the connections between theoretical reference and the listed sources above, the following categories of analysis emerged: school institutions, Normal School, teacher training, education, progress, and modernity. Using a dialectical perspective as a core, in which it comprehends macro and micro scenarios of education, the methodology adopted in this work is aligned with the theoretical and methodological assumptions of research in the field of the history of education, based on documentary and bibliographic research. Therefore, the analyzes showed that Minas Gerais' public education problem during the 19th century was related to the lack of qualified primary education teachers associated with the high costs and low results generated by the Normal Schools maintained by the state public power, this being the emphasis of discussion in the empire-republic transition. Known as a continuance of the Normal education crisis in Minas Gerais, this situation, in the early years of the new regime, led to the gradual dismantling of public Normal education and to the suspension of the *Escola Normal de Diamantina* activity in 1905, which scope was the Catholic Church involvement through the assimilation of confessional educational institutions for teacher training and the creation of school groups by Minas Gerais state in 1906. That said, it can be confirmed that modernity in Minas Gerais followed the course of "progress" through the exchange between public and private sectors; these sought to solve the financial crisis as well as the need to found a society based on the ideals of the republic, from "progress" and modernity focused on education. It is ratified, therefore, that the suspension of the *Escola Normal de Diamantina* was associated with the intrinsic discourse to modernity, in which it was understood through the quarrel between the ancient and the modern to guarantee the development of Diamantina and Minas Gerais societies.

Keywords: *Escola Normal de Diamantina*. School Institutions. Modernity

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Rua Macau do Meio, Diamantina – MG 22
Figura 02 - Rua Macau do Meio, s/d..... 23
Figura 03 - Desfile de uma compainha de polícia e banda, século XIX. 83
Figura 04 - Mapa da capitania de Minas Geraes: com a deviza de suas comarcas, 1778 86
Figura 05 - Planta do Arraial do Tijuco, 1784. 88
Figura 06 - Dom João Antônio dos Santos na década de 1860..... 106
Figura 07 – Localização das Escolas Normais de Minas Gerais criadas entre 1871 a 1888 182
Figura 08 – Grupo Escolar de Diamantina, início do século XX..... 233

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Produções acadêmicas por Estado, 2008 a 2019 46
Gráfico 02 – Taxa populacional de Minas Gerais segundo o grau de instrução, século XIX 165
Gráfico 03 – Escolas Normais em Minas Gerais públicas e particulares, 1911 a 1918 287
Gráfico 04 - Criação dos Grupos Escolares em Minas Gerais, 1907 a 1918. 289

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Teses e dissertações publicadas no âmbito dos PPGE sobre Escolas Normais no Brasil entre o Império e a Primeira República, 2008 a 2019 45
Quadro 02 - Regulamentos dos Externatos e Escolas Normais Mineiras, 1879 e 1883. 197
Quadro 03 – Professores e cadeiras do Externato e Escola Normal de Diamantina, 1881 e 1885. 209
Quadro 04 – Professores da Escola Normal de Diamantina, 1893 a 1895. 237
Quadro 05 – Organização do curso normal após a Reforma Affonso Penna e o Decreto nº. 607 de 28 de fevereiro de 1893. 239
Quadro 06 – Organização do curso normal a partir do Decreto nº. 1.175, de 28 agosto de 1898. 245

LISTA DE TABELA

Tabela 01 - Arquivos e documentos consultados e digitalizados/catalogados durante a pesquisa 42
Tabela 02 - Dissimenação das Escolas Normais no Brasil no século XIX 141
Tabela 03 – Criação das Escolas Normais de Minas Gerais, 1871 a 1888 179

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17

I. ENTRE DIAMANTES E CASCALHOS: NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE A PESQUISA(DORA) 17

II. OS CAMINHOS DAS PEDRAS: A CONSTITUIÇÃO DA PESQUISA SOBRE A ESCOLA NORMAL DE DIAMANTINA, 1878 A 1905 27

III. AS PESQUISAS NO CAMPO DA HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO: ESCOLAS NORMAIS NO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX 43

PARTE I 57

1. AS MUDANÇAS DO MUNDO MODERNO E A CONSTITUIÇÃO DA MODERNIDADE NO BRASIL NO SÉCULO XIX 58

1.1 Reflexões sobre a modernidade em Minas Gerais no último quartel do século XIX.... 60

1.2 Movimento ultramontano e o início do processo de romanização no Brasil: Igreja Católica e a educação em Diamantina 72

2. DE ARRAIAL À VILA, DE VILA À MUNICÍPIO: CONSTITUIÇÃO DE DIAMANTINA NO SÉCULO XIX 83

2.1 O passado latente: formação da identidade da "Athenas do Norte" e a organização social de Diamantina 85

2.2 A instalação da Diocese em Diamantina e as iniciativas rumo à modernidade, 1864 98

2.3 Modernidade ou progresso? Elites dirigentes e a ação de Dom João na educação diamantinense 118

PARTE II 136

3. AS TENSÕES POLÍTICAS SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MINAS GERAIS E A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA NORMAL DE DIAMANTINA 137

3.1 "A escola é o mestre": formação de professores e sua reverberação no ensino primário do século XIX 138

3.2 O cenário educacional mineiro nos anos de 1870 e a gênese das Escolas Normais 171

3.3 O debate em torno da criação e a organização da Escola Normal de Diamantina a partir da instalação em 1879 185

4. A ESCOLA NORMAL PARA EDUCAÇÃO DA MOCIDADE EM DIAMANTINA NO INÍCIO DA REPÚBLICA 213

4.1 A continuidade da crise do ensino normal de Minas Gerais: do fim do Império ao início da República 214

4.2 A Escola Normal de Diamantina e a legislação do ensino normal nos primeiros anos da República 233

4.3 Educação católica em um ambiente dito secularizado: o ensino na Escola Normal de Diamantina, 1892 a 1905 254

4.4 Modernidade no sentido do progresso: fechamento das Escolas Normais de Minas Gerais e o estabelecimento dos Grupos Escolares 266

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 294

6. REFERÊNCIAS 299

7. ANEXOS 349

7.1 Anexo 01 349

7.2 Anexo 02 353

7.3 Anexo 03 358

7.4 Anexo 04 363

7.5 Anexo 05 366

7.6 Anexo 06 369

7.7 Anexo 07 376

7.8 Anexo 08 383

O QUE MAIS QUEREMOS?
A Companhia para se empregar,
muito dinheiro para se ganhar,
muitas debentures para nos pagar,
o Quarto Corpo para se engajar,
um bom telegrapho para se falar.
Escola Normal para se estudar,
um bom *Collégio* para se educar,
um *Seminario* para se formar,
um restaurante para se arranchar,
dois bilhares para se jogar,
boa cachaça para embriagar,
bonitas ruas para se passear,
grandes sobrados para se morar,
moças bonitas para se casar,
igreja de pedra para se rezar,
boa cadeia para nos guardar,
a Caridade para nos tratar,
medico assistente para receitar,
um bom vigário para confessar,
um santo Bispo, para abençoar,
e um cemitério para se enterrar.

Zeca Bento, década de 1890.

INTRODUÇÃO

I. ENTRE DIAMANTES E CASCALHOS: NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE A PESQUISA(DORA)

Zeca Bento[1] era o apelido do artista popular diamantinense: José Avelino de Andrade, que vivia de seus coretos e poesias nas velhas ruas de Diamantina, no final do século XIX. Este poeta se tornou testemunha da história ao registrar em seu "simples folheto de bolso"[2] (ANDRADE, 1982, p. 85) os mais diversos acontecimentos da famosa cidade dos diamantes. No texto selecionado para dar início a esta tese, "*O que mais queremos?*", Zeca, conhecendo a realidade de sua cidade, questiona seus leitores sobre o que ainda faltava em Diamantina para que a cidade satisfizesse as necessidades de seus moradores.

[1] De acordo com Arno (1949, p. 90), Zeca Bento era um "[...] cantor popular, de muletas, pois tinha uma perna amputada, publicava nos jornais modinhas, lundus e paródias, que depois reuniu um livro".
[2] Essa publicação é encontrada apenas no livro *"Diamantina 1900 e.... quadras sobre "quadras" que não voltam mais"*, de Paulo René Andrade, filho Zeca Bento. Nesta obra, é possível consultar algumas poesias e coretos produzido por José Avelino de Andrade, já que não se encontra mais o exemplar do livreto publicado em março de 1896. Os textos de Zeca Bento, nos dão ideia da conjuntura política e social no final do século XIX em Diamantina.

Tal indagação feita já no título do texto, foi respondida no decorrer do poema. Zeca Bento preocupou-se em demonstrar que o município oferecia os mais diversos serviços a sua população que de certo modo podem ser considerados a representação da ideia de progresso e modernidade que pairavam o país naquele período. Afinal, o que mais queriam os diamantinenses do final do século XIX se podiam contar com empregos, escolas – públicas e particulares – hospitais, bares, igrejas, telégrafo, polícia, cemitério e um Bispo?! Zeca Bento deixa a entender que nada mais poderiam almejar. Diamantina, portanto, poderia ser considerada uma cidade moderna.

Essa certeza enunciada nas entrelinhas do texto do autor dá o tom desta pesquisa: *entre diamantes e cascalhos* busca evidenciar a relação entre o antigo e o novo em Diamantina no final do século XIX, denotando alguns elementos que contribuiriam para que a cidade construísse uma autoimagem moderna e progressista conforme apresentou Zeca Bento. Nesse sentido, indo de encontro com as preposições de Carvalho (2012, p. 25), considera-se que a modernidade em Diamantina configurou-se a partir da "[...] agrupação de elementos, que ao longo do tempo, foram se sobrepondo, justapondo, se imbricando, criando inter-relações e interdependências múltiplas até dar forma àquilo que se nomeou de "moderno" [...]", embora não tenha representado uma ruptura com a ordem social posta historicamente àquele lugar.

Isso aponta para o aspecto peculiar ao qual esse trabalho faz referência, isto é, o pensamento moderno e a modernidade e a forma com que esses se adequaram a realidade sociocultural diamantinense, sendo assumidos a partir de sua ideia síntese: o "progresso". Embora Bobbio *et al* (1998) considere que seja difícil conceber o "progresso" em um sentido absoluto e não relativo, era a fé no progresso que catalisava as mudanças a serem empreendidas na cidade, de modo que a posição conservadora e tradicional da sociedade mineira impunha regras para barrar transformações sociais (WIRTH, 1982).

Para endossar essa preposição, Carvalho (2012, p. 32) sugere que

> A polissemia dos termos [...] foi forjada pela identificação com diferentes conceitos que determinaram suas feições e suas operações em diferentes momentos do processo histórico moderno e contemporâneo, consubstanciado a pregnância de seus elementos formadores. Em vista disso, argumento que a definição desses termos deve ser delimitada por um momento determinado no tempo, circunscrevendo-os em uma situação histórica e cultural específica, de forma a favorecer a percepção e o entendimento acarretado por relações contextuais, a partir das quais surge uma ampla gama de possibilidade de pensar o que seja moderno [e] modernidade.

Compreende-se, portanto, que o moderno e a modernidade em Diamantina não foram uma tomada de consciência política e social afim de modificar a estrutura sociocultural da cidade, mas sim, esteve associada ao progresso técnico e moral de parte da população, servindo de referência para a sociedade, no sentido de moldar comportamentos condizentes com a ideia civilização (LE GOFF, 1992). Nesse sentido, o progresso foi assumido como um movimento que levaria em direção ao objetivo traçado pelas elites dirigentes, ou seja, ratificaria a centralidade de Diamantina frente a região norte mineira que fora iniciada ainda nos primeiros anos de sua exploração.

Tal constatação também aponta para o binômio assumido no âmbito educacional durante o século XIX. Segundo Araújo (2008a, p. 92), as categorias *progresso* e a *educação*, associadas a modernidade, tornaram-se centrais nesse período, pois o progresso se posiciona como um projeto civilizatório e também serviu de norte para esse mesmo projeto. Logo, a educação foi concebida como instrumento para irradiar o progresso, fundamentado no ideário iluminista.

Dessa maneira, é possível compreender que as palavras de Zeca Bento apontam para uma "Diamantina moderna", na qual o termo modernidade foi interpretado e apropriado como uma época da história diamantinense. Dos elementos elencados por ele, a Escola Normal assim como outros estabelecimentos de ensino tomam lugar importante naquilo que se tem como projeto para a sociedade, uma vez que junto desses, almejava-se moldar comportamentos e hábitos condizentes com a ideia de civilização em consonância com o progresso ao mesmo tempo que firmava a cidade como centro da região norte mineira.

Com o olhar voltado para o cenário educacional diamantinense nesse contexto, no qual contava também com o Externato, Colégio Nossa Senha das Dores e o Seminário Episcopal, esta investigação assume como objeto de pesquisa a Escola Normal de Diamantina entre os anos de 1878 a 1905, no qual busca compreender sua trajetória e funcionamento e sua interlocução com o projeto de sociedade diamantinense e mineira. Logo, a metáfora escolhida que dá nome ao trabalho representa o percurso dessa instituição educacional, evidenciando as disputas e debates em torno das Escolas Normais de Minas Gerais e a formação de professores primários com observância a conjuntura pormenorizada de Diamantina.

Assim, essa pesquisa encontra-se alicerçada junto aos pressupostos teóricos e metodológicos da História e Historiografia da Educação, campo de conhecimento no qual também me constituiu como pesquisadora. Historiadora de ofício, enveredei pelos caminhos da pesquisa em educação, mais especificamente na história da educação, ainda na graduação, na

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, localizada ao norte de Minas Gerais, na cidade de Diamantina. Foi entre os anos de 2011 a 2014, sob a coordenação do Prof. Dr. Flávio César Freitas Vieira – na época docente no curso de Bacharelado em Humanidades[3] (BHU) e no de Pedagogia da mesma universidade, participei de três projetos de iniciação científica[4] e dois de extensão[5], no qual firmaram a escolha pelo objeto eleito para esse trabalho.

Se para Prost (2008, p.85) é impossível conceber um historiador sem um pouco de paixão, sinal que indica um desafio pessoal, sendo este "[...] o enraizamento existencial da curiosidade no âmbito da história [que] explica a constância da pesquisa, o esforço despendido [por ele], o prazer e a alegria prodigalizados, às vezes, pelo exercício desse ofício", em particular, a Escola Normal de Diamantina sempre perpassou estudos realizados por mim sobre o cenário educacional diamantinense durante século XX, motivando o interesse por desenvolver essa investigação devido as publicações escassas e pouca informação sobre a instituição. Além disso, a minha trajetória acadêmica corrobora para a escolha desse objeto, uma vez que reconheço a relevância não apenas desse estabelecimento de ensino, mas também do município na formação como pesquisadora.

A escolha pela licenciatura em História, após o BHU, deu-se na medida em que era perceptível que as memórias daquela cidade ainda permaneciam vivas: Francisca da Silva

---

[3] Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHu) foi criado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007, no qual a Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri aderiu ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Deste modelo, além do BHu foi criado o Bacharelado de Ciência e Tecnologia (BC&T). O BHu era um curso superior de graduação que tinha características não profissionalizante, com carga horária de 2.460 horas e período de integralização de três anos, constituindo "[...] como formação superior de primeiro ciclo para os cursos de licenciatura em Geografia, História, Letras Português/Espanhol, Pedagogia além do Bacharelado em Turismo" (PROJETO PEDAGOGICO BACHARELADO EM HUMANIDADES, 2008, p. 09). Hoje, pode-se considerar que esse projeto encontra-se em decadência nessa instituição, uma vez que já foi instituído a entrada individual para cada curso de licenciatura e bacharelado com turmas próprias.

[4] Os três projetos de iniciação científica foram financiados por agências de fomento, seja de nível federal e/ou estadual. Foram eles: *Educação e escolarização das sociedades do Vale do Jequitinhonha e Mucuri: sistematização e análise de processos, agentes e da Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda, Diamantina*, *MG* – entre 2011 a 2012; *Educação e escolarização das sociedades do Vale do Jequitinhonha: sistematização e análise de processos, agentes e da Escola Normal Professor Leopoldo Miranda, Diamantina, MG* – entre 2012 a 2013; *Reestabelecimento da ação formadora da Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda* – entre 2014 a 2015. Dentre os três projetos, teve caráter de bolsista, os outros dois exerci a função de voluntária

[5] Os projetos de extensão também tiveram apoio de agência de fomento, neste caso esse se fez por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais e são: *Constituição do Museu Pedagógico na Escola Normal de Diamantina* – entre 2012 a 2013; *Consolidação do Museu Pedagógico na Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda: processos, agentes, tecnologias educacionais na escolarização de Diamantina* – entre 2013 a 2014. Em ambos os projetos atuei apenas como voluntária.

Oliveira (Chica Silva)[6], Juscelino Kubistchek[7], José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita[8], Pe. José da Silva e Oliveira Rolim[9], entre outros personagens, foram constantemente evocados por

[6] De acordo com Furtado (2001), Francisca da Silva Oliveira, nome de uma das personagens mais conhecidas de Diamantina: Chica da Silva, era filha de uma mulher negra, escrava, cujo o nome era Maria da Costa. Seu pai, entretanto, era um homem branco, Antônio Caetano de Sá. Segundo a autora, não se sabe ao certo sobre o seu nascimento. Segundo a autora, há registros de que Chica da Silva esteve sob a condição de cativa, pela primeira vez, do médico Manoel Pires Sardinha com quem teve seu filho Simão Foi vendida a João Fernandes de Oliveira em dezembro de 1753, ano que também recebeu sua alforria. Segundo a autora, João Fernandes chegou ao Tijuco e teve um envolvimento amoroso com Chica da Silva "[...] escrava, parda, a quem foi fiel até a morte, ainda que vivessem separados nos últimos anos de vida, ela no Tijuco e ele em Lisboa" (FURTADO, 2001, p.23). Chica da Silva teve seu primeiro filho com João Fernandes em 1754. Além disso, os dois tiveram mais doze filhos: João, Rita, Joaquim, Antônio Caetano, Ana, Elena, Luiza, Maria, Quitéria, Mariana, José Agostinho e Antônia. Com a morte do pai de João Fernandes em Portugal, o Contratador de Diamantes do Tijuco retornou a Coroa afim de garantir a herança de seu pai. Tal fato interferiu decididamente na vida do casal. Chica da Silva e o contratador dividiram a responsabilidade em relação a descendência: ela assumiu o compromisso de garantir a educação das filhas e os cuidados para com elas; enquanto João Fernandes embarcou com os quatro filhos homens e ainda Simão afim de lhes garantir o futuro. Depois a luta incessante pela divisão da herança, João Fernandes faleceu em Portugal em 21 de dezembro de 1779. Chica da Silva morreu no Tijuco, em fevereiro de 1796. Foi enterrada na Igreja de São Francisco de Assis, resultado do reconhecimento social que alcançara. Para Furtado (2001, p. 49) "[...] Chica buscou ascender socialmente e procurou diminuir o estigma que a condição de mulata e forra imprimia. Tornou-se rica, proprietária de escravos e bens de raiz. Mais que tudo, cuidou de sua descendência, a quem garantiu um melhor lugar na sociedade branca e preconceituosa do século XIX. Era a forma que essas mulheres tinham de retornar o controle sobre a sua vida, negando a condição feminina e escrava [...] imitaram padrões e comportamentos, e assim, misturaram-se à sociedade branca onde buscavam participação, reconhecimento e aceitação".

[7] De acordo com os dados do CPDOC, Juscelino Kubitscheck nasceu em Diamantina em 12 de setembro de 1902. Era filho de João César de Oliveira e Júlia Kubistchek. Estudou no Seminário Episcopal de Diamantina, onde concluiu o curso de humanidades aos 15 anos, abandonando o sacerdócio. Em 1919, foi contratado para trabalhar na Repartição Geral de Telégrafos. Ficou na função até 1927, quando se formou pela Faculdade de Medicina de Belo Horizonte. Trabalhou na Clínica Cirúrgica da Santa Casa de Misericórdia na Capital e embarcou para Paris afim de especializar-se em urologia. Ao retornar, reassumiu seus cargos em Belo Horizonte e montou seu próprio consultório. Em dezembro de 1931, casou-se com Sara Gomes de Lemos com quem teve sua filha Márcia, em 1943. Na Era Vargas, com Benedito Valadares no governo do Estado, assumiu o Gabinete Civil. Em 1934, ingressou no Partido Progressista de Minas Gerais para concorrer ao cargo de deputado federal e em setembro foi indicado como secretário do partido. Após as eleições de outubro, Juscelino Kubistchek foi eleito ao cargo que concorrera. Mudou-se para o Rio de Janeiro para exercer a função deixando as funções que ocupava junto ao Hospital da Polícia Militar. Em 1937, perdeu seu cargo na Câmara e retornou a Capital mineira. Em 1940, foi convidado a assumir o cargo de prefeito de Belo Horizonte. Cinco anos depois, abandonou a medicina e dedicou-se exclusivamente para a política. Participou da fundação do Partido Social Democrático e teve seu nome lançado como deputado federal nas eleições daquele ano. Se afastou da política por um período, viajando para os Estados Unidos e o Canadá, lugares que exerceram forte influência nas suas concepções políticas em relação aos processos de modernização no Brasil. Em 1950, foi eleito governador do Estado de Minas Gerais, projetando-o para concorrer às eleições presidenciais 1954. Assumiu a presidência da República em 31 de janeiro de 1956. Em 1960, inaugurou a nova Capital do país, Brasília. Após o fim do seu mandado, elegeu-se senador pelo Estado de Goiás. Depois de ter seus direitos políticos cassados, em 1964, exilou-se na Europa. Entre idas e vindas ao país, retornou definitivamente em março de 1967, onde ocupou o cargo de diretor-presidente do Banco Denasa de Investimento. Em 1968, pressionado pela situação política, abandonou sua carreira pública. Em 1974, foi eleito membro da Academia Mineira de Letras. Faleceu após um acidente de carro na via Dutra em 12 de setembro de 1981.

[8] José Emerico Lobo de Mesquita foi um compositor mineiro, possivelmente nascido no Serro em meados do século XVIII e teve importante atuação no Arraial do Tijuco (OLIVEIRA; RÓNAI, 2011, p. 152). Segundo o Núcleo de Pesquisa Ciência da Performance de Música da Universidade de São Paulo, Lobo de Mesquita atuou como mestre-de-capela, compositor e organista junto a Ordem Terceira do Carmo. Nos últimos anos do século XVIII, transferiu-se para Vila Rica e depois para o Rio de Janeiro. Faleceu em 1805. É considerado um dos mais eminentes compositores do "estilo galante religioso em Minas Gerais".

aqueles que conheci no sentido de reiterar a ideia sobre a saudosa Diamantina e sobre sua importância para a formação de Minas Gerais e do Brasil.

E mais, essa percepção era assentada na medida em que a própria cidade de suscitava em mim a curiosidade por tempos de outrora. Sua arquitetura, suas ruas, seus becos e vielas... permaneceram praticamente intactas durante o passar dos anos, apontando para o passado, quando ainda era conhecida como Arraial do Tijuco[10], como se pode observar na Figura 01.

Figura 01 - Rua Macau do Meio, Diamantina – MG

Fonte: Sousa, 2020.

[9] Furtado (1993), José da Silva de Oliveira Rolim, conhecido como Pe. Rolim, era filho de José da Silva de Oliveira, que ocupava o cargo de Primeiro Caixa da Real Extração. Nasceu em 1747 no Arraial do Tijuco. Fazia parte de uma camada privilegiada da organização colonial, possuía grandes bens que despontava na posição política e social. Com a mudança promovida com a chegada de Cunha Mendes a Capitania Mineira (1783-1787), parte da elite mineira se afastou dos cargos, promovendo uma articulação entre eles para se levantar contra o governo. Às ideias da Inconfidência Mineira chegou no Distrito Diamantino e envolveram parte da sociedade local, dentre esses o Pe. Rolim. Com a eclosão da devassa e a prisão dos inconfidentes, Pe. Rolim teve seus bens confiscados e foi levado para Lisboa. Após um período de exilio no Reino, Pe. Rolim retornou ao Arraial do Tijuco e teve os bens retistuídos.

[10] Arraial do Tijuco foi o primeiro nome dado ao município de Diamantina. Esse termo é proveniente do Tupi que significa água suja e lamacenta. De acordo com os principais memorialistas, Santos (1978) e Machado Filho (1980), o arraial foi fundado em 1713, desenvolvendo-se em torno da extração de ouro e posteriormente, em 1729, após a descoberta das primeiras jazidas de diamante. O ápice de sua atividade mineradora foi a partir do início do século XIX, transformando-se em município apenas em 1831 denominando-se então como Diamantina.

Nessa fotografia, a Rua Macau do Meio enquadra o que é Diamantina hoje. Retratando uma das principais vias da cidade que dá acesso à Rua Direita, observa-se ao fundo (1) Catedral Metropolitana de Santo Antônio da Sé, à direita o (2) Museu do Diamante e logo abaixo o (3) chafariz do centro e à esquerda o prédio da (4) Câmara Municipal. A imagem evidencia o caráter permanente da história da cidade que tem características de continuidade a partir da ressignificação de sua paisagem urbana ainda na contemporaneidade.

Essa análise permite perceber, empiricamente, o caráter ambíguo assumido pela modernidade diamantinense no século XIX. Isso porque, a opção por não causar mudanças profundas na organização e estrutura urbana do município, adequando-se, por exemplo, o saneamento básico ou a rede elétrica, conforme apontaram as pesquisas de Alcântara (2015) e Oliveira (2011), indica que assim como o "novo", a "mudança" e "progresso" tinham espaço nos discursos proferidos pela elite dirigente, o "antigo", a "tradição" e a "continuidade" também tornaram-se elementos para ponderar e catalisar as transformações ligadas ao moderno sem deixar de considerar o passado como fator de garantia para o futuro.

Esse futuro, portanto, era fundamentado na querela entre antigos e modernos, no qual observa-se que o passado tinha lugar de destaque para justificar o lugar ocupado por Diamantina frente à região norte durante o século XIX. Para isso, entretanto, o passado deveria ser palpável e a paisagem urbana serviria para legitimar essas prerrogativas. Tais observações são confirmadas pela Figura 02, uma vez que a ressignificação dos edifícios bem como a arquitetura da cidade podem ser compreendidos como a intenção de balizar a modernidade com o passado.

Figura 02 - Rua Macau do Meio, s/d.

Fonte: Santos, 2015, p.215.

As lentes de Chichico Alkmim[11], Figura 02, auxilia fazer interlocuções importantes com as argumentações desta tese, uma vez que considera-se que esses tipos de registros possibilita inferir sobre o passado de Diamantina. Kossoy (2001) afirma que as fotografias trazem indícios sobre o passado, embora as interpretações sobre a imagem seja permeada e/ou influenciada por análises anteriores bem como o próprio olhar de quem o observa.

Desse modo, pra análises sobre as fotografias deve-se colocar em primeiro plano a intencionalidade do fotógrafo, sua técnica bem como o assunto abordado, possibilitando o entendimento de que

> [...] a fotografia não é apenas uma expressão da realidade, mas também interpretação deste mesmo real, que deve ser buscado nas efigies através da leitura cuidadosa e subjetiva, neles a fotografia exibe suas múltiplas faces; ostenta seu *status* de técnica, arte e documento sócio-cultural [...] Portanto, a visualidade determinada pela fotografia é constituída, ao mesmo tempo, por sua geração automática assim como pelas subordinações sócio-culturais que norteiam o olhar e as oposições do fotógrafo, pelos intermediadores culturais responsáveis pela circulação das imagens além do gosto e intentos dos consumidores (GRALHA, 2014, p. 61, conforme original).

Com efeito, busca-se destacar que a mesma rua da Figura 01 não se apresenta do mesmo modo que a Figura 02, embora os traçados urbanos mais gerais tenham permanecido o mesmo. A diferença central está no distanciamento temporal e intencionalidade entre os fotógrafos de ambas as imagens, enquanto a primeira buscava mostrar a ressignificação da paisagem urbana, a segunda buscava retratar um espaço socialmente importante para a cidade no começo do século XX, a Rua Macau do Meio, lugar onde tinha um grande fluxo de pessoas, dando acesso a área central da cidade e a Rua Direita (SANTOS, 2015, p. 216).

Igualmente, pode-se perceber que alguns elementos modernos como, por exemplo, a rede elétrica, o chafariz – indicando que existia água canalizada na cidade – e também presença da cadeia, convivem no espaço urbano com aquilo que considera-se uma das barreiras para efetivação da modernidade: a Igreja da Sé, em um lugar de destaque, no qual verifica-se a influência da religião na formação social diamantinense.

---

[11] De acordo com Santos (2015), Chichico Alkimim era apelido de Francisco Alkmim. Nasceu em 1886 em Bocaiuva, era filho do fazendeiro Herculano Augusto Alkmim e Luiza Gomes d'Alkmim. Na infância, mudou-se para a casa de sua vó, Ana Gomes Ribeiro, localizada no distrito de Diamantina, denominado São João da Chapada, onde viveu até sua adolescência. Mudou-se para Montes Claros e, com quinze anos, retornou para a fazenda. Entre os anos de 1900 a 1902, aprendeu a fotografar com o Pe. Manuel Gonzales e os irmãos Passing, e por volta de 1910, mudou-se para Diamantina, onde instalou provisoriamente seu primeiro estúdio fotográfico. Em 1913, casou-se com Maria Josephina Neta Alkmim, com quem teve seis filhos. Em 1920, estruturou seu estúdio profissional em sua casa, dividindo-o em dois ambientes: estúdio de retratos e laboratório fotográfico. Faleceu em 22 de agosto de 1978 em Diamantina.

Essa constatação aponta para a tese defendida por este trabalho, uma vez que considera-se que o suspensão da Escola Normal de Diamantina bem como das oito instituições educativas mineiras dedicadas a formação de professores, em 1905, não teria sido um retrocesso para o cenário educacional de Minas Gerais, advogando que a equiparação do ensino normal das escolas privadas, sobretudo as confessionais, permitiu ao Estado investir no ensino primário, com a criação dos Grupos Escolares, em 1906, podendo ser considerado avanço para a organização da instrução pública durante os primeiros anos da República, dado que a modernidade seguiu o curso do "progresso".

No bojo dessa questão, encontra-se o modo como a modernidade foi concebida em Minas Gerais durante o século XIX e início do XX, sendo verificado que em Diamantina essa conviveu e se adequou a ordem sociocultural já posta, representando novas articulações entre o Estado e a Igreja após a implantação do regime republicano. Isso quer dizer a modernidade, mais do que causar rupturas, ela também foi elemento de continuidade; Martins (2013) defende que ambos foram instâncias promotoras da educação mineira, marcada pelo catolicismo e pela formação sociocultural da mineiridade.

Para o leitor, cabe apontar ainda para algumas diferenças mais explicitas sobre as fotografias: a primeira está associada a mudança a disposição da Catedral da Sé (Figura 01); no mesmo lugar, encontrava-se a Igreja Santo Antônio, construída no século XVIII. Como pode-se observar, a entrada principal era voltada para a Rua Direita, mas sua construção original fora derrubada entre as décadas de 1930 e 1940 para a construção da nova catedral.

De acordo com Martins (2014) e Santos (2015), essa mudança estaria associada ao planejamento da Igreja Católica em Minas Gerais nos anos de 1930. Em um âmbito mais regionalizado, buscava-se "[...] fortalecer a ação católica no norte de Minas Gerais e manter a suntuosidade e estimular a preferência da população [...]" pelo catolicismo (SANTOS, 2015, p. 153). Além disso, a mudança da entrada principal da Igreja de Santo Antônio da Sé, tinha como intuito inibir a atividade promiscua do Beco do Mota, local conhecido pelas tradicionais casas de diversões e prostíbulos (TEODORO, 2019).

Outro ponto importante a destacar na comparação entre as duas fotografias é o Museu do Diamante (Figura 01) que foi criado em 1954, pela Lei nº. 2.200, de 12 de abril. Resultado de um projeto apresentado pelo deputado diamantinense, Juscelino Kubistchek ao governo de Getúlio Vargas, a casa onde abriga o museu foi construída em 1749 e foi a residência de Pe. José de Oliveira e Silva Rolim que foi enviado à Portugal após a Inconfidência Mineira, tendo

seus bens confiscados pela Fazenda Real. Sua casa foi leiloada em praça pública, sendo desapropriada por ocasião da instalação do museu.

Do mesmo modo, o edifício que abriga atualmente a Câmara Municipal de Diamantina (Figura 01) foi o lugar escolhido, de acordo com Couto (1954) e Mourão (1960), para a instalação da Escola Normal, em 1879, e o Grupo Escolar, em 1907. O prédio foi edificado entre 1733 e 1735 e funcionou nos primeiros anos como sede da Intendência de Diamantes. Logo, infere-se que a (re)apropriação e ressignificação dos espaços no município diamantinense, sem causar mudanças drásticas a paisagem urbana, demonstram o caráter conservador da própria sociedade bem como a necessidade da legitimação da cidade como um lugar de memória[12].

Esse último aspecto está associado a uma demanda da existência material de algum objeto para remeter as lembranças de algum fato histórico importante para uma sociedade (NORA, 1993), tendo como base a preservação da existência do homem. Diante disso, considera-se que as sutilezas de tempos passados que se encontravam presentes na paisagem urbana bem como na memória da população diamantinense também foram responsáveis por incutir a escolha profissional e acadêmica como pesquisadora na área da História.

Subjaz dessa questão a relevância por compreender cenário educativo da cidade durante o fim do século XIX e XX, uma vez que as pesquisas nas quais estive envolvida durante a graduação enveredaram-me pelo campo da História da Educação. Por vezes a existência a instituição educativa eleita como objeto de pesquisa foi marcada como a *primeira* Escola Normal da cidade, buscando uma diferenciação simplória de outros estabelecimentos de ensino que foram criadas e subsidiadas pelo poder público e/ou particular posterior a 1905 e que se dedicaram igualmente a formação de professores primários em Diamantina e na região norte mineira[13].

Embora acredita-se que seja necessário essa delimitação "didática", tal situação, quando se trata de uma investigação sobre instituições educativas, é capaz de retirar a complexidade própria do objeto, pois, conforme aponta Saviani (2008, p. 28), as instituições são "[...] necessariamente sociais, tanto na origem [...] como no seu próprio funcionamento, uma vez que constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade que a

[12] A cidade foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPHAN), em 1938, e reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 1999. Observa-se pelos documentos da UNESCO que o processo de reconhecimento se iniciou em 18 de setembro de 1998 e finalizou em 04 de dezembro de 1999.
[13] Cf. Sousa e Vieira (2020), Sousa (2018), Sousa e Rocha (2018), Soares e Vieira (2013) e Sousa e Vieira (2013).

servem". Acredita-se, portanto, que estudar a Escola Normal de Diamantina, entre os anos de 1878 a 1905, se torna relevante na medida em que essa vislumbrará as tensões e conflitos dentro da sociedade mineira e diamantinense em busca de escolarização, evidenciando os debates em torno do "progresso" e da modernidade que estavam em pauta naquele período em todo o país.

Desse modo, as análises empreendidas neste trabalho perpassam o Império desembocando até os primeiros anos da República, período marcado por mudanças substanciais no que tange a sociedade, a economia, a política, a cultura e, sobretudo, a educação brasileira. Com vistas a isso, essa pesquisa não está interessada apenas em compreender a Escola Normal de Diamantina como uma instituição incumbida pela formação de professores primários desde seus primeiros anos de funcionamento até sua suspensão; essa almeja ainda contribuir para os conhecimentos no que se refere ao cenário educacional mineiro no que diz respeito aos processos de escolarização da sociedade.

Retomando as palavras de Zeca Bento, considera-se que a complexidade do cenário educativo diamantinense que envolve instituições públicas e privadas bem como a trajetória histórica do município durante o período de transição dos regimes políticos possam auxiliar na compreensão da constituição da modernidade e do "progresso" em Minas Gerais, evidenciando os empasses presentes na sociedade mineira e diamantinense quanto aos processos educativos naquele município bem como a relação desses elementos com a Igreja Católica.

À luz dessa discussão, coloca-se em questão a organização educacional mineira durante o período de transição entre o Império e a República, expondo as fragilidades da instrução pública, em geral, e a formação de professores no Estado, em particular, sendo essas entendidas como heranças do período anterior. Assim, busca-se compreender a necessidade da criação de estabelecimentos de ensino dedicados a formação de professores, como as Escolas Normais, diante da inexistência de uma sistematização do ensino primário.

II. OS CAMINHOS DAS PEDRAS: A CONSTITUIÇÃO DA PESQUISA SOBRE A ESCOLA NORMAL DE DIAMANTINA, 1878 A 1905

Essa pesquisa versa sobre a trajetória da Escola Normal de Diamantina, entre os anos de 1878 a 1905. Situada junto as investigações no campo da História da Educação sobre a temática das instituições educativas. O período delimitado justifica-se por meio das legislações que nortearam as atividades desse estabelecimento de ensino. Criado pela Lei Provincial nº. 2.476, de 09 de novembro de 1878 e instalada em 07 de fevereiro de 1879, a escola destinada a

formação de professores no município diamantinense foi suspensa em 1905, através do Decreto nº. 1.778, de 31 janeiro de 1905.

Dado que as análises empreendidas sobre o objeto situa-se dentro da demarcação legal que circunscreve o mesmo, sem descuidar-se das minucias e nuanças de sua trajetória histórica através do cruzamento das fontes, projetou-se para as investigações feitas sobre a Escola Normal de Diamantina, entre 1878 a 1905, operar com a concepção de processo histórico, no qual fez-se um esforço de analisar as tramas que atravessaram essa instituição educativa durante o período de sua existência.

Cabe destacar que, em consonância com as fontes utilizadas por essa pesquisa, o termo utilizado para tratar do fechamento das dez Escolas Normais de Minas Gerais em 1905, isto é, *suspensão*, será igualmente respeitado em todo o trabalho, de modo que possa corroborar para o compreensão do objeto em sua complexidade. Isso porque, como ver-se-á nas sessões que compõem essa tese, a *suspensão* dessas instituições educativas conotava que em um futuro mais ou menos próximo essas poderiam ser reestabelecidas pelo poder público mineiro, evidenciando o caráter transitório das Escolas Normais mineiras entre os séculos XIX e XX.

Tal concepção é relativa a ponderação feita por Chalhoub (1990, p.19), em que o autor defende que a noção de mera "transição" em um contexto histórico, como a historiografia tradicional brasileira propõe na mudança entre os regimes políticos no final do século XIX e início do XX, pode conceber uma "[...] noção de linearidade e de previsibilidade de sentido no movimento da história [...]", ocultando os conflitos e tensões de determinada época.

Esse posicionamento, alinha-se com a preocupação demonstrada por Schueler e Magaldi (2009, p. 35), uma vez que as autoras evidenciam que a historiográfica educacional por vezes tem causado um silenciamento do passado colonial e imperial, produzindo memórias e atribuindo como marco inicial de uma educação escolarizada no Brasil apenas a partir da instauração da República, em 1889.

Desse modo, considera-se relevante depreender sobre a definição do que é uma *educação escolarizada*. Segundo Soares (1981, p. 79), compreende-se por escolarização um conjunto de sistemas e processos de ensino que se desenvolvem nos vários campos do conhecimento humano, através de disciplinas, áreas de estudos e atividades, desde o primeiro grau até os diversos cursos de graduação, no âmbito universitário ou não. Tem por fim proporcionar habilitação profissional para o exercício de profissões de cursos de nível superior

ou de curso técnico em suas novas modalidade, mediante ao cumprimento de currículo de segundo grau.

Nessa perspectiva, Desaulniers (1992) aponta para uma definição em sentido lato, considerando que o termo "escolarização" é um fato institucional. Assim, para reconstruir sua trajetória julga incluir dimensões e determinantes institucionais que suportam a escolarização para que compreendam os desencontros aparentes entre as demandas feitas ao sistema educacional e respostas (práticas) – parciais, dada a autonomia da escolarização (fato institucional) relativa aos demais integrantes desse sistema. Isso porque os comportamentos e práticas dos setores sociais diversos permeiam a escolarização, cada qual com uma perspectiva sobre ela.

Logo, verifica-se que as dificuldades enfrentadas pela instituição escolar se encontra em cumprir sua função social, devido a própria incompatibilidade entre os anseios de tais setores sociais e as capacidades e atribuições da escola. Veiga (2002, p. 91) advoga que

> [...] a escola não é o dispositivo, mas a escolarização, uma rede heterogênea de elementos que lhe dá visibilidade e ocultamento, nas formas discursivas e não-discursivas. É uma estratégia inscrita em jogos de poder, ligada a configurações de saber que deles nascem e também os condicionam; enfim, a escolarização como estratégia de poder.

Diante disso, pode-se afirmar que apenas a presença do aluno na instituição escolar não lhe garante a escolarização, pois essa é mais complexa, envolvendo vários elementos internos, como discurso, espaço escolar, ideias, currículo, disciplinas escolares e procedimentos administrativos bem como elementos externos, as relações de poder.

A análise da autora detém-se em compreender a escolarização com base na teoria focaultiana, atentando os historiadores da educação que não se pode tomar a categoria "sujeito" como algo dado *a priori*, devendo creditar ao indivíduo a sua inserção social dentro do tempo e do espaço associado aos componentes que integram esse cenário. Igualmente, é necessário agregar elementos que contribuam para o entendimento, apontando, mais uma vez, para a complexidade do termo (VEIGA, 2002, p. 97).

Com efeito, Veiga afirma que

> Em um primeiro momento, estamos compreendendo que a análise da escolarização situa-se na continuidade do processo de civilização e que este dispositivo é fundamental para aprofundar a teoria da civilização, na perspectiva de sociedade que se auto-interpreta como tal. A monopolização do saber pelo Estado e a universalização da instrução ampliou para toda a

> população os modelos de autocoerção, o domínio das emoções, os sensos de vergonha e pudor, disseminando outra configuração de sociedade ao inventar a educação escolarizada como categoria da atividade social (VEIGA, 2002, p. 97-98, conforme o original).

À vista disso, pode-se conceber que o processo de escolarização ocorreu na Europa em decorrência a monopolização do saber pelo Estado e à universalização da instrução. Esse movimento atua de modo a coibir e moldar comportamentos condizentes com a ideia de cidadão, tratando-se de um processo de interiorização de uma conduta socialmente aceita por todos e pelo Estado.

No caso do Brasil, entretanto, a trajetória da escolarização e a constituição da escola pública divergiu daquele modelo europeu, uma vez que processo de formação do Estado brasileiro após a independência aconteceu de forma diversa. Veiga (2002, p. 101) explica que

> [...] A monopolização da força física e a organização da "sociedade da corte" não se fizeram com base em uma herança de relações feudais, cujas alterações das configurações sociais tiveram origem na aristocracia. A sociedade brasileira do século XIX estruturou-se baseada em laços de interdependência entre os membros da aristocracia e das elites econômicas, o que possibilitou inclusive o rompimento com a metrópole; ou seja, um acordo entre aristocracia e proprietários de escravos. No entanto, a presença de relações escravistas na organização do Estado brasileiro possibilitou a produção de uma cultura de poder público indistinta da do privado, favorecendo o desencadeamento de redes de clientelismo, cujos laços de interdependência eram muito fortes. Diferentemente de outras nações, no Brasil a monopolização dos saberes elementares deu-se juntamente ao processo da monopolização da força física pelo Estado. Nesse aspecto, a ênfase da escolarização não se fez na busca de completar um processo de civilização já em curso, mas de estabelecer as civilidades e, principalmente, legitimar e dar visibilidade a uma nova configuração de poder em construção.

O trecho acima aponta para a distinção entre a escolarização no Brasil em comparação com as sociedades europeias, uma vez que essa não se delineou como um processo extenso de civilização e nem estimulou a assimilação gradual de noções como comportamento, civilidade e cortesia, originadas de relações feudais e de corte. Aqui, a escolarização foi brusca. Politicamente, a nação surgia, após a independência, por meio de acordos entre a aristocracia e os proprietários de escravos, enfatizando a ordenação social.

A escolarização, portanto, ratificava a consolidação do "novo" Estado-nação pela racionalização, pela ordem e pelo progresso, princípios ligados ao mundo moderno europeu do século XIX e início do XX, traduzidos na busca de uma sistematização da instrução pública, no qual deveria o Estado se preocupar com a formação de professores por via da criação de

estabelecimentos exclusivamente destinados a missão de ensinar a arte de ensinar (ARAÚJO, 2008).

Como explica Faria Filho (2002, p. 24), a gênese da escolarização em massa entre os séculos XVIII e XIX se vinculou à visão de uma "[...] escola produzida como a instituição capaz não apenas de instruir e educar a infância e a juventude, mas de produzir um país ordeiro, progressista e civilizado". Nesse sentido, de acordo com Luzuriaga (1959), existem vários tipos de escolarização, sendo: pública-religiosa, pública-estatal, pública-nacional e pública-democrática[14].

Com efeito, Bicas e Vidal (2008, p. 28) entendem como essencial compreender a escolarização como uma estratégia do Estado, mas defendem que é igualmente

> [...] importante atentar para os vários projetos educativos colocados em jogo por movimentos ou grupos sociais (movimento negro, igreja católica, lojas maçônicas, imigrantes, dentre outros), na criação de escolas, na definição de modelos educacionais e no funcionamento de iniciativas em permanente diálogo e negociação com os investimentos oficiais.

Dessa forma, pode-se "[...] afirmar que a escola primária [e normal] brasileira não é uma invenção republicana tampouco uma novidade *fin-de-siécle* [...]" (SCHUELER; MADALGI, 2009, p. 37, conforme o original). Essa foi constituída de acordo com as necessidades de determinada época, correspondendo a uma unidade de ação (SAVIANI, 2008), transformando-se ao longo dos anos e consolidando como ferramenta para a formação e constituição da sociedade brasileira. Logo, as instituições educativas sempre existiram e tiveram características de permanência, no entanto, não deixaram de ser marcadas por rupturas.

Igualmente, entende-se que o surgimento da Escola Normal de Diamantina em 1878 tem profundas ligações com as discussões e projetos que visavam transformar a instrução

[14] Luzuriaga (1959), destaca que a *educação pública* foi criada, organizada e mantida pelas autoridades públicas oficiais, ou seja, municípios, províncias e Estados e iniciou-se com o movimento da Reforma Religiosa no século XVI, cuja sua essência estava vinculada para uma reforma que tinha como intuito encaminhar a educação de todo o povo, com fins essencialmente religiosos e éticos. Nesse sentido, a *educação pública-religiosa* se caracterizava pelo seu apelo às autoridades locais, com a fundação de escolas mantidas pelos cofres públicos e estabelecendo frequência obrigatória. Com o desenvolvimento cultural e pedagógico baseado na racionalidade, sobretudo, durante os séculos das "luzes", a educação passa ter um viés *público-estatal*, na qual estava subordinada aos fins do Estado, tendo caráter intelectual e instrumental (LUZIRIAGA, 1959, p. 23-24). Segundo o autor, esse modelo se esgotou com a eclosão da Revolução Francesa, dando lugar a *educação pública-nacional* fundamentada em uma educação dirigida ao cidadã, para si e para a nação, seguindo as orientações dos representantes do povo, autônoma, e destinada a todas as classes sociais afim de se fundar o caráter cívico e patriótico (LUZIRIAGA, 1959, p. 40). A caracterização da *educação pública-democrática*, conforme Luzuriaga (1959) se dá a partir da escrita de sua obra, no século XX, e é compreendida como a educação para todos, fundamentada na organização da democracia dos Estados.

pública nacional a partir da metade do século XIX. Para Carvalho (2012), há de se considerar que os últimos trinta anos desse século o país passou por transformações estruturais significativas, marcado por uma participação mais ativa no comércio exterior e o início do fenômeno da urbanização dos grandes centros.

No contexto pormenorizado de Diamantina nesse período, os estudos desenvolvidos por Souza (1993), Goodwin Jr. (2007), Martins (2014), Oliveira (2011), Alcântara (2015) e Santos (2015), apontam que a pujança econômica proveniente das atividades mineradoras e comerciais foram responsáveis pelo estabelecimento de uma atividade social, cultural, política e educacional diferenciada no município, projetando Diamantina à Capital do Norte de Minas Gerais após meados do século XIX bem como motivador dos debates internos sobre a modernidade e o progresso que deveriam ser alcançados.

No interior dessa questão, verifica-se que o discurso sobre o caráter moderno do município ganhou mais robustez na medida em que concretizou-se a instalação da Diocese na década de 1860. De acordo com Martins (2014) e Goodwin Jr. (2007), o primeiro bispo diamantinense, D. João Antônio dos Santos, foi responsável por agregar argumentos junto as elites dirigentes para efetivação de um projeto que tinha como objetivo legitimar Diamantina como a Capital do Norte de Minas Gerais. Para isso, porém, seria necessário que a educação estivesse ao alcance de todos, inclusive dos mais pobres.

Durante o bispado de Dom João (1863-1905), o cenário educativo diamantinense sofreu importantes intervenções, com a criação do Seminário Episcopal, em 1863, e o Colégio Nossa Senhora das Dores, em 1867. A posição do bispado diante das concepções modernas que invadiam o país nesse período eram fundamentadas no ultramontanismo[15], que de modo geral pode ser compreendido como movimento que tinha a proposta de reformar e moralizar os costumes da sociedade bem como atribuíam ao Papa um papel central. Sob essas condições, ambas instituições educativas foram edificadas, tendo como propósito a romanização[16] dos

[15] De acordo com Azzi (1994), o termo ultramontanismo vem do latim *ultramontanus*, que significa "além dos montes", fazendo referência para além da região dos Alpes de quem está localizado na França ou na Alemanha. De acordo com o a Enciclopedia Filosofica (1979, p. 443 – 444), esse termo foi usado principalmente para designar os países católicos fora da Itália, como a França e a Alemanha, e se refere a doutrina que afirma e ação que promovem as teses e interesses da Igreja em Roma bem como as relações teológicas e de orientação com as Igrejas nacionais.

[16] Para Roux (2014, p. 33, traduzido), o processo de romanização pode ser entendido como a "[...] centralização e unificação institucional, de acordo com as diretrizes da Cúria Romana, com o objetivo de integrar todos os católicos em torno da figura do Papa, numa época que a Santa Sé enfrentava governos liberais – na Europa e na América Latina [...]", na qual lutava contra o avanço da "modernidade", fortalecendo sua influência político-religiosa e modificando a relação entre a Igreja Católica e os Estados.

costumes diamantinenses bem como subsidiar financeiramente a diocese. Entretanto, segundo Oliveira (2014) e Loredo (2017), essas escolas seguiam a tradição de prover a educação de filhos e filhas das famílias mais abastadas, deixando de lado a instrução e educação dos menos favorecidos.

Desse modo, a visão ultramontana na qual o primeiro bispo fundamentava sua ação em Diamantina, tem origem junto a agitação que emergiu na França na primeira metade do século XIX e encontrou terreno fértil na Europa ao longo dos anos, constituindo não só um movimento dentro da Igreja Católica, mas também uma posição política. De acordo com Azzi (1994), pode-se dizer que o ultramontanismo representou a maior de todas as reações contra as transformações no ocidente, entretanto, não significou a negação de alguns elementos da modernidade, principalmente aqueles associados ao progresso técnico e moral da população, como as organização de escolas.

Assim, diante das demandas do mundo moderno, no Brasil e em Minas Gerais aumentaram as iniciativas quanto a organização da instrução pública, sendo instaladas escolas primárias e normais em todo território nacional. Esse movimento foi marcado pelo Ato Adicional de 1834, no qual estabeleceu ser responsabilidade pela instrução primária e secundária bem como a formação de professores às Províncias. Nesse sentido, a primeira lei outorgada em território mineiro concretizou-se em 28 de março de 1835, com a criação da Escola Normal de Ouro Preto e a criação de cadeiras de ensino primário.

Devido a própria instabilidade do regime político desse período, conforme foi assinalado por Faria Filho (2000) e Villela (2008), a instrução pública, em geral, e as Escolas Normais, em particular, sofreram fortes interferências por parte dos governos provinciais, sendo marcadas pela falta de investimento, organização precária, inspeção incipiente e, sobretudo, uma legislação frágil que não colaborava para a longevidade das instituições educativas, de acordo com a pesquisa de Pedruzzi (2016) sobre a Escola Normal de Ouro Preto. Diante disso, a iniciativa particular, especialmente da Igreja Católica, encontrou terreno fértil para legitimar-se frente à educação brasileira e mineira, constituindo como um dos elementos para a modernidade à brasileira.

Essa consideração tem como base as preposições de Berger (2000) e Burity (2007), nos quais os autores defendem que a modernidade tomou contornos muito específicos na medida em que foram alastrando-se pelo ocidente, sendo a oposição entre o mundo moderno e a religião católica uma das possíveis leituras sobre a modernidade.

No caso do Brasil, Ribeiro (2009) defende que a Igreja Católica foi elemento racionalizante durante o último quartel do século XIX, não constituindo como uma das entraves para o projeto de modernidade alicerçado no progresso social e moral da população. Assim, para a autora, a secularização do Estado não significou uma secularização da sociedade brasileira, sendo compreensível que o catolicismo tenha integrado a identidade brasileira durante os primeiros anos do regime republicano.

Em Minas Gerais, um Estado eminentemente católico (WIRTH, 1982), seja por sua formação social, cultural ou política, verifica-se que a separação da Igreja do Estado não significou uma ruptura com a religião, sendo possível perceber o rearranjo em defesa do catolicismo na política e na sociedade mineira durante a Primeira República, o que em certa medida fortaleceu a Igreja Católica na promoção da educação e, sobretudo, na formação de professores primários por meio das escolas confessionais.

Com observância as especificidades do contexto macro e micro da educação nacional e a trajetória Escola Normal de Diamantina, entre os anos de 1878 a 1905, justifica-se a escolha do objeto por meio das tradições culturais e sociais de Diamantina estabelecidas ao longo do século XIX, acreditando que as particularidades dessa instituição educativa auxiliaram a compreensão das questões históricas que contribuíram para o desenvolvimento da cidade. Com vistas a isso, pressupõe-se que a Igreja, tal como o Estado, foram determinantes para a trajetória das Escolas Normais de Minas Gerais, constituindo-se, portanto, instâncias promotoras da educação no Estado, em concordância com a defesa de Martins (2013).

Como objetivo da pesquisa, estabeleceu-se a compreensão da Escola Normal de Diamantina dentro dos discursos de modernidade e progresso articulando-os com a necessidade de formação de professores primários em Minas Gerais, com a finalidade de consolidar um projeto educacional que aglutinava interesses das elites dirigentes, da Igreja Católica e do Estado. Neste quadro, considerou-se que a escolarização diamantinense estava alinhada o ideário de constituição de uma sociedade moderna nos primeiros anos da República. Os objetivos específicos firmaram-se da seguinte maneira: (a) identificar e entender o cenário político-educacional de Minas Gerais e Diamantina na transição do século XIX e XX; (b) compreender a trajetória da Escola Normal de Diamantina, entre os anos de 1878 a 1905; e, (c) analisar o processo de suspensão da Escola Normal de Diamantina e a equiparação do Colégio Nossa Senhora das Dores e a criação do primeiro Grupo Escolar do município.

Para a operacionalização da investigação, foram assumidas algumas categorias de análise, dentre essas: Escola Normal, formação de professores, educação, progresso, modernidade e Igreja Católica, vislumbrando alcançar os objetivos propostos pela pesquisa. Assim, a problematização do trabalho circunscreveu-se dentro do seguinte questionamento: *Sendo a Escola Normal de Diamantina expressão da modernidade e do progresso, de que modo a suspensão de suas atividades em 1905 interferiu no projeto de sociedade que estava em curso em Diamantina e em Minas Gerais nos primeiros anos da República?*

Desse modo, se trabalhou com a hipótese de que a suspensão da Escola Normal de Diamantina, em 1905, tal qual as outras do Estado, não foi uma barreira para o "progresso" da sociedade mineira e diamantinense nos anos que seguiram, uma vez que, em tese, a modernidade seguiria rumo progresso, com a constituição dos Grupos Escolares, em 1906, bem como a equiparação das Escolas Normais particulares, sobretudo confessionais. Isso, portanto, permitiria uma sistematização do ensino primário e formação de professores por meio do intercambiamento entre o público e privado.

Do mesmo modo, infere-se que a suspensão da Escola Normal não significou um retrocesso quanto à modernidade, uma vez que a formação de professores foram assumidos pelas escolas confessionais católicas, dando continuidade ao projeto de modernidade, por via do progresso social e moral da população mineira ao tempo que permitia ao Estado de Minas Gerais investir no ensino primário por meio da criação dos Grupos Escolares.

A periodização desse trabalho circunscreve-se dentro da limitação temporal das legislações educacionais mineiras bem como utiliza-as como fontes de pesquisa. Essas são norteadoras para análise do objeto, ressoando, portanto, em características peculiares da instituição em educativa em questão. Essa afirmação encontra-se ancorada nos pressupostos apresentados por Rocha (2008, p. 316), no qual o autor defende que as leis funcionam como instrumento de mediação das relações sociais e das contradições entre os grupos, sendo representantes da "[...] síntese de múltiplas determinações e estão em constante transformação".

> Toda lei é uma síntese. Todavia, ao colocá-la em execução, as contradições se revelam, pois, interesses particulares ou de grupos são contestados, as resistências se acentuam, as falhas da lei aparecem. Tais contradições aceleram o debate e novas alternativas são propostas, novas leis são aprovadas [...] a legislação foi e é o mecanismo instituído pela sociedade para mediar esse constante ir e vir a ser do homem e suas relações sociais (CASTANHA, 2008, p. 317).

Diante da afirmação, argumenta-se que o tempo histórico deste estudo está legitimado dentro do universo e movimento do objeto, procurando por meio de seus marcos legais a orientação da investigação bem como sua interlocução dialética com os contextos macro e micro da educação nacional, isto é, tem-se como pressuposto o movimento da contradição, sendo esse produzido pela própria história, na intenção de compreender de que modo a Escola Normal de Diamantina estava alinhada com os conceitos de modernidade e progresso da sociedade brasileira e mineira e que reverberaram no contexto pormenorizado da cidade diamantinense.

Do mesmo modo, considerando a lei enquanto prática que perpassou as relações de produção, constituindo-se também como campo de conflito social (THOMPSON, 1997, p. 349), entende-se que a criação, o funcionamento e a suspensão da Escola Normal de Diamantina fora resultado das leis encarnadas nas relações sociais, caracterizando-se como produtoras e produto delas. Nessa perspectiva, segundo Bertucci, Faria Filho e Oliveira (2010), considera-se que lei sempre irá existir objetivamente, mas sua prática irá depender dos sujeitos, conflitos, tensões e relações que estabeleceram, sendo essa a variável que extrapola as intenções do texto. Portanto, as leis são, também, "[...] processos vivos encarnados em indivíduos que as fazem, pensam e sentem [...]" (BERTUCCI; FARIA FILHO; OLIVEIRA, ibidem, p. 70).

Assim, Escola Normal de Diamantina foi compreendida dentro da política administrativa e educacional mineira no período de sua existência (1878-1905) e também como palco de acordos, disputas, conflitos e tensões que reverberaram em sua trajetória. Logo, as legislações que a orientaram caracterizam-se como marcos importantes para a compreensão desse estabelecimento de ensino, permitiu sua inserção no contexto macro da educação e suas interlocuções com o micro.

Acredita-se ainda que embora as leis educacionais sejam primordiais para a compreensão do objeto, essas também demonstram seus limites na medida em que evidenciam apenas uma parcela do passado; mesmo que a "lente de análise" desse passado seja modificado dependendo de quem o observa e o examina (BLOCH, 2001). Essa concepção contribui para o entendimento de que nenhum documento está isento de uma perspectiva ou uma visão de mundo, nem mesmo aquelas que perpassam a produção oficial do Estado.

Dessa maneira, apreende-se que os documentos, independentemente de sua natureza, não representam sua totalidade ou veracidade do acontecido. No caso das legislações educacionais, infere-se que essas façam parte de um todo e, por isso, são frutos do pensamento

de uma determinada época, embebecida de uma "verdade" defendida por cada grupo que estava, momentaneamente, no poder. Por isso, as leis que foram promulgadas no período da criação, funcionamento e suspensão da Escola Normal de Diamantina e que determinam a periodização dessa tese, indicam quais os caminhos que a pesquisa(dora) pode (escolhe) percorrer e ainda assinalam a necessidade da busca por outras fontes.

Igualmente, depreende-se que as fontes são produções humanas, constituídas como alguma finalidade – ou não, ficando a cargo do historiador reconstruir o passado do qual não fez parte. Conforme adverte Bloch (2001, p. 51), "[...] em contraste com o conhecimento do presente, o passado seria necessariamente 'indireto' [...]", sendo a ciência histórica não aquela que ensina lições às gerações futuras, mas sim que auxilia na compreensão do que somos.

A história, portanto, não a ciência do passado e sim a ciência do homem no tempo. Nessa perspectiva, o historiador assume o papel de observador, incapaz de reproduzir novamente os fatos acontecidos, devendo apegar-se aos testemunhos deixados pelos sujeito que viveram naquele contexto. Esses testemunhos caracterizam-se como vestígios e são, na perspectiva do autor, de natureza escrita, elevados ao *status* de fontes e fundamentais para as interpretações feitas pelos historiadores (BLOCH, 2001).

Tal constatação, leva a crer que a afirmativa feita pelo historiador Lucien Febvre – *a história é filha do seu tempo* – representa a própria transformação dessa ciência, em que se assume a subjetividade de sua escrita e a relação com o sujeito e o tempo que é produzida. Associado a isso, Bloch (2001) afirma que o conhecimento histórico é resultado das inquietações e convicções própria dos historiadores do que de tempos de outrora. Logo, "[...] o pesquisador privilegia fontes diferentes e também as interpreta valendo-se de diferentes enfoques e interesses práticos" (NOSELLA; BUFFA, 2009).

Diante disso, associado aos pressupostos teóricos e metodológicos da História e, sobretudo, sobre as pesquisas sobre as instituições educativas, acredita-se que as leis por si só não explicam o fenômeno histórico de forma longitudinal acerca do objeto estudado (NOSELLA; BUFFA, 2009). Embora as legislações conduzam essa pesquisa, sendo consideradas como a síntese das relações sociais e de produção, para entender a Escola Normal de Diamantina dentro do movimento educacional na virada do século, atentou-se para alguns aspectos que a perpassaram a gênese, o funcionamento e a consolidação dessa instituição educativa, uma vez que

> [...] historiar uma instituição é compreender e explicar os processos e os "compromissos" sociais como condição instituinte, de regulação e de manutenção normativa, analisando os comportamentos, representações e projetos dos sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural de contexto. Conhecer o histórico de uma instituição educativa é analisar sua genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imaginéticos e projetivos, representação, tradição e memórias, práticas, envolvimento e apropriação (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

À vista disso, associada as concepções de Castanha (2009) e Bertucci, Faria Filho e Taborda (2010) bem como dos pressupostos dos cruzamento entre fontes para a pesquisa histórica e a necessidade de compreensão do objeto, realizou-se a busca pelas fontes relativas ao objeto de estudo em quatro arquivos: 1) Biblioteca Antônio Torres (BAT); 2) Arquivo Público Mineiro (APM); 3) *Center for Research Libraries* (CRL); e, 4) Mitra Arquidiocesana de Diamantina (MITRA), afim de construir um acervo documental que pudessem auxiliar na análise da Escola Normal de Diamantina.

O processo de busca, localização e catalogação das fontes se deu de maneiras diferentes em cada um dos arquivos. No primeiro, marcado pelas idas e vindas a cidade de Diamantina[17], as fontes localizadas e selecionadas são oriundas de treze jornais diferentes que foram veiculados em Diamantina entre os anos de 1831 a 1913 e são: *Sete de Setembro*, *17º Districto*, *A Diamantina*, *A Ideia Nova*, *Cidade de Diamantina*, *Echo do Serro*, *Estrella Polar*, *O Aprendiz*, *O Itambé*, *O Jequitinhonha*, *O Municipio*, *O Normalista* e *O Norte*. No total, esses documentos contabilizam 184 matérias de jornais que têm em seu cerne a discussão sobre a instrução pública de Diamantina no século XIX e início do XX e, também, tangenciam as questões relacionadas a Escola Normal de Diamantina, a partir da sua instalação em 1878, contribuindo para o entendimento do cenário educativo diamantinense.

Na APM, esse processo pode ser dividido em duas fases: a primeira realizou-se junto aos Anais da Assembleia Legislativa Provincial de 1876 a 1889, aos Anais da Câmara dos Deputados[18] e dos Senadores entre os anos de 1889 a 1906, no qual buscou-se as discussões em

---

[17] Todas viagens para o desenvolvimento desta tese só foram viabilizadas devido ao financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) através da "taxa de bancada", prevista por essa agência de fomento para subsidiar atividades dos doutorandos. A utilização dessa verba foi autorizada pela coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, confirmando o compromisso e a preocupação com as pesquisas e com os pesquisadores.

[18] Com o propósito de auxiliar a consulta dessa fonte por outros pesquisadores, ao tempo da escrita da introdução da tese e após a busca junto ao Arquivo Público Mineiro, localizou-se o site da Biblioteca Digital da Assembleia Legislativa de Minas Gerais <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/121>, na qual estão disponibilizados documentos do poder legislativos sobre a Província e do Estado mineiro. Dentre eles, é possível fazer o *download* dos Anais da Câmara dos Deputados, de 1891 até 1930, bem como ter acesso a publicações anteriores a esse período.

torno da criação e instalação da Escola Normal de Diamantina bem como o processo de supressão dessa instituição.

Além de uma análise circunstanciada do objeto, esses documentos permitiram compreender em suas entrelinhas os debates em torno da formação de professores primários e o processo de criação/suspensão das Escolas Normais mineiras que, no âmbito macro da pesquisa, foram fundamentais para compreender a emergência de uma instituição destinada a formação de professores no município diamantinense. No total, podem ser enumerados dezenove anais consultados, sendo cinco de deputados da Província, onze de deputados do Estado e três de senadores[19].

Assim, respeitando os pressupostos da ciência histórica e o manuseio das fontes, para a localização dos debates em torno da Escola Normal de Diamantina em todos os anais, entre os anos de 1878 a 1905, buscou-se, dentro desses documentos, junto as categorias de análise eleitas para esse trabalho, os discursos que perpassavam as questões sobre a formação de professores, as Escolas Normais e instrução pública. Desse modo, foi possível entender os debates políticos que envolviam o objeto estudado e que contribuíram para instalação e suspensão das Escolas Normais mineiras e o contexto particularizado da Escola Normal de Diamantina.

Considera-se que a movimentação dentro da política mineira, na conjuntura pormenorizada das câmaras[20] e assembleias, também ressoaram nos relatórios e mensagens de Presidentes de Província e de Estado de Minas Gerais, contribuindo para o quadro desfavorável sobre as condições do professorado mineiro e as Escolas Normais públicas entre o final do século XIX e início do XX que foram apresentados pelos governantes, conforme retrata essa pesquisa.

Após a finalização dessa primeira etapa, iniciou-se a busca pelos documentos específicos sobre a Escola Normal de Diamantina entre os anos de 1878 a 1905. Nessa segunda

[19] Esta etapa junto ao arquivo público do Estado foi realizada por meio da consulta *online* no site da APM e com a ajuda de uma ferramenta tecnológica disponível em leitores de documento PDF. Isso porque, a quantidade de páginas de todos os anais, que ultrapassam o total de onze mil, tratavam dos mais diversos assuntos que perpassam as questões de políticas e administrativas para além da instrução pública mineira no período estudado. Logo, a opção de utilizar o *Optical Character Recognition* (OCR) requereu investimentos financeiros para que fosse possível a leitura mais dinamizada, levando em consideração o tempo para a análise da pesquisa e apresentação de resultados.

[20] Ao tempo desta pesquisa, não foi possível consultar os arquivos da Câmara Municipal de Diamantina a partir de sua criação em 1831, uma vez que esses documentos estavam sob a guarda da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, articulado em dois projetos de extensão iniciado no ano de 2013 até o ano de 2016, estando impossibilitado para consulta de outros pesquisadores, devido aos processos de limpeza, restauração e catalogação.

fase na APM, foram consultadas os arquivos de dois fundos que correspondem o período de existência da instituição educativa em questão: o primeiro, no Fundo da Instrução Pública (IP) e, o segundo, o Fundo da Secretaria do Interior (SI). Essa organização reflete a mudança do regime político no final do século XIX bem como o rearranjo no cenário educacional após 1889 em Minas Gerais.

As fontes localizadas no IP dizem respeito ao Externato e a Escola Normal de Diamantina entre os anos de 1855 a 1889[21], período que marca a coexistência de duas instituições educativa no mesmo espaço. Enquanto o SI, aloca os documentos apenas da Escola Normal de Diamantina de 1892 a 1905[22], uma vez que o Externato da cidade fora fechado por meio da Lei nº. 260, de 01 de dezembro de 1890, permanecendo a existência da instituição educativa destinada a formação de professores primários.

Importante ressaltar que os documentos encontrados no IP referente ao Externato e/ou a Escola Normal de Diamantina entre os anos de 1855 a 1889 não limitam-se apenas a essas instituições educativas. Foram localizados junto as caixas selecionadas deste fundo um diploma do Ateneu São Vicente de Paula com indicação nominal de Francisco de Sales Queiroga Júnior e um compêndio[23] de gramática latina que referente ao Liceu Mineiro, localizado na cidade de Ouro Preto. Ambos os documentos datam de 1855, sendo o próximo do ano de 1878, período que marca o início das atividades do Externato e a criação da Escola Normal de Diamantina. Pode-se afirmar que junto a este fundo foram catalogados o total de 497 documentos. Além dos dois já mencionados, essas fontes correspondem a solicitações de matrículas, atestados, solicitações de professores, correspondência, entre outros[24].

---

[21] Esses documentos estão localizados na *série 01, correspondência, subsérie 03 – Escolas Oficiais e Particulares*. Sua notação IP^{1}_{3}, sendo os assuntos referentes ao Externato e a Escola Normal de Diamantina são encontrados nas caixas 09, 10, 11 e 12.

[22] O SI possui documentos datados de 1891 a 1957. Entretanto, sobre a Escola Normal de Diamantina no período de sua existência a busca encontra-se limitada na *série 04, instrução pública, subsérie 4.2 – Escolas Normais*, sendo sua notação SI^{4}_{2} e as fontes estão alocadas nas caixas 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43 e 44.

[23] A palavra *compêndio* tem origem do latim – *compendium* – que entende-se como um livro, geralmente normativo, que contém uma síntese relativo a uma área do saber. O surgimento desses materiais escolares estão na esteira da formação dos Estados modernos, sobretudo na França, no final do século XVIII. Segundo Toledo (2005, p. 24), existe uma "[...] estreita relação entre a modernização da escola, a escolarização de determinados grupos sociais, a elaboração dos programas de ensino e a construção dos compêndios e manuais escolares, [sendo] um processo que se realiza de forma mais ou menos generalizada nos países que tiveram ideias da modernização europeia como matrizes de uma nova educação dos costumes e vivência social [...]".

[24] O grande volume de documentos pode ser explicado na medida em que observa-se as exigências legais quanto a solicitações de matrícula, uma vez que para ser aluno de um Externato ou de uma Escola Normal era necessário apresentar atestado de saúde, de moralidade, de instrução primária e de idade. Além disso, era preciso formalizar por escrito o pedido de matrícula, seja pelo próprio aluno ou responsável.

Por sua vez, no segundo fundo foram inventariados aproximadamente 3 mil documentos que correspondem somente a Escola Normal de Diamantina entre os anos de 1892 a 1905. O SI sobre a instituição educativa diamantinense agrega provas, pareceres de exames, correspondências, lista de materiais, solicitações do Colégio Nossa Senhora das Dores de Diamantina, pedidos de professores, solicitações de matrículas, pedidos de alunos, pareceres de concurso, etc. O grande volume de fontes é resultado do enorme contingente de provas, solicitações de matrículas e pareceres de concurso e exames[25].

Concomitante a esse processo, fez-se ainda a busca por mensagens, relatórios e falas de Presidentes de Província e de Estado que estão disponíveis para consulta e *download* no *Center for Research Libraries* (CRL). Nesse, foram selecionados documentos entre os anos de 1850 a 1906 que tratavam especificamente da instrução pública, formação de professores primários, Escolas Normais e instrução primária.

No total, é possível contabilizar a utilização de treze falas, trinta relatórios e sete mensagens que perfazem o período do Império e República. Esses documentos, associados aos encontrados nos outros dois arquivos, nos permitiram conceber um quadro que demonstra as dificuldades de implantação e continuidade das Escolas Normais mineiras como também evidencia a problemática da formação de professores e da instrução pública e primária.

Além desses arquivos, para compreender a atuação da Igreja Católica bem como do primeiro bispo diamantinense sob o cenário educativo da cidade durante o período da pesquisa, fez-se a busca junto aos acervos da Mitra Arquidiocesana de Diamantina, onde localizou-se três Cartas Pastorais redigidas por Dom João Antônio dos Santos durante sua administração da diocese entre os anos de 1863 a 1905. Esses documentos evidenciaram sua posição ultramontana bem como justificou sua ação educativa nos estabelecimentos de ensino criados e mantidos pelo bispado. Além disso, demonstraram sua forte influência nas relações socais e comportamentos da população.

[25] Essa catalogação realizou-se por meio de consulta direta aos fundos da APM durante todo o processo de doutoramento – financiado pela FAPEMIG e autorizado pelo PPGED, necessitando de idas periódicas e longas permanências em Belo Horizonte, sendo digitalizado somente os documentos considerados essenciais para a análise do objeto, pois essas fontes não estão disponíveis para consulta *online* e sua digitalização gera custos ao pesquisador.

Tabela 01 - Arquivos e documentos consultados e digitalizados/catalogados durante a pesquisa

ARQUIVO	TIPO DE DOCUMENTO	NÚMERO DE DOCUMENTOS	QUANTIDADE DE DIGITALIZAÇÕES
Biblioteca Antônio Torres	Jornais	13	184
Arquivo Público Mineiro	Anais da Assembleia Provincial	5	2.409
	Anais da Câmara de Deputados de Minas Gerais	16	8.057
	Anais do Senado Mineiro	3	549
	Fundo da Instrução Pública	497	25
	Fundo da Secretaria do Interior	≅ 20.000	20
Center for Research Libraries	Falas	10	-
	Relatório	30	-
	Mensagens	7	-
Mitra Arquidiocesana de Diamantina	Carta Pastoral	03	16

Fonte: Construído pela autora do estudo.

Diante da tabela acima, pode-se ter uma noção do acervo documental construído para a pesquisa. Assim, considera-se que todos os arquivos consultados foram fundamentais para as análises realizadas sobre o objeto, auxiliando vislumbrar a tese proposta por esse trabalho, no qual defende-se que o projeto educacional moderno vislumbrado pelas autoridades mineiras, vinculado ao progresso social e moral da população, não sofreu alterações com o fechamento das Escolas Normais públicas em 1905, uma vez que não prejudicava os interesses do Estado, da Igreja Católica e da elite dirigente, pois a legitimação da ação católica frente aos cursos normais confessionais garantia a continuidade da formação da sociedade moderna minera ao mesmo tempo que permitia o Estado investir nos Grupos Escolares.

Desse modo, essa pesquisa tem como propósito contribuir não apenas para as investigações que permeiam o campo da História e Historiografia da Educação mineira e diamantinense. O empenho empreendido até aqui busca favorecer a compreensão sobre a educação brasileira no último quartel do século XIX, procurando evidenciar, sobretudo, os pressupostos do projeto moderno, vinculado ao catolicismo, para a sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, essa tese também buscou dar “sentidos” aos sujeitos que inseridos em seu tempo que influíram sobre a dinâmica e movimento da Escola Normal de Diamantina, em especifico, e da educação mineira, no geral, entre os anos de 1878 a 1905. Isso quer dizer, que como compromisso com o conhecimento histórico-educacional e com a pesquisa acadêmica, buscou dar à luz as personagens que tiveram suas vidas, de perto ou de longe, cruzadas com o objeto dessa investigação.

III. AS PESQUISAS NO CAMPO DA HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO: ESCOLAS NORMAIS NO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX

Para compreender a criação, instalação e trajetórias dos estabelecimentos de ensino dedicados a formação de professores no período delimitado desta pesquisa, fez-se o esforço de busca e sistematização de trabalhos desenvolvidos nos âmbitos dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) no Brasil, com vistas a estabelecer um panorama das teses e dissertações sobre a temática da constituição de Escolas Normais no país, entre o século XIX e XX, no empenho de demonstrar a relevância do objeto.

Como ponto de partida, tomou-se como referência umas das obras basilares para compreensão dessas instituições educativas. O livro *Escolas Normais no Brasil – do Império à República*, organizado por José Carlos Souza Araújo, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas e Antônio de Pádua Carvalho Lopes, publicado em 2008, teve como objetivo principal organizar, em forma de artigos, os resultados das investigações produzidas em âmbitos dos PPGE brasileiros, reunindo trinta e um pesquisadores.

Os vinte dois textos abrangem as trajetórias histórico-educacionais de Escolas Normais em várias Províncias e Estados brasileiros e privilegiam os aspectos sobre a gênese, implantação e consolidação desses estabelecimentos de ensino no período que perfazem o Império e a República. Dessa forma, destaca-se estudos de José Carlos Souza Araújo, que contempla os aspectos da constituição das Escolas Normais em Minas Gerais na década de 1920, focalizando no surgimento da Escola Normal de Uberlândia e ainda o de autoria de Heloísa de Oliveira Santos Vilella, sobre a primeira Escola Normal do Brasil em 1835.

Os estudos reunidos neste livro permitiram conceber uma ideia sobre desenvolvimento dessas escolas no território nacional e, sobretudo, na região de Minas Gerais, possibilitando fazer interlocuções importantes para compreensão da trajetória da Escola Normal de Diamantina no final do século XIX e XX. Assim, a opção por tomá-lo como marco inicial para a construção de um panorama de pesquisas de mestrado e doutorado, justifica-se na medida em que concebemos a este livro a importância que lhe é devida, uma vez que este contribuiu significativamente não só para a temática das instituições educativas destinada a formação de professores, mas também, para o campo da História e Historiografia da Educação.

Com base nisso, o levantamento junto ao Catálogo de Teses & Dissertações (CT&D) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) limitou-se a focalizar as pesquisas desenvolvidas entre os anos de 2008 a 2019. Ao demarcar as categorias – Escola

Normal, curso normal e ensino normal – foram encontrados junto ao CT&D 580 trabalhos, entre teses e dissertações, datados de 1987 a 2019, que circunscrevem nas mais diferentes áreas do conhecimento das ciências humanas que de alguma maneira perpassam pelas instituições educativas destinada a formação de professores primários.

Destes, foram considerados apenas aqueles que estariam associados aos PPG da área da educação e que foram produzidos entre 2008 a 2019 sobre a temática de instituições educativas destinadas a formação de professores no período delimitado dessa pesquisa. Ou seja, para evidenciar a relevância do objeto eleito dessa tese e demonstrar sua importância para o campo da História e da Historiografia da Educação, os estudos que tomaram destaque na Quadro 01 se referem a Escolas Normais que foram criadas e funcionaram entre o século XIX e início do XX e analisaram os aspectos sobre a gênese, a implantação e a consolidação desses estabelecimentos de ensino.

Quadro 01 - Teses e dissertações publicadas no âmbito dos PPGE sobre Escolas Normais no Brasil entre o Império e a Primeira República, 2008 a 2019

	NOME	TÍTULO	NÍVEL	INSTITUIÇÃO	ANO
1.	Marina Natsume Uekane	"Instrutores da Milícia cidadã": A Escola Normal da Corte e a profissionalização de professores primários (1854-1889)	Mestrado	Universidade Federal do Rio de Janeiro	2008
2.	Rose Mary de Sousa Araújo	Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX	Doutorado	Universidade Federal da Paraíba	2010
3.	Tony Honorato	Escola Complementar e Normal de Piracicaba: formação, poder e civilidade (1897-1923)	Doutorado	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Campus Araraquara)	2011
4.	Priscila Alves Ferreira	A Escola Normal de Juiz de Fora: crises e permanências (1881-1911)	Mestrado	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2013
5.	Giovanna Maria Abrantes Carvas	A educação salesiana na cidade de Ponte Nova – Minas Gerais e a formação de professoras na primeira república	Mestrado	Universidade de Viçosa	2015
6.	Assislene Barros da Mota	A Escola Normal do Amazonas: a formação de uma identidade (1889-1945)	Doutorado	Universidade de Sorocaba	2015
7.	Jumara Seraphim Pedruzzi	A Escola Normal de Ouro Preto: instituição e formação docente no contexto educacional mineiro do século XIX (1835-1889)	Mestrado	Universidade de Ouro Preto	2016
8.	Marina Natsume Uekane	"Como o bom professor tudo está feito, sem elle nada se faz" – A Escola Normal e a conformação do magistério primário no Distrito Federal (1892-1912)	Doutorado	Universidade Federal Fluminense	2016
9.	André Luís Oliveira	A Escola normal de Uberaba (1881-1905): memória e cotidiano	Mestrado	Universidade Federal de Uberlândia	2018
10.	Mariana Silva Santos	A Escola Normal de Uberaba, Minas Gerais: modernidade, civilidade e progresso (1881-1905)	Doutorado	Universidade Federal de Uberlândia	2019

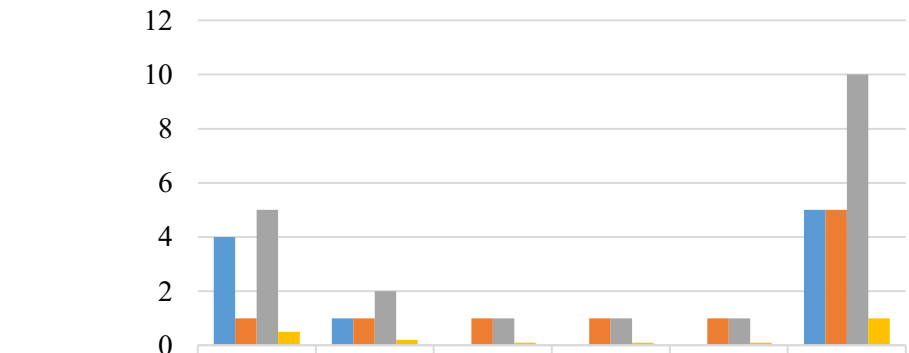
Fonte: Construído pela autora do estudo, 2020.

Os dados quantitativos exibidos acima evidencia um número efêmero de pesquisas que assumiram como objeto as Escolas Normais em seu aspecto histórico-educacional, estando assentadas, ao mesmo tempo, junto a temática da história das instituições educativas bem como associadas temporalmente ao Império até os primeiros anos da República. Embora seja relevante essa consideração, é oportuno assinalar que a busca no CT&D da CAPES dentro dos PPGE identificou a existência de mais 215 pesquisas que somado às 11 elencadas acima totalizam 226 trabalhos sobre Escolas Normais no Brasil em diferentes temporalidades e

espaços. Essas produções, entretanto, não se enquadraram dentro dos critérios estabelecidos para o levantamento apresentado aqui, ora por ultrapassarem o período estipulado, ora pela temática da pesquisa que não condizia com a história das instituições escolares.

Assim, por meio do Quadro 01 é possível fazer algumas ponderações significativas no que se refere a produção acadêmica sobre Escolas Normais no Brasil entre o século XIX e início do XX. Uma delas está associada o quantitativo de trabalhos sobre as diferentes instituições educativas dedicadas a formação de professores primários que existiram nas Províncias e nos Estados brasileiros nesse período:

Gráfico 01 - Produções acadêmicas por Estado, 2008 a 2019.



	MG	RJ	PB	SP	AM	Total
Mestrado	4	1	0	0	0	5
Doutorado	1	1	1	1	1	5
Total	5	2	1	1	1	10
% por Estado	50%	20%	10%	10%	10%	100%

Fonte: Construído pela autora do estudo, 2020.

Como pode-se observar acima, as pesquisas sobre as Escolas Normais mineiras correspondem a sua maioria, sendo quatro dissertações e uma tese, representando 50% dos trabalhos. Os estudos sobre as Escolas Normais do Rio de Janeiro totalizam 20% das investigações e correspondem a uma dissertação e uma tese, a primeira referindo-se a Escola Normal da Corte (1854-1889) e, a segunda, a Escola Normal do Distrito Federal (1892-1912). Os outros quatro Estados brasileiros contemplados pelas pesquisas – Paraíba, São Paulo, Amazonas e Bahia, contabilizam igualmente 10% da produção, sendo, respectivamente, uma tese sobre a Escola Normal da Paraíba do Norte (1837-1899), outra sobre a Escola Normal e Complementar de Piracicaba (1897-1911) e uma terceira sobre a Escola Normal do Amazonas (1889-1945).

Antes de deter as análises sobre os trabalhos selecionados, cabe destacar que os estudos sobre Escolas Normais em Minas Gerais abrangem quatro instituições educativas diferentes, a saber: Escola Normal de Uberaba (1881-1905), Escola Normal de Ouro Preto (1835-1889), Escola Normal de Juiz de Fora (1881-1911), Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora (1896-1930). Dessas, somente a última foi subvencionada pela iniciativa particular, sendo o restante subsidiadas pelo poder público mineiro.

Desse modo, a Escola Normal de Uberaba recebeu atenção em dois trabalhos diferentes: um, de autoria de Oliveira (2018) e, o outro, de Santos (2019). Ambos foram desenvolvidos no âmbito do PPGE da Universidade Federal de Uberlândia e representam contribuições fundamentais para a compreensão do cenário educativo do Triângulo Mineiro entre o século XIX e XX, no que se refere a institucionalização da formação de professores primários e sua relação com o projeto moderno.

Em sua dissertação de mestrado, Oliveira (2018) aponta que a criação da Escola Normal de Uberaba, por meio da Lei Provincial nº. 2.783, de 22 de setembro de 1881 e instalada em 15 julho de 1882, foi resultado do desenvolvimento econômico e a dinâmica do município uberabense. No entanto, para além de um espaço escolar, essa instituição educacional se tornou palco de disputas políticas, especialmente, após o advento da República. Tal característica, levou a escola organizar-se de maneira débil, resultando em uma precária estrutura física e marcada pela falta de equipamentos e de prédio específico.

Aprofundando as discussão sobre a mesma instituição educativa, Santos (2019), em sua tese de doutorado, advoga que as Escolas Normais criadas e instaladas em Minas Gerais entre o século XIX e XX constituíram-se como estratégias de busca pela modernidade, civilidade e progresso. Contudo, a pesquisadora sustenta que não houve execução de um projeto de modernidade pela via desses estabelecimentos de ensino, muito embora, tivessem sido consideradas primordiais para o desenvolvimento da cidade e a melhoria das condições culturais e civilizacionais por meio da educação. Santos (2019) ainda revela que o pouco investimento nas condições materiais da Escola Normal de Uberaba foi resultado do desencontro entre as prescrições legais e as práticas das leis.

Por sua vez, a pesquisa de mestrado de Pedruzzi (2016), junto à Universidade Federal de Ouro Preto, teve como objetivo compreender a trajetória histórico-educacional da Escola Normal de Ouro Preto, a primeira instituição educativa pública destinada a formação de professores primários criada em Minas Gerais, através da Lei nº. 13 de 1835. Delimitando a

análise até a proclamação da República, em 1889, a pesquisadora deu ênfase aos momentos de crise e reestruturação desta escola ao longo do século XIX bem como o funcionamento a partir da década de 1870.

A investigação revelou que a instituição educativa ouro-pretana seguiu a tendência nacional, marcada pelas dificuldades de consolidação e funcionamento, sendo fechada por duas vezes sob a égide da falta de professores qualificados, a baixa procura por parte da sociedade e a falta de aplicabilidade práticas dos métodos associadas a escassez de recursos financeiros para mantê-las. Segundo Pedruzzi (2016), apenas a partir da década de 1870, quando demarca-se a terceira fase da Escola Normal de Ouro Preto, foi possível constatar certa estabilidade em seu funcionamento bem como inversão do gênero no corpo discente da época. Ainda assim, conforme indica a pesquisadora, isso não significou uma ausência de dificuldades principalmente de ordem estrutural e no magistério primário mineiro.

A discussão proposta por Pedruzzi (2016), corrobora para o entendimento sobre a Escola Normal de Juiz de Fora, entre os anos de 1881 a 1911. A dissertação de mestrado ligada ao PPGE da Universidade do Estado do Rio de Janeiro de autoria de Ferreira (2013), teve como objetivo compreender a instabilidade no processo de criação e consolidação da instituição educativa juiz-forana destinada a formação de professores primários. Em sua pesquisa, Ferreira (2013) assinala que, seguindo a tendência do contexto educacional da época, a Escola Normal de Juiz de Fora agregou valores e debates que envolviam o poder político e a sociedade que juntos teciam críticas ora a favor, ora contra a existência desses estabelecimentos de ensino. Segundo ela, os ensejos e demandas por parte da sociedade se materializavam por meio da imprensa da época e representava os discursos de determinado grupo social. Assim, a investigação de Ferreira (2013), considera que as determinações políticas não se limitam as ações governamentais, sendo influenciadas por pressões de outros grupos sociais.

Indo de encontro a esses trabalhos, a pesquisa sobre a Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora foi objeto de estudo de Carvas (2015) e evidencia um aspecto fundamental para a compreensão das instituições educativas mineiras para a formação de professores: o papel das escolas particulares confessionais na promoção do curso normal em Minas Gerais. Criada em 1896 na cidade de Ponte Nova em Minas Gerais, foi organizada e dirigida pelas Irmãs Salesianas associadas às Filhas de Maria Auxiliadora vindas diretamente da Itália ou de outras instituições salesianas existentes em alguns Estados brasileiros. Segundo a pesquisadora, a instalação da escola decorreu da relação dos interesses entre representantes da política local e

da Igreja Católica. Como resultado, Carvas (2015) revela que essa Escola Normal organizou o currículo e desenvolvia suas práticas visando garantir a educação feminina aliada aos preceitos religiosos valorizados pela família mineira. Dessa forma, Carvas (2015) considerou que a instrução estava atrelada ao papel fundamental da mulher, no que diz respeito a obrigação de constituírem mãe e esposa, responsável pelo lar e pela educação dos filhos.

Todas essas pesquisas ratificam a ideia de que a criação e instalação das Escolas Normais públicas em Minas Gerais, entre o século XIX e XX, estiveram associadas a pujança econômica e expressividade política dos municípios em âmbito regional e nacional bem como faziam parte do projeto moderno estabelecido em consonância com os interesses dos poderes locais e religiosos. Os estabelecimentos de ensino público destinado a formação de professores primários de Ouro Preto, Juiz de Fora e Uberaba representaram parte fundamental para o projeto de modernidade vislumbrados pelas autoridades políticas mineiras, embora fossem marcados pela dificuldade de funcionamento e consolidação.

Relacionado a isso, é possível inferir que assim como o Estado, a Igreja Católica também legitimou-se como uma instância importante no que se refere a promoção da educação em Minas Gerais nesse período, conforme apresentou Martins (2013). Nas localidades onde não haviam instituições educativas públicas que oferecessem o curso normal, a Igreja incumbia-se de educar o professorado, como é o caso da Escola Normal da cidade de Ponte Nova, em que o surgimento dessa escola também está atrelado a demanda por parte da sociedade.

Partindo para uma visão macro da constituição e consolidação das Escolas Normais no Brasil e estando ao mesmo tempo associadas as particularidades de cada região brasileira, a dissertação de Uekane (2013), desenvolvida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, teve como objetivo compreender o modelo escolarizado de formação de professores na Corte a partir da década de oitenta do século XIX. Segundo a pesquisadora, a Escola Normal daquela localidade, criada em 1880, foi marcada por intensos debates a partir do modelo de formação do professorado primário iniciado em 1854. Para ela, acreditava-se que os professores deveriam ser formados para disseminar as “luzes” da instrução nas escolas elementares, com base nos conhecimentos racionais e científicos. Uekane (2013) considera que esse modelo só foi legitimado nas décadas finais do século XIX, marcado por tensões que reverberaram na organização da Escola Normal da Corte, evidenciando um aumento expressivo da presença feminina tanto nas escolas primárias e nos espaços destinados a formação de professores.

Dedicando-se de maneira mais incisiva na temática sobre a formação de professores por via de um estabelecimento de ensino específico, a mesma pesquisadora elegeu como objeto de estudo a Escola Normal do Distrito Federal em seu processo de doutoramento na Universidade Federal Fluminense. Conforme Uekane (2016)[26], a instituição educativa da Capital Federal teve origem na Escola Normal da Corte que sofreu alterações por ocasião da mudança do regime político em 1889 e as transformações instauradas na sede do governo na cidade do Rio de Janeiro a partir de 1892.

Sob a égide dos regulamentos publicados até 1912, a pesquisadora advoga que a Escola Normal do Distrito Federal constituiu-se em meio dos interesses variados, transfigurado no aparato legal extenso construído em torno da instrução pública municipal. A pesquisa revela que esse movimento ratificava a relação entre a instituição e a ordenação do ensino primário, gerando debates entre os sujeitos de esferas diferentes em torno da educação. No entanto, essa dinâmica favoreceu o aumento expressivo do contingente feminino na escola bem como incendiou os debates em torno da representação da profissão, responsável por ocasionar a fragmentação da carreira docente pública primária no Distrito Federal.

Nessa mesma direção, a tese defendida por Araújo (2010) sobre a Escola Normal da Paraíba do Norte, entre os anos de 1837 a 1899, teve como objetivo compreender a formação de professores por meio desse estabelecimento de ensino. A pesquisa produzida junto a Universidade Federal da Paraíba, sustenta o argumento de que, ao longo do século XIX, o movimento e a constituição da Escola Normal paraibana esteve atrelada aos preceitos iluministas da época ao mesmo tempo que articulava-se com as questões do ensino primário e com os interesses de grupos políticos locais. Desse modo, a instituição educativa visava a profissionalização docente a partir de parâmetros pedagógicos de caráter moderno e priorizava a formação de feição humanista de cultura geral e científica.

Corroborando para a análise a partir das produções acadêmicas sobre as Escolas Normais do Brasil, a pesquisa de doutorado Honorato (2011) realizada na Universidade Estadual de São Paulo "Júlio de Mesquita Filho" – Campus Araraquara, elegeu como objeto de pesquisa a Escola Complementar e Normal de Piracicaba, delimitando a análise entre os anos de 1897 a 1921, com objetivo compreender a formação de professores primários no interior do Estado de São Paulo. Com base nos pressupostos teórico-metodológico de Norbert Elias, o

[26] Para fins de esclarecimento, o acesso à pesquisa de doutorado de Uekane (2016) foi possível mediante solicitação feita diretamente a autora da tese em janeiro de 2020, via e-mail.

pesquisador evidencia que a formação de professores, por meio das escola piracicabana, estava articulada com os conceitos civilizacionais, demonstrando relações de poder fundadas nos elementos da cultura escolar. A tese defendida por Honorato (2011) considera que além de produção da imagem do homem moderno e civilizado na sociedade republicana, as figurações piracicabanas ao longo da trajetória histórica implicou em um equilíbrio de poder na rede de escolas para formar professores, o que ocasionaria uma redução de poder da Escola Normal da Capital.

Nesse sentido, o estudo feito por Mota (2015) sobre a Escola Normal do Amazonas entre os anos de 1889 a 1945, realizado na Universidade de Sorocaba, teve como objetivo compreender a trajetória histórica-educacional desse estabelecimento de ensino. Com vistas aos fatos de criação, implantação, consolidação e expansão do ensino normalista no Amazonas, a pesquisadora conjectura que ao desvelar a história dessa instituição educativa, vislumbrou-se a compreensão da produção da educação normalista em Manaus e sua contribuição socioeducativa, permitindo a realização de um estudo do contexto no qual inseria-se a sociedade amazonense. Como consideração acerca do trabalho, Mota (2015) enfatiza as transformações vividas dentro da escola, mediante a mudança como Instituto de Educação Superior durante o Estado Novo, demarcar a relevância desse estabelecimento de ensino para o Estado do Amazonas.

Os dez estudos reunidos sobre as Escolas Normais produzidos nos mais diferentes PPGE e universidades brasileiras apresentaram uma característica comum para compreensão dessas instituições educativas: para além de constituírem espaços específicos para aquisição do saber e práticas do professorado primário, essas escolas faziam parte de discursos político, econômicos e socioculturais entre o século XIX e XX, na busca da constituição de uma sociedade moderna e civilizada.

Nessa perspectiva, é possível considerar que as Escolas Normais públicas no Brasil nesse período congregaram, de maneira heterogênea, os interesses políticos e sociais que refletiram em seus processos de consolidação no contexto educacional no qual estavam inseridas. Esse aspecto reverberou no caráter volátil desses estabelecimentos de ensino, marcado pela instabilidade e falta de investimento financeiro por parte do poder público bem como as constantes críticas aos seus resultados.

Assim, no âmbito das pesquisas sobre as instituições educativas mineiras, é possível estabelecer certa aproximação desta tese com os trabalhos desenvolvidos por Oliveira (2018),

Santos (2019), Pedruzzi (2016) e Ferreira (2013), dado que os pesquisadores debruçaram-se sobre escolas públicas destinadas a formação de professores que existiram no último quartel do século XIX em Minas Gerais. Logo, compreende-se que as três Escolas Normais – Ouro Preto, Juiz de Fora e Uberaba, seguiram quase os mesmos caminhos da Escola Normal de Diamantina: foram resultados de manifestações e articulações de poderes locais, alicerçados no pretexto de que a cidade desempenhava papel central para a região onde estava localizada, estando ao mesmo tempo associada a um projeto para a formação da sociedade civilizada a partir da década de 1880.

Desse modo, verifica-se que as Escolas Normais públicas mineiras fizeram parte de um plano maior, configurando-se como um dos sinônimos da modernidade mineira no final do século XIX e início do XX (SANTOS, 2019). Apesar disso os quatro pesquisadores salientam que a falta de investimento, de pessoal qualificado, funcionamento precário, incipiência dos resultados, entre outros fatores, foram marcas destes estabelecimentos de ensino no período que circunscreve esta pesquisa, servindo de argumento para o fechamento desses estabelecimentos de ensino em 1905, por meio da Lei nº. 395 de 23 de dezembro de 1904, ratificada pelo Decreto nº. 1.778, de 31 janeiro de 1905.

Embora o estudo de Carvas (2015) esteja em grande parte distante dos apontamentos feitos por esses autores, a pesquisadora ratifica a ideia de que a Escola Normal de Nova Ponte, criada pela Igreja Católica com o apoio de grupos locais, esteve associada a formação de mulheres para a tradicional família mineira e que sua atuação no cenário educativo da cidade tenha sido importante para compreender de que modo a instituição religiosa se legitimou diante da educação mineira, tornando-se uma instância promotora educacional ao lado do Estado.

Em conformidade a essas preposições, as duas pesquisas de Uekane (2013; 2016), cuja a análise está situada no período de transição de regimes políticos no Brasil, constata-se que era comum o caráter frágil dessas instituições educativas bem como a associação destas com os preceitos modernos. Seja em Minas Gerais ou no Rio de Janeiro, as Escolas Normais estavam à mercê de interesses e jogos políticos que ora atuavam à favor ora contra sua existência. Porém, diferentemente do desfecho das escolas mineiras, a Escola Normal da Corte e, posteriormente Escola Normal do Distrito Federal, permaneceram funcionando, mesmo que precariamente.

Além disso, verifica-se um paralelo com a pesquisa de Araújo (2010), em que autora considera que a Escola Normal da Paraíba do Norte esteve associada aos preceitos da modernidade, encarando a profissionalização do professorado a partir da pedagogia moderna

associada ao iluminismo. Já Honorato (2011) corrobora com a ideia de que as Escolas Normais, durante a Primeira República, funcionaram como meio para dar fôrma ao homem moderno estando ao mesmo tempo associada as disputas políticas locais.

A pesquisa de Mota (2015), entretanto, apesar de ser importante para os estudos educacionais sobre o cenário do amazonense, não aponta as tramas que envolveram o funcionamento e existência da Escola Normal de Amazonas impedindo de estabelecer parâmetros com a Escola Normal de Diamantina. Seu trabalho limitou-se a narrar os fatos que dão ênfase a relevância desse estabelecimento de ensino até a mudança para Instituto de Educação Superior do Estado.

Com exceção desta pesquisa devido a sua extensão temporal, os nove trabalhos indicados anteriormente apontam a necessidade da existência das Escolas Normais ao longo do século XIX e início do XX para a formação do professorado bem como para organização da instrução pública, ratificando a relação entre o ensino normal e primário. No entanto, por meio destas investigações pode-se afirmar que isso não significou a legitimação da Escola Normal pública no cenário educacional brasileiro, de modo geral, e em Minas Gerais, em particular, sendo essas escolas marcadas por intensas descontinuidades e, ao mesmo tempo, havia a legitimação do curso normal por parte da iniciativa particular.

Este quadro, portanto, permite vislumbrar o caráter processual tão característico do cenário educativo brasileiro entre os século XIX e XX, confirmando que apesar da fragilidade das Escolas Normais, essas ainda ressaltavam seu aspecto permanente diante da história das instituições escolares, uma vez que a continuidade dentro da descontinuidade tornou-se elemento essencial para compreender a trajetória histórico-educacional dos estabelecimentos de ensino que existiram nesse período (SAVIANI, 2008).

Diante do caminho percorrido até aqui e as especificidades elencadas pelos trabalhos sobre as Escolas Normais mineiras e brasileiras, acredita-se que Diamantina a partir de meados do século XIX, assim como Juiz de Fora e Uberaba, se destacou no cenário político devido a sua pujança econômica e social da região norte, no qual fomentou os debates internos sobre a instalação de estabelecimentos de ensino e a busca pela concretização de um projeto de modernidade.

A importância desse município para o cenário mineiro foi ratificado com a instalação da Diocese em 1864, na qual marcou as transformações rumo ao progresso social e moral da população. Nesse sentido, houve a instalação de estabelecimentos de ensino importantes para a

regeneração da sociedade diamantinense: o Seminário Episcopal (1867), o Colégio Nossa Senhora das Dores (1867), o Externato (1877) e a Escola Normal de Diamantina (1879). Acredita-se que os dois últimos estabelecimentos de ensino faziam parte do projeto educacional do município, de roupagem moderna, além de conciliar com os interesses das elites dirigentes e do poder público mineiro.

Todavia, ao decretar-se a crise financeira em Minas Gerais, a qual colocou as Escolas Normais públicas em situação transitória marcada pela falta de interesses por parte das autoridades públicas e consequentemente promovendo o desmonte do ensino normal mantidos pelo Estado a partir do início do século XX, o governo optou em incentivar o projeto republicano de sociedade moderna por meio dos Grupos Escolares, suspendendo, então, as atividades mantidas por aqueles estabelecimentos de ensino de formação de professores primários. Esse movimento acarretou no fortalecimento da ação católica frente ao ensino normal particular por via das Escolas Normais confessionais, como em Diamantina, o Colégio Nossa Senhora das Dores associada a criação do primeiro Grupo Escolar da cidade em 1907.

Diante disso, considera-se que o projeto educacional moderno que estava em vigência não sofreu alterações, já que o fechamento da Escola Normal de Diamantina não prejudicava diretamente os interesses dos três agentes envolvidos (elite diamantinense, Estado e Igreja), nem os processos educativos em curso bem como o progresso social e moral da população, pois a modernidade seguia em congruência com o sentido de progresso. Logo, conforme as acepções de Araújo (2006), o fechamento das referidas instituições educativas permitiram que o Estado sistematizasse a formação de professores e a instrução primária, por meio do intercambiamento entre público e privado.

Em congruência a essas afirmações, esse trabalho está dividido em duas partes, que se encontram subdivididas. A primeira, na qual abriga as questões relativas a modernidade, progresso, civilização, Igreja Católica, desenvolvimento do município de Diamantina, o cenário educacional diamantinense nos oitocentos, dentre outros temas importantes para a compreensão do objeto de estudo, busca-se, sobretudo, embasamento teórico para caracterizar os conceitos que envolvem a ideia de modernidade e a maneira como a qual essa foi apropriada pela sociedade mineira e diamantinense ao longo do século XIX.

Para as análises empreendidas sobre a modernidade e sua relação com a religião católica em Minas Gerais e com o intuito de caracterizar esse movimento, ancorou-se nos estudos de Wirth (1982), , Oliven (2001), Paula (2000), Burity (2007), Ribeiro (2009) e Berger (2000).

Além disso, com base nas pesquisas de Souza (1993), Goodwin Jr. (2007), Martins (2014), Oliveira (2011), Alcântara (2015) e outros, esse quadro desponta para a organização do município de Diamantina e seu cotejo com progresso e a modernidade. Igualmente, procurou-se destacar o movimento ultramontano e a romanização no Brasil, na qual projetou a Igreja Católica em Diamantina como interlocutora importante para as mudanças que iram ocorrer com base no ideário moderno para e na região norte, sobretudo após a instalação do Bispado em 1864.

Nesse sentido, essa primeira parte visa corroborar para o entendimento de que a cidade de Diamantina, desde seu surgimento no século XVIII, ainda como Arraial do Tijuco, foi o centro da atividade econômica e política da região norte de Minas Gerais, o que permitiu que anos depois as elites políticas reivindicassem o município como a Capital do Norte, entendendo-a como o centro progressista (OLIVEIRA, 2011; MARTINS, 2013). Logo, esse movimento só se concretizou quando houve a criação da primeira Diocese do Norte, sendo a cidade escolhida para sedia-la. A partir daí, várias investidas para a melhoria da cidade foram feitas, associada a criação de escolas, instalação de rede sanitária e iluminação pública, telégrafo, cadeia, etc.

Coloca-se no cerne da sessão a educação e instrução da sociedade diamantinense, em que verifica-se que a criação de estabelecimentos de ensino públicos e privados em Diamantina contou com a colaboração entre os poderes públicos e eclesiásticos, de forma a consolidar a cidade não só como centro do "progresso" do norte mineiro, mas também, como lugar de escolarização, na qual se encontra argumentos para a criação da Escola Normal de Diamantina em 1878.

Após a escrita do "pano de fundo" desse trabalho, adentra-se nas especificidades da Escola Normal de Diamantina entre os anos de 1878 a 1905. Nessa segunda parte da tese, procura-se delinear os problemas com o funcionamento das Escolas Normais mineiras bem como a formação de professores primários. Destaca-se, portanto, para o fundamento dessa parte os estudos de Araújo (2006; 2008a; 2008b), Tanuri (2000), Santos (2019), Durães (2002), Martins (2013), entre outros, que auxiliaram nas análises das fontes referente ao objeto.

Assim, pretende-se demonstrar que o Minas Gerais estava em busca de se alinhar as ideias de modernidade e "progresso", uma vez que atuou decididamente na organização do ensino normal, por meio dos dispositivos legais da época, evidenciando sua busca por estar em consonância com o movimento macro da educação nacional. Do mesmo modo, essa parte tem como objetivo fomentar de forma mais contundente a tese defendida, na qual apresenta

documentos e argumentos que comprovam que a Escola Normal de Diamantina, assim como as outras de Minas Gerais, vinham, desde o final do Império, sofrendo diversos ataques por parte das elites políticas do Estado, fosse por conta da organização ou pelos baixos resultados, causando seu desprestígio e fomentando o desmonte do ensino normal público, concretizado a partir de 1901, com a primeira suspensão por meio da Lei nº. 318, em 16 de setembro daquele ano.

Tal qual outras regiões do país, os governantes que estiveram à frente do Estado mineiro nos primeiros anos da República argumentavam que era necessário a instituição de uma escola graduada, materializada na criação dos Grupos Escolares afim de que constituíssem como o reduto da nova sociedade mineira. Baseado nesses argumentos e fundamentado na crise financeira que assolava Minas Gerais, em 1905, através da Lei nº. 395 de 23 de dezembro de 1904 e o Decreto nº. 1.778, de 31 janeiro, se suspendeu as atividades das dez Escolas Normais mineiras, dentre essas, a Escola Normal de Diamantina.

Esse movimento, por mais que pareça um retrocesso à educação mineira na República, significou o avanço no que tange a organização do ensino do Estado. Isso porque, isentando da responsabilidade de manter e financiar as Escolas Normais públicas e equiparando instituições de ensino normal particulares, sobretudo confessionais, o governo ficou desprendido para investir na criação dos Grupos Escolares a partir de 1906. Logo, significa dizer que a modernidade seguiu o curso do "progresso", fomentado, conforme afirmou Araújo (2006), por meio do intercambiamento entre o público e privado.

Nas páginas a seguir, daremos início a essa discussão, na qual teve como um de seus objetivos contribuir para a compreensão do cenário educacional mineiro e brasileiro na transição do Império para a República, tendo como lócus a cidade de Diamantina e sua Escola Normal a partir de 1878, intentando alinhar-se junto aos trabalhos desenvolvidos no campo da História e Historiografia da Educação sob a temática que envolve as instituições escolares.

PARTE I

DIAMANTINA: MODERNIDADE, PROGRESSO E IGREJA CATÓLICA

1. AS MUDANÇAS DO MUNDO MODERNO E A CONSTITUIÇÃO DA MODERNIDADE NO BRASIL NO SÉCULO XIX

A ideia de modernidade suscitava discussões sobre civilização e o progresso durante o século XIX. Colocava-se em voga, de modo geral, os debates sobre os rumos das sociedades ocidentais, sobretudo a europeia, e propunha, ao mesmo tempo, uma mudança paradigmática quanto a concepção do homem. Tinha como pressuposto a crença na razão, na ciência e na técnica em detrimento às convicções religiosas ligadas ao catolicismo, sob a justificativa de que estas não acompanham o pensamento racional e causavam obstáculos quanto ao progresso.

Apesar dessas linhas mais gerais sobre a modernidade, cabe destacar que o projeto moderno não foi único e homogêneo, sendo delineado de acordo com interesses e demandas de grupos sociais diferentes. Isso quer dizer que essa se adaptou a realidade de determinadas sociedades, sendo essa compreendida de forma mais concreta a partir da existência de alguns elementos considerados modernos. Neste sentido, Araújo (2007, p. 182) aponta que entende-se por modernidade

> [...] uma consciência cultural que se propõe como um projeto, ou seja, algo que se lança para adiante. Revela ideais, crenças e aspirações, os quais, em suma, afirmam que cabe ao homem conhecer suas capacidades coo sujeito da história. A modernidade seria então um ideal que situa no sujeito humano o destino de sua história, cabendo tão somente ao homem e à sociedade buscar traçar seu destino, mas nele inferindo e avaliando-o.

Diante disso, o autor afirma que o início da transformação ligada ao ideário da modernidade estaria situado ainda no Renascimento – entre os séculos XIII ao XVII, em que houve uma mudança substancial do pensamento, isto é, passou-se do teocentrismo para o antropocentrismo. Deus deixava de ser o centro das explicações filosóficas, relevando a possibilidade "[...] de o homem buscar em sua existência explicações sobre a sua existência, buscar na história humana explicações sobre a história humana, buscar na sociedade explicações sobre essa mesma sociedade, buscar na educação a possibilidade de construção do próprio homem [...]" (ARAÚJO, 2007, p. 184).

Em consonância com essa preposição Oliveira, Netto e Lucena (2017, p. 450) advogam que a modernidade foi, portanto, um movimento que teve como objetivo explicar a existência humana pelo seu existir, embora não tenha significado um rompimento completo com a religião, mas buscava nas coisas terrenas explicações para aquilo que estavam submetidos.

A princípio, o conceito clássico da modernidade esteve associado à formação de um novo pensamento social e político surgido na Europa a partir do século XVI. À luz das novas ideias pautadas no Iluminismo, o homem passou a ser concebido como um ser dotado de razão, capaz de interferir em sua realidade. Para Touraine (1994), a modernidade caracterizou como um ciclo de acontecimentos, sendo concebido por meio da difusão dos produtos da atividade racional, tecnológica e administrativa bem como relacionada aos aspectos de racionalização e secularização do Estado.

A consolidação do ideário moderno ocorreu a partir do século XVIII, marcado pelo rompimento com o divino em benefício de um sistema que prevalecesse a racionalização das operações bem como os acontecimentos ligados a "dupla revolução", isto é, a Industrial e a Francesa. Segundo Hobsbawn (2009), ambas foram assinaladas por uma torrente de mobilização social, tendo como pano de fundo a cultural vitória da ideologia secular, em que o vocabulário e as instituições políticas e sociais foram secularizadas.

Por um lado, a revolução inglesa contribuiu para a gerar um modelo urbano, educacional e industrial fortemente assinalado pela mudança da lógica trabalhista e caracterizada pelo desenvolvimento tecnológico, sendo fundamental para a transição ao sistema capitalista. Por outro, a revolução francesa foi responsável por instituir um modelo político e ideológico para o processo de modernização (HOBSBAWN, 1996). De fato, as duas revoluções que aconteceram na Europa introduziram novos modelos de vivencia, ou seja, propiciaram uma série de "revoluções" no campo tecnológico, agrícola, demográfico e de urbanização.

Tal movimentação constituiu como modelos para todo o mundo causando uma reestruturação entre o Estado e a sociedade civil. No século XIX, portanto, consagrou-se as ideias de modernidade, propagando-se para diversos países, sendo responsáveis por constituir um novo paradigma, em que a educação tornou-se essencial para a constituição da civilização e o progresso.

Como consequência, o poder sobre a educação passou, paulatinamente, para o Estado, com a monopolização dos saberes e a responsabilidade pela escolarização da população, substituindo a pedagogização das relações sociais e a ação das famílias na educação dos filhos. Era fundamental não só tornar gestos e ações previsíveis, mas também, se fazia necessário indicar o caminho da produção da previsibilidade para todos (VEIGA, 2002). Diante disso, a organização e a sistematização da educação foi assumida como um dos princípios norteadores

para a construção de um Estado eficiente e eficaz, isto é, o Estado moderno, em que o discurso da universalização dos saberes e a escolarização prevalecia para o triunfo da civilização.

Essa realidade, entretanto, dizia respeito ao contexto europeu, sendo completamente compreensível as mudanças causadas pela modernidade no século XIX, uma vez que o processo de civilizador foi expresso em uma cadeira de lentas transformações dos padrões sociais de auto-regulação (ELIAS, 2006, p. 53) em um processo de longa duração[27] desde a Idade Média.

Neste contexto, segundo Veiga (2002), a escola estruturou-se como prática social fundamental para a escolarização, com base na cultura escrita, no saber científico, na produção de talentos e da individualização das relações sociais. No caso do Brasil, a ideia de constituição de um Estado moderno e da ideia modernidade serviu de referência para as elites intelectuais e políticas, sendo esse termo tomado apenas como parâmetro para a produção de uma autoimagem, servindo de comparação com outras sociedades.

Com base nisso, procura-se, nesta primeira parte, discutir ancorados em Le Goff (1992), Bermam (1986) e Habermans (2000), as noções de moderno e modernidade, vislumbrando compreender de que modo foram constituídas na realidade brasileira. Por este viés, buscaremos conceber essas ideias no contexto particularizado de Diamantina no século XIX. Igualmente, tem-se como intuito, dentro dessas reflexões, entender o papel da Igreja Católica e do catolicismo quanto a modernidade brasileira e sua reverberação na educação da sociedade.

1.1 Reflexões sobre a modernidade em Minas Gerais no último quartel do século XIX

> Minas ha de sempre caminhar feliz como até aqui, tendo abertos sobre seus destinos o braço da Cruz, emblema que ella venera, Estado eminentemente catholico que é, onde o elemento popular mantem integra a fé dos seus antepassados e a lei fundamental de Minas, em nome de – Deus Todo Poderoso – palavras primeiras da Constituição Politica das Minas, o estatuto onde se compediam os principios mais sabios do liberalismo (SILVEIRA, 1926, p. 241).

Na fala de Silveira (1926), publicado em um livro subvencionado pelo governo do Estado em 1925, pode-se observar um dos aspectos mais eminentes da sociedade mineira

[27] O conceito de longa duração está articulada com a compreensão historiográfica vinculada a terceira geração dos *Annales* (BURKE, 1990). Fernand Braudel, em sua tese de doutorado publicada em 1949 e principal representante dessa geração, entende que a história na sua longa duração objetiva vislumbrar a estrutura, isto é, através dos séculos. Nesta concepção de tempo histórico, a velocidade das mudanças são quase imperceptíveis ao indivíduo comum, mas interessantes para a historiografia. Além disso, o autor articula as ideias sobre a curta e a média duração dos eventos históricos.

durante a Primeira República, isto é, o "tipo" mineiro (WIRTH, 1982), sujeito imbuído de características conservadoras e fundamentado no catolicismo, não negava por completo as ideias difundidas pela modernidade e pelo liberalismo[28] que começaram a se alastrar mais fortemente pelo país a partir da década de 1870. Desse modo, os traços da mineiridade eram singulares e claramente identificáveis,

> [...] sociólogos e historiadores reconhecem nos mineiros caracteres próprios e inconfundíveis [...] Os mineiros não têm arrojo dos paulistas, porque uma parte da energia daqueles ascendentes se transmudou em tenacidade para vencer os embaraços do meio, da pobreza e das terras agricultáveis [...] Para a cautela e lentidão do mineiro, concorrem as montanhas como obstáculos opostos à marcha, pelas anfractuosidade, riscos e imprevistos. "Nas ascensões alpinas ninguém levanta o pé para um passo adiante ou acima, sem a certeza de o outro estar assentado em terreno firme (RIBEIRO, 1966, p. 31-32).

Não é à toa que durante entre os anos de 1889-1937, Wirth (1982) aponta que Minas Gerais por meio de sua tradição política foi importante para as decisões de nível macro, constituindo-se como ponto de equilíbrio para o regime republicano nesse período. Desse modo, considera-se desde os primórdios a origem desses sujeitos estavam ligados as velhas cidades das Minas como, por exemplo, Diamantina e Ouro Preto que desenvolveram-se em torno da economia de minério durante o século XVIII.

Estes indivíduos estavam associados a formação de uma elite que constituiu-se como a tradicional família mineira. Segundo com Wirth (1982), foram eles, marcados pelo regionalismo político, que assumiram a modernidade em Minas Gerais com características muito peculiares, com base na valorização de uma sociedade agrária (estável e conservadora) e ao mesmo tempo classista, em que a divisão entre pobres e ricos atuava como aspecto legitimador da ordem social estabelecida.

Essas prerrogativas estavam condicionadas o poder mercantil, tanto agrícola como político, nas mãos de grupos fechados que eram também ligados pelos laços de parentesco, porém, isso não impedia elevação de outros indivíduos às classes superiores da sociedade mineira, uma vez que "tipo" mineiro também se caracterizava por ser um homem de negócios

[28] De acordo com Bobbio *et al* (1998, p. 686), o liberalismo, em geral, define-se por meio de um fenômeno histórico que se manifestou na Idade Moderna e tem a Europa como referência e centro irradiador para outros países. Além disso, este termo diz respeito a uma concepção clássica filosófica de uma política que tenta limitar o poder central, defendendo e apoiando os direitos individuais. Seus principais representantes são os pensadores iluministas do século XVIII, como John Locke (1632-1704). Este conceito combinava com a ideia de que a liberdade comercial iria ser benéfica para todos; argumento que seria utilizado em favor do desenvolvimento capitalista, empregando o fim da intervenção do Estado na produção e a livre concorrência entre empresas.

e apto a fazer interlocuções importantes que resultavam em sua ascensão dentro da sistema social e político das Minas. Logo, "a elite mineira não era uma aristocracia de terras nem uma oligarquia patrimonial como os barões do açúcar no Nordeste. Era, sim, uma elite econômica conhecida não pela grande riqueza, que de fato não existia em Minas, mas pelo trabalho árduo e jeito para os negócios" (WIRTH, 1982, p.122).

Além disso, há de se considerar que a formação social mineira foi marcada também pela presença e influência da Igreja Católica e o catolicismo, embora não tenha representado uma negação completa com os vários aspectos da modernidade veiculados na Europa durante o final do século XIX, sobretudo com o ideário de progresso. Wirth (1982) aponta que a religião tinha papel de destaque na vida política e social de Minas desde as primeiras ocupações, sendo essa questão mais visível em cidades pequenas.

Como em outras regiões do país, as ideias de modernidade em Minas Gerais durante o último quartel dos oitocentos e os primeiros anos da República adequou-se de acordo com os interesses da sociedade, "[...] transformando-a em algo adaptado à sua própria realidade, em que o moderno se articula ao tradicional, o racional ao afetivo, o individual ao pessoal" (OLIVEN, 2001, p. 12), como pode ser constatado na fala de Silveira (1926).

Embora Oliven (2001) não negue o descompasso entre o ideário moderno e os termos políticos e filosóficos no Brasil nesse período, é justamente essa característica que demonstra o caráter peculiar da modernidade brasileira – quiçá mineira, não devendo ser encarado apenas a partir de um viés que fundamenta-se na retórica, que não haveria encontrado a modernidade terreno fértil para desenvolver-se junto à realidade do país.

Essa consideração aponta para um confronto evidentemente posto na Era moderna[29] e para um de seus aspectos mais contundentes, isto é, a contradição. Em Minas Gerais, por exemplo, é possível observar o processo gradativo e multifacetado da modernidade e os diferentes modos que fora apropriada pela sociedade mineira, sendo possível afirmar, com base em Balmam (1982) que o país, sobretudo a região das Minas, já teria experimentado processos modernizantes desde o início século XIX.

Desse modo, Paula (2000) afirma que Minas Gerais já havia nascido moderna desde as primeiras povoações. O crescimento da urbanidade em torno das vilas – posteriormente cidades

[29] Pode-se definir a Era Moderna ou Idade Moderna aquela que iniciou-se na Europa com a queda do Império Bizantino, em 1453, até o período que culminou na Revolução Francesa em 1789. Esse período ficou marcado pelas diversas transformações ocorridas na sociedade sob os aspectos culturais, sociais, políticos e geográficos. Foi marcado também pelo início do pensamento moderno, sendo seus principais representantes René Descartes (1596-1650) e John Locke (1632-1704).

– e de uma estruturação de ocupação diversificada foram responsáveis pela intensificação do comércio interno, fomentados pela produção aurífera e diamantífera. Segundo o autor, a urbanização das Minas inovou os padrões de sociabilidade, fomentando relações políticas e econômicas, arraigando novos costumes, sensibilidades e mentalidades.

Segundo Giddens (1991, p. 08), a modernidade pode ser tomada como referência a um estilo, costume de vida ou organização social difundida na Europa a partir do século XVII que posteriormente tornou-se mais ou menos mundiais em sua influência. Para o autor, essa concepção de modernidade refere-se a um período e uma localização geográfica muito específica, devendo este conceito ser analisado em consonância as características de cada país.

Nesta direção, Anderson (1986) argumenta que a modernidade significa simultaneamente duas coisas: a primeira, ligado as transformações objetivas desencadeadas pelo advento do mercado mundial capitalista, relacionado ao desenvolvimento econômico; e, a segunda, relacionado as transformações subjetivas da vida individual e de personalidade. Por seu turno, esta última, encontra-se na esteira das descobertas científicas, tecnológicas e de urbanização.

Vinculado a isso, era mister que para fundação de um Estado moderno houvesse uma ruptura com a religião, sobretudo a católica, uma vez que estas caminhavam em torno das paixões humanas e a ideia de determinismo. No bojo dessas discussões em meio do Iluminismo do século XVIII, emergiu a acepção de secularização do Estado, visando uma separação da Igreja e desse último para a legitimação dos processos de modernização[30] em curso. Sob essa ótica, foi necessário pensar a educação como mecanismo da formação do homem moderno, pautado na cultura escrita e na racionalidade científica.

Transportando essa conceituação para o Brasil no mesmo período, a tese de secularização desenvolvidas no âmbito da sociologia e da historiografia apontam para um cenário desfavorável em relação ao contexto social e político do final do século XIX para o XX, uma vez que considera que de fato a República não garantiu a modernidade, sendo o catolicismo uma das entraves para a efetivação de um projeto moderno para o Estado brasileiro.

[30] De acordo com Habermans (2002, p. 05), o conceito de modernização é pertinente quando se refere a definição do projeto de modernidade, sendo este compreendido a partir de um "[...] conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal; à secularização de valores e normas etc. [...]".

No que se refere a Minas Gerais nesse mesmo período, a secularização do Estado foi recebida com certo descontentamento pelos políticos mineiros (WIRTH, 1982), pressionando, sobretudo, nas questões educacionais que apontavam para o ensino laico. Os políticos que atuavam neste período eram em sua maioria católicos e, ao mesmo tempo, não repudiavam as doutrinas republicanas nem modernas, mas sob a influência da Igreja Católica associado a sua religiosidade latente, eles mobilizaram-se contra o movimento laico na educação.

Desse modo, Wirth (1982) aponta que a dinâmica social e política durante a Primeira República indicava que a modernidade na região não fora assumida enquanto projeto de libertação do domínio da religião, ao contrário, foi nesse período em que a Igreja Católica mineira assumiu um papel importante para as decisões e transformações políticas e sociais do Estado por meio de organizações subsidiadas por ela e que se apropriavam dos elementos constitutivos estaduais.

Logo, Burity (2007, p. 22) defende que a visão da modernidade em contraposição à religião remonta um contexto muito específico, sendo verificado a partir da relação da política entre o Antigo Regime e a religião estando situada nos trilhos da história da modernidade na Europa, sobretudo após a Revolução Francesa, não tratando, entretanto, de uma oposição inerente entre a religião e a modernidade em outros tempos e espaços. Para o autor:

> [...] Tal narrativa remonta aos contornos 'iniciais' da modernidade e é fundamentalmente baseada na oposição entre o *anciên régime* e a sociedade moderna, sendo a religião uma representante destacada do primeiro campo. Dessa narrativa deriva a ideia de: (i) uma insuperável resistência colocada pela religião à auto-afirmação do 'homem moderno'; (ii) um vínculo natural entre a religião e o sancionamento da ordem estabelecida, ou, em outros termos, entre a religião e a integração social; (iii) uma tendência ao fim da religião [...] (BURITY, 2007, p. 20, conforme o original).

O que se percebe, diante do exposto por Burity (2007), é que possível pensar a modernidade em meio de uma sociedade que tem a religião como um dos pilares de sua organização. Ao objetivarmos a análise sobre Minas Gerais e Diamantina no século XIX, sobretudo nos últimos anos, há uma congruência entre os interesses político-sociais e da Igreja Católica bem como os processos de escolarização da sociedade.

Essa argumentação tem como base também as análises de Ribeiro (2009), em que a autora considera que o catolicismo durante a Primeira República favoreceu a racionalização e

auxiliou o Estado e os intelectuais, laicos e não católicos, no processo de desmagnificação[31] e racionalização da religião. Sua defesa tem como base a revisão do conceito de romanização, no qual a mesma considera que houve

> [...] reelaborações e diferentes vivências que permearam as relações da Igreja Católica dita romanizada com a modernização das sociedades. Através, principalmente, do combate às práticas do catolicismo dito popular, e da aproximação com os elementos da ciência e da tecnologia moderna, a Igreja Católica atuou como elemento racionalizante no contexto brasileiro (RIBEIRO 2009, p.40).

Assim, no que tange a educação mineira, Martins (2013) advoga que a Igreja Católica teve grande atuação nos cursos de formação de professores primários, por via das Escolas Normais públicas, sendo este parte do projeto de resgate dos ideais católicos tanto em Minas Gerais como no Brasil. Tal projeto, segundo a autora, foi responsável por agregar interesses do Estado de Minas em formar moças dentro do modelo tradicional da família mineira. Esses dois agentes – Estado e Igreja, tornaram-se instâncias fundamentais para formação de mulheres dentro da doutrina católica com o objetivo estender a educação no meio familiar ao mesmo tempo em que promovia sua profissionalização.

Com efeito, Le Goff (1992) apresenta de forma detalhada o caráter multifacetado da modernidade, sugerindo que a leitura da constituição dos Estados modernos em contraposição a religião católica é apenas uma das possíveis maneiras de se compreender a constituição do modernidade ao longo da história. Os diversos significados que podem ser atribuídos a ela permite inseri-la uma oposição mais ampla, entre os conceitos antigo/moderno, que assumiu características distintas com passar dos anos:

> A palavra moderno nasceu com a queda do Império Romano no século V; a periodização da história em antiga, medieval e moderna instaura-se no século XVI, cuja a modernidade foi assinalada por Henri Hauser [1930]; Théophile Gautier e Baudelaire lançam o conceito de modernidade na França no Segundo Império, quando a Revolução Industrial está se impondo; economicistas, sociólogos e politólogos definem e discutem a ideia de modernização logo após a Segunda Guerra Mundial, no contexto de descolonização e da emergência do Terceiro Mundo (LE GOFF, 1992, p. 169-170).

No trecho acima, Le Goff (1992) aponta basicamente para duas leituras sobre o conceito antigo/moderno: por um lado, remete-se a longa duração da Europa pré-industrial – século VI

[31] Pierrucci (1998) a desmagnificação se refere a progressiva racionalização do fenômeno religioso, ocasionando o desencantamento do mundo mágico operado pelas grandes religiões monoteístas, como o catolicismo.

ao XVIII, em que a relação do antigo e moderno não representa uma ruptura e sim uma afirmação do moderno através de uma relação com o antigo; por outro, o antigo/ moderno é permeado pela Revolução Industrial, que desvaloriza sistematicamente o antigo.

De acordo com Ribeiro (2009), no primeiro caso, a Igreja Católica apoiou dois processos de modernização: um, sob o chamado *devotio moderna*, ocorrido entre os séculos XIV e XVI, em que homens e mulheres procuravam orientar suas vidas pelos ideais do cristianismo primitivo, despojando-se de bens materiais e praticando exercícios de ascese espiritual e que apesar de não ter se identificado com a modernidade naquele período, este movimento promoveu reformas importantes no que tange as Ordens Religiosas e influenciou a vida de leigos católicos. Por seu turno, o segundo momento foi o Concílio de Trento que ocorreu entre os anos de 1545 a 1563 e,

> Embora tenha sido bastante lenta a vivência prática dos pontos definidos pelo Concílio de Trento, tratou-se de um dos maiores esforços de sistematização, e de racionalização da doutrina e da vivência católica, provavelmente só comparável com o Concílio do Vaticano II, ocorrido já no século XX. Apesar da grande relevância destes movimentos de modernização tratou-se, em ambos, de movimentos de afirmação do moderno através da relação com o antigo (RIBEIRO, 2009, p. 28).

Conforme o trecho acima, pode-se inferir que a Igreja Católica ao longo dos anos conviveu com a modernidade a partir da sua concepção antagônica do antigo e moderno, constituindo como elemento essencial para as mudanças da era moderna.

E, prosseguindo com as considerações do conceito antigo/moderno, no segundo caso apontado por Le Goff (1992), este esteve associado com a Revolução Industrial entre o século XIX e XX, no qual assumiu a desvalorização do passado como elemento fundante para a modernidade:

> Com base na herança histórica da querela entre antigos e modernos, a revolução industrial vai mudar radicalmente os termos da oposição do par antigo/moderno, na segunda metade do século XIX e no século XX. Aparecem três novos pólos de evolução e de conflito: na passagem do século XIX para o XX, movimentos de ordem literária, artística e religiosa reclamam-se ou são rotulados de "modernismo" – termo que marca o endurecimento, pela passagem à doutrina, de tendências modernas até então difusas; o encontro entre países desenvolvidos e países atrasados leva para fora da Europa Ocidental e dos Estados Unidos os problemas da "modernização", que se radicalizam com a descolonização, posterior à Segunda Guerra Mundial; para concluir, no seio da aceleração da história, na área cultural ocidental, simultaneamente por arrastamento e reação, aparece um novo conceito, que

> impõe da criação estética, da mentalidade e dos costumes: "a modernidade" (LE GOFF, 1992, p. 179).

Mais uma vez, pode observar que o domínio da religião não é uma oposição inerente ao moderno ou a constituição de uma sociedade moderna. Desse modo, o autor propõe uma ampliação do debate sobre os domínios da modernidade e sua relação com o cristianismo em sua vertente católica, demonstrando que este último influenciou sistematicamente a ciência e a história.

Nessa perspectiva, o autor apresenta quatro elementos que influem na autoimagem moderna da sociedade ocidental: 1) a aceleração da história; 2) a pressão que os progressos materiais exercem sobre as mentalidades contribuindo para a sua transformação; 3) tomada de consciência em casos relacionados com o choque com o mundo exterior; e,

> Finalmente, a afirmação da modernidade, mesmo que ultrapasse o domínio da cultura, refere-se antes de mais nada a um meio restrito, de intelectuais e tecnocratas. Fenômeno de tomada de consciência do progresso, por vezes contemporânea da democratização da vida social e política, a modernidade mantem-se no plano da elaboração, de uma elite, de grupos, de capelas. Mesmo quando a modernidade tem tendência [...] para integrar-se na cultura de massas [...] formam meios restritos de intelectuais. Esta é uma das ambiguidades da modernidade (LE GOFF, 1992, p. 197).

Retomando as palavras de Silveira (1926), com base na exposição de Le Goff (1992) a imagem moderna de Minas Gerais referendada pelo espírito do liberalismo (e a modernidade) não impediu que o cristianismo, em sua vertente católica, funcionasse como parte integrante da esfera social e política e elemento da modernidade mineira. Além disso, a modernidade em Minas pode ser interpretada a partir de sua relação com o progresso, social e técnico, no qual abrangeu toda a população:

> Minas é a terra tradicional de costumes austeros, pela pratica da religião catholica por parte de sus filhos, que desde o berço haurem dos labios maternos as palavras de bondade e de consolo do Chistianismo. A' religião, a ella antes que qualquer outro fator, se deve ser o miniero um caracter franco e leal, uma alma hospitaleira e boa. Em Minas, principalmente nas velhas cidades do interior [...] o culto catholico, num doce enlevo de piedade, os olhos fitos do céo, fazendo lembrar aquellas cidades de que nos fala o Evangelio. Ha cidades em Minas que, apesar das arrancadas civilizadoras, conservam a sua alma mystica e, em vendo-as, para logo, qualquer espirito, por mais imbuido que esteja das materialidades do século, se deixa empolgar por aquella suave doçura communicativa que retempera a alma para o bem, dando á gente, no silencio das ruas, só interrompido pelo toque dos sinos no alto das torres das egrejas antigas, a impressão de estarmos bem perto de Deus [...] São assim as velhas cidades de Minas (SILVEIRA, 1926, p. 239).

A identidade católica atribuída aos mineiros, incluindo aquelas cidades que remontavam o período Colonial, evidencia de que modo a modernidade fora apropriada pelas elites políticas e intelectuais nos anos anteriores a publicação do livro, em que sugere que a prerrogativa de que secularização do Estado não significou a secularização da sociedade como se almejou a modernidade europeia. A modernidade em Minas Gerais convivia com os costumes tradicionais católicos, mas não impediu que o ímpeto civilizador se configurasse como divisor de águas entre a religião e a sociedade moderna.

Conforme apresenta Berger (2000), essa constatação não estaria equivocada, uma vez que o autor advoga que a tese de secularização não levou, "naturalmente", a um declínio progressivo da religião, tanto na sociedade, em geral, como nos indivíduos, em particular. O autor considera que a modernização embora tenha tido alguns efeitos secularizantes, em alguns lugares mais do que outros,

> [...] ela também provocou o surgimento de poderosos movimentos contra-securalização. Além disso, a secularização em nível societal não está necessariamente vinculada a secularização a nível de consciência individual. Algumas instituições religiosas perderam poder e influência em muitas sociedades, mas as crenças e práticas religiosas antigas ou novas permaneceram na vida das pessoas [...] Inversamente, instituições religiosas identificadas podem desempenhar um papel social ou político mesmo quando muito poucas pessoas confessam ou praticam a religião que essas instituições apresentam. Para dizer o mínimo, a relação entre a religião e a modernidade é bastante complicada (BERGER, 2000, p. 10).

Em meio dessa relação complexa entre a religião católica e a modernidade, confere-se que essa última em Minas Gerais, na transição do século XIX para o XX, não simbolizou uma total negação com os princípios que a norteava o progresso social bem como representou o rearranjo da Igreja Católica junto à política mineira, conforme defendeu Wirth (1982). Assim, como apresentou Oliven (2001), Burity (2007, p. 38-39) argumenta que

> A modernidade, ao se expandir historicamente pelo mundo, hibridizou-se ou alterou-se em vista de sua repetição, no confronto entre as forças sociais modernizadoras e as antimodernas, dando origem a diversos modos de existência. Muito poucos destes demandaram ou implicaram no esgotamento da religião, seja em sua dimensão institucionalizada, seja em sua dimensão de fé pessoal e comunitária.

O trecho acima propõe uma outra concepção sobre a modernidade no ocidente em diferentes contextos e se colocada diante da realidade no Brasil na transição entre o Império para a República é possível considerar que essa se inseriu de modo que atendesse as

necessidades da época, respeitando ao mesmo tempo a formação religiosa e cultural da população.

Assim, Ribeiro (2009, p.43) considera que a condenação da modernidade feita pela Igreja Católica durante o século XIX restringe-se a um ambiente restrito e limitado da Europa após meados do século XIX, não tratando de melhoramentos modernos materiais e sim do movimento teológico francês, devendo, portanto, identificar as diferentes maneiras com que a Igreja se relacionou com o modernismo em consonância com diferentes tempos e espaços, colocando em voga "[...] as diversas possibilidades de combinações e/ou antagonismo entre o catolicismo e o mundo moderno e, em especial, diferenciando a esfera do discurso e dos documentos oficiais, da esfera das vivências cotidianas da elite católica e mesmo a da população em geral [...]".

Essa ponderação aponta para uma análise diferenciada para o contexto mineiro no final do século XIX e início do XX, no qual pode-se observar que em Diamantina a Igreja Católica flertou com os diversos movimentos da modernidade, isto é, a instalação do bispado e as ações de Dom João Antônio dos Santos marcou o início da modernidade na região, no sentido da aproximação entre a ordem religiosa e os pressupostos modernos ligados ao progresso moral e técnico, a criação de estabelecimentos de ensino para a mocidade e de fábricas que, em conjunto, sinalizavam o progresso para a população diamantinense.

Desse modo, de acordo com Goodwin Jr. (2007b), os jornais da cidade e os homens de imprensa exerceram papel importante no que se refere a representação da civilização moderna, sendo responsáveis por traçar os contornos do progresso que seria desejável introduzir na região. Além disso, o autor infere que esse movimento acompanhava as principais noções do mundo capitalista que foi responsável por criar uma nova modernidade,

> [...] assentada no progresso tecnológico e na produção industrial, [...] se materializou em apetrechos e máquinas, em ideias e teorias, em estilos de vida e comportamentos. Via-se o mundo de outras formas [...] A História adquiria um sentido, o do progresso inexorável, que deveria unificar todo o planeta sob a égide da civilização burguesa ocidental [...] O espaço urbano deveria ser um dos principais espaços de visibilidade, apresentado, como nas vitrines que surgiam nos centros urbanos os sinais visíveis da civilização: saneamento, aparelhos urbanos, equipamentos tecnológicos; o comportamento de seus habitantes, as práticas e os hábitos alinhados à cultura burguesa (GOODWIN JR., 2007b, p.98).

Neste sentido, a modernidade em Diamantina no último quartel do século XIX foi projetada a partir da sua noção intrínseca com o progresso, na qual encontra-se circunscrita a

racionalidade moderna e delineava-se como seu resultado. Logo, a ideia de modernidade, de acordo com Habermas (2000), explicar-se-ia também como um processo similar e contínuo que relaciona-se intimamente com o conceito de racionalismo ocidental defendido por Weber, apontando para um processo de racionalização da vida em detrimento ao que considerava-se tradicional.

Desse modo, cabe aqui destacar novamente que a tomada de consciência do fenômeno da modernidade, mesmo que essa ultrapasse os domínios da cultura, essa ainda encontra-se restrita e limitada a intelectuais e tecnocratas (LE GOFF, 1992). Isso leva a considerar que o ideário moderno não atinge a sociedade em geral, mas sim é o progresso, pois é o progresso técnico e cientifico que chega a população como um todo, mesmo que no plano ideal, sob a justificativa de melhorar as condições materiais da existência humana. Portanto, foi

> [...] a fé no progresso do homem e do mundo é uma das características fundamentais da sociedade moderna e das visões do mundo que dela emanam. Está difundida em todas as suas esferas e é justificadora de grande parte de sua estrutura. Praticamente todas as realizações identificadas com a visão de mundo predominante desta época tinham e têm como componente básico a fé no progresso, ou no progresso como pressuposto (SANT'ANA JR., 1993, p. 28).

Por isso é compreensível e também contraditório que a instalação da Diocese em Diamantina em 1864 marca o início da modernidade no município, uma vez que em torno dela constituiu-se alguns dos elementos entendidos como modernos, sobretudo aqueles que circunscreveram a educação. Souza (1993) e Martins (2014) argumentam que em torno do bispado de Dom João, a elite da cidade trabalhou em prol do progresso da sociedade diamantinense, demonstrando que há em certa medida uma conciliação entre projeto de modernidade e a religião católica.

Essa conciliação também é passível de ser concebida no que se refere o projeto educacional para a sociedade diamantinense no último quartel do século XIX. A educação, vinculada aos preceitos de civilidade e urbanidade, apresentava-se como um dos estigmas fundamentais para o progresso moral e social da população, fomentando debates entre as elites políticas e intelectuais da região junto a Igreja Católica. Neste processo, Santos (2019) advoga que a difusão das Escolas Normais mineiras nesse período foram, também, expressões da modernidade.

Nesse mesmo contexto surgiu a Escola Normal objeto dessa pesquisa, por meio da Lei Provincial nº. 2.476 de 09 de novembro de 1878. Sua criação e instalação faziam parte do

projeto que, embora aglutinasse vários interesses por parte das elites dirigentes, tinham por finalidade a regeneração social, por meio da constituição de comportamentos condizentes com uma civilização moderna.

Nesse sentido, a educação em Diamantina também é compreendida como um dos mecanismos para o progresso que, em última instância, tornou-se sinônimo da modernidade. Logo, para a fundação de uma civilização moderna a cidade contava com vários estabelecimentos de ensino, associado a presença do Colégio Nossa Senhora das Dores, Seminário Episcopal e um Externato. Todos esses exerciam papel fundamental na instrução da mocidade e atuavam em prol do projeto de modernidade concebido para a população.

Sendo então o projeto de modernidade em Minas Gerais pautado no progresso, social e técnico, o fechamento da Escola Normal de Diamantina em 1905 bem como a supressão dos oito estabelecimentos de ensino dedicados a formação de professores não representaram um retrocesso quanto à modernidade, uma vez que a equiparação das escolas privadas, sobretudo aquelas que estavam sob a administração da Igreja Católica, deram continuidade a formação da mocidade, dando oportunidade o Estado ampliar seu sistema de ensino, com a criação dos Grupos Escolares em 1907.

Posto que o projeto de modernidade no Brasil e em Minas Gerais tomou contornos bem específicos, conseguindo conciliar os aspectos do catolicismo e as insígnias do moderno, a reflexão realizada até aqui nos permite conceber que a Igreja Católica, apesar de apresentar posturas contundentes quanto à sociedade mineira moderna, no que se refere a educação, esta funcionou como elemento racionalizante. Isso porque a secularização do Estado brasileiro na Primeira República não significou a secularização da sociedade, caracterizando o catolicismo como aspecto de permanência e identitário da população na transição do século XIX para o XX.

Do mesmo modo, considera-se que, conforme defendeu Santos (2019), as Escolas Normais mineiras foram concebidas como expressões da modernidade, civilidade e progresso, entretanto, o fechamento desses estabelecimentos de ensino em 1905 não significou uma ruptura com as mudanças propostas pela modernidade, uma vez a formação de professores, nas cidades onde eram instaladas, a Igreja Católica assumiu o ensino normal, dando continuidade a formação de mulheres para o ensino primário e para a família tradicional mineira.

Adota-se, nesta tese, uma postura que a religião não fora excluída do mundo moderno e tampouco contrapôs automaticamente à modernidade, possibilitando entender de que modo as

Escolas Normais confessionais católicas substituíram as Escolas Normais públicas mineiras, não sendo empecilho para a continuidade do projeto moderno que encontrava-se em vigência.

1.2 Movimento ultramontano e o início do processo de romanização no Brasil: Igreja Católica e a educação em Diamantina

Desde a constituição da América Portuguesa, a Igreja Católica foi considerada o principal polo irradiador de tradição e cultura, consolidando sua atuação nos setores sociais até a independência e os anos que se seguiram. No primeiro momento, ela "[...] ficara condicionada a exercer sua ação como parte integrante (e importante) das diretrizes políticas [...] do Estado" (BOSHI, 1986, p.02). Tal situação, atribuiu-a caráter político integrando a própria dinâmica colonizadora, sendo fator decisivo no que se refere a legitimação do sistema colonial.

Hoornaert (1978, p. 19) afirma que por de trás da repressão imposta pela religião católica, figurava-se a exploração econômica praticada por Portugal. Esse modelo era caracterizado pela dependência do projeto colonial lusitano, sendo a cristandade[32] dependente, como explica Azzi (1983, p.11), a configuração das atividades dos religiosos na América Portuguesa.

É possível afirmar que a Igreja Católica na época colonial se estabeleceu no Brasil mediante a orientação da Coroa, associando os interesses políticos e religiosos, resultando disso a colaboração por parte do prelado[33] com o poder civil nas diversas empreitadas com os estrangeiros que invadiam a colônia portuguesa (AZZI, 1983).

Em Minas Gerais, no mesmo período, Boschi (2007, p.60) esclarece que a Igreja Católica e o Estado português não se fizeram presente de modo institucional, resultando disso a entrada maciça, desorganizada e individualizada do clero. Assim, a Igreja manifestou a fé católica de diversas formas, tornando a religião o conjunto de práticas e vivências mundanas, fortalecendo atuação de leigos (BOSCHI, 1986), pois "[...] o clero secular que habitava nas

[32] Segundo Azzi (1994, p.07), existe diversos modelos de Cristandade, podendo tratar-se de Cristandades. Desse modo, compreende-se essas a partir das "[...] construções históricas e míticas ao mesmo tempo, polarizadas ao redor de determinados princípios que fundamentam a ordem social de um povo, e simultaneamente garantem sua estabilidade e expansão". Assim, conforme Oliveira (2011, p. 307), Cristandade pode ser historicamente entendida como um modelo eclesial de poder, em que há relação íntima entre a Igreja Cristã e a sociedade civil mediada pelo Estado, sendo "[...] verificado na legitimação do Status Quo e na função da Igreja Cristã como aparelho ideológico do Estado".

[33] De acordo com Dicionário Houaiss (2009), prelado tem origem no latim *praelātus,a,um* que significa 'levado adiante ou além; determinado; preferido'. Na Igreja Católica, se refere a título honorífico de alguns dignitários eclesiástico que ocupam cargos altos e importantes dentro da organização como, por exemplo, bispos, arcebispos, chefes de ordens religiosas.

Minas não conquistava nem a simpatia da administração colonial nem a da Igreja romana [...] ou ainda da própria população local, a qual manifestava seu descontentamento ou mesmo expressava a sua fé de forma diferenciada [...]" (LAGE, 2019, p. 135), legitimando a ação das irmandades leigas.

Dessa maneira, a Igreja Católica no território mineiro se delineou por meio das irmandades[34] que funcionaram como "agentes da religiosidade" (BOSHI, 2007), tornando-se parte integrante da vida social dos mineiros[35]. Bosch (1986; 2007) argumenta que elas funcionaram como um canal privilegiado de manifestação da sociedade, em que a livre formação de entidades políticas eram proibidas como condição básica para a própria sobrevivência do sistema imposto pela Metrópole.

Seguindo essa lógica, de acordo com Mata (1997, p.50), o catolicismo em Minas Gerais revestiu-se de particularidades frente à outras regiões brasileiras, sendo marcada por seu aspecto "exteriorista de Minas colonial", no qual promovia o fortalecimento das irmandades religiosas, por meio de símbolos, rituais e cultos às imagens dos santos que conseguiram adentrar às mentalidades da população mineira, responsável por arraigar os costumes católicos, tornando-se hábitos que manifestavam-se de diferentes formas no corpo social.

Para além da compreensão sobre esfera da religiosa ou de um instrumento para a organização sociocultural, econômica e política, congrega-se da ideia de que a Igreja Católica configurou-se na América Portuguesa, também, como uma instituição educativa, sendo suas derivações ou subdivisões entendidas da mesma maneira. De acordo com Lage (2019, p.132) é possível detectar uma semelhança e proximidade entre a religião católica em relação à conceituação da educação, sendo compreendida pela autora na amplitude da formação do homem, de caráter moral e de suas faculdades mentais. Logo, "[...] desde o seu início, a comunidade cristã se agrupou em uma instituição, a Igreja, organizou e depois transformou os procedimentos, ideias, crenças e rituais comuns que foram passados aos fiéis por meio de atividades educativas".

---

[34] Neste caso, o termo irmandade compreende-se no seu caráter genérico, isto é, considera-se este conceito sinônimo de confrarias, arquiconfrarias e ordem terceira.

[35] Segundo Boshi (1986), foram registradas em Minas Gerais a presença de cinquenta e duas irmandades, nas mais diferentes localidades da capitania. Devido a duplicação ou triplicação de várias delas, consegue-se inferir que existiram, no século XVIII, aproximadamente, trezentas irmandades. Dessas, oito estavam localizadas no Arraial do Tijuco: Irmandade de São Miguel das Almas, Nossa Senhora das Mercês, Nossa Senhora do Amparo, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora do Rosário, Santíssimo Sacramento, Nosso Senhor do Bonfim e a Ordem Terceira da São Francisco de Assis, que existiram até à elevação de vila e cidade.

Ainda de acordo a autora, no que se refere a relação entre a educação e a religião católica, essa se fez de diversas maneiras no território português, de modo formal e informal, isto é, em situações escolares e não escolares. A primeira se deu por meio de missas, devoção popular e na doutrinação do seio familiar e, a segunda, materializando-se por meio das escolas confessionais, fundadas por congregações ou em ambientes específicos para formação do clero (LAGE, 2019).

Igualmente, Saviani (2008) advoga que a Igreja Católica foi responsável ainda pela construção e manutenção de um aparato educacional e das primeiras instituições educativas que surgiram no século XVIII e XIX, incluindo Minas Gerais, como seminários e/ou mosteiros, para os homens, e, recolhimentos, para as mulheres[36].

No que tange o ensino de primeiras letras no início do século XVIII, Fonseca (2010, p.20) afirma que este ocorria por meio de mestres pagos pelas Câmaras Municipais ou ainda por professores remunerados pela própria família. Por sua vez, o aprendizado era associado ao catolicismo, já que "[...] o nível de letramento do clero propiciava a sua aptidão para a docência [...]" (LAGE, 2019, p. 136), pois eles atuariam na formação tanto intelectual como da alma, o que ratificava a ação da Igreja e da religião católica frente a educação da sociedade.

Nesse mesmo período, no que se refere o Arraial do Tijuco, Santos (1978) assinala que a instrução pública era quase inexistente, contando apenas com noções de primeiras letras e doutrina cristã, oferecido apenas de forma particular e ocorrendo, na maioria das vezes, no interior das casas das famílias mais abastadas. Para Villalta (1997), isso era uma característica decorrente na América Portuguesa, uma vez que não era preocupação da Coroa instruir a população que vivam nas terras sob seu domínio, uma vez que seu interesse era apenas a exploração e a produção de gemas, o que não seria diferente na região norte da capitania mineira.

Segundo Mourão (1959, p.03), apenas nas últimas décadas do século XVIII que o governo português providenciou custear as despesas com instrução no além-mar, criando, em 1772, o subsídio literário. Conforme Carvalho (1933, p. 347), a primeira cadeira de instrução pública no Arraial do Tijuco foi criada logo após decretar-se as aulas régias, porém, ainda era insuficiente frente a demanda da sociedade tijuquense.

Assim, na relação entre o laico e confessional no território diamantinense, percebe-se que a Igreja Católica vai ganhando espaço no cenário educacional da região, na medida em que

[36] Sobre esse assunto conferir Lage (2019).

o poder público deixava de investir na instrução da população pobre, acarretando a consolidação de um poder demasiadamente forte da religião católica em Diamantina antes mesmo da instalação da Escola Normal, em 1879.

Tendo em vista que a cultura cristã católica em um longo espaço de tempo, sendo essa responsável pela construção de uma mentalidade na população de Minas Gerais, ao atravessarmos para século XIX, com a propagação da ideia de modernidade e as tendências liberais e iluministas, a Igreja Católica, em geral, enfrentou uma grave crise, "[...] marcada pela gradual laicização da cultura [e] pela secularização do Estado [...]" (ASSIS, 2019, p. 63).

De acordo com Azzi (1992), a crise da Igreja Católica foi iniciada no século XV na Europa, com a emergência progressiva de uma burguesia e o desenvolvimento urbano produzido pela revolução comercial, firmando-se assim a ideia de Estado laico, afastando-se da influência da Igreja. A crise da cristandade alcançou seu apogeu no século XVIII, quando emergiram as ideais liberais e iluministas na Europa, fomentadas por meio das Revolução Industrial e Francesa, responsáveis por consolidar as ideias modernas no século seguinte.

Desse modo, verifica-se que no século XIX, especialmente na França e na Alemanha, em oposição as essas transformações emergiu o movimento ultramontano, caracterizado por ser uma reação da Igreja Católica frente as mudanças do mundo moderno. Segundo Manoel (2008), a ciência, o progresso, a civilização e a razão representavam para a doutrina cristã, em geral, e o catolicismo ultramontano, em particular, uma constante renovação do pecado original e, por isso, uma ameaça à ordem social.

Em contrapartida, na Europa alastravam-se rapidamente as ideias ligadas ao liberalismo e a modernidade, ratificando a crença de que o progresso humano só iria se consolidar quando "[...] libertasse definitivamente das amarras teológicas do catolicismo e quando a Razão humana assumissem definitivamente o controle de todo o processo" (MANOEL, 2008, p. 42).

Diante de toda agitação, segundo Azzi (1983), o ultramontanismo constitui-se um novo modelo de Igreja Católica a partir da primeira metade do século XIX, fundamentado no em uma organização eclesial, buscando inspiração no Concílio de Trento[37]. Nessa perspectiva, a Igreja

[37] Concílio de Trento aconteceu no século XVI, entre os anos de 1545 a 1563. Constituiu-se como o décimo nono concílio ecumênico, isto é, uma reunião de todos os bispos para discutir e resolver as questões doutrinais ou disciplinares da Igreja Cristã. Foi convocado pelo Papa Paulo III e tinha como intuito assegurar a unidade da fé e a disciplina eclesiástica no contexto da Reforma da Igreja Católica e colocando-se em contraposição à Reforma Protestante. De acordo com Brion (2009), dentre as preposições divulgadas, destaca-se a de proporcionar os devotos à observância aos sacramentos, sobretudo da confissão e a comunhão, e as práticas das virtudes cristãs, dentre essas a da castidade. Segundo Azevedo (1978), o Concílio de Trento procurou revalorizar a Igreja na figura

foi compreendida como uma sociedade hierárquica perfeita que desenvolveu-se em paralelo ao Estado, devendo ambos exercer mútua colaboração. Entretanto, o que se percebe durante esse período é uma progressiva legitimação da concepção da modernidade e do progresso social e, consequentemente, um afastamento da religião católica e da Igreja; embora não representou efetivamente uma ruptura com a ordem social posta anteriormente.

Apesar de todas as propostas modernas desta época, essas não se desenvolveram no Brasil da mesma maneira que foram concebidas na Europa. Isso porque, a independência do país em 1822 não trouxe quaisquer modificação no que tange a organização do Estado (SCHUWARZ; STARLING, 2015). Esse permanecia unido ao altar, dando ênfase a concepção de Estado Cristão, fortificando a ideia de que a permanência da Igreja funcionaria como um sólido sustentáculo do trono (AZZI, 1992, p.39).

Conforme aponta Azzi (1992), a simbiose entre o trono e o altar sustentado pelo pensamento tradicionalista católico[38] durante a primeira metade do século XIX no Brasil, fundamentava-se no argumento de que o poder estabelecido tinha como uma das principais funções assegurar a continuidade da religião católica, considerando que para manutenção de um dependia sempre do fortalecimento do outro. Além disso, pairava a ideia de que a catolicismo funcionava como incremento da ordem social e política vigente, defendendo que só com a base religiosa era possível manter sólidos os vínculos social.

Esse modelo organizacional, entretanto, já apresentava seus desgastes desde a segunda metade do século passado no país, sobretudo após a expulsão dos jesuítas, agravando-se com a alteração da ordem política e econômica bem como ingerência demasiada do governo na vida dos religiosos no Brasil a partir da independência. Neste aspecto, Azzi (1983) argumenta que, antes mesmo de 1822, a introdução das ideias liberais no país cindiu fortemente a Igreja nacional, criando dois grupos: um, que defendia os interesses lusitanos e, outro, de cunho liberal, defensor da independência do Brasil.

Em um primeiro momento, ainda de acordo com o autor, os clérigos defensores do pensamento liberal negavam-se a sacralizar uma sociedade que servia de interesses a Coroa

dos prelados, dando ênfase na formação de sacerdotes dentro da hierarquia e obedientes à Roma. Nessa perspectiva, o bispo passa a ser a figura central desse processo, sendo ele responsável por tomar decisões administrativas da vida diocesana.

[38] O pensamento tradicionalista no Brasil ratifica a concepção do Estado Cristão, sendo a instituição eclesial entendida como aspecto fundamental para a permanência da Igreja como sólido sustentáculo do Trono. Sua característica principal é a proclamação de fidelidade ao poder da Coroa e a exortação para que os fiéis mantenham-se obedientes aos poderes constituídos (AZZI, 1992).

portuguesa e, sob a influência do galicanismo[39], assumindo então uma tônica fortemente regalista[40], ou seja, sob a égide do despertar da consciência nacionalista, lutavam em prol da autonomia do Estado com relação à influência exercida anteriormente pela Igreja romana (AZZI, 1991).

Com a independência, as ideias regalistas tornou-se mais vigorosa, fazendo com que os clérigos alinhados com as vertentes liberais e nacionalistas passassem a apoiar a Coroa frente a Cúria Romana, na medida em que buscavam o reconhecimento político da nação brasileira (AZZI, 1991). Apesar disso, o Império brasileiro fora reconhecido pela Santa Sé e concedia, novamente, o direito de padroado[41], reiteirado por meio da bula *Proeclara Portugalie Algarbiorum que regum*, documento em que o Papa Leão XIII confirmou ao Imperador do Brasil com "[...] o grão mestrado das tres ordens militares, de Christo, Santiago e Aviz (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1828, p. 121), representando, assim, a aceitação da Santa Sé às disposições legais da Constituição de 1824, particularmente no que se refere ao artigo 102, inciso II.

O direito de criação de bispados e a nomeação de bispos por parte do governo significava a preocupação em manter o poder centralizado nas mãos do Imperador. Logo, controlar a ordem espacial dos bispados brasileiros garantia a supremacia do poder temporal frente a unidade nacional, sem transpô-las as questões regionais e, ao mesmo tempo, dava conotação moderna ao Estado brasileiro (SOUZA, 1993). Associado a isso, o beneplácito régio confirmava, mais uma vez, o poder do Imperador brasileiro, já que as determinações papais deveriam passar pelo seu crivo antes de chegar aos prelados e as dioceses, cabendo este determinar sua propagação ou não no território nacional.

---

[39] Para Azzi (1991), de maneira geral, o galicanismo é a concepção dada ao regalismo francês, caracterizando-se como um movimento político-eclesial que procurou reafirmar a autonomia nacional da Igreja na França em relação à Cúria Romana e ao Papa, concedendo ao Estado uma influência sobre os assuntos da Igreja e limitando o poder papal.

[40] Compreende-se por regalismo "[...] a concepção teórica e prática de uma vinculação mais forte da Igreja local ao poder do Estado, mediante maior independência com relação à Santa Sé [...] (AZZI, 1991, 137).

[41] De acordo com Azevedo (1999), padroado caracteriza-se como a outorga dada pela Igreja de Roma para um administrador civil, dando-lhe certo grau de controle sobre uma igreja local ou nacional. Para o autor, esse modelo foi instituído a partir do século XIII às monarquias ibéricas visando estabelecer alianças com a Santa Sé. Desse modo, o poder monárquico exerciam influências na administração eclesiástica nos territórios além-mar. No que se refere ao padroado português e mesmo após a independência do Brasil, esse consistia na concessão de privilégios e reivindicação de direitos sob a invocação da coroa e em nome de suas missões eclesiásticas. Por meio desse arranjo, a monarquia – portuguesa e brasileira – fazia a ingerência sob os assuntos eclesiásticos da Igreja no Brasil, dentre eles a nomeação de bispos, criação de dioceses, recebimento de dizemos, etc.

Segundo Azzi (1991, p. 146), "tratava-se [...] de reforçar o poder da Coroa Imperial nos assuntos pertinentes à esfera religiosa, a fim de impedir maior ingerência da Santa Sé nos negócios do Brasil". Conforme Barata (1999), a Igreja Católica no Brasil foi transformada em um órgão burocrático, em que os bispos e sacerdotes estavam à mercê do Estado Imperial, sendo o regime de padroado não apenas um instrumento regulador das relações entre o poder espiritual e temporal[42], mas também, elemento desencadeador de uma série de conflitos, devido a constante intromissão do Estado no poder eclesiástico.

Todo esse movimento se deu em meio da crise da cristandade, na qual marca seu fim após o período regencial, em 1840, em que é possível perceber a diminuição da força do clero liberal bem como das antigas forças religiosas, fazendo com que a Igreja no Brasil passasse a apresentar características diversas.

Azzi (1983; 1991) argumenta que de meados do século XIX até a primeira metade do século XX a Igreja no Brasil foi marcada pela romanização de forte influência ultramontana, sinalizando uma reorganização da Igreja Católica nacional, caracterizada pela mudança da lógica devocional leiga para uma inspiração tipicamente tridentina, de aspecto clerical sacramental com ênfase na doutrinação da fé.

De acordo com Marin (2001), a romanização da Igreja Católica no Brasil, iniciou-se com as mudanças implementadas pelos "bispos reformadores", a partir da segunda metade do século XIX e consolidou-se com o predomínio das políticas e das práticas pastorais romanizadas durante a primeira metade do século XX. Dentre esses personagens, destaca-se a figura do Pe. Antônio Ferreira Viçoso[43], sagrado à Diocese de Mariana em 1844.

---

[42] Segundo Guimarães (2013), os debates entre os poderes espiritual e temporal foi uma constante na Idade Média logrando até a modernidade. Ainda assim, podem ser compreendidos por meio de dois aspectos: político e teológico. No primeiro aspecto, existe uma disputa política sobre a primazia da cristandade, ou seja, a disputa de quem detém o controle da cristandade, os reinos ou o poder papal. Tal conflito é intensificado na medida em que observa-se o incremento do poder dos reis em detrimento ao poder da Igreja de Roma. Esse embate, por sua vez, reflete no poder simbólico do papado dentro dos reinados, intensificando as disputas entre os poderes. Já o segundo aspecto, tem origem na própria estrutura da religião cristã, sendo baseada no monoteísmo e fundamentada na concepção de universalidade, que choca-se com a ideia de governo do povo, isto é, a própria política. Desta, deriva-se os conflitos entre a religião cristã e o governo, uma vez que a primeira não tolera a existência e culto de outros deuses, supondo-se uma doutrina universal. Considerando também que não há divisão dos poderes, por meio do discurso da existência de um só um único e supremo Deus e que reside em todo o poder, qualquer outra estrutura ou instituição que ameace o supremo poder cristão é alvo de críticas e ataques por parte dos seguidores de cristo.

[43] Segundo Nóbrega (1954, p. 135-137), Antônio Ferreira Viçoso nasceu em 13 de maio de 1787 na vila de Peniche, em Portugal, filho de Maria Gertrudes e Jacinto Ferreira Viçoso. Fazia parte da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo, em Lisboa. Ordenou-se em 07 de março de 1818 e foi logo nomeado para lecionar filosofia em Évora. Designado ao Brasil, chegou na Serra da Caraça em Minas Gerais, onde desempenhou as funções de superior maior da Congregação. Foi nomeado para bispo de Mariana por meio de decreto publicado em 07 de maio de 1843 sendo confirmado por bulas de Gregório XVI. Sagrou-se bispo no Mosteiro de São Bento do Rio de

O bispo de Mariana buscou uma reaproximação episcopal com a Santa Sé durante sua administração, marcando o início do movimento ultramontano no Brasil. Nesse contexto, entendia-se que a figura de um religioso era fundamental para o processo do fortalecimento da romanização no país, uma vez que este tornava-se responsável pela ortodoxia e pela Igreja, servindo de exemplo para à população frente ao "espírito católico" de modo a substituir o catolicismo luso-brasileiro.

Para Araújo (1986), um dos principais aspectos era a modificação da lógica incutida no clero nacional desde a época da colonização, em que a mentalidade voltava-se para o secularismo, deixando os assuntos religiosos em segundo plano. Assim,

> [...] em primeiro lugar era necessário, segundo a ótica episcopal, modificar a vida moral dos clérigos, conduzindo-os a observância mais estrita do celibato eclesiástico e ao mesmo tempo a aplicação mais expressiva às atividades especificamente religiosas. Em segundo lugar, era necessário reformar também a vida do povo substituindo suas crenças devocionais, de cunho marcadamente familiar, por expressões religiosas de caráter mais clerical, com ênfase no aspecto sacramental, segundo o espírito tridentido (AZZI, 1992, p.30).

Dessa maneira, o clero vinculado ao ultramontanismo comungava da ideia de que o mundo moderno constituía-se como um perigo para a salvação da alma e reafirmava a supremacia do poder papal em detrimento ao poder do Estado. Se por um lado, a Constituição de 1824 estabeleceu o catolicismo como a religião oficial do país; por outro, a romanização buscava combater as práticas consideradas hereges e leigas, consideradas resquícios do passado colonial, defendendo a centralidade do poder papal e sua infalibilidade.

Nessa perspectiva, após a segunda metade do século XIX, a Igreja Católica, tomando consciência do seu papel educativo, assume para si a responsabilidade de educar futuros sacerdotes e leigos, tornando a educação ferramenta fundamental para remodelar os costumes e regenerar a moral. Para Lage (2011, p. 40), a defesa por uma educação confessional por parte da Igreja Católica reforçaria e incutiria suas ideias, funcionando como mecanismo de controle sobre os fiéis e contra os perigos da modernidade.

Em Minas Gerais, o primeiro prelado que assumi essa posição e que deu início a um projeto reformador ultramontano foi Dom Viçoso na diocese marianense. Segundo Sodré (1998), desde o período anterior os prelados da região mineira mostravam-se despreparados e

---

Janeiro em 05 de maio de 1844. Faleceu aos 89 anos de idade, em 07 de junho de 1875, tendo ordenado 316 sacerdotes em trinta e um anos de episcopado.

indisciplinados e na maioria dos casos participavam de movimentos de rebeldia e agitação popular bem como a devassidão e o desejo carnal.

Tal situação causou um desprestígio do clero nas Minas bem como da própria Igreja, demandando assim uma reforma que visasse a remodelação do comportamento da população assim como do corpo eclesial mineiro. A primeira preocupação de Dom Viçoso após sua nomeação à bispo foi a reorganização do Seminário de Mariana com vistas a uma formação católica com base tridentina.

Sendo bispo de Mariana um dos ponto de partida para o projeto reformador ultramontano no país, atuando principalmente na educação da mocidade, este foi responsável pela formação de vários padres, incluindo João Antônio dos Santos. Segundo Oliveira (2011) a atuação do primeiro bispo diamantinense ultrapassou suas obrigações como propagador da fé, aplicando no município muito do que aprendeu com Dom Viçoso em seu período de formação no Colégio da Caraça e sua experiência como prelado na região marianense. Dom João foi responsável pelo início do processo de romanização em Diamantina, implantando-o de acordo com as especificidades da mesma.

Na mesma tônica de Mariana, Diamantina iria experimentar a reorganização do espaço urbano e social da cidade também após instalação a Diocese em 1864, uma vez que a Igreja vai consolidando seu poder por intermédio do Seminário Episcopal e do Colégio Nossa Senhora das Dores que serviram de sustentáculo para o Estado por ocasião do fechamento da Escola Normal pública em 1905, buscando o fortalecimento do ensino normal confessional particular oferecida pela instituição mantida pela administração eclesial diamantinense.

Desta forma, considera-se que nomeação de Dom João Antônio dos Santos à Diocese de Diamantina além de marcar o início da modernidade para o município e para o norte mineiro, uma vez funcionou como gatilho para as elites dirigentes almejarem mudanças ligadas ao progresso social e material da população (MARTINS, 2011; GOODWIN JR. 2007), simbolizava também a criação da cidade episcopal, colocando em evidencia os conflitos travados entre o Estado e a Igreja durante o segundo reinado e o projeto liberal.

De acordo com Souza (1993), a escolha da cidade diamantinense como sede para Diocese do norte mineiro em 1853 se materializou após um longo embate com a cidade do Serro que iniciara nas primeiras décadas do século XIX. Após a privatização das lavras diamantinas, Diamantina recebeu o título de “Metrópole do Norte”, elevando a cidade do Estado monárquico à categoria de cidade episcopal.

> A diocese vem em nome da aliança entre os dois Estados e tem como objetivo principal a "reforma da cultura popular", eliminando das práticas cotidianas, em nome da "ilustração teológica", do Código do Direito Canônico, "as superstições", o culto "pagão". A cidade episcopal se transformava, então, em cidade clerical. Ao reforçar os vínculos regionais, ela fazia não apenas pela promoção da convergências, mas de certo modo, pela homogeneização dos costumes [...] (SOUZA, 1993, 105).

À vista disso, o autor evidencia uma tentativa de reaproximação entre o poder espiritual e o poder temporal. Logo, a Igreja, na figura de Dom João, assumi os rumos e determina aspectos culturais, sociais, políticas e econômicas da sociedade diamantinense no último quartel do século XIX. A implantação do bispado, portanto, afirmava a Igreja Católica como centralizador político da região norte de Minas Gerais.

Souza (1993) e Fernandes (2005) consideram que a escolha de Diamantina como sede da segunda Diocese mineira foi em razão de sua influência política e econômica em um quadro mais amplo do contexto nacional ainda no início do século XIX bem como seu passado vinculado a mineração e a criação do Arraial do Tijuco. O espaço urbano desenvolveu-se de maneira estratégica se comparado a cidade do Serro e já em meados do século a cidade diamantinense apresentava-se "[...] como principal espaço de gestão e controle das atividades humanas, comandando o que o campo produzia e a indústria fabricava" (FERNANDES, 2005, p.88).

Essas questões, portanto, serviriam de argumento para que as elites dirigentes buscassem legitimar o município como polo civilizador da região norte de Minas Gerais. Para isso, então, seria necessário investir em outros setores da vida social da cidade para que o progresso e a modernidade encontrassem terreno para desenvolver-se.

Neste ponto, indica-se que este trabalho congrega da defesa de Ribeiro (2011, p.49), no qual a autora argumenta que o catolicismo dito romanizado no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, convergia com as ideias de modernidade, "[...] a fim de garantir a ordem social e normatizar/disciplinar a sociedade civil". Tal argumento baseia-se na própria contradição posta pela a ideia de modernidade que impunha ao catolicismo como um vetor de desmagnificação/racionalização religiosa em um mundo politicamente secularizado. Era mister para o projeto reformador da Igreja Católica superar o estigma do catolicismo como religião eivada de superstições, idolatrias e misticismos propondo, desta forma, uma religião mais racional.

Portanto, retoma-se aqui que a criação da Diocese em 1853, por meio da Lei nº. 693, de 10 de agosto e concretizada pela bula papal *Gravissimum sollicitudinis*, de Pio X, serviu de impulso para as mudanças de roupagem moderna e progressista em Diamantina por parte da elite dirigente em parceria com a Igreja Católica local, constituindo como uma das instancias promotoras da educação mineira.

A criação e instalação da Escola Normal em Diamantina em 1878 a 1879 além de congregar aspectos da modernidade, no que diz respeito a constituição dos espíritos da civilização e progresso, demonstrava que esta instituição educativa estava alinhada tanto com a Igreja Católica em Diamantina e os anseios de Dom João Antônio dos Santos como também das elites dirigentes.

Assim, a supressão desse estabelecimento de ensino em 1905 pelo governo mineiro, não representou um retrocesso nem uma negação à modernidade, já que o Colégio Nossa Senhora das Dores daria continuidade ao projeto de formação da sociedade diamantinense, uma vez que fora equiparado à Escola Normal do Estado.

2. DE ARRAIAL À VILA, DE VILA À MUNICÍPIO: CONSTITUIÇÃO DE DIAMANTINA NO SÉCULO XIX

As cidades refletem os sonhos de um povo, são imbricadas de memórias individuais e coletivas, de lembranças do passado; "[...] assim, a cidade não conta o seu passado, ela o contém" (CALVINO, 1990, p. 14). Refletem em si mesma sua história, seja por meio de sua arquitetura urbana, do traçado de suas ruas ou pela divisão dos espaços. Também são reflexos do tempo, das ideologias, das políticas e da sociedade (PINHEIRO, 2011). São expressões de um tempo e de um espaço, que se constitui como "[...] realidade presente, imediata, dado prático-sensível" (LEFEBVRE, 2001), que só mudará frente a mudança de todo o conjunto social.

Figura 03 - Desfile de uma compainha de polícia e banda, século XIX.

Fonte: Queiroz, 2010, p. 66.

As lentes do fotógrafo desconhecido deram ênfase a um desfile realizado em uma das ruas principais da cidade: Rua Macau que dava acesso à rua central da cidade, isto é, a Rua Direita, no século XIX, sendo provavelmente ligado a alguma atividade religiosa. Chama atenção que esse evento social não tem presença feminina, sendo essa questão evidenciada pela quantidade de chapéus e calças que as pessoas estão vestindo, dando indicativos de que a figura masculina estava em peso. Tal observação, aponta para a característica organizacional da sociedade diamantinense, em que mulheres e homens desempenham papéis previamente determinados dentro do corpo social.

Logo, a cidade torna-se palco e testemunhas desses acontecimentos históricos, delineando-se como cenário de disputas e contradição; no estabelecimento dos Estados modernos foram concebidas como lugares racionalmente organizados por uma lógica que buscava diferencia-las dos espaços rurais, aproximando-se das ideias como de civilidade, modernidade e escolarização. Constituídas, também, para demarcar diferenças culturais, políticas, econômicas e sociais e, sobretudo, estabelecendo um movimento de produção e reprodução de um ideário, tornando-se, assim, espaços privilegiados para o desenvolvimento do fenômeno urbano, da civilização e do progresso.

Diamantina oitocentista buscava alinhar-se as tendências do mundo moderno, porém, sem perder de vista suas tradições deveras mineradoras. Tornou-se palco de disputas entre o novo e o velho; de representações da modernidade que se perfaziam nos discursos dos agentes sociais – Igreja, Estado e as elites dirigentes. Forjou uma identidade e uma autoimagem, pondo-se no lugar de destaque frente a região norte de Minas Gerais, proclamando-se como Atenas do Norte. Buscava em seu passado justificativas para firmar-se naquele presente como a parte mais central da região, já que fora originada pelo antigo Arraial do Tijuco, local que abrigou uma importante administração da produção diamantífera.

Assim, Diamantina nos oitocentos demarcava a disputa entre o laico e confessional; entre o público e o privado, através dos interesses de político-sociais e da Igreja Católica, na figura do bispo Dom João Antônio Felício dos Santos, que dominavam naquele contexto histórico.

O vilarejo de grande influência econômica e comercial, tornou-se polo cultural, com costumes ditos civilizados que chamaram atenção de viajantes que passaram por ali no início do século XIX. Após a década de 1860, Diamantina queria consolidar-se como centro civilizador e progressista do norte mineiro, movimentando, assim, setores sociais, que resultou em projetos, discursos e debates circulavam pela imprensa local.

O marco temporal da modernidade diamantinense seria então o ano de 1864, com a instalação do Bispado (MARTINS, 2014, p.13), no qual se desejou "[...] intensamente o progresso e a civilização, usando a riqueza mineral como meio para ingressar na modernidade". Os setores político e intelectual da cidade uniram-se nessa empreitada, versando-se em diversos projetos de industrialização, comércio, transporte, vias de comunicação e, também, educação.

Foi na década seguinte, portanto, que a cidade de Diamantina tornou-se polo educacional importante do norte de Minas Gerias, com o estabelecimento de um Seminário

Episcopal, um Colégio confessional, um Externato e uma Escola Normal. Essas duas últimas instituições eram públicas, mantidas pelo governo provincial, porém, todas esses estabelecimentos de ensino contribuíram para fazer daquele lugar um espaço urbano privilegiado.

Nesse sentido, pretende-se, nessa seção, caracterizar Diamantina como um espaço de disputas e contradição, premissas impostas pela modernidade. Propõe-se uma análise das ações dos três agentes dominantes da cidade, isto é, da Igreja Católica – na figura de Dom João, do Estado e das elites dirigentes, frente as propostas de modernidade para a sociedade e, sobretudo, a constituição de seus projetos educacionais destinados a mocidade.

Na construção desse cenário, tem-se por objetivo demonstrar a emergência de Escolas Normais em Minas Gerais e a necessidade de criação de uma instituição educativa dentro do município diamantinense de modo que alinhasse os discursos da Igreja, do Estado e das elites dirigentes.

2.1 O passado latente: formação da identidade da "Athenas do Norte" e a organização social de Diamantina

Diamantina está localizada ao norte de Minas Gerais, na região alta do Vale do Jequitinhonha. O surgimento do município no século XIX está intrinsicamente ligado a sua relação com a produção diamantífera, iniciada no século XVIII. De arraial a vila e de vila a município, a Diamantina consolidou-se como importante entreposto comercial e econômico ainda no período colonial, quando era denominada Arraial do Tijuco[44].

O círculo vermelho na Figura 04 mostra a localização do Arraial do Tijuco após algumas décadas dos descobrimentos de diamantes no século XVIII. O difícil acesso devido a cadeia de montanhas que cercava o vilarejo são uma das características que influenciaram a formação social, política e econômica desde a colonização, sendo esse aspecto ressaltado por vários pesquisadores, como Martins (2014).

[44] Tijuco é um termo proveniente do tupi que significa água suja e lamacenta.

Figura 04 - Mapa da capitania de Minas Geraes: com a deviza de suas comarcas, 1778

Fonte: Biblioteca Nacional.

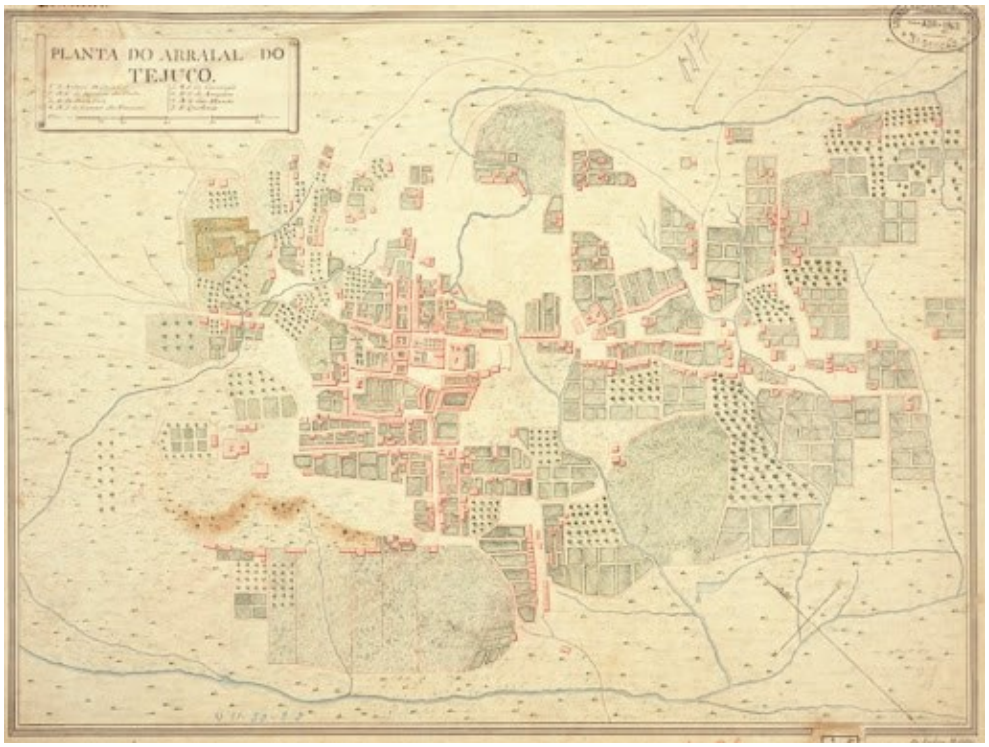
Como pode-se observar, o Arraial do Tijuco era localizado na vasta Comarca do Serro Frio[45]. Foi escolhido como sede do Distrito Diamantino, marcado pela presença incisiva do Estado português, que controlava e vigiava o modo de vida dos habitantes. Essa particularidade, segundo Santos (1978) e Machado Filho (1980), foi responsável por uma formação urbana *suis generis*, imposta pelo regime português quando dominava a região e tinha por interesse manter sob seu controle tudo que se passava por ali.

Assim, diferentemente de outros lugares que se transformavam em arraiais – com usual de igreja matrizes, câmara e cadeia, Diamantina se manteve na condição de arraial, subordinada a Vila do Príncipe, desde o início de sua formação, de 1713 até o 1831, quando foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Vila Diamantina (PESTANA, 2001). Para Gonçalves (2012, p.41), isso ocorreu pois houve um processo reverso ao que se esperava, visto que, com a exploração e comercialização do diamante, ao contrário de acelerar o desenvolvimento do arraial, acabou impondo obstáculos a sua elevação à condição de vila, o que resultaria em uma maior autonomia em relação a Portugal e uma menor arrecadação de tributos.

De acordo com Pestana (2001, p.79), além das limitações típica do regime administrativo de Portugal nesse período, a configuração urbana do arraial balizou-se diante do território montanhoso e de difícil acesso, sendo construída "[...] sobre a encosta da colina, margeando a Serra dos Cristais, criando um pequeno núcleo construído, desde o início de sua formação, uma indissociável e imponente moldura natural [...]" (GONÇALVES, 2012, p. 40).

[45] Segundo Moraes (2007), a comarca do Serro Frio foi resultado de um desmembramento ocorrido seis anos depois da demarcação das comarcas de Villa Rica, Rio das Mortes e Rio das Velhas/Sabará, constituindo-se como uma das áreas mais extensas da Capitania de Minas Gerais.

Figura 05 - Planta do Arraial do Tijuco, 1784.



Fonte: Gonçalves, 2012 *apud* Reis Filho, 2000, p. 45.

A planta do Arraial do Tijuco exibida na Figura 05, evidencia a constituição de povoação urbanizada, no que se refere ao seu núcleo habitacional já nas últimas décadas do século XVIII. Segundo Vasconcellos (1959, p. 121), a formação desse povoado não seguiu as tendências de outros lugares ocupados em Minas Gerais nesse mesmo período. Isso porque, em via de regra, a gênese das cidades, arraiais e vilas aconteciam de forma simples, perto de estradas, acompanhando as especificidades geográficas – como montanhas e rios, instalando-se, posteriormente, comércios e moradias.

Contudo, na sede do Distrito Diamantino, optou-se por realizar uma formação semelhante aos povoados localizados no litoral da Colônia portuguesa na América, de forma quadrangular, concentrada e reticular, seguindo os princípios urbanísticos de Portugal. O relato de Saint-Hilare (1941), por ocasião de sua passagem pela sede do distrito dos diamantes por volta de 1817, possibilita vislumbrar o traçado urbano do arraial naquele período:

> Tijuco é construída sôbre a encosta de uma colina cujo o cume foi profundamente cavado pelos mineradores. Ao pé dessa colina corre, em um vale demasiadamente estreito, um regato que tem o nome de Rio S. Francisco. De outro lado do vale outeiros extremamente áridos fazem face à aldeia, e apresentam por todos os lados rochedos de um pardo escuro, no meio dos quais cresce um relvado cuja a côr difere um pouco [...], da dos próprios rochedos [...]. As ruas de Tijuco são bem largas, muito limpas, mas muito mal

> calçadas; quase tôdas são em rampa; o que é consequência do modo em que a aldeia foi colocada. As casas construídas umas em barro e madeira, outras com **adôbes**, são cobertas de telhas, brancas por fora e geralmente bem cuidadas. A cercadura das portas e das janelas é pintada de diferentes cores, segundo o gôsto dos proprietários e, em muitas casas as janelas tem vidraças (SAINT-HILARE, 1941, p. 34, conforme o original).

As construções descritas pelo viajante francês datam de meados do século XVIII, quando o Arraial alcançou seu apogeu diante da dinâmica colonial. Tais características seriam fundamentais para a estruturação de uma autoimagem moderna e progressista frente a região norte de Minas Gerais durante o século XIX, isso porque, legitimava uma das épocas mais importantes para Diamantina, em que

> [...] sua população aumentou consideravelmente, construíram-se elegantes e valiosos edifícios, seus principais templos datam desse tempo, o comércio desenvolveu-se mais francamente, apesar das restrições e peias com que as leis e bandos que procuravam limita-lo ou extingui-lo [...] (SANTOS, 1978, p. 164).

A presença do Estado português no Tijuco, descrito pelo memorialista, se fez por dois modelos diferentes: regime de contratos e a Real Extração, que foram responsáveis por imprimir no arraial um modelo de vida singular, marcada por uma "[...] dispendiosa e corrupta estrutura de controle de diamantes [...]" (MARTINS, 2014, p.24) que privilegiava uma parcela mínima da população.

O regime de contrato foi iniciado, efetivamente, em 1740 durando até 1771[46]. De maneira geral, os contratadores desfrutavam de uma enorme riqueza e prestígio, exerciam influência na política e na economia de Minas Gerais, possuindo apoio dos governadores da Capitania. O arremate do contrato tinha prazo de quatro anos para exercer atividades na demarcação, tendo o contratador direito exclusivo de minerar diamantes, cobrar impostos, etc., impediam, também, a ação de garimpeiros. Foi nesse período que criou-se a Intendência dos Diamantes.

De acordo com Marcílio (1990, p.48), as décadas de 1760 e 1770 marcam um novo período na história de Minas Gerais. Isso porque, como argumenta a autora, a crise na produção

[46] Entre os anos de 1740 a 1771 foram celebrados seis contratos: o primeiro de 1740 a 1744, sendo arrematado por João Fernandes de Oliveira e Francisco Ferreira da Silva; o segundo de 1744 a 1747, arrematado apenas por João Fernandes de Oliveira; o terceiro, pertencente a Felisberto Caldeira Brant, Alberto Luís Pereira e Conrado Caldeira Brant; o quarto de 1753 a 1758, composto por João Fernandes de Oliveira, Antônio Santos Pinto e Domingos de Bastos Viana; o quinto de 1759 a 1761, os mesmos arrematantes do anterior; e o último por João Fernandes de Oliveira.

de ouro na região, devido ao esgotamento das minas, causaram um lento declive populacional, exigindo de Portugal a adoção de medidas que pudessem incrementar o número de habitantes na região para que também incentivasse a produção, além de redistribuir parte da população para as zonas fronteiriças, com o objetivo de evitar entrada de outros colonos que não fossem os portugueses.

Por outro lado, porém, segundo Furtado (2009), embora Minas estivesse passando dificuldades diante da queda da sua principal atividade econômica, a capitania conseguiria atravessar sem ser significativamente prejudicada, já que a diversidade econômica e produtiva da região iria contribuir para isso, explicando assim o aumento populacional ao longo do século XVIII e XIX.

Foi nesse período, portanto, que havia ascendido ao cargo de ministro de Portugal o Marquês de Pombal, responsável por diversas modificações na política e na administração do reino, sob a influência das ideias iluministas que circulavam pela Europa. A política de Pombal direcionada para as colônias portuguesas tinham como finalidade "[...] melhorar a administração dos territórios ultramarinos [...] (STUMPF, 2017, p. 531), com adoção de medidas que buscassem acrescer a população das terras além-mar de maneira que legitimasse o poder da metrópole sobre seus subordinados.

Acompanhando onda transformadora das colônias, na América Portuguesa – incluindo Minas Gerais, a administração da Demarcação se alteraria, adotando um novo regime administrativo e organizacional, sendo criada a Real Extração em 1771, designando o monopólio régio, responsável por ampliar os ganhos da metrópole e impedir enriquecimentos de outrem.

Dessa maneira, ao lado da Intendência dos Diamantes, surgiu a Administração Diamantina, imperando, no Arraial do Tijuco e em suas mediações, o Regimento Diamantino, conhecido pelos habitantes como Livro da Capa Verde, "[...] que deram origem a uma administração local diferenciada e diretamente subordinada à Coroa [...]" em que cada um desses órgãos eram incumbidos de executar uma política repressora dentro do distrito (MARTINS, 2014, p. 24).

Assim, os habitantes do Tijuco tornaram-se integrantes de uma dinâmica social, política e cultural imposta ao arraial no século XVIII, com características muito peculiares, em que praticavam-se, "[...] ao extremo, as imposições e interesses metropolitanos" (DE PAULA, 2000, p. 92). Para Santos (1978, p. 152), os moradores da região viviam como se estivessem

em "[...] eterno bloqueio, isolados com o resto [...], sendo interdita toda a comunicação com os povos de fora".

Segundo Furtado (2008, p. 66), contudo, o Regimento dos Diamantes, trouxe poucas modificações para a administração do Distrito Diamantino, pois,

> [...] A maioria de seus parágrafos já estavam em vigor, sendo que muitos deles se aplicavam também a regiões exclusivamente auríferas. Além disto, esta lei se aplicaria em qualquer área diamantina e se estenderia a todos os crimes que envolvessem os diamantes em qualquer parte da Colônia. Ao longo de toda a exploração dos diamantes, incontáveis ordens, bandos e leis foram emitidos na tentativa de impedir os descaminhos e aperfeiçoar o aparelho administrativo, judicial e policial. Este aparato jurídico, quase sempre caótico, constantemente reafirmava leis anteriores que eram cumpridas com muita dificuldade [...].

Caracterizado pela autora como uma continuidade do sistema administrativo anterior, pode-se compreender, com base nos estudos de Martins (2008; 2014) que, de maneira geral, a mineração no período colonial foi marcada por "[...] negócios suspeitos, envolvendo funcionários dos órgãos estatais e propinas, abusos de autoridade, redes de privilégio, conflitos de jurisdição [...] resultando disso uma economia prejudicada e comprometida" (PAIVA, 2012, p.03).

Ora, essas particularidades econômicas e administrativas da mineração reverberariam no cenário social e político de Diamantina no século XIX, influenciando sua cultura e tradição. De acordo com Borsagli e Medeiros (2011, p.07), por volta de 1772, com a instituição da nova Administração Diamantina, a população do Distrito Diamantino soube reorganizar o sistema de exploração de diamantes e, assim, conseguir sobreviver a partir do ganho da exploração dos minérios. Os autores explicam que

> [...] a classe média do Tejuco, por exemplo, passou a compor a guarda responsável pelo patrulhamento de distrito. A classe dominante, composta de portugueses e descendentes, passou ocupar os cargos da Real Extração. Os escravos, que antes trabalhavam para contratadores, foram alugados para Real Extração que pagava aos seus senhores diárias pelos seus serviços.

Para os pobres, então, não lhes restava nada. Por isso, conforme argumenta Martins (2014), o antigo Arraial do Tijuco foi assinalado por uma riqueza exorbitante e uma pobreza ignorada. Responsável pela criação de diversas combinações sociais e econômicas e, também, inúmeras formas de reprodução cultural e política. A presença de estrangeiros, escravos

africanos e brancos pobres resultou em uma sociedade mestiça, em que privilégios pertenciam apenas as elites.

Segundo Paiva (2012, p.01), são as especificidades dos sistemas de mineração que vigoram em cada período e o modo no qual foram apropriados pelas autoridades e a população local que determinaram sua representação. Assim, o privilégio de algum grupo social em detrimento de outro, ao longo dos anos, pouco ou nada mudaram dentro de uma economia mineradora, tal qual Diamantina.

Neste sentido, faz-se importante para esta tese compreender os conceitos de pobre e pobreza veiculados no século XIX na Europa. Segundo Montaño (2012), tais conceitos emergem a partir do nascimento da sociologia moderna em que a "questão social" problematiza a miséria e a pobreza, tratando-as como "questões" isoladas, naturais ou produzidas por comportamento dos sujeitos. Assim, nesse período, a ideia sobre a pobreza estaria vinculada a três fatores principais: 1) pensamento burguês associado a falta de escolarização; 2) problema de planejamento familiar; 3) problemas moral-comportamental.

Desse modo, estruturou-se um modelo de enfrentamento e tratamento à pobreza, materializando-se em organizações filantrópicas, em que

> [...] o tratamento das chamadas 'questões sociais' passa a ser *segmentado* (separado por tipo de problema, por grupo social, por território), *filantrópico* (orientado segundo os valores da filantropia burguesa), *moralizador* (procurando alterar aspectos morais do indivíduo e comportamental (considerando a pobreza e as manifestações da "questão social" como um problema que se expressa em comportamentos, a solução passar por alterar tais comportamentos) (MONTAÑO, 2012, p. 272, conforme o original).

Segundo o autor, esse modelo encontrou desgastes a partir da primeira metade do século XIX. Os primeiros indícios se deram na Inglaterra a partir das críticas sobre Lei dos Pobres (*Poor Law)*, instituída em 1601. Montaño (2012, p. 273) advoga que foi após a intensificação das lutas de classes trabalhistas que o parlamento inglês passa a compreender esse dispositivo legal como um estímulo à miséria. Logo, o entendimento era que a ação filantrópica ao invés de modificar o cenário, ratificava os costumes e hábitos dos pobres: "[...] o sujeito que recebe assistência [...] acomodar-se-ia a tal situação, tendendo a reproduzir a sua condição, sua pobreza. A assistência seria a verdadeira causa da ociosidade, da acomodação, do conformismo, enfim, da pobreza".

Diante dessa constatação, adota-se uma postura de repressão e castigo a pobreza, passando articular a condição do pobre à marginalidade e a criminalidade, sendo este

compreendido como uma ameaça à ordem. Assim, [...] produz-se a *separação entre "pobre"* (objeto de assistenciais, por mendicância e vadiagem) e o *"trabalhador"* (objeto de serviços de Saúde e Previdência Social); portanto, diferencia-se o indivíduo "integrado" do "desintegrado" ou "disfuncional" (MONTAÑO, 2012, p. 273, conforme o original).

De acordo com Hobsbawn (1987, p. 221), a marginalização do pobre e consequentemente sua ameaça à ordem situa-se em três hipóteses para o controle e repressão: lutar para ser burguês, permitir a opressão e se rebelar. Diante da impossibilidade de melhoria das condições de vida, os movimentos trabalhistas na Europa se impõem em meados do século XIX. Ao expor a miséria dos trabalhadores submetidos à nova ordem social (industrialização e insensibilidade da classe dominante e da Igreja), o autor indica a existência de elementos de abismos entre os expoentes da sociedade e a divisão das grandes cidades em zonas ricas e pobres.

Embora tal análise se refere ao contexto inglês, no Brasil, segundo Chalhoub (2001, p. 76), são os pobres brancos, escravos libertos, trabalhadores braçais e artesãos que irão compor as "classes perigosas". Foram esses que foram compreendidos como sujeitos que ameaçavam à ordem da classe dominante. Isso porque, esses pobres tinham modos de vida, comportamentos e costumes diferentes das classes dominantes, assim "[...] os habitantes subalternos da urbe precisavam ser enquadrados dentro de uma ordem supostamente mais ordenada, bela, higiênica, moral [...]".

O comportamento dos pobres em Diamantina tinha traços da mineração, tornando-se uma preocupação para as elites dirigentes e para a Igreja Católica, uma vez que fomentava a formação de uma "classe perigosa" para ordem e a moral da sociedade diamantinense. Era necessário, portanto, seja através do trabalho ou da educação, formar homens e mulheres de acordo com os preceitos de civilidade e modernidade.

Verifica-se as primeiras iniciativas frente a isso por meio da transferência da família real para a América Portuguesa. Nesse período, a região recebeu diversos viajantes, principalmente da Europa, que desejavam observar os costumes e peculiaridades naturais daquela região. De acordo com Caldeira e Lacerda (2011, p.03), muitos dos visitantes recém chegados no Brasil, partiram à região do Distrito Diamantino, na busca de estudar as riquezas das terras diamantíferas.

Retomando a narrativa de Saint-Hilare (1941, p.33), quando passava pela sede do Distrito Diamantino, constata-se que este não tinha outro nome além de arraial,

> [...] entretanto, a população dessa aldeia, já que é assim chamada, eleva-se a cêrca de 6.000 almas, e o número de casas é de cêrca de 800. Provavelmente, para impedir ao clero de assumir grande importância no Distrito dos Diamantes, não se quis mesmo elevar o Tijuco à categoria de cabeça da paróquia, e ao, tempo de minha viagem ela não era senão uma humilde sucursal dependente de Vila do Príncipe.

Diante desse trecho, pode-se perceber a presença de dois agentes importantes na constituição do cenário diamantinense no século XIX: o Estado e a Igreja, que ao lado das elites, desempenharam papel fundamental no que se refere a consolidação da cidade de Diamantina como polo cultural e tradicional do norte de Minas Gerais e de uma sociedade marcada pela mineração, que acentuava a diferença entre ricos e pobres.

Foi em 1819, conforme aponta Saint-Hilare (1941), que D. João VI baixou um alvará em que elevava o Arraial do Tijuco à cabeça da paróquia, separando-o da Vila do Príncipe, tornando integrante do Bispado de Mariana[47]. Doze anos depois, foi elevado à categoria de vila, por meio do Decreto de 13 de outubro de 1831, dando origem a Vila Diamantina. Após sete anos, foi instituído o município com mesmo nome, por meio da Lei Provincial nº. 93, de 06 de março de 1838.

Sem vivenciar um processo de formação espacial das demais povoações, Diamantina herdou o espaço da Real Extração (SOUZA, 1993, p.203), dando início, no lugar do Arraial do Tijuco, a cidade de Diamantina, escolhida como sede município do mesmo nome. Constituiu-se, ao mesmo tempo, como centro dinâmico da economia regional do norte de Minas Gerais durante o século XIX e início do século XX (MARTINS, 2016, p.30). Sua principal atividade econômica permanecia atrelada aos serviços de mineração de diamante no entorno da cidade, o que não negava a existência de um comércio vigoroso e influente naquela região. Essas características, portanto, projetavam o município para as listas dos lugares mais populosos de Minas Gerais nesse período, ao lado de Uberaba, Ouro Preto, Barbacena e Juiz de Fora (SENNA, 1913, p. 204).

Não foi à toa, portanto, que resolveu-se criar e instalar uma Escola Normal pública em 1878 na cidade de Diamantina, se esta era considerada, já em meados do século XIX, uma das cidades mais urbanizadas da província mineira. Essa instituição educativa, além de se constituir como um dos símbolos da modernidade oitocentista que pairava o Brasil naquele contexto, firmava, também, aquele lugarejo, localizado ao norte de Minas Gerais, como um polo

[47] Ao tempo desta pesquisa, não foi possível conseguir o registro documental junto aos arquivos do Império em que pudesse comprovar tal informação, sendo apenas indicada da mesma maneira pelo IBGE (1959; 2007).

educacional, uma vez que as ações dos agentes sociais diamantinenses trabalhavam em prol da consolidação do município como a capital do norte. Embora pode-se verificar através das memórias de ex-alunos que esta escola serviu mais a classe dominante do que aos pobres[48].

De acordo com Souza (1993), foi logo após a criação do munícipio, que Diamantina vivenciou um aumento expressivo em sua população. No ano de 1832, a região contava com 12.354 habitantes, passando, em 1890, para 30.412[49], um acréscimo de mais de 50% de pessoas. Para Martins (2008; 2014), a ampliação populacional em Diamantina são reflexos não apenas da mudança do eixo econômico da região, no qual abriu-se espaço para circulação e o livre comércio, mas, também, foi resultado da alteração da legislação minerária e os padrões da organização das lavras a partir do início do século XIX[50].

Foi a segunda crise, porém, vivida em Diamantina, entre os anos de 1870 a 1897, a mais relevante para mudança da lógica urbana da cidade, marcada pelo discurso de modernidade e

---

[48] No livro *Memórias dum estudante* de autoria de Ciro Arno, pseudônimo de Cícero Arpino Caldeira Brant, pertencente a uma das famílias tradicionais no ramo da exploração diamantífera da cidade, tem-se indícios que os alunos que frequentavam a Escola Normal de Diamantina eram também oriundos de famílias abastadas. No trecho: "As férias, precipitadas em 20 de julho de 1893, foram para mim e João Edmundo as últimas do Seminário. Entrando para a Escola Normal em setembro dêste ano, tratávamos logo de fundar um jornal, seguindo o exemplo dos alunos do último ano dêsse estabelecimento, Nelson Coelho de Sena, José Jorge, João Paulino e José Alves Diamanitino, que redigiam um quinzenário "O Aprendiz". Para a projetada empresa convidávamos aos colegas Francisco Sales Corrêa Mourão e Jacinto Leite Faria Júnior, que aceitaram o convite. Após várias discussões, assentávamos que o nome seria "Ensaio Infantil" e que se publicaria bimensalmente, sendo sua assinatura ao preço de 3$000 por ano e 2$000 por semestre. Contratámos a impressão com o Sr. Claudio Augusto Ribeiro de Almeida, gerente do semanário "Cidade de Diamantina", publicado em oficinas próprias" (ARNO, 1949, p. 53). Os vestígios deste trecho evidencia o caráter elitista da Escola Normal de Diamantina, os alunos além de bancar a impressão dos próprios jornais, também apresentam um ciclo de amizade que também compõe parte da sociedade rica diamantinense nesse período.

[49] Durante a pesquisa, houve diversas tentativas de se conseguir os números populacionais da cidade Diamantina em meados do século XIX, realizando buscas junto ao APM e a Biblioteca Nacional. Localizamos, contudo, no primeiro Recenciamento Imperial do Brazil, feito no ano de 1872, a seguinte nota, após a apresentação de todo o quadro geral da população livre: "Observação: No numero total da população não estão comprehendidas por não terem sido recenseadas as parochias seguintes: Sant'Anna de Trahiras, N. S. das Dôres de Ganhães, **Santo Antonio de Diamantina, N. S. da Conceição do Rio Manso**, **Santo Antônio de Gouvêa**, N. S. da Penha de França, S. Sebastião do Salto Grande, S. Miguel do Jequitinhonha, N. S. das Dôres do Atterrado, S. Carlos do Jacuhy, N. S. do Patrocinio de Caldas, Santo Antonio de S. José d'El Rei, N. S. da Gloria em São Pedro de Alcantara e Divino Espirito Santo" (BRASIL, 1872, p.118, grifos nossos). Assim, no que se refere ao município de Diamantina, temos acesso aos dados de apenas de três dos seis distritos que compreendiam o município, o que compromete uma análise aprofundada do crescimento populacional do século XIX para o XX.

[50] Martins (2008; 2014) divide em quatro fases a extração diamantífera no município que variam da euforia ao desalento. A primeira abrange o período de 1808 a 1832, marcado pelo fim da Real Extração, resultado das transformações políticas e econômicas advindas com o processo de independência do país, esgotando os recursos financeiros destinados àquela administração; a segunda fase decorreu da primeira, em que o desimpedimento de fiscalização das terras diamantíferas, incentivou a exploração de lavras e descobertas de novos territórios, atraindo mais pessoas para o local; a terceira, que inicia em 1870 até 1897 que será abordada mais especificamente durante essa seção e a última, entre os anos de 1897 a 1930, em que atividade mineradora sofreu intervenções com a instalação companhias nacionais e estrangeiras no Rio Jequitinhonha, aumentando o volume de diamantes extraídos, com expressiva recuperação dos preços, a partir de 1905.

ensejos, por parte das elites diamantinenses, para a entrada das ideias de civilidade e progresso, buscando nelas argumentos para legitimar-se como o centro da região norte mineira (SOUZA, 1993).

Essa crise foi resultado da exploração desenfreada por parte dos garimpeiros associada a descoberta de diamantes na África do Sul, responsável por provocar uma alteração no mercado mundial de pedras preciosas. A variação negativa dos diamantes impactou profundamente a economia da região, causando uma onda de falência de mineradores e negociantes.

Por consequência, o desanimo abateu nos diamantinenses, que buscavam outros meios para reanimar a atividade econômica da região ou simplesmente buscar alternativas em outros lugares. De acordo com o jornal *Monitor do Norte*, de 02 de janeiro de 1876,

> [...] a crise produzida tem pesado sobre este municipio [e] tem se occasionado um desanimo e tal abatimento em todo nosso districto, que grande numero de pessôas e muitas famílias, não contando mais que melhore tal estado, já se prepararão para retirar-se, uns demandando os municipios agricolas mais proximos, outros para tentarem mineração do Jequitahy, e que dispoem de maiores recursos, para a matta do Rio de Janeiro, provincia de S. Paulo, etc., etc. E' tal o terror de alguns que acreditamos que uma invasão de inimigos em nosso paiz ou a peste negra não produzira ao espirito deles maior pânico! (MONITOR DO NORTE, 02 jan. 1876, p.3).

Apesar desse alarde feito pelo jornal, este ainda encara a situação com certo otimismo, demonstrando que havia alternativas para a superação da crise, devendo aceitar que o tempo se encarregaria de tudo para retornar à glória de tempos de outrora:

> Com quanto reconhecemos a gravidade das circusntancias economicas em que nos achamos collocados, entendemos, que nossa posição não é ainda desesperada. Essas dificuldades podem ser superadas [...] Tenhamos, pois, fé em Deos e no trabalho bem dirigido, que veremos em pouco tempo nossa bella cidade, a princeza de Minas, reerguer-se mais rica e opulenta do que eram nos tempos de sua maior prosperidade (ibidem).

Como pode-se observar, a produção do diamante, enaltecida pelo jornal, impactava diretamente o desenvolvimento da cidade e do município, logo, deveria buscar outros meios para prover sua economia. Porém, Alcântara (2015, p.37), destaca que foi nesse mesmo período que Diamantina conheceu mudanças importantes no que se refere ao espaço urbano e a implantação de indústrias têxteis e investimentos para dinamização da mineração. Essa movimentação impulsionou certa reordenação do espaço urbano diamantinense, tendo em

vistas as propostas modernizadoras para a sociedade brasileira (GOODWIN JR., 2007; MARTINS, 2016).

Para Souza (1993), os interlocutores dessas propostas se perfaziam em três "agentes diretores": a Igreja, o Estado e as elites dirigentes, que assumiram o discurso rumo ao progresso da cidade e da região norte de Minas Gerais. Nesse contexto, foram manifestadas diversas posições frente ao caminho que devia ser percorrido, que segundo Alcântara (2015, p.12), não passaram de propostas, sendo a modernidade em Diamantina "[...] vivida apenas como um discurso, um conjunto de propostas vistas como meio para atingir o desenvolvimento social e econômico [...]" e que nunca que materializaram de fato, já que as elites diamantinenses não elaboraram estratégias de modernidade por meio de um plano sistemático.

Porém, no cenário educacional podemos constatar ações por partes dos agentes diretores de forma mais consistente, já que trabalharam em prol da construção de um núcleo educativo em Diamantina em meados do século XIX. Conforme aponta Goodwin Jr. (2007, p.50), a elite diamantinense ao lado da Igreja Católica da região, apoiou iniciativas religiosas frente a educação, uma vez que essa última era compreendida como parte integrante para moldar os costumes da sociedade e regenera-la.

Assim, congregamos com a ideia de que o marco temporal da modernidade diamantinense acontecera com a instalação do Bispado, em 1864, já que a implantação deste na cidade causou transformações importantes na sociedade e no seu espaço urbano, legitimando a ação da Igreja frente a ação do Estado, que, em alguns momentos, utilizou do primeiro para manter a ordem e propagar novos costumes. Cabe salientar que a ação católica diamantinense estava situada de maneira regionalizada no Norte, sobretudo, em Diamantina, atendendo as demandas por parte de Dom João Antônio dos Santos e suas ideias quanto a moralização dos costumes.

No próximo tópico, dar-se-á início a discussão sobre a implantação do Bispado em Diamantina e as suas influências no cenário social e educacional, visando compreender de que maneira a Escola Normal pública[51] conseguiu se inserir no discurso veiculado pelo Estado nas

[51] Conforme Luzuriaga (1959), entende-se como escola *pública* àquela que está vinculada a um caráter intelectual e instrumental, estando associada ao surgimento do iluminismo no século XVIII, no qual compreende que a educação está subordinada aos fins do Estado. Neste sentido, todas as instituições educativas, públicas ou privadas, estão submetidas a inspeção do Estado. Esse modelo vigorou principalmente na Alemanha e na França, sendo neste último considerado ainda que o pessoal docente fosse exclusivamente secular.

propostas católicas de meados do século XIX, marcado pela romanização dos costumes e regeneração moral da sociedade.

2.2 A instalação da Diocese em Diamantina e as iniciativas rumo à modernidade, 1864

O catolicismo sempre foi um elemento que marcou a identidade dos mineiros, seja de cunho sociocultural ou político. De acordo com Wirth (1982, p. 217), os políticos da primeira geração[52] de Minas Gerais que atuaram principalmente no último quartel do século XIX estavam ocupados com os problemas econômicos e políticos e, também, dedicaram-se aos temas como abolição, institucionalização da República, inflação e dívida externa. Embora uma parte deles tenham perdido a fé, na escola de direito, quase ninguém repudiava completamente a Igreja Católica.

Parte desse posicionamento pode ser verificado em discurso proferido por João da Matta Machado[53] em 20 de outubro de 1878 na Assembleia Provincial da Deputados de Minas Gerais. Após apresentar projeto para subvenção a dois estabelecimentos de órfãs existentes na Província no final do século XIX, administrados pelas irmãs de caridade de Mariana e Diamantina, sob a justificativa central de que prestam "[...] os mais relevantes serviços á humanidade" (SUPLEMENTTO ANAES DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL DE MINAS, SESSÃO DE 20 out. 1878, p. 11), o deputado diamantinense que advogava em favor do ensino leigo desde seu primeiro ano na 22º Legislatura, apresentou a seguinte argumentação quanto ao ensino religioso:

---

[52] De acordo com Wirth (1982), os políticos mineiros podem ser divididos em três gerações durante a transição do Império para a República. A primeira geração diz respeito aqueles que nasceram antes de 1869 e envolveram nos debates antes da instauração da República e os assuntos que circunscreveram a abolição da escravatura, por exemplo. Já a segunda geração de políticos, foram aqueles que nasceram em 1869 a 1888 e que atingiram a maturidade durante a Primeira República e ficaram conhecidos pelo caráter mais conservador e por estarem mais alinhados as preocupações da Igreja Católica nesse período além de apresentarem, em sua maioria, uma formação profissional. Por sua vez, a terceira geração de políticos em Minas Gerais foi relativamente mais voltada para os negócios e inclinavam-se às profissões burocráticas.

[53] Segundo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), João da Matta Machado nasceu em Diamantina em 14 de novembro de 1850. Era filho de João da Matta Machado e Amélia Senhoria Caldeira Brant. Sua família possuía uma das primeiras lojas de lapidação de diamantes de Diamantina, projetando-a na dinâmica econômica e política do município. Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1874, defendendo sua tese na cadeira de higiene, intitulada "*Educação physica, moral e interectual da mocidade do Rio de Janeiro, e da sua influencia sobre a saúde*". Foi eleito deputado provincial de Minas Gerais em 1878, permanecendo durante um ano. Em 1881 chegou ao cargo de deputado geral. Em 1884 foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros. Foi eleito novamente a deputado geral em 1884 exercendo sua função até a proclamação da República, em 1889. No novo regime, foi eleito deputado constituinte em 1890, representando Minas Gerais. Chegou a deputado federal em 1891, sendo reeleito por três vezes. Faleceu em 06 de fevereiro de 1901, no exercício de seu último mandato como deputado.

> Eu, Sr. presidente, posso com toda isenção de espirito defender esse estabelecimento religioso da provincia; por varias vezes tenho advogado com todo enthusiasmo o desenvolvimento do ensino leigo, manifestando decididamente a preferencia por este. Mas, Srs., em nossas circunstancias quanto somos tão pobres de meios de ensino, poderemos, deveremos repelir aqueles que se offerecem, ainda que não sendo os mais convenientes? Creio que não. Já que não temos estabelecimentos leigos, já que somos tão pobres de meio de instrucção, não devemos recusar este, que espontaneamente é nos oferecido. E' incontestavel, Srs., que a instrucção leiga é a mais convincente para os paizes regidos pela democracia moderna, pois é talvez a mais capaz de formar cidadãos activos, energicos e aptos para abraçarem as ideias do progresso (SUPLEMENTTO DOS ANAES DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL DE MINAS, 1878, p. 11).

No discurso acima, tem-se indícios de que a Igreja Católica em Minas Gerais desde o início do século XIX consolidou-se na educação mediante a um aparado educacional que dava conta de atender parte da população de Minas e educava filhos e filhas da família tradicional mineira. Em Diamantina, no qual o discurso do deputado se refere, fazia alguns anos que a instalação Colégio Nossa Senhora das Dores havia se concretizado e por consequência da "Questão Religiosa"[54] perdera parte da subvenção dos cofres públicos. Esse estabelecimento de ensino estava associado ao projeto educacional do bispado de Dom João Antônio dos Santos e foi responsável por dar início ao contorno do projeto moderno para a cidade (FERNANDES, 2005).

Além disso, infere-se que o caráter contraditório presente na fala de João da Matta Machado alinhava aos aspectos eminentes da modernidade no Brasil e as características da sociedade mineira. Por mais que Matta Machado considerasse relevante as mudanças vinculadas ao progresso social e moral junto ao ensino leigo, ideias associadas a modernidade,

[54] Levando em consideração os contornos da Igreja Católica no Brasil no período imperial, Medeiros e Gileno (2018, p. 90-91), denotam que a "Questão Religiosa" se caracteriza pelo embate entre católicos e maçons, no qual esse último se proclamava também "[...] católicos, escolásticos e ortodoxos". Segundo os autores, o movimento teve início no dia 02 de março de 1872, após uma festa de homenagem ao Visconde de Rio Branco por ocasião de sua nomeação a presidência do Conselho e Ministro da Fazenda do Império e também por ter obtido o grau supremo de Grão-mestre na Loja Grande Oriente do Vale do Lavradio no Rio de Janeiro. Nessa ocasião, o Pe. João Luís de Almeida Martins proferiu um discurso no estilo maçônico e foi repreendido pelo Bispo do Rio de Janeiro, Dom Pedro Maria de Lacerda, insistindo que se afastasse da maçonaria conforme era exigido pela Santa Sé. No entanto, ignorando o apelo do prelado, o padre publicou seu discurso em vários jornais que circulavam em no país e foi repreendido mais uma vez, porém sendo pressionado a abandonar a maçonaria e reparar o escândalo. Recusando a reaver suas ações, Pe. Almeida Martins teve suas ordens sagradas suspensas pelo Bispo. Essa ação ofendeu as lojas maçônicas e, em especial, o Visconde de Rio Branco, que após sessão extraordinária realizada no dia 16 abril de 1872, as lojas Vale dos Beneditinos e o Lavradio decretaram uma intensa campanha da imprensa contra o episcopado e a Igreja Católica no Brasil. O movimento se espalhou pelo país, chegando também a Minas e a Pernambuco, no qual resultou na prisão de Dom Vital, no dia 22 de dezembro de 1873 e na reação de outras dioceses. Medeiros e Gileno (2018) advogam que os acontecimentos em torno da Questão religiosa foi uma das causas para a queda do regime monárquico em 1889.

a formação católica, em certa medida, garantia a permanência de aspectos socioculturais do cenário mineiro e diamantinense:

> E não se terá, Sr. presidente, exagerado os inconvenientes do ensino religioso? a experiencia parece com efeito ter-se carregado de demonstrar que os moços educados nos estabelecimentos religiosos bem depressa se põem em equilíbrio com as ideias do século; quase todos os mineiros, que hoje abrilhantão as fileiras do partido liberal, que sabe com tanta energia e dedicação snstentar os principios liberaes, são filhos dos nossos seminarios (SUPLEMENTTO DOS ANAES DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL DE MINAS, 20 out. 1878, p. 12).

Diante da fala de Matta Machado, verifica-se que há certa congruência com alguns dos aspectos da modernidade e a existência do catolicismo na formação social mineira, não sendo esse considerado um retrocesso frente mudanças do mundo moderno. Compreende-se que a educação religiosa na constituição dos seminários e colégios confessionais não impedia a formação do homem moderno, já que estes conseguiram transpor as doutrinas religiosas e alinhar-se junto aos princípios liberalismo e da modernidade.

No escopo dessa afirmação, entende-se que a instalação da Escola Normal de Diamantina em 1879, fazia parte do projeto educacional de roupagem moderna do munícipio e ao mesmo tempo conseguia congregar interesses da Igreja Católica e da elite diamantinense, de modo que sua ação educacional contribuía para a formação de uma sociedade moderna mineira e ao mesmo que estivesse alinhada à cultura cristã. Do mesmo modo, acredita-se que a falta de recursos destinados aos educandários religiosos de Diamantina, evidencia que os projetos educacionais de Dom João encontraram sustentáculo no funcionamento na Escola Normal da cidade, afim de manter as atividades do Colégio Nossa Senhora das Dores, até 1905.

Assim, o discurso de João da Matta Machado veiculado nos Anais da Câmara Provincial de Minas Gerais encontrava-se na esteira dos debates em Diamantina após a instalação da Diocese em 1864 e o início do bispado de Dom João Antônio dos Santos, no qual foi responsável por projetar a modernidade local. De acordo com Fernandes (2005), a ação do primeiro bispo diamantinense, voltado fortemente à regionalização, funcionou para que as elites diamantinenses se aglutinassem em seu entorno, na defesa das transformações ligadas ao progresso material do município.

Para Martins (1985), diferentemente da cidade de Mariana, onde encontrava-se a primeira Diocese mineira, girando sua economia em torno da administração provincial e religiosa, atividades artesanais, comerciais e outros serviços urbanos, sendo ao mesmo tempo responsável por causar um esvaziamento político mediante a sua aproximação com a Capital

Ouro Preto; em Diamantina, o movimento foi contrário: a concentração da população na sede do município, a variedades de capitais e o poder político que essa exercia devido a sua pujança econômica e comercial, acarretaram em um fortalecimento do bispado afim de justificar a posição política das elites.

Para Fernandes (2005), Dom João Antônio dos Santos foi responsável por incutir na população uma posição conservadora quanto à política, devido a sua ação pastoral em Diamantina durante sua administração, o que não impediu projetar uma autoimagem moderna para a cidade e para a sociedade. De acordo com o autor:

> Foi notória a presença da Igreja na construção física da cidade. Prédios, lugares públicos e fábricas sofreram intensa influência religiosa. A cidade episcopal impôs um discurso moralizador a sua população. Estabelecimentos de Ensino, o Seminário Diocesano e o Colégio Nossa Senhora das Dores, juntamente com os jornais católicos [...] moldaram um discurso fundador de uma consciência moderna religiosa (FERNADES, 2005, p. 89).

Como se pode observar, não há como negar a presença da Igreja Católica na formação da sociedade diamantinense no período deste estudo bem como na sua influência quanto aos contornos da modernidade. A criação da Diocese de Diamantina em agosto de 1853 conseguiria projetar o município frente a região norte mineira, consolidando o projeto político que vinha sendo cunhado pela elite dirigente desde dos anos posteriores (SOUZA, 1993).

Todavia, segundo Martins (2014), houve dificuldades para a nomeação de um bispo para a Diocese diamantinense. A primeira indicação foi o Pe. Marcos Cardoso de Paiva que, de acordo com Mourão (1959, p. 177), renunciou após cinco anos e nunca chegou à região para assumir o cargo. A insatisfação quanto a demora para a indicação de um prelado ao bispado de Diamantina ficou estampada na primeira página do jornal *O Jequitinhonha*, de 31 de maio de 1862:

> Já uma vez mostrávamos a grave responsabilidade em que encorre o governo pelo seu desleixo em prover os bispados vagos no império. O bispado de Diamantina está creado ha 8 annos. Não provém por certo tão grande delonga da falta de sacerdotes dignos de tão eminente emprego: entre outros que fazem honra ao clero brasileiro podemos nomear os Sñrs. Drs. conegos João Antonio dos Santos e Pedro Maria de Lacerda, sacerdotes ilustrados e cheios de virtudes do seu ministerio este bispado seria muito feliz, si tivesse qual quer destes Sñrs. por seu primeiro prelado [...] Será, queremos crer, por espirito de economia que este bispado ainda não seja provido, mas é esta uma economia mesquinha e mal intendida. O governo gasta tanto dinheiro com obras de luxo e aformosamento da corte, preterindo as mais urgentes necessidades das provincias, zomba e escarnece das miserias dos povos [...] Pobres províncias! são bestas de carga que por amor da integridade do imperio dão as suas

> riquezas e seu sangue a um governo que, quanto mais recebe mais exige, e lhes retribui com a imposição de novos tributos, confiscação de suas franquias (O JEQUITINHNHA, 31 mai. 1862, p. 01).

A matéria acima além de sugerir dois nomes para ocupar o cargo bispo, tece críticas ao governo imperial, argumentando que o interesse do Estado não seria as preocupações com o povo localizados nas regiões mais longínquas do país que estariam desprovidos de meios de formação intelectual e religiosa. O interesse do Império, entretanto, estava associado as próprias necessidades da Corte o que acarretava em prejuízos nas Províncias, como a de Minas Gerais, uma das mais populosas e economicamente forte nesse período. Seis meses após essa publicação, o mesmo jornal continua a reprovar o desinteresse do governo quanto a instalação do bispado diamantinense:

> Ha 9 annos que o bispado da Diamantina está creado, e até hoje ainda não foi inaugurado [...] A necessidade de creação de mais um bispado, nesta vasta provincia foi reconhecida pela assembléa provincial, que já em 1834 representou ao governo geral pedindo essa creação. A assembléa geral em 1853 satisfez esta necessidade creando o bispado da Diamantina, desde aquelle tempo continúa a reconhece-la concedendo na lei do orçamento o fundo necessario para sua inauguração. Entretanto o que faz o governo? Dá motivos a dizer-se que os negocios da religião são muito secundaio na sua apreciação; que deles só se occupa por distracção de seus grandes afazeres peculiares, que lhes deixão mais interesse, mas que são somenos a este para o qual de novo chamamos atenção do governo. A nomeação dos bispos é uma attribuição do poder moderador, cumpre porém aos ministros chamar este ao cumprimento do dever, brandando-lhes, sem medo, todos os dias aos ouvidos que o estado não póde ser feliz sem que todos os poderes cumprão seus deveres, sendo um destes a educação do clero: nobre missão que empreendeu a assembleia geral em 1853 creando este e o bispado do Ceará, mas que desgraçadamente tem sido contrariada pelo desleixo do governo (O JEQUITINHONHA, 22 nov. 1862, p. 01)

A insatisfação frente a demora da instalação do bispado continua presente nas páginas do jornal *O Jequitinhonha*, permitindo conjecturar de que junto deste almejava-se alguma melhoria para a região norte de Minas Gerais e para o município. Curioso destacar que um dos redatores desse jornal, Joaquim Felício dos Santos[55], era um dos irmãos do futuro bispo diamantinense, Cônego João Antônio dos Santos, que após alguns meses seria o escolhido para

[55] De acordo com Novaes (2014) e Martins (2016, p. 29), Joaquim Felício dos Santos nasceu em 1828, na Vila do Príncipe. Era pertencente da família Santos, elite importante da Comarca do Serro Frio. Filho de Antônio José dos Santos com Maria Jesuína da Luz, sua formação básica ocorreu no Colégio de Lazaristas em Congonhas do Campo. Após o termino do curso preparatório, dirigiu-se para São Paulo, onde cursou direito, formando-se bacharel aos 22 anos. Ao retornar a Diamantina, em 1850, atuou como advogado e professor no Ateneu São Vicente de Paula, lecionando História, Geografia, Francês e Matemática. Foi também jornalista no impresso *O Jequitinhonha.*

o cargo. Além disso, Neves (1960) indica que ele mesmo colaborou na redação desse periódico, no entanto, a matéria veiculada no jornal não se encontra o autor da mesma, mas está, novamente, estampada em sua primeira página.

Cinco meses após a publicação no jornal, em 12 de março de 1863, o governo imperial concretizou-se a nomeação do Cônego João Antônio dos Santos à Diocese de Diamantina. De acordo com Neves (1960, p. 52) não tardou a confirmação do prelado pela bula *Apostolatus officium meritis licet*, sendo concedida em 28 de setembro do mesmo ano pelo Papa Pio IX. O jornal *A Cruz* que circulava na cidade do Rio de Janeiro nesse período, publicou a seguinte notícia:

> O Governo Imperial acaba de apresentar para Bispo de Diamantina, o Padre Dr. João Antonio dos Santos. S. Exc. nasceu na cidade do Serro-Frio do seu mesmo Bispado, estudou no Seminário do Caraça debaixo dos auspicios do Venerado Padre Leandro e do actual Bispo de Minas ; apenas ordenado Sacerdote foi nomeado professor do Collegio de Congonhas do Campo, onde ensinou varias materias ; para logo foi eleito Conego da Sé de Marianna, professorando neste Seminario. Companheiro e intimo amigo do actual Bispo do Ceará, partirão para Europa onde alcançarão o gráu de doutor em Canones. O nome de Sua Excelencia é respeitado em toda a provincia de Minas por motivo do seu saber e de sua profunda humildade. Congratulamo-nos com a Diocese Diamantinense, pela acquisição de um tão sabio e virtuoso Pastor (A CRUZ, 15 mar. 1863, p. 04).

Essa matéria nos dá indícios sobre a formação de João Antônio dos Santos e sua trajetória dentro da Igreja Católica, sendo essa anterior sagração à Diocese de Diamantina. Apesar de ter sido empossado meses antes, em 12 de março de 1864, as solenidades referente a sua sagração aconteceriam apenas no primeiro dia do mês de maio, na nova Sé e com máxima pompa (NEVES, 1960, p. 53), sendo dirigida por Dom Viçoso, figura importante no processo de romanização da Igreja no Brasil.

Sob o jornal *O Jequitinhonha*, de 27 de maio de 1863, foi encontrado também registros sobre a nomeação do Cônego João Antônio dos Santos ao bispado diamantinense:

> Ilmo. e Exmo. Sr.
> Os abaixos assignados eleitores a parocho da freguesia de N. S. da Conceição do Curymatahy, tendo lido no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro de 14 de março p. p. a nomeação do Rmo. Sr. Dr. Conego João Antonio dos Santos para bispo da diocese de Diamantina, com repliques de sinos e outros signaes de jubilo a saudarão, concorrendo para tão extraordinário movimento e verem acabada a pesada orphandade, que constristava a nova diocese e mais que tudo por conhecerem as qualidades do eleito prelado. Agora, os mesmo ainda obedecendo as leis sagradas do amor e do dever como subditos, por si e por todos habitantes da freguesia, pedem que o Jequitinhonha isto mais solemnise, fazendo publico os seus agradecimentos sinceros ao magnanimo Monarcha

> pela feliz escolha, e parabens cordeaes á S. Ex. Rma. sabio e virtuoso prelado [...]. (O JEQUITINHONHA, 27 maio 1863, p. 03).

A nomeação de João Antônio, por ordem do Imperador, trouxe expectativas e júbilos aos moradores da região norte de Minas Gerais, representado na matéria jornalística. Assim, Souza (1993), Goodwin Jr. (2007a) e Martins (2014) congregam da defesa de que a implantação do bispado em 1864, além de marcar a criação da cidade episcopal, simbolizou o início da modernidade em Diamantina e para o norte de Minas Gerais:

> O ultimo correio trouxe a certeza da eleição do Exmo. e Rmo. sr. conego dr. João Antonio dos Santos ao episcopado dessa cidade; um brado geral de appovação e contentamento aplaudido essa medida que presagia verdadeiro progresso ao norte de nossa provincia, sempre desatendido era suas aspirações [...] (O JEQUITINHONHA, 06 jun. 1863, p. 04).

De acordo com a notícia publicada no jornal *O Jequitinhonha* meses após a nomeação do Conego João Antônio, verifica-se que nomeação desse prelado serviria para que ao entorno deste almejassem mudanças que tivessem como propósito a melhoria da vida da sociedade não só de Diamantina, mas também de todo norte de Minas. Logo, a ideia de modernidade está intrínseca ao progresso, como pode-se observar na fala acima.

Para Souza (1993), o poder de regionalizar atribuído a uma cidade episcopal, como Diamantina, a partir da criação da Diocese, fomentava também a atividade econômica, cultural e religiosa da região norte e do próprio município, o que colocava as elites econômicas e políticas ao lado do bispado. Segundo Fernandes (2005), a cidade atraia uma vasta clientela para encontros, festas e comemorações ao mesmo tempo que sujeitava as irmandades, confrarias e associações. Por essas razões, acredita-se que todo movimento em torno da criação Diocese diamantinense, em 1864, foi responsável por instaurar um "clima" no qual colocasse no cerne da questão as melhorias associadas ao "progresso" e a modernidade da sociedade local.

Tal fato fica comprovado por meio da publicação do jornal *O Jequitinhonha* no dia 12 de fevereiro de 1864:

> A provincia de Minas vem de contar mais um dia de triumpho: acaba de prender mais uma pagina da doirada a historia longa de seus feitos. Neste século de conquistas materiaes em que o paganismo das crenças arrasta o idealismo na poesia, na religião e na sciência ao nada, as gemonias, não é de pequeno deance uma idéa que levanta, abre caminho e se realisa n'uma instituição. Vai, felizmente, o Norte da Provincia ter um momento de regozijo publico, uma dessas venturas que não morrem na menoria do paiz. As bellas destinada á sagração do Exm. Bispo da

> Diamantina chegarão a dias e espera-se todo o mez de abril o momento da sagração. Não é somente o interesse religioso que se discute; ha alem do beneficio espiritual uma sere que acompanharão o novo roteiro das idéas. **A multiplicidade de relações se tornará effectiva; o commercio hade mover se, e a industria que activa ao contacto das idéas, nas necessidades fará, também, sua evolução progressiva**. Temos assim na Diamantina um azilo religioso onde as almas que sonhão e buscão a paz poderão encontrar o alimento da vida, o pão espiritual que as aviventa. A cidade notavel e conhecida já pelo talento de seus filhos erguendo-se ao pedestal hade apontar aos filhos vizinhos o caminho que leva aos altos misterios da religião. E pois com toda esperança e uncção profunda que aguardamos o dia da sagração. Elle sempre lembrado como a primeira pedra de um edificio que não hade mais passar. Na vida das nações é sempre a religião que dá impulso á sociedade. A pedra de uma cathedral, qualquer base de uma instituição religiosa é sempre significação de quem um povo crê, espera e trabalha. O bispado vale pois uma conquista. Elle será como essa escada de Jacob que prendia a terra ao céu; **é o caminho que nos hada levar até progressos maiores**. E' boa instituição, e digno, altamento digno o prelado que se acha a sua frente. **Illustração, talento, virtude, amor ao progresso** – tal é a definição do Exm. sr. dr. João Antonio dos Santos. O bispado será um apostolado. **Em nome da religião, do progresso, do civismo** elle será abençoado e zelozamente guardado pelos mineiros, a joia da familia, e a archa das alianças. Deus o quer, Deus o que –:– era esta grande palavra das cruzadas religiosas (O JEQUITINHONHA, 12 fev. 1864, p.01, grifos da autora).

O trecho do jornal evidencia um dos compromissos que o Bispado de Diamantina assumiria junto a sua ação na cidade, firmando, ao lado da religião católica, o comprometimento da própria figura de Dom João Antônio dos Santos com as questões da modernidade, sobretudo, relacionando-a com as ideias de progresso, civilidade e a industrialização. Nota-se, mais uma vez, que não havia uma contraposição entre a religião católica e a modernidade em Diamantina, o que permite afirmar que existia uma relação de interdependência entre as esferas espirituais e temporais, isto é, a cidade necessitaria da Igreja assim como a Igreja necessitaria da cidade. Desse modo, é possível de se conceber uma relação entre o primeiro Bispo diamantinense e delineamento do projeto moderno para Diamantina e para sua população.

Figura 06 - Dom João Antônio dos Santos na década de 1860

Fonte: Revista do Livro, 1960.

A foto localizada junto a Revista do Livro, publicado em 1960, cem anos após a fotografia, permite inferir que Dom João tinha uma postura séria ao mesmo tempo que sua imagem impunha certa ordem. O período que foi tirada permite dizer que este encontrava-se em sua maturidade, estando prestes ou já em posse de seu cargo. Considerando a segunda hipótese a mais provável, a composição do retrato projeta-o como uma liderança relevante dentro da hierarquia da Igreja Católica. Desse modo, durante a pesquisa foi possível perceber que seu reconhecimento e representatividade também ficou materializada nas diversas correspondências localizadas na Mitra Arquidiocesana de Diamantina (MAD).

Segundo Oliveira (2011), João Antônio dos Santos esteve à frente da Diocese durante quarenta e dois anos e mesmo quando encontrava-se enfermo e com avançada idade, se mantinha a par de tudo que acontecia, por meio de Joaquim Silvério de Sousa que fora nomeado ao cargo de bispo coadjutor em 19 de março de 1902 (NEVES, 1960, p. 58). Importante destacar que Joaquim Silvério deu continuidade e ficou incumbido de ampliar o trabalho iniciado por Dom João no bispado do norte de Minas Gerais após sua morte em 1905.

No entanto, acredita-se que não seja possível entender a ação de Dom João em Diamantina sem antes observar a sua trajetória, pessoal e formativa. Segundo Senna (1906, p. 462), João Antônio dos Santos nasceu em um distrito próximo ao Serro, denominado São Gonçalo do Rio das Pedras, em 12 de novembro de 1818. Era filho de Antônio José dos Santos, encarregado da Real Fundição de Ouro da Vila do Príncipe, e de Maria Jesuína da Luz[56].

Membro de a uma das famílias mais abastadas daquela cidade, foi enviado aos dezessete anos para o Colégio da Caraça para começar seus estudos, onde fez sua matrícula em setembro de 1835 (NEVES, 1960, p. 50). Lá conheceu Pe. Antônio Viçoso e fez os cursos preparatórios dando início ao curso superior. Devido a Revolução Liberal de 1842, não conseguiu concluir este último no mesmo estabelecimento de ensino, transferindo-se para Congonhas do Campo, onde além de terminar os estudos também foi ordenado para a carreira sacerdotal.

No Colégio de Congonhas do Campo foi convidado por Pe. Viçoso a assumir a cadeira de filosofia. Após a sagração de Pe. Antônio Viçoso à Diocese de Mariana, em 05 de maio de 1844, Pe. João Antônio dos Santos foi convidado a lecionar filosofia e teologia dogmática no Seminário de Mariana e pouco menos de um ano depois, em 12 de janeiro de 1845, assumiu a reitoria. Em 1848, foi nomeado Cônego da Sé em Mariana (NEVES, 1960; OLIVEIRA, 2011).

Conforme Neves (1960, p. 51), na companhia de Pe. Luís Antônio dos Santos, futuro bispo do Ceará e arcebispo da Bahia, e o seminarista Pedro Maria Lacerda – o mesmo indicado para o bispado de Diamantina no *O Jequitinhonha*, publicado em 31 de maio de 1862 –, em 1848, direcionou-se para Europa a mando de Dom Viçoso. Passando alguns dias na França e hospedados por padres lazaristas[57], seguiu a Roma e matriculou-se na Universidade Romana, recebendo em 1849 o título de doutor em Direito Canônico. Na Universidade de Paris,

[56] Antônio José dos Santos e Maria Jesuína dos Santos tiveram mais cinco filhos: Joaquim Felício dos Santos – advogado, professor e jornalista; Antônio Felício dos Santos – comerciante de diamante; Maria Silvana – casada com Josefino Vieira Machado, o Barão do Guacuí; Silvana Maria – esposa de Pedro de Alcântara Machado, deputado e diretor do Banco do Brasil e Feliciano Amador dos Santos – explorador de diamantes.

[57] De acordo com Andrade Filho (2012, p. 69), os padres lazarista ou irmãos vicentinos estão associados a Ordem da Congregação da Missão que foi fundada em 17 de abril de 1625 por Vicente de Paulo. Sua origem está relacionada as "[...] transformações políticas e religiosas oriundas das disputas entre católicos e protestantes quando da implementação das resoluções do Concílio de Trento" bem como a experiência de Vicente de Paulo após a iniciação de sua vida sacerdotal e sua tarefa de educar filhos e filhas de camponeses. De frente a realidade do campo na região francesa, as missões de Vicente de Paulo frente a educação da população tinha como intuito reverter o quadro de ignorância espiritual e intelectual do campo que eram consideradas por ele como deveras supersticiosa, sendo essa consequência da má formação do clero associado ao desprendimento às observâncias a vida sacerdotal dos mesmos. Suas missões frente a educação e formação do povo contou com a participação de outros padres e deram os primeiros contornos a ordem religiosa. Desse modo, depois da constituição da primeira casa da Congregação em Paris, que tomou o nome de Casa de São Lázaro, ficaram conhecidos os padres relacionados a esta como padres lazaristas.

especializou-se em ciências físicas e naturais e retornou para o Brasil em 1852, reassumindo suas funções em Mariana.

Seu retorno para Diamantina não ia demorar. De acordo com Oliveira (2011), o Cônego Dom João Antônio dos Santos tinha a responsabilidade não só de propagar os ensinamentos dos longos estudos feitos fora do país, mas também, disseminar o que aprendeu ao lado de Dom Viçoso e difundir as ideias ligada ao ultramontanismo no vasto território do norte mineiro. Congregando, em partes, com as ideias do bispo marianense, tornou-se peça importante para a construção de um ideário da política do norte, sobretudo, em Diamantina.

Ao contrário de seu preceptor, Dom Viçoso, que defendia a completa abstenção do clero em relação à política, Dom João Antônio dos Santos, após sua sagração, versou sobre as questões mais diversas que perfaziam a sociedade brasileira e diamantinense naquele período, sendo abolição da escravatura, instalação de indústrias e educandários algumas delas (OLIVEIRA, 2011).

Para Oliveira (2011, p. 53), a trajetória formativa de João Antônio dos Santos foi fundamental para o início do processo de romanização em Diamantina. Isso porque, "[...] muitas ações realizadas por Dom João na Diocese [...] a partir de 1864, convergiam com o que se pretendia no bispado marianense liderado por Dom Viçoso".

Assim, Dom João não foi apenas uma figura importante para Igreja e o movimento de romanização no Brasil no último quartel do século XIX. Sua chegada em Diamantina e a implantação do bispado esteve alinhado ao movimento maior do episcopado brasileiro nesse período. Suas ações buscaram homogeneizar e moralizar as práticas religiosas cotidianas presentes na cultura local bem como esteve associada a projeção da modernidade diamantinense (SOUZA, 1993; FERNANDES, 2005; MARTINS, 2014).

A constatação desse fato se dá em frente ao rearranjo da ordem espacial da cidade, pois a Diocese apropriou-se dos principais edifícios que pertenciam ao poder público, como a Casa da Glória e a antiga residência do Intendente Câmara. Assim, "[...] a interferência gerada pela criação do Bispado ultrapassou o campo jurídico-moral e alcançou o campo urbano-material" (FERNANDES, 2005, p. 92).

Para além da compreensão da materialização do bispado na ordem urbana do município, a Diocese diamantinense assumiu uma posição em que considerava primordial a formação de uma cultura religiosa, capaz de educar as futuras gerações em um sentido mais amplo do termo educação, em observância às relações com Deus e a exemplo de Jesus Cristo.

Alinhado as ideias e doutrinas do Concílio de Trento, Dom João entendia que "[...] sem que se reforme a educação da mocidade não é possivel reformar o genero humano" (CARTA PASTORAL, 08 fev. 1864, p. 06) e, consequentemente, remodelar a sociedade, pois, somente com "[...] a meditação da Lei Evangelica é que se forma os costumes e principios de uma solida e verdadeira educação" (idem).

O posicionamento adotado pelo bispo diamantinense em sua primeira carta pastoral reforça a ideia de que a religião está próxima ao conceito educação. Portanto, pode constatar, que Dom João associava-se ao entendimento de que

> Educar, para Igreja Católica, significa formar uma cultura específica de relações entre o ser humano, a sociedade, a natureza e Deus, que se dilata por meio da organização comunitária [...] A origem da palavra cultura remete ao cultivo da terra e ao cuidado do que está por nascer. Esse mesmo sentido foi largamente utilizado para designar o cuidado e cultivo da alma, sendo a educação prática essencial na formação da cultura [...] (ASSIS, 2019, p. 66).

De acordo com o apontado por Assis (2019), a ação pastoral de Dom João dentro de Diamantina foi fundamental para almejar uma reforma social a partir da segunda metade do século XIX. A exemplo de Dom Viçoso, o bispo diamantinense adotou estratégias para educação dos costumes da região norte de Minas Gerais. Em sua primeira carta anunciou que

> A prosperidade, o bem estar que esperais da installação deste Bispado, não depende so do Bispo grandamente, depende de que todos con corramos para a reforma dos costumes da geração presente e para a educação, nos principios christãos, da geração que nos tem a succeder. São esses dois pontos essenciallissimos de nosso ministerio, as bases e fundamentos da grande obra da missão do Chistianismo. Essas duas questões de vida ou morte para a sociedade devem prender nossas attenções, nossos cuidados. O grande negocio, em comparação do qual as maiores e mais admiraveis empresas do século são os brinquedos das crianças, a salvação de nossas almas, depende de modo, porque consideramos a educação relligiosa daquelles por quem temos de dar contas do Supremo Juiz. Deos nos fará responder por todos aquelles que se perdem por nossa culpa, cada um de nos segundo a parte que tivemos na perda de nosso proximo e irmão (CARTA PASTORAL, 08 fev. 1864).

Ao referir-se que as reformas dos costumes e da educação dependiam de todos, Dom João concebeu a família e a escola como objeto essenciais para seu projeto educacional, no entanto, segundo Assis (2019, p. 69), esse posicionamento era comum ao clero romanizado, já que essas ideias estavam associadas as concepções difundidas desde o Concílio de Trento, no qual considerava esses dois elementos como "[...] células essenciais do corpo social cristão,

pois nelas se realizava a educação das crianças, dos moços e das moças, membros dos quais dependiam o futuro e a saúde da sociedade".

Tal acepção também coagula com ideário da constituição nação brasileira durante a transição para República, que tem como base identitária o catolicismo como parte da consolidação da identidade nacional (RIBEIRO, 2009), reverberando, portanto, na educação nacional. Reforça-se aqui a ideia de que o catolicismo e a modernidade no Brasil e em Diamantina no ultimo quartel do século XIX não criaram oposições inerentes as mudanças advindas com o progresso, estas conviveram de modo adequar o projeto moderno a realidade. Foi nessa ambiência que a instalação da Escola Normal concretizou-se em 1879 e se adequava aos interesses dos três agentes do município – Igreja, Estado e elite dirigente.

Cabe destacar ainda que nessa mesma carta pastoral, Dom João explicita a função de cada um dos agentes sociais na formação da mocidade[58], ou seja, a família e a escola. Para o primeiro, caberia os pais iniciar seus filhos na educação cristã por meio dos ensinamentos de Jesus Cristo desde o nascimento, com o batismo, visando a inserção do sujeito na sociedade, uma vez que só a religião católica, na compreensão do prelado, conseguia transpor-se para o campo social, dando forma para a sociedade. Do mesmo modo, a escola tinha o papel de conservar e perpetuar a palavra de Jesus Cristo, sendo os professores das escolas primárias entendidos como ferramenta fundamentais nesse processo.

Consequentemente, a concepção de educação para a formação do homem reverberaria na criação de instituições educacionais voltadas para a instrução moral e intelectual da mocidade. Para efetivação desse projeto, Dom João lançou mão a criação do Seminário Episcopal, em 1867, que fora anunciado três anos antes em sua carta pastoral, sob a égide de que

> Não é possivel ainda, outra vez diremos, sem que prepare a mocidade por uma boa educação, sem que se deem aos meninos, desde a mais tenra idade lições e exemplos de virtudes, que nossa Religião seja amada e respeitada, a Igreja tenha ministros que sirvão ultimamente, filhos que obedeção a todos os preceitos e determinações; e nem o Estado sem o mesmo meio poderão ter cidadãos que preenchão os officios sociaes. Sem que se refforme a educação da mocidade não é possivel reformar o genero humano. N'aquella repousão os destinos da sociedade que tem de ser feliz ou desgraçada conforme a

[58] De acordo com Pinto (2016, p. 31), o período da mocidade situa-se entre os 12 aos 25 anos de idade, ou seja, da puberdade até a idade adulta. Nesse sentido, quando trata-se de mocidade em Diamantina na virada do século XIX para o XX, refere-se a "[...] rapazes e moças, pertencentes a estratos sociais medianos e superiores da sociedade, instruídos formalmente, solteiros, a maioria estudantes e não trabalhadores, envolvidos com família, interessados em literatura, imprensa, religião e festas populares".

> direção boa ou má que houver dado por meio da educação, as faculdades e de seus futuros membros. Verdades são estas que não hão mister de prova e nem desenvolvimento estao ao alcance de todos e tem po si o voto de sancção de todos os tempos e de todos os povos. E' somente sob essas condições, Carissimos Irmãos e amados Filhos, a correção dos costumes naquelles que tem de censurável e a educação religiosa da mocidade que vos promettemos e afiançamos o resplendor da Religião, a felicidade nesta e na outra vida, o engrandecimento da prosperidade que esperais com a installação do Bispado. Da nossa parte nos esforçaremos a cumprir, com a graça de Deos, os deveres de nossos primeiros cuidados com uma instituição tão importante que o Concilio Tridentino colocou entre os objetos mais necessarios da disciplina ecclesiastica para educaão do clero, de baixo da immediata inspecção do Bispo (CARTA PASTORAL, 08 fev. 1864, p. 07).

Não há indícios sobre quais foram as tramas que envolveram a instalação do Seminário em Diamantina, o que tem-se registrado é que no mesmo ano concretizou-se também o estabelecimento do Colégio Nossa Senhora das Dores. A primeira instituição educativa voltada para a formação do clero foi dirigida pelos lazaristas franceses e o colégio foi entregue a Congregação da Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo[59].

Contudo, importante salientar que o projeto educacional de Dom João já havia tido tomado seus primeiros contornos antes mesmo da criação desses educandários, com a criação do Ateneu São Vicente de Paulo, em 1853. Segundo Mourão (1959), esse estabelecimento de ensino humanista foi dirigido pelo Cônego João Antônio dos Santos, destacando-se também a figura de Serafim José de Menezes, presidente da Sociedade Promotora da Instrução e futuro Barão de Araçuaí.

Conforme destaca Mourão (1959, p. 175), o Ateneu São Vicente de Paulo não estava ligado diretamente a nenhuma ordem clerical, mas seguia os preceitos defendidos pelo Cônego João Antônio após seu retorno ao Brasil em 1852, ligado a influência ultramontana e lazarista, associadas ao período que viveu na Europa. Para o autor, essa instituição educativa foi o gérmen da constituição e organização do Seminário Diocesano em 1867, onde os "[...] jovens recebiam a mais aprimorada educação nos moldes clássicos".

Segundo Mourão (1959),

[59] Segundo Lage (2011), essa ordem religiosa foi fundada em 1633 e teve como lideres Vicente de Paulo e Luisa Marillac, sendo essa a vertente feminina da Congregação da Missão. Estavam em consonância também com as observâncias do Concílio de Trento e tinham como pretensão efetivamente a caridade, que dividia-se entre o amor de Deus e o amor aos homens. Além disso, além das Filhas de Caridade, como eram conhecidas, dentro dessa Congregação criou-se também as Damas de Caridade que eram mulheres casadas, pertencentes a uma camada privilegiada da sociedade e que praticavam ações de caridade, sobretudo doações ou recolhendo fundos em seus círculos sociais, entretanto, não tinham pretensão de circular ativamente pelas cidades.

> É impressionante o prestígio que gozavam na época o estabelecimento de ensino e seu notável corpo docente. A leitura dos documentos oficiais de cem anos atrás mostra claramente seu valor e a dama dêsse educandário, são índices de uma geração valorosa; relevam a tradição de educação de Diamantina; realçam o elevado caráter de seus habitantes (MOURÃO, 1959, p. 179).

Diante do trecho acima, pode-se elencar que alguns alunos que estudaram nessa escola atuaram junto a primeira geração de políticos mineiros a partir do final do século XIX, conforme apontou Wirth (1982). Destaca-se, por exemplo, João da Matta Machado, que defendeu a subvenção pública ao Colégio Nossa Senhora das Dores em 1878 na Assembleia Provincial de Minas Gerais, e os professores da Escola Normal de Diamantina Teodomiro Alves Pereira e João Nepomuceno Kubistchek (NEVES, 1960, p. 52).

A importância do Ateneu São Vicente de Paulo para o cenário educativo de Diamantina nesse período, conforme descreveu Mourão (1959), pode ser verificado ainda em meio aos jornais que circulavam na Província. Foi localizado junto ao periódico *O Bom Senso*, publicado em 08 de abril de 1856, a seguinte matéria:

> Collegios particulares.
> Ha actualmente para o sexo masculino os Collegios Roussin, Piranguensem Duval, Athenêo de S. Vicente de Paulo, Itabiriano, do Mar d'Hespanha, Uberabensem Barbacenense, Ayuruocano, Saberense e Baependiano [...] A' superioridade, que por causa do internato tem estes Estabelecimentos sobre as aulas publicas, alem de natural empenho de aproveitarem os pais de familias os talentos dos seus filhos, atribuo tão acrescido numero de Collegios, e quando todos não se possam sustentar, ou por serem prejudicados pela concorrencia, ou por faltar-lhes pessoal habilitado para magisterio, ou em fim a má direcção economica e disciplinar, é provável que alguns solidamente organisados se mentenhão, principalmente auxiliando-os a Administração Provincial, como já o tem feito, quer encorporando-lhes Cadeiras publicas, quer dando prestações pecuniarias para despeza de certas aulas (O BOM SENSO, 08 abr. 1856, p. 04).

A notícia do jornal veiculada em Ouro Preto evidencia a precária situação financeira dos estabelecimentos particulares de ensino de Minas Gerais que também dependiam da subvenção provincial para manterem em funcionamento. Logo, de acordo com Mourão (1959), a existência do Ateneu São Vicente de Paulo não ia durar por muito mais tempo, pois com a eminencia da instalação do bispado na década de 1860, o governo provincial entendeu que a efetivação da Diocese demandaria a criação de um Seminário Episcopal. Assim, o Diretor Geral da Instrução Pública de Minas Gerais, no ano de 1854, não atendeu ao pedido da Sociedade Promotora da Instrução de Diamantina que solicitava a subvenção de cinquenta contos de réis anuais para auxiliar na manutenção da escola.

Segundo Fernandes (2005, p. 112), o Ateneu funcionou até o ano de 1863, quando encerrou definitivamente suas atividades. Dessa maneira, tem-se indícios que antes mesmo de sua sagração ao bispado, Conego João Antônio dos Santos já iniciara seu projeto educacional, demonstrando engajamento do clero romanizado com os rumos da educação nacional e seu compromisso com a constituição da cultura cristã na região norte de Minas Gerais.

A ampliação de seu projeto episcopal sob a educação da mocidade iria transpor-se especialmente sob a educação feminina. Assim como Dom Viçoso, Dom João tinha consciência que a cultura da mineração estabeleceu certos hábitos e comportamentos que não condiziam com as doutrinas e preceitos do catolicismo. Segundo Furtado (2003), a sociedade diamantinense nesse período tinha costumes explicitamente arraigados na mineração, em que práticas de concubinato e a constituição de descendência ilegítima eram socialmente aceitos.

Dessa maneira, a vivência amasiada entre homens e mulheres e filhos fora do casamento ou oriundos de relacionamentos extraconjugal geravam desprestígio a uma sociedade que tinha como propósito adentrar também na modernidade bem como estavam em discordância com os preceitos do catolicismo. De acordo com Souza (1993), era grande o número de filhos "expostos" em Diamantina, isto é, crianças e adolescentes sem proteção familiar. Além disso chamava ainda mais atenção o número de mulheres órfãs.

Diante disso, o projeto para educação feminina constituído por Dom João visava, principalmente, a moralização dos costumes das mulheres, "[...] uma vez que o mero expediente de vestir as crianças de anjinhos e adolescentes de virgem não assegurava o bom comportamento das crianças" (SOUZA, 1993, p. 143). Assim, junto ao Seminário, administrado dos padres lazaristas, instalou-se o Colégio Nossa Senhora das Dores, entregue a diligência das Irmãs de Caridade de São Vicente de Paula, iniciando suas atividades no ano seguinte.

Dom João compreendia que a educação feminina ia além das instrução meramente escolares, convergindo com o movimento nacional do episcopado desse período. Educar a mulher significava, também, inserir um elemento propagador e conservador do ideário cristão dentro do contexto familiar e na sociedade. Assim, o prelado projetava

> [...] para as mulheres, o discurso teológico que fixava a submissão feminina ao casamento, preconizando às casadas extremo recado e austeridade. Cuidar os afazeres domésticos, honrar o marido e educar nos princípios cristãos sua prole [...] As mulheres, moças ou casadas, deveriam ter um comportamento irrepreensível, observando os preceitos da moral católica e obedecendo seus maridos ou responsáveis. Assim, o modelo ideal de mulher era de mãe e esposa, com comportamento dócil e submisso, cujos os principais índices de

> moralidade eram sua fidelidade e dedicação ao marido e aos filhos. a honra da mulher solteira, por sua vez, era atribuída à virgindade, sendo-lhe vedada a possibilidade de dispor livremente do seu corpo. A "pureza" era fundamental para a mulher, em um contexto que a imagem da Virgem Maria era o exemplo a seguir (MARTINS, 2014, p. 311-312).

O modelo ideal de mulher propagado pelo Bispo diamantinense deveria ser seguido por toda a população, independentemente de sua classe social. Nesse sentido, criou-se junto ao colégio o recolhimento de órfãs que educou meninas "[...]gratuitamente, preparando-as para a vida, se não fazendo professoras diplomadas, pelo menos dando-lhes um preparo para futuras mães e donas de casa" (MOURÃO, 1959, p. 277), podendo optar também pela vida religiosa.

Conforme aponta Loredo (2017), o Colégio Nossa Senhora das Dores de Diamantina foi frequentado por órfãs, internas e externas, cada qual com perfil e estratos sociais bem diferentes. Enquanto as internas eram pertencentes as famílias de alto poder aquisitivo, as órfãs ingressavam para recolhimento para serem educadas de acordo com os dogmas cristãos católico, reforçando a hierarquização social da região. Essas alunas eram por vezes financiadas com verbas públicas associada a subvenção da própria Igreja Católica ou de bem feitores. Para Lage (2014), essa organização das escolas confessionais foi muito comum em Minas Gerais e igualmente responsável por preparar mulheres para diversos trabalhos, sobretudo, os domésticos e manuais.

Cabia as Irmãs Vicentinas moldar as almas e a moral feminina dentro dessa instituição educativa, encaminhando as alunas segundo a realidade da mulher naquele contexto social e histórico. Souza (1993) afirma que o Colégio Nossa Senhora das Dores foi responsável por uma mudança significativa das relações entre os sexos em Diamantina, uma vez que instituiu uma rígida moral de recato e escrúpulos ao trato ao corpo.

Além do casamento e da vida religiosa, as alunas e órfãs do Colégio administrados pelas Filhas de Caridade poderiam ser encaminhadas para trabalhar na Fábrica do Biribiri, local que tornou-se exemplo de vida comunitária feminina. Para Loredo (2017), essa fábrica de tecidos fazia parte do projeto educacional do bispado diamantinense, alinhando-se a ideia de uma educação voltada para o trabalho, uma vez que Dom João almejava transformar crianças pobres em cidadãos civilizados, fundamentados na cultura cristã.

Segundo Brion (2010), esse projeto educativo vinculado as Filhas de Caridade e legitimado pelo bispo diamantinense era fundamentado no modelo europeu de disciplinar a mulher, em que a representação de Maria (virgem e pura) e a vida dos santos balizavam a formação feminina. Neste sentido, algumas organizações secundárias como, por exemplo, a

"Associação das Filhas de Maria". Para Santos (2015), esse modelo surgiu como mecanismo de propagação do modelo feminino católico e também funcionava como instrumento de controle, delimitando as regras de idoneidade oral, vigilância e submissão.

Assim, observa-se que Dom João familiarizava-se com alguns elementos da modernidade e utilizava-os a favor daquilo que tinha como propósito de seu bispado. Logo, mais que um empreendimento,

> [...] A fábrica não é, em primeiro lugar, uma empresa capitalista. Seu objetivo principal é o de moralizar as relações, preservando as moças das tentações através da educação pelo trabalho. A principal das relações não é troca de trabalho por dinheiro, as moças recebem distintivos pelo bom comportamento [...] A emulação é de prestígio e não monetária. "Os preceitos religiosos são observados ali com tanto rigor, como não são em outros lugares" [...] O ascetismo do trabalho é diferente do da ética protestante. Não se trata de ascetismo do capitalista, mas do trabalhador, que deve diariamente dar graças a Deus por poder trabalhar. O trabalho é graça divina (SOUZA, 1993, p.144).

O trecho acima sugere que a graça divina do trabalho estava atrelada a ideia de que a Fábrica do Biribiri tinha como função principal modelar o comportamento feminino, esforçando-se para codificação e controle dos costumes moralmente aceitos pela Igreja Católica. Segundo Martins (2014, p. 312), entre as décadas de 1870 a 1890, a Fábrica do Biribiri foi vista mais como um lugar de moralização dos costumes do que unidade de produção.

Desse modo, embora Neves (1960, p. 55) evidenciasse que Dom João havia dito aos seus sócios que não esperassem retorno financeiro quanto ao investimento feito na Fábrica do Biribiri e que "[...] estes seriam revertidos em bênçãos pelo bem que pudessem espalhar", Borges (2019, p.58) argumenta que o primeiro bispo diamantinense adotou estratégias para arrecadar e atrair investidores para a fábrica durante a sua administração, sendo uma delas a modificação de uma "sociedade comercial solidária" para um "sociedade anônima", responsável por dividir o capital da fábrica em ações e poderiam ser dividas em frações, não responsabilizando os sócios pelo valor das ações ou dos interesses comprometidos, estando em consonância, portanto, com o modelo em vigor na capital do Império.

Assim, segundo a autora, o discurso produzido por Dom João reverberou no imaginário da sociedade diamantinense estando ao mesmo tempo associado ao tempo histórico que ele estava inserido, dando sustentáculo ao seu projeto educacional durante o último quartel do século XIX visava a formação de uma sociedade com costumes e hábitos condizentes com as doutrinas e dogmas católicos não negando, entretanto, alguns sigmas da modernidade.

Igualmente, pode-se constar que apesar do empreendimento fabril ligado a Dom João não estar completamente avesso a ordem capitalista, a Fábrica do Biribiri também encontrava-se inserida no projeto benigno da Igreja em Diamantina.

> O dia a dia das operarias nesse lugar era cercado de muita disciplina e regras morais cristãs. Quem coordenava, pessoalmente, as atividades, dessas meninas operarias era a irmã mais velha do Bispo Dom João, Dona Mariana Felício dos Santos. Os horários eram rigidamente controlados, assim como as regras de higiene, os horários de refeições, de descanso, assim como, os intervalos para orações [...] é nesse contexto familiar católico que muitas órfãs do Colégio Nossa Senhora das Dores foram encaminhas para Biribiri. Na fábrica continuavam a vivenciar as normas das disciplinas e religiosidade católica [...] (LOREDO, 2017, p. 55-56).

Pela análise de Loredo (2017), pode-se afirmar-se o projeto educacional, do primeiro bispo diamantinense estava fundamentado na moralização dos costumes da sociedade, sobretudo da população feminina, materializando-se em instituições que pudessem colaborar com sua obra. Nessa perspectiva, Borges (2015; 2019) afirma que a cultura predominante na Fábrica do Biribiri era ligada ao catolicismo, conferindo a este estabelecimento como uma comunidade de ação de Dom João. Para autora,

> Dom João propôs a criação da fábrica para gerar emprego e renda para "gente pobre" que vivia do trabalho, como por exemplo, os ex-escravos, os ex-faiscadores, e, sobretudo, os órfãos e órfãs. Para o Bispo, era preciso educá-los e instruí-los conforme a doutrina católica reformista do século XIX (BORGES, 2019, p. 45).

Diante disso, em Diamantina, o fechamento da Escola Normal subvencionada pelo poder público do Estado fortaleceria a ação da Igreja Católica legitimando-a sob a educação feminina, ocasionando a ampliação do Colégio Nossa das Dores após 1905. Esse processo não foi uma particularidade do município diamantinense, mas sim, ocorreu em toda Minas Gerais nesse período, demarcando o poder da Igreja frente ao poder do Estado, isto é, o público e o laico permeavam os contextos de disputas políticas e sociais bem como fomentava possíveis acordos.

Além disso, considera-se que esse cenário não comprometeu a modernidade mineira, uma vez que o curso normal confessional e privado deu continuidade a formação de professores primários, levando em consideração que, dois anos depois, seria inaugurada os primeiros

Grupos Escolares públicos, dando ênfase aquilo que Araújo (2006), denominou de intercambiamento entre o público e o privado[60].

Para compreender a totalidade da ação do primeiro bispo de Diamantina devemos atentar-se para sua atuação em outros setores da vida social, econômica e cultural da cidade. Pesquisas como de Souza (1993), Fernandes (2005), Martins (2006; 2014), Goodwin Jr. (2007), Oliveira (2011), Borges (2015; 2019), Alcântara (2015), Pinto (2016), Loredo (2017), entre outros, conduzem a considerar que Dom João Antônio dos Santos foi um marco para a história e trajetória da cidade, pois

> [...] Mais do que mudanças estruturais urbanas, o bispado influenciou nas questões morais que tangiam as famílias no norte mineiro. O discurso religioso misturava-se ao social. Discurso esse alicerçado, principalmente, nas ideias ultramontanas, nas quais Dom João Antônio assumiu abertamente sua formação e adesão (OLIVEIRA, 2011, p. 70).

Assim, se o marco da modernidade em Diamantina inicia-se com a instalação do bispado, defende-se que a Escola Normal esteve, em um primeiro momento, articulando os interesses dos três agentes diretores da cidade, isto é, o Estado, as elites dirigentes e a Igreja Católica de Diamantina, no que tange um projeto de modernidade vinculado a formação tradicional católica bem como do homem moderno.

Assim, infere-se que a tradição e modernidade caminharam lado a lado com a chegada de Dom João ao norte de Minas Gerais. Tradição essa que estava fortemente ligada com a formação de uma cultura cristã, buscando afastar a sociedade das tradições mineradores e comportamentos incoerentes com os costumes civilizados.

Nessa perspectiva, considera que a modernidade de Dom João Antônio dos Santos estava atrelada à defesa feita por Ribeiro (2009, p. 49), em que o "[...] catolicismo dito romanizado convergia com a ideia de modernidade, afim de garantir a ordem social e normatizar/disciplinar a sociedade civil". Desse modo, a educação promovida pelo bispo diamantinense, seja essa realizada por meio do Seminário Episcopal ou pelo Colégio Nossa Senhora das Dores ou ainda pela Fábrica do Biribiri, tinham apenas uma finalidade: moldar comportamentos sociais, sobretudo o feminino, sendo a educação o meio por ele utilizado, assim como por outros prelados de sua época.

---

[60] De acordo com Sousa e Rocha (2018), a formação de professores primários por via de estabelecimentos de ensino público só seria retomada a partir de 1928, após as reformas implementadas por Francisco Campos e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada sob a égide do escolanovismo. Em 12 de outubro de 1928, por meio do Decreto nº. 8.820, inaugurou-se a Escola Normal Oficial de Diamantina.

Desse modo, Santos (2003) defende que a ação de Dom João durante o bispado tenha delineado um projeto cujo o nome foi definido através de sua postura moralizadora, uma vez que a educação e a instrução deveriam estar alinhas ao projeto episcopal, em que o comportamento e a boa conduta dos diamantinenses deveriam estar condizentes com a cultura cristã. Acredita-se, entretanto, que este projeto não limitou-se apenas na esfera privada na questão educacional, alastrando-se ainda pela Escola Normal pública da cidade.

Nesse sentido, observa-se que há uma aproximação entre a modernidade e o catolicismo, apontando pela argumentação de Ribeiro (2009), em que a autora acredita que há congruência entre os interesses do Estado e da Igreja Católica no Brasil no final do século XIX. Assim, entende-se que moralizar os costumes dentro dos padrões da religião católica significava a instituição de uma sociedade moderna e civilizada. Tal prerrogativa, legitimou a ação das instituições confessionais em Minas Gerais, acarretando no suspensão das Escolas Normais públicas do Estado em 1905, o que não significou um rompimento com as modernidade em curso, uma vez que o estava em jogo era a continuação da constituição de uma sociedade moderna flertando com a formação religiosa.

Esse aspecto pode ser evidenciado pela existência de outros projetos educacionais para a sociedade do norte de Minas Gerais nesse período, incluindo do município diamantinense. Neste interim, os debates entre liberais e conservadores no último quartel do século XIX propunham a Minas Gerais e, sobretudo, a Câmara Municipal de Diamantina meios para que a cidade se tornasse sinônimo de progresso e civilidade.

Nesse sentido, o próximo tópico adentrará nas miudezas desses projetos que se destacam personalidades como Joaquim Felício dos Santos e João da Matta Machado, na qual a política torna-se palco de embates desses grupos políticos e a educação tem papel fundamental para ambos. Apesar disso, buscar-se-á evidenciar que a educação e a instrução para esses grupos políticos não se distancia dos propósitos defendidos por Dom João, ratificando a ideia de o projeto moderno e o projeto moralizador apresentam-se de forma semelhante buscando a formação de uma sociedade moderna.

2.3 Modernidade ou progresso? Elites dirigentes e a ação de Dom João na educação diamantinense

A modernidade fomenta debates diversos, inseridos em perspectivas diferentes sobre o que ela é ou que ela foi. É compreensível, portanto, que esse conceito esteja em sempre em (re)construção, indicando para um de seus aspectos mais eminentes, isto é, a contradição. Além

disso, autores como Bauman (1999) e Weber (2009) apontam também para a ambiguidade, na qual se encontra as causas das limitações sobre o que seria a modernidade, evidenciando a complexidade de tratamento científico do conceito.

Ao descrever os primórdios da modernidade, Berman (1982, p. 18) oferece um panorama do clima permanente que envolveu o mundo moderno, sendo essa de "[...] agitação e turbulência, aturdimento psíquico e embriaguez, expansão de possibilidades de experiências e destruição de barreiras e dos compromissos pessoais, auto-expansão e autodesordem, fantasmas na rua e na alma [...]", que deram origem a sensibilidade moderna.

Nesse sentido, a modernidade pode ser definida como uma experiência de tempo e espaço (BERMAN, 1982, p. 15), que se refere a um estilo, costume ou organização social (GIDDENS, 1991), sendo a modernidade um período que inicia-se na Europa ocidental entre o início das grandes navegações e o desenvolvimento da sociedade industrial no modelo capitalista. No espaço de tempo entre um e outro, encontram-se transformações relacionadas com o Iluminismo, a Revolução Industrial e Francesa, responsáveis por interferir na dinâmica sociocultural, econômica e política da experiência ocidental.

Assim, de acordo com Touraine (1994), a noção mais decorrente sobre a modernidade está vinculada a ruptura entre o novo e o velho, entre o passado e o presente, buscando demarcar o princípio de uma nova relação com o mundo tradicional frente ao mundo moderno, ao mesmo tempo que provocaria um distanciamento daquilo que estava posto até então ao passo de uma aproximação com a ideia técnico-científica.

Tal movimento aponta para ideia síntese da modernidade vinculada ao século XIX, isto é, o progresso, sendo este a propulsão e a motivação no decurso da concepção de uma sociedade moderna. Está implícito nessa questão os ditames racionais associado a ciência e a tecnologia, responsáveis por consolidar o antropocentrismo, radicando a cosmovisão moderna.

Desse modo, a experiência estadunidense, explicitada por Popkewitz (2015, p. 319), demonstra que a preocupação com a constituição de uma escola pública em massa, entre o final do século XIX e início XX, tornou-se parte do projeto de nação e esteve, ao mesmo tempo, associada a modernidade. Segundo o autor, esse movimento tomou nome de *progressivismo* e esteve relacionado a melhoria material, técnica e moral da população.

> O novo planejamento social não tinha em vista apenas as condições da sociedade. Incorporou narrativas de salvação a respeito da realização do futuro e dos seus tipos de pessoas. O mundo anterior da divina providencia e do *status* social herdado foi substituído por noções da agência humana, progresso

> e cultura cívica direcionada a mudar o presente, tendo em vista o futuro. Esse "futuro" era chamado de progresso em vez de busca pela salvação na preparação de uma vida póstuma (POPKEWITZ, 2015, 319).

Nesse sentido, o autor aponta sob a perspectiva de progresso e seu poder bastante atraente em que é possível constatar as múltiplas especificidades do núcleo central do pensamento moderno:

> O progresso, ou ainda a fé no progresso provavelmente seja o grande pilar o qual estão sustentados os principais valores da nossa civilização [...] A ideia de um tempo linear, percorrido e a ser percorrido pela humanidade rumo a um futuro luminoso, repleto de bens materiais, embora recente na história do homem, permeia as ações e pensamentos da grande maioria da população ocidental, como verdade irrefutável (LOBÃO, 2003, p. 70).

Associado a isso, conforme aponta Le Goff (1992), a modernidade não chega à sociedade em um todo, ela limita-se a partes privilegiadas ligada a intelectualidade e a política. Desse modo, a modernidade alcança a população na sua forma de progresso, material e técnico, sendo associada a melhoria da vida das pessoas ou como sugere Popkewitz (2015): o bem-estar social, visando a administração da sociedade em nome do bem comum. Consequentemente, esses preceitos demandaria uma reordenação da sociedade como um todo, atribuindo a educação como fundamental para formação do homem moderno.

Essa perspectiva indica caráter multifacetado da modernidade, uma vez que não houve de fato um entendimento único do seria o progresso e seu significado. Em geral, pode-se dizer que essas noções derivaram das experiências europeia, que tornou-se referência mundial no âmago da expansão capitalista.

> Comércio, armas, religião e cultura caminhavam juntos na expansão do modo burguês de ser e viver, que se impunha – por bem ou por mal – como a modernidade, o futuro da humanidade [...] A ideia de progresso trazia consigo tantos princípios de natureza em contínua evolução [...] quanto a herança judaico-cristã de um tempo linear, vindo de um ponto original e dirigindo-se a um fim/finalidade glorioso e positivo (GOODWIN JR., 2007, p. 60).

De acordo com o trecho acima, pode-se verificar que a ideia de modernidade vinculada ao progresso não refutou a ligação societária com a religião, sendo essa, elemento fundamental para o delineamento para a formação do homem moderno. Indo nessa direção, observa-se que o Brasil, após a independência, ainda que de forma limitada e adaptada as próprias necessidades e interesses, adentrou nos debates sobre o progresso, uma vez que é possível perceber um

esforço explicito e deliberado pela fundação de um projeto de nação ligado a modernidade, sem negar, entretanto, sua identidade católica.

Nessa perspectiva, o progresso passou ser o objetivo daqueles que faziam parte de uma camada privilegiada da sociedade, isto é, políticos e intelectuais, considerados aptos para julgar a validade de procedimentos e práticas. Em Minas Gerais e Diamantina nesse período, Goodwin Jr. (2007, p. 63) argumenta que o caminho para progresso da sociedade também delineou-se por meio dos jornais, detectando seus sinais, reclamando sua ausência ou ainda denunciando obstáculos que impediam sua realização plena. Para o autor, o debate sobre o progresso tornou-se missionário e materializou-se em várias publicações de natureza apologética, colocando a educação como garantia de um futuro civilizado.

Para confirmar esse argumento, apresenta-se a matéria veiculada no jornal *Sete de Setembro*:

> Todo homem e suceptivel de educação á ella tem tanto direito como a vida. O homem que não tiver um certo gráo de desenvolvimento das suas faculdades, isto é, que não tiver adquirido conhecimento não poderá cumprir de uma maneira conveniente os seus deveres como indivíduos ou como membro de um corpo social. [...] Contribuir para o aperfeiçoamento dos membros da sociedade, argumentando o numero dos cidadãos instruídos e virtuosos, isto é, trabalhando para o bem estar da nação, em uma palavra, fortificando-a, tal deve ser a verdadeira preoccupação de um governo patriotico e sabio. Não basta, porem, crear, com grandes sacrificios, estabelecimentos scientificos; é indispensavel á prosperidade e o bem geral do paiz procurar meios de proporcionar ao povo, ás classes inferiores, uma educação e uma instrucção convenientes. Procurando diffundir a instrucção por todas as classes e reconhecendo que uma grande parte de nossa população não tem meios de dotar seus filhos com esse beneficio, o estado creou estabelecimentos nos quaes é permittido a todo pai de família dar gratuitamente a seus filhos um gráo sufficiente de instrucção, isto é, creou escolas primárias, escolas para adultos e escolas normaes, especialmente destinadas a formar instituidores capazes de serem collocados á frente das primarias (SETE DE SETEMBRO, 12 mar. 1887).

Diante da publicação feita pelo jornal, constata-se a ideia de que a educação em Diamantina foi compreendida como garantia para o progresso e para a civilização moderna, de modo que pudesse formar o homem apto a contribuir para a prosperidade da nação. Pode-se inferir que essa última ideia estava vinculada ao ideário central difundido pela modernidade e na crença do futuro do final do século XIX. Igualmente, a publicação sugere que a instrução pública da Província e em Diamantina contaria, já no final da década de 1880, com uma "rede" de estabelecimentos de ensino que contribuía para a formação primária e de professores bem como de adultos.

Importante ainda destacar que o redator do jornal mostra-se estar em congruência com os debates travados na Europa nesse período. A concepção do "corpo social" apresentada por ele está atrelada a sociologia de Durkheim, em que acredita-se que para o funcionamento perfeito da sociedade seria necessário que todos os membros exercessem corretamente suas atividades para o bem comum, por isso, a defesa sob a educação se mostra promissora ao tratar do progresso e da modernidade.

Assim, frente as pesquisas desenvolvidas no final dos oitocentos, pode-se afirmar que o ideário de modernidade, de vestes progressistas, iria invadir mais fortemente Diamantina a partir do último quartel do século XIX, causando transformações no cenário urbano da cidade. Isso porque, segundo Martins (2014, p. 247), apesar de certa "[...] riqueza mercantil e de uma vida civilizada de sua população abastada [...]", Diamantina ainda permaneceu intacta urbanamente, isto é, seus traços ainda eram associados ao passado colonial, quando ainda era denominada Arraial do Tijuco. Portanto, "[...] era necessário promover o embelezamento da cidade [...]", tendo em vista os modelos europeus.

Líderes políticos, normalmente oriundos de famílias de grande tradição do município, tiveram papel fundamental nessas mudanças. As palavras de ordem eram *progresso* e *civilidade* que tomaram forma nos discursos dos agentes políticos e das oligarquias diamantinenses, sendo transportadas para as páginas da imprensa (GOODWIN JR., 2007). Em consonância com o restante do país, Alcântara (2015, p. 20) advoga que os projetos de modernidade para Diamantina não se diferenciavam dos demais, pois "[...] eram limitados a certa classe social que convivia no centro da cidade".

> Assim, [...] a modernidade em Diamantina era restritiva, pois os melhoramentos – fossem eles de caráter educacional, sanitários ou estéticos, permaneceram privilégio de uma minoria. Sendo assim, grupos políticos tradicionais da cidade propalavam discursos de modernidade, objetivando manter e reafirmar sua tradicional posição de elite frente aos moradores da cidade e também do norte de Minas Gerais (ALCÂNTARA, 2015, p. 21).

Dessa maneira, o discurso ecoado pode ser compreendido como aquele que buscou cunhar uma imagem a Diamantina, uma vez que esses grupos não elaboraram estratégias de adoção de valores modernos por meio de um plano sistemático de desenvolvimento, permanecendo assim no campo utópico, embora tenham tomado a modernidade como referência e houve materialização de algumas iniciativas para o melhoramento da cidade (GOODWIN JR., 2007; MARTINS, 2014; ALCÂNTARA, 2015). Igualmente, a imprensa local

teve papel fundamental para a propagação dessas ideias, sendo utilizada como meio para firmar posições contrárias ou confluentes e, também, fomentava debates acalorados entre políticos, elites e a própria Igreja Católica.

Independentemente disso, porém, todos tiveram papel importante na construção do imaginário social entorno da "Athenas do Norte" ou ainda o "Grande Império do Norte ou, como analisa Alcântara (2015), a "Princeza do Norte". Segundo a autora, essas nomenclaturas refletiam o ideal que pretendia-se a Diamantina, firmando-a como centro civilizador e progressista do norte. No entanto, a autora considera o último termo mais adequado para analisar esse processo, uma vez que evidencia a tensão das elites locais com o seu presente e a dicotomia entre o passado e tradição colonial e monárquica.

Para Souza (1993), os elogios feitos ao município diamantinense nesse período representam a apropriação do passado pelas elites, ou seja, para justificar a necessidade de reordenação da ordem espacial da cidade enquanto Capital do Norte mineiro era fundamental fazer uma associação com o antigo Arraial do Tijuco, "[...] época que a cidade tinha expressividade mundial como grande centro minerador" (ALCÂNTARA, 2011, p. 21).

A constatação feita pelo autor ratifica a ideia apresentada por Nisbet (1985), no qual considera que a concepção do progresso está composta de conotações intrínsecas ao seu entendimento, em que

> [...] a crença no valor do passado; a convicção da nobreza e até mesmo da superioridade da civilização ocidental; a aceitação do valor do crescimento econômico e tecnológico; a fé na razão e no tipo de conhecimento científico e acadêmico que só pode derivar da razão; finalmente, a fé na importante intrínseca e no inefável 'valor' da vida nesse mundo (NISBET, 1985, p. 320).

Embora a síntese da modernidade fosse adaptado a realidade diamantinense – caráter eminente apontado por Oliven (2001), a configuração teórica e ideológica dessa concepção é a que fundamenta o ideário moderno do século XIX e início do XX, sugerindo uma evolução histórica linear, aos moldes do darwinismo social bem como ancorada na perspectiva cartesiana. Logo, seria irrefutável um futuro promissor e melhor, colocando Diamantina frente a região na qual estava inserida (MARTINS, 2014).

Apesar disso, essa característica também reflete a ambiguidade das proposições sobre a modernidade para Diamantina no final dos oitocentos, já que essa ideia propõe uma ruptura com o passado, ou seja, o antigo ou tradicional, ao mesmo tempo em que as elites dirigentes utilizavam desses últimos para a construção da ideia de um lugar que naturalmente refletiria em

uma história notável, diferentemente de outras cidade próximas, como o Serro por exemplo. Assim,

> [...] tudo na cidade indicava memória e a permanência de tempos antigos, de tempos gloriosos nos quais o Arraial do Tijuco e a vila Diamantina eram mundialmente conhecidos pela riqueza diamantífera, pelo fausto dos contratadores e suas amásias, pela fé que fazia germinar nas igrejas, cruzeiros, procissões, pelo trabalho de escravos que calçaram léguas de estradas e movimentaram centenas de lavras e fazendas, pela presença de músicos que compuseram obras de grande sofisticação. O passado havia proporcionado lugar especial a Diamantina no cenário mineiro e brasileiro, logo, não poderia ser simplesmente deixado para trás. O passado regional era visto como lastro que justificava as pretensões das elites diamantinenses quanto ao futuro [...] (MARTINS, 2014, p. 261-262).

A defesa de uma evolução histórica linear, típica da ideia de progresso, fazia-se presente nos discursos e posições atribuídas à cidade considerada Capital do Norte. Para Martins (2014), no decorrer do século XIX, parte da sociedade diamantinense trabalhou em prol de colocar o município de Diamantina não apenas nos trilhos da modernidade por meios dos discursos, sob a égide de ter ocupado um lugar de destaque no sistema colonial, mas também para se legitimar perante a atividade econômica e política, reforçando assim a condição de polo mercantil e cultural do norte mineiro.

Em decorrência disso, Diamantina conseguiu destaque na atividade política tanto no Império como também nos primeiros anos da República, projetando nomes para o cenário regional e nacional, como Joaquim Felício dos Santos e João da Matta Machado. Foi nesse período que é possível observar iniciativas quanto aos melhoramentos urbanos, educacionais, sanitários, etc., compreendidos como resultado do discurso e projeto de roupagem moderna.

Ainda de acordo com Martins (2014), essa dinâmica seria reflexo da economia da mineração que colaborou significativamente para colocar a cidade como expoente político no século XIX. Sob essa perspectiva, é possível inferir que essas características também foram responsáveis para consolidar a cidade como uma

> [...] Verdadeira capital do vasto Norte de Minas, Diamantina disputava com São João del Rei o posto de termo mais e rico e dinâmico da província mediterrânea [...] Diamantina provincial cujos os epítetos [...] afirmavam sua incontrastável influência sobre os sertões da margem direita do São Francisco e as matas Lestes, nunca foi, porém, uma cidade bastante numerosa. Mas conservou a fama de certa sofisticação urbana e cultural (MARTINS, 2014, p. 224).

Conforme o autor, o município diamantinense não apresentava números elevados de habitantes, o que não interferia na sua influência econômica e política na região mineira. Além disso, vale ressaltar que apesar de toda civilidade no que tange a ilustração e costumes da população local, segundo os viajantes que passaram por lá durante os oitocentos, a cidade sede do município permanecia presa ao seu passado. A principal luta travada, naquele momento, era modificar visualmente seu traçado e moldar os costumes da população de acordo com o ideário da modernidade, sem que isso interferisse na paisagem local e nem na tradição.

Algumas iniciativas nessa direção preconizaram as ações da cidade do Serro que igualmente almejava ser consolidada como Capital do Norte ao longo do século XIX. Segundo Souza (1993) diferentemente de Diamantina, as elites serranas tinham resistência em se instituir e abrir as portas para a modernidade, isso porque

> A representação que [...] fazem do próprio espaço é de orgulho de viver ali. Esse orgulho confere ao Serro a condição de resistir a mudanças vindas de fora e caracteriza mesmo o processo de estranhar os próprios filhos que se dirigem para São Paulo ou Rio de Janeiro para estudar direito ou medicina. Enquanto Diamantina é uma cidade acolhedora, Serro não consegue abrigar os filhos instruídos. Os poucos que permanecem reforçam na cidade o orgulho de crescer com os próprios recursos, sem emulação nem imitação. A manutenção desse padrão não se dá sem conflitos, mas ele é vencedor (SOUZA, 1993, p. 220-221).

Assim, para o autor, as elites serranas e diamantinenses se diferiam na medida em que concebiam a modernidade de maneira distintas. Dessa forma, Souza (1993) aponta que Diamantina viveu à procura da civilização e almejava nela um dia se equiparar. Nesse sentido, os processos urbanos estabelecidos já no início do século XIX fizeram com que a cidade do antigo Distrito Diamantino tomasse as rédeas e trabalhasse em prol da modernidade e progresso bem como a consolidação como Capital do Norte mineiro.

Desse modo, considera-se que os primeiros insígnias do progresso foi o ano de 1819, quando decretou-se o fim do Regime Diamantino que trouxe àquela localidade "[...] as expressões "urbano", "urbanidade", "urbanamente", [e] se aliaram à referência de cidadania, à condição de cidadão, ao direito à cidade" (SOUZA, 1993, p. 61).

> Ao reivindicar cidadania e urbanidade, a elite crioula de Tijuco está, ao mesmo tempo, diagnosticando o processo de dominação que mantém constrangimento, não sobre o espaço construído [...] mas, principalmente sobre as relações que impedem as expressões de "urbanidade" e a condição de cidadania [...] A reinvindicação de cidadania da elite local não implica em mudar a forma da cidade, mas transformar as relações que mantém com a

> região de que depende. Cidadania, nesse contexto histórico, implica em afirmação regional; as consequências para mudança da forma urbana são decorrência (SOUZA, 1993, p. 62-63).

A questão regional sempre foi uma marca da política mineira (WIRTH, 1982), sendo responsável por uma posição conservadora e tradicional que perpetuou ainda na República e também caracterizou-se como um aspecto importante do cenário diamantinense. Por isso, pode-se dizer que a partir de meados do século XIX as elites diamantinenses tornaram-se parte essencial do projeto de modernidade em Minas Gerais e em Diamantina, circunscrito no discurso do progresso. Segundo Martins (2014), a economia do diamante foi responsável por promover as mudanças ambicionadas nesse período, pois garantiu uma movimentação mercantil, possibilitando iniciativas de mudanças urbanas no antigo Arraial do Tijuco.

Embora não desconsidere as iniciativas rumo ao progresso feitas no início dos oitocentos, Fernandes (2005) e Martins (2014) afirmam que a intensificação das ações modernas ocorreu com a instalação do bispado em 1864. Anos depois, no início do século XX, tem-se indícios que Diamantina já encontrava-se em desenvolvimento e abrigava alguns recursos ligados ao progresso:

> - A cid. de Diamantina é das mais bellas e maiores do Estado, calçada illumin. á luz electr., servida já de telegrapho e telefones (e em breve de caminho de ferro); possúe serviços de exgottos e agua potável, bons predios, cerca de 8 a 10 mil habs., varios collegios, Seminario, Escola Normal, Gymnasio Diocesano; optimo clima, grande commercio, centro de forte industria de mineração, etc. Encontram-se na cid. hoteis, cafés, bilhares, hospitais, asylos, imprensa, templos, fabricas, jardins, mercado, Forum, Paço Municipal e etc. (SENNA, 1913, p. 397).

O anuário publicado por Nelson de Senna, em 1913, fornece indícios daquilo que contribuía para que a cidade fosse considerada moderna. Os elementos que compõe a modernidade podem ser entendidos como o progresso social para a população, que teve sua vida modificada pelos diversos avanços materiais. Embora a Escola Normal citada pelo autor não seja a instituição educativa subvencionada pelo poder público a partir de 1879, uma vez que fora fechada em 1905, a ideia de que um estabelecimento específico para a formação de professores contribui para a defesa de que o projeto moderno em Minas Gerais não sofrera alterações com a suspensão das Escolas Normais públicas no início da República.

Do mesmo modo, a descrição de Senna (1913), evidencia o caráter processual da modernidade, sugerindo que esses elementos tenham sido construídos ao longo dos anos, sobretudo a partir da década de 1870, conforme verifica-se por meio das pesquisas de Fernandes

(2005), Goodwin Jr. (2007) e Martins (2014). Assim, pode-se conceber que a movimentação rumo as mudanças ligadas ao progresso da sociedade diamantinense a partir do último quartel do século XIX, sendo a instalação da Escola Normal pública, em 1879, parte do projeto moderno destinado a Diamantina.

Nesse sentido, diante das pesquisas desenvolvidas anteriormente, verifica-se que a educação tomou lugar importante nos discursos das elites diamantinenses em consonância com as mudanças almejadas para a cidade de Diamantina, uma vez que buscavam forjar uma imagem em que caracterizasse o município como grande centro civilizador do norte de Minas Gerais, sendo assumida como mecanismo de regeneração social. Portanto, "[...] cabia educar a população, especialmente as elites e camadas médias, para viver sobre os preceitos da ordem e progresso, acertando o passo da bicentenária povoação com os tempos da modernidade" (MARTINS, 2014, p. 259).

Para Goodwin Jr. (2007),

> [...] não bastava apenas propagandear preceitos, na esperança que fossem transformados em regras; era preciso torná-los parte do senso comum, torná-los hegemônicos entre os valores da sociedade. Este é o grande projeto que vai ser publicado, página a página, pelos jornais: o da educação para uma nova sociedade. A qual deveria incluir os membros das elites, mas não poderiam excluir aqueles que pertenciam às classes menos desfavorecidas. Acreditava-se que elas também poderiam ser efetivamente civilizadas, através do trabalho e da educação formal, consideradas as *luzes* do saber (GOODWIN JR., 2007, p. 265, conforme o original).

Na análise feita pelo autor, pode-se verificar uma confluência entre os interesses entre o projeto difundido por Dom João e das elites diamantinenses, no qual a educação também se alinhava ao trabalho e a aquisição de conhecimentos, sendo que para a população pobre a educação pelo trabalho era considerada mais eficaz perante as esferas dominantes em Diamantina.

Apesar de apresentar certa similaridade, levando-se em consideração as diferentes correntes de pensamento que pairavam o país nesse período e a política vigente, sabe-se que o Brasil Imperial havia divisão de grupos políticos. Isso implica dizer que dentro das elites em questão, o projeto de modernidade para a sociedade diamantinense estava dividido entre liberais e conservadores. Nessa perspectiva, com vistas a realidade do município de Diamantina – e também de Minas Gerais, as famílias tradicionais comandaram o jogo político da cidade eram de grandes mineradores e, ao mesmo tempo, mantinham um círculo social comum, incluindo membros de outras famílias.

Ao longo do tempo, conforme aponta Horta (1986, p. 123), essa associação entre as famílias foi responsável pela cadeia de círculos familiares, "[...] cujos membros ora sucedem nas tarefas de chefia da política local e regional, ora se alteram", constituindo uma verdadeira constelação governamental em Minas Gerais, dividindo-se então entre liberais e conservadores.

Por mais que Wirth (1982) considera que argumentação de Horta (1986) inconsistente, pois não pode ser generalizada a Minas Gerais como um todo, uma vez que o tipo mineiro também se caracteriza pelo seu jeito com os negócios alcançando uma posição social de destaque, no caso de Diamantina, velha cidade ligada à mineração,

> [...] os interesses econômicos e a acumulação de fortunas abriram oportunidades para galgar postos nas carreiras políticas, e o desempenho de funções públicas e políticas propiciava inúmeras chances para participar de negócios, bem como favorecia a inserção dos indivíduos e suas parentelas em redes de relações pessoais pelas quais circulavam informações privilegiadas, influências, apadrinhamento e créditos (MARTINS, 2014, p. 250).

Dessa maneira, entre as décadas de 1870 a 1890, tornam-se exemplos dessa movimentação as famílias Felício dos Santos e Matta Machado que disputaram o domínio da política local, tornando-se expoentes no cenário mineiro e brasileiro nesse período. Essa condição foi dada pelo fato de terem condensado grandes fortunas e fazerem parte da dinâmica política e econômica do município. Suas posições privilegias, portanto, foram fundamentais para projetar o norte de Minas e Diamantina para a política no âmbito nacional e regional. Como representantes dessas famílias, pode-se elencar o Conselheiro João da Matta Machado que tinha representatividade no meio conservador do norte mineiro e Joaquim Felício dos Santos[61] influenciava as posições liberais daquela região.

De acordo com as análises de Freitas (2011), os representantes provinciais do norte de Minas Gerais, no período que atuaram na política do império e nos primeiros anos da república, não mediram esforços para que as propostas destinadas àquela região fossem aprovadas. Segundo a autora,

---

[61] Ressalta-se o estudo de Novaes (2012; 2014), em que se dedica em pesquisar o pensamento e posição liberal de Joaquim Felício dos Santos contrapondo a compreensão difundida por Martins (2003; 2014) sobre a mesma personagem. Para o primeiro, é inconcebível a ideia de considerar Joaquim Felício dos Santos, já no início década de 1860, como um defensor das ideias republicanas e que fora capaz de realizar uma leitura republicana da história de Diamantina, por meio do livro *Memórias do Distrito Diamantina.* Para Neves (2012, p. 04), os textos de Joaquim Felício dos Santos, tanto no livro como nas páginas do *O Jequitinhonha*, mais "[...] dialoga com as demandas políticas liberais tradicionais da política imperial" do que caracteriza-o como um republicano no sentido revolucionário, sendo essa vertente defendida por ele após a década de 1870, quando assumi sua posição republicana perante ao jornal *O Jequitinhonha*.

> Foram muitos relatos de abandono por parte do poder público provincial, mas apesar destes relatos, era comum a estratégia de descrever as regiões em que havia relativa prosperidade ou em alguma atividade econômica "estava estabelecida" ou em fase de "ensaio". Esta estratégia visava convencer os demais deputados de que o investimento naquelas localidades poderia render alguns frutos (FREITAS, 2011, p. 07).

Nesse sentido, é importante compreender a concepção de educação e as estratégias políticas utilizadas pelas elites diamantinenses no que se refere seu projeto de modernidade em Diamantina. Sem desconsiderar as contradições postas pela modernidade, utiliza-se das ponderações de Martins (2014; 2016) e Novaes (2012; 2014) para evidenciar como a educação enquadrou-se nos projetos cunhados pelas famílias/políticos no Império e os primeiros anos da República e de que maneira a Escola Normal pública da cidade, inaugurada em 1879, atenderia essas demandas.

Com vistas a isso, considera-se ainda a concepção de Horta (1986), em que a constelação política-familiar da região norte mineira tivera representatividade e se consolidaram em meados do século XIX e o início no XX, influenciando, significativamente, o progresso tanto da região como do município diamantinense. Além disso, sob as contribuições de Wirth (1982), considera-se essas questões à luz da formação da sociedade mineira no período delimitado dessa pesquisa.

Assim, sob a égide dessa proposta é possível constatar que ao lado de João da Matta Machado e Joaquim Felício dos Santos, as figuras de Álvaro da Matta Machado[62] e Pedro da Matta Machado[63] assim como de Antônio Felício dos Santos[64], familiares que também

[62] De acordo com Couto (1954), Álvaro da Matta Machado nasceu em 18 de agosto de 1853, filho de João da Matta Machado e Amélia Senhoria Caldeira da Mata. Estudou no Seminário de Diamantina e ao terminar seus estudos foi para a Escola de Medicina no Rio de Janeiro, onde formou-se em 1880. Foi vereador em Diamantina e deputado provincial durante o Império. Em 1891 foi eleito a senador da Constituinte mineira; em 1894 foi eleito a senador em 1894 e a deputado em 1909. Foi fundador e jornalista dos jornais *Cidade de Diamantina* e *17º Districto*.

[63] Segundo Couto (1954, p. 258), Pedro da Matta Machado nasceu em 20 de janeiro de 1865. Iniciou os estudos em Diamantina e tempos depois dirigiu-se à Ouro Preto para concluir o curso preparatório. Após o termino, dirigiu-se à São Paulo para estudar na Faculdade de Direito, concluindo em 1889. Em seu retorno à Diamantina, foi nomeado promotor de justiça e eleito presidente da Intendência Municipal, pedindo exoneração do cargo após embates políticos. Foi ainda redator do jornal *Cidade de Diamantina*. Foi eleito a deputado federal de Minas Gerais por três vezes (1912 a 1914, 1919 a 1920 e 1934 a 1937). Faleceu em 16 de junho de 1944.

[64] De acordo com o jornal *Estrella Polar*, de 02 de dezembro de 1951, Antônio Felício dos Santos nasceu em 08 de janeiro de 1843, era também filho de Antônio Felício dos Santos e Mariana Felício dos Santos. Estudou no Ateneu São Vicente de Paulo, aos 20 anos formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, defendendo a tese intitulada *"Hypoemia intertropical"*. Ingressou na carreira política em 1867, quando foi eleito pela primeira vez, em 1868, a deputado geral, permanecendo no cargo até 1880, sendo reeleito por mais duas vezes (1878 a 1883 e 1885 a 1887). Foi também presidente da Câmara Municipal de Diamantina. Participou do primeiro governo republicano e compôs o Governo Provisório para estabelecer o novo regime em Minas Gerais. Em 1890, chegou ao cargo de presidente do Banco do Brasil.

projetaram-se para o debate político mineiro e brasileiro e buscaram melhoramentos para o norte de Minas Gerais. Além disso, a composição familiar dos Felício dos Santos contava ainda com o primeiro bispo diamantinense, Dom João Antônio dos Santos, que também teve grande representatividade no meio social e político da região.

Desse modo, antes de dar início a análise, infere-se que a Igreja em Diamantina teve participação na efetivação do projeto da Escola Normal criada em 1878 e na formação de professores, uma vez que encontrou-se vestígios de que essa instituição educativa serviu de apoio para o funcionamento do Colégio Nossa Senhora das Dores, uma vez que os documentos localizados junto a APM indicam que as alunas internas do colégio eram encaminhadas para essa escola afim de prestarem os exames do curso normal até 1905, ano que o colégio foi equiparado as Escolas Normais municipais do Estado.

Para ratificar essa hipótese, por meio dos diários de Helena Morley[65], tem-se índicos que o primeiro bispo diamantinense interferia no cotidiano da Escola Normal pública da cidade:

> Todas as alunas da Escola já estão de uniforme de fazenda azul. Algumas demoraram a fazer mas todas já fizeram. Foi a melhor invenção que eu já vi até hoje [...] Senhor Bispo, falando a uma colega do quarto ano que gostou da ideia do uniforme na Escola e perguntando se era bonito, ela prometeu levar lá algumas alunas para ele ver. Como eu moro para baixo do Palácio, Maria Pena disse: "Não deixe de me esperar na saída da Escola. Eu quero levar você e outras que moram perto do Palácio para o Senhor Bispo ver os uniformes". Acabadas as aulas ela chamou umas alunas e fomos ao Palácio [...] (MORLEY, 2018, p.93).

Morley (2018) permite verificar a ação da Igreja em Diamantina, considerando que a atitude de Dom João Antônio dos Santos perante a adoção dos uniformes era uma forma de legitimar a instituição na sociedade. A partir desse quadro, entende-se que há uma convergência entre os agentes diretores em Diamantina, considerando que a Escola Normal prestava significativos serviços no que se refere a formação e regeneração social da população e, ao mesmo tempo, atuava em prol da modernidade que lhes convinha, legitimando sua ação entre aos anos de 1879 a 1905.

[65] Helena Morley é pseudônimo de Alice Brandão Dayrell. Nasceu em Diamantina em 28 de agosto de 1880, era filha de Felisberto Dayrell e de Alexandrina Fernandes Brandão. Estudou na Escola Normal de Diamantina entre os anos de 1893 a 1896, onde se formou normalista. Não seguindo a carreira de professora, casou-se com Augusto Mario Caldeira Brant, em 1900, com quem teve 07 filhos. O diário escrito durante seu período na Escola Normal deu origem ao livro *Minha vida de menina*, publicado pela primeira vez em 1942, sendo traduzido em diversas línguas. Alice Dayrell Caldeira Brant morreu em 20 de junho de 1970, no Rio de Janeiro.

Nessa perspectiva, concorda-se com a preposição de Martins (2014) em que o autor considera que ao lado do poder público a ação da Igreja Católica em Diamantina teve papel fundamental na projeção regional e nacional do município a partir da década de 1860, em função da diversidade de órgãos administrativos públicos e eclesiásticos nucleados na cidade, justificando assim a existência de uma Escola Normal subvencionada pelo poder público, uma vez que essa instituição conseguiria atender aos anseios da maioria dos agentes da cidade, desempenhando papel fundamental na educação e instrução dos moradores.

Na esteira dessa discussão, apresenta-se o argumento que o ponto em comum entre os agentes envolvidos nos debates sobre o progresso e modernidade da cidade era a educação, no seu sentido mais amplo, isto é, considerando a formação integral do indivíduo. Para Martins (2014), esse elemento tornou-se crucial tanto para os Felício dos Santos e os Matta Machado bem como para a Igreja Católica[66], entretanto, a forma com que concebiam o papel da educação era completamente diverso, embora a finalidade apresentava certa similaridade.

Para dar os primeiros contornos aos projetos educacionais em voga nesse período na cidade de Diamantina, apresenta-se a proposta industrialista de Joaquim e Antônio Felício dos Santos, irmãos e representantes da vertente liberal no município, que assumiram uma postura em defesa da república após a década de 1870.

De acordo com Novaes (2014) Joaquim Felício dos Santos fundou o jornal *O Jequitinhonha* em 1860, utilizando-o como principal meio para divulgar sua oposição ao regime monárquico durante o Segundo Reinado. O espaço criado pelo jornal visava dar espaço para o Partido Liberal no norte de Minas Gerais e em Diamantina as vésperas das eleições do ano de 1860 e difundir as ideias ligadas ao liberalismo. Com o passar dos anos, incluiu-se publicações de notícias e gêneros literários, sem perder de vista seu objetivo inicial.

Almejando projeção no cenário político, Joaquim Felício dos Santos ingressou na vida pública da região, concorrendo por quatro vezes ao cago de deputado geral, ganhando a eleição apenas em 1864. Conforme Novaes (2014), sua atividade política dentro da Assembleia Provincial não teve êxito nesse período, pois seus projetos eram considerados demasiadamente progressistas para época.

Após o fim do mandato, retornou a Diamantina e assumiu novamente a redação do jornal *O Jequitinhonha*, tomando contornos mais revolucionário em defesa da república. Com o

[66] Neste caso, a concepção de educação é compreendida a partir da visão apresentada anteriormente vinculada aos propósitos e formação de Dom João Antônio dos Santos.

advento do novo regime, em 1889, foi eleito ao cargo de senador, sendo o primeiro presidente da Câmara do Senado, porém, devido aos seus problemas de saúde foi obrigado a regressar ao município diamantinense, onde faleceu na Vila do Biribiri, em 1895.

Conforme aponta Novaes (2014), a Revolução Constitucional do Porto[67] em 1820 foi compreendida por Joaquim Felício dos Santos como fundamental para a modernidade política do Império, sendo responsável por sua oposição liberal frente as instituições monárquicas. Sua posição tomou forma no jornal dirigido por ele e transformado depois em livro intitulado *Memórias do Distrito Diamantino.*

Nos textos publicados, Joaquim Felício dos Santos criticava severamente os privilégios estamentais da elite brasileira e seu comportamento e ainda tecia críticas as ações do governo monárquico, considerando-as prejudiciais para a nação. Desaprovava ainda a centralidade do poder imperial que para ele foi responsável por gerar um único modo político, cultural e econômico no país. No plano econômico, defendia a diversidade de atividades, investimentos na preparação profissional dos trabalhadores, adoção e desenvolvimento de tecnologias para o aumento da produtividade, entre outros aspectos (MARTINS, 2014).

Joaquim Felício dos Santos contava ainda com o apoio de seu irmão Antônio Felício dos Santos – liberal e político, eleito o primeiro presidente da Associação Industrial do país. Antônio era um grande minerador e empresário de Diamantina. Sua defesa era em favor da criação de indústrias como alternativa para a riqueza e progresso do Brasil, contrapondo a ideia de que o país estaria fadado a ser agrícola e "[...] apelava aos dirigentes nacionais para que criassem ambiente propício para a cultura industrial [...]" (MARTINS, 2014, p. 377).

Os irmãos Felício dos Santos foram responsáveis pela fundação de fábricas e escolas no município de Diamantina. Foram eles que ao lado de Dom João Antônio dos Santos fundaram a Fábrica do Biribiri na década de 1870. Apesar de aparentemente terem posições diferentes, os três irmãos tinham em comum a transformação social da população por meio da educação e do trabalho.

Segundo Martins (2014), pode-se dizer que Joaquim e Antônio Felício dos Santos defenderam um projeto de caráter industrialista, de base urbana estando ao mesmo tempo

[67] Foi um movimento iniciado em 28 agosto de 1820 em Portugal que reuniu políticos liberais e militares e foi agregando parte do clero, da nobreza e da população em geral. Era de cunho liberal e antiabsolutista e tinha como um dos objetivos centrais o retorno da Corte portuguesa à Lisboa, com vistas a apaziguar a crise econômica e social de Portugal. Como alguns dos resultados pode-se citar o retorno de D. João IV ao país, em 1821, deixando D. Pedro I como príncipe regente no Brasil, o fim do regime absolutista e a instalação do regime político constitucional, a independência do Brasil em 1822 e ainda promulgação da Constituição Portuguesa em 1823.

preocupado com a diversificação da atividade econômica. Entretanto, o apoio dado ao primeiro bispo diamantinense na constituição da fábrica ressalta a convergência entre seus projetos de modernidade e que estes não estavam em contraposição inerente com a religião católica, visando assim o progresso moral e material da população diamantinense.

Borges (2019, p. 40) destaca que,

> [...] a Fábrica do Biribiri foi instalada numa localidade rural, a 13 quilômetros de Diamantina. Em seu entorno, casas foram construídas com finalidade de alojar o operariado. Digno de nota é o indicativo de que o isolamento espacial e a influência da cultura católica representavam instrumentos estratégicos para submeter o operariado a um programa disciplinar capaz de estimular aptidões subjetivas e coletivas para o trabalho fabril. Vale ainda ressaltar que o período de fundação da Fábrica do Biribiri coincide com a "transição do trabalho escravo para o trabalho livre", cuja a ênfase se dava no fomento de uma nova ideologia do trabalho.

De acordo com o exposto pela autora, pode-se ratificar a ideia de a modernidade em Minas Gerais, no geral, e em Diamantina, em particular, não rejeitou a formação católica da sociedade, adequando-se conforme a sua necessidade. Assim, vincula-se que o projeto moderno para educação, ligado à Escola Normal pública da cidade, não tenha sido prejudicado com o fechamento dessa instituição educativa, já que havia garantia da vigência e continuidade deste por via do Colégio Nossa Senhora das Dores.

Assim como os Felício dos Santos, os Matta Machado tiveram atuação importante no que se refere as mudanças almejadas para Diamantina e o norte mineiro no final do século XIX. A influência na política e na economia da região foi garantida através da fortuna que fizeram ainda no ápice da atividade mineradora, após o fim da Real Extração em 1845. Além disso, estavam associados a outras famílias de grande representatividade no cenário do município, como os Caldeiras, por meio de laços de casamento e parentesco.

O embate principal entre as duas famílias deu-se em meio a Câmara Municipal de Diamantina, em que disputavam o controle político com os Felício dos Santos, pois "[...] perceberam que atuação nesse órgão era de muita valia para moldar o 'ambiente de negócios' que desejavam ver implantado no norte mineiro" (MARTINS, 2008, p. 05).

Com experiência em empreendimentos agrícolas, de navegação fluvial, curtumes e produção de charque, etc., os Matta Machado defendiam um projeto agrarista e advogavam em favor da diversificação econômica do norte mineiro. Além disso, investiram em fábricas de tecido e lapidação bem como procuravam ampliar e modernizar setores econômicos tradicionais dedicando recursos financeiros a algumas empreses e tornando-se sócios de outras.

Os discursos em prol do progresso do norte mineiro defendido por eles tomaram formas nos jornais *A Ideia Nova* e *Cidade de Diamantina*. Aos moldes dos irmãos Felício dos Santos, os Matta Machado visavam educar a população por meio da veiculação de ideias de modernidade, dando ênfase na perspectiva da constituição da civilização. Contudo, Martins (2008; 2014), aponta que a posição desses era mais comedida, assumindo uma postura conservadora quanto ao liberalismo pregado pelos Felício dos Santos.

Como se pode constatar, as preposições de Wirth (1982, p. 131) sobre a imprensa local em Minas Gerais ratifica a ideia de que essa teve papel fundamental no regionalismo político dos mineiros. Segundo o autor, os jornais foram palco de disputas e debates acalorados entre chefes e políticos locais que tinham posições divergentes, desempenhando função essencial na política. Do mesmo modo, teve ainda importante papel no que diz respeito às questões do município, principalmente para a projeção para o futuro, sendo compreendida como um pilar para a política, comércio e cultura tanto de nível macro como micro.

As pesquisas de Goodwin Jr. (2007) e Martins (2014) apontam que a diferença entre os dois grupos familiares, explicitado por via da imprensa, estaria ligada a compreensão do modo que deveria se desenvolver o norte de Minas Gerais. Nesse sentido, Pedro da Matta Machado tornou-se expoente na defesa de que a efetivação da indústria brasileira só iria acontecer após o desenvolvimento pleno da agricultura. Para Martins (2014, p. 383), ele acreditava que para o progresso do norte de Minas era necessário primeiramente "[...] potencializar sua agropecuária, diversificar a produção primária, aumentar a produtividade nas fazendas e sítios [...]".

Conforme argumenta Martins (2003), dentre os irmãos João, Álvaro e Pedro da Matta Machado, não há dúvida de que o primeiro foi o que teve mais êxito em sua atividade política em prol do norte mineiro após meados do século XIX. Segundo Couto (1954. p. 137), foi ele que apresentou os projetos de criação da Escola Normal de Diamantina e do Liceu de Artes e Ofícios do Serro bem como responsável pela aprovação da lei para a construção da estrada de ferro da Filadélfia a Caravelas e a criação do município de Teófilo Otoni.

Nesse sentido, a criação da Escola Normal foi resultado a atuação dos Matta Machados, em que "[...] pleiteava o fortalecimento do ensino primário e a criação de uma rede de escolas profissionais [...]" (MARTINS, 2014, p. 383). Dessa maneira, o projeto educacional ligado a essa família estava associada com o sentido instrumental, isto é, como ferramenta para a formação de uma sociedade moderna, que imprimisse no homem a concepção de trabalho, "progresso" e civilização.

No entanto, não há como negar que a existência de uma Escola Normal pública em Diamantina conseguiria atender também os anseios dos irmãos Felício dos Santos. Por mais que defendessem posições diferentes, a ideia central sobre a educação estava fundada de essa era o caminho para o progresso da sociedade do norte mineiro. Assim, a Escola Normal de Diamantina, a partir de sua instalação, em 1879, tornara-se uma alternativa para a formação de uma sociedade moderna no município bem como ratificava sua posição privilegiada como polo educacional frente a outras cidades da região.

Portanto, se a Escola Normal de Diamantina, criada em 1878, foi resultado da ação política vinculada a família Matta Machado, atendendo as necessidades daquilo que se projetava como moderno para a cidade, pode-se inferir que seu propósito se alinhava as ideias de progresso defendidas por ambos os grupos familiares bem como os propósitos defendidos por Dom João Antônio dos Santos. Isso porque, seu objetivo não era apenas instruir a população da cidade, mas também educar e moldar comportamentos sociais.

Essa última premissa corrobora com a ideia de que o projeto de modernidade em Diamantina não fora interrompido com o fechamento da instituição educativa pública destinada a formação de professores em 1905, uma vez que este fora assumido pelo Colégio Nossa Senhora das Dores, garantindo a formação da população em consonância com o sentido de progresso.

No bojo desse argumento, está situada a análise de Araújo (2006), em que o autor considera que após a Reforma de 1906 o governo do Estado admitiu sua incapacidade quanto a democratização da educação, abrindo brechas para a iniciativa privada, confessional ou não. Desse movimento, há o intercambiamento entre o público e o privado que implica em uma parceria entre as instâncias, no qual pode-se considerar que a continuidade da formação de professores por via das escolas particulares mineiras era a garantia da formação da sociedade mineira em congruência com a modernidade.

Desse modo, considera-se a modernidade em Diamantina fora apropriada de modo que se adequasse à realidade, não sendo essa um divisor de águas quanto a organização societária nem mesmo uma proposta de mudança de pensamento dos indivíduos. Logo, houve um rearranjo da modernidade mineira, sendo esta compreendida também pelo viés da Igreja Católica; o progresso, moral e técnico, foi mais aceitável na medida em que observa-se as particularidades da formação dos mineiros, sendo esse o modo no qual fora apropriada os sentidos do moderno.

PARTE II

A ESCOLA NORMAL DE DIAMANTINA COMO EXPRESSÃO DA MODERNIDADE, PROGRESSO E CIVILIZAÇÃO

3. AS TENSÕES POLÍTICAS SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MINAS GERAIS E A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA NORMAL DE DIAMANTINA

Em meados do século XIX Diamantina já havia se firmado como centro do norte de Minas Gerais. As elites dirigentes junto ao bispo Dom João Antônio dos Santos trabalhavam em prol de tornar o município referência para os processos de modernidade e de desenvolvimento para aquela região. Neste sentido, mais do que tornar a sociedade diamantinense "moderna", interessavam-se pelo "progresso", moral e técnico, já que este não significava uma ruptura com ordem societária estabelecida nem um rompimento com a religião católica.

O discurso emanado por esses grupos era de que ao lado da instrução e da educação das elites, dever-se-ia preocupar também com as camadas mais pobres que não eram atendidas pelos estabelecimentos educativos particulares existentes na cidade, ou seja, o Seminário Episcopal e o Colégio Nossa Senhora das Dores. A primeira instituição educativa pública que surgiu em congruência a essa necessidade foi o Externado de Diamantina, criado em 1876, abrindo espaço para mais tarde instalar-se a Escola Normal, em 1879.

Desse modo, considera-se que embora o surgimento da Escola Normal de Diamantina esteja vinculado a um projeto liberal de roupagem moderna associada a atuação de João da Matta Machado na Câmara Provincial de Minas Gerais, essa instituição ainda conseguia estar em consonância com os interesses de outros grupos políticos bem como de Dom João Antônio dos Santos, confirmando a ideia de que a modernidade em Minas Gerais havia se adequado a realidade do século XIX.

Logo, ratifica-se a ideia de que essas instituições educativas foram expressões da modernidade no território mineiro a partir dos anos de 1880 (SANTOS, 2019), no sentido de educar e instruir a população das grandes cidades, afim de dar à luz a uma sociedade moderna e civilizada. Contudo, pondera-se que a suspensão dessas escolas em 1905 não significou uma ruptura com o ideário moderno, isso porque o próprio princípio da modernidade apontava para um novo movimento, isto é, a mudança, sendo assumido pelas Escolas Normais confessionais mantidas pela iniciativa particular e pelos Grupos Escolares a partir do início do século XX.

Apesar disso, não pode negar a precariedade e as dificuldades enfrentadas pelas Escolas Normais mineiras entre o final do século XIX e início do XX, mesmo sendo compreendidas como estabelecimentos de ensino modernos. Em consonância com essa afirmação, as pesquisas desenvolvidas por Ferreira (2013), Pedruzzi (2016), Oliveira (2018) e Santos (2019)

corroboram para o entendimento de que as instituições educativas que existiram a partir de 1880, nas cidades de Ouro Preto, Juiz de Fora e Uberaba, se caracterizavam pela fragilidade no funcionamento, marcadas pela falta de materiais e em alguns casos prédios próprios. Associado a isso os pesquisadores apontam que um dos principais motivos que fomentaram a suspensão das atividades das Escolas Normais foram a incipiência de resultados, isto é, esses estabelecimento de ensino de formação de professores não conseguia suprir a necessidade de expansão do ensino primário dando abertura para atuação de professores leigos, causando um desprestígio a profissão docente.

Neste sentido, esta seção visa compreender de que modo a emergência das Escolas Normais esteve articulada com a problemática da formação de professores primários durante o século XIX e início do XX. Para esse fim, utilizou-se de discursos e debates da Assembleia Provincial e da Câmara de Deputados de Minas Gerais, entre os anos de 1880 a 1905, perfazendo a existência da instituição objeto do estudo.

Em uma perspectiva macro do cenário educacional mineiro neste período no que se refere as Escolas Normais, busca-se destacar as tensões que estiveram relacionadas a instituições educativas de formação de professores a partir da década de 1870, podendo ser elencados quatro principais: a) constituição de professores adequadamente formados para atuar o ensino primário; b) falta de verba para manutenção das Escolas Normais; c) articulação entre o currículo do ensino normal com as ideias da modernidade e progresso; d) baixo número de normalistas que atuavam nas escolas primárias mineiras.

Igualmente, objetivando a análise sobre a Escola Normal de Diamantina a partir de sua criação em 1878, almeja-se compreender de que modo essa instituição educativa fora criada bem como sua organização, afim de compreender as especificidades de seu funcionamento para educação da mocidade diamantinense no final do século XIX e início do XX e sua colaboração para a constituição do ideário moderno e progressista da cidade.

3.1 “A escola é o mestre”: formação de professores e sua reverberação no ensino primário do século XIX

A preocupação em formar indivíduos que soubessem **como** e o **que** ensinar surgiu no Brasil após a independência e a constituição do Estado nacional[68]. Diante das novas demandas

[68] Segundo Bresser-Pereira (2017, p. 156), “Estado e estado-nação, sociedade civil e nação e coalizões de classes são conceitos políticos situados no quadro da revolução capitalista que tende acontecer em cada país, ou seja, da

nesse cenário, associado a necessidade de se fundar uma nova nação brasileira, ou seja, fundar o Estado-nação. Como consequência, seria necessário o governo preocupar-se não somente com a instrução primária, mas também cuidar daqueles que seriam responsáveis por isso. Para esse fim, a institucionalização da formação de professores foi tomada como alternativa para suprir as necessidades da constituição de saberes específicos do professorado brasileiro. Logo, as Escolas Normais foram, a partir da década de 1830, incumbidas de constituir professores que dominassem a arte de ensinar (ARAÚJO, 2008b).

Segundo Araújo (2008b), a gênese destes estabelecimentos de ensino data do século XVIII, na França, idealizado por Joseph Lakanal. Esse modelo de formação para professores espalhou-se rapidamente pelo ocidente estando ao mesmo tempo associado ao espírito da modernidade, no qual Escolas Normais foram consideradas padrão e modelo para os outros estabelecimentos de ensino. O autor advoga que a própria nomenclatura "*escola normal"* estaria vinculada a etimologia da palavra "*norma"* que tem origem do latim – *nōrma,ae* – e significa: regra, padrão. Assim, Araújo (2008b) considera que foi no interior desse entendimento que constituir-se-ia o norteamento político-educacional, projetando essas instituições educativas como padrão e modelo no intuito de normalizar e regularizar todas as outras escolas.

No Brasil, sabe-se que este modelo escolar começou a ser implantado por volta de 1835, com a criação da Escola Normal de Niterói (VILLELA, 1990; 1992). Nesse primeiro momento, a principal função desses estabelecimentos de ensino era de formar o professor que atuasse como um "[...] agente de uma mentalidade moralizante e ordeira que sobrepunha à função de difusão dos conhecimentos [...]" (VILLELA, 2008, p. 43). Isso porque, as Escolas Normais faziam parte de um projeto civilizatório de âmbito nacional, pelo qual buscava-se, após 1822, fundar a nação brasileira, de acordo com ideário conservador, ou seja, sem mudar drasticamente a organização societária.

Embora esta escola seja considerada o marco inicial desse modelo de formação do professorado, Tanuri (2000, p. 64) pondera que essa instituição educativa teve duração efêmera,

---

formação do estado-nação e da revolução industrial nesse país [...]". Assim, o povo que partilha de uma mesma cultura, história e tradições busca constituir-se em nação, controlar um território e construir o Estado, dessa lógica, emerge o conceito de estado-nação. Associada a concepção Reis (1988), compreende-se o Estado Nacional como aquele que busca uma forma típica de articulação entre a autoridade e a solidariedade na sociedade moderna. De acordo com o autor, essa acepção reside, especificamente, na explícita relação entre o Estado e Nação, desenvolvendo-se por meio de dois aspectos relacionados: a burocratização da autoridade pública e o reconhecimento legal dos direitos básicos aos membros da sociedade política.

pois foi suprimida em 1849, dado que seus resultados foram bem abaixo do esperado, formando em quatro anos apenas 14 alunos, dos quais só 11 dedicaram-se ao magistério primário, sendo essa uma das características fundamentais para se compreender a constituição das Escolas Normais no Brasil nesse período.

Com efeito, a difusão deste modelo escolar se deu por meio da descentralização do poder, estabelecido pelo Ato Adicional de 1834 – Lei nº. 16, de 12 de agosto de 1834 –, em que a responsabilidade sobre a formação de professores ficara a cargo do poder provincial, devendo esse criar e manter estas instituições educativas. De acordo com o artigo 10, § 2, do dispositivo legal, competia as Assembleias Provinciais legislar

> [...] sobre a instrucção pública e estabelecimentos proprios a promovel-a, não comprehendendo as faculdades de Medicina, os Cursos Juridicos, Academias actualmente existentes e outros quaesquer estabelecimento de instrucção que para o futuro forem creados por lei geral" (Art. 10, § 2, LEI N. 16, 12 ago. 1834).

Diante da normativa, concretizou-se o pacto federativo entre as Províncias e o Império brasileiro, ocorrendo a organização da instrução pública que não existia até então. Por um lado, as Assembleias Legislativas conquistaram sua autonomia para prescrever sobre os mais diversos assuntos referentes as questões internas, sobretudo a instrução primária, secundária e a formação de professores; por outro, limitava a autonomia dos governos municipais, sendo as Câmaras controladas pelo poder legislativo, legitimando a fiscalização dos órgãos públicos para as Províncias, dando contornos a diferenciação do poder central e dos poderes regionais. Cabe ainda destacar que não competia aos poderes provinciais legislar sobre o ensino superior, sendo incumbência somente do poder central do Império.

Neste sentido, observa-se que o processo de constituição da educação à brasileira foi permeado de tensões, na qual destaca-se a falta de verba, uniformização e sistematização do ensino, professorado, escolas, entre outros. Associado a isso, percebe-se que o modelo escolar adotado pelos governantes brasileiros era baseado no europeu, o que não favorecia a discussão sobre o assunto no âmbito político. Igualmente, o modelo pedagógico defendido pela maioria das Províncias foi assentado também naqueles que existiam na Europa, com vistas a utilização de métodos que fossem capazes de instrumentalizar a educação e formar a sociedade brasileira. De acordo com Gouveia,

> [...] Na primeira metade do século XIX será a discussão metodológica que irá corporificar e, ao mesmo tempo, irradiar tal projeto, traduzindo a preocupação

> com a conformação dos sistemas de ensino e racionalização e normatização das práticas pedagógicas. A educação será pensada como fator civilizatório, que permitiria ao país inserir-se na contemporaneidade, igualando-se aos países mais desenvolvidos. Através da difusão da educação para a população da província, esta tornar-se-ia capaz de submeter-se à ordem pública (GOUVEIA, 2012, p. 44-45).

Para isso, porém, seria necessário preparar adequadamente os professores primários, de modo que pudessem contribuir para o projeto de nação moderna e civilizada. Assim, verifica-se que durante o século XIX, sobretudo após 1870, o modelo de institucionalização da formação do professorado, por via das Escolas Normais, se disseminou pelo território nacional:

Tabela 02 - Dissimenação das Escolas Normais no Brasil no século XIX

Província	**Ano de criação**	**Ano de instalação**
Minas Gerais	1835	1840
Bahia	1836	1841
São Paulo	1846	-
Pernambuco	1864	1865
Piauí	1864	1865
Alagoas	1864	1869
São Pedro do Rio Grande do Sul	1869	-
Pará	1870	1871
Sergipe	1870	1871
Amazonas	1872	-
Espírito Santo	1873	-
Rio Grande do Norte	1873	1874
Maranhão	1874	-
Mato Grosso	1874	-
Corte	1880	1884
Santa Catarina	1880	-
Ceará	1880	1884
Goiás	1882	1884
Paraíba	1884	1885

Fonte: Tanuri, 2000, p. 64-65.

Por meio da Tabela 02, constata-se que antes dos anos de 1870 existiram no Brasil apenas sete estabelecimentos de ensino dedicados a formação de professores, sendo Minas Gerais a primeira Província a estabelecer esse modelo institucional. Essa ação pode ser considerada como uma necessidade da Província em estar em consonâncias com as demandas e ensejos do mundo moderno, associada ao processo de secularização e extensão da instrução primária a todas as camadas da sociedade (SAVIANI, 2008).

Para Tanuri (2000), os dados acima são bastante representativos, pois colocam em evidencia a descontinuidade desse modelo na primeira metade do século XIX no país. Segundo a autora, é possível afirmar que a trajetória das Escolas Normais nas Províncias brasileiras fora

incerta e atormentada, sendo constantemente submetidas a um processo contínuo de criação e extinção. Assim,

> [...] só lograram algum êxito a partir de 1870, quando se consolidaram as ideias liberais de democratização e obrigatoriedade da instrução primária, bem como de liberdade de ensino. Antes disso, as escolas normais não foram mais que um projeto irrealizado [...] (TANURI, 2000, p. 64).

Diante disso, pode-se citar a criação da Escola Normal de Ouro Preto, por meio da Lei nº. 13, de 28 de março de 1835, na capital Ouro Preto. Apesar disso, sua instalação ocorreu apenas cinco anos depois (ROSA, 2001; DURÃES, 2002; VEIGA, 2009), devido a gastos onerosos para sua manutenção bem como a falta de professores. Em consonância com as argumentações de Tanuri (2000), Jardilino e Pedruzzi (2016) apontam que esta escola foi marcada por sucessivas supressões e reaberturas, pois, implantada em 1840, foi fechada cinco anos depois, devido a morte do seu diretor, Francisco de Assis Peregrino, sendo reaberta após dois anos. Em 1852, essa instituição educativa teve suas atividades encerradas novamente, permanecendo assim durante vinte anos.

Em geral, para Villela (2006, p. 106), a condição da instabilidade das Escolas Normais brasileiras se deu por meio da Lei de 15 de outubro de 1827, em que não se exigia uma formação específica para o professor primário associando-se a premissa de que a manutenção dessas escolas geravam altos custos para as Províncias, uma vez que esse "[...] investimento estava aquém das expectativas de provimentos das escolas públicas [primárias] que se criavam [...]".

Relacionado a isso, a Reforma Couto Ferraz, promulgada na Província do Rio de Janeiro em 1851, foi responsável por estremecer, mais uma vez, os alicerces da formação de professores por meio das Escolas Normais. Por meio dessa, verifica-se que o Presidente da Província deliberou que "[...] os professores seriam formados na própria prática com professores adjuntos a um professor mais experiente até que estivessem aptos a reger a própria escola" (VILLELA, 2000, p. 111), perdurando até 1859.

Essa experiência iria espalhar-se por todo território nacional, por ocasião da organização do Gabinete de Conciliação[69] em 1853. No ano seguinte, Couto Ferraz[70], o Marquês do Bom Retiro, já no cargo de Ministro do Império, realizou a uma reforma tanto no ensino primário como secundário no âmbito do município da Corte, servindo de modelo para as outras Províncias. Tal como a reforma de 1851 no Rio de Janeiro, essa também levantava

> [...] a possibilidade de prover as cadeiras do magistério com professores adjuntos, valorizando mais os concursos do que a formação anterior do professor e deixando a cargo dos inspetores a formação em serviço da obediência às normas estabelecidas, na verdade vai refrear o impulso inicial de organização das escolas normais (VILLELA, 2000, p. 126).

Para autora, o período que inicia-se nos anos de 1850 foi marcado pela indefinição da necessidade da formação de professores em uma instituição específica. Havia uma tendência, segundo Villela (2000), na qual os governos provinciais oscilavam entre o discurso de valorização da formação e uma prática, que na verdade retirava os meios para se realizar, apontando para um aparente "descompromisso" com a formação de professores por meio das Escolas Normais. Em contrapartida, isso não significou um abandono de um projeto de sociedade pela via da atuação de professores, pois pressupunha acionar outros mecanismos para garantir os mesmos fins.

---

[69] De acordo com Ferraz (2010), em 06 de setembro de 1853 formou-se 12º gabinete do Segundo Reinado, idealizado por Honório Hermeto Carneiro Leão (*Marquês do Paraná*), que ficou conhecido como Gabinete da Conciliação. Segundo Vainfas (2002), a proposta do gabinete não era unir os partidos políticos – liberais e conservadores, mas sim significava um modo diferente de se encarar a política, com vistas a garantir um apoio mais amplo do ministério. Segundo Javari (1962), além de Carneiro Leão como presidente do Conselho e ministro da Fazenda, faziam parte deste gabinete: *Nabuco de Araújo*, no ministério da Justiça; *Visconde de Abaeté* (Antônio Paulino Limpo de Abreu), primeiro no mistério dos Estrangeiros e depois da Fazenda; *Visconde do Bom Retiro* (Luiz Pedreira do Couto Ferraz), como ministro do Império; *Visconde do Rio Branco* (José Maria da Silva Paranhos), nos Estrangeiros e na Marinha; *Barão de Cotegipe* (João Maurício Wanderley), no mistério da Fazenda e depois no da Marinha; *Pedro de Alcântara Bellegarde*, com a pasta de Guerra junto ao *Duque de Caxias*. Para Mattos (2004), o Gabinete de Conciliação foi o momento de consolidação de um processo de cinco anos, entre os anos de 1848 a 1852, em que ação governamental resultou na "direção saquarema".

[70] Conforme Bediaga (2017), Luís Pedreira Couto Ferraz nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1818, filho do desembargador Luís Pedreira Couto Ferraz e Guilhermina Amália Pedreira, era o primeiro de cinco irmãos. Pertencia a uma família de grande prestígio social dentro da Corte. Formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo e foi lente substituto na mesma instituição em 1838. Em 1844, iniciou a carreira de deputado pela Província do Rio de Janeiro. No ano seguinte, ocupou o cargo de Vice-Presidente da mesma Província. Foi ainda Presidente da Província do Espírito Santo, em 1846. Ocupou o cargo de deputado geral no Espírito Santo em 1848 e 1850. De 1853 a 1863, elegeu-se a deputado pela Província do Rio de Janeiro. Couto Ferraz retirou-se do governo do Espírito Santo em 1848, para assumir a Presidência da Província fluminense. Após o sucesso em suas administrações, Couto Ferraz foi convidado para assumir a pasta dos Negócios do Império no Gabinete da Conciliação. Ao sair do cargo de Ministro, foi nomeado Inspetor da Caixa Geral de Amortização até sua aposentadoria em 1877. Faleceu em 12 de agosto de 1886.

Dessa maneira, considera-se que houve um predomínio da formação na prática do professor primário, ou como sugere Villela (2006), uma *formação artesanal.* Esse modelo tornou-se muito presente neste período, sobrepondo a existência de estabelecimentos de ensino para a formação específica do professorado. Isso não significa dizer que as Escolas Normais não foram compreendidas como instituições educativas importantes para a constituição do saber próprio do professor; o que estava em voga, entretanto, era a manutenção e os gastos com estas escolas diante da incipiência de seus resultados.

Com efeito, verifica-se que nos primeiros anos de funcionamento, essas instituições educativas oscilaram entre os discursos e as práticas, ou seja, embora fossem conclamadas como estabelecimentos de ensino importantes para a instrução pública no Brasil, não conseguiram apoio necessário para que obtivessem êxito em seu propósito. Em Minas Gerais, Gouveia (2012, p. 45) argumenta que

> [...] à semelhança da paulista e da fluminense, os investimentos foram erráticos e descontínuos, concentrando-se na preocupação com a uniformização do ensino, através da formulação de um aparato legal e com a formação de professores. O investimento do Estado era insuficiente para a possibilitar a construção de um sistema de ensino que atendesse à população da província. O professorado era mal pago, o que era então apontado como responsável pela precariedade do ensino público.

A autora indica que tais aspectos eram comuns nesse período, não sendo uma particularidade da Província mineira. Logo, Vilella (2005; 2008) argumenta que essa situação foi consequência do redirecionamento das políticas-econômicas do país, alterando-se conforme as necessidades materiais e representações de cada época.

Nestas circunstâncias, Jardilino e Pedruzzi (2016) defendem que a descontinuidade das Escolas Normais durante o século XIX seria mais uma recorrente do que meros marcos históricos isolados, convergindo com a ideia de Vilella (2005; 2008), no qual considera-se que o fechamento destas instituições de ensino por vezes estava associada a falta de recursos financeiros por parte das províncias e de materiais específicos para a formação de professores, corroborando para o entendimento de que "[...] os ensinamentos ministrados nas Escolas Normais parecessem inúteis, na medida em que não se aplicavam na prática" (JARDILINO; PEDRUZZI, 2016, p. 697).

Essa última característica mais uma vez atuava em favor da formação artesanal do professor e não de uma formação profissional do mesmo (VILLELA, 2005), pois a prática sobrepunha a aquisição de conhecimentos específicos dos saberes que eram disseminados pelas

Escolas Normais. Por isso, entre os anos de 1850 a 1860, percebe-se que esses estabelecimentos de ensino não mais existiam na Província mineira.

Logo, a ausência de uma instituição educativa destinada a formação de professores seria percebida nos anos que seguiram após o fechamento da Escola Normal da Capital de Minas Gerais, em 1852. Na década de 1860, a solução encontrada frente à crescente demanda de instrução primária, de acordo com o relatório do terceiro vice-presidente da Província de Minas Gerais de agosto de 1862, Coronel Joaquim Camillo Teixeira da Motta[71], foi a Portaria nº. 09, de fevereiro de 1855.

Esse dispositivo legal, segundo o redator, foi responsável pela criação de um sistema de exames frágil que buscava prover as cadeiras de instrução primária e secundária em vacância e, ao mesmo tempo, visava conter os recursos destinados a esse ramo do poder público. Conforme Teixeira Motta:

> Era um bello plano, que continha mais engenho administrativo do que aplicabilidade real. Exigia-se em grande somma dos candidatos aquillo mesmo que absolutamente se lhes negava. Por isso não tardou que o milagroso programma fosse invadido pela corrosiva excepção que o artigo em artigo contaminou todo, fasendo registral-o finalmente entre letras mortas que avultão em nossa volumosa legislação. Não é que elle é defeituoso em sua estructura, mas por que as circunstancias não aceitavão, sem que antes fossem modificadas (RELATÓRIO PROVINCIAL, 01 ago. 1862, p. 19).

As circunstâncias indicadas neste relatório dizem respeito a falta de pessoas adequadamente qualificadas bem como a ausência de uma escola destinada a formação de professores que para ele gerou um engenhoso sistema que foi marcado por uma corrupta conduta dos examinadores causando uma frouxidão na seleção de candidatos para o magistério.

A situação apresentada por Teixeira Motta repetir-se-ia anos depois, em que os debates em torno das Escolas Normais suscitavam, novamente, o fechamento dessas instituições educativas estando, ao mesmo tempo, relacionado com a crise financeira na qual encontrava-se Minas Gerais após a instauração do novo regime político no Brasil. Desse modo, entre as décadas de 1890 e 1900, os discursos sobre a incipiência e a falta de preparo dos professores primários associavam-se as premissas da Igreja Católica, na qual essa última acreditava que a laicização do Estado causaria prejuízos a educação mineira, uma vez que na teoria secularização

[71] Não há muitos registros biográficos sobre o Coronel Joaquim Camillo Teixeira Motta. Sabe-se que ele nasceu em 15 de julho de 1815 na cidade de Bom Jesus do Amparo e casou-se com Maria Josefa Teixeira Motta. Foi deputado de Província entre a 10º e 11º legislatura (REVISTA DO ARCHIVO PUBLICO MINEIRO, 1896, p. 69-70).

do ensino retirava dos currículos da instrução pública sua vinculação aos dogmas católicos, o que na prática não aconteceu conforme veremos nas seções a seguintes.

Verifica-se, portanto, que ao invés de um rompimento entre o poder do Estado com a Igreja Católica, estas instâncias continuaram imbricadas. No que se refere a educação nos primeiros anos da República, constata-se que enquanto o primeiro preocupava-se com o ensino primário buscando criar e manter Grupos Escolares, o segundo se comprometeu com a formação do professorado mineiro. De acordo com a defesa de Martins (2003) e Araújo (2006), esse acordo só foi possível na medida em que há uma confluência entre os interesses de ambos bem como o intercambiamento entre o público e o privado.

Tal afirmação só se torna possível na medida em que se deu ênfase a constituição sociocultural de Minas Gerais desde sua formação, com vistas a particularidade de Diamantina e seu vínculo com a modernidade a partir do século XIX. Assim como em outros regiões mineiras, o ideário moderno esteve muito mais associado ao progresso, moral e técnico, do que uma mudança na ordem societária ou política, sendo a educação elemento de continuidade dentro da transformação.

Neste sentido, argumenta-se que a oficialização do Colégio Nossa Senhora das Dores em 1905 diante da suspensão da Escola Normal de Diamantina nesse mesmo ano, ratifica o alinhamento entre as instâncias promotoras da educação em Minas Gerais, no qual reafirma a formação católica da sociedade mineira bem como a continuidade do acordo entre Estado e Igreja Católica mesmo com a proclamação da República em 1889. Assim, considera-se que a Igreja se apropriou do território educacional deixado pelo Estado, buscando seu fortalecimento dentro da sociedade mineira por meio da educação e a formação de professores.

Todavia, para compreender as minúcias deste cenário educacional considera-se necessário entender os discursos e debates que ora defendiam, ora criticavam a existência das Escolas Normais de Minas Gerais, uma vez que se argumenta que isso não fora uma particularidade do período republicano, mas sim uma continuidade do Império.

Desse modo, nos anos que antecedem os debates do final do século XIX para o XX entorno da instrução pública mineira, o governo deparar-se-ia com diversos problemas quanto ao professorado mineiro, sendo o primeiro deles o número insuficiente de professores primários adequadamente preparados para assumir o magistério nas escolas primárias localizadas nos mais diferentes lugares de Minas Gerais. Essa situação, segundo Teixeira Motta, causou ao longo de dez anos uma progressiva fragilidade do ensino primário, marcado por "[...] meias-

habilitações, e nestas confundindo-se muitas vezes a ignorancia mascarada" (RELATÓRIO PROVINCIAL, 01 ago. 1862).

Esse problema, de acordo com o terceiro vice-presidente, estava associado com as diversas ementas feitas a Portaria de 1855 que tinham por objetivo adequar-se à realidade de Minas Gerais, sendo o problema mais eminente a falta do professorado. Assim,

> Ha muito se diz, e nós temos experimentado – a escola é o mestre – : n'aquela se reverberão todos os vicios e defeitos, como as virtudes e conhecimentos deste. E é incontestavelmente uma das mais profundas raizes do mal entre nòs : o pessoal encarregado do magisterio, especialmente na instrucção primaria, é em geral ignorante e mal educado (RELATÓRIO PROVINCIAL, 01 ago. 1862, p. 18).

Percebe-se que as ideias expostas por Teixeira Motta têm profunda ligação com as bases do ecletismo, pensamento que se estruturou como corrente filosófica entre as décadas de 1830 e 1840, sendo dominante nos anos de 1850 na França, a partir das concepções de Victor Cousin[72]. Segundo Saviani (2007), Cousin defendia o "ecletismo espiritualista", que foi adotado no Brasil pelo Colégio Dom Pedro II e outras instituições de ensino secundário, inclusive o Liceu Mineiro.

O pensamento de Cousin, contudo, foi interpretado das mais diferentes formas no contexto brasileiro, sendo um dos seus principais representantes Antônio Pedro de Figueiredo[73],

---

[72] De acordo com Gorte (2018), Victor Cousin nasceu no dia 28 de novembro de 1792 em Paris. Aos 10 anos de idade entrou no *Lyceé Charlemagne*, onde se formou aos 18 anos. Em 1810, após vencer o *Concurs Général* – prêmio anual dado aos melhores alunos dos liceus franceses - foi admito na *École Normale Supérieure*. Cinco anos depois, foi nomeado suplente na cadeira de história e de filosofia moderna na Sorbonne. Em 1817, ele viajou para Alemanha, onde conheceu Hegel, filósofo que exerceu forte influência no pensamento de Cousin. Lecionou na *École Normale Supérieure* até 1821, quando foi exonerado do cargo após o assassinato de Duque de Berry em 1820. Traduziu as obras de Platão, Proclo e Descartes. Ao retornar para Alemanha em 1824, foi preso por carbonarismo (tipo de sociedade política secreta criada no século XIX para propagação e defesa das ideias liberais), ficando seis meses em detenção. Depois de liberto, morou em Berlim durante três anos, publicando em 1826 uma das principais obras estrutura basilar do seu sistema filosófico: *Fragments Philosophiques*, que deu origem ao ecletismo. Em 1828, após ascensão liberal do Visconde Martignac (Jean Baptiste Gay), assumiu o cargo de primeiro-ministro. Entre 1830 a 1832, sob a regência de Luís Filipe I de Orleans, ocupou o cargo de Conselheiro do Estado, Membro da Câmara dos Pares, professor titular da Sorbonne, membro do Real Conselho de Instrução Pública e diretor da *École Normale Supérieure*. Entre os anos de 1832 a 1836, Cousin observou o sistema educacional da Alemanha e dos Países Baixos, resultando nas reformas educacionais francesas empreendidas durante os anos de 1830 a 1848. Em 1836, publicou o livro *Du Vraie, Du Beau et Du Bien*, importante obra que dá os últimos contornos de sua filosofia eclética. Durante a década de 1840, Cousin exerceu forte atividade parlamentar, findando sua carreira política no ano de 1848, após a revolução que no declínio de Luís Felipe I. Em 1855, Cousin foi para Cannes e manteve-se no cargo de professor honorário na Sorbonne. Antes de morrer escreveu algumas biografias de mulheres do século XVII e lançou, em 1858, uma nova edição de seu segundo livro. Faleceu em 14 de janeiro de 1867, em Cannes.

[73] Segundo os dados biográficos levantados por Quintas (1958), Antônio Pedro de Figueiredo nasceu em 1814 em Iguarassu. Foi para o Recife em busca de estudo e se hospedou, primeiro, na casa de um amigo, depois, transferiu-se para o Convento do Carmo. Dedicando-se ao francês, traduziu em três volumes o *Curso da História da Filosofia*

que considerava-o como a expressão da modernidade, sendo essa entendida na forma do "progresso". De acordo com Lara (2011, p. 188), essa tendência eclética buscou conciliação entre as bases cristãs da cultura brasileiro e o discurso de modernidade, encontrando no movimento francês, ligado a Hegel, através do historicismo de Cousin, as argumentações em favor de um reencontro dos pilares racionais, com certa pretensão de cientificidade, ligando-a, ao mesmo tempo, as questões éticas e religiosas.

No que se refere a educação, Cousin influenciou substancialmente o contexto brasileiro após sua ascendência ao cargo de Ministro da Instrução Pública na França em 1840 e, segundo Vilella (2000, p. 124), ele se tornou uma autoridade nos assuntos pedagógicos nas décadas de 1850 e 1860. Quando estava à frente das questões educacionais francesas, Cousin empreendeu uma intensa atividade parlamentar no que tange os professores.

Gorte (2018, p. 09) aponta que Cousin lançou mão de artifícios para promover o controle do estabelecimento da educação, incluindo a seleção de conteúdos e professores por meios das prerrogativas de diferentes cargos nos mais diversos níveis de ensino. A compreensão dele sobre a educação era vinculada a ideia de que essa servia de instrumento para a consolidação do regime político e social, devendo ser utilizada para reprodução de um comportamento e regras, adequando o indivíduo dentro das normas estatais e morais, projetando os professores como os atores principais da cena.

Tendo em vista a influência de Cousin na região mineira, por meio do relatório de Teixeira Motta, aponta-se para dois argumentos basilares defendidos por esta tese. Por um lado, tanto na França como no Brasil – sem perder de vista a particularidade de cada um dos cenários neste período, havia uma tentativa de articular o ideário moderno com a religião, retomando a defesa de que existia um ponto de convergência entre ambos e indicando ao mesmo tempo que a visão da modernidade em contraposição a religião se refere a um contexto muito específico relacionado à política do Antigo Regime, sobretudo após a Revolução Francesa, negando que haveria uma inerência entre a modernidade e a religião (BURITY, 2007).

---

de Victor Cousin. Em 1844, foi nomeado a professor adjunto na cadeira de geometria no Liceu Provincial de Pernambuco, permanecendo até 1846. Foi um dos fundadores da revista *O Progresso*. Em 1849, assumiu a cadeira de língua portuguesa no Ginásio pernambucano. Após o fim da Revolução Praieira, finda-se suas atividades na revista, assumindo a redação do jornal *A Carteira*, entre os anos de 1856 a 1858. Em 1855, assumiu a cadeira de história e geografia no Ginásio. Figueiredo traduziu ainda os livros de M. Ortolán – *Soberania do povo e dos princípios do governo republicano* –e o de autoria de Georg Sand – *As sete cordas da lira*. Morreu em agosto de 1859, após uma constipação cerebral.

Por outro, assim como Cousin, Teixeira Motta compreende que os problemas da instrução pública de Minas Gerais na segunda metade do século XIX estaria atrelado ao professor, considerado inabilitado em ensinar os conhecimentos específicos e formar cidadãos aptos e conscientes de sua função social, já que seu comportamento/conhecimento não corroboravam para o exercício do cargo de magistério. Logo, a escola é o mestre, pois é nele que se configurava a instrução pública primária mineira.

Assim, para o terceiro vice-presidente da Província muitas medidas já haviam sido tomadas por parte do governo mineiro em anos anteriores com vistas a sanar o problema, inclusive a criação das Escolas Normais, que não lograram grandes sucessos no que se refere a formação de professores:

> A creação de duas escolas normaes, com methodos diversos, já foi aqui realisada em epochas diferentes, como pias nas quaes recebessem o baptismo da sciencia os candidatos ao publico magisterio. A primeira não foi levada á pratica, dando resultados bem inferiores aos previstos pelos Legisladores, desappareceu como tem desaparecido algumas outras instituições de reconhecida utilidade, deixando apenas os vestígios vantajosos, ainda que limitados effeitos (RELATÓRIO PROVINCIAL, 01 ago. 1862, p. 19).

Diante deste trecho do relatório, confirma-se que houve a criação de duas Escolas Normais em Minas Gerais antes de 1862, porém, a única que tem indícios de funcionamento nesse período foi a Escola Normal de Ouro Preto, que no ano dessa publicação já estava fechada há dez anos. Conforme Teixeira Motta, o encerramento das atividades desta instituição educativa estaria associado aos seus baixos resultados, uma vez que a teoria não se aplicava na prática, tal qual argumentaram Jardilino e Pedruzzi (2016).

Para Teixeira Motta, a Escola Normal tornou-se "[...] um exercicio material e meramente pratico, onde o Professor vá aprender empiricamente para de igual modo ensinar [...]" (RELATÓRIO PROVINCIAL, 01 ago. 1862, p. 19), o que justificava, mais uma vez, a extinção dessas instituições educativas.

Do mesmo modo, percebe-se que Teixeira Motta considerava relevante a existência da Escola Normal para a formação de professores primários em Minas Gerais, embora argumentasse que essa sozinha não daria conta de formar satisfatoriamente os professores enquanto não existissem ao "[...] ao seu lado outros estabelecimentos de ensino, que na divisão da instrucção remenda como auxiliares reciprocos e necessarios" (RELATÓRIO PROVINCIAL, 01 ago. 1862, p. 19).

Ao expressar isso no documento, Teixeira Motta evidencia que havia um entendimento sobre a relação entre os níveis de ensino em Minas Gerais neste período, demonstrando que deveria haver, de alguma maneira, uma vinculação entre o ensino primário e o ensino normal e que esse último não funcionou conforme o esperado por meio da Escola Normal de Ouro Preto nos primeiros anos de atividade, amparando, por vezes, o fechamento dessa escola, favorecendo uma formação do professorado na prática.

Prova disso seria a menção feita por Teixeira Motta em seu relatório, em que atribuía a *escola* a característica de *mestre* e vice-versa. Assim, acredita-se que ao referir-se que a *"escola é o mestre"*, expressando que há uma relação recíproca entre os termos, evidencia que o professor tem papel crucial no desenvolvimento das atividades de uma escola primária e consequentemente para a instrução e a educação no século XIX.

Neste sentido, infere-se que a tônica do discurso do terceiro vice-presidente da Província mineira aponta para a seguinte análise: se o desempenho do professor fosse ruim, a escola era ruim; se seu desempenho fosse bom, a escola era boa. Logo, o professor que não estivesse preparado adequadamente para atuar na instrução primária e não tinha os requisitos necessários para estar à frente da função e da escola, provavelmente, não seguiria de acordo com o previsto e idealizado pelo governo ou o almejado pela sociedade. Tornando-se, portanto, o primeiro as causas dos problemas do segundo.

A solução para o problema para a constituição do professorado mineiro, segundo Teixeira Motta, seria a criação de uma escola de humanidades, pois as considerava estabelecimentos de ensino capazes "[...] de fornecer ao candidato [ao magistério primário] o complexo de elementos precisos para a obra do ensino e a educação da mocidade" (RELATÓRIO PROVINCIAL, 01 ago. 1862, p. 20). Um Colégio na Capital, com externato e internato, reunindo as cadeiras que formavam o antigo Liceu Mineiro, estaria apto para melhorar tanto o ensino primário como o secundário, exercendo três funções, incluindo de uma "[...] escola normal [...] e com mais vantagens, porque offerecerá a theoria unida a pratica do ensino" (idem).

Além disso, é importante ressaltar que o documento faz relação com algumas das quatro tensões nas quais circunscreviam o ensino e as Escolas Normais nesse período, isto é, embora Teixeira Motta não considera-se relevante a existência de um estabelecimento de ensino dedicado a formação de professores devido aos altos custos que gerariam ao erário público

provincial, ainda sim, era primordial a constituição de professores adequadamente formados para atuar no ensino primário.

Devido ao contexto político e econômico desse período associado a instabilidade do governo provincial, não temos indicativos que a proposta de Teixeira Motta tenha se materializado nos anos subsequentes. Ao que indica nas fontes consultadas para essa tese, a defesa pela existência das Escolas Normais em Minas Gerais tornava-se cada vez mais contundente nos relatórios provinciais publicados após o de 1862, uma vez que de acordo com Villela (2000), neste mesmo ano, a Escola Normal de Niterói já havia sido reestabelecida no Rio de Janeiro, servindo de modelo para outros lugares no território nacional.

Cabe salientar ainda que, conforme Resende e Faria Filho (2001), Teixeira Motta inaugurou uma mudança substancial no que tange os textos dos relatórios se comparados aos documentos de mesma natureza produzidos na primeira metade do século XIX. Segundo os autores, se até esse período os Presidentes de Província de Minas Gerais buscavam articular a questão da instrução pública com a temática da liberdade em contraposição à tirania antes da independência do Brasil, concebendo a educação como elemento de afirmação do Estado e da legalidade; o texto produzido em 1862, aproxima-se mais aos temas como progresso, indústria e direitos individuais, nos quais apontavam para a necessidade de se instaurar a modernidade na região mineira.

Tal tendência é verificada ainda no documento produzido pelo Conselheiro João Crispiniano Soares[74], Presidente de Província no ano de 1863. Considerando Minas Gerais uma das mais populosas do Império, causava-lhe espanto que esta região "[...] não possua ao menos um estabelecimento de instrucção intermediaria onde a mocidade se prepare para os estudos superiores" (RELATÓRIO PROVINCIAL, 16 out. 1863, p. 09). Na opinião de Crispiniano Soares, a falta dessas instituições educativas prejudicava significativamente a instrução pública de Minas Gerais e que por isso senão encontrava-se retrógrada, ao menos estava estagnada (op. cit.).

[74] De acordo com Ferraz (2009), João Crispiniano Soares nasceu em 24 de julho de 1809, na Freguesia da Conceição dos Guarulhos, na Província de São Paulo. Era filho do Major José Soares de Camargo e Inez Joaquim de Oliveira. Em 1820, a família mudou-se para a cidade de São Paulo, onde Crispiniano Soares terminou os estudos preparatórios e matriculou-se no curso da Faculdade de Direito em 1827, formando-se em 1834. Teve proeminência política a partir de 1836. Filiado ao Partido Liberal, foi vereador e vice-presidente da Câmara de São Paulo, deputado geral pela Província do Mato Grosso e ainda presidente de quatro Províncias brasileiras: Mato Grosso (1847-1848), Minas Gerais (1863-1864), Rio de Janeiro (1864) e São Paulo (1864-1865). Crispiniano Soares foi ainda Lente Proprietário da Faculdade de Direito de São Paulo e faleceu em 15 de agosto de 1876.

Segundo ele, dois dos principais fatores que contribuíam para isso era "[...] á falta de pessoal habilitado para o magisterio, e principalmente á defeituosa legislação porque se rege a Instrucção Publica" (idem). Neste ponto, verifica-se certa proximidade entre os relatórios de Teixeira Motta e o Conselheiro Crispiniano Soares, visto que ambos atribuíam tanto ao professorado mineiro quanto aos dispositivos legais da instrução publica como as causas dos problemas com o ensino público de Minas Gerais.

A diferença entre eles, entretanto, pode ser observada por meio da solução encontrada para esse problema, ou seja, enquanto Teixeira Motta advogava sobre a criação de escolas de humanidades em detrimento das Escolas Normais, Conselheiro Crispiniano Soares defendia que só por meio desse último estabelecimento de ensino, alojando-se de cursos normais, que se constituiriam professores capacitados para a instrução pública mineira:

> [...] Que se crie uma Aula Normal onde os candidatos ao magisterio se preparem para dirigir a educação da infancia. O progresso, lei da humanidade, não se pode realisar sem a moralisação da população. A moralisação é consequencia da bôa educação. Esta vem dos bons Professores; e na minha opinião para obtel-os é indispensavel uma escola normal, que seja a alma de toda instrucção (RELATÓRIO PROVINCIAL, 16 out. 1863, p. 09-10).

O trecho acima coloca em voga dois aspectos importantes para o escopo desta tese. O primeiro, associado a vinculação entre a modernidade e a ideia de progresso, sendo essa última entendida como um catalisador das transformações empreendidas em Minas Gerais durante o século XIX. De acordo com as argumentações de Araújo (2008a, p. 92), ao relacionar o *progresso* com a *educação* verifica-se que há uma associação com o projeto civilizatório da modernidade, em que a "[...] educação é concebida como capaz de fazer irradiar o progresso [...]". E mais do que isso, através do documento percebe-se que a associação entre duas categorias dar-se-á como resultado a *moralização* que, levando em consideração a formação da sociedade mineira oitocentista, está relacionada a moral do catolicismo. Como se percebe não há uma contraposição, em Minas Gerais, entre a religião e as ideias modernas, sobretudo, o "progresso".

Por sua vez, o segundo aspecto está relacionado a hipótese citada anteriormente, em que acredita-se que há um vínculo entre o ensino primário e o ensino normal e mais do que isso, um elo que liga a instrução primária com a formação de professores, ratificando a ideia de que o governo de Minas Gerais, na década de 1860, compreendia que só professores primários adequadamente formados é que se poderia ter algum progresso no que se refere a educação e a

instrução pública na Província, sendo a falta de pessoal destinado a carreira de magistério uma das causas do mal andamento do ensino primário e a educação dos mineiros.

Logo, *progresso*, *educação* e *moralização* evidencia o caráter ambíguo da modernidade mineira, sobretudo, na formação do professorado bem como na existência das Escolas Normais, o que permite afirmar que sejam essas instituições educativas públicas ou privadas, a articulação entre o Estado e a Igreja Católica no início do século XX sobre a formação de professores, não prejudicou o projeto moderno de sociedade mineira, já que ambos continuam a trabalhar em prol do progresso moral e técnico da população.

Essas preposições podem ser constatadas ainda em relatório de novembro de 1865, redigido pelo Desembargador Pedro Alcântara Cerqueira Leite[75]. Com vistas as civilizações modernas, sobretudo a francesa, para ele, a instrução pública de Minas Gerais estava longe do desejado. Isso porque, a legislação era ineficiente, professores mal preparados e método de ensino que não favoreciam o aprendizado do aluno.

Todavia, a centralidade do seu discurso está situada na questão que envolve tanto o ensino primário e a atuação do professorado mineiro nas escolas, pois

> Em geral, sinto dizer-vos, são escolas dirigidas por Professores quase sem habilitações, por que sendo ainda mal consultada essa classe de empregados publicos pelo insignificante ordenado que recebem, acontece que as pessoas mais habilitadas, tendo diante de sai prespectiva de outras carreiras, em que podem auferir maiores vantagens, como o commercio, lavoura e empregos de outra ordem, não procurão o magisterio onde tem-se acastelado a ignorância e a inepcia, salva muito poucas excepções. Os pretendentes ao Magisterio são ordinariamente indivíduos que não comprehendendo a santidade do ensino, que é um verdadeiro sacerdocio, procurão o emprego pelo emprego, como um meio de vida, por falecerem-lhes outros recursos; infelizmente é esta a verdade demonstrada pela amarga lição da experiência (RELATÓRIO PROVINCIAL, 05 nov. 1865, p. 29).

A retórica do Desembargador Cerqueira Leite dá continuidade ao discurso tensionado que vincula os problemas da instrução pública com a falta ou o despreparo do professorado mineiro. Não apenas a carência de conhecimento, mas também os baixos salários pagos a esses funcionários foram compreendidos como uma das causas para o esvaziamento da profissão, já

[75] Segundo Guimarães (2006, p. 191), Pedro Alcântara Cerqueira Leite recebeu o título de Barão de São João Nepomuceno. Foi advogado, cafeicultor e Presidente da Província de Minas Gerais durante a Guerra do Paraguai. De acordo com Saldanha (2020, p. 353), Cerqueira Leite fazia parte do partido liberal e era "[...] associado à Liga Progressista, [...] iniciada em julho 1864". Foi responsável, após estourar a guerra contra o Paraguai, em organizar os batalhões mineiros. Faleceu em 1873.

que os mais habilitados dirigiam-se para carreiras e empregos mais promissores financeiramente.

Essa imagem produzida pelo discurso do Presidente da Província pode ainda ser associada a representação ligada ao mestre-escola, ou seja, indivíduo sem preparação para o exercício da atividade de professor e com o estatuto socioeconômico baixo (NÓVOA, 1987, p. 418). Segundo Nóvoa (1987), o ensino não era atividade central do mestre-escola, o que causou um desprestigio aos próprios professores com o passar dos anos, sobretudo durante o século XIX. Normalmente estes sujeitos eram artesãos que ensinavam as crianças a ler e a escrever, prejudicando o processo de profissionalização docente.

Além disso, importante constatar no documento o viés vocacional atribuído aos professores. Ao referir-se à santidade do ensino, o professor, entendido como figura central na instrução pública mineira neste período, tornava-se seu principal responsável e provedor. Desse modo, o Presidente da Província fez comparação entre o sacerdócio e o professorado, igualando-os em um mesmo patamar. Logo, tal como o padre, o professor deveria conduzir suas "ovelhas" rumo a educação conotando essa ideia aos princípios da modernidade, ligada, sobretudo ao progresso, sem perder de vista a formação moral do indivíduo.

Neste sentido, infere-se que está implícito no texto do Desembargador Cerqueira Leite a vertente eclética espiritualista da educação mineira, uma vez que dever-se-ia formar o homem com bases nas ciências e também na moral religiosa, demonstrando assim a tentativa de conciliação entre a modernidade com a ordem católica vigente nesse período em Minas Gerais. Por esse motivo, entende-se que o professor se tornou o principal preceptor de uma educação, capaz de adequar-se aos interesses das duas esferas.

Merece atenção ainda os dois problemas citados no documento quanto à instrução pública mineira no século XIX. O primeiro, estava relacionado ao fato de que os professores habilitados – ou quem apresentasse certa capacidade em exercer o magistério público, não se enveredavam para esse caminho devido à má remuneração paga pelo governo, buscando outros meios de ganhar a vida. Esse argumento que também foi utilizado em 1905 para o fechamento das Escolas Normais.

O segundo, por sua vez, seria relativo à quantidade de escolas primárias mantidas pelo poder público provincial. Cerqueira Leite considerava que estes estabelecimentos de ensino não apresentavam resultados satisfatórios, em razão da baixa frequência dos alunos relacionado,

também, ao despreparo dos professores, causando assim um dispendioso e desnecessário gasto a Minas Gerais.

Essas condições, portanto, permitiram atuação de professores leigos que pode ser considerada mais uma tensão relacionada com as políticas de formação de professores e a existência das Escolas Normais. Desse modo, acredita-se essa problemática quanto a atuação de leigos na instrução pública se constituiu como pano de fundo para o discurso sobre a necessidade de formação adequada. Igualmente, atribuísse a esses professores "artesanais" como uma das causas dos defeitos do ensino primário mineiro oitocentista que, consequentemente, prejudicava o desenvolvimento condizente com o progresso se comparado aos países europeus. Essa avaliação sobre a instrução pública mineira fica evidente no seguinte trecho do documento:

> Nos tempos modernos, Exm.º Sr., em que a felicidade de uma Nação depende da instrucção e educação popular, em que os conhecimentos não são mais como outr'ora, o privilegio de uma classe ou casta que dirigisse por si e á seu bel-praser negócios da comunidade, em que o tempo em sua marcha civilizadora fez d'elles uma necessidade social, um elemento de ordem e progresso para para todos, não pode ser taxado de exaggeração aquelle que considerar que o mestre-escola como o primeiro funcionário do estado. O poder do homem reside exclusivamente em sua intelligencia. As conquistas da civilisação, os progressos da insdustria, a riqueza, a moralidade mesma de um povo, tudo isso depende da sua instrucção, do seo gráo de adiantamento nas sciencias e artes e d'hi toda a importancia da missão difficil e espinhosa do professor primario, d'aquelle que tomou á si o encargo philantropico de dirigir o espirito e formar o coração dos filhos do povo (RELATÓRIO PROVINCIAL, ANEXO 05, 05 nov. 1865).

Segundo Lages (2013), o relatório de Cerqueira Leite esteve preocupado com alguns temas que envolviam a modernidade, sendo compreendido que a educação e instrução como elemento fundamental para o desenvolvimento da indústria, do progresso e da nação. Este relatório, porém, tinha como base as análises feitas em documento apensado na fonte originária em questão, correspondente ao anexo número oito, redigido por uma comissão constituída por

José Cesário de Faria Alvim[76], Rodrigo José Ferreira Bretas[77] e Ovídio João Paulo de Andrade[78].

Assim, Cerqueira Leite partilhava, em certa medida, com as ideias dos três redatores do documento, em que acreditavam que para haver alguma melhoria na instrução pública de Minas Gerais, o governo deveria tomar algumas iniciativas que foram enumeradas da seguinte maneira: 1) diminuição das cadeiras de instrução elementar, devendo estas se limitar apenas nas freguesias; 2) suprimir as cadeiras distritais; 3) adoção de compêndios, visando a uniformidade do ensino; 4) demandar mais habilitações dos candidatos ao magistério; 5) criação de uma Escola Normal na Capital sob condições duradouras; 6) aumentar a fiscalização nos distritos bem como remunerar este cargo.

Com vistas a isso, infere-se que dessas seis, cinco estavam diretamente relacionadas com a questão dos professores, seja pela sua formação ou atuação no ensino primário. Essa

[76] De acordo com as informações biográficas do CPDOC, José Cesário de Faria Alvim nasceu em 07 de junho de 1839, em Arraial dos Pinheiros. Filho de José Cesário de Faria Alvim e Teresa Januária Carneiro. Estudou no Colégio do Cônego Roussin, em Mariana, completando seu curso preparatório em Ouro Preto. Após o término, dirigiu-se para São Paulo para cursar a Faculdade de Direito, onde formou-se em 1862. Depois de formado, retornou a Ouro Preto, onde passou a exercer advocacia e foi nomeado ao cargo de Secretário da Repartição de Polícia. Foi deputado provincial por dois biênios seguidos, de 1864 a 1865 e 1866 a 1867. Chegou ao cargo de deputado pela Câmara Geral do Império em 1867 até o ano seguinte. Com a dissolução da Câmara em 1868, junto de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior, fundou o jornal *A Reforma*, na busca da ampliação do Partido Liberal. Retornou a Câmara Geral do Império em 1877, permanecendo até 1880. Em 1884, foi nomeado presidente da Província do Rio de Janeiro. Exerceu ainda o cargo de senador do Império entre os anos de 1886 a 1889 e por ocasião da proclamação da República, foi escolhido pelo Marechal Deodoro da Fonseca como presidente provisório do Estado de Minas Gerais, cargo que ocupou até 1890 quando foi chamado para assumir o Ministério do Interior. De 1891 a 1894, permaneceu no cargo de senador pelo Estado de Minas no Congresso Constituinte Federal, findando sua carreira política como prefeito do Distrito Federal, entre os anos de 1898 a 1900. Cesário Alvim faleceu em 03 de dezembro de 1903, no Rio de Janeiro.

[77] Rodrigo José Ferreira Bretas nasceu em 1815 em Cachoeira do Campo, localizado em Ouro Preto. Filho de Antônio Rodrigues Afonso e Claudina de Rodrigues Afonso. Casou-se com Maria Cândida de Sousa Maciel com teve uma filha, Iselinda Bretas de Andrade. Cursou humanidades no Colégio do Caraça e no Colégio de Congonhas do Campo entre os anos de 1839 a 1844. Após formar-se, deu aula de latim, filosofia e retórica nas cidades de Barra Longa, Barbacena e Ouro Preto. Em 1846, fundou um colégio em Bonfim de Paraopeba, onde dirigiu até 1849. Neste mesmo período, foi nomeado Promotor Interino da Comarca de Ouro Preto; em 1850, assumiu o cargo Oficial Major da Secretaria do Governo da Província; elegeu-se deputado provincial por quatro vezes, iniciando em 1852. Foi ainda nomeado a Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, em 1855. Em 1861, assumiu o cargo de Inspetor da Instrução Pública em Ouro Preto e no ano seguinte fica encarregado da direção do Colégio de Congonhas do Campo. Faleceu em 27 de agosto de 1866, na cidade de Ouro Preto. Além disso, Rodrigo José Ferreira Bretas ficou conhecido como biógrafo do Aleijadinho, sendo também objeto de estudo de Cássio Lanari, em livro publicado em 1968, no qual não foi localizado para acesso.

[78] Os dados biográficos de Ovídio João Paulo de Andrade são muito esparsos, sendo possível apresentar as seguintes informações sobre ele: era natural de Itaverava, localizada na área central de Minas Gerais (SENNA, 1913, p. 702). Casou-se com Iselinda Bretas de Andrade com quem teve mais quatro filhos: Ovídio João Paulo de Andrade, Mariana de Andrade Lanari, Rita de Andrade e Antônio Bretas de Andrade. Foi eleito deputado da Província de Minas Gerais por três vezes, na 22º (1878 a 1879), 23º (1880 a 1881) e 25º (1884 a 1885) legislaturas (REVISTA DO ARCHIVO PÚBLICO MINEIRO, 1896, p. 76-80). De setembro de 1883 a março de 1884 ocupou o cargo de presidente de Província no Maranhão.

afirmativa encontra-se alicerçada junto ao documento em análise. Logo, por meio deste, depreende-se que para os dois primeiros casos – diminuição de cadeiras de instrução elementar nas freguesias e supressão de cadeiras distritais, a falta de professorado adequadamente formado para ocupá-las, se tornou elemento essencial para a defesa do presidente da Província mineira:

> Um facto que se dá em nosssa Provincia, e que sem duvida não terá escapado á prespicacia de V. Exc., é o atrazo, o regresso mesmo, de nossa instrucção primaira, quando a comparamos com a que tivemos em outros tempos. Antigamente tinhamos nas escholas primarias professores mais habeis e que se achavão mais á par da sua importante e difficil missão [...] Bem diverso é o quadro que nos offerece actualmente o nosso ensino primario, só procurado, salvas honrosas excepções, por homens faltos das habilitações necessarias, e ás mais das vezes incapazes de adquiri-las (RELATÓRIO PROVINCIAL, ANEXO 08, 05 nov. 1865, p. 21).

O trecho acima faz parte do anexo do documento provincial e alinha-se a dois outros fatores já citados: o primeiro, a baixa remuneração do professor primário e, o segundo, a associação do professor com a missão de educar, remetendo-se a uma vocação. Na compreensão de Bretas, Alvim e Andrade, ressoada no relatório de Cerqueira Leite, não justificava um homem que possuísse requisitos intelectuais e morais necessário para exercer o magistério, dedicar-se a tal função, uma vez que poderia optar por qualquer outro meio de sobrevivência que possibilitaria maior percepção monetária.

Chama atenção ainda que a vinculação do magistério primário com a figura masculina associada aos baixos salários tendia a causar um desprestígio a própria função do professor, gerando uma vazão de pessoas habilitadas. Dessa maneira, esboça-se um quadro que é possível compreender as questões que envolviam o número baixo de professores formados por meio das Escolas Normais bem como pessoas capacitadas ao magistério público, frente a uma crescente demanda por instrução pública e, consequentemente, o aumento das escolas de primeiras letras, permitindo conjecturar que o ensino primário público de Minas Gerais, durante o século XIX fosse regido por professores práticos, isto é, leigos.

> A ilustração entre nós é rara, e essa pouca que existe, acha sempre onde melhor se empregue do que no professorado primario. Entretanto a lei dá logar á que possão haver na Provincia ainda maior numero de cadeiras do que o actual (que é de 385). Que hade fazer o Governo para provel-as? D'entre os candidatos que se apresentão lançar mão dos menos ineptos. O resultado é immediato da excessiva multiplicidade das escholas é a frouxidão nos exames, e pouco escrupulo nas nomeações, porque se o governo tivesse de esperar, para prover uma cadeira, que se apresentasse um candidato reunindo todas as

> condições que requer um professorato, essa cadeira conservar-se-hia vaga (RELATÓRIO PROVINCIAL, ANEXO 08, 05 nov. 1865, p. 22).

Essas questões acima apontam para o problema do século, isto é, os argumentos apresentados por Bretas, Alvim e Andrade indicam que a precariedade e ineficiência da instrução pública primária de Minas Gerais estavam contrárias as leis do progresso, uma vez que na avaliação dos três "[...] o ensino primário [vai] peiorando em relação ás habilidades do professorato [...]" (RELATÓRIO PROVINCIAL, ANEXO 08, 05 nov. 1865, p. 21). Tal alegação ratifica a relação entre as categorias de *progresso* e *educação*, no qual será responsável por projetar as Escolas Normais na esteira das ideias de modernidade mineira (ARAÚJO, 2008a).

Igualmente, percebe-se que uma das ponderações feitas no relatório de Cerqueira Leite aproximam-se dos dois documentos anteriores: o fato de que a legislação da instrução pública ser incapaz em sua forma, isto é, mediante a falta de professores e o aumento das escolas primárias públicas, legitimou a ação de professores formados na prática. Em razão disso, o governo provincial encontrou a justificativa necessária para que houvesse diminuição das escolas nas freguesias e supressão destas nos distritos, afirmando, mais uma vez, que a problemática da instrução pública mineira estaria, também, atrelada ao professor, visto que os gastos com a instrução estavam aquém dos resultados.

> [...] A instrucção primaria deve ser para todos, brilhar em todos os pontos e atravessar todas as camadas da sociedade. Mas é necessario que nos contenhamos dentro dos limites que nos tração primeiro os nossos recursos financeiros, e depois a insufficiencia de nosso pessoal. De que vale manter a Provincia 300 ou 400 professores, si só a terça ou quarta parte d'esse numero presta á mocidade serviços reaes, dando-lhe a instrucção e educação que ella necessita? *A falta de eschola é um mal, diz Mr. Cousin, mas a ruim escola é uma calamidade* (RELATÓRIO PROVINCIAL, ANEXO 08, 05 nov. 1865, p. 21-22, grifos da autora).

Novamente percebe-se a menção as ideias de Victor Cousin, evidenciando a influência de sua corrente filosófica francesa na educação mineira no século XIX, no qual ratifica-se a ideia de que a modernidade adequou-se a realidade de Minas Gerais, sendo entendida a partir de sua relação com o "progresso". Essa observação aponta novamente para o primeiro relatório analisado, em que Teixeira Motta já indicava a existência de uma relação intrínseca entre o professor e a instrução primária, sendo a ação do primeiro determinante para os resultados do segundo.

Nesta perspectiva, pode-se verificar ainda que no relatório de Crispiniano Soares, publicado em 1863, alinha-se as argumentações deste documento redigido por Cerqueira Leite e a comissão composta por Bretas, Alvim e Andrade, uma vez que ambas as fontes advogavam em favor da existência das Escolas Normais, no que se refere a formação de professores para o ensino primário mineiro.

Cabe aqui então adiantar a análise do quinto ponto da lista do Presidente de Província de 1865, que se fundamentará no terceiro (adoção de compêndios, para uniformidade do ensino) e no quarto (demandar habilitações dos candidatos ao magistério) ponto apresentados por Cerqueira Leite. Sua proposta, portanto, era a criação de uma Escola Normal em Ouro Preto, sobrepondo ao alvitre dos três membros da comissão de instrução pública mineira posto em anexo a este relatório.

Para Bretas, Alvim e Andrade, por mais que a criação de uma escola destinada exclusivamente a formação de professores fosse mais adequada, a manutenção desses estabelecimentos de ensino geraria altos cultos para o poder público mineiro. A alternativa mais econômica, segundo eles, seria a elevação de uma das cadeiras da Capital à categoria de uma Escola Normal, com a oferta de uma aula normal, com vistas a formação de professores:

> A comissão, querendo ser modesta em suas propostas, mas desejando ao mesmo tempo fazer alguma cousa para melhoramento do professorato, acredita que será uma medida acertada elevar-se uma das cadeiras da capital á cathegoria de eschola normal onde se habilitem aquelles que se destinem ao magisterio, e montal-a de maneira que possa preencher o seo fim. Talvez fosse melhor que se creasse uma eschola especial destinada exclusivamente á formatura dos professores; mas a ideia apresentada pela comissão é mais econômica, porque será bastante dar uma gratificação ao professor que actualmente rege essa cadeira, podendo ella continuar á receber meninos. Sem aula normal, Exm. Sr., não é possivel que a instrucção primaria dê um passo, não é possivel que se introduza em nossas escolas um methodo racional e são [...] (RELATÓRIO PROVINCIAL, ANEXO 08, 05 nov. 1865, p. 23).

Mais uma vez, a tônica do documento vincula o professor com os resultados das escolas primárias, evidenciando a necessidade de uma sistematização da instrução pública mineira. Embora os três redatores concordem que seja necessário que o governo provincial se preocupar com a formação do professorado mineiro, a situação financeira não permitiria tal investimento, uma vez que consideram que a manutenção desses estabelecimentos de ensino demandaria mais do que Minas Gerais poderia oferecer. Essa afirmação ratifica a tese apresentada por esse trabalho, uma vez que se considera que esse movimento corroborará, já no século XX, para que Minas Gerais, em nome da modernidade e do progresso, mude o eixo educacional passando das

Escolas Normais para os Grupos Escolares, fomentando assim a ação da Igreja Católica no que se refere a formação de professores por meio das Escolas Normais confessionais.

Retomando a análise da fonte, Cerqueira Leite ignorou a recomendação da comissão apresentando aos deputados da Assembleia Legislativa Provincial. Por meio do relatório de 1865 propôs a criação de uma Escola Normal na Capital, com condições duradouras, acreditando que essa seria a melhor opção para Minas Gerais, no que se referia a formação de professores destinados ao ensino primário. No seu entendimento, essa escolha reverberaria no melhoramento da instrução pública.

Todavia, para alcançar o "progresso" almejado por via da instrução pública, dependeria ainda de outros dois fatores que eram originários do problema do professorado mineiro. Ou seja, a adoção de compêndios, visando a uniformidade do ensino e às exigências as habilitações ao magistério, associadas a proposta da criação de uma Escola Normal, demonstrando, mais uma vez, a relação entre o ensino primário e a formação de professores.

Parte deste argumento se encontra fundamentado nas preposições apresentadas pela própria comissão. Segundo Bretas, Alvim e Andrade, em Minas Gerais a falta de uma formação do professorado que tivesse condizente com os métodos modernos de ensino que visasse a constituição da dupla dimensão do homem, isto é, formação moral e intelectual, causava uma desorganização do ensino, em que cada professor ensinava seus alunos ao seu próprio modo.

Assim, seria mister que os candidatos ao magistério primário, seja por meio de uma Escola Normal ou de uma aula normal, ativos ou em formação, estivessem condizentes com as propostas pedagógicas do século, defendendo a adoção do método simultâneo[79], ao invés do misto[80], mútuo[81] ou individual[82].

---

[79] De acordo com Silva e Perez (2014), o método simultâneo foi idealizado por São João Batista de La Salle (1651-1718) e visava atender um contingente grande alunos de maneira separada, porém, divididos em grupos de acordo com o grau de conhecimento.

[80] Para Chartier e Hébrard (2001), o método misto caracterizava-se por combinar característica do método mútuo com intervenções diretas do professor em atividades simultâneas. Ainda de acordo com a autora, esse método alinhava-se o ensino individual às vantagens do método lancasteriano.

[81] Segundo Neves (2003), o método mútuo ou lancasteriano ou munitorial foi idealização por Joseph Lancaster (1778-1838). Este método desenvolveu-se no início do século XIX e chegou no Brasil por meio da Lei de 15 de outubro de 1827. Ele ampara-se no ensino oral, repetição e memorização além da utilização de monitores, escolhidos pelos professores, para auxiliar no ensino dos "menos adiantados". Para a aplicabilidade do método era necessários um amplo espaço, um professor e os monitores.

[82] Conforme Bastos (1997), o método individual consiste ensinar em ler, escrever e contar separadamente cada aluno, um após o outro. O professor divide seu tempo no atendimento aos alunos. Neste, é possível que se utilize meios coercivos para garantir o silencio e o trabalho em sala de aula.

> O methodo que se encontra geralmente nas escholas d'esta Provincia, é o o methodo individual, mixto com o mutuo. [...] Mas o methodo individual torna-se impraticavel, desde que o mestre tem de dirigir-se á uma classe um pouco numerosa. Então é indispensavel recorrer ao simultaneo que conserva algumas vantagens do individual sendo applicavel às escolas mais frequentadas. Quanto ao ensino mutuo, acha-se elle hoje proscripto por toda parte, mesmo na Inglaterra, onde teve sua origem. Que se adopte pois nas nossas escholas o methodo simultaneo, que tem produzido os melhores resultados, e é hoje aconselhado por todos os homens entendidos de pedagogia (RELATÓRIO PROVINCIAL, ANEXO 08, 05 nov. 1865, p. 24).

Neste sentido, compreende-se que a solução apontada pela comissão e acatada pelo Presidente de Província era que se organizasse "[...] um compendio para as escholas primarias, contendo um methodo mais racional para o ensino de leitura e escripta , e onde se ache toda a materia da instrução primaria" (RELATÓRIO PROVINCIAL, ANEXO 08, 05 nov. 1865, p. 24), devendo esse material ser prático e objetivo, visando o fácil entendimento dos professores que já se encontravam no exercício do magistério, além de ser difundido por meio das Escolas Normais.

A preocupação em racionalizar o ensino primário meio da formação de professores e adoção de métodos modernos para a educação aponta para os contornos específicos da escola durante o século XIX. Boto (2011, p. 48) afirma que a racionalidade escolar se refere ao próprio processo civilizador, atribuindo-a uma forma específica de civilizar. Segundo a autora, "[...] estratégias escolares de instrução, formação e civilização instituem maneiras de preparar a infância e a adolescência para habilidades e saberes que lhes serão, por suposto, requeridos na vida adulta".

Nessa perspectiva, dos apontamentos feitos por Bretas, Alvim e Andrade, entende-se que há um desdobramento importante: atribui a responsabilidade do governo provincial em designar uma autoridade pública para dar instruções aos professores que já estavam no exercício do magistério, objetivando a uniformização do ensino. Essa premissa, portanto, desemboca no quarto item da lista de Cerqueira Leite, em que deveria partir do governo a inspeção do ensino público no que tange a habilitação do professorado, exigindo as competências necessárias para desempenho da função.

Diante disso, entende-se que a falta de fiscalização do ensino, na qual se refere o sexto item da lista do relatório de 1865 também causava preocupação por parte da comissão e para o Presidente da Província, uma vez que de acordo com Carvalho (2001) a inspeção escolar tem função específica dentro da lógica de reprodução de modelos baseado em uma concepção da pedagogia prática, sendo capaz de dar visibilidade as práticas pedagógicas uniformizadas.

Em Minas Gerais nos anos de 1860, segundo Caldeira (2008), a inspeção das aulas era regida pela Lei nº. 435, de 19 de outubro de 1848. Esse dispositivo legal criou os cargos de diretor-geral e vice-diretor da instrução pública:

> Os ocupantes desses cargos tinham como atribuição inspecionar aulas e estabelecimentos de instrução pública, estabelecer normas para a melhoria do ensino, além de elaborar relatórios detalhados sobre a situação do ensino, que eram apresentados ao presidente de província que, por sua vez, os enviava ao ministério dos Negócios do Império (CALDEIRA, 2008, p. 03).

Porém, apesar da criação desses cargos, os argumentos apresentados por Bretas, Alvim e Andrade ao Desembargador Cerqueira Leite, apontam que embora a administração e direção da instrução pública dessem norteamento para o desenvolvimento do ensino mineiro, a falta de inspetores devidamente comprometidos com a função era responsável por causar certa instabilidade para o ensino público. Em consequência, era possível verificar o mal desempenho do professor bem como a "[...] deficiencia e inexatidão de dados estatitiscos relativos á instrucção [...]" (RELATÓRIO PROVINCIAL, ANEXO 08, 05 nov. 1865, p. 26). Para a comissão, somente "[...] a boa inspecção que faz o bom professor, e sem ella inutilisar-se-hião não so a administração, como a direcção do ensino" (idem).

Isobe (2013) adverte que a inspeção sistemática sobre a instrução pública mineira só ocorreria no início do século XX, sob a égide da Reforma João Pinheiro em 1906. Desse modo, infere-se que neste quadro a falta da fiscalização e inspeção do ensino mineiro eram insuficientes, sendo ineficaz para o ensino primário e a formação de professores, constatando-se que

> [...] a instrucção publica na Provincia corre á revelia, cada um professor ensina o que quer, e como quer, não existe uniformidade de ensino, nem criterio na escolha dos methodos, em quanto que a secção de instrucção occupa-se exclusivamente em escrever officios e portarias, e informar sobre a justiça ou injustiça das pretenções dos professores. Não queremos com estas observações accusar a secção de instrucção; ella faz o que fazem todas as secções de todas secretarias do mundo, mas isto é occupar-se simplesmente com a administração, por assim dizer, material do ensino, é esquecer os verdadeiros e melhores interesses, interesses moraes da instrucção (RELATÓRIO PROVINCIAL, ANEXO 08, 05 nov. 1865, p. 26).

Com efeito, recordando as argumentações de Teixeira Motta em relatório de 1862 e Crispiniano Soares no documento de 1863, verifica-se novamente a menção sobre o problema da instrução pública mineira, cuja a comissão considera ainda que seus "defeitos" estariam atrelados ao professorado. Assim como os outros dois representantes provinciais, Cerqueira

Leite e a comissão revelam, nas entrelinhas do documento, que a instrução primária estaria à mercê do desempenho dos professores.

Ora, se a escola e o professor serviam para o mesmo fim, ser um bom ou um mal professor continuava a influenciar o êxito ou fiasco do ensino primário e consequentemente no desenvolvimento da instrução pública mineira. Retoma-se aqui a premissa de que a *"escola é o mestre"*, expressão que indica a situação das escolas mineiras oitocentista.

Desse modo, estando em maior ou menor grau a questão da formação dos professores associada ao ensino primário, considera-se que as propostas de Cerqueira Leite para a instrução pública mineira dá continuidade à compreensão de que a falta de professores adequadamente formados por meio das Escolas Normais tornara-se um problema para a instrução primária, em particular, pois dependia diretamente do desempenho destes para o ensino e formação do homem como também para a constituição da sociedade moderna.

Diante disso, pondera-se que a figura central no ensino mineiro durante o século XIX não era o aluno, mas sim o professor, sendo esse responsável pela instrução primária de Minas Gerais, caracterizando a escola em sua vertente tradicional, cujo o ensino vincula-se a repetição de conteúdos pelos alunos, prevalecendo a transmissão do conhecimento, centrada, portanto, na formação moral e intelectual do homem (SAVIANI, 2008). Apesar disso, na Europa as pedagogias modernas já vinculavam-se a corrente escolanovista, no qual discutia-se a centralidade do processo educativo no aluno. Esse movimento chegou no Brasil por volta de 1880, sendo fortemente defendido a partir da década de vinte do século seguinte (KULUESZA, 2010).

Esses entendimentos tem continuidade e se confirmam em documento apresentado pelo Presidente de Província, Dr. José Maria Corrêa de Sá e Benevides[83], em agosto de 1869. Com

[83] De acordo com os dados compilados José Maria Corrêa de Sá e Benevides nasceu em Campo dos Goytacazes, no Rio de Janeiro em 07 de junho de 1833. Era filho de José Maria Corrêa de Sá e Benevides e Leonor Maria de Saldanha Gama. Casou-se com Emília Dabney de Avelar Brotero com quem teve cinco filhos. Segundo o *Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro* (1860, p. 114; 1861, p. 104; 1862, p. 105), Benevides ocupou o cargo de 1º oficial do Ministério dos Negócios da Justiça e Eclesiástico por três anos. Foi ainda lente substituta na Faculdade de Direito de São Paulo (ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO, 1867, p. 64), permanecendo no cargo até 1876. Em maio 1869, foi nomeado a Presidente de Província de Minas Gerais, ficando por um ano. Em junho de 1870, assumiu a presidência Província do Rio de Janeiro, perdurando por cinco meses. Assumiu a cadeira de Direito natural, público universal, analise da constituição do Império em 1878 na Faculdade de Direito de São Paulo. O jornal *O Fluminense* de 14 de abril de 1901, noticiando a morte de Benevides, descreveu-o como um "conservador incorruptivel, honesto até a ferocidade" (O FLUMINENSE, 14 abr. 1901, p. 01). Seu falecimento ocorreu quatro dias antes, em 10 de abril.

base em relatório circunstanciado, correspondendo ao anexo cinco desta fonte, redigido pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Firmino Antônio de Souza[84], Benevides afirma que

> Não é satisfactorio o estado da instrucção publica na provincia ; sua organisação não comprehende a extensão dos estudos precisos á população e seu pessoal não tem as habilitações que devia ter [...] E' incontestavel a necessidade da creação da escola normal, sem o que não se poderá ter bons professores. E' mister porém que seja organizada de modo que não incorra nos defeitos das escolas existentes, porque então seria augmentar o máo estado da instrucção publica (RELATÓRIO PROVINCIAL, 29 ago. 1869, p. 38).

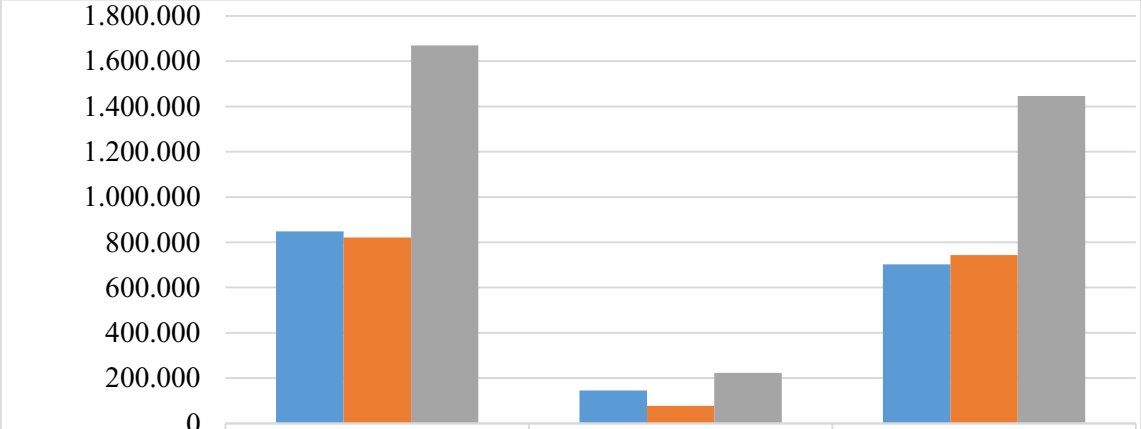
No trecho acima, Benevides deu continuidade a retórica de que havia a necessidade da institucionalização da formação de professores por meio da criação das Escolas Normais, já que os sujeitos que se encontravam no exercício do magistério não desempenhavam o papel no qual foram designados na instrução primária e, essa última, continuava prejudicada, sem que se pudesse constatar nenhuma modificação.

Se comparado aos relatórios anteriores, a posição de Benevides pode ser considerada um pouco mais comedida quando se refere as transformações que deveriam ocorrer nesse ramo do serviço público. Segundo ele, não seria somente por meio de mais uma reforma legislativa que remodelar-se-ia a situação da instrução pública de Minas Gerais; essa também dependeria que desenvolvesse o espírito público, o estado geral da população e que houvesse ainda a disseminação das ideias de civilização pelas diversas camadas sociais (RELATÓRIO PROVINCIAL, 29 ago. 1869, p. 38).

Esse discurso de mostra distante da realidade mineira. De acordo com Ferreira e Carvalho (2018), as taxas de analfabetos de pessoas com cinco anos ou mais no Brasil, em 1872, correspondiam a 82,3%. Já em Minas Gerais, os números são um pouco mais elevados se contrastado com a porcentagem da média nacional:

[84] Não foi possível localizar dados consistentes de Firmino Antônio de Souza.

Gráfico 02 – Taxa populacional de Minas Gerais segundo o grau de instrução, século XIX



	População	Sabem ler e escrever	Analfabetos
Homens	847.592	145.297	702.295
Mulheres	821.684	78.271	743.413
Total	1.669.276	223.568	1.445.708

Fonte: Recenciamento do Império do Brazil, 1872.

Neste período, a vasta extensão territorial de Minas Gerais, correspondente a 349.368 m² (ATLAS DO IMPÉRIO DO BRAZIL, 1868, p. 39), marcado por uma paisagem naturalmente montanhosa e de difícil acesso bem como a existência de um contingente grande de população rural, podem ser entendidos como uma das entraves para a organização da instrução pública mineira no século XIX, o que não foi levado em conta por Benevides em seu relatório. Os dados apresentados através do Gráfico 02 demonstram que as taxadas de analfabetismo passavam em 74% as pessoas que sabiam ler e escrever, superando, portanto, a média nacional que era de 82,3%, ficando assim na casa dos 87%.

Chama mais atenção ainda os dados referentes a homens e mulheres que sabem ler e escrever, expressando uma diferença de 30% do primeiro para o segundo, respectivamente. Essa diferença numérica se inverte na medida que atenta-se para os dados de analfabetos: enquanto as mulheres correspondem a 743.413, os homens ficam entre os 702.295 analfabetos. Uma diferença pequena, de apenas 3% da população.

Além disso, o contraste entre homens que sabem ler e escrever e os homens analfabetos correspondem a 66% ao passo que essa mesma diferença entre as mulheres chega na casa dos 73%. Tais informações permite afirmar que as taxas de analfabetismo em Minas Gerais no século XIX eram muito elevadas e a falta de uma organização da instrução pública corroborava para que fossem expressados por meio dos relatórios provinciais publicados.

Na verdade, há de se considerar ainda que, à essa altura, a Escola Normal de Ouro Preto, a única instituição de ensino normal que existiu até o início da década de 1850, se encontrava fechada há dezessete anos e a formação de professores não havia retomado sua forma institucionalizada, permanecendo uma formação na prática. Essa constatação tem como sustentáculo os argumentos apresentados por meio dos relatórios provinciais e, em alguns casos, seus respectivos anexos.

Com efeito, retomando o anexo apresentado por Firmino Antônio de Souza, Diretor Geral da Instrução Pública durante a presidência de Benevides em 1869, a continuidade da ideia de que a escola dependia do professor ainda era os argumentos que avultavam a instrução pública de Minas Gerais. Para ele:

> A escola é o mestre: verdade que há sido repetida um sem numero de vezes. Pois bem, segundo penso, em quanto a provincia não possuir uma escola normal convenientemente montada, onde os candidatos do magistério se habilitem para o ensino por meio de uma aprendizagem consentanea com as regras da pedagogia, onde se methodise o ensino, não alcançaremos jámais bons professores, e a instrucção ficará estacionaria (RELATÓRIO PROVINCIAL, 29 ago. 1869, ANEXO 05, p. 01).

Novamente, o Diretor Geral da Instrução Pública em 1869, aponta para a máxima do discurso em defesa da institucionalização da formação de professores em Minas Gerais: *"a escola é o mestre"*, permitindo inferir que os problemas com a instrução pública ainda não estavam resolvidos.

Nesta perspectiva, constata-se a criação de uma Escola Normal em Minas Gerais, associava-se diretamente a ideia do progresso, uma vez que o Firmino Antônio de Souza considera que sem essa instituição educativa, a instrução pública mineira não iria se desenvolver, pois, em seu entendimento assim como os documentos analisados, somente através da formação adequada do professorado é que seria possível a articulação com a pedagogia e a métodos de ensino, vinculados, portanto, às "luzes da modernidade":

> O pensamento da creação dessa fonte de luzes para a juventude tem dominado a muitas capacidades, e eu sei que em épocas mais remotas foi elle iniciado nesta capital, e se então os resultados não corresponderão ás vistas de seus autores, não se segue que hoje acontecerá o mesmo, desde que previdentes e sabias disposições precedão á sua realização. Me parece, pois, de grande vantagem a creação de uma escola normal nesta capital, da qual em breve tempo poderão sahir excellentes mestres (RELATÓRIO PROVINCIAL, 29 ago. 1869, ANEXO 05, p. 01).

No trecho acima, há indícios importantes sobre a existência de uma Escola Normal em épocas anteriores na Província mineira, marcada pela descontinuidade devido os incipiência dos resultados, sendo esses divergentes aos esperados pelo governo naquele período. Embora reconheça esses problemas, Firmino Antônio de Souza, considera que essa apresentaria mais vantagens do que anteriormente foi visto, já que os dispositivos legais que a regeria poderiam vislumbrar seu sucesso.

Acredita-se, portanto, que não havia outra alternativa para a formação de professores no século XIX, senão a criação de uma Escola Normal que tinha precedentes nos países europeus, sobretudo a França (ARAÚJO, 2008b; VILLELA, 2000). Para o Diretor Geral da Instrução Pública de Minas Gerais, essa instituição educativa, faria

> [...] um importante serviço a Provincia, e verdadeiro beneficio a seus filhos, que darão agigantados passos na instrucção, tendo por guias nos seus tenros annos habeis prececeptores, que, quaes apostolos da civilisação, irão difundir por tão vasta extensão do territorio os conhecimentos que houverem bebido naquelle estabelecimento creado para tão justos fins. Quaesquer que sejão os sacrificios pecuniarios por ventura exigidos para tal deisderatum, serão elles recompensados com uzura por vantagens incalculaveis (RELATÓRIO PROVINCIAL, 29 ago. 1869, ANEXO 05, p. 01-02).

Não há como negar que documento reconhece os gastos que seriam gerados ao se criar e manter uma Escola Normal. Todavia, suas benesses seriam muito mais vantajosas do que não se ter nenhum estabelecimento de ensino destinado a formação de professores em Minas Gerais, sendo esse o primeiro motivo que fundamentou, por um grande período, o encerramento das atividades dessas escolas.

Igualmente, ao aproximar a figura do professor com a do *apóstolo* indica o caráter missionário diante das prerrogativas das ideias de civilização e progresso e, consequentemente, da modernidade. Desse modo, infere-se que, mais uma vez, a existe a possibilidade de conciliar as prerrogativas do ecletismo espiritualista difundido pela educação mineira e vinculado ao pensamento de Victor Cousin e mencionados pelos relatórios provinciais, considerando que a oposição entre religião e modernidade não correspondia a realidade de Minas Gerais oitocentista.

Sob essa ótica, considera-se ainda a ponderação feita por Souza (1998), cuja autora afirma que as transformações educacionais no final do século XIX buscou uma valorização social do professor bem como do magistério primário. Assim,

> A importância dada a educação popular nesse período propiciou a constituição de representações sobre a profissão docente nas quais o professor passou a ser responsabilizado pela formação do povo, o elemento reformador da sociedade [...] Era o professor que se poderia reformar a escola e levá-la as finalidades da educação pública. Sobre a desoladora figura do mestre-escola [...] sem vitalidade e sem ânimo, vergado pelo abandono e pela precariedade de recursos financeiros e materiais, [...] foi construída a figura enaltecida dos *apóstolos da instrução primária* (SOUZA, 1998, p. 61, grifos nossos).

Essa análise aponta para o caráter intrínseco entre a formação de professores e o desenvolvimento do ensino primário em todo o território nacional. Apesar da análise de Souza (1998) apontar para as características paulistas no final do século XIX, observa-se certa aproximação com o discurso de Firmino Antônio de Souza em seu documento anexo ao relatório mineiro de 1869.

Esse posicionamento teve ressonância ainda no relatório publicado no ano seguinte, uma vez que permanecia no cargo de Diretor Geral da Instrução Pública de Minas Gerais. Sua defesa em torno da criação das Escolas Normais ecoava, novamente, no discurso do Vice-Presidente de Província, Dr. Agostinho José Ferreira Bretas[85]:

> Chamo vossa atenção para o que expõe o dito director em relação a creação de uma escola normal, onde os aspirantes ao professorato possão adquerir os conhecimentos que lhe são necessarios e familiarisarem-se com o methodo mais facil para transmittil-os, medida que me parece de grande vantagem não só pelas considerações que faz o director, como por outras muitas que fôra ocioso accrescentar (RELATÓRIO PROVINCIAL, 01 ago. 1870, p. 07).

Ferreira Bretas advogava, pautado nos argumentos de Firmino Antônio de Souza, sobre a necessidade da existência de uma escola destinada a formação de professores, demandando um posicionamento da Assembleia Provincial em favor da criação deste estabelecimento de ensino. No anexo cinco do documento provincial de 1870, em que se encontra o relatório da instrução primária, constata-se que o Vice-Presidente da Província de 1870 assim como seu antecessor, apropriaram-se das alegações do Diretor Geral da Instrução Pública de Minas Gerais

[85] Os indícios encontrados nos jornais *Correio de Alfenas, O Conciliador, O Arauto de Minas, O Constitucional, Diário de Minas, O Caldense* e *A Província de Minas*, indicam que Agostinho José Ferreira Bretas era médico e residente na cidade de Caldas, localizada ao sul de Minas Gerais (O ARAUTO DE MINAS, 30 mar. 1884, p. 02). Casou-se com Natividade da Conceição Bretas (O DIÁRIO DE MINAS, 02 mai. 1873, p.02). Ocupou o cargo de 1º Juiz de Paz do distrito da Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio de Caldas (O CALDENSE, 10 set. 1876, p. 04). Foi candidato a deputado provincial (O CONCILIADOR, 19 dez. 1851, p. 04) e ao cargo de senador por duas vezes (1875 e 1884) (DIÁRIO DE MINAS, 01 mar. 1875, p. 03; CORREIO DE ALFENAS, 16 mar. 1884). Era membro do Partido Conservador (A PROVINCIA DE MINAS, 06 set. 1882, p. 02) e fazia parte da chapa constitucional (O CONSTITUCIONAL, 25 mai. 1878, p. 04). Foi Vice-Presidente da Província de Minas Gerais entre 25 de maio a 27 de outubro de 1870.

quanto a existência de uma Escola Normal na Capital, sendo essa "[...] á maior e mais urgente necessidade do ensino publico, que é sem duvida a acquisição de bons professores, lembro aqui a creação de uma escola normal [...]" (RELATÓRIO PROVINCIAL, ANEXO 05, 01 ago. 1870, p. 04), pois

> Em quasi todos os paizes adiantados da Europa, e até mesmo em algumas das nossas províncias encontram-se esta instituição, cuja a utilidade não pode ser seriamente contestada. E' nas escolas normaes que os aspirantes ao professorato vão adquirir o conhecimento das materias que devem ensinar e familiarisarem-se com o methodo mais facil de transmiti-los, o que é indispensavel a quem se proponha exercer o magistério [...] A escola normal, além de formar discípulos que serão depois aproveitados para os cargos do magisterio, veria remover todos aquelles inconvenientes que embaração e difficultão o provimento das cadeiras publicas [...] (RELATÓRIO PROVINCIAL, ANEXO 05, 01 ago. 1870, p. 04-05)

Tal qual o relatório anterior, o argumento de Firmino Antônio de Souza fundamentava-se mediante a comparação entre os países da Europa que possuíam estabelecimento de ensino destinado a formação do professorado. Diante disso, o Diretor da Instrução Pública de Minas Gerais, aduz em favor do retorno das Escolas Normais no cenário educacional mineiro neste período.

Desse modo, verifica-se que entre os anos de 1862 a 1870 o discurso sobre a formação de professores modificou-se substancialmente, ocorrendo uma intensificação a partir de 1863, no qual a defesa sobre a existência de uma Escola Normal se tornou elemento essencial no projeto de sociedade moderna em Minas Gerais. Isso porque, conforme expõe Faria Filho e Resende (2001), a partir da segunda metade do século XIX inaugurou-se um "novo" formato para os relatórios, em que as ideias de progresso, indústria e direitos individuais sobrepunham à defesa sob a liberdade e a legalidade no contexto brasileiro após 1822.

Apesar disso, Teixeira Motta, em seu relatório de 1862, não considerou que havia necessidade de uma instituição educativa dedicada exclusivamente a formação do professorado já que essas, em tempos anteriores, não foram bem sucedidas, sugerindo assim a criação de um outro estabelecimento de ensino que oferecesse o curso de humanidades. Todavia, seus quatro sucessores – Crispiniano Soares, Cerqueira Leite, Benevides e Ferreira Bretas – comungavam que só por meio dessas instituições educativas é que se formariam adequadamente o candidato ao magistério primário.

Considera-se, portanto, que a máxima *a escola é o mestre* representa-se por meio da necessidade de se instalar instituições educativas destinadas a formação de professores,

devendo o governo provincial, visando o progresso da sociedade, ser responsável por criar e manter as Escolas Normais.

Independente disso, porém, salienta-se que a formação de professores tinha lugar de destaque em todos os documentos provinciais quando o assunto era a instrução pública a partir da segunda metade do século XIX, estando em consonância com as demandas de uma sociedade moderna e civilizada, corroborando com a hipótese de que sem que haja um professorado adequadamente formado não se haveria progresso no que se refere a instrução primária. Logo, a Escola Normal, foi a instituição escolhida para que se abarcasse uma mudança social, pautada nos preceitos da modernidade, no progresso e na civilização.

As mudanças significativas no cenário educacional mineiro aconteceriam a partir de 1871, quando verifica-se a criação de nove Escolas Normais em um período de dezessete anos. Foi nesse quadro que alinha-se a criação da Escola Normal de Diamantina, em 1878, sendo esta resultado das concepções liberais da época que encontravam terreno em políticos ligados as famílias tradicionais da cidade. Tal característica também aponta para o caráter contraditório da modernidade à mineira, conforme constatou Wirth (1982).

Esse movimento não diz respeito exclusivamente a Minas Gerais, pois, segundo Villela (2000, p. 15), a década de 1870 foi testemunha de uma revalorização das Escolas Normais, sendo o retorno dessas instituições educativas no cenário brasileiro resultado da mudança de postura, associado ao "[...] enfraquecimento das bases de poder dos conservadores e da própria monarquia e o consequente avanço da 'montante liberal', o movimento abolicionista e a necessidade da substituição do trabalho escravo na lavoura [...]", o que perpasse a mudança do discurso dos relatórios provinciais a partir da segunda metade do século XIX.

Assim, se os agentes diretores em Diamantina buscavam consolidar e legitimar a cidade como a Capital do Norte, estando cada vez mais alinhado com as concepções modernas que percorriam o Brasil durante o século XIX, nada mais justo do que a criação de um estabelecimento de ensino que a partir da década de 1870 foi conclamado como essenciais para o melhoramento da instrução pública de Minas Gerais, devendo este preparar os professores condizentes com o progresso social e moral da população.

3.2 O cenário educacional mineiro nos anos de 1870 e a gênese das Escolas Normais

Assim como em outras Províncias brasileiras, até a década de 1870, a trajetória das Escolas Normais em Minas Gerais foi marcada por certa fragilidade e descontinuidade. As tensões que estavam sob o fundo deste quadro circunscreviam a falta de pessoal habilitado que atuava nas escolas primários, os baixos salários, falta de fiscalização de ensino, entre outros. Contudo, o ressurgimento desses estabelecimentos de ensino que pode ser datado dos últimos trinta anos do século XIX e esteve atrelado a valorização da formação de pessoas adequadamente preparadas para a constituição do homem, e consequentemente, da sociedade moderna, pautada nos preceitos consolidados na Europa nessa época, sob a égide do crescimento do movimento da Escola Nova naquela região.

A reorganização dessas escolas, de acordo com Villela (2000), estaria relacionada à constituição de um modelo profissionalizante, na tentativa de distanciar daquele molde artesanal do professorado, atribuindo-o caráter de funcionários do Estado. Assim,

> A criação das escolas normais marcou uma nova etapa no processo de institucionalização da profissão, balizado por um duplo movimento: de um lado, o controle estatal se faz mais restrito; de outro, os docentes, de posse de um conhecimento especializado, melhoravam o seu status sócio-profissional. As escolas normais, no século XIX, substituem definitivamente o "velho" mestre-escola pelo "novo" professor do ensino primário (VILELLA, 2000, p. 101).

Neste movimento, entre as décadas de 1870 a 1880, considera-se que a constituição destes estabelecimentos de ensino cresceram substancialmente em todo território nacional, conforme apresentou o levantamento feito por Tanuri (2000) e apresentado anteriormente (Tabela 02). A existência dessas instituições educativas buscava atender as transformações econômicas, sociais e culturais que estavam em curso nesse período e associadas à necessidade da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, aceleração do crescimento urbano e aumento da prestação de serviços.

Nessa lógica, essas mudanças estavam tinham como pano de fundo o pensamento liberal que alastrava-se nas camadas políticas brasileiras, sobretudo no período que vai do final do século XIX e início do XX, tendo papel fundamental na mudança do eixo econômico e comercial do país. Logo, o liberalismo funcionou como alicerce para se galgar argumentos destinado a uma aproximação com as ideias de modernidade, pressupondo uma mudança na estrutura social. Subjaz desta questão a disputa entre liberais e conservadores, marcados por tensões e conciliações até o fim do período imperial.

Todavia, considera-se que as questões levantadas pelo liberalismo no Brasil não alcançaram os mesmos patamares da Europa, isso porque, segundo Schawrz (1992), o país viveu apenas sobre a égide de um modelo liberal, sendo essa uma "ideologia fora do lugar". Tal como este trabalho observou-se a constituição da modernidade à brasileira durante o século XIX, Costa (1999) afirma que o movimento liberal foi tomado pela elite política brasileira apenas como uma referência a realidade, ou seja, os principais defensores eram homens que exerciam algum tipo de influência econômica e buscavam na política o alargamento e garantia de seus interesses; muito desses indivíduos eram grandes proprietários de terras e possuidores de um enorme contingente de escravos.

Desse modo, ainda no período colonial, essa mesma elite, dita liberal, buscava manter as estruturas sociais e econômicas, libertando-se, entretanto, do domínio de Portugal; como resultado da separação, previam a obtenção de direito de livre comércio. Assim, ao conquistar a independência, em 1822, esses homens tinham como objetivo diminuir o poder central com vistas a ampliação do poder legislativo.

No que se refere a educação, as ideias liberais nos primeiros anos do Império tangiam em favor de um sistema livre do controle religioso além de uma legislação favorável à quebra de monopólio de terra bem como a descentralização das províncias e dos municípios, propostas que seriam contestadas pelo grupo conservador. Entretanto, essas preposições não foram levadas a cabo, já que havia certo receio do avanço dessas ideias.

No caso de Diamantina após a segunda metade do século XIX, constata-se a presença de duas famílias importantes politicamente para a região e que flertavam com algumas ideias do liberalismo. De um lado, os Matta Machado, de outro, os Felício dos Santos. Não seguindo o padrão de outros lugares do Império antes da independência, ambas as famílias possuíam riquezas que não eram oriundas de terras, mas sim da produção de gemas, do controle do comércio local, de investimento em indústrias e, também, era grandes possuidores de escravos. Essas caraterísticas, portanto, favoreciam suas projeções para o cenário político imperial e as interpenetrações em vários setores que tangiam a vida social do município, constituindo clãs-políticos-familiares de representatividade no norte mineiro.

Diante disso, caracteriza-se a postura das elites políticas brasileiras, incluindo a da cidade de Diamantina, frente ao liberalismo e a modernidade europeia por meio da contradição, em que os discursos propagados não encontravam meios para serem realizados. Logo, permanecia na tradição brasileira uma cultura arraigadamente marcada pelas relações de

clientelismo e extremamente paternalista, em que o "[...] liberal pôde, então, significar conservador da liberdade" (BOSI, 1996, p. 200) e não o indivíduo que buscará romper com a ordem societária vigente.

Para Faoro (1987), esse comportamento fica evidente após a abdicação de Dom Pedro I, pois apesar de ter representado significativo triunfo das propostas liberais em contraposição ao absolutismo monárquico, constata-se que esse êxito foi relativo, uma vez que o discurso liberal se afastou de suas práticas, pela própria necessidade de se conter os avanços dos rumos do liberalismo no Brasil, tornando esse um arremedo liberal.

Assim, embora considere-se que a vertente liberal brasileira se descreveu por meio de uma postura conservadora, não se perdeu de vista que um dos requisitos para o ingresso do país na modernidade seria o investimento na educação e na instrução do povo, conforme discutiu a elite dirigente de Diamantina a partir da década de 1860, justificando o ideário moderno por meio de suas ligações com o progresso, moral e técnico.

Dessa maneira, considera-se que as propostas em torno do o desenvolvimento da sociedade estavam incutidos os preceitos de "progresso" e de "civilização" bem como a moral, mesmo que religiosa. O quadro constituído nas últimas quatro décadas do século XIX foi um aumento significativo da demanda de instrução por parte da população, sendo essa a consequência das mudanças econômicas do país e a necessidade de alinhá-lo a organização do velho mundo. Apesar disso, verifica-se que ao atravessarmos para o século XX, sob o regime republicano, as taxas de analfabetismo continuavam a alarmar as autoridades governamentais, alcançando mais de 80% da população brasileira (FERREIRA; CARVALHO, 2018).

De acordo com Carvalho (2003, p. 45), o analfabetismo durante os primeiros anos da República foi considerado a marca da inaptidão para o progresso no contexto brasileiro. Logo, a necessidade de instruir e educar a população reverberariam não apenas na criação das escolas primárias para atender as necessidades do contexto educacional do país, mas também, no surgimento de instituições educativas que preocupassem com a educação daqueles que iriam dar fôrma ao homem.

As Escolas Normais, portanto, estariam alinhas ao discurso de um projeto social de educação do homem, fundamentada na valorização do professorado na missão de uma formação da sociedade moderna, sendo escolhida como para a constituição de saberes específicos do magistério primário.

Em Minas Gerais, a constatação da fragilidade da instrução primária durante os anos de 1860 associada à falta de pessoal adequadamente preparado para formar o homem, de acordo com as necessidades do Estado, fez com que vários governantes buscassem demonstrar a Assembleia Legislativa Provincial a importância de se constituir estabelecimentos de ensino que se dedicassem a formação do professor primário, tendo em vista não apenas o "progresso" da instrução primária, mas também, de toda instrução pública da Província.

Ao longo de nove anos (1862-1871), perpetuava-se a defesa da criação das Escolas Normais em Minas Gerais, sendo essa uma das mais urgentes necessidades da Província:

> A creação de escolas normaes é de urgente necessidade: os professores se formão por despachos, nem se habilitão por ligeiros exames em logares remotos [...] Eu não comprehendo como se pretenda ter bons professores, sem dar-lhes escolas normaes, em que previamente estudem com perfeição as materias que tem de ensinar. O mesquinho fructo que se tem colhido de tantos esforços e despezas, é devido principalmente á esta grande falta que notei, logo que assumi a administração (RELATÓRIO PROVINCIAL, 02 mar. 1871, p. 33).

O texto escrito pelo Presidente da Província mineira, Antônio Luiz Affonso de Carvalho[86], reiterava a necessidade da existência de um estabelecimento de ensino dedicado a formação de professores em Minas Gerais, que neste período já completava quase duas décadas da supressão da Escola Normal de Ouro Preto.

Conforme argumenta Moreira (2019), Affonso de Carvalho deu continuidade à tradição discursiva iniciada por Teixeira da Motta, em relatório de 1862. Isso porque o em documento apresentado a Assembleia Legislativa em 1871, o presidente provincial buscou apontar as dificuldades de Minas Gerais para estabelecimento um sistema de instrução racional e eficiente,

[86] Os dados coletados junto aos documentos disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira e ao CRL indicam que Antônio Luiz Affonso de Carvalho foi um Juiz de Direito que exerceu a magistratura na Bahia a partir da segunda metade do século XIX (ALMANACH DA REVISTA DO EXERCITO BRASILEIRO,1883, p. 29), tornando-se um expoente político neste período. Nasceu em 05 de março de 1828 em Salvador e faleceu em 25 de janeiro de 1892 no Rio de Janeiro. Candidatou-se a deputado em 1849 (O SÉCULO, 15 dez. 1849, p. 01). Foi deputado provincial pela Província baiana entre os anos de 1854 a 1855 (ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA BAHIA, 1854, p. 71) e também em 1858 (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 17 abr. 1858, p. 01). Ocupou o cargo de Presidência da Província do Paraná em 1869, apresentando Relatório Provincial em 15 de fevereiro de 1870 (RELATÓRIO PROVINCIAL, 15 fev. 1870, p. 02). Em 1871, foi nomeado à administração da Província de Minas Gerais, tomando posse em outubro do mesmo ano (DIARIO DE NOTICIAS, 05 out. 1870, p. 01). Foi nomeado a desembargador da Bahia (A VANGUARDA, 20 dez. 1885, p. 03); além disso ocupou um cargo de auditor de guerra pela mesma Província (A NAÇÃO, 16 set. 1875, p. 29). Durante a República, foi Ministro interino da Instrução Pública na presidência do Marechal Deodoro da Fonseca (GAZETA DE NOTICIAS, 26 mar. 1916, p.03) e, sob o governo de Floriano Peixoto, ocupou a pasta do Ministério da Justiça (A NOITE, 11 jan. 1926, p. 01).

sendo este um dos assuntos que mereciam maior atenção por parte da administração da Província, uma vez que o "progresso" do país dependia da instrução e educação do povo.

> A instrucção pública é para o povo, é o alimento de sua intelligencia: elle deve contribuir especialmente quanto puder [...] Os dous grandes capitulos no orçamento da civilisação não devem ser apenas apresentados no livro de gastos oficiais, de modo que se possa dizer, figurarem apenas para que não nos taxem inteiramente de amanhecer para a cultura intellectual e para civilisação economica deste século. A educação nacional e as vias de comunicação devem ter uma dotação conveniente, lembrando-nos que se referem ás duas condições que tornão fertil o trabalho – a intelligencia e o transporte. Sem instrucção, sem estradas, não ha povo civilisado (RELATÓRIO PROVINCIAL, 02 mar. 1871, p. 40).

Nota-se que a ideia apontada pelo relatório está associada, novamente, a concepção síntese da modernidade, isto é, o progresso. O futuro do país e, sobretudo, de Minas Gerais, dependeria da educação e instrução do povo, pois "[...] semear a instrucção sempre e em toda parte é dispor de uma grande colheita da civilisação e destruir muitos males que, ás vezes, a melhor execução das leis não pode prevenir [...]" (RELATÓRIO PROVINCIAL, 02 mar. 1871, p. 40). Tais prerrogativas indicavam para a necessidade da formação do homem moderno que dependeria também da existência de uma Escola Normal para a formação dos professores primários.

Logo, infere-se que o texto produzido por Affonso de Carvalho continuava a associar a falta de uma Escola Normal aos baixos resultados da instrução pública de Minas Gerais nesse período. Porém, o que havia de diferente entre Affonso de Carvalho e os outros cinco ex-administradores da região mineira era sua experiência frente a Província do Paraná no ano anterior a sua chegada a Minas.

De acordo com as pesquisas de Miguel (2008), Affonso de Carvalho foi responsável pela criação da Escola Normal de Curitiba, criada pela Lei nº. 238 de 19 de abril de 1870, que foi originária depois de uma longa discussão sobre a instrução pública na Província paraense. Tal qual Minas Gerais, a autora assinala que os problemas referentes a instrução e a educação do Paraná foram temas de diversos relatórios provinciais apresentados a Assembleia Legislativa durante os anos de 1860.

Segundo Miguel (2008), os debates em torno da constituição da Escola Normal paraense também foram marcados pela necessidade de formar adequadamente os professores primários bem como pela falta de recursos financeiros para criação e manutenção dessas instituições educativas. Para ela, essas características não foram uma particularidade dessa Província, mas

sim um fato recorente no cenário educacional brasileiro neste período, podendo ser contatado também no caso de Minas Gerais:

> O aspirante a professor deve formar-se por si, estudando e patenteando a sua vocação e aptidão, praticando e methodos de que tem de servir-se, e adquirindo, quanto possivel, os habitos especiaes da espinhosa carreira que escolheo. Não há muita razão em attribuir o mal da instrucção antes a incapacidade e desleixo dos professores, do que á falta absoluta de um bom methodo de ensino. Ambas as causas actuam e são bem funestas (RELATÓRIO PROVINCIAL, 02 mar. 1871, p. 33).

Diante do trecho acima, depreende-se que a formação de professores ia além da aquisição de conhecimentos ou hábitos, pois era necessário ainda o professor primário aprendesse métodos modernos de ensino para que pudesse formar o homem, sendo essas as causas para a lamentável situação da instrução pública mineira neste período.

Associados a criação das Escolas Normais e a formação de professores, Affonso de Carvalho, em defesa do "progresso" da instrução pública de Minas Gerais, advogava sobre a necessidade de aumentar os vencimentos dos professores bem como inspeção da instrução pública assim como fizeram Cerqueira Leite, Benevides e Bretas. Segundo o Presidente de Província de 1871, não se podia esperar que os professores formados seguissem a carreira do magistério primário, já que era pouco retribuída financeiramente e, provavelmente, seriam convidados a ocupar cargos mais vantajosos (RELATÓRIO PROVINCIAL, 02 mar. 1871, p. 33).

Os argumentos apresentados por Affonso de Carvalho à Assembleia Provincial de Minas, segundo Moreira (2019), estavam inseridos em uma das crises da instrução pública de Minas Gerais, uma vez que desde de janeiro de 1871, o órgão máximo da instrução da Província – a Diretoria Geral da Instrução Pública – havia sido suprimida pela Lei nº. 1.741, colocando os assuntos referentes ao ensino à cargo da Secretaria de Governo.

Para o autor, essa particularidade refletiu na própria escrita do documento, cuja a tentativa foi reverter a situação causada por aquele dispositivo legal. Logo, a estratégia de Affonso de Carvalho foi

> [...] fazer uso da palavra e da retórica e discorrer longamente sobre a importância de se cultivar na província de Minas Gerais o valor civilizatório difundido nos lugares mais avançados do Império. Em outros termos, tratava-se mesmo de convencer os deputados e as galerias da Assembleia de que a instrução era um signo da civilização (MOREIRA, 2019, p. 63).

Embora as argumentações de Affonso de Carvalho tenham sido pautadas também em sua experiência frente a Província do Paraná, considera-se que seu discurso muito se assemelhou aos apresentados durante os anos de 1860 em Minas Gerais, em que o "progresso" foi almejado para a constituição da sociedade moderna. Por isso, em consonância com Villela (2008), argumenta-se que a década de 1870, no Brasil, houve um ressurgimento das instituições educativas dedicadas a formação de professores.

Neste sentido, um pouco mais de um mês depois da apresentação do relatório de Affonso de Carvalho a Assembleia Legislativa mineira, verifica-se que o governo provincial reestabeleceu a Escola Normal de Ouro Preto e ainda criou a Escola Normal de Campanha, por meio da Lei nº. 1.769, de 04 de abril de 1871. Do mesmo modo, através da mesma lei, instituiu a obrigatoriedade do ensino primário, ratificando, mais uma vez, a relação entre a constituição do professorado e o funcionamento da instrução primária.

Assim, localizou-se junto ao jornal *Noticiador de Minas*, de 01 de abril de 1871, que a publicação desse dispositivo legal foi resultado da décima segunda sessão extraordinária da Assembleia Provincial mineira ocorrida em 17 de março de 1871, em que se apresentou o Projeto de Lei nº 22, prevendo no artigo primeiro, parágrafo segundo, autorizar o governo de Minas Gerais

> [...] A' crear uma escola normal, na qual ensinarão em um curso de tres annos as materias necessarias para habilitação dos aspirantes ao professorato da instrucção primaria, havendo cadeiras especiais somente para as cadeiras que não forem leccionadas no lyceu (NOTICIADOR DE MINAS, 01 abr. 1871).

Ao que indica, a proposta era que a Escola Normal de Ouro Preto funcionasse junto ao Liceu da Capital, aproveitando-se das lentes que iram lecionar neste último estabelecimento. A existência dessas duas escolas em um só prédio foi defendida por Affonso de Carvalho por ocasião de seu relatório em 1871, uma vez que para ele:

> Crear escolas normaes é pois uma necessidade, e podemos ter mais de uma, annexando-as aos lyceus, cujos lentes podem ensinar aos alumnos mestres arithmetica, systema métrico, desenho, história, geographia, grammatica philosophica da lingua portugueza e mais algumas materias para que justifiquem habilitações, chamando-se para as outras os lentes necessarios. Por este modo reúnem-se em só edificil, livrando-se a despesa dos alugueis, aproveitão-se os lentes do lyceu, poupando-se maiores ordenados, e facilita-se a todos os que se quiserem dedicar ao professorado, a este sacerdocio tão sublime, a obtenção da sua carta de habilitação (RELATÓRIO PROVINCIAL, 02 mar. 1871, p. 40).

O texto de Affonso de Carvalho buscava solucionar duas outras tensões existentes na instrução pública mineira: de um lado, a falta de professorado adequadamente formado, de outro, a necessidade de se instituir o ensino secundário que visasse aos estudos superiores. Sua proposta, portanto, tinha objetivo de equalizar recursos da Província com esse ramo do serviço público, já que não desconsiderava que as despesas com essas instituições educativas, sobretudo a Escola Normal, poderiam gerar altos custos a Minas Gerais.

Desse modo, tem-se indícios, por meio do Relatório Provincial de 1872, redigido pelo segundo vice-presidente, Dr. Francisco Leite Costa Belem[87], que funcionavam "[...] regularmente o lyceu mineiro d'esta capital, creado pelo regulamento n. 63, bem como a escola normal" (RELATÓRIO PROVINCIAL, 17 mai. 1872, p. 07), nos quais estavam matriculados, no primeiro ano, 123 e 14 alunos, respectivamente.

Entretanto, essas informações diziam respeito apenas as instituições educativas criadas em Ouro Preto. A Escola Normal de Campanha, prevista pela Lei nº. 1.769, de 14 de abril de 1871, ainda não havia sido constituída, seguindo a tradição quanto à implantação das Escolas Normais mineiras em que suas criações não foram acompanhadas seguidamente pelas instalações. Logo, a instituição educativa campanhense só iria ser efetivada 07 de janeiro de 1873. De acordo com Lage (2013), a escola de Campanha prestou significativos serviços a instrução pública no sul de Minas Gerais desde seu estabelecimento, superando muitas vezes em números totais os alunos matriculados na Escola Normal da Capital.

Assim, verifica-se que o retorno dessas instituições educativas no cenário educacional de Minas Gerais na década de 1870 não foi um caso particular, estando ao mesmo tempo relacionado aos acontecimentos de nível macro, pois algumas Províncias já tinham (re)instituído o modelo de Escola Normal, ou seja, se não haviam sido criadas recentemente, pelo menos tinham sido reestabelecidas. Tal como é caso da Escola Normal ouro-pretana e niteroiense (VILLELA, 2000; 2008; JARDILINO; PEDRUZZI, 2016).

Por meio do jornal *O Mineiro*, de 22 de março de 1874, constata-se uma postura por parte da sociedade na qual se reafirmava o papel precursor de Minas Gerais sob a formação de

[87] Segundo os dados biográficos junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Francisco Leite Costa Belem, nasceu em 29 de setembro de 1828 em Penedo, no Estado do Alagoas. Foi conselheiro e desembargador. Estudou no Convento de São Bento, em Olinda, onde bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais. Em 1863, entrou para a magistratura, como juiz de direito, na comarca de Rio Pardo. No ano de 1882, foi nomeado desembargador da Relação de Belém, permanecendo na função durante três anos. Entre os anos de 1886 a 1891, foi presidente do Tribunal da Relação de Ouro Preto. De acordo com os Relatórios Provinciais publicados pela CRL, Costa Belem esteve à frente da segunda vice-presidência da Província de Minas Gerais por três vezes (1872, 1873 e 1874). Faleceu em 1902.

professores, evidenciando que em outros tempos a Província já tivera um estabelecimento de ensino deste nível:

> Ultimamente porem voltou-se ao que já se tinha feito em 35; foram creadas escolas normaes e é obrigatório o ensino primario. Esta restauração tardia servio apenas para fazer crer que Minas segue o exemplo que lhe deram suas irmãs, quando a verdade é que primeira d'entre todas deu ella esse grande passo na senda do progresso, fazendo-o acompanhar de uma outra instituição, tambem indispensavel para formar o bom professor e que ainda não existia, nem mesmo na capital do imperio onde só muito recentemente foi creada pela iniciativa popular – a escola normal (O MINEIRO, 22 mar. 1874, p. 01).

Constata-se que a restauração da Escola Normal em Minas Gerais se articulava, novamente, com a ideia de progresso, corroborando para argumentação desta tese de que a modernidade mineira se adequou a realidade da região, demonstrando a estreita relação entre as categorias: *educação* e *progresso*, cujo a primeira é condição *sine qua non* para a segunda.

À vista disso, através dos Relatórios de Presidentes de Província de 1871 a 1888 bem como os Relatórios da Secretaria do Interior de 1894, constata-se que as Escolas Normais, nos últimos anos do século XIX, haviam se disseminado pelo território de Minas Gerais. Ora, se não haviam sido instaladas ainda, pelo menos tinham sido criadas nos mais diferentes lugares de Minas Gerais.

Igualmente, acredita-se que a criação das Escolas Normais ouro-pretana e campanhense funcionou para que outras comarcas da Província almejassem para que suas localidades houvessem também a instalação desse mesmo tipo de estabelecimento de ensino, representando não apenas a conquista de oferta para educar a mocidade, mas também a introdução do município naquilo que tinha como "moderno" naquele período.

Tabela 03 – Criação das Escolas Normais de Minas Gerais, 1871 a 1888

INSTITUIÇÃO	CRIAÇÃO	INSTALAÇÃO
Escola Normal de Ouro Preto	Lei nº. 1.769 de 04 de abril de 1871	18 de abril de 1872
Escola Normal de Campanha	Lei nº. 1.769 de 04 de abril de 1871	07 de janeiro de 1873
Escola Normal de Diamantina	Lei nº. 2.476 de 09 de novembro de 1878	07 de fevereiro de 1879
Escola Normal de Montes Claros	Reg. nº. 84 de 21 de fevereiro de 1879	01 de fevereiro de 1880
Escola Normal de Paracatu	Regulamento nº. 84 de 21 de fevereiro de 1879	01 de junho de 1880
Escola Normal de Uberaba	Lei nº. 2.783 de 22 de setembro de 1880	15 de julho de 1882
Escola Normal de Sabará	Lei nº. 2.794 de 03 de outubro de 1881	02 de outubro de 1882
Escola Normal de Juiz de Fora	Lei nº. 2.815 de 22 de outubro de 1887	15 de fevereiro de 1888
Escola Normal de São João D'El Rei	Lei nº. 3.116 de 06 de outubro de 1888	12 de novembro de 1893

Fonte: Relatórios de Presidente de Província – 1871 a 1888; Relatório da Secretaria do Interior de Minas Gerais, 1894.

Diante da Tabela 03, certifica-se a criação de mais sete Escolas Normais em Minas Gerais no último quartel do século XIX. Somando as outras duas criadas em 1871, totalizam a existência de nove estabelecimentos de ensino dedicados a formação de professores primários que estenderam seu funcionamento até 1905. A multiplicidades dessas escolas, permite inferir que essas instituições educativas ganharam espaço no que tange a educação da mocidade nas cidades nas quais estavam instaladas, constituindo como espaços importantes para a escolarização em suas regiões.

Igualmente, tem-se como hipótese de que a escolha da cidade na qual seria instalada uma Escola Normal não ocorria de forma desajustada ao contexto de Minas Gerais neste período, sendo reflexo dos interesses e jogos políticos da época, como foi observado em Diamantina por ocasião dos debates em torno da instrução e educação no município.

Logo, considera-se que a Escola Normal de Diamantina tem sua criação assentada no argumento de que o município constituiu-se como Capital do Norte, após 1864 – ano que marca a instalação do bispado, devendo a cidade ser dotada de órgãos públicos e particulares capazes de desenvolver a vida econômica e cultural, acreditando-se que, a partir daí, ter-se-ia a construção do elemento fundamental para as relações com a modernidade: a educação e a instrução pública para o povo.

Nesta perspectiva, na medida em que o projeto de Escola Normal se fundava em Diamantina, a partir de 1879, essa corroborava com o papel de consolidação do município como condutor da modernidade, do "progresso" e da "civilização" do Norte de Minas Gerais:

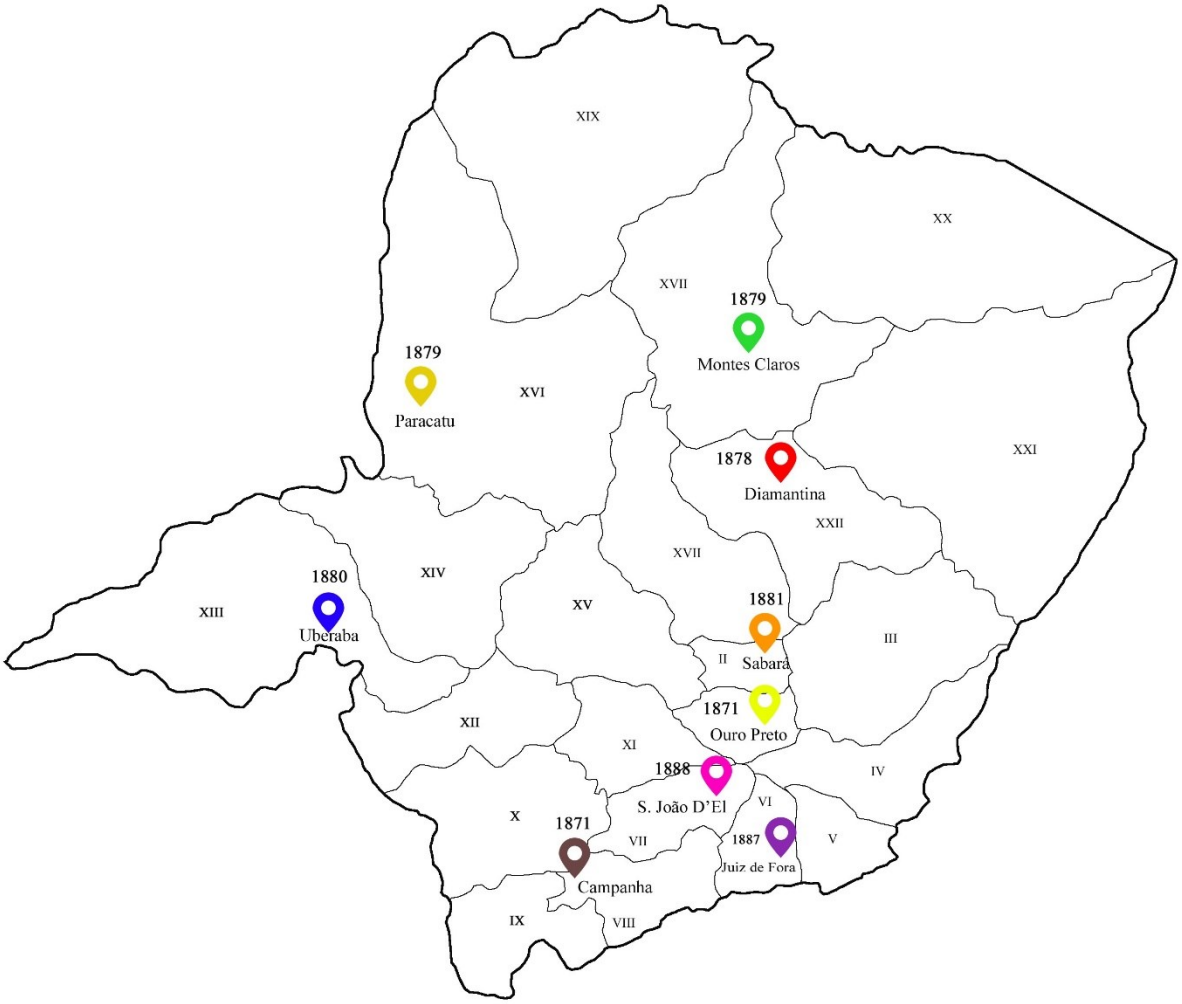
> Séde de varios e importantes estabelecimentos de educação, possuindo um seminario, que conta para mais de cem alumnos, um collegio de orphãs, que abriga, educa e instrue quasi duzentas meninas, um externato de ensino secundario e uma escola normal, a Diamantina é hoje um centro de instrucção no norte de Minas. Tão largamente dotada, esta cidade tem sabido brilhantemente desempenhar a importante missão que lhe foi confiada pelos poderes geraes e provinciaes, procurando elevar estes estabelecimentos ao nivel que lhes compete (A ACTUALIDADE, 28 jan. 1881, p. 05).

A matéria veiculada no jornal *A Actualidade* confirma o importante papel da cidade de Diamantina para o norte de Minas Gerais. Assim, compreende-se que neste município, já no final da segunda metade do século XIX, existia, mesmo que de forma rudimentar, uma organização da instrução e educação, por meio da coexistência de escolas públicas e privadas, que estavam sob a guarda do Estado e da Igreja Católica.

Essa prerrogativa corrobora, portanto, para a defesa de Martins (2013), no qual atribui a ambas como instâncias educacionais em Minas Gerais nos primeiros anos da República, permitindo, em 1905, o intercambiamento entre ambos os setores no que se refere a educação, o que ocasionou o fechamento das Escolas Normais (ARAÚJO, 2006).

Por intermédio da experiência diamantinense e pressupondo que há uma relação entre a criação das Escolas Normais e as cidades escolhidas para sediá-las, constituiu-se um mapa demonstrando que cada uma dessas instituições educativas fundadas, entre os anos de 1871 a 1888, mais do que corroborar para a instrução e educação da população de cada região de Minas Gerais, essas faziam parte de um projeto de modernidade para a Província no último quartel do século XIX, que vislumbrava o "progresso" e a "civilização", sendo os municípios designados para abriga-las expoentes econômicos e políticos de suas comarcas:

Figura 07 – Localização das Escolas Normais de Minas Gerais criadas entre 1871 a 1888



Fonte: Construído pela autora a partir do Atlas do Imperio do Brazil, 1868, p. 63.

De acordo com a Figura 07, reproduzida a partir do Atlas do Império do Brazil, publicado em 1868 além de permitir verificar a organização administrativa de Minas Gerais por meio das comarcas[88], é possível ainda constatar que entre os anos de 1870 a 1880 houve um

[88] Comarca da Província de Minas Gerais: I – Capital (Municípios: Ouro Preto, Bomfim e Queluz); II – Sabará (Municípios: Sabará e Caethé); III – Rio Piracicava (Municípios: Mariana, Santa Barbara, Itabira e Ponte Nova); IV – Rio Muriahé (Municípios: Ubá e São Paulo do Muriahé); V – Rio Pomba (Municípios: Leopoldina, Pomba e Mar da Hespanha); VI – Rio Parahybuna (Municípios: Barbacena, Juiz de Fora e Rio Preto); VII – Rio das Mortes (Municípios: São João D'El Rey, São José D'El Rey e Lavras); VIII – Baependy (Municípios: Baependy, Campanha, Ayruoca, Christina e Belle Turvo); IX – Rio Jaguary (Municípios: Burso Alegre, Jaguary e Itajubá); X – Rio Sapucay (Municípios: Caldas, Três Pontas, Alfenas, Dores da Bôa Esperança e Cabo Verde); XI – Rio Para (Municípios: Oliveira, Formiga e Tamanduá); XII – Rio Grande (Municípios: Passos, Piumhy e Joruhy); XIII – Rio Paraná (Municípios: Uberaba e Prata); XIV – Rio Paranahyba (Municípios: Bagagem, Araxá, Patrocinio, Campo Grande e Patos); XV – Rio Indayá (Municípios: Pitanguy, Pará e Dôres do Indahyá); XVI – Rio Paracatu (Município: Paracatu); XVII – Rio das Velhas (Municípios: Santa Luzia e Curvello); XVIII – Rio Gequitahy (Municípios: Montes Claros de Formiga e Guacuhy); XIX – Rio São Francisco (Municípios: Januaria e São Romão); XX – Rio Pardo (Municípios - Grão Mogol e Rio Pardo); XXI – Rio Jequitinhonha (Municípios: Minas Novas, Arassuahy e São João Batista); XXII – Serro Frio (Serro, Conceição e Diamantina).

aumento significativo da quantidade de Escolas Normais na Província de Minas Gerais. Considera-se que essas instituições estavam estrategicamente localizadas, como é o caso da Diamantina, cuja a cidade se apresentava como grande expoente econômico, cultural e político para a região na qual estava inserida.

Infere-se que os interesses em torno destas escolas estavam além da formação de professores destinados ao ensino primário, pois a criação bem como a instalação dessas instituições educativas garantiam certa movimentação dentro da cidade ao mesmo tempo angariava elementos vinculados a modernidade oitocentista, sobretudo, associados a educação e a instrução que garantiriam certo nível de "progresso" e "civilidade".

Desse modo, não interessava o meio no qual se assegurava a formação do homem moderno, mas sim, o fim de todo processo educativo, compreendendo que a formação de professores bem como as Escolas Normais ocupavam um lugar de destaque quando o assunto era instrução pública:

> Os povos que curão da instrucção primaria, e actualmente são todos, não poupão despezas para construir em bases solidas as suas escolas normaes, convencidos como que, para as da infancia, não bastao magnificos edifícios, mobilias de luxo, methodos dos racionalissimos, compendios perfeitos; tudo depende dos professores, e estes só as escolas normaes podem educar; os que nascem são rarissimos (RELATÓRIO PROVINCIAL, ANEXO 04, 09 set. 1875, p. 06-07).

O trecho retirado do anexo quatro do Relatório do Presidente da Província, Dr. Pedro Vicente de Azevedo[89], correspondente ao Relatório da Instrução Pública de Minas Gerais,

[89] Conforme o jornal *O Correio Paulistano*, de 06 de julho de 1912, Pedro Vicente Azevedo nasceu dia 29 de junho de 1844, na Villa de Lorena, no interior de São Paulo. Era filho de José Vicente de Azevedo e Maria Pereira da Guia. Casou-se com Maria Amália de Azevedo, com quem teve oito filhos. Após terminar o curso de humanidades, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, formando-se em 1862, recebendo o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1866. No ano seguinte, depois da defesa de sua tese, recebeu o grau de doutor. Em 1867, foi nomeado ao cargo de Juiz Municipal e de Órfãs na comarca de São Luiz do Paratinga, permanecendo até o ano seguinte. Mudou-se para Lorena e exerceu a advocacia, sendo também nomeado a delegado de polícia. Em 1871, transferiu-se para São Paulo e foi convidado a ocupar o cargo da Fazenda Provincial. Foi Presidente da Província do Pará entre 1874 a 1875. Ao sair do cargo, assumiu a administração da Província de Minas Gerais, entre março de 1875 a fevereiro do ano seguinte. Em 1886, foi nomeado Presidente da Província de Pernambuco, permanecendo até outubro de 1887. Assumiu a administração da Província de São Paulo em 23 de janeiro de 1888, ficando até 11 de abril de 1889. Ainda no período imperial ocupou o cargo de Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, no ano de 1887. Com a proclamação da República, foi eleito vereador do município de São Paulo, onde esteve novamente à frente da Câmara Municipal, entre os anos de 1892 a 1896. Vicente de Azevedo ainda exerceu cargo de intendente de finanças e vice-prefeito do município de São Paulo. Antes de falecer, em 05 de julho de 1912, ocupava o cargo de vereador pelo terceiro distrito da capital paulista.

redigido por João Pedro Moretzsohn[90], permite constatar que a tônica do discurso permanecia vinculado a ideia de que a instrução primária dependia do desempenho dos professores e, consequentemente, estava sujeitada a existência das Escolas Normais para dar conta da formação do professorado, uma vez que a vocação para ensinar nem sempre eram inatas, necessitando de aquisição de saberes específicos.

Entretanto, o cenário estabelecido durante a década de 1870 não foi muito diferente daquele analisado anteriormente, embora já existissem duas Escolas Normais em Minas Gerais. Em Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Pública, de 1876, redigido por Leônidas Marcondes de Toledo Lessa[91], sob a administração do Presidente da Província, Francisco Bonifácio de Abreu[92], o Barão da Vila da Barra, salientava que:

> A escola normal é uma instituição digna de todos os sacrificios porque a ella está reservada a missão de crear aquillo de que mais precisa esta provincia, e, em geral, o Brasil: o verdadeiro mestre de escola; é preciso collocal-a na altura de seu fim , attrahir por meio de medidas adequadas a concurrencia e velar com incessante zelo pela idéia e por sua execução; d'isto depende o futuro da instrucção popular; só assim poderemos pregredir. Por ora apenas possuimos o germen (RELATÓRIO PROVINCIAL, ANEXO 04, 25 abr. 1876, p. 90).

[90] Segundo o jornal *A Província de Minas*, de 24 de maio de 1883, João Pedro Moretzsohn nasceu na cidade Ouro Preto, em agosto de 1845. Formou-se advogado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Ocupou o cargo de Juiz Municipal pelo termo de Piranga, de Inspetor Geral da Instrução Pública e de Procurador Fiscal da Tesouraria da Província de Minas Gerais. Concorreu e elegeu-se por várias legislaturas a Assembleia Provincial, sendo seu último mandato em 1881. A publicação da matéria sobre a trajetória de vida Moretzsohn se deu por ocasião de sua morte, ocorrida do dia 18 de maio de 1883.

[91] Conforme nota do jornal *O Pharol*, de 14 de julho de 1893, Leônidas Marcondes nasceu em Barra Mansa. Foi Juiz Municipal na cidade de São Matheus, no Espírito Santo, e ocupou o mesmo cargo na cidade de Bom Conselho, em Pernambuco, e, também, em Belém do Descalvado, na Província de São Paulo. Foi ainda promotor da comarca de sua cidade natal. Foi chefe de polícia no Paraná. Em 1876, foi nomeado a Inspetor Geral da Instrução Pública de Minas Gerais (O MONITOR DO NORTE, 02 jan. 1876, p.01). Faleceu em Barra Mansa no dia 07 de julho de 1893 (O PHAROL, 14 jul. 1893, p. 01).

[92]De acordo com o Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde do Brasil (1832-1930), Francisco Bonifácio de Abreu nasceu em Vila da Barra, na Província da Bahia, em 29 de novembro de 1819. Filho de Francisco Bonifácio e Joana Francisca da Motta. Entre os anos de 1840 a 1844, estudou na Faculdade de Medicina da Bahia. Em 1845, doutorou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1850, foi professor no Liceu Baiano. Ao transferir-se para o município da Corte, foi lente substituta de cirurgia, em 1852, e, em 1854, catedrático de química orgânica, ambos pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ocupou o cargo de médico da Imperial Câmara, em 1859, sendo acompanhante de D. Pedro II e sua comitiva em viagem ao norte do país naquele mesmo ano. Em 1873, exonerou-se da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi deputado pela Província da Bahia por sete vezes. Esteve à frente da administração das Províncias do Pará, em 1872, e Minas Gerais, entre o ano de 1875 a 1876. Durante a Guerra do Paraguai (1865-1870), serviu o Exército como cirurgião-coronel honorário. Após o fim da guerra, em 06 de setembro de 1870, recebeu o título de Barão da Villa da Barra. Segundo o jornal *Novidades*, de 30 de julho de 1887, Francisco Bonifácio de Abreu foi condecorado com o título de Grande Dignitário da Imperial Ordem da Rosa e Comendador da ordem de Cristo por. Faleceu no mesmo dia da publicação da matéria.

O trecho acima apresenta dois pontos que merecem ser destacados: por um lado, os argumentos apresentados pelo Inspetor da Instrução Pública mineira demonstra que, apesar da existência desse estabelecimento de ensino, era necessário que a administração provincial investisse na sua manutenção e na consolidação para que assim pudessem, no futuro, garantir a instrução e educação da população; por outro, verifica-se que no texto há a continuidade da retórica sobre a importância das Escolas Normais no cenário educacional de Minas Gerais, buscando justificar sua existência.

Desse modo, se comparados aos documentos anteriores, infere-se que embora haja uma mudança no eixo argumentativo, o núcleo central, isto é, a defesa sobre a necessidade da formação de professores bem como das Escolas Normais, permaneceram presentes por parte das fontes oficiais de Minas Gerais. Neste sentido, ratifica-se a ideia que a Escola Normal vislumbrava o "progresso" da sociedade, pois é dela que sairão professores adequadamente preparados para formar o homem moderno.

Com vistas a isso, o próximo tópico analisará a trajetória da Escola Normal de Diamantina para a educação e instrução da mocidade no período de sua existência, evidenciando sua interlocução com as categorias de *educação* e *progresso.*

3.3 O debate em torno da criação e a organização da Escola Normal de Diamantina a partir da instalação em 1879

Affonso de Carvalho, em 1871, baseado na experiência frente à Província Paraná (CASTANHA, 2008; MIGUEL; 2008), se empenhou também em criar uma Escola Normal e promover o ensino secundário de modo que não prejudicasse a economia de Minas Gerais, sugerindo a Assembleia Legislativa Provincial que os externatos, assim como os liceus, também abrigassem as instituições educativas incumbidas de formar o professorado mineiro, para que se pudessem aproveitar tanto a estrutura física e como a de pessoal. Embora essa proposta tenha sofrido alguns percalços no caminho[93], sua recomendação foi acolhida pela maioria dos

[93] Por meio dos Anais da Assembleia Legislativa Provincial, Ovídio João Paulo de Andrade, deputado da 22º Legislatura no ano 1878, entre as páginas 224 a 226, narra a dificuldade do Presidente de Província, Affonso de Carvalho, em conseguir aprovação do Regulamento nº. 62 para reger a Lei nº. 1.769, de 04 de abril de 1871. Apesar disso, não houve qualquer modificação significativa sobre esse dispositivo legal, vigorando, entrelinhas, o Regulamento nº. 56, de 10 de maio de 1867. Segundo ele, "[...] a organisação do ensino estabelecida no regulamento 56 não era semelhante á que foi decretada pela lei n. 1.769 [sendo] os dois systemas, o do regulamento de 56 e o da lei de 1871, erão e são incompativeis, e no entanto estes dois systemas que assembleia mandou vigurar conjunctamente" (ANAES DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL DE MINAS GERAIS, SESSÃO 01 out. 1878, 1879 p. 225).

deputados, sendo possível verificar que algum tempo depois que houve o retorno dessas instituições educativas no cenário educacional mineiro.

Desse modo, entre os anos de 1871 a 1888, constata-se a criação de nove Escolas Normais em Minas Gerais, dentre as quais se encontra a Escola Normal de Diamantina, criada por meio da Lei nº. 2.476, de 09 de novembro de 1878, e instalada em 07 de fevereiro de 1879. Entretanto, tal qual os dois primeiros estabelecimentos de ensino destinados a formação de professores, a constituição dessa escola só foi exequível naquele momento porque no município diamantinense já havia sido criado o Externado, através da Lei Provincial nº. 2.342, de 12 de julho de 1876, que funcionava em um prédio cedido pela Câmara Municipal, segundo com o que se pode comprovar por meio do Relatório Provincial de 1879 (RELATÓRIO PROVINCIAL, 20 set. 1879, 1879, p. 31).

Assim, em umas sessões da Assembleia Provincial, realizada dia 01 de outubro de 1878, o deputado, Ovídio João Paulo de Andrade – o mesmo que compôs a comissão que produziu o Relatório Geral da Instrução Pública em 1865 –, respaldado na lei nº. 1.769 de 1871, argumentava que, "[...] uma escola normal não pode subisistir sem um externato, visto como, [...] os professores das escolas normaes deverão ser os mesmos dos externatos" (ANNAES DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL DE MINAS GERAIS, SESSÃO 01 out. 1878, 1879, p. 224).

A defesa de Andrade apontava para a continuidade das propostas de Affonso de Carvalho, mas dentro de um cenário político de disputas bem acalorado. Sua fala estava inserida junto a primeira discussão sobre o Projeto nº. 134, incumbido de antever o orçamento provincial, de modo a estabelecer a receita e fixar as despesas dos anos de 1879 a 1880. No que se refere a instrução pública, a recomendação era que os gastos fossem reduzidos, o que na visão do deputado causaria prejuízos a Minas Gerais, já que para isso seria necessário suprimir um dos Externatos ou uma das Escolas Normais.

Neste sentido, os estabelecimentos de ensino que seriam atingidos por essa determinação, segundo Andrade, eram os estavam localizados na cidade Minas Novas, criados pela Lei Provincial nº. 1.895, de 19 de julho de 1872, posto que de acordo com a fala do Conselheiro João Capistrano Bandeira de Mello[94], por ocasião da instalação dos trabalhos da

[94] De acordo com o Diccionario Bibliopgrafico Portugez de 1883, João Capistrano Bandeira de Mello nasceu em 23 de outubro de 1811, na cidade de Sobral, no Ceará. Era filho dos portugueses de Jeronymo Figueira de Mello e Maria do Livramento Figueira de Mello. Ao terminar o curso de humanidades no Seminário de Olinda, matriculou-se na Academia de Ciências Sociais e Jurídicas da mesma cidade em 1829. Formou-se bacharel em 21 de outubro de 1833 e recebeu o título de doutor em 19 de junho de 1834. Permaneceu por 27 anos como lente na

segunda sessão da 21º legislatura da Província de Minas Gerais, "[...] o externato de Minas Novas, bem como a escola normal que lhe é annexa [...] não funccionão" (FALLA PROVINCIAL, 17 ago. 1877, 1877, p. 32).

Segundo o Presidente da Província, essa circunstância era decorrente da dificuldade de se achar professores habilitados em Minas Novas para ocupar as cadeiras da Escola Normal bem como do Externato; logo, em sua opinião, os resultados obtidos por esses estabelecimentos de ensino estavam bem abaixo do esperado e não era bem quisto frente aos gastos gerados para os cofres públicos.

Em consequência, conforme Andrade, seria feito corte orçamentário sob a instrução pública de Minas Gerais como em anos anteriores, pois se tratando de economias necessárias à Província se continuava a tradição de que a contenção de despesas sempre recaia sobre o ensino público (ANNAES DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL DE MINAS GERAIS, SESSÃO 01 de out. de 1878, 1879, p. 224). Sua sugestão era que ao invés de reduzir as verbas ou suprimir um dos Externatos ou uma das Escolas Normais mineiras, se transferisse a Escola Normal de Minas Novas para Diamantina.

Com efeito, considera-se que o embate político pela existência de uma Escola Normal em Diamantina não se iniciou em 1878, mas sim, teve origem dois anos antes, por ocasião da criação do Externato em 1876, sendo a instalação dessa instituição consequência do que já estava previsto em lei. Essa hipótese não subtrai a questão central desta tese, na qual corrobora para o entendimento de que a modernidade também perpassou pelas Escolas Normais, sendo essa instituição educativa uma das prerrogativas para o "progresso" da sociedade mineira, sobretudo a diamantinense.

Isso porque se supõe que da mesma maneira que a Escola Normal, o Externato de Diamantina tinha o papel na consolidação do município como Capital do Norte, já que seu funcionamento conseguia reunir argumentos em favor da instalação de uma instituição educativa dedicada a formação de professores, na qual pudesse ao mesmo tempo aproveitar as mesmas lentes e economizar recursos financeiros da Província bem como contribuía para educação e instrução da mocidade do norte mineiro.

Academia de Ciências Sociais e Jurídicas de Olinda. Em 1861, jubilou-se da instituição. No mesmo ano foi nomeado membro efetivo do Conselho Naval. Foi deputado pela Província do Ceará por 38 vezes pelo Partido Conservador. Foi nomeado Presidente das Províncias de Alagoas (1849-1849), da Paraíba (1853-1854) e de Minas Gerais (1877-1878). Foi ainda vereador pela Câmara Municipal de Olinda em 1837. Faleceu em 30 de maio de 1881.

Por meio do jornal *A Idéa Nova*, publicado em 31 de maio de 1880, verifica-se a importância desses estabelecimentos de ensino para a cidade de Diamantina e, sobretudo, para o norte de Minas Gerais:

> Bella inspiração actuou sobre o governo, creando nesta cidade o Externato e Escola normal, que, por sua mesma natureza, tem de influir consideravelmente nos destinos da instrucção publica, senão de toda a provincia, ao menos de uma de suas partes mais importantes. O Norte da provincia, que outr'ora podia considerar o cofre de suas riquezas, hoje tomou a peito um encargo mais elevado, de maior alcance, o de ser uma das fontes da instrucção. Entre todas as vicissitudes, porque se possa passar um povo; entre as calamidades que lhe possam sobrevir; só conserva-se inalteravel o nivel intelectual de sua educação, que é tambem a base das suas garantias [...] Há muito que esta parte da provincia reclamava auxilio do governo, para fazer progredir muita intelligencia que, avida de instrucção, não dispunha de recursos para recebel-a em outros pontos do Imperio. O Externato, pois, franqueado as suas portas a todos os que querem preparar-se para os estudos superiores, é um poderoso elemento para o progresso intellectual da provincia de Minas, que póde com razão ufanar de ter prendado o paiz com brilhantes talentos. A Escola normal tem por sua vez um alcance, senão maior, indubitavelmente igual ao de outros estabelecimentos de instrucção. De facto é ali que preparam-se aquelles que tem que dirigir o povo em seus primeiros passos na vida moral, intellectual e mesmo physica (A IDÉA NOVA, 31 maio 1880, p. 02).

Em vista disso, percebe-se que o argumento sobre a necessidade de instruir o povo do norte de mineiro está imbricado com a ideia de que Diamantina se constituía como a Capital do Norte, sendo o resultado da instalação de ambas as escolas parte do projeto de modernidade que colocava a instrução pública como pressuposto para o progresso. Desse modo, contata-se o seguinte argumento apresentado pelo mesmo jornal que ratifica essa afirmação:

> Temos a necessidade de homens sabios e illustrados, mas essa necessidade torna-se mais sensivel quanto aos homens moralisados, que saibam os rudimentos da sciencia, da educação, da economia e da hygiene; porque a illustração está ao alcance de alguns, as a instrucção primaria deve estender-se a todos sem excepção [...] Portanto, elevar o nivel da instrucção, que é desideratum dos povos cultos; erguer o povo da apathia pela acção do estudo; eis um uma pequena synopse os beneficios resultados de estabelecimentos da natureza d'estes, que temos succitamente analysado (A IDEIA NOVA, 31 maio 1880, p. 02).

Como se pode observar, havia uma distinção entre o ensino secundário e o ensino normal, considerando que o primeiro trataria de formar "homens ilustrados" e o segundo os "homens moralizados", que tivesse noção de alguns elementos modernos, como a ciência; o que não diminui e nem deve causar comparativos, sobre a importância do Externato e da Escola Normal para a cidade de Diamantina e a necessidade de consolidar o município como a Capital

do Norte de Minas Gerais, reafirmando a ideia de que para o progresso da sociedade era mister a educação.

Por meio dessa argumentação, é importante salientar que apesar desse trabalho não discordar com Martins (2014) que a criação da Escola Normal de Diamantina tenha sido resultado da atividade parlamentar do Conselheiro da Matta Machado em 1878, vinculado ao Partido Liberal, a origem do Externato se difere na medida em que se observa as minúcias que envolveram o debate em torno de sua criação. Segundo destacou Andrade, na mesma sessão de 1878, não havia como negar que o Partido Conservador em Minas Gerais havia promovido melhoramentos no ensino público. Ele afirmava:

> [...] Não farei a esse partido a injustiça de dizer que elle nada fez em beneficio da instrucção publica, ao contrario, reconheço que promoveu alguns melhoramentos neste ramo do serviço publico, e prestou grandes serviço creando as escolas normaes que existem na provincia (ANNAES DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL DE MINAS GERAIS, SESSÃO 01 out. 1878, 1879, p. 224).

O trecho acima fornece indícios de que a criação do estabelecimento de ensino secundário se deu de modo diferente da Escola Normal em Diamantina segundo com o foi indicado por Martins (2014), uma vez que a administração da Província de Minas Gerais naquele período se encontrava sob a administração do Partido Conservador. Diante disso, acredita-se que entender de que modo se originou o Externato se torna relevante na medida em que se tem como objetivo compreender a trajetória histórica-institucional da Escola Normal, uma vez que a lei que regia essas instituições educativas naquele período impunha certas determinações para garantir a existência de ambas.

Com vistas aos debates de 1876 junto aos Anais Assembleia Legislativa Provincial, no primeiro ano da 21º Legislatura, em sessão de 13 de junho, verifica-se que Capitão João Baptista Pinto[95] foi o deputado que defendeu a criação de um Externato na cidade de Diamantina. Diferente do que se possa imaginar, esse parlamentar não foi eleito pelo norte de Minas Gerais, mas, mesmo assim, utilizou em seu discurso as estratégias políticas dos deputados daquela região. Como caracterizou Freitas (2011), a argumentação do Baptista Pinto foi dotada de eloquentes elogios à cidade diamantinense afim de que garantisse a aprovação de sua proposta.

[95] Não foi possível localizar detalhes da vida pessoal e política do Capitão João Baptista Pinto. As informações localizadas se limitam àquelas apresentadas no texto.

Os dados localizados sobre ele apontam que era natural do município de Cristina, localizado ao sul de Minas Gerais, próximo a Campanha. Sua filiação partidária pode ser comprovada por meio dos jornais *Diário de Minas*, de 29 de dezembro de 1873, por ocasião de sua apresentação para candidato a deputado provincial pelo 03º distrito (DIARIO DE MINAS, 29 dez. 1873, p. 04); e o *Baypendiano*, de 16 de novembro de 1879, cujo o jornal noticiava a chapa conservadora da "Secretaria do Gremio da União Conservadora na Provincia de Minas-Gerais-Ouro Preto" (BAYPENDIANO, 16 nov. 1879, p. 04).

Não se tem indícios, porém, sobre a intenção e o interesse de Baptista Pinto na criação do Externato em Diamantina, mas há vestígios de que esse conseguiu apoio de outro deputado durante sua fala, o Roberto Alves Ferreira Tayoba Júnior[96], eleito pelo 6º distrito eleitoral[97] de Minas Gerais. Esse parlamentar interviu na exposição de outro quando argumentava desfavoravelmente sobre a criação do Externato em Diamantina como ver-se-á adiante.

Antes de dar continuidade ao processo de criação do Externato diamantinense, verifica-se que a exposição de Baptista Pinto estava fundamentada no Projeto nº. 144, apresentado a Assembleia Provincial em 30 de maio de 1876 (ANNAES DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL, SESSÃO 30 maio 1876, 1877, p. 286-287), que após segunda leitura foi aprovado. No parágrafo 5º do referido projeto estava previsto que haveria "[...] na sede de cada districto um externato, em que se lecionem todos os preparatorios necessarios para a matricula dos cursos superiores e uma escola normal em que se habilitem os candidatos ao magisterio publico" (ANNAES DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL, SESSÃO 30 maio 1876, 1877, p. 286).

Assim, a confirmação da utilização das estratégias políticas pelos deputados do norte (FREITAS, 2011) pode ser verificada quando Baptista Pinto exaltou o município de Diamantina como a Capital do Norte de Minas Gerais, explicitando sobre as necessidades de instituir elementos considerados modernos naquele período, de modo que pudessem garantir o "progresso" da região, sendo a instrução pública parte integrante do projeto de modernidade mineira:

---

[96] Não localizou-se detalhes sobre a vida de Roberto Alves Ferreira Tayoba Júnior. Os dados encontrados apontaram que em 1875, ele foi candidato a deputado provincial pelo 6º distrito de Minas Gerais (O MONITOR DO NORTE, 28 nov. 1875, p. 04). Em 1884, pediu permissão para explorar ouro no distrito de Gouveia, pertencente ao município de Diamantina (O LIBERAL, 12 out. 1884, p. 04). Além disso, em 1886, segundo Borges (2013), Tayoba Júnior e Quintiliano Alves Ferreira, o Barão de São Roberto, fundaram a Fábrica de Tecidos São Roberto no mesmo distrito.

[97] Segundo Vieira (1978, p. 98), os distritos eleitorais de Minas Gerais eram divididos da seguinte maneira: 1º Distrito – Ouro Preto, 2º Distrito – Sabará, 3º Distrito – Barbacena, 4º Distrito – São João D'El Rei, 5º Distrito – Campanha, 6º Distrito – Serro e 7º Distrito – Montes Claros.

> No 1º d'estes projectos trato de crear um externato na importante cidade da Diamantina. V. Ex. sabe que não menos de 5 cidades da provincia, além da capital, gosao dos benefícios de semelhantes estabelecimentos, e não sei o motivo porque a da Diamantina esteja d'elles privadas, quando é certo que aquella é uma das cidades mais importantes da provincia (ANNAES DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL, SESSÃO DE 13 jun. 1876, 1877, p. 424).

Como pode observar, o deputado lembra seus colegas que Diamantina era uma das cidades mais importantes de Minas Gerais, demarcando sua primazia frente a região norte. Esse argumento foi prontamente refutado pelo deputado Benedicto Cordeiro de Campos Valladares[98]. Na opinião deste último, a cidade já tinha "[...] um bom seminario" (idem), logo, não havia necessidade de se criar outro estabelecimento de ensino.

Todavia, Campos Valladares foi contestado em seguida pelo deputado Tayoba Júnior, já que, segundo sua alegação, o Seminário Episcopal diamantinense não era uma instituição provincial (idem). Após essas partes, Baptista Pinto continuava:

> Não ha duvida, e de mais este seminario, apezar de muito bem dirigido, não satisfaz completamente, porque não recebe meninos externos nem meio-pensionistas [...] Recebe unicamente alumnos internos, mas em numero tão diminuto são recebidos ali pobres que pode-se afirmar, sem receio de contestação, que só a classe mais favorecida da sociedade aproveita aquelle estabelecimento, isto é, os ricos [...] portanto não preenche as nossas vistas que é disseminar a instrucção também pelas classes pobres (ANNAES DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL, SESSÃO DE 13 jun. 1876, 1877, p. 424).

Diante do trecho acima, constata-se que havia reconhecimento, por parte do poder público mineiro, sobre a educação promovida pela Igreja Católica em Diamantina. Apesar disso, esse mesmo fragmento do texto ratifica a ideia de que o acesso a instrução e educação nesse período estavam limitados aos filhos de famílias com maior poder aquisitivo, sendo a

[98] Benedicto Cordeiro de Campos Valladares era formado em direito e exerceu advocacia no Rio de Janeiro (O PHAROL, 28 nov. 1900, p. 02). Além de advogado era jornalista e lente da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro (O PHAROL, 09 jun. 1915, p. 01), sendo também um de seus fundadores (O PHAROL, 22 jun. 1922, p. 02). Segundo o Almanak Laemmert (1893, p. 1476; 1895, p. 1445; 1904, p. 852), Campos Valladares foi professor da 2º Cadeira de direito civil e da 3º cadeira do segundo ano da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro e ainda ocupou o cargo de tesoureiro na mesma instituição. Foi Promotor Público e Curador-Geral de Órfãos no município de Paraíba do Sul (ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO, 1879, p. 229). De acordo com o Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (1881, p. 81), foi ainda deputado geral por Minas Gerais pela 17º Legislatura e ainda ocupou o cargo de deputado provincial mineiro na 21º Legislatura (ANNAES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL, 1876). Durante a República, foi novamente candidato a deputado por Minas Gerais (GAZETA DE NOTICIAS, 23 jun. 1892, p. 03). Em 1899, foi nomeado a Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal (GAZETA DE NOTICAS, 14 jan. 1899, p. 01) e presidiu o Conselho Superior de Instrução (ALMANAK LAEMMERT, 1900, p. 256). Ao que as fontes indicam, seu falecimento aconteceu no ano de 1929, quando foi feito um necrológico pelo deputado Pedro Carlos, na Câmara de Deputados do Rio de Janeiro (O PAIZ, 17 out. 1929, p. 02).

subvenção da Província insuficiente frente a necessidade de instruir a parcela mais pobre da população do norte de Minas Gerais. Assim, segundo o deputado

> [...], havendo ja cinco cidades, S. João, Campanha, Minas Novas, Paracatú e Ouro Preto, que gosão d'este beneficio na provincia, proponho que igual estabelecimento de crêe na importante cidade da Diamantina, que dispõe de muitos elementos de engrandecimento, e para a qual foi a natureza tão prodiga, não só recamando o seu solo de jazidas de pedras preciosas, como fadado a seus naturaes com brilhante intelligencia (ANNAES DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL, SESSÃO DE 13 jun. 1876, 1877, p. 424).

Verifica-se que a proposta da criação de um Externato em Diamantina foi acompanhado da defesa sobre a produção de minério bem como os registros dos viajantes que passaram pela região diamantífera e deram ênfase ao nível intelectual da população, sendo esses aspectos que contribuíram para dar destaque a cidade desde os tempos coloniais, conforme atestaram os estudos de Martins (2008; 2014), Goodwin Jr. (2007) Gonçalves (2012), Pestana (2001), Vasconcellos (1959), entre outros.

Igualmente, essas características foram sublinhadas por outro deputado provincial que participava da mesma sessão, Innocencio Augusto de Campos[99], dizendo que "[...] Diamantina é o emporio do norte" (idem). Em consonância com as análises de Alcântara (2015), observa-se que a nomenclatura utilizada por ele para representar o que era o município diamantinense para a Província de Minas Gerais no último quartel do século XIX estava vinculado a necessidade de firmar a cidade como centro civilizador e progressista do norte mineiro, já que a ideia da palavra *empório* remete a um centro dinâmico que consegue abarcar diversos tipos de serviços associados aos elementos da modernidade oitocentista.

Assim, para o Capitão Baptista Pinto, estando Diamantina a 54 léguas da Capital (um pouco mais de 250 km), ficava oneroso para as famílias menos abastadas enviar e manter seus filhos fora de casa para receber instrução. Na sua opinião, "[...] a capital do norte de Minas

[99] De acordo com as informações do jornal *O Bom Senso* (18 fev. 1856, p. 04), Innocencio Augusto de Campos foi aprovado no terceiro ano de latim em 14 de dezembro de 1855, pelo professor público de latim da cidade de Minas Novas, José Bento Nogueira Júnior. Se tem indícios ainda de que Campos era professor de latim e francês na cidade de Diamantina (DIÁRIO DE MINAS, 31 jul. 1866, p. 02), onde lecionou por dez anos. Em 1862, foi parabenizado por sua assiduidade e dedicação a cadeira de que ocupava (O JEQUITINHONHA, 06 dez. 1862, p. 04). Em 1867, solicitou ao poder público mineiro o cargo de professor vitalício (DIÁRIO DE MINAS, 26 nov. 1867, p. 02). Seu pedido só foi atendido em 1874 (DIÁRIO DE MINAS, 07 dez. 1874, p. 03). Dois anos depois, assumiu o cargo de deputado provincial na Assembleia Provincial de Minas Gerais (MONITOR DO NORTE, 16 abr. 1876, p. 01). Entre os anos de 1885 e 1886, foi nomeado ao cargo de suplente como Inspetor Municipal da Instrução Pública na cidade do Serro (A PROVÍNCIA DE MINAS, 29 out. 1885, p. 02; 15 abr. 1886, p. 01). Campos faleceu em abril 1887 (A PROVÍNCIA DE MINAS, 03 abr. 1887, p. 02).

[deveria] gosar d'esse beneficio que já tem outras cidades" (ANNAES DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL, SESSÃO DE 13 jun. 1876, 1877, p. 424).

Após sua exposição, o deputado provincial teve seu Projeto nº. 249 aprovado pela Assembleia Legislativa e publicado em lei em 12 de julho do mesmo ano pelo Presidente de Província, Barão da Villa da Barra. Como se pode constatar, a movimentação parlamentar em 1876 pendia favoravelmente para a criação do Externato. Se comparado ao cenário político sobre a criação da Escola Normal em Diamantina, este aconteceu em um contexto completamente diverso, não sendo resultado de uma lei exclusiva, mas sim associado as discussões orçamentárias da Província.

Independente disso, acredita-se que a existência do Externato na cidade diamantinense também angariou argumentos em favor da proposta de Andrade em transferir a Escola Normal de Minas Novas para Diamantina na sessão de outubro de 1878, devendo essa última instituição educativa ser anexada a esse estabelecimento de ensino secundário, que foi instalado em 09 de junho de 1878 (A ACTUALIDADE, , p. 01). Logo, se percebe que nesta mesma sessão houve indicativos sobre uma possível aprovação dessa mudança, em que o deputado Candido Luiz Maria de Oliveira[100] sinalizou sobre a possibilidade da assembleia ser favorável a criação da Escola Normal de Diamantina por meio uma emenda (ANNAES DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL, 01 out. 1878, 1879, p. 224).

Isso aconteceu um pouco mais de um mês depois, em sessão de 03 de novembro de 1878, quando em terceira discussão sobre as alterações ao Projeto nº. 134 houve a outorga da emenda número 1, apresentada pelo Conselheiro da Matta Machado, na qual determinava que "[...] em lugar de eschola normal de Minas Novas, diga-se Diamantina" (ANNAES DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL, SESSÃO 03 nov. 1878, 1879, p. 453).

[100] Segundo o Diccionario Bibliographico Brasileiro (1893, p. 34), Candido Luiz Maria de Oliveira nasceu em 06 de julho de 1845, na cidade de Ouro Preto. Era filho do tenente-coronel Candido Theodoro de Oliveira. De acordo com os dados do Senado Brasileiro, Candido Oliveira fez o curso secundário no Liceu Mineiro e após terminar o curso, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Ao formar-se foi nomeado Promotor Público na Capital. Ocupou o cargo de Procurador Fiscal da Tesouraria da Fazenda e de Juiz Municipal de Curvelo (DICCIONARIO BIBLIOGRAPHICO BRASILEIRO, 1893, p. 34). Casou-se por duas vezes e teve doze filhos (A RAZÃO, 24 ago. 1919, p. 05). Abandonou a magistratura para entrar na carreira política em 1878, sendo reeleito até 1887, quando conquistou o cargo de Senador Vitalício. Fez parte do último Gabinete da Monarquia, sendo deposto por ocasião da República. Com o fim do Império, exilou-se na Europa até a suspensão (DICCIONARIO BIBLIOGRAPHICO BRASILEIRO, 1893, p. 34). Conforme o jornal *A Noite*, de 24 de agosto de 1919, Candido Oliveira ao retornar para o Brasil, se afastou da política e se dedicou a carreira de professor e advogado. Faleceu em 23 de agosto de 1919 (A RAZÃO, 24 de ago. 1919, p. 05; A NOITE, 24 ago. 1919, p. 04).

Por meio do artigo segundo, parágrafo terceiro, item cinco da Lei nº. 2.476, de 09 de novembro de 1878, se pode confirmar essa deliberação:

> Art. 2º Durante esse exercicio fica o Presidente da Provincia autorisado a despender a quantia de 2,631:006$400, em que é fixada a despeza provincial, distribuida pelos serviços seguintes:
> [...]
> § 3º Instrucção Publica:
> [...]
> 5. Externatos de S. João de El-Rey, Sabará, Campanha e Diamantina e as escolas normaes da capital, Campanha e Diamantina (LEI Nº. 2.476, 09 nov. 1878).

Ao tempo da publicação deste dispositivo legal, constata-se que não apenas a Escola Normal de Minas Novas foi suprimida das letras da lei, mas também o Externato da mesma cidade. Do mesmo modo, os únicos municípios que tinham a existência de ambas as instituições educativas, além da Capital, eram Campanha e Diamantina, o que permite observar as controversas presentes na execução da lei e das propostas do início dos anos de 1870.

Diante dos documentos analisados, pode-se afirmar que a Escola Normal de Diamantina foi resultado da atividade parlamentar do Conselheiro João da Matta Machado, responsável pela transferência da instituição educativa de ensino normal localizada em Minas Novas para o município diamantinense, sem esquecer, entretanto, das ações dos deputados Ovídio João Paulo de Andrade e Baptista Pinto. Contudo, por não ter sido possível localizar os documentos da Câmara Municipal diamantinense nesse mesmo período, não há como compreender quais foram os acordos políticos feitos para viabilização da lei, embora suponha-se que o fato do Externato funcionar em um prédio pertencente ao poder municipal tenha de alguma maneira colaborado para a criação e funcionamento da Escola Normal.

Essa hipótese pode ser evidenciada quando se compara o intervalo de criação e instalação das Escolas Normais em Minas Gerais, conforme se mostrou na Tabela 03. Enquanto a instituição educativa diamantinense destinada a formação de professores foi estabelecida por volta de quatro meses após sua criação, em fevereiro de 1879, a média das outras escolas de ensino normal ficaram em torno de um a dois anos para efetivação de suas atividades.

À exemplo disso, Santos (2019), ao analisar a trajetória histórico-institucional da Escola Normal de Uberaba, aponta que apesar de ter sido criada em 1880, por meio da Lei nº. 2.783, de 22 de setembro, essa escola só foi instalada 15 de julho de 1882. Segundo autora, isso aconteceu porque havia uma indefinição sobre o edifício que deveria funcionar a instituição educativa associada a falta de recursos financeiros de Minas Gerais naquele período, ocorrendo

diversas mudanças de localização e despejos, resultado da falta de pagamento dos alugueis por parte do governo mineiro.

Esse cenário não se repetiu em Diamantina como se mostrou anteriormente, uma vez que considera-se que havia interesse comum por parte das elites dirigentes em promover a cidade como a Capital do Norte de Minas Gerais e para isso seria necessário instaurar e manter elementos que dessem a conotação "progressista" para o município, dentre esses a Escola Normal para a formação do professorado do norte mineiro, permitindo conjecturar que havia um acordo entre os poderes da cidade para que viabilizaram sua existência.

Em paralelo as análises sobre as Escolas Normais durante o século XIX é importante assinalar que a trajetória dos Externatos em Minas Gerais também foi semelhante neste mesmo período, por mais que se entenda que essas instituições não tinham a mesma finalidade. De acordo com as pesquisas de Neves (2006), entre os anos de 1862 a 1867 os Presidentes de Província lamentavam profundamente o fechamento do Liceu Mineiro, ocorrido no ano de 1861, por meio da Lei Provincial nº. 1.064, de 04 de outubro, e buscavam alternativas para a suprir a falta de um estabelecimento de ensino secundário na região das Minas.

Em acordo com o que se analisou anteriormente sobre a problemática do no ensino normal e da formação do professorado mineiro a partir de 1852, com o fechamento da Escola Normal de Ouro Preto, depreende-se que os anos de 1860 ficaram marcados por uma crise na instrução pública de Minas Gerais, assinalado pela falta de investimento financeiro e a inexistência de uma organização. Apesar disso, em conformidade com o cenário macro da educação brasileira, a década de 1870 testemunhou uma mudança significativa no que se refere a esse ramo do serviço público, no qual se percebe o retorno das Escolas Normais bem como a promoção do ensino secundário por meio do Liceu e dos Externatos.

Contudo, para a viabilização das atividades do estabelecimentos de ensino que existiam em Diamantina e os demais da Província verifica-se que a proposta de Affonso de Carvalho bem como as sugestões e projetos apresentados e aprovados pelos deputados Capitão Baptista Pinto, Andrade e Conselheiro da Matta Machado foram tomados como norteadores para o funcionamento dessas escolas.

Desse modo, até o final do Império, limitando-se ao período de criação dos estabelecimentos de ensino públicos de ensino em Diamantina, constata-se que foram instituídas o Regulamento nº. 84, de 21 de março de 1879, resultado da Lei Provincial nº. 2.476, de 09 de novembro de 1878, e o Regulamento nº. 100, de 19 de junho de 1883, autorizado pela

Lei Provincial nº. 3.117, de 17 de outubro de 1883, sendo responsáveis por estruturar e organizar a instrução pública mineira, abarcando desde a sua administração até o ensino superior da Província. No que se refere a formação de professores e o ensino secundário, segundo as legislações, permanecia a estratégia de funcionarem no mesmo prédio para que se pudesse aproveitar as mesmas lentes e otimizar os recursos financeiros:

> Art. 97. As escolas normaes ora existentes contiuarão annexas ao lyceo mineiro e aos externatos de Campanha e Diamantina, e haverá mais uma na cidade de Montes Claros e outra na cidade de Paracatú [...]
> Art. 102. Os professores das escolas normaes poderão ser nomeados d'entre os do lyceu ou externato a que forem anexos, e os das aulas praticas d'entre os professores primarios de 2º grao (REGULAMENTO Nº. 84, 21 de março de 1879).

A premissa exposta pelo regulamento de 1879 foi retomada por ocasião do Regulamento nº. 100, no entanto, esse último se diferencia na medida em que observa-se que foram criadas de mais quatro Escolas Normais, nas quais não havia mais a premissa de estarem condicionadas a existência de um Externato:

> Art. 165. Para a devida preparação das pessoas que se destinarem ao magisterio e habilitação dos actuaes professores publicos; haverá na provincia oito escolas normaes, sendo uma na capital e as outras nas seguintes cidades: Juiz de Fora, Campanha, Uberaba, Paracatú, Sabará, Diamantina e Montes Claros.
> § unico. As escolas normaes de Campanha, Diamantina, Sabará e Paracatú continuarão anexas aos respectivos externatos (REGULAMENTO Nº. 100, 19 de junho de 1883).

Frente a essas disposições, se elaborou um quadro no qual busca evidenciar de que modo o governo provincial de Minas Gerais intentou a organização e o funcionamento dessas instituições educativas no final do século XIX:

Quadro 02 - Regulamentos dos Externatos e Escolas Normais Mineiras, 1879 e 1883.

	Regulamento nº. 84, art. 98 – 21 de março de 1879				**Regulamento nº. 100, art. 166 – 19 de junho 1883**				
Escola Normal	Cadeira	Distribuição das matérias por ano	1º ano	2º ano	Cadeira	Distribuição das matérias por ano	1º	2º	3º
	1º - Instrução moral, religiosa, pedagogia e história sagrada		Exercícios diários de caligrafia e ortografia	Gramatica portuguesa, analise filológica, exercícios de redação	1º - Língua e literatura nacional		Exercícios diários de caligrafia e ortografia	Língua nacional compreendendo exercícios de redação e noções de literatura nacional (3 lições por semana)	Noções práticas de geometria, desenho linear e de imitação
	2º - Gramatica portuguesa		Gramática portuguesa, literatura, analise gramatical de prosadores e poetas, exercícios de construção	Aritmética, aplicações e exercícios práticos (2 lições por semana)	2º - Aritmética e escrituração mercantil		Língua nacional, compreendendo leitura expressiva e comentada de textos clássicos em prosa e verso, analise gramatical e logica e exercícios de construção	Aritmética, aplicações de exercícios práticos. Escrituração mercantil, compreendendo as noções teóricas essenciais e a prática de partidas simples e dobradas, inclusive contas correntes (3 lições por semana)	Noções de geografia e cosmografia, geografia do Brasil (3 lições por semana)
	3º - Aritmética		Aritmética	Noções práticas de geometria e desenho linear	3º - Pedagogia, história sagrada, instrução moral, religiosa e cívica		Aritmética e metrologia	Pedagogia teórica, compreendendo história da pedagogia e organização escolar (2 lições por semana)	História do Brasil (2 lições por semana)
	4º - Noções práticas de geometria e desenho linear		Instrução moral e religiosa, história sagrada	Noções de geografia geral e geometria do Brasil (3 lições por semana)	4º - Geometria, desenho linear e de imitação			História Sagrada (1 lição por semana)	Pedagogia, compreendendo a metodologia, educação moral, física e intelectual e legislação do ensino
				História do Brasil	5º - Geografia, cosmografia, geografia e história do Brasil				
	5º - História e geografia do Brasil Música		Pedagogia	Música	6º - Francês*		Música	Instrução moral, religiosa e cívica. Elementos de direito constitucional e economia política (1 lição por semana)	Noções de ciências naturais, física e química agrícola
					7º - Noções de ciências naturais, física e química agrícola**			Francês	Música
					8º - Música			Música	
Externato	1º cadeira: latim 2º cadeira: português e geografia 3º cadeira: francês e inglês 4º cadeira: matemáticas elementares				1º cadeira: latim 2º cadeira: português e geografia 3º cadeira: francês e inglês 4º cadeira: matemáticas elementares				

Fonte: Construído pela autora, 2020.

***** Pelo Regulamento nº 100, no artigo nº. 167, § único, determinou que as matérias de francês e ciências naturais foss em regidas pelo mesmo professor que receberia os vencimentos de ambas.
**A disciplina de ciências naturais foi suprimida do currículo do curso normal pelo § 6 da Lei º. 3.232, de 22 de outubro de 1884.

De acordo com Moacyr (1939), verifica-se por meio do Quadro 02 que a organização das escolas públicas de Minas Gerais no final do século XIX, tanto secundárias como as normais, seguiam a tendência de nível macro da educação brasileira, tendo como modelo a Província de São Paulo. De acordo com o disposto pelo autor, é possível afirmar que a disposição em cadeiras visava, principalmente, a contenção de gastos com o ensino público, estando em conformidade com o que foi defendido pelos deputados provinciais para a criação e instalação da Escola Normal e o Externato em Diamantina no final da década de 1870. A organização pode-se ser justificada na medida em que se promovia o concurso e contratação dos mesmos professores para atuar tanto no ensino normal como no secundário, uma vez que o lente nomeado ao cargo ficaria responsável não apenas para ministrar uma única disciplina, mas sim, todos os conteúdos vinculados a ela e que foram descritos e determinados por lei.

Além disso, Oliveira (2018, p. 138-139) ao analisar o currículo da Escola Normal de Uberaba no mesmo período advoga que o agrupamento das disciplinas em cadeiras estavam em concordância com dois aspectos principais: de um lado, associado as características sistematizadora típicos da modernidade, ancorado no ensino de obtenção de bons resultados; de outro, se relacionava a necessidade de conter os custos de se manter as atividades das Escolas Normais mineiras.

Em contribuição a essas análises, infere-se ainda que os currículos dos cursos normais mineiros intentavam vincular ao processo de racionalização do ensino baseados também no cientificismo do século XIX, no qual se configurava por meio de uma tentativa de sistematização e organização de disciplinas vinculadas áurea da modernidade. Souza (2000, p. 15) afirma que nesse período é possível verificar que a escolarização vai para além dos conhecimentos científicos, perpassando por saberes sociais considerados importantes como, por exemplo, valores morais e cívicos, escrituração mercantil, trabalhos manuais, entre outros.

Desse modo, considera-se necessário fazer as análises com base no movimento macro da educação nacional, em que colocava em voga seu poder regenerador sob a sociedade brasileira que iniciou-se por volta dos anos de 1870 (GONÇALVES, 2006; GONÇALVES NETO, 2012; ARAÚJO, 2006), sob a égide das argumentações de Chevel (1990, p. 183) em o autor considera que as disciplinas escolares não correspondem apenas exigências internas à escola, mas também as colocam diante de grandes finalidades externas, sejam sociais, políticas, econômicas e/ou culturais, que “[...] presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massa que ela determina”. Portanto, entende-se que compreender o intuito das matérias

distribuídas nos currículos das Escolas Normais nesse período permite vislumbrar o objetivo último da formação de professores: "modernizar" e "progredir" a sociedade mineira por meio da educação e instrução, discurso que foi endossando com aproximar da República e que reverberaram nas leis educacionais mineiras desde o final do Império.

Cotejando os regulamentos do ensino normal de Minas Gerais, verifica-se que a modernidade encontrou abrigo em algumas disciplinas, como é o caso da *primeira cadeira de instrução moral e religiosa, pedagogia e história sagrada*, instituída pelo Regulamento nº. 84 e que por ocasião do Regulamento nº. 100 passou a ser a *terceira cadeira de pedagogia, história sagrada, instrução moral, religiosa e cívica*.

Aqui, identifica-se a inclusão da *instrução cívica*, no qual denota a tentativa de mudança da lógica do Estado, buscando estar em consonância com as transformações da modernidade. Embora tal ideia tenha sido melhor desenvolvida durante a República, percebe-se que já havia indicativos sobre a idealização da escola enquanto lugar de formação de uma nova nacionalidade, com base na concepção de civismo e cidadania (BOTO, 1996).

Cabe destacar que nessa cadeira houve ainda a ampliação do ensino da *pedagogia* que, segundo Nóvoa (1995), pode ser compreendido por meio da necessidade de expansão do sistema público de ensino que demandava uma formação de um profissional especializado, sendo essa disciplina concebida no sentido prático, das técnicas e métodos de ensino. Esse fato fica evidente na estruturação da própria cadeira: enquanto em 1879 as aulas de pedagogia deveriam ser ministradas apenas no 1º ano do curso normal sem muitas especificações sobre o conteúdo, sob a reorganização do ensino do Regulamento nº. 100, a disciplina passou a ser oferecida no 2º e 3º ano "[...] comprehendendo história da pedagogia e organisação escolar [...]" e "[...] methodologia, educação moral, physica e intelectual e legislação do ensino", (REGULAMENTO Nº. 100, art. 166, 19 jun. 1883, p. 124), respectivamente.

Assim, infere-se que por meio da organização dessa cadeira havia, mais uma vez, uma tentativa de conciliar os preceitos de modernidade com a base identitária da família tradicional mineira, na qual não nega os princípios da religiosidade e da moral católica como fator de moralizar e moldar os comportamentos da população, transfigurados nas disciplinas de *história sagrada, instrução moral e religiosa*, demonstrando que a modernidade em Minas Gerais mais do que causar conflitos que mudasse substancialmente a organização da sociedade, essa de adequou a sua realidade, apontando que o ideário moderno se vinculava aos preceitos do progresso, social e técnico.

Igualmente, essa modificação também pode ser percebida quando observa-se a substituição da *segunda cadeira de gramatica portuguesa* para *primeira cadeira de língua e literatura nacional*. De acordo com estudos de Lima (2008, p. 216), a expressão *língua nacional* tornou-se um dos exemplos recorrentes após a Independência em 1822, demonstrando a preocupação da elite política e dos intelectuais brasileiros com a constituição de uma identidade e unidade linguística do país. No escopo dessa discussão, Cavaliere (2019, p. 82) argumenta era evidente a busca por emancipação nacional e a necessidade de uma ruptura com Portugal, cujo o ponto levantado era definir o que é "ser brasileiro". Para o autor, ainda subjaz desta questão um conflito ideológico, no qual se constituiu uma crise identitária da nação brasileira que incluía também a questão linguística.

Diante disso, percebe-se, segundo os estudos de Gondra e Schuler (2008), que a Província mineira nos últimos anos do século XIX acompanhava a tendência nacional, no qual privilegiava o ensino de língua e literatura nacional em detrimento da língua portuguesa, permitindo conjecturar que as mudanças entre os dispositivos legais de regulamentação não foi uma mudança ocasional, mas ideológica, com vistas a estarem em consonância com as discussões educacionais de nível macro.

Ainda no que se refere as alterações arroladas pelos regulamentos, constata-se o desmembramento da disciplina de *música* da *quinta cadeira de história e geografia do Brasil*, tornando-se a *oitava cadeira* do curso normal, devendo ser lecionada durante os três anos e de modo diferente para meninos e meninas, sendo música vocal para ambos os sexos e "[...] pratica de violino para homens e de piano ou harmonium para as mulheres" (REGULAMENTO Nº. 100, art. 166, § 1, 19 jun. 1883, p. 124).

Essa separação pode ser compreendida através das análises de Cunha e Gonçalves (2016, p. 331), em que as autoras relacionam a própria especificidade do estudo da música com a necessidade de formação do homem com base no ideal de civilização. Segundo as autoras, o destaque do estudo da música nas escolas brasileiras contribui para o entendimento de que essa disciplina representou o ensejo por parte das elites políticas na constituição de costumes e condutas consideradas civilizadas a partir do modelo europeu.

Nesta perspectiva, considera-se que o estudo de instrumentos musicais por meio das Escolas Normais, sobretudo o piano, se remete a um padrão de conduta que deveriam ser disseminados pela sociedade mineira no final do século XIX, afim de dar reconhecimento social a partir da aquisição de capital cultural e social (BOURDIEU, 2007). Em consonância com essa

prerrogativa, as autoras argumentam que o piano tornou-se o principal instrumento para educação da moças, visto que era possível encontra-los nas casas das famílias, o que permite inferir que o seu ensino estava vinculado ao papel social das mulheres – de mãe e esposa, no qual se articula com o ambiente doméstico e de âmbito privado.

Essa situação se repete quando percebe-se que no Regulamento nº. 100, artigo 166, § 1º, se instituiu também "[...] o trabalho d'agulha e bordados ás alumnas-mestras", apontando para o delineamento da carreira de magistério, no qual buscava na figura feminina os contornos para o desenvolvimento do ensino primário mineiro. Segundo Villela (2000), a diferenciação do ensino de homens e mulheres feita através dos currículos do curso normal corroboram para a compreensão de que as Escolas Normais não estavam apenas preocupadas com a constituição dos saberes dos professores primários, mas também buscavam estar em consonância ao enquadramento às normais morais dominantes da sociedade brasileira.

Retomando a especificidade da música nos currículos da Escola Normal, vislumbra-se que o ensino de violino para os homens se relacionava igualmente a prática social do instrumento, uma vez que sendo esse utilizado em orquestras ou apresentações públicas, dava indicativos de qual o lugar era destinado aos homens mineiros. Assim, através dos conteúdos ministrados nessas escolas e o modo de estruturação, é possível se ter indícios sobre o modo organizacional e normas socialmente aceitas pela sociedade no último quartel do século XIX, permitindo compreender de que maneira a modernidade se delineou diante da realidade mineira nesse período.

Assim, a busca por formar professores em consonância com as transformações de nível macro, transparece também na mudança da *terceira cadeira de aritmética* na qual se acrescentou a matéria de *escrituração mercantil*. Com base nos estudos de Paleias *et all* (2007) sobre a história do ensino de contabilidade no Brasil, a inserção dessa disciplina no curso normal pode ser entendida principalmente a partir das modificações relacionadas transferência do eixo econômico do país, passando do norte para o sudeste, bem como expansão da produção cafeeira paulista associada ao surgimento do Código Comercial, em 1850, e as modificações ocasionadas pelas estradas de ferro, o surgimento de empresas de serviços urbanos e investimentos estrangeiros, o que demandariam uma reorganização da mão de obra no país.

Embora escrituração mercantil não se caracteriza como um curso de contabilidade (IUDÍCIBUS, 2006, p. 41), entende-se que eram os livros escriturados de um comércio para que qualquer pessoa pudesse conhecer e ter acesso as operações comerciais daquele negócio

(CRUZ, 2016, p. 86). Para ser compreensível o seu ensino na Escola Normal de Diamantina, segundo os documentos localizados junto a APM, a prova redigida por Anna Castorina Jorge (ANEXO 01), em 23 de novembro de 1894, define essa disciplina como "[...] a arte de escripturar os livros do negociante, orgazinando as partidas, pondo em ordem todas as transações de conformidade com o systema adoptado" (APM, SI^4_2, Cx. 32, Pacotilha 09).

Chama atenção ainda sob Quadro 02 a mudança de nomenclatura da *quarta cadeira* bem como o acréscimo de desenho de imitação, embora no detalhamento da disciplina tenha permanecido o termo "noções práticas". Em paralelo as reflexões de Guimarães e Lima (2019) sobre essas disciplinas na Escola Normal do Maranhão, a existência do desenho (linear e de imitação) e o modo que essa se modificou nas Escolas Normais mineiras pode ser associada a necessidade de alinhar a formação de professores aos estigmas de modernidade e progresso que se almejava para Minas Gerais neste período.

Corroborando com esse entendimento, D'Enfert (2007, p. 33), ao investigar a inserção do desenho linear nos currículos das escolas normais e primárias francesas no início do século XIX, argumenta que o ensino desta disciplina tinha duas funções: uma, fundamentada na necessidade de regenerar e moralizar as classes mais pobres; e outra, com vistas a favorecer o progresso industrial e promover a prosperidade da nação.

Segundo o autor, a *Société puor l'intruction Élémentarie*, criada em 1815 por um grupo de liberais franceses, foi responsável pela defesa da inserção do desenho linear como disciplina nos currículos das escolas primárias e secundárias da França, sob a alegação de que sua popularização geraria efeitos positivos sobre a indústria. Para ele, essa disciplina não estaria associada à estética do desenho, mas sim, articulada às artes mecânicas, pois se "[...] remete a precisão do grafismo, que se inscreve menos na perspectiva estética que caracterizava a segunda metade do século XVIII [...] do que em uma vontade de recuperar o atraso técnico em relação à Inglaterra na indústria de ferro como na construção mecânica" (D'ENFERT, 2007, p. 36).

Neste sentido, D'Enfert (2007) advoga que foram nas escolas urbanas que essa matéria melhor se desenvolveu, uma vez que atenderiam tanto o público masculino, ligado ao artesanato, como as moças, nas quais o desenho linear tinha um intuito de oferecer as futuras tarefas femininas, como os trabalhos com agulhas, uma iniciação profissional na indústria têxtil e também nas tarefas de âmbito familiar, na hora de coser ou consertar roupas.

É curioso o destaque que o autor dá diferenciação do ensino de desenho linear para meninos e meninas na França durante o século XIX. De acordo com ele, a Lei de Guizot de

1833, responsável por dividir a instrução primária em dois graus (elementar e superior), determinou que o ensino dessa disciplina fosse apenas obrigatório nas escolas primárias superiores, sendo opcional apenas nas escolas elementares destinada aos meninos. Somente em 1836 que o desenho linear foi estendido ao público feminino, porém,

> [...] enquanto o desenho linear é facultativo nas escolas elementares de meninos, ele faz parte das matérias obrigatórias das escolas primárias femininas, sejam elas elementares ou superiores. Essa medida pode surpreender quando se sabe que o desenho linear é uma disciplina essencialmente masculina. Fazendo parte dos "trabalhos de agulhas", o desenho linear não é considerado uma arte recreativa, mas visa sobretudo oferecer às moças modelos de referência em bordado e em confecção (D'ENFERT, 2007, p. 36).

Diante disso, pode-se inferir que essa disciplina tinha o intuito dar conotação moderna as Escolas Normais mineiras a partir do Regulamento nº. 100, uma vez que inspiradas no modelo francês de formação de professores, essas instituições educativas conseguiriam formar homens e mulheres que supostamente fossem aptos a ocupar seus lugares socialmente destinados, respeitando ao mesmo tempo a necessidade de moralizar e moldar os comportamentos da população bem como modificar lógica do trabalho, sob a implantação de um modelo industrial, tal qual foi defendido pelas elites diamantinenses e a Igreja Católica, na figura de Dom João e os Presidentes de Província.

Identifica-se ainda que a presença do ensino de francês, no qual ratifica a ideia sobre o predomínio da cultura francesa nos currículos da formação de professores primários em que se relacionava a necessidade de se instituir uma sociedade civilizada, aos moldes europeus da modernidade. De tal modo a *sexta cadeira de francês* e a *sétima cadeira de noções de ciências naturais, física e química* deveriam ser ministradas pelo mesmo professor, atestando sobre a necessidade de que "[...] não era qualquer indivíduo que estava apto a lecionar [essas disciplinas], visto que exigia [sobretudo] o conhecimento do francês" (OLIVEIRA, 2018, p. 139).

Logo, percebe-se que a necessidade de saber o francês se sobrepunha ao próprio conhecimento das ciências, permitindo inferir, através dos estudos de Lorenz (2002), que os princípios difundidos sobre o ensino de ciências no Brasil nesse período eram originários da França. Isso porque, o autor indica que desde a criação e reorganização de instituições educativas a partir da segunda metade do século XIX houve, por parte do governo imperial, um

estreitamento com relação com cientistas e professores franceses, sendo materializado na veiculação de diversos manuais e livros nas escolas brasileiras.

Desse modo, embora as ciências tenham tido mais sucesso nas escolas superiores, como a Escola de Minas, administrada pelo cientista e professor francês, Claude Henri Gorceix[101], segundo o autor, "[...] o sentimento pró-França, nos bastidores do governo imperial, tinha um efeito profundo sobre os responsáveis pela articulação e execução da política educacional brasileira" (LORENZ, 2002, p. 03). Apesar disso, a *cadeira de ciências naturais, física e química agrícola* foi suprimida por meio da Lei nº. 3.242, de 22 de outubro de 1884 (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍCIA, ANEXO C, 13 abr. 1885, 1885, p. 03), porém sua existência reflete a tentativa de estabelecer uma tendência mais racional e científica ao ensino normal, buscando, novamente, alinhar-se aos preceitos difundidos pela modernidade e o seu ideal de progresso.

A necessidade de se alinhar ao mundo moderno e o conhecimento gerado pela através do progresso das ciências transparece também modificação da *quinta cadeira de história e geografia do Brasil* que pelo Regulamento nº. 100 passou a ser denominada *geografia, cosmografia, geografia e história do Brasil*. Nestes termos, é possível identificar que a *geografia* e a *cosmografia*, antes pertencente a uma mesma área das ciências (GOMES, 1996; SILVA, 2012) desenvolvidas a partir da Era Moderna e associada as grandes navegações, passaram ser consideradas campos de conhecimentos próprios, se tornando a segunda uma ciência autônoma (SOBREIRA, 2005, p. 50).

Assim, segundo o manual *Elementos de Cosmographia* de autoria de Henrique Augusto Eduardo Martins[102], publicado em 1897, pode-se definir essa disciplina como o estudo sobre a

[101] De acordo com Silva (2014), Claude-Henri Gorceix nasceu em Sant-Denis-des-Murs, uma vila localizada na região central França, em 19 de outubro 1842. Era filho dos camponeses de Antonie e Valerie Gorceix. Após a morte de seu pai, aos nove anos de idade, mudou com sua e seus sete irmãos para a vila de Saint Leonard. Três anos depois recebeu uma bolsa de estudos e ingressou no Liceu de Limonges, onde começou sua carreira acadêmica. Formou-se em 1860 e sua bolsa foi transferida para o Liceu de Douai, onde cursou matemática e se preparou para École Normale, concluindo o curso na Instituição Massin in Paris. Depois de alguns anos, ingressou na École Normale, na área das ciências demonstrando interesse pela Geologia e Mineralogia, concluiu o curso em 1866. Após ser professor na Grécia, foi recomendado por Auguste Daubreé ao Imperador D. Pedro II e em seguida foi convidado a fundar uma escola de minas no Brasil. Em 1875, apresentou ao ministério do Império o projeto de orgnização da Escola de Minas e indicava a Capital de Minas Gerais para sedia-la, sendo instalada em 12 outubro de 1876. Para Moreira (2019), Gorciex exerceu papel fundamental nos debates em torno da educação pública brasileira durante o Império e contribuiu significativamente para o desenvolvimento do ensino secundário e superior em Minas Gerais. Faleceu aos 77 anos.

[102] Henrique Augusto Eduardo Martins nasceu em Rio Grande do Sul, em março de 1853. Doutor em Ciências Físicas e Matemáticas, foi professor da Escola de Guerra de Porto Alegre. Serviu a artilharia brasileira e em 1896

Terra, a partir de sua formação como um globo celeste e sua existência relacionada aos outros elementos do universo. O que a diferencia dos conhecimentos produzidos pela geografia, baseados em dois modelos principais: o históricos-descritivo e o matemático-cartográfico[103], nos quais os cientistas buscavam reuni-los para originar os princípios gerais da cosmografia e as descrições regionais corográficas. Para Gomes (1996, p. 130),

> É então possível afirmar que existia já nessas tentativas de integração uma maneira de conceber a geografia como uma relação entre a organização geral do mundo e sua imagem, de um lado, e a fisionomia particular de algumas partes, de outro. Esta concepção é talvez a origem da aproximação retida pelos manuais tradicionais de geografia moderna, que fazem figurar em geral uma cosmografia seguida das descrições regionais.

Essa diferenciação apontada pelo autor, permite afirmar que apesar da geografia e a cosmografia serem estudadas como áreas diferenciadas durante o século XIX, sendo reflexo das mudanças da modernidade com relação a produção do conhecimento científico e racional, o mesmo não acontece com as disciplinas de *geografia e história do Brasil*, pois permaneceram na mesma cadeira, demonstrando certa aproximação entre os conhecimentos.

Nessa perspectiva, Bittencourt (2018) advoga que a proposta do ensino de história e geografia serem ministrados por um único professor remontam o início do Império e denotam um campo de disputa, cujo o qual situava-se os debates em torno sobre as finalidades da própria história. Segundo a autora, constata-se que o conhecimento histórico das escolas públicas brasileiras durante o século XIX oscilaram entre as humanidades clássicas e modernas, no qual se percebe que ao final deste período prevaleceu a conotação moderna da produção do conhecimento histórico, em que os conceitos de "civilização" e "progresso" associado a uma história laica sobrepôs a uma história religiosa.

Entretanto, esse movimento fica mais evidente nos currículos das escolas públicas brasileiras por ocasião da República. Como pode observar nos Regulamentos nº 84 e nº. 100, a história sagrada ainda permanece como uma disciplina vinculada a uma cadeira, o que

---

se tornou tenente-coronel da Engenharia. Além de ser autor do livro *Elementos de Cosmografia*, escreveu ainda *Geografia Elementar* e *Geografia do Rio Grande do Sul* (MARTINS, 1978 p. 351 apud ALMEIDA, 2007, p. 27).

[103] Gomes (1996, p. 127) defende que a origem da geografia moderna teve como base epistemológica os pensamentos produzidos durante a Renascença, associada aos conhecimentos geográficos de Ptolomeu e Estrebão. Enquanto o primeiro tinha por finalidade a cartografia, o segundo dedicava-se as descrições regionais que referenciavam os elementos econômicos, etnográficos, históricos e naturais de cada região. Desse modo, o autor considera que a geografia científica de Carl Ritter e Alexander von Humboldt, considerados como os fundadores da geografia moderna, teve como as primeiras das tarefas a "[...] reatualização destes conhecimentos, ajustando-os às exigências do discurso científico".

demonstra, mais uma vez, a tentativa de conciliação entre a modernidade e as bases religiosas da sociedade mineira no último quartel do século XIX.

Diante das disciplinas e cadeiras das Escolas Normais mineiras, Andrade (2007) afirma que os regulamentos tornaram-se cada vez mais robustos no que se refere a formação de professores, uma vez que, neste período, surgia a necessidade de preparar melhor os candidatos do magistério primário. Cotejando os Regulamentos, a autora afirma que o quantitativo de cadeiras para a formação do professorado mineiro aumentara significativamente, de tal modo que, à primeira vista, ultrapassava as necessidades dos Externatos quanto à contratação de professores.

Isso porque, segundo Neves (2006), no que se refere aos Externatos, os regulamentos davam continuidade ao aspecto frágil do ensino, estado ao mesmo tempo associado a própria proposta dessas instituições educativas. Para o autor, essas escolas, frente ao Liceu Mineiro, apresentavam um currículo mais brando e menos elaborado, com poucas disciplinas que unissem as cadeiras, de modo a contribuir para a tradição dos alunos não concluírem os estudos, mantendo a tendência desorganizada e vinculada a inexistência de uma proposta de educação para a mocidade, ficando a cargo da República a resolução desse problema.

Diante disso, é possível constatar que sobre o ensino secundário não foi feita nenhuma modificação quanto a organização de suas cadeiras bem como de disciplinas. Logo, entende-se que se existiriam quatro cadeiras, a contratação de professores dos Externatos, não atendiam por completo as necessidades de formação do professorado nas Escolas Normais, o que demandaria da Província prover as cadeiras restantes do curso normal.

Denota-se essa questão no Relatório Provincial de maio de 1878, em que o Presidente da Província, Conselheiro Francisco de Paula Silveira Lobo[104], argumentava que para o

[104] De acordo com o Senado Brasileiro, Francisco de Paula Silveira Lobo nasceu Mamanguape, na Paraíba, em 01 de janeiro de 1826. Estudou na Faculdade de Direito de Olinda, onde se formou em direito. Foi para Minas Gerais ainda muito moço, onde atuou como advogado e foi ainda nomeado a juiz, iniciando também sua vida política eleito a deputado pelo 1º distrito (O RIO DOCE, 02 maio 1886, p. 02). Segundo o *Jornal do Commercio* (26 e 27 abr. 1886, p. 01), Silveira Lobo foi eleito quatro vezes a deputado de Minas Gerais (1857, 1861, 1864, 1867). Em 1866, ocupou o cargo de Presidente de Província de Pernambuco. Retornou a Assembleia Provincial mineira no ano seguinte, sendo nomeado a senador em 22 de julho de 1868 (O RIO DOCE, 02 maio 1886, p. 02; JORNAL DO COMMERCIO, 26 e 27 de abr. 1886, p. 01). Durante a Guerra do Paraguai, foi Ministro da Marinha no gabinete presidido pelo Marques de Olinda. Em 1878, foi nomeado a Presidência da Província da Minas Gerais, considerado o primeiro presidente da situação liberal (A PROVÍNCIA DE MINAS, 13 ago. 1885, p. 03). Foi um dos líderes do Partido Liberal em Minas Gerais (GAZETA DE NOTÍCIAS, 27, abr. 1886, p. 01). No final da vida, declarava-se republicano (O RIO DOCE, 02 maio 1886, p. 02). Faleceu em Ponte Nova, no dia 24 de abril de 1886.

funcionamento da Escola Normal de Diamantina era necessário que se contratasse mais professores, visto que o Externato só dispunha de três lentes nomeados: Dr. Theodomiro Alves Pereira[105], Dr. Francisco Corrêa Ferreira Rabello[106] e Dr. João Nepomuceno Kubitschek[107]

[105] Segundo Couto (1954, p. 238), Theodomiro Alves Pereira nasceu em Diamantina em 1840. Em 1863, formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. De acordo com os vestígios encontrados na Hemeroteca Digital Brasileira, ele foi eleito a deputado da Assembleia Provincial de Minas Gerais por duas legislaturas: 16º (1866-1867) e 17º (1868-1869) (ALMANACH SUL-MINEIRO, 1874, p. 450; REVISTA DO ARCHIVO PUBLICO MINEIRO, 1896, p. 70-71). Em 1872, compôs a chapa democrata de vereadores de Diamantina (O JEQUITINHONHA, 25 ago. 1872, p. 04). Fez parte da comissão de vereadores diamantinenses para franquear a biblioteca da cidade instalada no dia 16 de janeiro de 1875 (O MONITOR DO NORTE, 24 jan. 1875, p. 02). Era colaborador da redação do jornal *O Monitor do Norte* (29 ago. 1875, p. 01) e também há registros que escreveu duas peças que foram encenadas no Teatro Santa Izabel de Diamantina (O JEQUTINHONHA, 10 jan. 1869, p. 04; O MONITOR DO NORTE, 29 ago. 1875, p. 01). Ao lado de Dr. João da Matta Machado, Francisco Corrêa Rabello, entre outros, Theodomiro Alves Pereira fez parte do Diretório do Partido Liberal de Diamantina (O GUARANY, 31 jan. 1878, p. 01), sendo indicado para eleição que ocorreria em setembro de 1878 (O CONSTITUCIONAL, 22 maio 1878, p. 03). Em maio do mesmo ano declarou seu ensejo em ser deputado, sendo filiado a chapa liberal (A ACTUALIDADE, 18 de maio 1878, p. 03; 12 ago. 1878, p. 02), mas em julho do mesmo ano sofreu uma tentativa de impugnação de sua candidatura (O CONSTITUCIONAL, 24 jul. 1878, p. 03). Segundo o jornal *A Actualidade* (22 abr. 1878, p. 02) foi nomeado para a cadeira de geografia e história do Externato de Diamantina em 1878 e nove anos depois foi declarado professor vitalício nas mesmas cadeiras (REVISTA NO ENSINO, 10 jul. 1887, p. 10; A UNIÃO, 22 jul. 1887, p. 03). Após a proclamação da República, se candidatou ao cargo de senador (O JORNAL DE MINAS, 14 jan. 1891; MINAS GERAES, 19 maio 1892, p. 06), sendo eleito em 1892 (O ECHO DA MATTA, 15 maio 1892, p. 01). Durante o mandato, foi um dos colaboradores para a fundação do Gymnasio do Norte que funcionaria junto a Escola Normal, sendo também professor de geografia e história do Brasil (MINAS GERAES, 20 mar. 1893, p. 03). No mesmo ano, foi nomeado a diretor da Escola Normal de Diamantina (O PHAROL, 22 mar. 1892, p. 02). Em 1895, com o fim do mandato, retornou a diretoria da Escola Normal diamantinense (MINAS GERAES, 10 fev. 1895, p. 01). Faleceu em 1911.

[106] Conforme os dados do CPDOC e também Couto (1954, p. 241), Francisco Corrêa Rabello nasceu no distrito de Curralinho em 15 de junho de 1844, era filho de Francisco Joaquim Correa Rabello e Teresa Ferreira Rabello. Em 1867, bacharelou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Após termino do curso, foi para a cidade do Serro, onde exerceu sua profissão. Foi nomeado a Promotor de Justiça em Diamantina, se mudando para a cidade e também abrindo um escritório de advocacia (A ORDEM, 24 set. 1889, p. 01). De acordo com Rabello (1964), Francisco Corrêa Ferreira Rebello casou com Gabriela Antonina da Matta Machado, com quem teve quatorze filhos. Em 1878, foi nomeado a cadeira de filosofia e retórica do Externato de Diamantina (A ACTUALIDADE, 22 ABR. 1878, p. 02). No mesmo ano, se candidatou a deputado (O CONSTITUCIONAL, 27 de jul. 1878). Era abolicionista e teve homenagem requisitada na Câmara Municipal de Diamantina em sessão de 18 julho de 1888, encabeçada pelo bispo Dom João Antônio dos Santos (A PROPAGANDA, 06 set. 1888, p. 02). Ao lado de Joaquim Felício dos Santos, João Nepomuceno Kubistchek, Genesco Achilles Alves Pereira e Joaquim Netto Amarante foi eleito à comissão executiva do Clube Republicano diamantinense (O ESTADO DE MINAS GERAES, 20 nov. 1889, p. 01). Após a proclamação da República, foi o redator principal do *O Tambor,* jornal republicano diamantinense. Além disso, foi eleito a deputado geral, dirigindo-se ao Rio de Janeiro junto de Gabriela. Por ocasião da dissolução do Congresso em 1891 e a ascensão de Floriano Peixoto a presidência da República, transferiu-se para Sabará, onde faleceu em 21 de julho de 1892.

[107] Segundo Silva (2007, p. 89), João Nepomuceno Kubitschek nasceu em 1843. Era filho de Jan Nopomusky Kutistschek, imigrante do leste europeu, e Teresa Maria de Jesus. Tinha mais um irmão Augusto Elias, que foi o avô de Juscelino Kubitschek. Em 1878, foi nomeado a cadeira de francês e inglês no Externato de Diamantina (A ACTUALIDADE, 22 abr. 1878). Em 1885, ocupou o cargo de Diretor da Instrução Pública de Minas Gerais (A PROVINCIA DE MINAS, 07 out. 1885, p. 03). Fez parte do Clube Republicano de Diamantina (O ESTADO DE MINAS GERAES, 20 nov. 1892, p. 01). Foi candidato ao senado brasileiro nas eleições de 25 de janeiro de 1891 (GAZETA DO LESTE, 24 jan. 1891, p. 03), sendo eleito por duas vezes: na 1º (1891-1895) e 2º legislaturas (1895-1902) (REVISTA DO ARCHIVO PUBLICO MINEIRO, 1896, p. 88; p. 92). Em 1898, foi eleito vice-presidente do Estado de Minas Gerais sob a presidência de Chrispim Jacques Bias Fortes (ALMANCH DO MUNICIPIO DE BARBACENA, 1898, p. 08). De acordo com o jornal *A Estrella Polar* (25 dez. 1951, p. 03), em 1899, João

(RELATÓRIO PROVINCIAL, 06 maio 1878, 1878, p. 25). Assim, diante das fontes localizadas junto a APM e o CRL foi possível constituir um quadro no qual apresenta o professorado da Escola Normal e do Externato de Diamantina enquanto estiveram sob a vigência dos Regulamentos nº. 84 e nº. 100:

Nepomuceno Kubitschek ocupou o cargo de diretor da Imprensa Oficial de Minas Gerais e faleceu neste mesmo ano.

Quadro 03 – Professores e cadeiras do Externato e Escola Normal de Diamantina, 1881 e 1885.

1881			
Externato		**Escola Normal**	
Professor	**Cadeira**	**Professor**	**Cadeira**
Innocencio Augusto de Campos	Latim	Sebastião Corrêa Ferreira Rabello	Português
Sebastião Corrêa Ferreira Rabello	Português	Dr. Francisco Corrêa Ferreira Rabello	Aritmética
Dr. João Nepomuceno Kubistchek	Francês e Inglês	Dr. João Nepomuceno Kubistchek	Instrução moral e religiosa, história sagrada e pedagogia
Elpídio Procópio Alves Pereira	Matemáticas elementares	Dr. Theodomiro Alves Pereira	Noções gerais de geografia e história do Brasil
Dr. Theodomiro Alves Pereira	Geografia e história	José da Cunha Valle Laport	Noções práticas de geometria e desenho linear
Dr. Francisco Corrêa Ferreira Rabello	Filosofia e retórica	João Baptista Macedo	Música
		D. Carlos Frederico de Magalhães Castello Branco Rolim	Aula prática do sexo masculino
		D. Maria Salvelina Alves Pereira	Aula prática do sexo feminino
		D. Garibaldina Alves Vieira Rabello	Adjunta da Aula prática do sexo feminino
1885			
Sebastião Corrêa Rabello	Português	Sebastião Corrêa Rabello	Português e Literatura Nacional
Elpídio Procópio Alves Pereira	Matemáticas elementares	Dr. Francisco Corrêa Rabello	Aritmética e Escrituração Mercantil
Arthur Napoleão Alves Pereira	Latim	João Nepomuceno Ribeiro Ursini	Música
Dr. Francisco Corrêa Rabello	Filosofia e Retórica	Joaquim José Pedro Lessa	Pedagogia, História Sagrada, Instrução Moral e Religiosa, Economia política e Elementos do direito constitucional
			Francês
Dr. Theodomiro Alves Pereira	Geografia e História	José da Cunha Valle Laport	Desenho e geometria linear
	Francês e Inglês		
		Dr. Theodomiro Alves Pereira	História do Brasil, Geografia e cosmografia
		D. Carlos Frederico de Magalhães Castello Branco Rolim	Aula prática do sexo masculino
		D. Maria Salvelina Alves Pereira	Aula prática do sexo feminino
		D. Garibaldina Alves Vieira Rabello	Adjunta da Aula prática do sexo feminino

Fonte: Construído pela autora, 2020.

Conforme foi indicado por Andrade (2007), a ideia que se tem diante apenas dos regulamentos é que as Escolas Normais superam, significativamente, a disposição do Externatos em Minas Gerais. O Quadro 03, apresentado acima, propõe uma nova concepção para a leitura dos dispositivos legais: excetuando as aulas práticas, para o funcionamento dos cursos normais foi necessário a contratação de mais dois professores, no que se refere o Regulamento de 1879; somando-se a mais um, quando promulgado o regulamento seguinte, totalizando a existência de seis professores em ambas instituições educativas.

Apesar disso, verifica-se que somente quatro das seis lentes trabalharam tanto no Externato como na Escola Normal: Sebastião Corrêa Rabello[108], Dr. João Nepomuceno Kubistchek, Dr. Theodomiro Alves Pereira e Dr. Francisco Corrêa Rabello. Ora, sob a disposição do Regulamento nº. 84, foi necessário a contratação de mais dois professores para ocuparem as cadeiras de *noções práticas de geometria e desenho linear* e de *música*, sendo eles José da Cunha Valle Laport[109] e João Baptista Macedo[110], respectivamente.

Cotejando as duas organizações, verifica-se que o professor João Nepomuceno Kubistchek, em 1885, não ocupava mais o cargo de lente de *francês e inglês* no Externato bem

[108] De acordo com Couto (1954, p. 253), Sebastião Corrêa Rabello nasceu em 06 de agosto de 1855. Era filho de Francisco Joaquim Correa Rabello e Teresa Ferreira Rabello, portanto, irmão de Francisco Corrêa Ferreira Rabello (RABELLO, 1964). Casou-se com Agostinha de Sá, conhecida como D. Neném Rabello, com quem teve doze filhos. Estudou no Seminário Episcopal de Diamantina, onde concluiu os estudos de humanidades. Em 1875, foi nomeado Curador Geral de Órfãos do Termo de Diamantina (O MONITOR DO NORTE, 16 maio 1875, p. 02). Foi professor do Externato e Escola Normal de Diamantina. Após o fechamento da Escola Normal em 1905, se mudou para Belo Horizonte e foi nomeado Inspetor Técnico e membro do Conselho Superior do Ensino de. Lecionou no Ginásio Mineiro, onde um tempo depois ocupou o cargo de diretor. Faleceu em Belo Horizonte, aos 78 anos de idade Minas (O PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 19 mar. 1933, p. 01).

[109] Os dados localizados sobre José da Cunha Valle Laport indicam que foi professor de caligrafia e desenho na Escola Normal de Diamantina, onde também exerceu função de secretário (O MUNICÍPIO, 19 jun. 1897, p. 02; O PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 28 jul. 1935, p. 02; 17 nov. 1935, p. 02). Segundo Moreno et al. (2014, p. 523), Laport também foi professor da cadeira de *gymnastica* e trabalhos manuais na Escola Normal até março de 1892. Ocupou o cargo de bibliotecário na Biblioteca do município diamantinense, sendo exonerado em 1880 por incompatibilidade constatada pelo governo por ser professor na Escola Normal da cidade (A ACTUALIDADE, 08 abr. 1880, p.01). Em 1903, foi nomeado professor da cadeira de geometria e desenho da Escola Normal de Montes Claros, mas o ato foi considerado sem efeito pelo governo Estadual (O MUNICÍPIO, 17 jul. 1903, p. 02). Laport também era conhecido por suas pinturas e por se um exímio desenhista (O PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 23 jul 1933, p. 02).

[110] Segundo Couto (1954, p. 256-257), João Baptista Macedo, conhecido como maestro Piruruca (mesmo apelido de seu pai), nasceu em 17 de dezembro de 1857 em Diamantina. Durante sua vida, morou em Queluz, onde organizou uma banda musical. Depois, dirigiu-se para Sabará, legando a organização da filarmônica. Sob o convite de João da Matta Machado fez uma viagem para o Rio de Janeiro, onde exibiu-se na orquestra do Teatro Lírico da Capital. Em 1890, foi designado a formar a Banda da Polícia do Estado de Minas Gerais, tendo sido nomeado alferes. Foi nomeado professor de música da Escola Normal de Diamantina e também arrebatou o título de tenente do 4º Corpo Militar da Polícia. Faleceu aos 39 anos, em 21 de junho de 1895. Para Fernandes e Conceição (2007), o maestro teve papel importante do desenvolvimento da musicalidade em Diamantina e no Brasil durante a segunda metade do século XIX, sendo um dos percursores das atuais Vesperatas.

como de *instrução moral e religiosa, história sagrada e pedagogia* na Escola Normal, sendo designado para substituí-lo o professor Theodomiro Alves Pereira, para a primeira, e Joaquim José Pedro Lessa[111] para a segunda, sendo este último ainda lente interino de *francês* no curso normal.

Essa modificação se justifica na medida em que se analisa as fontes. Segundo o Relatório Geral da Instrução Pública de 15 de junho de 1884, anexo a fala do Dr. Antônio Gonçalves Chaves[112] de agosto do corrente, João Nepomuceno Kubitschek havia sido nomeado ao cargo de Inspetor Geral da Instrução Pública da Província de Minas Gerais, por ato de 30 de janeiro daquele ano, entrando em exercício em 01 de fevereiro (FALLA PROVINCIAL, ANEXO 01, 01 ago. 1884, 1884 p. 03). Sua ida para Capital gerou reorganização da estrutura pessoal do Externato e da Escola Normal de Diamantina, sendo designado também para o cargo diretor das escolas o "[...] professor de história e geografia, Dr. Theodomiro Alves Pereira, o qual titulou-se a 05 de fevereiro seguinte" (idem).

Acredita-se que essa estruturação do ensino secundário e normal de Minas Gerais possa ter sido estendida até a República, uma vez que somente em 1892, com a Reforma Affonso Pena, haveria alguma modificação no que se refere a educação e instrução mineira. No entanto, antes da efetivação dessa reforma, já sob o regime republicano, os Externatos de Minas Gerais

---

[111] Não encontrou indícios sobre sua vida pessoal. Entretanto, na Hemeroteca Digital Brasileira, há vestígios que Joaquim José Pedro Lessa casou-se com Regina Lessa (O MUNICÍPIO, 11 dez. 1900, p. 03). Em julho de 1885, foi nomeado professor de francês da Escola Normal de Diamantina (LIBERAL MINEIRO, 14 jul. 1885, p. 03). Três meses depois, foi nomeado para a cadeira de latim do Externato na mesma cidade (A PROVÍNCIA DE MINAS, 07 out. 1885, p. 01). Em 1892, ocupava o cargo vice-diretor da Escola Normal de Diamantina (MINAS GERAIS, 09 ago. 1892, p. 700). De acordo com as fontes localizadas, no ano seguinte foi nomeado diretor da mesma instituição educativa, permanecendo até a supressão as Escolas Normais de Minas Gerais em 1905 (MINAS GERAIS, 29 mar. 1893; O SERRO, 13 maio 1894; O ESTADO DE MINAS, 16 maio 1897, p. 03). Em 1899, ocupou o cargo de vereador em Diamantina (O MUNICÍPIO, 05 jul. 1899, p. 01). Com o fechamento da Escola Normal diamantinense, em 1906, foi nomeado para ser Inspetor Técnico do Ensino de Minas Gerais (O PHAROL, 25 dez. 1906, p. 01).

[112] De acordo com a Memória Política de Santa Catarina, Antônio Gonçalves Chaves nasceu em Montes Claros, no dia 16 de setembro de 1840. Filho de Antônio Gonçalves Chaves e Celina Sores. Casou-se com Francelina Chaves. Fez o ensino primário na sua cidade natal, depois transferiu-se para Diamantina, onde estudou no Ateneu São Vicente de Paula. Em 1863, formou-se bacharel em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo. Regressou para Montes Claros, onde exerceu sua profissão e foi nomeado para o cargo de Promotor de Justiça e Juiz de Direito. Foi membro do Partido Liberal e ocupou o cargo de deputado na Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais nas 16º (1866-1867) e 17º (1868-1869) legislaturas (REVISTA DO ARCHIVO PUBLICO MINEIRO, 1896, p. 70-71). Em setembro 1882, foi nomeado a Presidência da Província de Santa Catarina, permanecendo no cargo até janeiro de 1883. Entre março e setembro de 1884, esteve à frente da administração da Província de Minas Gerais. Em 1889, retornou a magistratura e atuou na Comarca de Mariana. Após a proclamação da República, elegeu-se ao cargo de deputado constituinte. Foi senador pelo Estado de Minas Gerais entre os anos de 1894 a 1902. Segundo o Anuário de Minas Gerais (1906, p. 98), Antônio Gonçalves Chaves foi um dos fundadores, em 1892, da Faculdade de Direito de Belo Horizonte, ocupado o cargo de diretor e professore na instituição. Faleceu em 28 de novembro de 1911.

foram suprimidos, por meio do Decreto nº. 260, de 01 de dezembro de 1890, cujo o possível argumento apresentado era que as Escolas Normais superavam as premissas para o funcionamento dos Externatos, em virtude da necessidade da contratação de professores e de manutenção desses estabelecimentos de ensino associada a criação do Ginásio Mineiro.

Para além dessa análise, pode-se inferir que o currículo da Escola Normal de Diamantina nesse período foi reflexo da tentativa por parte do poder público mineiro em abarcar tanto os aspectos característicos da sociedade mineira associados a religião católica como também adequar aos preceitos difundidos pelos princípios modernos e o ideal de progresso, apontando para tese defendida por este trabalho no qual advoga que a modernidade em Minas Gerais adequou-se a realidade da sociedade mineira, perpassando pela organização de instituições educativas capazes de formar o professor primário que conseguisse dar fôrma ao homem.

Neste sentido, percebe-se que as Escolas Normais mineiras buscavam contemplar disciplinas tanto de princípios racionais e científicos bem como perpetuavam a estrutura social com base no catolicismo e seu projeto educacional. Em consequência, verifica-se que não era apenas preocupação do governo e do poder público a instrução do professorado mineiro, mas era necessário também a educar os comportamentos e condutas ditas modernas e aceitas socialmente, considerando, sobretudo, a formação católica da sociedade.

Com vistas a isso, a próxima seção vislumbra entender o delineamento das disciplinas e conteúdos ministrados na Escola Normal de Diamantina entre os anos de 1884 a 1905 e compreender de que modo a modernidade adentrou na formação de professores primários em Minas Gerais.

4. A ESCOLA NORMAL PARA EDUCAÇÃO DA MOCIDADE EM DIAMANTINA NO INÍCIO DA REPÚBLICA

A trajetória histórico-institucional da Escola Normal de Diamantina situa-se em um período de grande efervescência de ideias sobre a educação e a instrução pública brasileira. O último quartel do século XIX ficou marcado pela necessidade de reorganizar o cenário educacional do país, intentando sistematizar o ensino público das Províncias. Especificamente em Minas Gerais, verifica-se que entre o final do Império para o início da República o setor educativo recebeu diversas investidas por parte da administração pública, com a criação de escolas primárias e também com o investimento sobre o ensino normal.

Assim, percebe-se que o surgimento das Escolas Normais na década 1870 em Minas Gerais esteve em consonância com as discussões de nível macro e foi uma resposta dada a crise da instrução pública de anos anteriores (VILLELA, 2008; ARAÚJO; 2006, 2008b), marcada pelo fechamento dos estabelecimentos de ensino secundário e normal bem como a diminuição de oferta do ensino primário. Isso quer dizer que, acompanhando o cenário educacional brasileiro neste período, a criação de cursos normais e instituições educativas dedicadas a formação de professores primários situava-se dentro das ideias difundidas naquele período, ligadas ao liberalismo e também a modernidade.

Neste sentido, verifica-se que até 1888, Minas Gerais contava com a existência de oito Escolas Normais. Excetuando a de Diamantina, se tinha ainda os estabelecimentos de ensino de Ouro Preto, Campanha, Montes Claros, Paracatu, Uberaba, Sabará e São João D'El Rei. Além disso, de acordo com Ferreira (2013), a Escola Normal de Juiz de Fora foi criada ainda neste período, por meio da Lei nº. 2.815, de 22 de outubro de 1881, mas sua instalação só ocorreu em 1894, devido à falta de condições estruturais e financeiras do governo mineiro.

Segundo Santos (2019), essas instituições educativas foram expressões da modernidade mineira, estando associada aos preceitos de civilidade e progresso. E, embora houvesse um contingente significativo em Minas Gerais, sua existência não foi garantia para a execução de um projeto moderno para a sociedade aos moldes europeus. Diante disso, acredita-se que essa modernidade tenha adequado a realidade na qual estava posta, estando em sintonia com o restante do país.

Essa prerrogativa aponta para dois fatos importantes na trajetória histórica da educação mineira no período republicano: o primeiro, associado ao fechamento das dez instituições educativas de ensino normal mantidas pelo poder público em benefício a equiparação das

Escolas Normais particulares em 1905, sobretudo as confessionais; e o segundo a criação dos Grupos Escolares, em 1906.

Nesta seção, buscar-se-á compreender de que modo a modernidade se encaixou na educação mineira, tendo como foco a Escola Normal de Diamantina. Logo, essa análise se situará no período de transição, entre o Império e a República, na qual procura entender de que modo a mudança do regime político brasileiro e mineiro influenciou na formação de professores em Minas Gerais no final do século XIX e início do XX e também no desmonte das Escolas Normais públicas existentes no Estado.

4.1 A continuidade da crise do ensino normal de Minas Gerais: do fim do Império ao início da República

Aos moldes europeus, a modernidade foi entendida como aquela que seria capaz de mudar a ordem político-social, provocando transformações significativas na cultura e nas tradições do mundo ocidental. Desta lógica, decorreria a principal transformação ligada ao ideário moderno, isto é, a cisão entre o Estado e Igreja e a progressiva secularização da sociedade. Como resultado, esperava-se que a razão imperasse em detrimento das paixões e limites que a doutrina cristã impunha aos indivíduos.

No entanto, para Ortiz (2001, p. 62), essas prerrogativas da modernidade não foram suficientes para implicar no desaparecimento de uma religião, embora não possa se negar que há um deslocamento de sua centralidade enquanto forma de instrumento hegemônico e de organização social. Essa ponderação retoma as argumentações apresentadas na primeira parte deste trabalho, em que considera que a constituição da modernidade ao longo da história não tenha se limitado apenas a uma contraposição inerente a religião, sendo essa uma leitura específica do Antigo Regime francês em relação a constituição e delineamento da modernidade europeia (LE GOFF, 1992; BURITY, 2007; BERGER, 2000), devendo ser estendida na relação entre o antigo e moderno no desenrolar do século XIX e ainda considerando as possíveis combinações entre a religião e a modernidade, com observância as especificidades de cada contexto (RIBEIRO, 2009).

Diante disso, pode-se considerar que a ciência e as ideias racionalistas durante os oitocentos tomaram lugar de destaque frente ao divino e o sagrado no que se refere a organização do Estado, tendo efeitos secularizantes na política, não significando que isso tenha ocorrido de forma homogenia e progressiva na sociedade, em geral, e nos indivíduos, em particular (BERGER, 2000).

Aos poucos perceber-se-ia alguns efeitos da modernidade e da secularização em vários setores que tangenciavam a vida em sociedade. Inclusive na educação, essas ideias seriam responsáveis por ordenar e sistematizar a escolarização ao longo do século XIX. Neste campo, a mudança estaria principalmente associada a função da escola, projetando-a como espaço importante para formar o homem que fosse útil e funcional para o desenvolvimento do Estado moderno.

Em relação a Europa, Prost (1992) assinala que no interior desse processo foi estabelecido uma nova ordem, em que a vida pública e a vida privada seriam redefinidas. Segundo o autor, os espaços sociais sofreram uma reorientação. O trabalhado doméstico, até então gerido no interior das casas, passou a adquirir aspectos da modernidade, se distanciando da vida doméstica e se tornando cada vez mais próximo da vida pública:

> [...] Essa diferenciação dos locais vem acompanhada por uma diferenciação das normas: o universo doméstico se liberta das regras anteriormente ligadas ao trabalho que ali se realizava, ao passo que o mundo do trabalho passa a ser regido, não mais por normas de ordem privada, e sim por contratos coletivos (PROST, 1992, p.23).

De acordo com a análise do autor, entende-se que o rearranjo da vida pública associava-se a concepção de coletividade, atribuindo novos significados a família, passando-a de suas funções públicas para as privadas. Tal movimento, acarretaria na privatização das famílias, causando aquilo que Prost (1992) identifica como desinstucionalização familiar. Logo, para ele, "[...] uma parte das tarefas antes confiadas a ela foi gradualmente assumida por instâncias coletivas; com a socialização de certas funções", sobrando apenas os assuntos que tangessem a realização da vida privada (PROST, 1992, p. 61).

Em frente a essa mudança, a educação que era orientada no interior da casa passou a ser administrada pelo poder público, tornando o Estado homogeneizador de e detentor de uma cultura e de um saber (VEIGA, 2002), afim de garantir os domínios das técnicas e a racionalização das operações, em defesa da modernidade e a constituição da civilização.

Segundo Veiga (2002, p. 98), esse processo só pode ser concebido a partir da escolarização do século XIX, pois se originou da extensão do autocontrole ao conjunto de relações sociais associado ao controle da violência sobre as crianças, reverberando na vida privada das famílias. Para a autora, o modelo de civilização difundido pela ideia de modernidade se baseava nas formas dos comportamentos ligado a configuração aristocrática-burguesa, de modo que as coerções externas tonassem coerções interiorizadas.

Nesta perspectiva, o Estado se legitimou como detentor dos saberes e, paulatinamente, foi assumindo a educação e aumentando suas ações no que tange os processos de escolarização. Além de se responsabilizar pela socialização dos aprendizados, a escolarização também deveria proporcionar o aprendizado da sociedade. Como resultado, a família que antes considerada núcleo da educação e a base social, associada a transferência do trabalho para a esfera pública, projetava a tarefa de educar as crianças para o Estado, tornando a educação uma ação majoritariamente do poder público, colocando a escola como o centro da constituição dos saberes e práticas socialmente aceitas pela "civilização".

Assim, a autora afirma que a educação passou a ser caracterizada pela concepção de socialização do indivíduo e ascensão da razão, de maneira que a criança devesse ser disciplinada e estimulada, com finalidade de dominar seus desejos individuais e aprender as regras da vida em sociedade e os procedimentos do pensamento racional:

> A educação é a aprendizagem do dever, e não é por acaso que a palavra *dever* designa também a tarefa imposta pelo professor ao aluno, e *disciplina* designa ao mesmo tempo uma obrigação, um instrumento de punição e um domínio de conhecimento (TOURAINE, 1994, p. 270).

Como consequência disso, entende-se que o professor tomava lugar essencial na constituição da educação moderna, devendo ser o condutor para a aprendizagem da vida em sociedade. Para isso, portanto, seria necessário a constituição espaços específicos destinados a constituição dos saberes e práticas do professorado, apontando a necessidade da existência das Escolas Normais como instituições educativas importantes no que se refere a constituição da modernidade (ARAÚJO, 2008b; VILLELA, 2008; SANTOS, 2019).

Em consonância, Veiga (2002, p. 99) argumenta que a escolarização foi essencial para os "[...] processos de alteração da sociabilidade em curso, ao longo do século XIX e início do XX". Contudo, essas especificidades só se tornam visíveis na medida em que observa a constituição da modernidade na Europa, sendo o Brasil caracterizado pela adequação e a presença da religião católica na formação e constituição da identidade sociedade brasileira no mesmo período (RIBEIRO, 2009), apontado para a tese defendida por esse trabalho em que argumenta que o fechamento da Escola Normal de Diamantina, em 1905, não significou um rompimento com o projeto moderno para Minas Gerais, uma vez que o Colégio Nossa Senhora das Dores bem como os Grupos Escolares, tinham como objetivo dar continuidade a ideia de progresso, por meio do intercambiamento entre o público e o privado.

Esse movimento reafirma o rearranjo da modernidade no Brasil marcado por diversas iniciativas para se constituir o Estado moderno. Consequentemente, as tentativas junto a essa ideia também reverberaram na educação e na instrução pública, sendo sua referência uma constante no desenvolvimento de políticas educacionais e implantação de escolas.

Gonçalves Neto e Carvalho (2019) advogam que a necessidade de modernizar o país se difundiu mais fortemente a partir dos anos de 1870 com o surgimento do Partido Republicano, fundamentado em críticas ao sistema imperial, as formas de organização, a manutenção dos privilégios, etc. fomentaram debates em torno da necessidade da transformação social, política e econômica brasileira, na qual incluía a urgência de superar os problemas relativos a educação nacional.

Na cidade de Diamantina, tais debates tiveram ressonância nos jornais que circulavam na cidade. Em uma das publicações do *O Jequitinhonha*, verifica-se que a necessidade de se promover uma mudança na instrução pública tornava-se cada vez mais urgente, visto que os países mais avançados, sobretudo os da Europa e os Estados Unidos, já haviam tratado, ao menos legislativamente, sobre essa questão:

> Temos diante dos olhos o importante relatório que ao Corpo Legislativo foi presento pelo actual ministro dos negócios do imperio. Entre os varios assumptos de que elle trata, vamos adduzir ligeiras reflexões sobre uma materia de importancia: – o ensino publico. E' objeto de ordem elevada, de alcance superior, e que, infelizmente, tem sido completamente descurado em nosso paiz. Em que peze o dizemos, o Brasil que já faz vergonhoso contraste com os povos cultos sustentando a escravidão, quer assignalar-se pelo atraso do ensino público.! (O JEQUITINHONHA, 31 jul. 1870, p. 01)

Verifica-se que o discurso do jornal estava vinculado as ideias difundidas na década de 1870 em todo território nacional. Para sustentar a argumentação, o periódico buscava fazer uma analogia quanto aos países avançados em matéria de investimento sobre a instrução, apontando que, no Brasil e em Minas Gerais, a incipiência de recursos destinados a instrução bem como a falta da obrigatoriedade e liberdade do ensino causavam prejuízos significativos para o desenvolvimento desse ramo do serviço público. Logo, sem educação e a instrução do povo não haveria como o país e a Província mineira caminhar para o futuro (O JEQUITINHONHA, 31 jul. 1870, p. 02).

A ideia de futuro apresentada pelo jornal se associava ao ideário do progresso da sociedade, na qual se tinha como base a instrução e educação da população. Isso retoma a análise feita sobre a problemática da formação de professores e o debate sobre a criação das

Escolas Normais em Minas Gerais nos anos de 1860, constatando que o principal argumento apresentado em torno da precariedade do ensino primário estava vinculado a falta de pessoal qualificado para instruir e educar as crianças bem como a inexistência de instituições educativas específicas para a formação de professores, constatando-se que apesar da década seguinte ser testemunha das mudanças no cenário educativo da Província, as transformações empreendidas pelo governo não foi garantia para o desenvolvimento da educação e instrução pública em Minas Gerais:

> Si a lei sómente escripta dependessem os progressos de qualquer ramo do serviço publico, Minas podia orgular-se da prosperidade do seu ensino. Temos um regulamento que muitos respeitos poderia servir de modelo – taes as excellentes innovações que proclama, e os salutares principios que consagra. Taxa escolar, obrigatoriedade do ensino, concelhos parochiaes, caixas escolares municipaes e privinciaes, conferencias pedagogicas, jardim de infancia, muzeos, bibliothecas escolares, etc. tudo se encontra ali approvado, disposto, organsado. Não obstante, como amarga ironia ao vistoso regulamento, a instrucção popular permanece immobilisada em todo o lamentavel atrazo de seu estado rudimentar e primitivo. Não falando na creação de novas cadeiras, não vejo progressos tenhamos jeito a este respeito nos ultimos annos. Si o magisterio não continua a ser, como dizia um dos antecessores de V. Exc., o reducto a que se tem acastellado a ignorância e a inepcia, é pelo menos certo que os individuos que excercem estão infinitamente abaixo de suas funções. As escolas normaes que poderiam operar n'este sentido uma revolução salutar, rehabilitando os antigos professores, e fornecendo um pessoal cheio de aptidões para os novos empregos, de pouco nos tem valido, porque, com sua organisação actual, defeituosa e incompleta, como adiante verá V. Exc., parecem antes instituições creadas para o fim consagrar e manter a rotina, do que cursos de estudos destinados a elevar o nivel da instrucção publica (FALLA, 05 jul. 1887, ANEXO 01, p. 03).

O Relatório Geral da Instrução Pública de Minas Gerais, redigido pelo Inspetor Geral, Dr. Mathias de Vilheno Valladão[113], de 20 de abril de 1887, anexada a fala do Presidente da Província, Dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo[114], apresentava uma visão pessimista no

[113] Segundo os dados localizados junto a Academia de Medicina de São Paulo, Mathias de Vilhena Valladão nasceu na cidade de Campanha no dia 22 de junho de 1860. Estudou medicina na Faculdade Nacional no Rio de Janeiro. Diplomou-se em 1884, com a defesa de sua tese. Segundo Souza (2006), após a finalização do curso superior, Dr. Mathias Valladão ocupou o cargo de Inspetor Geral da Instrução Pública de Minas Gerais de 1886 até 1888. Para a autora, Valladão teceu críticas severas ao ensino público da Província e mantinha uma posição conservadora e sempre em defesa da religião católica sob o ensino. Em 1889, transferiu-se para São Paulo onde exerceu sua profissão. Faleceu em 1920.

[114] Segundo os dados localizados no CPDOC, Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo nasceu no Rio de Janeiro em 04 de novembro de 1837. Era filho de Manuel Higino de Figueiredo. Formou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1858. Três anos depois ingressou no serviço público, sendo nomeado para o cargo vitalício de secretário da Relação da Corte. Casou-se com Francisca Pais Lemes de Figueiredo. Era

que diz respeito a instrução pública mineira, permitindo inferir que as leis publicadas após o ano de 1870 quase nada fizeram para mudar a situação da educação, ratificando a ideia de que as leis são sínteses e suas aplicabilidade dependerá dos grupos sociais e seus interesses (CASTANHA, 2008).

Do mesmo modo, contata-se que esse movimento apontado por Castanha (2008) corrobora para entender que na prática o investimento no campo educacional no Brasil e em Minas Gerais, em particular, ainda era muito incipiente devido as próprias características da política administrativa do Império, fundamentada na descentralização, e também os aspectos sociais e culturais da sociedade brasileira daquele período.

Essa característica fica evidente na medida que se observa no mesmo documento a argumentação do Inspetor Geral no que diz respeito às Escolas Normais:

> Bem lisonjeiras seriam as conclusões de que quisessem avaliar os progressos de nosso ensino pelo rapido augmento que em poucos annos triplicou o numero de escolas normais existentes. No entanto não fora a data relativamente recente sua fundação que lhes permittiu ainda produzir todos seus effeitos, poder-se-ia com justa razão attribuir a esses estabelecimentos, aos quaes estão confiados os destinos da instrucção publica, o estado de decadência e de abatimento em que ella se acha. No mecanismo de nosso ensino as escolas normaes funcionam como aparelhos destinados a formar professores e a operar sua seleção. Compete-lhes não só ministrar a instrucção profissional, preparando o professor modelo, o alumno mestre, como ainda apurar, pelos concursos, indivaos aptos para o exercício do magisterio. Vem d'esta origem todo o pessoal que se emprega no ensino da provincia. A influencia que por este modo as escolas normaes exercem sobre a instrucção primaria é tão decisiva, e tão evidente, que não há necessidade de largos desenvolvimentos, nem divagações extensas para demonstrar sua importancia e interesse capital [...] Estarão acaso esses estabelecimentos em estado de desempenhar-se de sua missão? E' o que não ousará afirmar quem quer que se dê o trabalho de examinal-os com algum cuidado. Por qualquer lado que se considere a orgaisação de nossas escolas normaes, ou em sua administração, ou na situação creuda ao corpo docente, ou programma de seu ensino ou nas condições de sua installação material, por toda parte só se encontram lacunas e imperfeições (FALLA, 05 jul. 1887, ANEXO 01, p.05).

Percebe-se diante do texto do relatório que a organização da instrução pública mineira tinha como núcleo irradiador as Escolas Normais, sendo isso reflexo dos discursos e debates que se deram ao longo dos anos de 1860 em torno da importância da criação desses

---

ligado ao Partido Conservador e sua ascensão política ocorreu quando estava à frente da Província de Minas Gerais, entre os anos de 1886 e 1887. Durante a República, ocupou brevemente o Tribunal de Contas do Rio de Janeiro. Entre 1900 e 1904, foi deputado federal do Rio de Janeiro, sendo eleito, senador pelo mesmo Estado. Foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal em novembro de 1911. Faleceu em 29 de outubro de 1912.

estabelecimentos de ensino em Minas Gerais para promover o "progresso" educação pública. Depreende-se que as expectativas sobre a existência dessas escolas foram desiludidas na medida em que os resultados esperados se mostravam distorcidos da realidade.

Se após a segunda metade do século XIX os documentos oficiais criticavam a falta de uma instituição educativa para se formar professores primários, sob a defesa de que essas melhorariam a situação da instrução pública da Província, os últimos anos do Império não só vislumbrou o surgimento de Escolas Normais e aumento da oferta de ensino primário como também presenciou a mudança da tônica dos discursos sobre a instrução pública.

Embora ainda atribuíssem ao professor os problemas com a instrução primária, não era mais a falta de escolas o principal dos problemas, já que essas tiveram um aumento significativo nesse período. Acrescentava-se aos discursos a temática sobre qualidade do ensino (RELATÓRIO PROVINCIAL, 13 abr. 1885, ANEXO C, p. 08), uma vez que essa dependeria da ação do professor, pois

> Confforme fôr elle, assim a sua influencia se fará sentir funesta ou bem fazeja sobre toda geração infantil, confiada aos seus cuidados. O caracter do professor, diz um superintendente do ensino, reflecte-se em cada um dos seos discípulos, como um semblante de um vidro facetado. Antes nenhum ensino do que o ensino mao, que perverte o coração, deforma o corpo e atrofia as faculdades da intelligencia. Vê-se, pois, que no ensino o mestre é o fator principal. Apezar das nossas numerosas escholas normaes, onde muito limitado numero de alumnos-mestres se tem diplomado, faltão-nos ainda verdadeiros preceptores, que estejão na altura de seo difficil encargo. O magisterio primario acha-se entregue em sua quase totalidade a individuos semi-analphabetos, que não passarão pelo indispesavel tirocinio para a profissão que exercem e sem a necessaria vocação e capacidade scientifica (RELATÓRIO PROVINCIAL, 13 abr. 1885, ANEXO C, p. 09)

O Relatório Geral da Instrução Pública de 1885, redigido pelo Dr. João Nepomuceno Kubistchek, diretor afastado da Escola Normal de Diamantina, permite inferir que a criação das Escolas Normais não foi acompanhada pelo incremento de número de professores primários formados como era esperado nos anos de 1870, uma vez que não era possível encontrar um número significativo de normalistas para prover as cadeiras de ensino primário existentes na Província mineira, permanecendo a tendência de professores leigos ou quase sem nenhuma instrução.

Inclusive, no documento publicado no ano anterior, relativo período letivo de 1883, cujo o Inspetor Geral da Instrução Pública era o mesmo, os dados apontados por indicavam que dos 98 alunos matriculados na Escola Normal de Diamantina naquele ano, sendo 48 frequentes,

apenas 03 haviam recebido o diploma de normalista, o que corresponde a 3% em relação ao número de matrículas daquela escola (FALLA PROVINCIAL, 02 ago. 1884, p. 21). No que se refere aos dados totais de normalistas da Província nesse mesmo ano, o governo provincial havia expedido somente 10 diplomas, compreendendo 04 da Escola Normal de Campanha, 02 de Montes Claros e 01 da Capital (idem).

Esses dados apontam novamente para a prerrogativa apresentada na segunda parte desse trabalho, em que, após a segunda metade do século XIX, defendia-se que professor tinha papel central na educação primária, evidenciando que o entendimento de vinte anos antes se mostrava quase sem nenhuma alteração: a escola ainda dependia do seu mestre, sendo um espectro que rodeava a instrução pública mineira e se apresentava com nova roupagem, de acordo com o contexto histórico no qual estava inserido.

A mudança quanto aos problemas da formação de professores e das Escolas Normais na Província fica perceptível diante das fontes, em que é possível verificar a inclusão de um outro elemento. Em matéria publicada no jornal *O Normalista*, em 17 de abril de 1887, redigido por quatro alunos da Escola Normal de Diamantina – dentre eles Arthur Queiroga[115], o fato da incipiência do ensino público de Minas Gerais nesse período não se limitava mais somente aos professores primários, mas também fora estendido a todos os professores da Província, incluindo os das Escolas Normais:

> Analysemos os factos: temos nove escolas normaes. Em algumas ensinão satisfatoriamente as materias que constituem o curso; em outras porém, o ensino é máo; isto por falta de habilitação e leveza dos professores, que, para salvarem as apparencias, e continuarem no viver do pingue lucro do trabalho de uma hora, deixão nas occasiões de exames, que as cousas se fação ao sabor de seus alumnos, para que eles tenhão prompta aprovação. As aulas praticas annexas ás escolas normaes, onde alumnos mestres devem exercitar-se, de nenhum modo satisfazem as exigencias pedagogicas, imperando nessas escolas, que são a norma, o prototyipo a imitar fielmente a desordem, a indisciplina e o emprego dos methodos rotineiros, que em lugar de conduzirem os alumnos ao melhoramento, abatem completamente o edificio theorico construido com materias primas extrahidas da pedagogia moderna, tornando

[115] Arthur Queiroga nasceu em Diamantina no dia 06 de junho de 1866 (COUTO, 1959, p. 259). Era casado com Aleixina Queiroga (DIÁRIO DE MINAS, 14 set. 1899, p. 02) De acordo com as fontes localizadas na APM, matriculou-se no Externato de Diamantina no ano de 1885, tendo como mentor o Prof. João Nepomuceno Kubistchek (APM. IP$^{1}_{3}$, Cx. 10, Pacotilha 17). Conforme Couto (op. cit.), Arthur Queiroga iniciou sua carreira no magistério primário na cidade de Minas Novas. Retornou a Diamantina e foi contratado para lecionar as cadeiras de agricultura e depois cosmografia na Escola Normal do município (ARNO, 1949, p. 57). Além do jornal *O Normalista*, contribuiu para as redações dos impressos *O Município* e *O Norte*. Foi eleito a vereador da cidade de Diamantina em 1900 (O MUNICÍPIO, 10 nov. 1900, p. 03). Em 1903, foi eleito deputado estadual, exercendo o cargo até 1907(COUTO, 1959, p. 259). Ocupou o cargo de Inspetor Regional do Ensino pela 2º circunscrição EM 1911 (O PHAROL, 08 jul. 1911, p. 02). Faleceu em 12 de maio de 1926 (COUTO, 1959, p. 259).

> improfícuos todos os meios racionaes de ensino. O vicio é de origem (O NORMALISTA, 17 de out. 1887, p. 01).

O trecho acima permite entender que o problema quanto o professorado mineiro continuava a assolar a instrução pública, em vários os ramos do ensino da Província, sobretudo o primário e normal. Esse aspecto pode ser compreendido como elemento de continuidade dentro de uma ruptura (SAVIANI, 2005), constatando que esse havia se tornado um pouco mais complexo, na medida em que as reformas empreendidas em anos anteriores acrescentaram novos elementos sob a organização da instrução.

De acordo com Vicentini e Lugli (2009), essas análise se encontra em consonância com uma gama de trabalhos produzidos sobre a formação professores durante o Império, na qual denota que esse momento da história da educação brasileira ficou marcado como as "trevas" no que se refere a formação e a escolarização dos professores. Situação da qual perpetuou-se ainda na República.

Diante disso, infere-se que as Escolas Normais não foram instituições educativas que promoveram a mudança, acentuando o caráter desorganizado e inorgânico da instrução mineira. Logo, se discurso vinculado a essas escolas que se associavam ao "progresso" da sociedade mineira, se tornou ao mesmo tempo limitado, na medida em que restringiu o número pessoas formadas que se dedicaram ao magistério público primário.

Por um lado, pode-se atribuir as dificuldades com o desenvolvimento da instrução pública mineira não apenas aos baixos salários pagos aos professores ou as péssimas condições das escolas primárias da Província conforme se elencou anteriormente, mas também, como disseram os alunos da Escola Normal de Diamantina, ao próprio ensino desses estabelecimentos, no qual perpetuava-se uma instrução rotineira, mecânica e estúpida, cuja as quais eram reproduzidas nas escolas primárias (O NORMALISTA, 17 out. 1887, p. 02).

O texto publicado no jornal permite afirmar que o ensino da Escola Normal de Diamantina não se vinculava aos preceitos da modernidade, mas sim do "progresso", pois se a modernidade deveria causar rupturas, enquanto a ideia de "progresso" permitiria melhorar aquilo que já se tem, ratificando a ideia de que sua criação não tenha causado uma mudança significativa na situação da educação da Província de Minas Gerais no final do século XIX, sendo mais um elemento de continuidade. Percebe-se que Minas Gerais estabeleceu relações com a modernidade por via da contradição (WIRTH, 1982), em que os discursos não condiziam com as práticas, tanto políticas como socioculturais.

A reverberação dessa situação pode ser observada também diante do quantitativo de normalistas formados que atuavam nas escolas primárias de Minas Gerais nos últimos anos do período Imperial. Em 1887, a Província possuía 1.022 professores primários, dos quais apenas 127 possuíam o diploma de normalista, correspondendo a 12% do total. Os outros 88% de professores foram habilitados pelos regulamentos publicados em anos anteriores, o que causava preocupação para o Inspetor Geral da Instrução Pública (FALLA, 05 jul. 1887, ANEXO 01, p.23).

Denota-se que após a criação das primeiras Escolas Normais em Minas Gerais, entre os anos de 1872 a 1888, a Província passou de 558 escolas de ensino primário para 1.649, o que representa um aumento de 103% (RELATÓRIO PROVINCIAL, 01 set. 1873, ANEXO, p. 09; FALLA, 01 jun. 1888, p. 14). No entanto, no que se refere ao provimento das cadeiras os números não se mostraram os mesmos: das escolas primárias criadas, apenas 1.256 estavam providas, o que representa 76% do total. Dessas, só 17% eram ocupadas por normalistas formados, apontando para uma das causas que corroboram para o desprestígio que afligia as Escolas Normais até o início do século XX, uma vez que

> As oito escolas normaes que funcionam na provincia não tem correspondido em resultado ao que de semelhantes instituições se devem esperar; para que não sejam improficuos os sacrificios que com ellas faz o cofre provincial, convém reformal-as, restrigindo-lhes o numero, de modo a ser possivel dotal-as de pessoal docente habilitado, sufficientemente remunerado, dispondo do conveniente material de ensino, e dirigido por pessoas que tenham especiais conhecimentos e aptidões (FALLA, 01 de jun. 1888, p. 11).

De acordo com a fala do Presidente da Província, Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa[116], era necessária uma nova reforma na instrução pública de Minas Gerais. No que diz respeito às Escolas Normais mantidas por Minas Gerais sua sugestão aponta para uma diminuição desses estabelecimentos afim de que o governo pudesse atender todas as exigências para seu funcionamento. Contudo, essa nova reforma só viria por ocasião da República, em 1892, quando o governo do Estado estava sob a administração de Affonso Augusto de Moreira

[116] Os dados biográficos de Luiz Eugenio Horta Barbosa são muito esparsos. No entanto, reuniu-se as seguintes informações: oriundo da cidade de Juiz de Fora, atuou como advogado na região (O PHAROL, 13 maio 1883, p. 04). Em 1877, ocupou o cargo de Inspetor da Instrução Pública do município (op. cit., 13 jul. 1877, p. 01). Segundo o *Jornal de Queluz* (07 maio 1927, p. 01), Horta Barbosa faleceu em Juiz de Fora depois de um longo período enfermo. O impresso assinala que Horta Barbosa esteve à frente de vários cargos importantes durante o Império, sendo nomeado por duas vezes à Presidência da Província do Pará e Minas Gerais.

Penna[117]. E diferentemente do que havia sugerido, esses estabelecimentos de ensino atravessaram para o novo regime.

Foi sob a instrução e, sobretudo, o professor, os políticos brasileiros depositaram suas "esperanças" nesse período. Acompanhando a promessa de mudança da República brasileira, em 1889, a educação fora tida como remédio para as mazelas do atraso (GONÇALVES NETO; CARVALHO, 2005; CARVALHO, 1998). Neste ramo do serviço público, apesar da menção sobre um projeto republicano de educação em nível nacional, isso não aconteceu de fato (GONÇALVES; CARVALHO, 2019, p. 08). A Constituição de 1891 sublinhou a descentralização política instituída pelo período imperial, ficando a cargo dos Estados e municípios o investimento e manutenção da instrução púbica.

Compreende-se que durante o Império, em Minas Gerais, as Escolas Normais foram responsáveis por aglutinar argumentos ora a favor, ora contra sua existência, pois seu funcionamento não garantiu a formação de professores primários suficientes para atuar nas escolas da Província; fator que corroborou para a continuidade das ações de professores sem formação específica para lecionar, o que causava prejuízos a instrução pública e, sobretudo, no ensino primário.

Tal movimento se repetiu em outros lugares do país. Uekane (2016), ao analisar o cenário educacional do Rio de Janeiro entre o final do século XIX e início do XX, aponta que os discurso dos Presidentes de Província e de Estado muito se assemelhavam ao do governo mineiro, em que consideravam que o "progresso" da instrução primária dependia do professor, defendendo que esse último deveria ser formado por instituições educativas específicas, como a Escola Normal da Capital, posteriormente nomeada Escola Normal do Distrito Federal.

Igualmente, Tanuri (1979) advoga que a mudança de regime não trouxe qualquer alteração para o ensino normal. Para autora, a República "[...] nem inaugurou uma nova corrente

[117] Segundo Silva (2012), Affonso Penna nasceu em Santa Bárbara no dia 30 de novembro de 1837. Era filho do português Domingos José Teixeira Penna e de Anna Moreira Teixeira Penna. Ingressou no Colégio do Caraça aos dezesseis anos. Em 1866, dirigiu-se para São Paulo afim de entrar na Faculdade de Direto. Formou-se em outubro de 1870. Retornou a Minas Gerais, onde exerceu a advocacia na sua cidade de origem e em Barbacena. Em 1874, foi eleito deputado provincial pelo Partido Liberal. No ano seguinte, se casou com Maria Guilhermina de Oliveira Penna com quem teve doze filhos. Foi ainda eleito a deputado geral em 1878, sendo reconduzido por diversos mandatos até a Proclamação da República. Esteve à frente do Gabinete de Guerra em 1882 junto ao Gabinete de Martinho de Campos. Em 1883, ocupou o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas no Gabinete de Lafayette. Dois anos depois, juntou-se ao Ministério de Interior de Justiça com o Gabinete de Saraiva. Em 1888, com Rui Barbosa, compôs a Comissão para organização do Código Civil. Após o estabelecimento do novo regime, compôs a Assembleia Constituinte do Estado mineiro, quando foi eleito, em 1892, ao cargo de Presidente de Minas Gerais. Criou a Faculdade Livre de Direito em Ouro Preto, sendo inaugurada no 13 de novembro de 1892. Faleceu em 14 de junho de 1909.

de ideias educacionais, tendo significado, simplesmente o coroamento e, portanto, a continuidade do movimento que se iniciara no Império, mais precisamente nas suas últimas décadas" (TANURI, 2000, p. 67-68).

De acordo com Santos (2019), a transição do Império para República, no que se refere principalmente a educação e a formação de professores, foi mais uma reprodução e persistências de padrões escolares estabelecidos no regime imperial do que irradiador de mudanças no cenário educacional brasileiro. Conforme Saviani (2008), a atenção dada a instrução pública e a necessidade de reforma-la não era recente, e sim já coincidia com o estabelecimento do país enquanto Estado Nacional, ainda no Império.

Como se pôde observar, os discursos e os dados apresentados nos documentos oficiais nos últimos anos do regime imperial ratifica a ideia de que a reforma da instrução pública de Minas Gerais não havia ainda alcançado os patamares desejados sob a formação de professores e as Escolas Normais, recebendo diversas críticas por parte de Inspetores Gerais e Presidentes de Província. Desse modo, acredita-se que seja necessário entender que as principais transformações estabelecidas pelo fim do Império e sua reverberação na educação brasileira. Sabe-se que a Proclamação da República, em 1889, alterou a organização política do país, convertendo em uma federação, diante da promessa que causaria transformações no cenário sociocultural brasileira; mas, ao mesmo tempo, sublinhou a descentralização e deu autonomia dos Estados e municípios.

Para Cury (2000), a reorganização do país fez com que a questão educacional passasse a ser tratada principalmente no campo legislativo, pois é a lei que determinaria quem teria direito ou não a educação, colocando em voga as disputas e debates em torno dela, sendo resultado das relações de poder, apontando para a dimensão de luta que as envolvem. Logo, as leis publicadas faziam parte de um plano regulador entre Estado e sociedade, em que algumas propostas ficavam no obscurantismo afim de outras fossem eleitas.

A questão da cidadania, portanto, também perpassou pelo campo das leis, em que essa última se torna normativa essencial para regular e estabelecer mudanças ao convívio social, logo, "[...] não apropriar-se das leis é, de certo modo, uma renúncia à autonomia e a um dos atos constitutivos da cidadania" (CURY, 2000, p. 15). Durante o Império, essas duas categorias foram elencadas já na primeira Constituição, em 1824, em que determinou que a instrução primária seria gratuita a todos os cidadãos. Segundo Maliska (2001), a época desse dispositivo

legal, o entendimento sobre a promoção da educação limitava-se estar a cargo da família e da Igreja.

Esse apontamento feito pelo autor, indica a própria organização do Estado imperial, no qual a religião católica encontrava-se no centro da atividade sociocultural e política do regime. Nesse sentido, constata-se que a República, por força da lei, colocou fim na relação entre o Estado e a Igreja. Ratificando essa afirmação, Leite (2011, p. 38) advoga que a mudança do regime político brasileiro teve caráter mais desconstitutivo do que prepositivo. Sob o ponto de vista jurídico, sua finalidade foi de colocar ponto final na administração imperial e por isso seus resultados, fruto de uma miscelânea de interesses de diversos grupos sociais, políticos e intelectuais.

Se desde o Império o ímpeto pela modernidade e pelo "progresso" da sociedade se delineava, mesmo que de modo tímido; com a instauração da República, o ideário moderno se mantém de maneira mais intensa. Para Gonçalves Neto e Carvalho (2005)

> A República nascerá, portanto, marcada pela convicção no poder regenerador da educação, possibilitando a formação de uma nova sociedade cujo o diferencial maior em relação ao Império estaria no sentimento nacional, na prática do civismo, na difusão da cidadania, no aprimoramento da força do trabalho, etc. tudo permitido pelo acesso à educação (GONÇALVES NETO; CARVALHO, 2005, p. 266).

Os autores apontam para o entusiasmo e otimismo da educação que se desenvolveram mais fortemente a partir do início do século XX (NAGLE, 1971). Antes disso, porém, logo após a proclamação da República, percebe-se que algumas iniciativas quanto a regeneração da educação foram tomadas. Pelo Decreto nº. 346, de 19 de abril de 1890, criou-se a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, sob a égide que para fundação da Republica não bastava sua instauração e a declaração da liberdade, era "[...] necessario crear meio que a torne viavel, e para esse fim procurar fazer penetrar em todas as camadas sociais as idéas justas e moraes para que, bem compreendida a liberdade, possam subsistir as instituições republicanas" (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA, CORREIOS E TELÉGRAFOS, 1891, p. 04).

Com efeito, o documento defendia que as escolas deveriam se tornar as principais irradiadoras das ideias republicanas. Para isso, o primeiro relatório publicado por essa secretaria indicava a necessidade de se criar um órgão que pudesse centralizar e organizar a educação

brasileira, de modo que pudesse colaborar com o progresso da nação e auxiliar na construção do homem republicano (SOUSA; JUSTINO, 2018, p. 179).

No âmago das propostas para a educação brasileira no período que vai no final do século XIX até meados do século XX, colocava-se em pauta a defesa sobre racionalização da educação, que correspondia, também, às expectativas de quem estava no poder. Isso porque,

> [...] o período que vai do último quartel do século XIX ao começo dos anos 20, no Brasil, é de profundas e rápidas transformações sociais e políticas. A abolição da escravatura em 1888 e a proclamação da República em 1889 haviam aberto caminho para a construção de uma nova sociedade capaz de absorver as novas ideias [...] Saía-se do escravismo e ingressava-se no processo de uma sociedade de tipo capitalista urbano-industrial. Entre 1889 a 1930, vive-se o que ficou conhecido como a República Velha, marcada pela presença das oligarquias regionais e pela fraqueza de um poder central. É a crise desta estrutura política, econômica, social e cultural que marcará a vida brasileira durante a década de 1920, culminando na Revolução de 30. A partir de então começava-se implementar não apenas uma nova ordem republicana, mas, sobretudo, um novo modelo de Brasil, o modelo de Brasil *moderno* (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994, grifos dos autores).

É no entorno das discussões sobre o campo educacional brasileiro, associado a ideia de progresso e civilização que as escolas primárias e normais passaram a constituir-se como lócus da formação do futuro cidadão, e consequentemente, responsáveis pela formação de uma sociedade moderna. Por isso, as análises desfavoráveis que fizeram os governantes no final do Império não só atestavam o estado calamitoso que encontrava-se a instrução pública de modo geral, mas também apontavam sobre a necessidade de melhora, com vistas a constituição de uma sociedade moderna, como se viu anteriormente.

Logo, devido ao aspecto do movimento da história, em que as continuidades também se fazem diante das rupturas, percebe-se que esse discurso sobre a regeneração da sociedade por meio da disseminação da instrução se mostrava destoado da realidade brasileira, uma vez que, conforme Veiga (2002), diferentemente das sociedades europeias, em que os Estados nacionais se assentaram na herança das relações feudais; o Estado brasileiro

> [...] estruturou-se baseado em laços de interdependência entre os membros da aristocracia e das elites econômicas, o que possibilitou inclusive o rompimento com a metrópole; ou seja, um acordo entre aristocracia e proprietários de escravos" (VEIGA, 2002, p. 101).

Para a autora, essa tendência permaneceu mesmo com a ascensão da República. A discussão sobre qual modelo republicano seria adotado provocou caos na sociedade brasileira. Segundo Herschmann e Pereira (1994, p. 25), "[...] o ponto crucial do debate era a relação entre

público e privado e/ou indivíduo e comunidade", o que resultou na escolha por um sistema de governo baseado na mistura entre o modelo estadunidense e positivista.

Sob esse modelo, emergiu uma discussão mais acentuada sobre o papel da ciência, para que se tirasse o país do atrasado, uma vez que, segundo Faoro (1992, p.11), "[...] todas as ideias postas em circulação acentuavam que a ciência era o valor mais alto da cultura humana, capaz de resolver todos os problemas". Prevaleceu, então, a importação de padrões e valores europeus, servindo de parâmetro comparativo sobre a ideia de civilização no contexto brasileiro. Pode-se afirmar, de acordo com Hershmann e Pereira (1994) que o início da República foi configurado pela busca da ciência aplicada, ou seja, da ciência técnica, que passou a ser considerada essencial para o destino da nação.

Nessa perspectiva, mesmo que a Secretaria de Instrução Pública, Correios e Telégrafos tivesse pontuado a importância sobre a centralização do ensino para a constituição do homem republicano, o Decreto nº. 981, de 08 de novembro de 1890, frisou a estrutura da educação brasileira estabelecida até então, ficando sob a responsabilidade dos Estados as suas reformas na instrução pública neste período.

De acordo com Uekane (2016), esse regulamento determinava que a formação de professores primários continuasse a ser realizado no interior da Escola Normal da Capital, vislumbrando, sobretudo, os aspectos morais dos candidatos ao magistério primário, tornando-se essa condição fundamental para a atividade do professorado nas escolas do Rio de Janeiro, uma vez que, segundo a autora, somente o bom desempenho dos deveres regenerariam a instrução primária.

Além disso, algumas mudanças foram executadas no que se refere o ingresso e matrícula dos alunos na Escola Normal, em que pode-se destacar a idade mínima, sendo 15 anos para os meninos e 14 para as meninas, comprovado mediante a um atestado de idade; certificação da conduta moral do candidato a ingresso, assinado por autoridade local reconhecida; atestado de saúde, que provava condições físicas para o exercício do magistério; e somado a tudo isso, comprovação de instrução, mediante a exame de admissão ou atestado aprovação nas matérias do ensino primário (UEKANE, 2016, p. 35-36).

Por um lado, Marques (2015) indica que essas características apontavam para o aspecto regenerador atribuído a instrução primária na Capital durante os primeiros anos da República, em que se verifica que esse movimento buscava causar uma ruptura com o período anterior. Por outro, Sousa e Justino (2018, p. 180) acrescenta que esse decreto evidenciou que as disputas

entre os Estados ainda continuavam, uma vez que a regulamentação não propunha uma administração centralizada da educação nacional, devendo apenas servir de modelo.

Seguindo essa tendência, Nogueira (2012, p. 25) afirma que a educação em Minas Gerais nesse mesmo período foi entendida como um dos "[...] mecanismos de controle social capaz de promover a construção da nova ordem – ordem republicana – requerida como essencial para a superação da ordem monárquica". A primeira lei promulgada nesse sentido foi a Lei nº. 41, de 03 de agosto de 1892, que buscava dar nova organização a instrução pública mineira e ao mesmo tempo sanar os problemas elencados no período anterior.

Constata-se que sob o ensino normal além de manterem as nove instituições educativas existentes nas cidades de Ouro Preto, Campanha, Diamantina, Montes Claros, Paracatu, Uberaba, Sabará, São João D'El Rei e Juiz de Fora, foi criada uma Escola Normal em Araçuaí[118] através do artigo 159 da Reforma Affonso Penna. Do mesmo modo, verifica-se que os objetivos do ensino normal mineiro foram traçados de forma clara, evidenciando a intencionalidade por parte do poder público estadual:

> Art. 158. A Escola Normal, sob a fórma de externato mixto, é um estabelecimento de ensino profissional, destinado a dar aos candidatos á carreira de magisterio primario a educação intellctual, moral e pratica necessaria e sufficiente para o bom desempenho dos deveres de professor, regenerando progressivamente a escola publica de instrucção primaria (LEI N. 41, 03 ago. 1892, p. 69).

Diante do trecho acima, pode-se inferir que a primeira reforma da instrução pública mineira tinha em vista dar um caráter mais orgânico ao ensino primário e normal, reforçando o entendimento de que da escola primária dependia do professor, sendo esse a ferramenta regeneradora da instrução primária. Nessa mesma direção, Santos (2019, p. 120) argumenta que esse artigo reforçava a ideia de que, se o ensino normal promovesse os resultados esperados, isso reverberaria no ensino primário, já que esses normalistas formados atuariam nas escolas primárias do Estado.

[118] Por meio dos Anais da Câmara de Deputados (1893, p. 82; 1894, p. 74-75), verifica-se o debate sobre a necessidade de criação de mais Escolas Normais em Minas Gerais que fossem mantidas pelo Estado, nas cidade de Pouso Alegre, Cataguazes e Januária, sob a égide que essas instituições fomentariam não só a formação de mais professores primários, mas, também, contribuiriam para os cenários educacionais das suas respectivas cidades. Desse modo, sob a forma da Lei nº. 41 de agosto de 1892 e regulamentado pelo Decreto nº. 607 de fevereiro de 1893, foi promulgada a Lei nº. 91, de 11 de julho de 1894, criando mais três instituições educativas destinadas a formação de professores primários naquelas cidades. Todavia, diante dos documentos consultados, não encontrou-se registros sobre a instalação e funcionamento dessas Escolas Normais.

É importante ressaltar que o curso normal, ao lado do ensino agrícola e zootécnico, curso de agrimensura, ensino comercial e a Escola de Farmácia, compunha o *Título IV – Do Ensino Profissional* da Lei nº. 41 de 1892, demonstrando, conforme Souza (2000), o movimento de renovação pedagógica do qual o país buscava se alinhar no final do século XIX por meio da constituição de currículos modernos.

Para autora, isso não significou uma alteração no caráter de distinção de classes estabelecido através educação. Ao contrário, serviu mais de pretexto para dar continuidade a diferenciação entre a formação das elites e a formação de trabalhadores (SOUZA, 2000), podendo considerar que "o ensino profissional, na realidade, assumiu um caráter que ultrapassou a regeneração e a reprodução da força de trabalho, sendo entendido como uma concessão que buscava o controle e a disciplina das classes subalternas" (LIMA, 2002, p. 11).

Essas características também foram sublinhadas pelo Decreto nº. 607, de 27 de fevereiro de 1893, que regulamentou o ensino normal mineiro nesse período. Nota-se que até o fechamento das Escolas Normais de Minas Gerais, em 1905, a instrução pública mineira passou por mais uma reformulação, na qual incluía o ensino normal. Foi promulgada a Lei nº. 221, de 14 de setembro de 1897, regulamentada pelo Decreto nº. 1.175, de 29 de agosto de 1898. Considera-se que todos os dispositivos legais que regeram neste período buscavam sanar as dificuldades encontradas para o desenvolvimento da educação mineira, problemas dos quais já vinham do período anterior.

Gonçalves Neto (2001, p. 01) indica que esse período, marcado pela Reforma Affonso Penna até a criação dos Grupos Escolares em 1906, perpassando o fechamento das Escolas Normais mineiras em 1905, pode ser nomeada de "fase heroica da educação republicana" em Minas Gerais, em que foi entendida como um dos pilares para a sustentação do projeto de sociedade fundamentado nos valores liberais, estando encarregada de transmitir comportamentos, condutas e hábitos condizentes com a ideia de cidadão.

Neste sentido, o autor aponta que os Presidentes de Estado[119] colocaram-se em condição de inauguradores de uma ordem política superior, em que as marcas do passado deveriam ser superadas pela nova ordem, "[...]através da valorização do conhecimento moderno, da ciência, da nação, reforçados pela educação [...]" (GONÇALVES NETO, 2001, p. 01).

[119] Entre os anos de 1892 a 1906, ocuparam a Presidência do Estado de Minas Gerais: Affonso Augusto Moreira Pena (13 de julho de 1892 a 07 de setembro de 1894), Crispim Jacques Bias Fortes (07 de setembro de 1894 a 07 de setembro de 1898), Francisco Silviano de Almeida Brandão (09 de setembro de 1898 a 21 de fevereiro de 1902), Francisco Antônio de Salles (09 de setembro de 1902 a 09 de setembro de 1906) e João Pinheiro da Silva (07 de setembro de 1906 a 25 de outubro de 1908).

Segundo Araújo (2006), com a suspensão das atividades das instituições educativas públicas para a formação do professorado mineiro por meio da Lei nº. 395 de 23 de dezembro de 1904, o governo promulgou a Lei nº. 439, de 28 de setembro de 1906, criando os Grupos Escolares, no qual demandaria a reorganização do ensino e dos espaços escolares. Como consequência, o regulamento que acompanhava o dispositivo legal, reconhecia que o poder público do Estado não poderia arcar financeiramente para a realização do ensino primário. Diante disso, foram convocados a cooptar junto ao governo de Minas Gerais as iniciativas privadas na educação, fossem elas confessionais ou não. Para autor, esse movimento caracteriza-se como o intercambiamento entre o público e o privado.

Em tese, esse movimento permite afirmar que tão moderno quanto fundar Escolas Normais, passar essas para a iniciativa privada e promover a criação dos Grupos Escolares, corroboravam para o projeto de modernidade vigente em Minas Gerais nesse período, uma vez que a existência dessas duas instituições educativas permitiam organizar e sistematizar tanto o ensino primário como o normal, vislumbrando equacionar os problemas com a instrução pública.

Assim, percebe-se em consonância com Gonçalves (2006, p. 35) que as reformas empreendidas durante os primeiros anos da República

> [...] foram produzidas a partir da argumentação de que sua implementação contribuiria para a melhoria do estado de degradação em que se encontrava o ensino de Minas. Reformar o ensino poderia, para uns, entre eles os presidentes, ser sinônimo de melhoria da educação e do ensino. Para outros, isso poderia estar bastante claro, mas não para todos [...].

Tal análise encontra eco nos argumentos apresentados por Viñao (2001, p. 26), em que o autor considera que as reformas educacionais podem ser entendidas como sínteses de "[...] esforços planificados para mudar as escolas com o fim de corrigir os problemas sociais e educativos percebidos". Desse modo, a constante crítica sobre a organização do ensino mineiro ao final do século XIX torna-se objeto para os governos implementassem mudanças com a finalidade de atender as necessidades da época.

Logo, devido as próprias características da República no país, em que as mudanças foram impostas de cima para baixo, significando que o projeto de modernizar a sociedade foi via prussiana e não estavam de acordo com o contexto social desse período (FAORO, 1992), Herschemann e Pereira (1994) advogam que a estrutura societária brasileira, de modo geral, não estava aberta a mudanças, muito menos rápidas e abruptas.

Por mais que a prerrogativa do Estado moderno no final do século XIX e início do XX fundamentava-se na crença de que este deveria ser o mecanismo de racionalizar a sociedade, colocando-a nos trilhos do "progresso", com base no saber técnico-científico, as raízes da formação da sociedade brasileira, patriarcal, escravocrata e católica colocavam-se como barreiras ao desenvolvimento da modernidade, fazendo com que essa se adaptasse a realidade posta. Assim,

> [...] A sociedade brasileira, evidentemente, não respondeu homogeneamente a essas "reformas", uma vez que a maioria da população ainda organizava suas vidas de acordo com os valores tradicionais, clientelistas, bem longe do modelo de estrutura social oferecido pelo Estado (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994, p.26-27).

Pode-se afirmar, diante disso, que apesar da necessidade de mudança imposta pelas prerrogativas da modernidade ao Estado brasileiro, o que temos entre o final do Império e durante a Primeira República é uma constante crítica ao sistema social vigente, no qual percebe-se que há continuidade de uma cultura e uma tradição anterior a 1889. A educação, conclamada como mecanismo de transformação do homem, não transpôs nem as relações religiosas e sociais, não sendo elemento de ruptura com o passado, servindo para acentuar as diferenças sociais e ratificar a organização da sociedade.

Retomando as prerrogativas da modernidade expostas no início deste tópico, ratifica-se a ideia de que para se fundar a sociedade moderna não bastava tirar Deus do centro da sociedade e colocar a ciência em seu lugar, como princípio norteador dos avanços políticos, sociais e econômicos. Era necessário, acima de tudo, causar um rompimento entre os interesses públicos e privados, colocando em voga a secularização do Estado.

Nessa perspectiva, Veiga (2002) afirma que o processo de monopolização dos saberes pelo Estado brasileiro, ao contrário de outros países, se deu por meio do processo de monopolização da força física. Diante disso, não houve, por parte dos dirigentes, uma procura por "completar um projeto de civilização já em curso",

> [...] mas de estabelecer as civilidades, e, principalmente, legitimar e dar visibilidade a uma nova configuração de poder em construção. Isso se manifestou principalmente na produção de cargos públicos e de uma rede de funcionalismo, inserindo novas relações de poder na rotina das populações (VEIGA, 2002, 101).

Assim, se a invenção da escola moderna tinha como intuito romper com os costumes da família ao passo de promover uma aprendizagem da vida em sociedade, almejando constituir

um cidadão útil para o progresso social e a civilização; a escola e a escolarização brasileira, entre o final do século XIX e início do XX, não corroborou para a modernização, na medida em que reforçava a presença do indivíduo frente a sociedade. Por consequência, a escolarização continuou a pertencer como privilégio das elites brasileiras, acentuando a presença de uma educação com viés da Igreja Católica e da família, o que impossibilitava o triunfo da ideia da ciência e da técnica dentro das escolas.

4.2 A Escola Normal de Diamantina e a legislação do ensino normal nos primeiros anos da República

A Escola Normal de Diamantina funcionava em um edifício cedido pela Câmara Municipal da cidade, "[...] num prédio dos tempos coloniais, anos antes modificado, à Praça Conselheiro Mata, que 14 anos depois sofreu uma nova modificação, para inauguração do Grupo Escolar" (ARNO, 1949, p. 57).

Figura 08 – Grupo Escolar de Diamantina, início do século XX.

Fonte: THOMÉ, 2017, p. 61.

Por meio da narrativa de Arno (1949), pseudônimo de Cícero Arpino Caldeira Brant, ex-aluno da Escola Normal de Diamantina, entre os anos de 1893 a 1895, e primeiro diretor do Grupo Escolar da cidade, de 1906 a 1909 (THOMÉ, 2017), foi possível identificar uma fotografia da primeira instituição educativa de ensino graduado do município diamantinense,

criado pela Lei nº. 2.091 de 20 de setembro de 1907. Segundo as investigações de Thomé (2017) esse retrato foi tirado no início do século XX, após uma reforma feita no antigo prédio da Escola Normal, fechada por ocasião da Lei nº. 395 de 23 de dezembro de 1904 aprovada pelo Decreto nº. 1.778 de 31 de dezembro de 1905.

Como se pode observar na foto, os traços tradicionais da arquitetura da cidade foram respeitados de modo a não destoar da paisagem urbana. Conforme as narrativas de Couto (1954) e Machado Filho (1973), pode-se afirmar que ao tempo dessa fotografia o edifício já completava um pouco mais de cem anos e havia sido construído inicialmente para acomodar a Intendência de Diamantes[120] e estava localizado no centro da cidade, próximo a Igreja da Sé de Santo Antônio.

Nesse sentido, observa-se que as modificações feitas sob a construção (Figura 08), seja para abrigar a Escola Normal ou o Grupo Escolar, ao mesmo tempo que anunciava a modernidade também fazia referência ao passado, evidenciando a contradição posta pelos "tempos modernos" associada a tradição sociocultural e identitária da sociedade diamantinense constituída ao longo dos anos.

Essa afirmação retoma a prerrogativa de que a modernidade havia se adequado a realidade mineira, sendo entendida, portanto, no sentido do progresso, técnico e material da sociedade. Tal fato fica evidente quando Almeida (2017, p. 54) indica que para instalação do Grupo Escolar de Diamantina as paredes foram apenas repintadas de branco, sendo a escola organizada em oito salas, divididas por sexo, tendo uma professora responsável[121] seguindo as prerrogativas da escola graduada e utilizando as mesmas mobílias, estrutura física e material que havia sido deixada pela Escola Normal.

No entanto, Thomé (2017, p. 61-62) pondera que a localização da escola demonstrava o rompimento com as tradições arcaicas do período Império, em que sua existência assumiu "[...] um lugar de prestigio e destaque, seja pelo projeto educacional republicano, seja pelo seu

[120] Para Furtado (1999), esse órgão, criado por volta de 1734, tinha papel central na administração política-administrativa do antigo Arraial do Tijuco e sua edificação simbolizava de modo representativo seu papel para a constituição da sociedade tijuquense. A autora afirma que a Intendência de Diamantes funcionou entre os anos de 1734 a 1739, cuja sua ação limitava a exploração da área diamantífera apenas pela Coroa Portuguesa. Foi substituída pelo sistema de contratos que vigorou até 1771. Com as reformas pombalinas, declarou-se o monopólio régio e foi criada a Real Extração, sob o Regimento Diamantino.

[121] Segundo Thomé (2017, p. 74), o Grupo Escolar de Diamantina surgiu inicialmente com a união de quatro escolas isoladas que existiam na cidade das professoras normalistas: Mariana Corrêa de Oliveira Mourão, Liseta de Oliveira Queiroga, Agostinha de Sá Corrêa Rabello e Júlia Kubistchek. Foram nomeadas ainda as normalistas Edésia Corrêa Rabello, Hilda Rabello da Matta Machado, Custódia Brant e Eponina da Matta Machado. O primeiro diretor da instituição educativa foi Cícero Arpino Arno Caldeira Brant, sendo o porteiro e a servente, respectivamente, Francisco Regulo Perpétuo e Augusta Bagô.

projeto urbanístico que anunciou a modernização da cidade". Ora, havia o Grupo Escolar se adaptado a planta original da Escola Normal, uma vez que não havia o governo, nem municipal ou estadual, se preocupado em construir um edifício próprio, majestoso e eloquente, conforme destacou a pesquisa de Faria Filho (2015).

Logo, considerando as contribuições dos autores e a história da formação do município de acordo com o que foi apresentado anteriormente, concebe que a modernidade foi anunciada de modo processual durante o século XIX e início do XX em Diamantina, com vistas ao "progresso" da população, uma vez que os argumentos de Thomé (2017) também podem ser atribuídos a instalação da Escola Normal bem como sua transição do Império para a República, dado que sua existência foi pautada nos preceitos que alicerçavam a educação como mecanismo de mudança e não de ruptura dos processos já em curso.

Assim, da mesma maneira que foi recebido o Grupo Escolar, a Escola Normal também havia sido anos antes. Tão moderno quanto ter uma escola graduada em Diamantina era também ter uma escola incumbida para a formação de professores. A modernidade pode ser entendida como o embate entre o antigo e moderno, que vislumbra o "progresso" da sociedade sem renegar por completo o passado. E nessa querela encaixasse a religião, os costumes e a cultura já consolidados na sociedade, postura que foi assumida pelas elites dirigentes em Diamantina sobretudo entre o final do século XIX e início do XX e reverberaram no funcionamento da Escola Normal da cidade.

Em conformidade com as argumentações de Santos (2019, p. 162), a constituição do Grupo Escolar na cidade diamantinense buscava equacionar à crise econômica e a necessidade de melhorar o nível do ensino primário do Estado, demonstrando a mudança do eixo do desenvolvimento da educação pública mineira: das Escolas Normais para os Grupos Escolares, fomentando o intercambiamento entre o público e privado no que diz respeito a formação de professores primários por meio das instituições educativas particulares confessionais.

Porém, antes de dar continuidade à discussão sobre a mudança e transferência da responsabilidade pela formação do magistério primário, julga-se necessário compreender o interior da Escola Normal de Diamantina a partir dos primeiros anos da República, uma vez que acredita-se que o ensino normal ministrado nessas instituições educativas serviria de argumento para a sua suspensão em 1905.

Com a Proclamação da República, em 1889, as nove Escolas Normais de Minas Gerais continuaram a existir, incluindo a de Diamantina, sendo criada e instalada mais uma na cidade

de Araçuaí, totalizando dez estabelecimentos de ensino público dedicados a formação de professores. Através dos quadro do professorado disponíveis (APM, IP$^{1}_{3}$, Cx. 09, Pacotilha 10) e as memórias de Edésia Corrêa Rabello, Helena Morley e Ciro Ano, constata-se que parte dos professores que lecionavam na instituição diamantinense foram mantidos, sendo necessário a contratação de outros para atender as necessidades do novo programa de ensino instituído a partir de 1892, com a Reforma Affonso Penna.

Segundo Arno (1949, p. 57), das treze lentes que davam aulas na Escola Normal de Diamantina em 1893, cinco já trabalhavam naquele lugar desde os primeiros anos de funcionamento: *Joaquim José Pedro Lessa*, *Sebastião Corrêa Rabello*, *Theodomiro Alves Pereira*, *João Nepomuceno Ribeiro Ursini*[122], e *José da Cunha Vale Laport*. Igualmente, Couto (1954, p. 137) assinala que continuaram a ser professoras da aula prática do sexo feminino as senhoras *Maria Salvelina Alves Pereira*[123] e *Garibaldina Rocha*[124].

Com o fechamento dos Externatos mineiros em 1890, nota-se que os professores *Elpídio Procópio Alves Pereira*[125] e *Arthur Napoleão Alves Pereira*[126] que ministravam aulas na instituição educativa de ensino secundário do município foram remanejados para lecionarem, respectivamente, as disciplinas de aritmética e álgebra, e, ciências físicas e naturais na Escola Normal da mesma cidade. Enquanto o professor *Francisco Corrêa Rabello*, docente nas duas escolas, conforme pôde ser verificado por meio do Quadro 03, foi eleito a deputado na Constituinte, deixando os cargos que ocupava (RABELLO, 1964, p. 95).

Além dessas modificações no quadro do professorado, verifica-se que para atender as demandas da reforma da Lei nº. 41, de 03 de agosto de 1892, foram contratados os professores

---

[122] Não foi possível localizar dados biográficos.

[123] Os dados localizados sobre Maria Salvelina Alves Pereira indicam que ela foi casada com Valeriano Alves Pereira com que teve filha Benardina Alves Pereira, falecida repentinamente em 1890 (O MUNICÍPIO,10 jul. 1890, p. 04).

[124] Não foi possível localizar dados biográficos.

[125] Não localizou nenhuma informação pessoal de Elpídio Procópio Pereira, a única que consta é que ele foi professor de matemáticas elementares no Externato de Diamantina e por ocasião da supressão desse estabelecimento de ensino em 1890, foi transferido para a cadeira de aritmética da Escola Normal de Diamantina. Era irmão de Arthur Napoleão Alves Pereira.

[126] Arthur Napoleão Alves Pereira era irmão de Elpídio Procópio Alves Pereira. Foi nomeado professor de latim do Externato de Diamantina em 1885, sendo aprovado com distinção para o cargo (17º DISTRICTO, 12 jul. 1885, p. 05). Lecionou na Escola Normal de Diamantina até sua suspensão em 1905. Ao lado de Juscelino Fonseca Ribeiro Junior fez parte do Diretório do Partido Republicano em Diamantina (O MUNICÍPIO, 19 dez. 1899, p. 02). De acordo com o Anuário de Minas Gerais (1906, p. 488), Arthur Napoleão era também jornalista e contribuiu para redação do jornal *A Cidade de Diamantina*. Fez parte da diretoria da União Operária Beneficente, ocupando o cargo de 1º secretário (O MUNICÍPIO, 04 jul. 1903, p. 01). Veiga e Galvão (2012, p. 483), Arthur Napoleão também atuou no cargo de Inspetor Técnico do Ensino. Ainda assim, há registro de que ele foi nomeado Inspetor Regional do Ensino da 9º circunscrição (O PHAROL, 08 jul. 1911, p. 02).

Arthur Queiroga, *Catão Gomes Jardim Júnior*[127], *Américo Diamantino Costa França*[128], *Juscelino da Fonseca Ribeiro Júnior*[129], *D. Realina de Souza*[130] e *José Ferreira de Andrade Brant Júnior*[131].

Por meio da narrativa de Arno (1949) e as contribuições de Couto (1954) foi possível elaborar um quadro no qual identifica o corpo docente da Escola Normal de Diamantina neste período:

Quadro 04 – Professores da Escola Normal de Diamantina, 1893 a 1895.

PROFESSOR	**DISCIPLINA**
Joaquim José Pedro Lessa	Francês
Sebastião Corrêa Rabelo	Português
Elpídio Procópio Alves Pereira	Aritmética e álgebra
Arthur Queiroga	Agricultura e (depois) geografia e corografia
Arthur Napoleão Alves Pereira	Ciências físicas e naturais
Catão Gomes Jardim Junior	Geometria
Theodomiro Alves Pereira	História universal e do Brasil
João Nepomuceno Ribeiro Ursini	Música
Américo Diamantino Costa e França	Ginástica e evoluções militares
Juscelino da Fonseca Ribeiro Junior	Pedagogia
José da Cunha Valle Laport	Desenho e caligrafia
D. Realina de Sousa	Inspetora de alunas
José Ferreira de Andrade Brant Junior	Aula prática do sexo masculino
Maria Salvelina Alves Pereira	Aula prática do sexo feminino
Garibaldina Rocha	

Fonte: Arno (1949, p. 57); Couto (1954, p. 137).

Diante do Quadro 04, percebe-se que o curso normal contava com a presença de quatorze professores e uma inspetora de alunas e representa de modo prático como que a Escola

[127] Segundo as memórias de Rabello (1964, p. 91), "Catão Jardim Júnior era aluno da Escola Militar, discípulo de Benjamim Constant, de quem era grande admirador, trabalhava nos estudos da estrada de ferro e era propagandista da República, tendo até feito uma conferência no Teatro Santa Isabel". Casou-se com Maria Lúcia Corrêa Rabello em outubro de 1890 e com quem teve onze filhos. Era filho de Catão Gomes Jardim, antigo engenheiro do Estado, com Etelvina Gomes Jardim (O PHAROL, 11 jul. 1914, p. 02). Além de ser professor da Escola Normal de Diamantina, também ocupou o cargo de Delegado dos Terrenos Diamantinos, até sua aposentadoria em abril de 1934 (O PÃO DE SANTO ANTÔNIO, 11 abr. 1934, p. 01).

[128] Américo Diamantino Costa França casou-se com Margarida Antonietta dos Santos França no dia 02 de dezembro de 1897 (O MUNICÍPIO, 27 dez. 1897, p. 03). Além de ser professor de ginástica e evoluções militares na Escola Normal de Diamantina, há registros de que fizera parte do Clube Abolicionista de Diamantina, tendo participação registrada nas reuniões (17º DISTRICTO, 07 ago. 1885, p. 01).

[129] Não foi possível localizar dados biográficos.

[130] Os registros encontrados indicam que Realina Teixeira de Souza foi contratada para substituir a inspetora prática da Escola Normal de Diamantina em 1893 (MINAS GERAIS, 09 set. 1893, p. 01). Foi nomeada ao cargo, definitivamente em agosto de 1894 (MINAS GERAIS, 30 ago. 1894, p. 01).

[131] José Ferreira Brant Júnior era filho do Comendador José Ferreira Brant, ambos considerados conservadores. Em 1885, foi nomeado oficial da secretaria da instrução pública de Diamantina (17º DISTRICTO, 13 dez. 1885, p. 03). Em 1887, foi nomeado professor da aula prática da Escola Normal de Diamantina e também 1º oficial da inspetoria geral (A UNIÃO, 12 out. 1887, p. 03). Foi ainda redator do jornal *A Mocidade* (A MOCIDADE, 24 set. 1878, p. 01) e colaborador no jornal *A Propaganda* (A PROPAGANDA, 26 jun. 1898, p. 01).

Normal de Diamantina havia respondido as determinações do Estado quanto a formação de professores primário nos primeiros anos da República. Outrossim, considera-se que do mesmo modo que o último dispositivo legal promulgado no período anterior (Regulamento nº. 100), o currículo dessas instituições educativas expressava a tentativa por parte do governo em demonstrar que os conhecimentos difundindo articulavam-se com os preceitos da cientifização e racionalização do ensino, buscando dar uma conotação moderna a educação mineira, movimento que já vinha se delineando desde os anos de 1870.

Desse modo, verifica-se que organização apresentada pelos memorialistas além de fazer referência à Reforma de 1891 dizia respeito, também, ao Decreto nº. 607 de 27 de fevereiro de 1893 que distribuíam o curso normal em onze cadeiras: (1) português e literatura, (2) francês, (3) geometria e agrimensura, (4) aritmética e álgebra elementar, (5) geografia geral e do Brasil e cosmografia, (6) história geral e do Brasil e noções de economia política e social, (7) ciências físicas, naturais e agronomia, (8) pedagogia, instrução cívica e legislação do ensino primário, (9) desenho e caligrafia, (10) música e canto e (11) ginástica (ART. 162, LEI Nº. 41, 03 ago. 1892, p. 68; ART. 7º, DECRETO Nº. 607, de 27 fev. 1893, p. 173). Somando a essas, haviam as cadeiras de aula prática do sexo masculino e feminino, totalizando a existência de doze cadeiras do ensino normal do Estado.

Com o acréscimo de cadeiras e disciplinas dos cursos normais em Minas Gerais o governo determinou que a formação de professores primários passasse de três para quatro anos, começando o período letivo no dia 15 de fevereiro e encerrando-o dia 14 de novembro bem como estipulou que os trabalhos escolares iniciassem às 09 horas da manhã até as 04 horas da tarde, dividindo o ensino em lições por semana, dentre exercícios práticos e teóricos, de acordo com as matérias (DECRETO Nº. 607, de 27 fev. 1893, p. 173), conforme pode ser verificado no quadro abaixo:

Quadro 05 – Organização do curso normal após a Reforma Affonso Penna e o Decreto nº. 607 de 28 de fevereiro de 1893.

1º ANO							
MATÉRIA	Português	**LIÇÕES POR SEMANA**	2	**EXERCÍCIOS PRÁTICOS**	Ginástica para os alunos	**POR SEMANA**	3
	Aritmética		4		Evoluções militares para os alunos		2
	Geografia		4		Trabalhos de agulha e corte de roupa branca para as alunas		4
	Desenho		3		Economia doméstica para as alunas		1
	Caligrafia		3				
	Música		4				
	Canto		1				
2º ANO							
MATÉRIA	Português	**LIÇÕES POR SEMANA**	2	**EXERCÍCIOS PRÁTICOS**	Prática nas escolas anexas	**POR SEMANA**	1
	Francês		4		Ginástica para os alunos		1
	Aritmética		2		Evoluções militares para os alunos		1
	Geometria		2		Trabalhos de agulha e corte de roupa branca para as alunas		2
	Geografia		1				
	Ciências físicas e naturais e agricultura		2				
	Pedagogia, instrução moral e cívica		2				
	Desenho		1				
	Caligrafia		1				
	Música		1				
	Canto		1				
3º ANO							
MATÉRIA	Português	**LIÇÕES POR SEMANA**	2	**EXERCÍCIOS PRÁTICOS**	Prática nas escolas anexas	**POR SEMANA**	1
	Francês		2				
	Álgebra		2				
	Geometria		3				
	Geografia e cosmografia		2				
	História		2				
	Ciências físicas e naturais e agricultura		2				
	Pedagogia e instrução moral e cívica		2				
	Desenho		2				
	Música		2				
	Canto		1				

4º ANO							
MATÉRIA	Português	LIÇÕES POR SEMANA	1	EXERCÍCIOS PRÁTICOS	Prática nas escolas anexas	POR SEMANA	5
	Literatura nacional		2				
	Agrimensura		4				
	Ciências físicas e naturais		2				
	Noções de higiene e fisiologia		2				
	História		2				
	Economia política		3				
	Pedagogia, instrução moral e cívica e legislação do ensino primário		2				
	Desenho		3				
	Música		3				
	Canto		1				

Fonte: Art. 162, Lei nº. 41, 03 ago. 1892; Art. 4º, Decreto nº. 607, de 27 fev. 1893, p. 170 a 173.

Como pode se observar no Quadro 05, por meio das Escolas Normais mineiras procurava-se formar pessoas que não só fossem habilitadas em ministrar as disciplinas que compunham o ensino primário, mas também a constituição de professores que tivessem boa capacidade moral e física. Além disso, se comparado a organização anterior, pode-se considerar que houve um aumento significativo sobre o currículo, sendo necessário para a expedição do diploma de normalista a integralização de 130 lições, entre exercícios práticos e teóricos.

Além das modificações no currículo do curso normal, os dispositivos legais da época delineavam sobre os trabalhos escolares, a organização e administração das escolas que, segundo Santos (2019, p. 126), conferia as Escolas Normais um caráter prático e profissional, atribuindo aos docentes a responsabilidades de formar professores com qualidades morais e intelectuais adequadas. Do mesmo modo, a autora aponta que

> [...] As escolas deveriam ser providas de uma secretaria, que funcionaria das 09h e 15h, e uma biblioteca pedagógica, com revistas pedagógicas, obras de utilidade para o ensino normal e exemplares de todos os compêndios adotados pelas congregações e pelos conselhos superiores do Estado e da União; determinava-se, ainda, a existência de um gabinete de física e ciências naturais e um laboratório químico.

De acordo com a afirmação de Santos (2019), entende-se que o Estado de Minas Gerais buscava, pelo menos legislativamente, estar alinhado com as ideias do fim do século, procurando prover as Escolas Normais como um reduto, onde a ciência e a razão fossem cultivadas. Contudo, verifica-se através das fontes que o diretor da Escola Normal de Diamantina, Joaquim José Pedro Lessa, fazia reclamações constantes ao governo sobre a situação da instituição educativa na qual trabalhava: a falta de mobília, a precariedade das instalações do prédio, a impossibilidade de adequação dos horários de acordo com a reforma, a falta de materiais e escolares bem como a inexistência de laboratórios para as aulas práticas (ANEXO L, RELATÓRIO DA SECRETARIA DO INTERIOR, 1897, p. 559; ANEXO L, SECRETARIA DO INTERIOR, 1897, p. 562), evidenciando a continuidade dos problemas quanto ao ensino normal mineiro e a formação de professores.

Em sua avaliação, Lessa elencava que toda a modificação feita no curso normal por ocasião da Reforma de 1892 e o seu respectivo regulamento apenas fadigava os alunos e não favorecia dos docentes quanto a preparação das aulas, sendo o ensino pouco proveitoso quanto a sua aplicação na prática. Joaquim José Pedro Lessa afirmava que

> Não é preciso muito esforço intellectual para chegar-se á evidencia desta asserção; basta a experiência e o facto de alguma atenta observação, pois partindo de dados mais certos e positivos, a consequencia é a afirmação da verdade: << há muito pouco proveito real no estudo pela actual organização da escola >> e os alunos mais aplicados e mais inteligentes [...] cansam mais as faculdades intellectuais do que aprendem, fatigam mais a memoria, vendo-se obrigados a apanhar como podem as exposições dos lentes, tendo o periodo legal do horário, estabelecido de accordo com o trabalho das aulas e quase sem interrupção, e essa mesma – pouca – destinada naturalmente ao descaso do espirito, atropelando por uma serie de ensinamentos de materias variadas e umas por sobre as outras! (ANEXO L, RELATÓRIO DA SECRETARIA DO INTERIOR, 1897, p. 559).

Por meio do trecho acima, infere-se que as matérias que compunham o currículo do curso normal assim como a organização das escolas, não foi garantia da modernização do ensino nem da formação adequada para o professorado primário mineiro como haviam esperado os reformadores. Helena Morley, por exemplo, em 01 março de 1895, questionava o ensino de francês na Escola Normal de Diamantina:

> Acabei de traduzir a fábula de La Fontaine da rã que queria ficar do tamanho de um boi e não tive tempo de fazer outras lições. Fiquei pensando por que exigem estas coisas de nós na Escola, se todas as ali só estudamos com a tenção de ser professora. Que precisão eu teria de fábula de La Fontaine se for professora no Bom Sucesso, Curralinho ou mesmo em Diamantina? Passei quatro anos na escola da Mestra Joaquininha, que é uma das melhores e não me lembro de ter visto lá nada que nos esforçamos para aprender na Escola Normal [...] Consola-me a ideia de que, depois de nós diplomadas, vai dar tudo no mesmo e afianço que eu é que vou tirar melhor partido, porque não vivo me matando tanto como elas. Mercedes esteve me contanto que nunca teve tempo de arrumar o quarto, nem ao menos de fazer a cama. Quando eu lhe contei o que faço em casa ela me respondeu: "É por isso que você não estuda" (MORLEY, 2018, P. 221).

Morley (2018) sugere que o francês não contemplava as necessidades das escolas primárias da região, sugerindo que a existência dessa disciplina era dispensável para a formação professores primários, apontando assim para as argumentações de Martins (2013), em que autora advoga que essa matéria atuava em prol da constituição de mulheres que ao conquistarem o casamento tornavam-se boas mães e esposas ao mesmo tempo que soava como características de civilidade e modernidade.

Articulando com a fala do diretor da escola, constata-se que a aluna da Escola Normal diamantinense não tinha tempo de estudar, visto as tarefas que tinha que cumprir em casa, ainda quando menina. Diante disso, afirma-se que o currículo do curso normal das escolas de formação de professores de Minas Gerais no final do século XIX apresentava um currículo

desarticulado com a realidade social e educacional do Estado, o que na opinião de Lessa demandava a realização de uma nova reforma com vistas a sanar as necessidades das Escolas Normais.

Cabe assinalar que tal entendimento não era apenas um ponto de vista isolado. O relatório redigido pelo diretor diamantinense foi apresentado ao Secretário do Interior de Minas Gerais, Dr. Henrique Augusto de Oliveira Diniz[132], em 07 de fevereiro de 1897, fazia referência ao documento encaminhado no ano anterior pelo diretor da Escola Normal da Capital, Dr. Thomaz Brandão[133], diretor da instituição educativa, que evidenciava as dificuldades encontradas para o desenvolvimento das atividades do curso normal da Escola Normal de Ouro Preto, podendo ser dividida em quatro aspectos principais:

1. A falta de desenvolvimento intelectual do aluno – fazendo referência a má organização do ensino primário e sua consequência para a formação dos candidatos ao magistério que ingressavam na Escola Normal;
2. Matrícula e frequências elevadas – cuja a causa associava-se ao número grande de alunos que se frequentavam o ensino normal, seja como ouvinte ou regular, necessitando que o professor adotasse o ensino simultâneo ao invés do individual;

---

[132] De acordo com os dados localizados no CPDOC, Henrique Augusto de Oliveira Diniz nasceu em Barbacena em 18 de janeiro de 1865. Era filho do Major da Guarda Nacional, Francisco José Diniz e Guilhermina de Oliveira Pena Diniz. Estudou no Colégio da Providência e em 1886 diplomou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Retornou a Barbacena onde exerceu sua profissão e começou a lecionar História Universal no Ginásio Mineiro. Ocupou cargo de vereador, Presidente da Câmara municipal e ainda agente executivo. Casou-se com Olga Tolentino Diniz. Na República, Henrique Diniz foi eleito deputado da Constituinte. No governo de Bias Fortes, foi nomeado Secretário do Interior e da Justiça, entre os anos de 1894 a 1898. Durante sua gestão apoiou a criação do Arquivo Público Mineiro. Em 1905 foi eleito senador em Minas Gerais, renunciando para assumir o cargo de vice-presidente da Caixa de Conversão. Em 1915, se elegeu novamente a senador, mas também renunciou ao mandato. Foi diretor do Banco do Brasil e em 1928 eleito a senador federal, cargo que permaneceu até a sua morte em 30 de janeiro de 1930.

[133] Segundo os jornais localizados na Hemeroteca Digital Brasileira, Thomaz Brandão iniciou sua carreira de magistério como professor particular de retórica e português em Ouro Preto (A ACTUALIDADE, 04 abr. 1878, p. 04). Foi ainda um dos fundadores do Colégio Brandão em Ouro Preto (A ACTUALIDAE, 13 set. 1878, p. 03). Professor de latim no Colégio Abílio em Barbacena (O PHAROL, 05 set. 1882, p. 04). Autor de dois compêndios: *Gramatica Infantil de Língua portuguesa* (A UNIÃO, 06 abr. 1899, p. 04) e *Sintaxe e Construção da Língua Portuguesa* (O ESTADO DE MINAS, 07 jul. 1891, p. 04). De acordo com os registros do jornal *A Actualidade* (18 set. 1878, p. 03), o primeiro livro, respectivamente, foi recomendado sua utilização nas escolas primárias pelo governo mineiro. Foi casado com Emília (O PHAROL, 21 ago. 1880, p. 03). Colaborou com a redação da folha oficial da Província (A PROVÍNCIA DE MINAS, 15 abr. 1886, p. 01) e fazia parte do corpo editorial da *Revista do Ensino* (REVISTA DO ENSINO, 06 jan. 1897, p.01) e da *Revista Escolar* (O PHAROL, 25 dez. 1888, p. 01). Em 1888, formou-se bacharel em ciências sócias e jurídicas (A UNIÃO, 07 nov. 1888, p. 02) e atuou como advogado em Ouro Preto (O PHAROL, 07 maio 1892, p. 02). Com a Proclamação da República, concorreu ao cargo de deputado geral (O PHAROL, 16 set. 1890, p. 01) e anos depois foi candidato a senador (O MUNICÍPIO, 21 nov. 1896). Em 1896, foi nomeado professor da 3º cadeira de direito civil da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais (O ESTADO DE MINAS, 29 fev. 1896, p.03).

3. Excesso de esforço cerebral pelos alunos – devido a extensão do programa do ensino normal, no qual exigia-se muitas lições por semana em um curto espaço de tempo sobrecarregando os alunos;
4. Multiplicidade de matérias ensinadas – com a presença de 30 matérias exigidas nos quatro anos do ensino normal, embora grande parte baseasse em "noções", causava uma confusão na construção de ideias pelos alunos, impactando o desenvolvimento de suas faculdades (ANEXO J, RELATÓRIO DA SECRETARIA DO INTERIOR, 1896, p. 03-05).

As características elencadas por Brandão corroboravam para o quinto ponto indicado por ele: a má organização do ensino normal, preposição também afirmada por Joaquim José Pedro Lessa em 1897. Os dois diretores, assim como o Secretário do Interior de Minas Gerais, concordavam que era necessário reorganizar o ensino normal do Estado. A primeira iniciativa quanto a isso refere-se a promulgação da Lei nº 221, de 14 de setembro de 1897, que por meio do art. 18 autorizou o governo do Estado a "[...] reformar o regulamento das Escolas Normaes, consolidando a legislação respectiva, observada as alterações que por esta lei são feitas de ns. 41 e 77" (ART. 18, LEI N. 221, 14 set. 1897, p. 16)[134].

As alterações dispostas pela lei diziam respeito a forma e o modo que disciplinas de francês, geografia, história, álgebra, geometria, ciências físicas e naturais e pedagogia deveriam ser ministradas nas Escolas Normais assim como retiravam do currículo as matérias de noções agricultura e agrimensura:

> I. O estudo de francez começará no 1.º anno e terminará no 3.º, havendo neste último uma hora por semana de revisão.
> II. O de geographia na parte geral não versará sobre minuencias chorograficas, devendo ser respectiva e gradualmente mais desenvolvido quanto á America, ao Brazil e ao Estado de Minas ; as noções de cosmographia serão apenas as necessarias para a base de geographia.
> III. O de historia geral se limitará ao indispensavel para a bôa comprehensão da historia da pátria, especializada no que diz respeito a Minas ; as noções rudimentares de economia politica serão ministradas como complemento do estudo de geographia e historia.
> IV. O de algebra, no 2.º e 3.º annos, habilitará o alumno principalmente para o estudo de geometria.
> V. O de geometria, durante o 3.º e 4.º annos, terá por fim a resolução de formulas geometricas das linhas, áreas e volumes.
> VI. O de sciencias physicas e naturaes versará sobre os elementos noções de zoologia e botanica e rudimentos de geologia e mineralogia.

[134] Cabe assinalar que neste mesmo ano por meio do Decreto nº. 225, em 17 de setembro, o governo do Estado prolongou o ano letivo das Escolas Normais do Estado até 15 de maio de 1898 (LEI Nº. 225, 17 set. 1897, p. 22).

> VII. O de pedagogia terá por fim preparar o alumno para o magisterio, instruindo-o principalmente em methodologia, educação moral e cívica e legislação do ensino primario.
> VIII. Ficam supprimidas as noções de agricultura e de agrimensura (ART. 19, LEI N. 221, 14 set. 1897, p. 16-17)

Conforme o trecho acima, infere-se que o governo buscava adequar o currículo do ensino normal, visando atender as demandas das instituições educativas de formação de professores existentes no Estado. Com base nisso, constata-se que as disposições da referida lei foram respeitadas por meio da publicação do Decreto nº. 1.175, de 28 de agosto de 1898, cujo o Estado consolidou uma nova organização aos cursos normais de Minas Gerais.

Para Santos (2019, p. 130), o regulamento era minucioso e assim como o anterior buscou cercear as tarefas cotidianas das escolas, assinalando a busca pela racionalização do ensino, por meio atividades a serem desenvolvidas por professores e alunos no ambiente escolar. Observa-se também que a supressão das matérias de noções de agricultura e agrimensura acarretaram na diminuição de lições diárias, passando de 31 para 27 no primeiro ano, de 34 para 22 no segundo e terceiro ano e de 29 para 17 no quarto ano.

Quadro 06 – Organização do curso normal a partir do Decreto nº. 1.175, de 28 agosto de 1898.

Matéria	Cadeira	Lições por semana
1º ANO		
Português	Português e literatura nacional	3
Francês	Francês	3
Aritmética	Aritmética e álgebra	3
Geografia	Geografia	3
Música e canto	Música e canto	2
Desenho geométrico	Desenho e caligrafia	2
Caligrafia		2
Lições de cousas	Professor prático	2
Economia doméstica (para alunas)	Professora prática	2
Trabalhos de agulhas (para alunas)	Inspetora de alunas	3
Ginástica (para alunos)	Ginástica	5
2º ANO		
Português	Português e literatura brasileira	3
Francês	Francês	3
Aritmética	Aritmética e álgebra	2
Álgebra		1
Geografia	Geografia	2
Física	Ciências físicas e naturais	2
Princípios gerais da educação e metodologia	Princípios gerais da educação, metodologia, instrução moral e cívica, higiene escolar e legislação do ensino primário	2
Música e canto	Música e canto	2
Desenho topográfico	Desenho e caligrafia	2

Caligrafia		1
Trabalho de agulhas	Inspetora de alunas	2
Ginástica	Ginástica	2
3º ANO		
Português	Português e literatura brasileira	2
Francês (revisão)	Francês	1
Álgebra	Aritmética e álgebra	2
Geometria plana	Geometria	4
Geografia	Geografia	2
História geral (princípios) e noções de história do Brasil	Princípios de história geral e história do Brasil	3
Química	Ciências físicas e naturais	2
Instrução moral e cívica	Princípios gerais da educação, metodologia, instrução moral e cívica, higiene escolar e legislação do ensino primário	2
Música e canto	Música e canto	2
Desenho ornado	Desenho e caligrafia	2
4º ANO		
Português	Português e literatura brasileira	1
Literatura brasileira		1
Ciências naturais	Ciências físicas e naturais	3
Geometria no espaço	Geometria	3
História do Brasil	Princípios de história geral e história do Brasil	3
Higiene escolar e legislação do ensino	Princípios gerais da educação, metodologia, instrução moral e cívica, higiene escolar e legislação do ensino primário	2
Música e canto	Música e canto	2
Desenho de figura e de paisagem	Desenho e caligrafia	2

Fonte: Decreto 1.175, 28 ago. 1898, p. 144-145.

Conforme o Quadro 06, percebe-se que o currículo dos cursos normais do Estado teve uma diminuição significativa se comparado ao anterior, uma vez que os exercícios práticos que eram obrigatórios pelo Decreto nº. 607, de 28 de janeiro de 1893, tornaram-se facultativos, devendo ocorrer somente quando julgado necessário pelo professor responsável pela cadeira ou pelo diretor da instituição educativa (ART. 3º, DECRETO, nº. 1.175, 28 ago. 1898, p. 146). Somado a essa mudança, verifica-se ainda que algumas cadeiras existentes sofreram modificações quanto à nomenclatura, segundo o art. 5º do decreto:

> Art. 5.º. O ensino das matérias do curso normal será ministrado nas seguintes cadeiras, regidas cada uma por um professor:
> 1.ª de portuguez e litteratura brasileira; 2.ª de francez; 3.ª de arithmética e algebra; 4.ª de geometria; 5.ª geographia; 6.ª de principios de historia geral e história do Brazil; 7.ª de sciencias physicas e naturaes; 8.ª de principiois geraes da educação, methodologia, instrucção moral e civica, hygiene escolar e legislação do ensino primario; 9.ª de musica e canto; 10.ª de desenho e calligrafia; 11.ª de gymnastica (LEI N. 1.175, 28 ago. 1898, p. 146).

De acordo com o trecho acima, verifica-se que a organização do ensino normal ainda se dava por meio de onze cadeiras, que somadas as aulas práticas do sexo masculino e feminino, totalizavam a existência de doze cadeiras. Chama atenção ainda a modificação da oitava cadeira: antes nomeada como *pedagogia, instrução cívica e legislação do ensino primário*, foi substituída pela cadeira de *princípios gerais da educação, metodologia, instrução moral e cívica, higiene escolar e legislação do ensino*.

Além das mudanças curriculares, a Lei nº. 1.175 de 1898 buscou reorganizar os trabalhos e as atividades dentro da escola criando uma biblioteca e laboratório para ciências físicas e naturais, instituindo um modelo de diploma, deveres e direitos dos professores, métodos disciplinares, de exames (orais e práticos), de ensino, entre outros (SANTOS, 2019). No entanto, pelo conjunto de fontes analisadas, infere-se que as transformações que o Estado procurava estabelecer dentro dessas instituições educativas pouco – ou nada – impactaram na organização dessas escolas, uma vez que os recursos destinados ainda eram incipientes frente as demandas e necessidades das Escolas Normais[135] determinados pelo próprio governo.

Sendo ainda diretor da referida instituição educativa, Joaquim José Pedro Lessa, assinalava em relatório da Secretaria dos Negócios do Interior, enviado ao Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes[136], que nenhuma alteração havia sido feita no ano letivo de 1898 e os professores efetivos continuaram em exercício (ANEXO J, RELATÓRIO DA SECRETARIA DO INTERIOR, 1899, p. 405).

Do mesmo modo, o diretor informava Secretário de Negócios do Interior que havia pedido ao seu antecessor verba para equipar os laboratórios das aulas práticas, já que a quantia

[135] Há registros que até 1901 a Escola Normal de Diamantina não havia conseguido constituir uma biblioteca e o laboratório de ciências físicas e naturais, pois não havia recebido recursos prometidos desde 1899. Para o andamento das atividades da escola, diretor contava com a colaboração de alguns colegas, mas mesmo assim não havia tido resultados muitos profícuos. Além disso, Joaquim José Pedro Lessa, embora reconhecesse a falta de recursos de Minas Gerais, suplicava que fosse destinada a verba aprovada pelo Congresso Mineiro às despesas da Escola Normal de Diamantina no ano 1899, visto que haviam dívidas existentes que deveriam ser quitadas junto ao comércio local (RELATÓRIO DA SECRETARIA DO INTERIOR, 1901, 640-641).

[136] Segundo o verbete do CPDOC, Wenceslau Brás Pereira Gomes nasceu em 26 de fevereiro de 1868 na cidade de São Caetano da Vargem Grande. Era filho do Coronel Francisco Brás Pereira Gomes e de Isabel Pereira dos Santos. Foi casado com Maria Carneiro Pereira Gomes com quem teve sete filhos. Estudou no Seminário Episcopal de São Paulo e após terminar o curso de humanidades ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo. Se formou em 1890. Quando retornou à Minas Gerais, foi nomeado promotor público na cidade de Jacuí e também exerceu a função de intendente municipal. Em 1892, foi eleito a deputado estadual permanecendo no cargo até 1898 quando assumiu a Secretaria do Interior no governo de Silviano Brandão. Em 1903, foi eleito deputado federal, tornando-se líder da bancada mineira. Após a morte de João Pinheiro, assumiu a presidência do Estado de Minas. Em 1910, foi eleito vice-presidente da República. Após disputas políticas, foi lançado como candidato a presidência do país, sendo eleito em março de 1914. Afastou-se a vida pública após o fim do seu mandato, dirigindo-se para a cidade de Itajubá. Faleceu no dia 15 de maio de 1966.

destinada para a compra de mobília restringiu-se apenas as salas de aulas e aspectos mais gerais da Escola Normal de Diamantina. E, apesar de ter sido autorizado, não foi viabilizado pela falta de verba (op. cit.), podendo inferir que tenha sido um dos motivos para atribuição do caráter facultativo dos exercícios práticos.

Quanto ao material escolar, Lessa elencava a falta de objetos fundamentais, como mapas e a existência de um museu escolar além de laboratório devidamente equipado para as aulas de ciências naturais. No que se refere ao prédio da Escola Normal de Diamantina, o diretor afirmava que apesar de muito espaçoso, necessitava de reparos, sobretudo, a construção de entrada separada para os sexos, buscando facilitar a fiscalização (ANEXO J, RELATÓRIO DA SECRETARIA DO INTERIOR, 1899, p. 406).

No ano letivo de 1899, iniciado em setembro de 1898, a Escola Normal diamantinense contava com a matrícula de 234 alunos, entre ouvintes e regulares somando-se ainda aos alunos das aulas práticas anexas (op. cit.). Um número que pode ser considerado elevado comparado ao tamanho da cidade de Diamantina ao final do século XIX.

Sob esse regulamento, percebe-se que o cenário da Escola Normal de Diamantina não foi muito diferente de anos anteriores. Perpetuava-se a falta de verba, de mobílias, materiais adequados para as aulas de geografia e as aulas práticas anexas, incipiência das instalações do prédio, dentre outros. Nesse sentido, afirma-se que naquele período já se configurava uma falta de interesse do Estado pelas Escolas Normais, sendo negligenciado pela falta de envio de verba que garantissem condições necessárias de funcionamento.

Para o diretor da instituição educativa, o corpo docente continuava a dedicar ao magistério de modo exemplar, embora os resultados se mostrassem pouco proveitoso. Segundo ele,

> [...] devido á fraca ou nenhuma applicação dos alumnos em geral. Nem a escola tem meios de obstar esse inconveniente, explicável pela liberdade de estudo que assiste aos alumnos, podendo elles facilmente escapar á vigilância e acção dos professores que o são de um externato, e não um internato (ANEXO J, SECRETARIA DO INTERIOR, 1900, p. 470).

A fala do diretor pode ser atribuída ao baixo número de diplomados da Escola Normal de Diamantina, permitindo conjecturar que a ineficiência dessas escolas para a formação de professores primários em Minas Gerais não dizia respeito apenas a ação dos professores ou as condições físicas e materiais desses estabelecimentos de ensino, mas também foram conferidas ao comportamento dos alunos.

Com a agravamento da situação da instrução pública de Minas Gerais, conforme atestou Santos (2019), em meados de setembro de 1899, o Presidente de Estado, Francisco Silviano de Almeida Brandão, promulgou a Lei nº. 281, na qual dava nova organização a instrução pública mineira. Menos detalhada que a anterior no que se refere a organização e descrição das atividades das Escolas Normais, o curso normal foi dividido em oito cadeiras: (1) português e literatura nacional, (2) francês, (3) aritmética e álgebra, (4) geografia e princípios gerais da história do Brasil, (5) geometria e desenho, (6) ciências físicas e naturais, (7) pedagogia e (8) aula prática mista (ART. 18, LEI N. 281, 16 set. 1899, p. 43), sendo mantido ainda o cargo da inspetora de alunas.

A modificação das matérias do ensino normal mineiro sugeria a diminuição do quadro do professorado das Escolas Normais, dado que além coadunação das aulas práticas do sexo masculino e feminino, ocasionando a existência de apenas uma aula prática para ambos os sexos regida pela professora, juntou as cadeiras de história com a de geografia e a de geometria com a desenho e caligrafia, suprimindo ainda a cadeira de música e canto, reverberando na dispensa de quatro professores[137].

Ao que as fontes indicam essas mudanças promovidas pelo Estado foram noticiadas no jornal *O Município*, órgão oficial do governo municipal de Diamantina. Em matéria publicada no dia 21 de janeiro de 1899, antes mesmo da suspensão de todas as Escolas Normais do Estado, o periódico informava que os professores *João Nepomuceno Ribeiro Ursini, Américo Diamantino Costa França, João da Matta Gomes Ribeiro Sobrinho* e *Joaquim Aprígio dos Santos* tiveram seus cargos suprimidos na Escola Normal de Diamantina (O MUNICÍPIO, 21 jan. 1899, p. 04), reverberando em uma nova organização do ensino nesse estabelecimento de ensino.

A nova disposição do quadro docente das Escolas Normais do Estado foi aprovada por meio da Lei nº. 1.354, de 17 de janeiro de 1900, na qual definia que:

> Art. 1º. Em todas as escolas normaes do Estado, a cadeira de aula pratica mixta será regida pela professora da cadeira de aula pratica do sexo feminino.
> Art. 2º. A cadeira de **geographia e principios de historia geral e do Brasil** será regida nas Escolas Normaes de Arassuahy, Juiz de Fóra, Ouro Preto, Campanha, Paracatú, S. João d'El-Rey e Sabará pelo professor de **historia**, e

[137] Esses professores, de acordo com o artigo 22 da mesma lei, continuariam a perceber vencimentos simples e tendo preferência na nomeação para as cadeiras urbanas e distritais que encontravam-se vagas (ART. 22, LEI N. 281, 16 set. 1899, p. 43).

> nas Escolas Normaes de **Diamantina**, Montes Claros e Uberaba de **geographia**.
> Art. 3º. A **cadeira de geometria e desenho** será regida nas escolas normaes de Arassuahy, Juiz de Fóra, Ouro Preto, Diamantina, Montes Claros, Sabará, S. João d'El-Rey e Uberaba pelo professor de **geometria**, e nas Escolas Normaes de Campanha e Paracatú pelo professor de **desenho** (LEI N. 1.354, 17 jan. 1900, p. 199, grifos da autora).

Verifica-se que na Escola Normal de Diamantina foram dispensados os professores da aula prática do sexo masculino, de história e de desenho. Dentre esses, há vestígios de que somente o professor de desenho e caligrafia, *José da Cunha Valle Laport*, continuou a trabalhar na Escola Normal da cidade no cargo que ocupava na secretaria da instituição educativa, conforme atestou o relatório enviado em 1901 (RELATÓRIO DA SECRETARIA DO INTERIOR, 1901, p. 640).

De acordo com as fontes consultadas, essas mudanças não foram bem recebidas pelo diretor da Escola Normal de Diamantina. Em relatório de 1901, Joaquim José Pedro Lessa ao descrever a situação dos professores evidenciava a sua insatisfação com as mudanças promovidas pelo governo do Estado:

> Não tenho outro dever a respeito do corpo docente em geral, senão louvar-lhe o severo e escrupuloso zelo e desempenho de suas funções e intelligente e efficaz concurso que me têm prestado. Guardo, entretanto, a respeito, um pesar profundo para mim, mas abafei generosamente por sómente para não desforçar-me, mesmo com rigorosa lettra do Regulamento e prestigio da lei! Quis perdoar...
> O programa de ensino foi seguido regularmente e esgotado com vantagem, excepto quanto à aula pratica de desenho, cuja annexação á cadeira de geometria acho, em meu fraco entender (permita-me v. exc. dizel-o), uma inutilidade, visto o nenhum resultado que colhem os alumnos desse tão genérico e elementar estudo.
> Seria muito mais proveitoso suppril-o pelo estudo de geometria pratica, ou supprimil-o de vez.
> Também a fusão das aulas praticas, determinada ultimamente por lei, não tem produzido bons resultados, já para a ordem e vida escolar (attendendo se á accumulação de alumnos de certa liberdade) e já ao estudo e applicação dos alumnos-mestres que ali têm seu exercicio.
> De passagem seja-me licito aqui externar o meu voto de sincero pesar pela perda sensibilissima ausencia do professor adjuncto da aula pratica do sexo masculino, o normalista João da Matta Gomes Ribeiro Sobrinho, que, verdadeiro sacerdote da cadeira do magisterio que tão brilhantemente exerceu, tanto incremento soube dar ao ensino pratico primario, subindo a matricula de então numero superior de 100 alumnos, prestando os mais efficazes serviços á causa da instrucção primaria e cuja memoria invoco com verdadeira saudade (RELATÓRIO DA SECRETARIA DO INTERIOR, 1901, p. 640)

A tônica do documento enviado pelo diretor da instituição educativa diamantinense à Secretária de Negócios do Interior se mostra um pouco mais ríspida dos que as anteriores, que em sua maioria foram marcadas por elogios a administração pública bem como para as autoridades responsáveis pela promulgação dos dispositivos legais que regiam a Escola Normal de Diamantina. Nesse sentido, pode-se inferir que as transformações ocasionadas pelo Estado sob as Escolas Normais de Minas Gerais neste período reverberaram o sucateamento do ensino normal público, visto que a falta de verba, a precariedade das instalações, materiais, etc., corroboravam para o desprestígio dessas instituições educativas e o desmonte do ensino normal público que iniciou-se no ano de 1901.

A possibilidade de mudança da organização do ensino normal, foi notícia no jornal *O Município* de 12 de dezembro de 1901:

> ***Escolas Normaes***
> Vae ser publicado o regulamento para a nova lei das Escolas Normaes do Estado, sendo possivel que o curso desses institutos fique reduzido a tres annos e sejam diminuidas as horas de trabalho dos professores, em vista da suppressão de algumas materias e modificação de outras (O MUNICIPIO, 12 dez. 1901, p.02, conforme o original).

Segundo Santos (2019), assolado em uma crise financeira desde o início da República, ao atravessar para o século XX, o Estado mineiro baixou a Lei nº. 318, em 16 de setembro, no qual reorganizou diversos ramos do serviço público. Dentre as modificações promulgadas pelo governo, o artigo sexto determinou a suspensão de todas as Escolas Normais do Estado:

> Art. 6º. Ficam suspensas todas as Escolas Normaes do Estado, continuando os professores a perceber metade dos vencimentos actuaes até um anno da data desta lei, salvo se os professores por proposta da respectiva congregação, se obrigarem dentro de 60 dias, a continuar no exercício de suas funcções, apesar da reducção doe vencimentos, que serão de 1:800$000 anuais (LEI N. 318, 16 set. 1901, p. 21-22).

A promulgação da suspensão instituições educativas de formação de professores de Minas Gerais não significou, pelo menos para a Escola Normal de Diamantina o seu fechamento, pois há registros que essa acatou a proposta do governo: os professores continuaram em exercício mesmo com os salários reduzidos. Segundo o Relatório da Secretaria do Interior de 1903, referente ao ano letivo anterior, apresentado pelo Dr. Delfim Moreira Costa

Ribeiro[138] ao Presidente do Estado, o estabelecimento de ensino diamantinense de formação de professores primários continuava sob a direção do professor Joaquim José Pedro Lessa, tendo matrícula de 197 alunos, entre meninos e meninas, e também havia conferido diploma de normalista a 36 alunos em 1902 (RELATÓRIO DA SECRETARIA DO INTERIOR, 1903, p. 116).

No que se refere a instituição educativa objeto desse estudo, constata-se que essa não foi a única tentativa de encerramento das atividades. Em 1896, por ocasião da publicação da Lei nº. 183, de 09 de setembro daquele ano, o governo de Crispim Jacques Bias Fortes[139] suprimiu as Escolas Normais de Diamantina e Pouso Alegre, criando no lugar dessas um ginásio[140]. Tal dispositivo legal, de acordo com o jornal *O Município*, de 24 de julho de 1896, foi resultado do Projeto n. 168 apresentado a ao Congresso Mineiro pelos padres João Pio de

[138] Os dados de Delfim Moreira Costa Ribeiro encontram-se localizados no site do Governo de Minas Gerais, em que é possível descrever as seguintes informações: Delfim Moreira era natural do município de Cristina e nasceu no 07 de novembro de 1868. Era filho de Antônio Moreira Costa e Maria Cândida Ribeiro. Formou-se na Faculdade de Direito em São Paulo em 1890. Atuou como advogado e foi deputado estadual entre os anos de 1894 a 1902. De 1902 a 1906, esteve à frente da Secretaria do Negócios do Interior. Em 1909, foi eleito deputado federal. Chegou a Presidência do Estado de Minas Gerais em 1914, permanecendo no cargo até 1918. Foi vice-presidente da República na chapa de Rodrigues Alves, mas faleceu no dia 07 de julho de 1920, antes mesmo de sua posse, por consequência da gripe espanhola.

[139] Segundo os dados localizados no Dicionário Biográfico de Minas Gerais – Período Republicano 1889/1891 (1994, p. 259), Crispim Jacques Bias Fortes nasceu em Barbacena em 25 de outubro de 1847. Era filho de Francisco José de Oliveira Fortes e Carlota Benedita de Oliveira Fortes. Em 1870, formou-se ciências sociais e jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo. Após terminar os estudos, foi Promotor de Justiça e Juiz Municipal em Barbacena. Também atuou como advogado em sua cidade natal. Era filiado ao Partido Liberal e foi eleito a deputado provincial em 1881, sendo reconduzido algumas vezes. Com a Proclamação da República, foi convidado a elaborar o anteprojeto da Constituição Mineira e foi nomeado por quatro períodos ao governo provisório do Estado. Em 1891, foi eleito senador da Constituinte e conduzido à presidência da Assembleia. Renunciou ao cargo de senador em 1894 para assumir a Presidência do Estado de Minas Gerais, ficando até 1898 quando retornou ao Senado. Faleceu em 14 de maio de 1917 quando se encontrava ainda no cargo.

[140] Esse mesmo movimento pode ser verificado em outras regiões mineiras onde possuíam Escolas Normais. Por meio das Anais da Câmara dos Deputados de 1897, em sessão de 27 de agosto, o deputado Dr. Francisco Augusto Pinto de Moura apresentou a mesa o Projeto n. 334, no qual previa por meio do artigo 2º a supressão da Escola Normal de Juiz de Fora e em seu lugar a instalação de um Ginásio (ANAES DA CAMARA DOS DEPUTADOS, 1897, p. 250). Dias depois, em segunda discussão do mesmo projeto, em 02 de setembro do mesmo ano, foi apresentado a emenda número um, que determinava por meio do § 1º que o mesmo acontecesse com a Escola Normal de Uberaba (ibidem, p. 264).

Sousa Reis[141] e Conego Manoel Alves Pereira[142]. Segundo o documento, a supressão de um em benefício do outro não trazia nenhuma vantagem para a instrução pública do Estado, dado que

> [...] o golpe dado as Escolas Normaes indicados no projecto, nullfica o acto de benemerencia e de justiça que [...] impõe-se ha muito com força inadiavel dentro do vasto e populoso territorio do estado. De facto, para pensar-se bem esta affirmação, basta por-se em evidencia, o que não soffre contestação, que entre as Escolas-Normaes e Gymnasios, tal como se comprehende entre nós, vai uma diferença profunda em que se manifesta em sua organizaão e acaba em seus fins. Si o Gymnasio prepara bachareis em lettras, e a Escola-Normal mestres primários; si um prepara o alumno sem a preocupação de fazer delle um futuro transmissor do ensino e o outro disciplina sempre preocupando por esse segredo que cunha indelevelmente o educador da criança, são radical e profundamente diversos os fins dos dous institutos, faltando nelles por conseguinte a affinidade necessaria para que um substitua o outro, resultando para os cofres publicos economia, mas sem prejuizo do bem publico (O MUNICÍPIO, 24 jul. 1896, p. 01).

Como se pode perceber, a existência de um Ginásio na cidade de Diamantina não substituía a necessidade de formação de professores para o magistério primário. Todavia, de acordo com Couto (1954, p. 138), essa lei não foi executada na cidade diamantinense[143]. Segundo o que estava previsto pelo artigo quarto da referida lei: "só se tornará effectiva a suppressão das Escolas Normaes de que trata o art. 1.º depois de installados os Gymnasios a que se refere o mesmo artigo" (LEI N. 183, 09 set. 1896, p. 34).

Assim, verifica-se que até a suspensão das Escolas Normais do Estado, ocorrida em dezembro de 1904 por meio da Lei nº. 395 e o Decreto nº. 1.178 de 31 de janeiro de 1905, as atividade da instituição educativa diamantinense continuava, mesmo que precariamente, assinalada pela falta de materiais, verbas e manutenção do edifício onde estava localizada, dentre outras coisas, indicando que o discurso vinculado a esses estabelecimentos de ensino não se diferenciavam do período anterior, associado aos altos custos e os baixos resultados.

---

[141] Conforme os dados localizados no Dicionário Biográfico de Minas Gerais – Período Republicano 1889/1891 (1994, p. 570), Pe. João Pio de Sousa Reis nasceu em Santana dos Ferros, em 04 de dezembro de 1860. Era filho de Reginaldo de Sousa Reis e Maria Cândida Dias Duarte. Ele foi um professor e político influente durante os primeiros anos da República. Estudou no Colégio do Caraça, tendo ordenado em 05 de novembro de 1882. Foi pároco em São Caetano de Mariana e professor no colégio onde estudou. Foi deputado geral e senador por duas vezes. Era associado ao Partido Republicano Mineiro, órgão que também ocupou o cargo de secretário-geral e presidente. Foi reitor no internato do Ginásio Mineiro em Barbacena. Faleceu em Congonhas do Campo, no dia 11 de dezembro de 1932.

[142] O Dicionário Biográfico de Minas Gerais – Período Republicano 1889/1891 (1994, p.530) aponta que Cônego Manoel Alves Pereira era oriundo da cidade de Diamantina. No início da República, compôs o quadro de deputados da Constituinte em 1891 e nas legislaturas de 1891 a 1898.

[143] No ano de 1897, os alunos da Escola Normal de Diamantina enviou duas representações contra a supressão da instituição educativa da cidade, solicitando que essa fosse mantida por lei especial (ANAES DA CAMARA DOS DEPUTADOS, SESSÃO 23 jun. 1897, 1897, p. 25; ibidem, SESSÃO 02 jul. 1892, p. 57).

Em consonância com Santos (2019), afirma-se que essa foi tônica que perpassou as Escolas Normais desde o Império, causando ao longo do tempo, um desprestígio a carreira de magistério bem como a depreciação das Escolas Normais de Minas Gerais nos primeiros anos da República. Associado a isso, acredita-se que esse fato se relaciona com o próprio movimento interno dessas escolas proposto pelo governo, em que, mais do que instituições modernas esses estabelecimentos reafirmaram a organização da sociedade mineira, colocando-as como um elemento de continuidade do que uma ruptura com os processos socioculturais em curso no Estado.

O próximo item tem como objetivo entender o ensino na Escola Normal de Diamantina e o modo com que esse esteve articulado com a tradição e a modernidade, vislumbrando entender de que modo essas instituições educativas colaboraram para reafirmar a formação mineira.

4.3 Educação católica em um ambiente dito secularizado: o ensino na Escola Normal de Diamantina, 1892 a 1905

Com as reformas educacionais empreendidas ao final do século XIX em Minas Gerais sob a instrução pública, sobretudo na formação de professores primários, é possível observar que as mudanças nos currículos das Escolas Normais mineiras buscavam alinhar com os preceitos da modernidade e do progresso, evidenciando a vinculação das disciplinas que compunham os cursos normais com as ideias de cientifização e racionalização do ensino.

Conforme se afirmou anteriormente, a conotação moderna dada a educação mineira neste período também se alinhava ao novo conceito atribuído a República: a secularização do Estado seguida da laicização dos espaços públicos, dentre esses as escolas. Neste sentido, os políticos e intelectuais assumindo esse discurso que defendia a educação como mecanismo que iria afastar as mazelas do atraso, fazendo com que a sociedade caminhasse para o progresso e a civilização, projetaram as Escolas Normais como o espaço que iria preparar os professores primários para constituir o cidadão republicano, baseado na razão e na cultura escrita (SOUZA, 2000; PAIVA, 2003).

Nessa perspectiva, retomando os Quadros 05 e 06 apresentados anteriormente, denota-se que umas das mudanças que anunciavam os novos ares do regime republicano diziam respeito a modificação da cadeira de *Pedagogia, História Sagrada, Instrução Moral, Religiosa e Cívica*, instituída pelo Regulamento nº. 100 em 1883, sendo essa suprimida, e substituída por duas outras cadeiras: *História geral e do Brasil e noções de economia política e social* e

Pedagogia, instrução cívica e legislação do ensino (ART. 162, LEI Nº. 41, 03 ago. 1892, p. 68), indicando a tentativa do Estado em inaugurar uma nova ordem, condizente com o projeto de sociedade republicana.

Com base na ciência e na racionalização do ensino, foram incluídas ainda as cadeiras de *Geometria e agrimensura* e *Ciências físicas e naturais e agronomia*[144] bem como aquelas que vislumbravam o exercício do corpo: a *Ginástica e evoluções militares* para os meninos e *exercícios calistenicos* para as meninas. Essa última atribuída a professora de aula prática do sexo feminino com o auxílio da inspetora de alunas (ART. 165, LEI Nº. 41, 03 ago. 1892, p. 69).

Conforme Durães (2002, p. 155-156), essas modificações sobre o currículo dos cursos normais mineiros, sobretudo com a inserção da *pedagogia*, tinha como intuito preparar o aluno para o magistério primário, devendo seus conhecimentos serem aplicados nas escolas primárias anexas as Escolas Normais, de modo que pudessem desenvolver suas habilidades e capacidades como professores.

Do mesmo modo, Souza (2000, p. 15) afirma que a inserção do conhecimento científico no currículo das escolas públicas neste período constituíram-se como fruto de um processo intenso de transposição didática, principalmente da Europa e Estados Unidos, caracterizando-se como conhecimentos primários vinculados à metodologia de ensino, o que não diferenciava do período anterior.

Associada a essas questões se atribui ainda que o caráter laico do ensino normal não foi totalmente assumido pelas instituições educativas mineiras, sobretudo na Escola Normal de Diamantina. Isso fica evidente quando observamos os documentos referentes a cadeira de *Pedagogia, instrução e legislação do ensino.* Em uma prova de instrução moral (ANEXO 02) ocorrida em 22 de novembro de 1894, feita pela aluna Minervinda Augusta[145], em que o tema era "deveres da família", verifica-se que o ensino difundido dentro dessas instituições educativas continuavam a sublinhar características que sustentavam a formação da sociedade e identidade mineira:

---

[144] Cabe lembrar que houve uma tentativa de inserção da cadeira de Ciências físicas e naturais através do Regulamento nº. 100 de 19 de junho de 1893. Contudo, a mesma foi suprimida pelo § 6 da Lei º. 3.232, de 22 de outubro de 1884.

[145] Minervinda Augusta nasceu em Diamantina, no dia 21 de março de 1880. Filha de Joaquim Hermes Soares e Maria Valentina da Silva Soares. Matriculou-se na Escola Normal de Diamantina em fevereiro de 1894, aos 14 anos de idade (APM, SI[1]3, Cx. 32, Pacotilha 02).

> Dever de familia é o dever que o cidadão tem para com as pessôas que lhe competem.
> Há pessoas que suppôe ter deveres para com as outras pessôas estranhas á sua familia e não para com as outras que fazem parte dela, quem pensar deste modo cahe em um erro lamentavel e grande. Todos nós devemos ter deveres para com nossa familia [...] A obediencia dos filhos para com os pais é indispensavel, porque os filhos necessitam de conselhos e não podem fazer por si o que entendem. Portanto o dever mais necessario dos filhos para com os paes é a obedicencia, porque o filho que não fôr obediente não terá a recompensa de Deus. A mulher tem deveres para com seu marido; devem lhe obediencia, respeito, sinceridade e amor (APM, SI^4_2, Cx. 32, Pacotilha 11).

As temáticas presentes no documento, no qual destaca-se os valores católicos fundamentados na formação familiar, se vincula, principalmente, a concepção do catolicismo sobre a formação da sociedade civil, ideia incutida na encíclica do Papa Leão XIII *Sapintiae Chistianeae: Os deveres fundamentais dos cidadãos cristãos*, publicada em 10 de janeiro de 1890. Assim como Minervina, o documento papal reforçava a ideia de que "[...] não havia melhor cidadão [...] do que o cristão que é deveras" (§ 11, LEÃO XIII, 10 jan. 1890, 2005, p. 387).

Como um cristão, o verdadeiro cidadão iria se preocupar primeiramente com a Igreja e seus familiares e respeita-los de acordo com a hierarquia natural determinada por Deus. E como tal, também iria se submeter as leis e as determinações do Estado e da sociedade civil, pois, dando maior importância a sociedade cristã, constituída primeiramente no seio familiar, cabia a Igreja e não ao Estado conduzir as ações dos indivíduos para a salvação eterna, uma vez que a vida na terra era passageira. Assim, propunha-se uma relação mutua entre Igreja e Estado e não a separação conforme havia sido determinada com a ideia de modernidade e pela República brasileira, de modo que a segunda atuasse em favor da constituição da sociedade com base nos preceitos cívicos e católicos.

Desse modo, a Escola Normal de Diamantina reforçava o preceito de que o cidadão era constituído dentro do seu núcleo familiar, ratificando a ideia de que as relações sociais em Minas Gerais encontrava-se a mercê dos espaços privados, com observância aos costumes e difusão dos valores católicos, enfatizando que a questão da educação não era um assunto e atividade majoritariamente do Estado.

Essa análise aponta como as disciplinas tidas como modernas, à exemplo da pedagogia, foram assumidas dentro das Escolas Normais mineiras, de modo que é possível afirmar que os conhecimentos pedagógicos estavam mais associados a formação moral e comportamental dos

professores do que uma prática renovadora para educação e a instrução das crianças (SANTOS, 2019).

Corroborando com esta afirmação, em outra prova (ANEXO 03), o normalista Francisco Salles Corrêa Mourão[146] destacava a função de cada um dos membros de uma família: pais, irmãos, cônjuges, filhos e filhas. Cada qual com seu papel específico:

> O esposo tem deveres com sua esposa, pois elle quanto a recebe por sua companheira tirou a talvez dos seus lares, e por isso o seu dever é ser carinhoso, trabalhador, para dar o pão do alimento a ella e mais tarde seus filhos.
> Deve dirigil-a se aquillo que o seu espirito for mais forte, e finalmente não ser grosseiro, o que muito depõe contra a dignidade do homem.
> Os pais devem ser carinhosos para com seus filhos, devem trabalhar para dar-lhes o sustento, educal-os, guial-os para o caminho do bem, e finalmente, tratal-os do melhor modo possivel. Devem dar-lhes conselhos e, fazser obedientes. Devem a seus filhos todo o amor a que se chama – Paternal.
> Os filhos para com seus pais têm o dever de serem obedientes, pois o filho que assim for será feliz e terá para si isido futuro um nome. Guardar-lhes-hão respeito, porque o pai tento o direito sobre o filho, unicamente pelo trabalho que com ele tem, e pelas fadigas que por elle passou, o filho em retribuição a este bem que só adveria do pai e da sua mãe, abaixa a cabeça docimente e ouve a repressão de seus pais.
> E é mesmo pelo amor que o filho tem a seus pais, que elles os têm respeito. Esse amor que é denominado – Filial, é capaz de fazer os filhos sacrificios a sua vida em qualquer momento.
> A mãe tem direito sobre seus filhos ainda mais que o pai, pois que ella passou noittes em claro, fatigada, cheia de dor, por ver seu filho doente; ella o amamentou desde a hora que o deo a luz; com elle passou momentos que demonstra a superioridade do amor materno.
> Por, e só por isso, o filho demonstrará á sua mãe uma amizade sentimental, e tem mais deveres para com ella.
> Agora, passaremos aos deveres dos irmãos para com os irmãos, denominado amor fraternal.
> O irmão tem dever de ter amizade com sua irmãos, pois são filhos de uma mesma mãe; é o amor que a um consagra a mãe, a outro consagra, e por isso deverão se amar extremosamente. O irmão fará por auxiliar de sua irmã, tel-a

[146] Francisco Salles Corrêa Mourão era filho de Olympio Júlio de Oliveira Mourão e Mariana Corrêa Rabello, portanto, irmão de Paulo Krueger Mourão. Matriculou-se no segundo ano do curso normal da Escola Normal de Diamantina em 1894, sendo também admitido como aluno ouvinte do terceiro ano (APM, SI^{1}_{3}, Cx. 32, Pacotilha 02). Segundo Couto (1954, p. 265), Francisco Salles nasceu em 14 de dezembro de 1878. Recebeu instrução primária de sua mãe, professora de aula primária da cidade de Diamantina que foi transferida para o Grupo Escolar quando houve sua inauguração. Terminou o curso de humanidades em Ouro Preto e depois se matriculou na Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte, transferindo-se para São Paulo e retornando a Capital mineira, onde diplomou-se em 1904. Regressou a Diamantina e foi nomeado ao cargo de fiscal federal do ensino junto ao Colégio Diocesano. Foi Promotor nas cidades de Diamantina, Serro e Dores do Indaiá. Ocupou o cargo de Juiz de Direito de Cabo Verde e nas comarcas de Nepomuceno e Bocaiúva. Casou-se com Eufrosina Miranda de Mourão com quem teve oito filhos. Foi professor emérito da Escola Normal de Diamantina nas cadeiras de história e geografia. Colaborou com a imprensa local, nos jornais *O Momento* e *Diamantina.* Faleceu em 24 de setembro de 1926 depois de um longo período enfermo.

> afeição, para ella será delicado, e não terá direito de submetal-a a si. Será condato em tudo e for tudo, resultado d'ahi a harmonia entre elles.
> A irmã terá também o mesmos deveres para com o seu irmão.
> É o mais bello e admiravel o amor fraternal (APM, SI^4_2, Cx. 32, Pacotilha 11).

Percebe-se que o documento acentua o sentido que tomou a cidadão mineiro, considerando que esse se constituía primeiramente dentro do seu núcleo familiar colocando a escola, como mecanismo da escolarização e formação do indivíduo, em plano secundário. Nesse sentido, verifica-se que a prova de Francisco reforça a ideia de que a família precede a constituição do Estado, considerando-a como germe das relações sociais que iram se expandir pela sociedade civil (§ 60, LEÃO XIII, 10 jan. 1890, p. 407).

Como pode observar, o binômio cidadão-cristão se delineava no seio familiar, constituindo a sociedade doméstica que

> [...] encontra-se sua base mais sólida na santidade do vínculo matrimonial, uno e indissolúvel; os direitos e deveres dos esposos são regulados com toda justiça e equidade, a honra devida à mulher é salvaguardada; a autoridade do marido é modelada sobre a autoridade de Deus, o poder paternal harmoniza-se com as atenções devida à esposa e aos filhos; enfim, providenciou-se perfeitamente à proteção, ao bem-estar e à educação dos filhos (§ 30, LEÃO XIII, 01 nov. 1885, 2005, p. 246).

Sob essa lógica, verifica-se que a educação e instrução dentro da Escola Normal de Diamantina atuava em favor da constituição do papel do homem e da mulher dentro do núcleo familiar, em que ambos pudessem cumprir, de acordo com os desígnios de Deus, seus deveres como cidadãos e cristãos, corroborando harmoniosamente para o progresso da sociedade civil.

Desse modo, considera-se que a instituição educativa diamantinense de formação de professores, embora tenha sido considerada expressão da modernidade, coadunava com os princípios fundamentais do catolicismo, assumindo o "progresso" como mecanismo de mudança e continuidade das ações educativas dentro da instituição. Para isso, tem-se como hipótese que tais ensinamentos contaram com a colaboração dos professores que também resistiam e resignificavam a modernidade. Aos moldes da Santa Sé, na encíclica *Immortale Dai: A constituição cristã do Estado*, supõe-se que as lentes da Escola Normal de Diamantina "abraçavam de coração aberto os progressos que contribuíam verdadeiramente com a prosperidade da vida, condenando quaisquer ação que iam em desencontro as vontades de Deus e os desígnios da Igreja Católica" (§61, LEÃO XIII, 01 nov. 1885, 2005, p. 257).

Entretanto, essa questão não se limitava apenas a matéria de pedagogia, podendo ser identificada também em outras disciplinas. À exemplo, em uma prova de francês da normalista

Angélica Alves de Aguilar[147] (ANEXO 04), realizada no dia 20 de fevereiro de 1895, verifica-se que os conhecimentos da língua francesa se articulavam com a moral e a constituição de bons hábitos e comportamentos:

> Ninguem é propheta em sua terra.
> Eu tinha dezoito canarios, uns fugiram, outros morreram e agora so tenho quatro.
> A ociosidade torna o corpo pesado; o trabalho o fortalece.
> O falso amigo revela os segredos e semeia a discordia. Abençoados sejam os homens que protegem os desgraçados. Cumpre supportar com resignação os males que Deus nos manda. Os inimigos foram reconhecer o terreno onde se devia dar o combate. São tão numerosas e variadas as producções do espirito francez desde o 13º seculo até hoje, que uma simples noticia excederia os limites deste resumo (APM, SI^4_2, Cx. 33, Pacotilha 11).

Embora se destacou o trecho que deveria ser traduzido para o francês, esse revela a tônica da formação de professores na Escola Normal de Diamantina, destacando-se, novamente, as temáticas sobre comportamento, o trabalho e a obediência a Deus. Neste quadro, é possível inferir que mais do que o Estado, a Igreja continuava a ordenar a sociedade civil, articulando os valores da moral católica de modo que contribuíssem para o "progresso" da sociedade, demonstrando que se imperava na formação social diamantinense "a matriz cristã no poder e na constituição civil, de modo que influenciava a vida pública e os costumes" (§ 23, LEÃO XIII, 29 jun. 1881, 2005, p. 157).

Destarte, afirma-se que o Estado de Minas Gerais idealizava a figura do professor primário, com base catolicismo e na família, considerando a sociedade civil uma consequência daquilo que era reproduzido em âmbito privado, devendo esses estarem alinhados com os valores difundidos e defendidos pelo catolicismo, encontrando sustentáculo no documento papal *Rerum Novarum: sobre as condições dos operários*, publicada em 15 de maio de 1891:

> § 21. Assim como a sociedade civil, a família [...] é uma sociedade propriamente dita, com sua autoridade e seu governo paterno, é pois que sempre indubitavelmente na esfera que lhe determina o seu fim imediato, para a escolha e uso de tudo o que exige sua conservação e exercício de uma justa dependência, de direitos pelo menos iguais da sociedade civil. Pelo menos iguais, dizemos nós, porque a sociedade doméstica tem sobre a sociedade civil uma propriedade lógica e uma prioridade real, de que participam necessariamente os seus direitos e os seus deveres. E se os indivíduos e as famílias, entrando na sociedade, nela achassem, em vez de apoio, um obstáculo, em vez de proteção, uma diminuição de seus direitos, dentro em pouco a sociedade seria mais para evitar do que para procurar

[147] Não foi encontrado os documentos referentes a matrícula da normalista.

Diante do trecho acima, depreende-se que para a manutenção da ordem cívica e política o governo mineiro considerava necessário a preservação e influência da Igreja Católica nos costumes e tradições da sociedade. Do mesmo modo, entendendo a mulher como o centro da vida doméstica, era necessário ensinar os comportamentos que deveriam ser evitados pelas normalistas e que não eram bem quisto pela sociedade, de modo a garantir a prosperidade da sociedade doméstica e, consequentemente, da civil (§59, LEÃO XVIII, 15 maio 1891, 2005, p. 447-448), assegurando, ao mesmo tempo, a continuidade da tradicional família mineira:

> Carta para uma amiga excessivamente hysterica, dizendo que faça uso de banhos frios, procure trabalhos manuaes constantes para distrahir, empregando bastante força de vontade para deixar d'estas tolices que só servem para incommodar a família.
>
> Carissima amiga,
>
> Como ha muito tempo não tinha noticias de ti, pensei que estavas melhor de teus incommodos, mas infelizmente não é assim, porque soube hontem que estás sofrendo mais do que d'antes. Dirijo te estas linhas dizem do te que faças uso de banhos frios, que fazem muito bem a todos que sofrendo tal doença; faze experiencia ao menos um mez e verás se não é verdade o que estou te dizendo. Conserva-te sempre ocupada em trabalhos manuaes, tais como: coser, lavar roupa, engomar, etc. porque muitas vezes a hysteria provem da ociosidade.
>
> Quando te sentires cansada procura divertimento que mais te alegrem e distrahem e tambem deves passear bastante. Se fizeres o que acabo de dizer-te, breve ficarás e te diminuirás (?) todo o soffimento de tua alma. (?) que verba noites inteiras e não tem um só instante de socego por tua causa. Se tiveres bastante força de vontade has de deixar estas tolices que tanto aborrecem e incommodam tua família.
>
> Adeus, querida amiga, peço te que cuides um abraço d'esta.
>
> Sua sincera amiga,
>
> Maria Augusta dos Santos (APM, SI^4_2, Cx. 33, Pacotilha 06).

A carta elaborada junto ao professor de português (ANEXO 05), Sebastião Corrêa Rabello, se associa ao pensamento difundido no final do século XIX. De acordo com Nunes (2010) o estudo da histeria neste período havia alcançado o seu apogeu e se vinculava aos conhecimentos médicos e científicos da época, no qual subdividia em duas teses principais: as de ordem psíquica e as de ordem neurológica, ambas considerando que essa um disfunção exclusivamente feminina, uma vez que enfermidade estava ligada ao útero.

Com base nisso, constituiu-se a tese de degenerescência e a histeria se tornou um fator que caracterizava o indivíduo que "[...] sucumbia a um processo civilizador deficiente,

permanecendo em um estádio mais primitivo, constituindo ameaça ao desenvolvimento social" (NUNES, 2010, p. 377). Logo, sendo a mulher o núcleo da configuração da família moderna, deveria moldar seu comportamento, controlando sua vida e sua sexualidade, de modo que pudesse assumir seu papel de mãe e esposa.

Assim, verifica-se que a prova da aluna Maria Augusta dos Santos[148] evidenciava tanto o tratamento para a histeria bem como o modo no qual essa doença era entendida, podendo inferir que essa transitava entre o campo médico-científico, receitando banhos frios e trabalhos manuais, e o campo dos valores católicos, se vinculando a ociosidade e a tolice.

Esses temas também perpassaram a encíclica *Rerum Novarum: sobre as condições dos operários*, na qual salientava que o homem não estava destinado a ociosidade e sim ao trabalho que dignificaria o homem (§ 29, LEÃO XVIII, 15 maio 1891, p. 430). Respeitando a natureza frágil feminina, as mulheres para não caírem na ociosidade deveriam se dedicar a família e a trabalhos manuais que não exigiam grandes esforços físicos e mentais (§ 59, LEÃO XVIII, 15 maio 1891, p. 448). Desse modo, pressupõe-se que este documento reforça a ideia de que as Escolas Normais estavam mais associadas a constituição de comportamentos dos professores primários do que conhecimentos na profissão.

Assentado nessas preposições associada a afirmação de Souza (2000), infere-se que pouca coisa havia mudado sobre as Escolas Normais mineiras após a primeira reforma sob a instrução pública do Estado de Minas Gerais, uma vez que se percebe a repetição do mesmo movimento feito em anos anteriores: as reformas preconizavam as mudanças e vislumbravam seus desdobramentos na sociedade, mas as condições e os meios atuavam de modo que reforçavam características tradicionais mineiras, os comportamentos e hábitos que eram aceitos e que deveriam ser reproduzidos na sociedade tanto civil como doméstica.

Essa constatação reforça a defesa de Leite (2011) no qual o autor advoga que diferentemente do período anterior em que a Igreja Católica estava submetida ao poder do Estado, percebe-se a ampliação e consolidação seus valores como uma instituição própria, delineando o que o autor denomina como cooperação entre os poderes políticos e religiosos durante a Primeira República.

Neste sentido, em documento direcionado ao diretor da Escola Normal de Diamantina no dia 02 de fevereiro de 1895 (ANEXO 06), é possível verificar como os valores católicos e

[148] Não foi encontrado os documentos referentes a matrícula da normalista.

novo sistema político do Estado, imbuído do discurso sobre o progresso e a civilização, conseguiu articular tanto a tradição e a modernidade dentro da Escola Normal de Diamantina:

> Nós, alumnas d'este Estabelecimento de, viemos perdir-vos um acto que estamos certas será recebido com applausos pelo ilustre corpo docente.
> A forma de Governo instituída pela incruenta revolução de 15 de novembro de 1889, conquista gloriosa, obra da pureza de intenção dos propagandistas e patriotas que conseguiram **sem abalo, sem sangue**, sem for – a victoria da aspiração popular, trouxe como inimediata consequência e necessario corollario a liberdade de culto – a **separação da Egreja e do Estado.**
> Não foi, porem, e nem poderia ser intuito dos fundadôres da Republica separar a **Egreja Católica do coração dos Brasileiros.**
> E', pois, sem ofensa e antes acatando nossa Lei Fundamental – a sabia Constituição Mineira, notada e **proclamada em nome de Deus**, Todo Poderoso, que, embora tardiamente, hoje, **Aclamamos N. Sa. Da Conceição – Padroeira e Protectora d'este Estabelecimento.**
> E como consequência d'este acto solicitaos que a Imagem de nossa Padroeira seja collocada, não sendo possivel, como tanto que desejamos, em todas as salas, ao menos na sala da Secretaria.
> E nem pode merecer reparo nesse justo pedido, porque este **edificio** é verdadeiramente um **Templo**.
> Aqui a pobre orphã vem procurar pela educação e instrucção a meio de honesta subsistência, com o qual tanto ella se eleva com eleva a Patria.
> **Aqui o rico e o pobre se nivelam**, só dependendo de talento e do trabalho a conquista dos laureis.
> Aqui, n'este abrigo santo, grandioso pharol da civilização, **a Virtude e o Saber** ocupam os mais elevados thronos.
> E' necessario, portanto, que a Imagem de Maria Santissima – Virgem Immaculada se encontre em todos os ângulos d'este Edificio, porque ella **incutirá nas almas virgens** mais amor, desenvolverá milagrosamente as vocações para difficilima e inorbitante carreira do magisterio, e Deus do seu Coração misericordiosissimo derramará bençãos eternas sobre aquelles que aqui se abrigarem. Aqui – onde a Justiça e o Dever illuminam consciencias de nossos mestres [...] (APM, SI^4_2, Cx. 33, Pacotilha 04, grifos da autora).

A solicitação feita pelas normalistas dá indícios sobre o modo que a modernidade foi apropriada pela sociedade mineira alguns anos após a instauração da República e como as instituições educativas que já existiram se apropriaram dos "novos" ideais republicanos. Desse modo, motivado a exaurir a fonte para fundamentar a tese defendida por esse trabalho, destaca-se oito tópicos que perpassaram o documento: (1) o modo como a República foi proclamada, (2) separação da Igreja e do Estado, (3) a Constituição Mineira, (4) a aclamação e exposição da padroeira da Escola Normal de Diamantina, (5) equiparação da escola como um templo, (6) harmonia entre ricos e pobres, (7) virtude e saber e (8) educação pelo exemplo.

Para o primeiro ponto recorre-se a narrativa de Edésia Corrêa Rabello (1964, p. 81), na qual a autora afirma que após a abolição da escravidão, em 1888, a sociedade diamantinense

ofereceu um baile de gala em regozijo da publicação da Lei Áurea e esperavam ansiosos pela proclamação da República. Com a intensificação da propaganda em favor do novo regime, esperava-se a qualquer momento a sua instauração. Segundo Rabello (1964, p. 94):

> [...] 16 de novembro de 1889, aniversário de tia Zinha. Numa recepção em sua casa conversava-se sôbre política. Alguns profetizavam a proclamação nos próximos dias; outros, que a República não viria naquele século. A República já estava proclamada desde de 15 de novembro, mas a notícia só chegou a Diamantina no dia 17.

O cotidiano da autora revela o modo "pacifico" que foi recebida a República em Diamantina, de modo que vincula-se a tônica do documento apresentado pelas alunas da Escola Normal da cidade, demonstrando que o regime tinha origem na vontade popular e representava a vontade de Deus, por isso, não havia tido necessidade de travar grandes conflitos. Por consequência, tem-se o segundo ponto: a separação da Igreja e do Estado, tema central da encíclica *Immortale Dei*, na qual o pontífice afirmava que pouco importava a forma de governo, seja essa monarquia ou república, desde que o Estado reafirmasse sua posição junto a sociedade civil e resguardasse os interesses da Igreja, delimitando ao mesmo tempo os limites dos poderes eclesiásticos e temporais (LEÃO XIII, 01 nov. 1885, 2005).

A defesa do Papa Leão XIII tinha como fundamento a origem do poder público, cuja sua natureza derivava da vontade de Deus e não dos homens. Logo, cabia a Igreja e não o Estado definir em âmbito particular e coletivo as regras de convivência e sociabilidade aos cidadãos (e cristãos), de maneira a corroborar com o bem-estar e preservação do Estado (§ 64, LEÃO XVIII, 01 nov. 1885, p. 259).

No caso brasileiro, a instauração da República foi recebida com certa receptividade pelo Sumo Pontífice, sendo tema específico da encíclica *Litteras a Vobis: A Igreja no Brasil*, publicada no dia 02 de julho de 1894. Sem embalo, o Papa Leão XIII entendia a República como uma oportunidade de ampliação da Igreja no Brasil, uma vez que não mais tutelada pelo Estado era possível a expansão de dioceses, colégios, seminários e outras instituições mantidas pelo poder religioso e pelo laicato.

Do mesmo modo, o Papa buscava estimular a participação do clero na política afim de que resguardassem os direitos da Igreja Católica frente ao Estado de modo que garantisse sua primazia na sociedade civil. Sob o preceito da liberdade do ensino, havia a maior autoridade da Igreja Católica afirmado que essa questão favoreceria incontestavelmente a educação e a formação do povo, já que oportunizava consolidar as recomendações da Igreja de anos

anteriores: a constituição de escolas que tivessem como fundamento as virtudes e os princípios católicos.

Neste sentido, retoma-se a afirmação feita pelo documento da Escola Normal de Diamantina, em que a República não afastou a "Igreja Católica do coração dos brasileiros", compreendendo que embora o novo regime político tenha trazido consigo alguns valores da modernidade, dentre esses a separação entre o Estado e a Igreja, na qual emergia a secularização do primeiro, não significou uma ruptura da sociedade/individuo com a religião, argumentos endossados por Berger (2000) e Burity (2007).

Essa análise reforça a ideia de que os preceitos e valores católicos foram validados dentro da instituição educativa diamantinense, na busca de moldar comportamentos e hábitos que eram socialmente aceitos e condiziam ao mesmo tempo aos ensinamentos da Igreja Católica. Assim, observa-se que para assegurar o pedido das normalistas, se fez um apelo a Constituição Minas Gerais promulgada em 15 de junho de 1891, o que desencadeia o terceiro ponto do pedido feito ao diretor e professores da Escola Normal.

A Constituição Mineira proclamada "em nome de Deus todo Poderoso" (MINAS GERAIS, 1988, p. 19), permite conjecturar que os políticos da região, com base na sua tradição e cultura, se alinhavam aos princípios da Santa Sé: consideravam que o sistema político vigente era obra do homem e vontade de Deus, logo, se não fosse a segunda, nada poderia ser modificado. Desse modo, reverenciando a natureza do poder público, Minas Gerais reforçava a tese de que a cooperação e não a separação entre a religião e o Estado havia vigorado na organização política e sociocultural durante os primeiros anos da República (LEITE, 2011, p. 32).

Assim, sem a ingerência do Estado nos assuntos eclesiásticos e a consolidação do catolicismo como pedra angular da sociedade mineira, indica-se o quarto ponto elencado anteriormente: a aclamação e exposição da imagem de Nossa Senhora da Conceição como padroeira da Escola Normal de Diamantina, reforçando que a educação e instrução católica norteavam o processo de escolarização da instituição diamantinense, de modo a considerar que essa última perpassava pela educação por meio de exemplos santos.

Esse discurso desemboca, portanto, na equiparação da Escola Normal com um templo, o quinto ponto disposto por essa análise. Acredita-se que assim como a Igreja Católica, as normalistas dessa escola julgavam que esse estabelecimento de ensino colaborava dignamente

para a formação do homem, dando-lhe um meio de subsistência e elevando ao mesmo tempo a República por meio do trabalho.

Por consequência, os alunos entendiam a escola como meio que colocaria ricos e pobres harmonia, isto é, não dependia exclusivamente da vontade de Deus, mas sim de si próprios para desenvolver e prosperar individual e coletivamente de acordo com as leis divinas e da Igreja Católica, pois, como defendera o Papa Leão XIII na encíclica *Rerum Novarum: sobre a condição dos operários*, era necessário que ricos e pobres vivessem e conservassem o perfeito equilíbrio para que houvesse o progresso social:

> § 31 [...] A concórdia traz consigo a ordem e a beleza; ao contrário, de um conflito perpetuo só podem resultar confusão e lutas selvagens. Ora, para diminuir esse conflito e cortar o mal na sua raiz, as instituições possuem uma virtude, admirável e múltipla. § 32 E, primeiramente, toda economia das verdades religiosas, de que a Igreja é guarda e interprete; é de natureza a aproximar e reconciliar ricos e pobres, lembrando à duas classes os deveres mútuos, e primeiro que todos os outros, os que derivam da justiça. § 33 Entre esses deveres, eis os que dizem respeito ao pobre e ao operário: deve fornecer integral e fielmente todo trabalho a que se comprometeu por contrato livre e conforme à equidade [...] § 34 Quanto aos ricos e aos patrões, não devem tratar o operário como escravo, mas respeitar nele a dignidade do homem, realçada ainda pela do cristão. O trabalho do corpo [...] faz honra ao homem por que lhe fornece nobre meio de sustentar a sua vida (LEÃO XIII, 15 maio 1891, p. 431-432).

Da mesma maneira que a Igreja Católica, entende-se que a instituição educativa diamantinense se colocava como instância reguladora da sociedade, vislumbrando o progresso, técnico e material, de todos. No entanto, essa visão tinha certos limites uma vez que não se vislumbrava o rompimento com a ordem societária vigente, servindo aquele estabelecimento de ensino como reafirmação da organização sociocultural mineira, elemento que compunha a continuidade das relações políticas e econômicas de Minas Gerais, com base no patriarcalismo arraigadamente católico (WITH, 1982).

Corroborando com a intepretação, a virtude e o saber integravam a concepção de civilização exposta pelas alunas, evidenciando que essas eram as bases da configuração social de Diamantina e que por meio delas se desenvolveria a sociedade, santificando a instituição. Como corolário dessa análise, se tem pôr fim a argumentação que iria respaldar a solicitação dos normalistas: a exposição de Nossa Senhora da Conceição dentro da Escola Normal de Diamantina serviria para incutir nas almas virgens a assumir verdadeiramente sua missão e vocação de educar e instruir, ratificando, portanto, a defesa sob a existência de instituição reguladora aos moldes da sociedade mineira.

Diante de todos esses argumentos, acredita-se que em um ambiente dito secularizado como a Escola Normal de Diamantina, do qual os princípios da racionalização e cientifização do ensino perpassava a organização dos trabalhos escolares, as disciplinas e as cadeiras, sendo determinados através dos dispositivos legais que foram publicados nesta época, ao mesmo tempo que se apresentava como novas possibilidades para o desenvolvimento da instrução pública de Minas Gerais, atuava em favor da continuidade da organização da sociedade.

Desse modo, considerando que o princípio de "instituição" tem seu significado atrelado a um processo de criação do homem, em que uma de suas características perpassam a permanência, apresentando-se como uma estrutura material, com uma finalidade e a partir de um sistema de práticas com seus agentes e os meios e instrumentos que devem ser operados (SAVIANI, 2008), acredita-se que a Escola Normal de Diamantina por mais que recebesse o título de "moderna", ainda permanecia enraizada aos aspectos da sociedade na qual estava inserida, estando seu ensino à mercê de tradição e cultura mineira, demonstrando a permanência dentro de uma ruptura.

Por esses motivos também, acredita-se que nesse período a ação do Bispado em Diamantina e do Colégio Nossa Senhora das Dores tenham ganhado força e sustentáculo no meio social e político da cidade e do Estado. Sendo esses os mecanismos no qual o Estado encontrou abrigo e apoio para que se desse início ao projeto republicano da educação quanto a criação e instalação dos Grupos Escolares na região.

Nessa perspectiva, o próximo item procurará analisar de que modo a modernidade seguiu o curso do progresso, fomentando o fechamento da Escola Normal de Diamantina em 1905, conjuntamente com as nove do Estado, reafirmando o poder da Igreja Católica na educação da população e o incentivo por parte do governo mineiro sobre os cursos normais particulares que possibilitaram a criação e atividade dos Grupos Escolares após o fechamento das Escolas Normais públicas.

4.4 Modernidade no sentido do progresso: fechamento das Escolas Normais de Minas Gerais e o estabelecimento dos Grupos Escolares

Desde o final do século XIX, o governo do Estado de Minas Gerais oscilava em investir ou não nos estabelecimentos de ensino de formação de professores primários. Essa postura, herdada do período anterior, causaram uma paulatina desvalorização das Escolas Normais mantidas pelo poder público. Entendidas, em um primeiro momento, como caminho que levaria a sociedade mineira ao progresso e a civilização, foram também taxadas como instituições

educativas que geravam altos custos para manutenção e seus resultados estavam aquém dos esperados.

A falta de professores e a necessidade de aumentar a oferta por ensino primário levaram muitos políticos a questionar os propósitos dessas escolas, uma vez que segundo Martins (2013) era inquestionável que no final do Império o público atendido pelas Escolas Normais mineiras eram, em sua grande maioria, o feminino, que muitas vezes não se dedicavam a carreira de professora. O jornal *O Município*, de 24 de julho de 1896, reforça a ideia defendida pela autora:

> E' preciso ponderar-se mais que a ideia de se entregar o ensino primario aos cuidados exclusivos da mulher vai avante nas discussões de theses e nas soluções dos factos, como é facil verificar-se diante das estatísticas da matricula das Escolas-Normaes, em que a porcentagem do elemento feminino sobre masculino é, sem exaggeração, de 90 por cem (O MUNICIPIO, 24 jul. 1896, p. 01).

Sendo esse um jornal que circulava dentro da cidade diamantinense, pode-se inferir parte de suas considerações diziam respeito, principalmente, a Escola Normal de Diamantina. Ora, já se apresentou evidencias que com a inauguração da Escola Normal de Diamantina, em 1878, uma boa parcela de matriculados eram meninos. E, quase vinte anos depois, esse quadro sofreu algumas alterações, estando presente um contingente significativo de meninas, como foi possível verificar por meio da correspondência enviada ao diretor da escola em 1895.

Isso aponta para a gradativa substituição por mulheres nos bancos dessas escolas, cujo discurso endossou a ideia difundida pela República, em que a figura feminina, em sua função de educar, foram reforçadas, estando pautadas "[...] na doçura, meiguice e paciência, vistas como qualidades inerentes a mulher, [colocando-a] num posto privilegiado quando assunto era o trato com educandos da escola primária" (MARTINS, 2013, p. 111).

No entanto, argumenta-se que essa mudança também corroborou para o desprestígio das Escolas Normais públicas de Minas Gerais. Em discussão sobre o projeto de a subvenção das Escolas Normais mantidas pelas municipalidades do Serro e Itajubá iniciada pelo deputado Augusto Clementino da Silva[149], o Pe. João Pio esclareceu que essas instituições educativas não

[149] De acordo com o Dicionário Biográfico de Minas Gerais – Período Republicano 1889/1891 (1994, p.633), Augusto Clementino nasceu na cidade do Serro, no dia 18 de julho de 1861. Era filho de Dario Clementino da Sila e Augusta Ferreira Clementino da Silva. Foi casado por duas vezes, Guilhermina Dinis Mascarenhas da Silva (primeira esposa) e Virgínia Pires Clementino (segunda esposa). Estudou no Colégio do Caraça e fez a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Trabalhou na cidade de Curvelo. Fundou o Clube Republicano em Sete Lagoas. Na República, elegeu-se na Constituinte como deputado, sendo reconduzido por duas vezes. Como deputado federal, entre os anos de 1897 a 1899, empenhou-se na criação de um órgão de regularização do preço do café.

se destinavam a educação de moças, uma vez que o Estado havia instituído como um estabelecimento de ensino profissional. Para ele,

> [...] em materia de instrucção ha principios que devem ser estabelecidos, dos quaes não devemos arredar um passo. O ensino se divide em profissional e educação e a escola normal tem por fim formar exclusivamente professores. Abram-se os livros e ver-se-ha que todos os publicistas que escrevem sobre a instrucção publica, quando inserem a palavra – profissional –, querem dizer que o ensino tem por objeto um ponto particular (ANAIS DA CÂMARA DE DEPUTADOS DE MINAS GERAIS, SESSÃO DE 07 DE MAIO DE 1895, 1895, p. 90).

Como havia determinado o artigo primeiro da Lei nº. 41, de 03 de agosto de 1892, as Escolas Normais eram destinadas a formação do professor primário, se constituindo com base nas competências morais, comportamentais, físicas e intelectuais concernentes a profissão. Logo, deputado ratificava que a natureza das Escolas Normais, sendo essas de cunho profissional, estavam associadas ao conceito de instrução e não educação:

> [...] Luz e mais luz, dizem todos os escriptores, pois que è a instrucção publica a base de todo o adiantamento. Pois bem: fundemos escolas e estabelecimentos institutos, mas não confudamos de modo algum as duas cousas; é preciso a distincção fique bem estabelecida [...] Levantei-me apenas, Sr. Presidente, para protestar contra a idéa de confundir os principios da instrucção publica, de confundir instituto profissional com instituto educacionalista; o que é completamente anti-pedagógico (ANAIS DA CÂMARA DE DEPUTADOS DE MINAS GERAIS, SESSÃO DE 07 DE MAIO DE 1895, 1895, p. 99).

A distinção mais delineada feita ao longo o discurso pelo Pe. João Pio, reafirma a ideia sobre o modo que a modernidade adentrou na sociedade mineira. Separando a educação da instrução, entende-se que cabia as Escolas Normais instruir os candidatos ao magistério primário afim de constituir um saber profissional e como se viu anteriormente o ensino ia além desse aspecto, que de acordo com Martins (2013), esses estabelecimentos de ensino atuavam em favor da continuidade das tradições socioculturais e familiares dos mineiros ao invés de serem instituidoras de novos costumes e comportamentos condizentes com a modernidade.

Nesse sentido, compreende-se que a educação, principalmente aquela destinadas as mulheres, não deveria ser tarefa das Escolas Normais, já que esses estabelecimentos de ensino, a princípio, não tinham por finalidade educar a população mineira, mas sim, instruir de modo que tornassem aptos os professores primários na sua missão junto ao ensino nas escolas de

---

Também foi médico na cidade de Diamantina e no Serro. Lugares onde tornou-se fazendeiro. Faleceu em 19 de setembro de 1952.

primeiras letras. Essa argumentação aponta para o próprio entendimento sobre a mulher e seu papel na sociedade, destacada por meio do ensino da Escola Normal de Diamantina e legitimando, posteriormente, a ação do Colégio Nossa Senhora das Dores no que diz respeito a instrução e educação feminina.

Nos anos que seguiram, percebe-se que as críticas a esses estabelecimentos de ensino se multiplicaram. Deputados e senadores mineiros buscavam soluções para "[...] corrigir os deffeitos e inconvenientes que a experiencia tem indicado na legislação em vigor [...]" (ANNAES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 46º SESSÃO, 11 ago. 1899, 1899, p. 382). O baixo número de professores normalistas no Estado ainda era um problema a ser enfrentado, visto que o aumento das escolas primárias demandava mais docentes que corroborassem com o projeto da República.

De acordo com Santos (2019, p. 176), para o Presidente do Estado de Minas, Francisco Silviano de Almeida Brandão em relatório de 1899, as Escolas Normais deveriam ser reduzidas bem como às exigências do curso, passando de quatro para três anos, dado que "[...] os normalistas custavam, ao que parece, muito mais do que o Estado estava disposto a desembolsar".

Por meio das fontes, percebe-se que entre os meses de julho a setembro daquele ano, houve junto a Câmara de Deputados de Minas Gerais uma longa discussão sobre o Projeto n. 17 que desdobrou-se no n. 25, apresentado pela Comissão da Instrução Pública, no qual propunha uma reforma para a instrução pública mineira e a supressão de cinco Escolas Normais mantidas pelo Estado (ANNAES DA CAMARA DOS DEPUTADOS, 53º SESSÃO, 21 ago. 1899, 1899, p. 468-475).

Após a apresentação de algumas emendas parlamentares, foi definido que seriam fechadas as Escolas Normais do Estado que não tivessem frequência de 50 alunos no decorrer do ano letivo de 1900 (ANNAES DA CAMARA DOS DEPUTADOS, 53º SESSÃO, 10 set. 1899, 1899, p. 607). Observa-se, porém, que essa determinação só foi possível diante da necessidade de equacionar a questão da inicial apresentada pelos os projetos: o encerramento das atividades de apenas cinco Escolas Normais. Sem determinar quais instituições educativas teriam suas atividades encerradas pelo poder público, os deputados mineiros decidiram que tal atribuição não era competência do governo, jogando a responsabilidade para as dez Escolas Normais que estavam funcionando em Minas Gerais.

Sem nenhuma mudança no quadro da instrução pública de Minas, 1900 foi marcada pela regularidade das atividades das Escolas Normais e de outros estabelecimentos de ensino público do Estado (SANTOS, 2019), o que demonstra que as medidas tomadas pelo governo, Congresso e o Senado quase nada modificaram o cenário educacional. Apesar disso, verifica-se que o discurso de Silviano Brandão no ano seguinte continuava a reforçar o estado financeiro de Minas Gerais, apontando para a diminuição de custos com os diversos ramos do serviço público, incluindo a instrução pública, sobretudo com as Escolas Normais.

Em mensagem enviada à Câmara de Deputados em 15 de junho de 1901, o Presidente do Estado afirmou que a situação das finanças mineiras achava-se "[...] extraordinariamente agravada" (MENSAGEM, 15 jun. 1901, 1901, p. 48). Segundo Silviano Brandão, era necessário

> A diminuição da receita publica em escala que géra as mais serias apprehensões, aliadas á manifesta retractação do crédito na quadra que atravessamos, exige do patriotismo do Congresso medidas proptas e radicais [...] é urgente accomodar as despesas publicas á uma previsão modestissima da receita; ellas não se podem manter em desaproporção com os recursos ordinarios do Estado, sem que sejamos dolorasamente colhidos pela impossibilidade absoluta de satisfazel-as. Por mais ingrata que pareça a tarefa de reduzir o minimo indispensavel o dispendio decorrente de serviços publicos creados, ella se impõe de modo ineluctavel. Organizados como se acham os serviçõe do Estados, exigindo grandes dispendios, não podem ser executados; as rendas publicas são inteiramente insuficientes para o seu custeio. A revisão de nossa legislação, no sentido de serem simplificadas uns e mesmo suprimindo alguns desses serviços, se impõe com imperiosa necessidade. Será doloroso o sacrifício, mas é imposto pela situação em que nos achamos; do contrario difficilmente poderá caminhar a machina administrativa (MENSAGEM, 15 jun. 1901, 1901, p. 51-52).

Diante do trecho acima, percebe-se que a sugestão do Presidente do Estado era uma modificação nas leis, nas quais previssem a diminuição dos custos do Estado vislumbrando simplificação da máquina estatal e consequentemente seus gastos. Tal postura permite inferir que Silviano Brandão buscava apoio do corpo legislativo mineiro, responsabilizando-os também pelas transformações que iriam acontecer nos anos seguintes.

Assim, quatro meses depois da solicitação feita através da mensagem, houve a promulgação da Lei nº. 318, em 16 de setembro de 1901, incumbida de reorganizar os diversos ramos do serviço público do Estado. De acordo com Santos (2019), essas modificações colocaram as Escolas Normais públicas mineiras em regime provisório e não muito diferente do anterior: imperava a falta de verbas, condições físicas e também materiais.

Sob a nova organização do ensino público mineiro era imperativo que se estabelecesse um novo regulamento condizente com a diminuição de cadeiras bem como dos trabalhos escolares conforme foi determinado pela lei de 1901. Para alguns jornais que circulavam em Diamantina era possível que o novo dispositivo legal das Escolas Normais reduzisse de quatro para três anos o curso bem como a diminuição de horas de trabalho dos professores (O MUNICÍPIO, 12 dez. 1901, p. 02).

Contudo, conforme a mensagem do Vice-Presidente do Estado, Dr. Joaquim Candido Costa Sena[150], de 1902, pouca coisa havia mudado sob o ensino profissional do Estado após a publicação da lei (MENSAGEM, 15 jun. 1902, 1902, p. 21-22), devendo o governo estabelecer um regime definitivo as instituições educativas de ensino normal. Do mesmo modo, o jornal *O Município*, de 18 de março de 1902, trazia notícia sobre a condição temporária dada a Escola Normal de Diamantina e as outras escolas do Estado:

> O Governo do Estado resolveu estabelecer, provisoriamente, a distribuição das materias que devem ser leccionadas nos quatro annos do curso normal e bem assim o numero de licções semanaes de cada materia da maneira seguinte:
> *Primeiro anno:* Lingua nacional, 2 licções por semana; francez, 3; arithmetica elementar, 2; geographia, 2; desenho linear, 1; trabalho de agulhas, 2.
> *Segundo anno:* Lingua nacional, 2 licções por semana; francez, 3; arithmetica elementar, 3, geographia,1; physica, 2; desenho linear, 1; trabalho de agulhas, 2.
> *Terceiro anno:* Lingua nacional, 2 licções por semana; francez, 1; geometria plana, 2; geographia, 2; historia do Brasil, 2; chimica inorgânica, 2; pedagogia, 3; desenho linear, 1.
> *Quarto anno:* Lingua nacional, 2 licções por semana; botanica e zoologia, 3; geometria plana, 2; historia do Estado de Minas, 1; pedagogia, 2; desenho linear, 1 (O MUNICIPIO, 18 mar. 1902, p. 02).

Constata-se que a organização dada ao ensino normal do Estado não fez quaisquer alterações no que se refere a duração do curso mantendo, permanecendo os quatro anos de

[150] Joaquim Cândido Costa Sena nasceu no dia 13 de agosto de 1852 na cidade de Conceição do Serro. Estudou no Colégio do Caraça. Formou-se como engenheiro de minas em 1880 pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e a Escola de Minas de Ouro Preto. Lecionou física e química na Escola de Minas a partir de 1885. Em 1893, mudou de cadeira e passou a ministrar a disciplina de mineralogia e geologia. Entre 1900 a 1919, foi diretor dessa instituição educativa. Foi casado com Virgínia Wellerson de Sena. Era associado ao Partido Republicano Mineiro. Após a Proclamação da República, foi eleito senador na Constituinte mineira, sendo reconduzido as duas legislaturas seguintes. Renunciou ao cargo no qual foi eleito pela terceira vez para assumir a direção da Escola de Minas. Entre os anos de 1898 a 1902, foi vice-presidente do Estado. Representou o Estado de Minas Gerais em diversos eventos internacionais, cujo o assunto era a mineralogia da região. Em 1910, foi eleito para Academia Mineira de Letras, fundando a 14º cadeira. Recebeu diversas honrarias, dentre essas destaca-se: Cavaleiro da Ordem Imperial Ordem da Rosa e Oficial da Academia Francesa. Era sócio e membro de diversos museus e sociedades acadêmicas. Foi autor das obras *Apontamentos de Mineralogia* e *Apontamentos de Geologia*, além de diversos textos de cunho científico. Faleceu em Belo Horizonte em 20 de junho de 1919 (DICIONÁRIO BIOGRÁFICO DE MINAS GERAIS – PERÍODO REPUBLICANO 1889-1991, 1994, p. 627).

formação do professorado primário mineiro. Em contrapartida, se comparado aos regulamentos anteriores observa-se que houve uma diminuição significativa dos trabalhos escolares bem como das matérias, o que auxiliava na justificativa da redução dos salários dos professores e do quadro do professorado.

Além dessas mudanças, Santos (2019) advoga que neste período ocorreu um movimento paralelo: a solicitação de equiparação dos estabelecimentos de ensino normal particulares às Escolas Normais oficiais do Estado, o que pode ter corroborado para a suspensão das atividades das Escolas Normais públicas em 1905.

Desse modo, a autora afirma que a eleição de Dr. Francisco Antônio Salles[151] à Presidência do Estado nada iria modificar no que se refere as tônicas das mensagens oficiais de anos anteriores quando o assunto era instrução pública (SANTOS, 2019). No documento, Francisco Salles enfatizou a degradação ensino primário bem como os baixos resultados das Escolas Normais públicas, ressaltando a situação transitória dessa última. Para ele, era necessário uma reforma sistemática e definitiva sob a instrução pública mineira, sugerindo a remodelação do ensino normal, concentrando-a em uma Escola-Modelo na Capital; a criação dos Grupos Escolares nos lugares onde havia Escolas Normais mantidas pelo Estado, a uniformização do ensino, inamovibilidade do professor e ensino gradual e intuitivo concentrados em uma única instituição educativa (MENSAGEM, 1904, p. 38-39).

De acordo com o jornal *O Jequitinhonha*, de 07 de julho de 1904, redigido pelos professores da Escola Normal de Diamantina, Juscelino de Fonseca Ribeiro Junior e Arthur Napoleão Alves Pereira, a culpa pela situação da instrução pública mineira era Congresso, uma vez que este não seguia as orientações do Presidente de Estado em reformar a educação de acordo com as necessidades e orçamento do Estado de Minas:

---

[151] Francisco Antônio Salles era filho do tenente-coronel da Guarda Nacional Firmino Antônio Sales e de Ana Cândida Sales. Nasceu em Lavras do Funil no dia 20 de janeiro de 1864. Se casou com Ana Adalgisa de Aquino Salles. Estudou no Seminário de Mariana e cursou ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1886, diplomou-se. Ao retornar a sua cidade natal, dedicou-se a sua profissão. Francisco Salles foi um grande entusiasta do movimento republicano no Brasil e em Minas Gerais foi responsável pela fundação de diversos clubes que mais tarde integrariam o Partido Republicano Mineiro. Com a Proclamação da República, foi nomeado Juiz Municipal da cidade de Duarte de Lima, mas logo depois foi indicado para o Congresso Constituinte Mineiro. Elegeu-se deputado na primeira legislatura (1891-1895) e teve atuação importante na movimentação e decisões do Congresso. Foi membro da direção executiva do Partido Republicano Mineiro. Em 1899, foi eleito senador, mas renunciou ao cargo após ter sido nomeado por Silviano Brandão à função de Prefeito da Capital, permanecendo por oito meses até sua eleição de senador. Não assumiu o cargo devido as articulações políticas internas do seu partido. Em 1900, foi eleito deputado federal. Dois anos depois, foi eleito a Presidente do Estado. Ao terminar o mandato, foi eleito senador, renunciando em outubro de 1910. Com a eleição de Hermes da Fonseca, foi nomeado Ministro da Fazenda em 1910. Faleceu no Rio de Janeiro, em 16 de janeiro de 1933 (DICIONÁRIO BIOGRÁFICO DE MINAS GERAIS – PERÍODO REPUBLICANO 1889-1991, 1994, p. 606-607).

> Espera-se que o Congresso Mineiro, segundo a insistencia do exm.º dr. Presidente do Estado em sua mensagem, trate de reformar a Instrucção Publica que, por bem o dizer, não tem entre nós a existencia real, obedecendo ao plano: a) fundação de escola; b) formação do professorado; [...] Si quiserem, por tanto, que o Estado de Minas possua um bom professorado, é indispensavel que este siga o exemplo de S. Paulo, onde o ensino hoje muito bem administrado, graças á rigorosa fiscalização das escolas, e sobre tudo a um ordenado compensador. Deve, por tanto, o Estado manter as escolas, em numero compativel com a força de suas receitas, diminuil-as, até, se suas finanças não puderem manter grande numero; mas remunerar bem os professores, porque assim é que poderão escolher os mais aptos; visto como, no caso contrario, as verdadeiras aptidões não se sujeitarão á vida miserável do professora do mineiro (O JEQUITINHONHA, 07 jul. 1904, p. 01).

Percebe-se que São Paulo se tornou referência em matéria de instrução pública, tanto no que cerne a organização do ensino como a sua administração. Esse ponto foi reforçado na medida em que o jornal faz comparação entre os Estados mineiro e paulista, retomando a prerrogativa de que para o "progresso" da instrução pública era necessário a sistematização entre o ensino primário e normal com a existência de estabelecimentos de ensino graduado e Escolas Normais.

Neste sentido, para manter ambas as instituições educativas o periódico sugeria que era conveniente à Minas Gerais que fosse modificado por lei aquilo que fosse considerado impraticável, prevalecendo, somente, um número de escolas que o Estado conseguisse arcar, associado ao aumento salarial dos professores e diminuição de dez para quatro Escolas Normais do Estado de modo que se pudesse reestabelecer "[...] o programma consignado na mesma lei, duplicando-se pelo menos o ordenado dos professores" (O JEQUITINHONHA, 07 jul. 1904, p. 01).

Pode-se inferir que o posicionamento do jornal estava alinhado a compreensão dos professores da Escola Normal de Diamantina, no qual utilizavam desse espaço para publicar suas opiniões sobre a situação do professorado das instituições educativas de formação de professores bem como o quadro da instrução pública mineira nesse período, cujo a qual se encontrava em um grave crise associada as circunstancias financeiras do Estado.

Quase quinze dias após a publicação da matéria, o jornal *O Jequitinhonha* retoma o assunto em um tom mais ultrajante, evidenciando o posicionamento quanto as mudanças efetivadas sob o ensino público mineiro desde a Reforma de 1892:

> Em nossa penúltima edicção lembrámos ao Congresso Mineiro, ora em trabalhos, e de cujo programma consta a reforma do ensino publico no Estado, de há muito desorganizado, em virtude das multilações successivas,

> verdadeiros sacrilegios, que se fizerão na lei 41, lei sabia e previdente em que colloboraram os homens mais eminentes de Minas, pelo saber, experiencia e criterio, a necessidade de adoptal-a, *mutatis mutandis*, com maxima prudência e excessivo zelo; porque, apezar das pedradas que pela imprensa se lhe têm atirado, é ainda o que temos de melhor em materia de legislação do ensino, e tanto, como algures, já tivemos occasião de observar, que dois importantes Estados da Republica, Bahia e Sergipe, a copiaram textualmente (O JEQUITINHONHA, 21 jul. 1904, p. 01, grifos do original).

Por meio do trecho acima, acredita-se que para o jornal diamantinense as reformas empreendidas sobre a instrução pública nos últimos anos do século XIX não satisfizeram as necessidades do ensino, ao contrário, causaram um impacto negativo sobre o desenvolvimento do ensino público em geral no Estado, pois uma vez publicada a Lei nº. 281 de 1899, na qual foi responsável por suprimir as escolas rurais, o progresso material e técnico do Estado estavam em risco, já que não havia como compreender uma "[...] instituição politica, toda liberal, sem a difusão completa do ensino, maxime, do ensino primario [...]" (O JEQUITINHONHA, 21 jul. 1904, p. 01).

Dentre as mudanças que deveriam ser efetivadas na opinião do *O Jequitinhonha* era o retorno da graduação das escolas primárias determinadas pela Reforma de 1892, isto é, a divisão do ensino primário em escolas urbanas, rurais e distritais, sem que dessa derivasse a diferenciação do ensino, promovendo assim sua uniformização. Igualmente, defendia o jornal que os vencimentos dos professores das três categorias fossem idênticos, havendo acréscimo apenas nas cadeiras urbanas e distritais, em que o custo de vida do professor era mais dispendioso (op. cit.).

No que se refere a criação dos Grupos Escolares o jornal se mostrava avesso a sua existência, pois

> Pelo resultado negativo que, conforme douto parecer sobre o assumpto de que nos occupamos, deram as experiências sobre os grupos escolares no Estado, parece-nos desnecessário algo dizer sobre tal inovação, util e vantajoso é certo, mas em condições differentes d'aquellas em que nós, os mineiros, nos achamos. Não podemos, no emtanto, deixar de nos referirmos ás despesas collossaes que o Estado terá de fazer com a construção dos predios – e muitos serão elles – destinados a essa em nosso meio moderna instituição, de accordo com as exigências, que, em absoluto, não poderão ser despresadas, sob a pena de creal-a e matal-a ao nascer (O JEQUITINHONHA, 21 jul. 1904, p. 01).

Diferentemente do que se defendia no Congresso e as mensagens publicadas pelo Presidente de Província, o jornal colocava em evidencia de que o Estado não conseguira bancar a criação e manutenção dos Grupos Escolares em Minas Gerais, uma vez que necessitavam de

um grande investimento, que ao tempo dessa matéria, mal dava para a manutenção das escolas existentes diante da crise financeira que assolava a região.

Desse modo, depreende-se que *O Jequitinhonha* argumentava a favor da continuação da organização do ensino público de acordo com a Lei nº. 41 fazendo as modificações necessárias para uniformização do ensino e salário dos professores, compreendendo que essas alterações favoreceriam o progresso da sociedade, "[...] sem que nos demos ao luxo dos grupos escolares" (O JEQUITINHONHA, 21 jul. 1904, p. 01), garantindo assim a continuidade das Escolas Normais.

Igualmente, verifica-se que na opinião do jornal diamantinense o Estado deveria reduzir os números dos estabelecimentos de formação de professores, conservando-se, porém, aqueles que fossem indispensáveis para o ensino normal, ou seja, para os redatores era necessário manter os estabelecimentos que estavam localizados nas zonas do norte, no centro e da mata (op. cit.). Por consequência dessa a sugestão, constata-se que o impresso julgava necessário a permanência das Escolas Normais localizadas nas cidades de Diamantina, Araçuaí, Montes Claros, Ouro Preto, Sabará e Juiz de Fora, reduzindo-se de dez para seis.

Contudo, indo de desencontro a matéria publicada pelo jornal, em dezembro do mesmo ano *O Jequitinhonha* anunciava suspensão das atividades de todas as Escolas Normais do Estado: "A' hora em que escrevemos já deve estar sanccionado o projecto n.57, modificado da lei orçamentaria estadual que, alem de outras medidas, suspende o ensino normal em Minas. Ficará apenas suspenso ou definitivamente suppresso? O tempo nol-o dirá" (O JEQUITINHONHA, 22 dez. 1904, p. 01).

Para Juscelino de Fonseca Ribeiro Junior e Arthur Napoleão Alves Pereira, os responsáveis pela redação do impresso, o acontecimento era resultado da ação do Congresso que seguia rigorosamente o plano orçamentário apresentado pelo governo mineiro nos últimos anos e causava estranheza, diante dos gastos do Estado, que se encerrasse as atividades das Escolas Normais sem que outros setores públicos fossem atingidos (op. cit.).

Do mesmo modo, o periódico expressava que por mais que se achassem que Diamantina fosse menos prejudicada em matéria de educação e ensino, por conta da existência de um Seminário Episcopal, equiparado ao Ginásio Nacional, essa suposição seria inaceitável, pois "[...] tal estabelecimento, dadas as condições em que seu ensino foi moldado, só poderá aproveitar a numero insignificante de favorecidos da fortuna, que estarão nas condições de nelle matricular, como internos, os filhos destinados á carreira de letras" (op. cit).

O jornal deixa entender que a única instituição educativa equiparada até então em Diamantina não iria favorecer a formação do professorado primário que necessitava a região, já que esta era destinada a formação para futuros bacharéis o que, consequentemente, prejudicaria, o "progresso" da instrução pública de modo geral. Logo, "a supressão do ensino normal é uma calamidade, não ha de negar, praza a Deus, porem, que ao menos, o enorme sacrificio exigido dê resultados que contribuão para reestabelecer as finanças do Estado e reerguer os seus creditos em base sotida e estável" (O JEQUITINHONHA, 22 dez. 1904, p. 01).

No dia seguinte à publicação da matéria, foi aprovada a Lei nº. 395, cuja a qual modificava as disposições da Lei nº. 393, de 10 de setembro de 1904, em que previa a receita e despesa para o ano de 1905. Por meio do artigo 03º, foi autorizado o governo fazer as alterações nas rubricas dos parágrafos 1º e 2º do artigo 20 que tratavam, respectivamente, da Secretaria do Interior e da Secretaria de Finanças, sendo definido pelo item XX que as Escolas Normais seriam suspensas colocando em disponibilidade seus professores (LEI N. 395, 23 dez. 1904, p. 47-46).

Segundo Santos (2019, p. 177), a mensagem de Francisco Antônio Salles publicada em junho de 1905, no que se refere ao ensino normal, trazia consigo um ar de despedida e de renovação, circunscrita por meio da esperança de uma nova organização do curso de modo que esse cumprisse a sua finalidade de "[...] formar professores para bem instruir as crianças".

Assim, consumado o fechamento da Escola Normal de Diamantina, pouco antes da publicação da mensagem, *O Jequitinhonha* de 20 de janeiro de 1905, publicou a seguinte matéria:

> Frequentada todos os annos por duzentos e mais alumnos, que nesta cidade só tinham esse meio de instrucção ao alcance de todos e que muito elevou o nivel moral e intellectual deste povo; a sua suspensão causou transtornos tal no ensino, que produziu abatimento profundo nos paes de familia, cujos os filhos erao destinados a receber nella a educação. O Seminário, onde o ensino é bem administrado, só está ao alcance dos ricos e não aproveita as familias pobres, em maior numero, cujos os filhos serão condemnados a viver na ignorância. Escola, uma das mais antigas do Estado, e que reaes serviços prestou á causa da instrucção, preparando excelentes professores primários, que se acham espalhados por diversas zonas do Estado; outros que tratavam de conseguir o titulo, somente para fazerem o estudo dos preparatorios ensinados no curso, delles fizeram, sem mais preparos, exames em O. Preto e Bello Horizonte, obtendo as melhores notas. Muitos procuram estudar as materias necessarias ao uso no commercio, conseguindo seus fins e se constituindo comerciantes conhecedores da lingua materna, francez, geographia e mathematicas. Todas as classes e todas as profissões tiravão a sua utilidade da Escola, que era a

> diffusora da luz do espirito para as externas zonas da matta e do sertão, onde os seus filhos vinham beber instrucção. Esta suspensão, se tiver grande dura, será um desastre para os filhos do povo, que aqui se educavão e se preparavam para os labores da vida, se aperfeiçoando na moral e nos deveres do cidadão, quando não se applicavam ao professorado, fim principal do instituto (O JEQUITINHONHA, 20 jan. 1905, p. 03).

Fazendo um balanço sobre as contribuições da Escola Normal para a educação em Diamantina e também da região norte de Minas Gerais, o jornal lamenta o fechamento da instituição educativa que ao tempo da matéria completava vinte e sete anos de existência. Além disso, à exemplo da Escola Normal de Juiz de Fora, sugeria que os professores desse estabelecimento de ensino dessem continuidade as aulas, solicitando autorização do Estado para utilização do espaço físico e mobília, e, também, mediante a pagamento de taxa de matrícula.

Após a publicação, há vestígios de que o diretor da Escola Normal diamantinense, Joaquim José Pedro Lessa, remeteu uma correspondência ao Secretário do Interior, Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, no dia 19 de janeiro de 1905, solicitando autorização do Estado para dar continuidade as atividades da instituição educativa seguindo as mesmas prerrogativas da Escola Normal de Juiz de Fora (O JEQUITINHONHA, 27 jan. 1905), cobrando, entretanto, uma taxa de matrícula no valor de 40$000.

Sem indícios sobre os detalhes do funcionamento da escola, a preposição apontada por Santos (2019), em que autora evidencia um aumento sobre as Escolas Normais particulares, equiparadas as oficiais do Estado repetiu-se em Diamantina. Com o fechamento do estabelecimento público de formação de professores em janeiro de 1905, observa-se que o processo de equiparação do Colégio Nossa Senhora das Dores teve início em abril do mesmo ano, sofrendo algumas retaliações da imprensa local:

> A ultima hora fomos informados de que se depositou a Colletoria Estadual a quantia de 500$000 para pagamento de um fiscal que, de ordem do governo, terá de examinar o Collegio de N. Senhora das Dores, desta cidade, muito naturalmente para o fim de equiparal-o aos institutos normaes do Estado.
> Sem podermos ir mais longe, porque nos falta, por hoje, o espaço de que carecemos, fica, desde já, o nosso protesto, em nome do povo diamantinense, contra a desejada equiparação, que, como o demonstraremos em artigo subsequente, viria prejudicar extraordinariamente os interesses da Diamantina e de toda a zona do Norte Mineiro, sem menor vantagem, no emtanto, para o Asylo de Orphãs do referido instituto (O JEQUTINHONHA, 09 abr. 1905, p. 03).

Conforme o trecho acima, constata-se que o jornal não recebeu bem a notícia sobre a equiparação do colégio confessional particular da cidade e que a mesma foi recebida de última

hora, sugerindo que ao tempo de sua chegada o impresso já estava quase organizado para publicação e, mesmo assim, o fato não poderia passar despercebido. Desse modo, pode-se inferir que, por um lado, o posicionamento teve relação com os redatores do impresso, uma vez que faziam parte do quadro docente da Escola Normal de Diamantina, indicando a indignação dos professores com a ação do governo mineiro.

Por outro, evidencia o caráter ambíguo do Estado no que se refere as Escolas Normais públicas. Ora, se não havia verba para se manter essas instituições públicas, por que se investir na fiscalização de estabelecimentos particulares afim de sua equiparação?

Tal questionamento se torna relevante na medida em que se apontou que a tese defendida por esse trabalho circunscreve-se na maneira em que as categorias modernidade, progresso e educação foram entendidas pela sociedade e políticos mineiros entre o final do século XIX e início do XX. Desse modo, considera-se que a influência da Igreja Católica na formação sociocultural de Minas Gerais tenha influído, permanentemente, para a mudança do cenário educacional nesse período, ou seja, a modernidade seguiu no curso no progresso, na medida em que o Estado promovia o intercambiamento entre o público e o privado, fomentando a existência de Grupos Escolares e Escolas Normais particulares confessionais durante os primeiros anos da República.

Conforme atestou Martins (2013), ratificada também por esse trabalho, no qual evidenciou que a formação de professores primários na Escola Normal de Diamantina foi moldada pela constituição de comportamentos e condutas condizente com os preceitos do catolicismo articulando-se, ao mesmo tempo, com os princípios da modernidade, constatando-se que houve uma remodelação dessa última em torno das necessidades e ensejos por parte da sociedade mineira naquele período.

Essa afirmação encontra-se no bojo dos debates promovidos pela imprensa local, iniciado pelo jornal apresentado anteriormente e outro periódico chamado *A Estrella Polar*, mantido pela diocese diamantinense. No dia seguinte a nota publicada pelo *O Jequitinhonha*, o redator responsável pelo impresso católico, Cônego Lucio Antunes de Souza[152], respondeu,

[152] Conforme Aquino (2012), Cônego Lucio Antunes de Sousa foi um importante membro do clero brasileiro durante a Primeira República, sendo nomeado como o primeiro Bispo da Diocese de Botucatu, interior do Estado de São Paulo, em 1908. Para o autor, a escolha de Cônego Lúcio para a nova diocese paulista foi permeada de tensões, uma vez que havia um problema "[...] para o núncio apostólico [...]: a denúncia do seu suposto 'caráter assaz violento e temperamento bilioso'" (AQUINO, 2012, p. 173). Tal fato foi contornado pelo então Bispo diamantinense à época, D. Joaquim Silvério de Souza, que atuou em favor da sua nomeação. Aquino (2012) aponta que Lucio Antunes de Souza nasceu no dia 13 de abril de 1863, na fazenda Brejo dos Martyres, localizada na

categoricamente, as acusações feitas ao Colégio Nossa Senhora das Dores por ocasião do início de seu processo de equiparação às Escolas Normais:

> [...] Não somos pugnazes por indole nem por educação, e nunca quereriamos abrir lucta com o illustre órgão de publicidade, mas sentido o descahimento de vero patriotismo que estas linhas revelam, nós não podemos der acoimados de egoísmo [...] nem precisamos illudir o povo para sustentar na falsa posição d' uma politica local anti-patriotica que, em artigo subsequente, promette "O Jequitinhonha" produzir, para, com a imparcialidade e calma, demonstrar-nos, á luz meridiana, justamente o contrario do que se propõe o intelligente Colega, a saber: que a equiparação do Collegio N. S. das Dores, desta cidade, aos institutos normaes do Estado consulta *extraordinariamente* os interesses da Diamantina, do Norte-Mineiro e do Asylo de Orphãs unido áquele collegio. Consolar-nos-emos das agruras que nos possam advir da lucta, a que não estamos affeitos, com a consciencia de que descemos, á arena somente em defesa do justo, do honesto, e do fraco oprpimido pela politica que a corrupção das unas, em má hora, elevou o poder neste municipio, identificando-nos simultaneamente com os reaes interesses do Norte de Minas. E o povo, cujo o bom senso não pode vir da politica local desvirtuar, ha de ver si é do interesse do Norte-Mineiro matar a fome de uma multidão de orphãos podre, que não tem quem lhes dê o pão, senão a caridade d'um asylo que existe a mais de trinta annos, só porque alguns, em proprio interesse, pensam que isto é bom para garantias de suas infundadas esperanças. Diamantina e o Norte-Mineiro hão de julgar si é de *extraordinario* interesse que fiquem o curso normal truncado, sem podel-o concluir tantas moças que, com immenso sacrificios seu e da familia, cursaram alguns annos as aulas do Collegio de N. S. das Dores, da Escola Normal desta cidade, ou de outras; isto porque, da equiparação do dito collegio, onde poderiam acabar o curso normal e titular-se, falsos videntes supponhem nascerem dificuldades para a restauração d'uma Escola Normal, em qualquer hypotese, visto nossos embaraços financeiros, por mais que a politica local tente iludir, ao menos por dez annos não há de reviver [...] Cuidam, talvez, que com manobras calvas, hajam de convencer o espirito exclarecido dos Diamantinenses que o commercio desta cidade, muito vae lucrar com o esvaziar do Collegio de N. S. das Dores que, apar dos beneficios moraes e intellectuais, por mais de trinta annos tem trazido

---

freguesia de Vista do Tremedal, sendo o quarto filho do coronel Antônio Antunes de Souza e de Joana Soledade. Ingressou no Seminário Episcopal de Diamantina em 1880, aos dezessete anos de idade, sendo que seu pai já havia pagado a quantia referente a sua matrícula antecipadamente, logo após a criação do bispado. Segundo o autor, o seminarista se adaptou rapidamente a vida eclesiástica e a rotina de estudos, o que evidenciava sua vocação ao sacerdócio. Sua ordenação ocorreu no dia 31 de maio de 1890. Em novembro daquele ano, seguiu para sua terra natal, onde recebeu a primeira provisão para pregar e atuar como vigário. Em 1891, retornou à Diamantina para lecionar latim e história universal no Seminário da cidade. Entre os anos de 1896 a 1902, esteve à frente da paróquia em Montes Claros. Foi lá que recebeu o título honorário de Cônego. Ao retornar a Diamantina, em 1903, voltou a lecionar no Seminário Episcopal e foi nomeado fiscal do governo por ocasião da equiparação do Colégio Nossa Senha das Dores. Em janeiro 1905, D. João Antônio dos Santos nomeou-o secretário do bispado, sendo uma de suas incumbências a redação do jornal *A Estrella Polar*. Estando a frente do impresso religioso da cidade diamantinense, Cônego Lúcio conseguiu projetar-se para o cenário católico, tendo seu nome indicado nas conferências do episcopado ocorrido na cidade de Mariana em agosto de 1907, sob as recomendações dos Bispos de Diamantina e Mariana teve seu nome cogitado para assumir a nova diocese nos "sertões paulistas" (AQUINO, 2010). A confirmação do nome de Cônego Lúcio à Diocese de Botucatu ocorreu na Santa Sé no dia 15 de novembro de 1908, quando estava em peregrinação em Roma no jubileu sacerdotal de Pio X ao lado de D. Joaquim Silvério de Souza e os padres Firmiano Gonçalves, João Moreira e Carlos Passos (AQUINO, 2012, p. 186).

> rendimentos pecuniários a esta cidade; e assim nos consolar fementidamente do desastroso fiasco da politica local, madrasta e anti-patriotica, que julgou mais suave o golpe na instrucção publica, do que nos pingues subsidios e na sinecura senatorial que a engorda. Engano. Seria mais efficaz para confortar o povo e o commercio desconsolado pelos atrozes desastres dessa politica estreita e atrofiante, economizarem-se as rendas do municipio para reparos das estradas, difficultando por inteiramente arruinadas o transporte de viveres para Diamantina, fazem entre nós a vida cara e quasi impossível á pobreza; e manutenção da Escola Normal d'esta cidade, digna de possuir muitos estabelecimentos de educação secundaria, e não desvirtuar a importancia da equiparação do Collegio N. S. das Dores; que, aliás, pediu o privilegio só pelo tempo que estiver suspensa a Escola Normal desta cidade; pois que o povo sensato bem comprehende que é melhor ter ao menos meio pão, até que o possa ter inteiro, do que nada possuir. Mas já que tal não se fala, senão de destruir o unico instituto que resta a esta cidade, de educação do bello sexo, para interesses particulares que se encobrem sob o falso nome de interesses de Diamantina e do Norte-Mineiro, e até – resum teneatis – de interesse do Asylo de Orphãs, que manifestadamente querem matar, aqui nos postamos, embora ainda de escudo branco nos debates do jornalismo, para, com a convicção e firmeza de quem lucta pela justiça e pelo bem geral, que deve triumphar, apararmos os golpes com que se tenta ferir os interesses do povo e do fraco (A ESTRELLA POLAR, 10 abr. 1905, p. 02, conforme o original).

Como se pode observar, o periódico católico diamantinense fez críticas contundentes a postura adotada pelo *O Jequitinhonha*, permitindo considerar que o caráter hostil assumido por esse tinha relação intrínseca com a mudança na qual seriam submetidos os professores que trabalhavam na Escola Normal de Diamantina após sua suspensão. Associado a isso, percebe-se ainda que o estabelecimento público de formação de professores da cidade fazia parte de um jogo político, cujo o qual funcionava de modo que favorecia a barganha dos acordos locais e regionais, ponto que foi enfatizado pela *A Estrella Polar.*

Importante assinalar ainda que na mesma matéria publicada pelo jornal da diocese dá indícios que a prática de equiparar Escolas Normais particulares existentes no território mineiro, sobretudo as confessionais, foi uma política constante adotada pelo Estado após 1905. Logo, segundo o impresso, em São João D'El Rei, Mariana, Ouro Preto, Sabará, Barbacena, Juiz de Fora e vários outros lugares onde haviam Escolas Normais públicas estatais, os colégios confessionais alcançaram o privilégio da equiparação (A ESTRELLA POLAR, 10 abr. 1905, p. 02).

Em resposta a nota publicada pelo impresso católico, no dia 16 do mesmo mês, *O Jequitinhonha* retrucou a matéria, salientando sua indignação. Alegando que a postura de *A Estrella Polar* foi extremamente agressiva, provocativa e mesquinha, os redatores do jornal

optaram por publicar também uma correspondência enviada por um de seus leitores, na qual, segundo o impresso, expressava o sentimento da sociedade diamantinense:

> A equiparação projectada, uma vez que só pode ser de carater definitivo, não viria sanar o grande mal em sua desastrosa extensão; perigoso pallativo, traria como consequência a morte do ensino normal pelo desvirtuamento manifesto das suas bases organicas e dos seus fins utilitários, que em um futuro mais ou menos proximo se restaure o insituto do povo: a Escola de caracter official. [...] a equiparação do Collegio Nossa Senhora das Dores aos institutos norames, com trazer accrescimo de despesas para o estabelecimento, não referentes ao pagamento de um fiscal, mas ainda á reforma completa por que terá de passar, a exigencias deste, no justo cumprimento do dever, até para o Collegio, é antes um mal do que um bem. Se ella se der, com prejuizo do ensino publico, – normal, sendo o instituto, por natureza, exclusivo a mulher, e não podendo acceitar senão um numero relativamente pequeno de moças, cujos os paes estejão nas condições de pagar pensão regimental, porque, aqui e em toda parte, a grande maioria, é d'aquelles aquém escaseão taes recursos, veremos passar o povo pelo supplicio tantalico de saber que existe na terra diamantinense mais um estabelecimento de ensino secundario, porem seus filhos serão condemnados ao cruel ostracismo da ignorancia (O JEQUTINHONHA, 16 abril. 1905, p. 02).

Como se pode observar, a imprensa local tornou-se palco de disputas e defesas dos estabelecimentos de ensino normal público e confessional que existiam em Diamantina. Do mesmo modo, considera-se que mais do que simples estabelecimentos de ensino que compunham o cenário educacional do município, essas também faziam parte do jogo político que colocava em evidencias os atores que comandavam a dinâmica local, isto é, a Igreja Católica e o Estado, embora não se deve afirmar que neste momento ambos estavam em posição oposta, visto que o segundo atuava em favor da continuidade do primeiro, por meio da educação, ratificando assim a organização da sociedade mineira, conforme afirmou Martins (2013).

Nesta perspectiva, entende-se que para *O Jequitinhonha* a equiparação do Colégio Nossa Senhoras das Dores prejudicaria o cenário educacional da cidade, causando entraves para um possível o retorno da Escola Normal de Diamantina *a posteriori*, sob a égide que o município já contava com um estabelecimento de ensino normal, mesmo que particular e confessional.

No mesmo número dessa publicação, na seção alheia, foi publicada uma verrina para *A Estrella Polar*, em que acusava o Colégio Nossa Senhora das Dores de não ter quadro de professorado de acordo com as normativas da época, contando com duas professoras formadas para todas as matérias do ensino normal. Acusava ainda que o Asilo de Órfãos anexo do colégio

não educava bem as moças, sendo preparadas para serviços domésticos e não para serem professoras primárias. E, ainda, que o redator do impresso, Cônego Lucio, atuava em favor da equiparação afim de seu benefício próprio (O JEQUITINHONHA, 16 abr. 1905, p. 04):

> Tudo isso é necessario para que o *caridoso* articulista não <<se sustente na falsa posição>> de sacerdote, que não diz a verdade, tão recommendada pelo Divino Mestre. *Ex fructibus eorum cognocetis eos*. ? Quem sabe o articulista não é alguem, que trabalha para si ou para outrem, (tudo *pátria,* porque tudo fica em casa), no intuito de obter o emprego de Fiscal do estabelecimento de ensino, que se pretende equiparar? e fiscalisará... o que? Se é.... que malandro! Está manobrando <<calvamente>> como é o seu louvavel costume. *Risum teneatis*? (O JEQUITINHONHA, 16 abr. 1905, p. 04, conforme o original).

Cabe lembrar que as críticas feita tanto ao jornal católico como ao seu redator e também ao colégio foram publicadas com o consentimento dos professores da Escola Normal de Diamantina: Juscelino da Fonseca Ribeiro Junior e Arthur Napoleão Alves Pereira, responsáveis pela publicação de *O Jequitinhonha*. Sem qualquer menção sobre autor da seção alheia, entende-se que essa também expressava o sentimento de indignação já exposto pela primeira matéria que compunha o número daquele dia.

Quatro dias depois, *A Estrella Polar* respondeu as acusações feita pelo periódico de maneira a ocupar uma página inteira do impresso. Dentre os argumentos para defesa da equiparação do Colégio das Irmãs de Caridade, o jornal católico argumentava que a instituição de ensino possuía, além de duas professoras formadas, dezoito Irmãs de Caridade igualmente competentes e que o trabalho de todas foram comprovados por meio das provas que as alunas do colégio realizaram perante a banca de professores da própria Escola Normal de Diamantina em anos anteriores (A ESTRELLA POLAR, 20 abr. 1905, p. 02).

Somado a isso, o jornal admitia que a equiparação da instituição educativa confessional poderia causar dificuldades para a restauração da Escola Normal pública diamantinense, mas, também questionava se a equiparação do Colégio Nossa Senhora das Dores dificultaria a restauração das "[...] Escolas Normaes de Montes Claros, de Paracatú e de outras cidades do Estado?". Para o impresso católico a resposta era evidente: "[...] Não, absolutamente [...]; porque a restauração das Escolas Normaes suspensas, quando um dia se der, será um facto geral para todas de eguaes condições, e não só para Diamantina" (op. cit.).

Diante disso, compreende-se que havia um movimento que perpassava todas as Escolas Normais mineiras e que essas só seriam restauradas em conjunto, podendo entretanto, como

sugere *A Estrella Polar*, serem mantidas pelas suas respectivas municipalidades, visando assim atender uma população mais pobre e também ambos os sexos (op. cit.).

No entanto, reitera-se que o processo de equiparação colégio confessional de Diamantina foi mantido, mesmo com manifestações contra a ação do Estado. Logo, dois meses após os debates iniciados na imprensa local, *A Estrella Polar* noticiava da chegada do Sr. Luiz Peçanha[153], professor da Escola Normal de Ouro Preto e comissário especial do Governo de Minas Gerais para examinar as condições do estabelecimento de ensino mantido pela diocese diamantinense (A ESTRELLA POLAR, 20 jun. 1905, p.02).

Quase um mês depois, em sessão extraordinária na Câmara Municipal de Diamantina, foi deliberado pelos vereadores que deveria ser feita uma representação junto ao governo de Minas Gerais para que se conservasse a Escola Normal (O JEQUITINHONHA, 19 jul. 1905, p. 01). Não se tem indícios, porém, se essa ação foi levada adiante. Entretanto, em 12 de agosto do corrente, verifica-se que *O Jequitinhonha* continuava a apresentar argumentos em favor da existência do estabelecimento público de formação de professores na cidade:

> Um dos argumentos de que têm servido e se servem aquelles que impensadamente desejam o aniquilamento das escolas normaes em Minas, é que ha grande *stock* de normalistas no Estado e nem todos que se titulam por estes estabelecimentos se destinam a carreira do magisterio, deste modo desvirtuando o fim da instituição. Não é procedente o argumento, visto que, principalmente nesta cidade, insignificante é o numero de normalistas que se não aproveitaram na instrucção publica ou particular; e, quando assim não fosse, basta considerar que, estando, accentuada maioria as normalistas, nem só como professoras podem ellas prestar relevantíssimos serviços ao Estado, mas ainda como mães de familia, melhor educando, melhor preparando os filhos, futuros cidadãos que tanto mais estarão nas condições de bem servir o paiz quanto mais solido e real houver sido o seu desenvolvimento. Restaurar as escolas normaes é medida inadiavel, de indeclinavel necessidade; e, certo, o patriotico Congresso Mineiro, para quem appellamos, tratará de fazel-o, nas sessões actuaes, sanando o grande mal que à mocidade estudiosa tem causado a suspensão destes institutos de educação e ensino: si, como dizem, nem todos têm correspondido à expectativa, aos sacrificios do erario publico para a sua manutenção, – suprimam-se esses, mas conservem-se, como de justiça aquelles que pelo contrario hão satisfeito de modo completo os fins a que foram destinados (O JEQUITINHONHA, 12 ago. 1905, p. 01, conforme o original).

O trecho acima evidencia que um dos principais razões que fizeram parte da suspensão das Escolas Normais mineiras em 1905 tenha sido o grande número de mulheres que ocupavam os bancos das salas de aula e não seguiam a carreira de magistério primário, na qual optavam,

[153] Não se localizou dados biográficos.

na maioria das vezes, a se dedicarem a família e os trabalhos domésticos. Dessa forma, compreende-se que não era vantajoso para o Estado de Mina Gerais manter essas instituições educativas, dado que os colégios privados, à exemplo do Colégio Nossa Senhora das Dores de Diamantina, conseguiriam dar continuidade às atividades relacionadas as Escolas Normais públicas que eram, conforme apresentou Martins (2013), a formação de moças para a tradicional família mineiro, com base no catolicismo.

Neste sentido, mesmo com os diversos protestos e posições publicados por parte da imprensa diamantinense, a notícia sobre a equiparação do Colégio das Irmãs de Caridade foi anunciada pela *A Estrella Polar* na edição no dia 20 de setembro de 1905:

> Tivemos a communicação de Bello-Horizonte que já foi assignado o decreto equiparando o Collegio N. S. das Dores d'esta cidade, ás escolas normaes do Estado. E' um grande melhoramento que vem encher de alegria as familias norte-mineiras, que, depois de suspensas as escolas normaes, não possuíam mais nesta zona instituto normal onde podessem suas filhas ser educadas, ou ao menos terminar o ensino normal que haviam interrompido [...] (A ESTRELLA POLAR, 20 set. 1905, p. 03).

Essa publicação ocorreu cinco dias após a assinatura do Decreto nº. 1.845 de 15 de setembro daquele ano, que além de equiparar o Colégio Nossa Senhora das Dores de Diamantina, concedia as regalias de Escolas Normais municipais aos Colégios da Visitação, em Pouso Alegre, Colégio de Nossa Senhora de Oliveira, em Oliveira e o Colégio Nossa Senhora das Dores, em São João D'El Rei (DECRETO nº. 1.845, 15 set. 1905, p. 212). Igualmente, a informação também ocupou as páginas do jornal *O Jequitinhonha* que salientava a nomeação do Cônego Lucio Antunes de Souza ao cargo de fiscal do governo (O JEQUITINHONHA, 09 set. 1905, p. 04), conforme havia previsto na edição de 16 de abril do mesmo ano.

Meses após a confirmação da equiparação Colégio das Irmãs de Caridade de Diamantina, em seção paga no jornal *O Jequitinhonha*, publicou-se a notícia sobre a situação da instituição educativa confessional, indicando que essa estava em conformidade com as prerrogativas do Estado quanto às exigências físicas, material e de quadro de professorado (O JEQUITINHONHA, 03 mar. 1906, p. 03). Todavia, não se tem vestígios, em edições subsequentes a setembro, que os redatores do impresso tenham manifestado suas opiniões, indicando uma possível resignação com a situação.

Ainda assim, percebe-se que o sentimento de esperança diante de uma restauração das Escolas Normais públicas ainda pairava a cidade no ano seguinte. Em edição do jornal *O Norte*,

em 03 de maio de 1906, os redatores Arthur Queiroga (ex-professor da Escola Normal de Diamantina) e Dr. Antônio Ramalho[154], publicaram, sob o título "A Opinião do Norte", sobre a necessidade da restauração das instituições educativas públicas de formação de professores primários em Minas Gerais justificando que essa ação deveria ser requerida na medida em que se aproximava uma reforma do ensino. Segundo o impresso:

> E' lamentavel o atraso em que tem ficado tao importante ramo do serviço publico em Minas. Uma ruim situação financeira fez com as nossas escolas soffressem golpes que parecia ser intento desperdiçal-as; mas felizmente sobre ellas não se poz a pedra do sepulcro (O NORTE, 10 maio 1906, p. 03).

Por um lado, constata-se que, para o impresso, a causa principal do suspensão das Escolas Normais tenha sido a situação financeira na qual se encontrava o Estado nos primeiros anos do século XX, tese que foi defendida por Santos (2019) por ocasião do fechamento da Escola Normal de Uberaba no mesmo período. Por outro, ressalta-se que havia uma expectativa sob o retorno dessas escolas estando associada ao termo utilizado na Lei nº. 395 de 23 de dezembro de 1904 e o Decreto nº. 1.778 de 31 de janeiro de 1905, em que a palavra *suspenção* poderia não significar o fechamento definitivo da Escola Normal de Diamantina e as demais do Estado, possibilitando conjecturar que se esperava o retorno dessas a qualquer momento, sobretudo após uma reforma no ensino.

Nos meses que se seguiram, constata-se que, em 1906, em sessão solene do Senado Mineiro, na ata do dia 28 de junho do corrente, a situação quanto ao ensino normal do Estado permanecia inalterada:

> O ensino normal official era ministrado até 1904 em 10 escolas, que funccionavam em Ouro Preto, Diamantina, Sabará, Arassuahy, Juiz de Fóra, S. João d'El Rey, Paracatu, Montes Claros, Uberaba e Campanha. O funccionamento dessas escolas foi suspenso pela lei n. 395, de 23 de dezembro de 1904, cujas as disposições foram relativas ao assumpto foram approvadas pelo Dec. 1.778, de 31 de janeiro de 1905. Em virtude da suspensão do ensino, ficaram em disponibilidade os professores desses institutos, em numero de 77, que percebem metade dos vencimentos. Actualmente o ensino normal está sendo ministrado em tres escolas municipaes e 9 collegios equiparados ás Escolas Nomaes do Estado. As escolas municipaes são as de Barbacena, Tres Pontas e Minas Novas; os collegios são: de << Maria Auxiliadora >>, na Ponte Nova, da << Imaculada Conceição >>, em Barbacena, da << Providencia >>, em Marianna, de << N. S. da Conceição >>, em Silvestre Ferraz, da << Visitação >>, em Pouso Alegre, de << N. S. das Dôres >>, em Diamantina, de << N. S. da Oliveira >>, em Oliveira, de << N.S. das Dôres >> em S. João d'El-Rey >>, o de << Sion >>, na Campanha, e o << Lavrense >>, em Lavras

[154] Não se localizou dados biográficos.

> (ANNAES DO SENADO MINEIRO, ACTA DA SESSÃO SOLEMNE DE INSTALAÇÃO DA 4º SESSÃO DA 4º LEGISLATURA, AOS 28 DE JUNHO DE 1906, 1906, p. 26).

De acordo com documento o ensino normal do Estado estava ainda sob a guarda de instituições educativas particulares, dentre os quais destaca-se o Colégio Nossa Senhora das Dores em Diamantina. Nessa conjectura, compreende-se que essa ação foi o ponta pé inicial para o avanço do ensino confessional no Estado de Minas Gerais e ao processo de intercambiamento entre o público e o privado, visto que três meses depois houve a publicação da Lei nº. 439, de 28 de setembro de 1906, constituiu-se os primeiros Grupos Escolares e houve a instalação de Escola Normal Modelo na Capital.

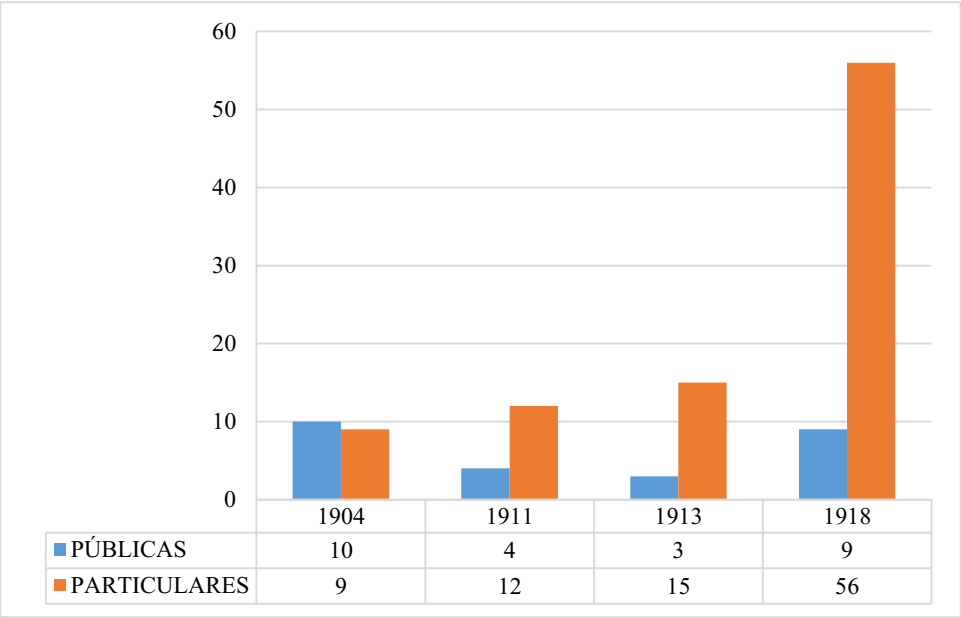
Assim, contrariamente com que a imprensa local havia projetado para a Escola Normal de Diamantina, a Reforma João Pinheiro corroborou para a educação e instrução mineira "modernizasse" permitindo a existência tanto instituições educativas de ensino primário e normal no Estado, buscando a sistematização entre a formação de professores primários e a constituição de cidadãos de acordo com os preceitos republicanos. Para Gonçalves (2006, p. 68), a incumbência dada ao Presidente do Estado estava associada a ideia de que ao se remodelar o ensino primário de Minas Gerais colocaria a instrução pública em consonância com "[...] a moderna maneira de praticar o ensino", a exemplo dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Logo, afirma-se, de acordo com as preposições de Oliveira (2012) que os Grupos Escolares surgiram como representação do progresso instaurado pela República, sendo o mais novo símbolo da modernidade pedagógica. Com efeito, Santos (2019, p.21) indica que os Grupos Escolares, diferentemente das Escolas Normais, se caracterizavam pela organização do tempo e do espaço associado a introdução de metodologias de ensino e técnicas pedagógicas e administrativas, projetando-se como modelo a ser adotado por todo país na luta conta o analfabetismo.

Tal prerrogativa pode ser atribuída a relação com a ideia de modernização, sendo basilar para a nova dinâmica da modernidade, na qual se referia, acima de tudo, à vida social, à econômica e à política. Logo, tão moderno quanto ter Grupos Escolares em Minas Gerais era também possuir Escolas Normais, mesmo que particulares e confessionais, apontando que a modernidade seguiu o curso do progresso na medida em que considera-se que o termo foi apropriado de modo a se adequar a realidade mineira nesse período.

Com efeito, segundo os Anuários de Minas Gerais, produzidos por Nelson de Senna[155] entre os anos de 1911 a 1918, nota-se que as Escolas Normais particulares aumentaram significativamente por todo o Estado, conforme pode se constatar pelo gráfico abaixo:

Gráfico 03 – Escolas Normais em Minas Gerais públicas e particulares, 1911 a 1918



Fonte: Annuario de Minas Gerais, Ano IV, V, VI, (1911, 1913 e 1918). Nelson de Senna.
Acervo: Arquivo Público Mineiro.

O Gráfico 03 ilustra como que as Escolas Normais particulares aumentaram nas primeiras duas décadas do século XX na medida em que a iniciativa pública deixava de investir nesses estabelecimentos de ensino (ANEXO 07). Se até 1904 Minas Gerais contava com a existência de 10 instituições educativas públicas, percebe-se que no início da década seguinte houve uma diminuição de 150%. Em contrapartida, no mesmo período, verifica-se que as

[155] Nelson Coelho de Senna nasceu no dia 11 de outubro de 1876 na cidade do Serro. Há registros de que estudou na Escola Normal de Diamantina (SI^4_2, Cx. 32, Pacotilha 01) e se formou normalista em 1893. Ingressou no curso de ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito de Minas, diplomando-se em 1897. Se casou com Emília Gentil Horta Candido com teve sete filhos. Em Diamantina, dirigiu a publicação do jornal *O Aprendiz*, sendo redator de diversos periódicos nas cidades de Ouro Preto. Quando transferida a Capital mineira para Belo Horizonte, se mudou com sua esposa para lecionar o Ginásio Mineiro. Lá foi redator-chefe dos jornais *O Belo Horizonte, A Província* e *Diário de Minas*. Em 1906, fundou o Anuário de Minas Gerais. Foi um defensor ferrenho para a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, que ocorreu em 1907, ano também que marcou o início de sua trajetória política. Nesse ano, foi eleito deputado estadual, sendo reconduzido até 1921, quando concorreu as eleições nacionais. É assinalado como um importante político no cenário estadual e nacional. Em 1930, foi afastado de suas atividades parlamentares. Foi redator do projeto para criação do Museu Mineiro, que se concretizou em 20 de setembro de 1910. Após o afastamento da política, retornou a Belo Horizonte, onde voltou a lecionar e exercer sua profissão, as pesquisas e trabalhos literários. Foi membro e sócio fundador de diversas instituições culturais no Brasil e no Exterior. Nelson de Sena Faleceu em 02 de junho de 1952, na Capital de Minas. (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2000, p. 23-24).

Escolas Normais privadas, tiveram um crescimento de 80%, se destacando entre essas os estabelecimentos de ensino confessionais (ANEXO 07).

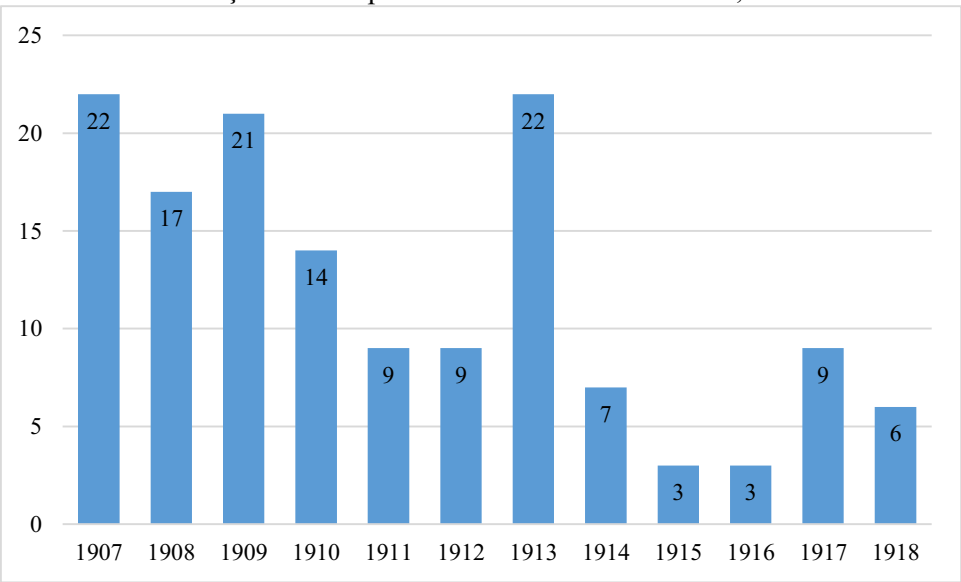
Em busca de elementos que evidenciem o "progresso" da educação mineira nesse período, constata-se que entre os anos 1906 a 1918 houve também um acréscimo significativo no que se refere aos Grupos Escolares. Estando o governo de Minas Gerais incumbido apenas da promoção do ensino primário em instituições educativas graduadas, essas foram criadas visando atender as demandas por educação associada as necessidades da constituição do homem republicano, trabalhador e condizente com a ordem capitalista (GONÇALVES, 2006). Para Cunha Junior (2007, p. 73),

> A adoção dos Grupos Escolares passou a ser defendida não só como forma de organizar, mas reinventar a própria escola [possuindo] grande significado político, social e cultural. Tratava-se não apenas de sua difusão no meio popular e da "democratização" do acesso à leitura, à escrita, mas a implantação de uma instituição educativa comprometida com os ideais da República e com as perspectivas de modernização da sociedade brasileira.

Neste sentido, pode-se afirmar que a escola primária graduada, aos moldes que se constituiu no início da República em vários Estados brasileiros, se transformaram em um espaço de internamento em que se formava o sujeito, buscando imprimir uma disciplina na mente e no corpo, capacitando o indivíduo para ser útil a pátria (GÓMEZ, 2005, p. 174). Assim, mudando o eixo da modernidade mineira no que se refere a educação, afirma-se que essa passou das Escolas Normais para os Grupos Escolares, na medida em que, segundo Yazbeck (2007, p. 120), a criação dessas instituições educativas significou para Minas Gerais a possibilidade de acesso à educação às camadas médias e baixa da população, vislumbrando a constituição de uma sociedade moderna.

O gráfico abaixo evidencia por meio de um levantamento nas Coleções de Leis e Decretos de Minas Gerais, entre os anos de 1907 a 1918 (ANEXO 08) como o governo mineiro atuou, insistentemente, no projeto republicano de sociedade por meio dos Grupos Escolares:

Gráfico 04 - Criação dos Grupos Escolares em Minas Gerais, 1907 a 1918.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Os dados acima apontam para a pergunta feita anteriormente: se não havia dinheiro para manter as Escolas Normais públicas, por que se investir na equiparação das Escolas Normais particulares? Levando em consideração os discursos e debates políticos ao longo do século XIX e início do XX, ora a favor ora contra esses estabelecimentos de ensino, entende-se que, pelo princípio da modernidade e da modernização, associada as ideias de progresso e escolarização defendidas pela República, os Grupos Escolares fizeram parte da crença sob a mudança social por meio da educação e não as Escolas Normais, fazendo com que essas fossem mantidas em um segundo plano através da iniciativa particular confessional.

Em um contexto mais amplo do cenário educacional brasileiro dos primeiros aos da República, essa mudança pode ser atribuída aos debates que fomentava a reconstrução do país tinha com base na constituição da escola primária graduada, materializando-se nos Grupos Escolares. Logo, percebe-se ressonâncias desses discursos após 1906, com o aumento substancial dos Grupos Escolares em Minas Gerais. Verifica-se que nos primeiros dois anos, a reforma contemplou as dez cidades onde existiam as Escolas Normais públicas: Juiz de Fora (1907), Araçuaí (1907), Sabará (1907), Campanha (1907), Diamantina (1907), São João D'El Rei (1907), Paracatu (1908), Ouro Preto (1908) e Uberaba (1909)[156].

[156] Foram criadas pelos seguintes dispositivos legais, respectivamente: Decreto nº. 1.886, de 04 de fevereiro de 1907 (YAZBECK, 2007, p. 21), Decreto nº. 1.989 de 16 de março de 1907 (MINAS GERAIS, 1907, p. 86), Decreto nº. 2.040 de 22 de junho de 1907 (op. cit., p. 161), Decreto nº. 2.054 de 13 de julho de 1907 (op. cit., p. 178), Decreto nº. 2.091 de 20 de setembro de 1907 (op. cit. 201), p., Decreto nº. 2.106 de 05 de outubro de 1907

A maioria dessas instituições educativas foram instaladas nas mesmas dependências das Escolas Normais suspensas, na qual contavam com o apoio da municipalidade para o funcionamento, à exemplo de Diamantina e Juiz de Fora (CUNHA JUNIOR, 2007; YAZBECK, 2007; THOMÉ, 2017), permitindo inferir que havia sido tomada uma ação compensatória pelo fechamento das Escolas Normais em 1905.

Em 24 de maio de 1907, o jornal *O Norte* noticiava que iria se iniciar as modificações sob o prédio em que abrigava o estabelecimento de ensino diamantinense de formação de professores afim de adequá-lo de acordo com determinações do Secretário do Interior e em consonância com o Agente Municipal (O NORTE, 24 maio 1907, p. 01).

Segundo Mourão (1950, p. 174), o prédio havia respeitado as características coloniais da cidade e tinha sido pintado internamente pelo artista Joaquim Gasparino[157] e foi aberto para visitas oficiais e públicas[158]. Para o autor, a inauguração do Grupo Escolar de Diamantina movimentou a cidade, sendo marcado pela marcha militar dos alunos da escola isolada do sexo masculino da professora primária, Mariana Corrêa de Oliveira Mourão[159], rumo ao novo edifício.

Rabello (1964, p. 33), ex-aluna da professora Marianinha, destaca que as aulas da escola isolada eram diferentes do que se projetava aos Grupos Escolares ao tempo da escrita de suas memórias. Essas escolas eram

> [...] uma balbúrdia, como toda escola isolada daquele tempo. Não havia programa, nem horário. Aceitavam-se alunos de toda a categoria intelectual: muito inteligentes, inteligentes, sem nenhuma inteligência ou burros, como falamos; patetas, doidos. Ensinava-se quando, como e o que se queria. A

(op. cit., p. 209), Decreto nº. 2.240 de 17 de junho de 1908 (MINAS GERAIS, 1908, p. 129), Decreto nº. 2.296 de 17 de novembro de 1908 (op. cit., p. 171) e Decreto nº. 2.589 de 29 de julho de 1909 (MINAS GERAIS, 1909, p. 367).

[157] Joaquim Gasparino era artista plástico natural de Uberaba. Estudou no Rio de Janeiro e em Florença, na Itália (ANUÁRIO, 1907, p. 412). De acordo com Oliveira (2018, p. 214), compôs o quadro do professorado da Escola Normal de Uberaba na cadeira de desenho do curso normal, fazendo parte do hall de lentes que se destacavam nas atividades pedagógicas.

[158] Como narra Mourão (1950, p. 174), "os quadros-murais das diferentes salas havia pinturas que se referiam aos personagens e acontecimentos mais importantes da nossa história. Lá figuravam Tiradentes, a sua forca e a data de 1792; lá estavam evocações das principais batalhas da Guerra do Paraguai; lá haviam painéis com os retratos de João Pinheiro e Carvalho Brito, cercados de símbolos ou figurações de Minas Gerais".

[159] Maria Corrêa de Oliveira Mourão nasceu no distrito de Extração pertencente ao município de Diamantina em 1858. Casou-se com Olympio Júlio de Oliveira Mourão com teve dezesseis filhos, dentre eles Francisco Sales Corrêa Mourão e Paulo Krueger Mourão. Seu marido era de grande prestígio político da região, sendo eleito vereador e deputado por diversas vezes durante a Primeira República. De acordo com as memórias de Rabello (1964, p. 32), a escola primária pública da D. Marianinha, ou Nininha – sua tia paterna, era para o sexo masculino, mas, com licença especial, as meninas poderiam frequentar. Após a reunião de sua escola isolada ao Grupo Escolar de Diamantina, D. Marianinha assumiu a direção da instituição em 1909, com a saída de Cícero Arpino Caldeira Brant. Ficou no cargo até 1916, quando se aposentou. Faleceu em 1944.

> professora, minha tia Nininha, muito inteligente, conseguiu bons resultados com a sua escola. Ensinava a ler pelo método global. Uns alunos começavam a aula estudando História, outros Geografia, alguns escrevia.

Rabello (1964) consegue dar ideia de como funcionava uma escola isolada de ensino primário naquele período em Diamantina no final do século XIX, permitindo confirmar que a organização dada a instituição pública mineira do Império havia continuado por ocasião da República e consequentemente os problemas com a instrução não haviam sido solucionados. Igualmente, se comparados ao Estado de São Paulo no mesmo período, a descrição do espaço físico no qual funcionava a escola da professora Marianinha nada tinha a ver com o projeto republicado de formação da sociedade moderna, já que a autora descreve que a escola isolada de D. Marianinha funcionava "[...] em sua casa com entrada independente. Tinha três portas e três janelas pequenas. Era muito mal iluminada. Seu mobiliário eram carteiras de madeira que comportavam três alunos (todas manchadas de tinta). Os alunos sujos, descalços, lotavam a escola" (RABELLO, 1964, p. 32).

Assim, sendo mister a formação do homem moderno, com base na ciência e na razão e fundamentado na cultura escrita (PAIVA, 2003), conforme Thomé (2017), a nova instituição educativa de ensino graduado da cidade diamantinense tinha como intuito colocar Minas Gerais junto aos ideais modernos e progressistas oriundos da fundação da República. Logo, a criação do Grupo Escolar de Diamantina em 1907 se deu por meio da união de quatro escolas isoladas (op. cit., p. 27). Além daquela citada por Mourão (1950) e Rabello (1964), o Grupo Escolar diamantinense abrigou as escolas regidas pelas professoras Liseta de Oliveira Queiroga[160], Agostinha de Sá Corrêa Rabello[161] e Júlia Kubistchek[162], sendo a direção atribuída ao ex-aluno

---

[160] De acordo com Thomé (2020), Liseta de Oliveira Queiroga foi professora primária do sexo feminino em Diamantina desde o período imperial. Com a inauguração do Grupo Escolar na cidade, em 1907, atuou nas turmas femininas, assumindo o segundo ano. Depois da saída do diretor da instituição, Cícero Arpino Caldeira Brant, a professora primária, Mariana Corrêa de Oliveira Mourão foi nomeada para administração da instituição educativa, colocando Liseta ao cargo de secretária escolar. Em 1910, lecionou para o terceiro ano em uma turma mista e assumiu a mesma turma no ano seguinte. Após aposentadoria da professora Mariana, Liseta esteve à frente a direção do Grupo Escolar, ficando por dezenove anos.

[161] Agostinha de Sá Corrêa Rabello, apelidada de "Neném", foi casada com o Prof. Sebastião Corrêa Rabello, lente da Escola Normal de Diamantina, com quem teve treze filhos. Era cunhada de Mariana Oliveira Corrêa Mourão e tia de Edésia Corrêa Rabello. Em 1909, Agostinha de Sá mudou para nova Capital quando seu marido foi nomeado inspetor técnico do ensino (THOMÉ, 2017, p. 75).

[162] Júlia Kubistchek era filha de Augusto Elias Kubistchek e Maria Joaquina Coelho. Sobrinha de João Nepomuceno Kubistchek, ex-diretor e professor da Escola Normal de Diamantina. Nasceu em 1873. Se casou aos 25 anos com João César de Oliveira. Tiveram três filhos: Eufrosina (faleceu antes de completar um ano), Maria da Conceição e Juscelino Kubistchek de Oliveira. Conforme Thomé (2017, p. 74), Júlia se formou normalista pela Escola Normal de Diamantina e atuou em uma escola isolada que inicialmente funcionava na Palha, depois transferida para Grupiara. Em 1907, foi removida para o Grupo Escolar. Em 1927, assumiu a direção da instituição

da Escola Normal de Diamantina, recém chegado de São Paulo, Cícero Arpino Caldeira Brant. Mais tarde, iria se juntar ao quadro do professorado da escola a ex-normalista Edésia Corrêa Rabello.

Gonçalves (2006, p. 67) advoga que diferentemente de outros Estados, como São Paulo, em Minas Gerais o processo de remodelação da instrução pública esteve mais voltado para a graduação da escola, embora havia uma busca do ideal da escola graduada. Isso porque o autor julga que no Estado não houve a construção de prédios para a instalação e sim uma "[...] mobilização para adaptação de vários prédios já existentes, para o atendimento da reforma". Como aconteceu em Diamantina, explicando também os números elevados relativos a criação dos Grupos Escolares apresentados pelo Gráfico 04.

Igualmente, Araújo (2006, p. 233) argumenta que a constituição dessas instituições educativas foi resultado da concepção constituída ao longo do curso da ideia de escolarização, tendo como pedra angular a racionalização da educação escolar, projetando uma política educacional, durante a Primeira República, voltada pela estruturação e sistematização do ensino primário por meio dos Grupos Escolares.

Desse modo, a formação de professores, no caso de Minas Gerais, teria sido feita através do intercambiamento entre poderes públicos e iniciativa privada, constituindo-se, em sua maioria, instituições educativas confessionais, contribuindo, ao mesmo tempo para o projeto de formar mulheres em consonância com a tradicional família mineira (MARTINS, 2013).

Tais mudanças, portanto, podem ser atribuídas a palavra de ordem na qual foi estabelecida por ocasião da Proclamação da República, em 1889, o *progresso*. Progresso esse que vislumbrava na instrução primária e na educação a mudança social, econômica e política da sociedade, projetando na escola primária o espaço destinado para formar o cidadão em acordo com os preceitos republicanos.

Logo, considera-se que as Escolas Normais mantidas pelo poder público mineiro não alcançaram um dos seus objetivos desde o final do Império: formar professores primários suficientes que atendessem por escolarização. Além disso, uma das justificativas que perpassaram todo o período de existência seria altos custos para sua manutenção. Sob outra perspectiva, essas instituições educativas, por mais que houvesse tentativas internas no êxito de suas atividades, a exemplo da Escola Normal de Diamantina, essas não tiveram investimentos

---

educação, permanecendo no cargo por dois anos. Em Diamantina, durante o governo de Juscelino Kubistchek, foi criado um novo Grupo Escolar que levou seu nome. O prédio que abrigava a instituição educativa foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemayer. Júlia Kubistchek faleceu em 01 de maio de 1971 em Belo Horizonte.

necessários para que seus propósitos fossem cumpridos, imperando a falta de materiais, estrutura física e financeira.

Assim, a educação seguiu no curso no progresso, na medida em que o Estado começava investir a nos Grupos Escolares ao mesmo tempo que se mantinha, por meio da iniciativa particular e atuação confessional, os cursos normais de formação de professores. Considera-se ainda que a cidade de Diamantina embora tenha sido prejudicada em um primeiro momento com o fechamento da Escola Normal, continuou a receber o "progresso" que tanto almejava, acompanhando as mudanças educacionais instauradas em Minas Gerais a partir da Proclamação da República em 1889.

Afinal, como dizia o artista popular Zeca Bento no final do século XIX, "*o que mais queremos?"* além do "progresso" que Diamantina proporcionava aos seus moradores. O Grupo Escolar, ao lado do Seminário Episcopal e do Colégio Nossa Senhora das Dores, se tornava o lugar onde a população diamantinense continuaria a procurar por escolarização. Logo, a modernidade seguia no curso no progresso e buscava fundar uma nova sociedade, com bases nos preceitos republicanos, sem deixar de lado sua organização societária e a religião católica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o século XVIII, a velha Diamantina, ainda denomina Arraial do Tijuco, encantava viajantes, moradores e também os governantes. Suas riquezas foram um dos grandes atrativos para a chegada de pessoas na região. O diamante e o ouro, ao lado dos cascalhos e das pedras sem valor, contribuíam para espalhar a fama de que o município, já no século XIX, se constituía como o "centro progressista" localizado no norte de Minas Gerais, permeado de cultura e de uma sociedade marada pelo requinte e traços de civilização.

Assim, em meio as gemas, grandes fortunas foram feitas, nas quais projetaram famílias e sujeitos que iram trabalhar em prol do crescimento da cidade. Como aponta Souza (1993), Martins (2014), Goodwin Jr. (2007), entre outros, foi essa elite diamantinense que atuou ativamente para a instalação do Bispado no município em 1864, momento que consolidou Diamantina como núcleo dos processos de modernidade daquela região. Nesse sentido, entende-se que isso só foi possível diante da maneira em que as acepções da modernidade foram apropriadas pela sociedade mineira e sua relação com a religiosidade. Isso porque, a modernidade e o moderno não foram tratados de modo que as colocava em oposição a religião católica, ou seja, esses conceitos se adequaram a realidade de Minas Gerais permitindo que fossem feitas diversas combinações, prevalecendo o sentido do "progresso".

Compreende-se, portanto, que o Bispado tal como D. João Antônio dos Santos não foram entraves para o progresso de Diamantina a partir da segunda metade do século XIX. Ao contrário, em torno desses era que as elites políticas justificavam e fomentavam a necessidade a existência de elementos que ao seu tempo eram considerados modernos, afim de contribuir para legitimação e crescimento do município.

Caracteriza esse movimento como a contradição presente na tese, uma vez que foi esse argumento também que esteve entorno da criação dos Grupos Escolares em detrimento das Escolas Normais em 1905, sendo o ensino normal assumido pela iniciativa particular confessional, através do intercambiamento entre o público e o privado, com a equiparação do Colégio Nossa Senhora das Dores que era mantido pela Diocese diamantinense.

Frente a isso, procurou-se nessa pesquisa depreender os impactos que esse movimento causou a Escola Normal de Diamantina entre os anos de 1878 a 1905. Logo, acredita-se que o marco temporal da investigação corroborou para que se atentasse as nuances e tensões que os estabelecimentos de ensino de formação de professores de Minas Gerais no período de transição entre o Império e a República, dentre as quais pode-se destacar os baixos salários pagos aos

professores normalista, a ineficiência da legislação educacional mineira, as condições materiais das escolas, etc. Logo, infere-se que estas questões projetaram Escolas Normais como palcos de disputas políticas e interesses particulares, ora a favor ora contra sua existência bem como caracterizou a crise no que se refere a formação de professores primários mineiros por via dessas instituições educativas.

Diante dessas ponderações, identificou-se que, desde meados dos anos de 1860, as instituições públicas de formação de professores primários foram entendidas como o caminho que colocaria Minas Gerais, novamente, no rumo do "progresso". Sob a áurea da modernidade, aglutinavam-se argumentos para justificar que somente com professores adequadamente formados por meio das Escolas Normais, conseguiria algum desenvolvimento da sociedade, isso porque, se a "*escola era o mestre*", dele dependeria a formação do homem moderno e, consequentemente, a sociedade.

Desse modo, o retorno dessas instituições educativas ocorreria na década de 1870, fundamentada no movimento macro da política nacional, com base nas ideias do liberalismo. Espelhado nas sociedades civilizadas e em consonância com outras regiões do país, foi reestabelecida a Escola Normal de Ouro Preto, extinta em 1852, contando ainda com a criação de mais oito Escolas Normais entre os anos de 1870 a 1880, na qual despontou-se a Escola Normal de Diamantina em 1878.

Em paralelo, cabe destacar que nesse período foram também reinstaurados o Liceu Mineiro e os Externatos. Segundo o que foi evidenciado por esse trabalho, em 1876 houve o retorno do Externato diamantinense, no qual acredita-se que tenha endossado a defesa para o estabelecimento de ensino normal na cidade dois anos depois.

Diferentemente do Externato, observou-se que a criação da instituição educativa responsável pela formação de professores em Diamantina esteve atrelada ação parlamentar de um dos políticos mais eminentes nascidos na cidade: Dr. João da Matta Machado que pertencia a uma família de grande prestígio local. Por meio de um arranjo político, no qual resultou na transferência da Escola Normal de Montes Claros para Diamantina, estabeleceu-se essa última, que ao lado do Seminário Episcopal, do Colégio das Irmãs de Caridade São Vicente de Paulo e do Externato público compunham o cenário educacional robusto, que corroborava pra projeção do município como centro civilizador do norte.

No entanto, a criação e existência das Escolas Normais em Minas Gerais não foi garantia para a instauração ou encaminhamento para uma sociedade moderna. Diante da análise das

fontes da Escola Normal de Diamantina, percebeu-se um descompasso entre o currículo e o ensino normal. Se já no Império as disciplinas davam conotação "moderna" ao curso, vinculando-as as ideias do século; com na República, diante das provas analisadas, a formação de professores atuava de maneira a consolidar a organização societária vigente, por meio de um ensino eminentemente católico, em que considerava a família como a gênese da sociedade civil.

É nesse cenário que constatou-se o desmonte das instituições de formação de professores públicas do Estado que já vinha se encaminhando desde o final do período imperial. As reclamações sobre a organização, falta de verbas, de resultados e os grandes gastos gerados para manutenção e funcionamento dessas escolas foram constantemente presentes nos documentos oficiais, corroborando para o desprestígio das Escolas Normais públicas.

Nessa perspectiva, ao atravessar para a República, instaurou-se de vez a crise no ensino normal minero, tendo como pano de fundo o desequilíbrio financeiro do Estado de Minas Gerais. Acredita-se que tal situação fomentava a discussão sobre a necessidade de se constituir outros estabelecimentos de ensino, sobretudo de ensino primário, que estivessem em congruência com as ideias republicanas e também conseguisse equacionar as finanças mineiras. Além disso, diante de todos os percalços enfrentados até a virada para o século XX, assinalados pelo diretor da Escola Normal de Diamantina, ao atravessar os novos tempos, governantes mineiros argumentavam em favor da criação dos Grupos Escolares, à exemplo dos Estado de São Paulo e Rio de Janeiro.

Como parte do processo de destituição do ensino normal público, em 1901, o Estado promoveu o corte orçamentário às Escolas Normais, sendo marcado pela dificuldade de recebimento de verbas destinada a manutenção de prédios, compras de materiais e mobílias e também cortes dos salários de professores, tornando precário ainda mais a situação dessas instituições educativas. Sob o objeto de estudo, percebe-se que os professores se articularam para dar continuidade as atividades da Escola Normal de Diamantina, que aos trancos e barrancos, conseguiu sobreviver até sua suspensão em janeiro 1905.

As ações governamentais desse período tomaram as páginas de alguns impressos que circulavam em Diamantina. Importante destaque se deu ao debate travado entre os jornais *O Jequitinhonha* e *A Estrella Polar* que comprovaram o processo de suspensão das Escolas Normais mineiras, iniciado em meados de 1904 e culminado na publicação dos dispositivos legais de 1905, e, mais a frente, a equiparação do Colégio Nossa Senhora das Dores às Escolas Normais municipais do Estado.

No âmago desse processo, ratifica-se o interesse por parte do Estado de Minas em se criar os Grupos Escolares, visto que o dinheiro gasto para a manutenção das Escolas Normais poderia ser direcionado a essas instituições educativas, que nessa altura, já "emanavam" os princípios da República diante da experiência de outros Estados, o que colocaria a região nos trilhos do "progresso" novamente. De maneira geral, observou-se que a opção feita para se investir na criação dos Grupos Escolares significou o aumento da oferta do ensino, tanto primário como o normal. No que se refere ao primeiro, verificou-se que Minas Gerais foi responsável pelo aumento significativo de Grupos Escolares; já o segundo, foi comandado pelo acréscimo de estabelecimentos particulares, especialmente confessionais, vigorando o projeto de sociedade moderna na qual se vinculava com os sentidos da religião católica.

Sob essas argumentações, acredita-se essa pesquisa alcançou os objetivos estabelecidos anteriormente, tanto gerais e específicos, evidenciando a articulação entre os contextos macros e micros da instrução e educação de Diamantina e Minas Gerais entre o final do século XIX e início do XX, sem esquecer de ressaltar sua relação com os movimentos nacionais em torno das Escolas Normais e a formação de professores no Brasil e de outros Estados.

Logo, defende-se que a tese apresentada foi igualmente comprovada, uma vez que advogou-se que a modernidade em Minas Gerais no início no século XX, no que se refere a instrução pública, seguiu o curso do "progresso", na medida em que a querela entre antigos e modernos prevaleceu, articulando a existência e sistematização do ensino primário e normal a partir de 1906, com a criação dos Grupos Escolares e a ação educativa das Escolas Normais confessionais. Nesse movimento, constatou-se a trajetória histórico-institucional da Escola Normal de Diamantina durante os anos de sua existência, demonstrando que embora tenham sido entendidas como expressões da modernidade, sua suspensão em 1905 não foi motivo para interromper o projeto de sociedade moderna que estava em curso em Minas Gerais.

Por isso, *entre os diamantes e os cascalhos*, considera-se que a Escola Normal de Diamantina esteve à mercê dos interesses locais e regionais e dos acordos entre a Igreja Católica e os poderes públicos, vinculando aos discursos de modernidade que pairavam a região. Assim, se por um lado, a criação e instalação do estabelecimento de ensino de formação de professores no município era aclamado e defendido pelos agentes políticos e a sociedade local, se constituindo como elemento moderno, vislumbrando, ao mesmo tempo, a consolidação da cidade como centro "progressista" da região norte de Minas Gerais; por outro, as condições na qual estava colocada prejudicavam significativamente o desenvolvimento de suas atividades,

projetando-a, ao lado das outras Escolas Normais públicas, como uma instituição educativa que não correspondia as expectativas sobre a formação da sociedade moderna, sendo substituídas pelos Grupos Escolares – o "novo diamante" da República. Logo, o binômio – diamantes e cascalhos – representam o velho e novo, o antigo e o moderno, no que se refere ao cenário educacional mineiro entre o final do século XIX e início do XX.

Por fim, reiterando o compromisso com a pesquisa no campo da História e Historiografia da Educação, considera-se que essa pesquisa fez apontamentos relevantes para investigações futuras que envolvam a Escola Normal de Diamantina: (1) estudos comparados que envolvam cenários e contextos com as outras Escolas Normais de Minas Gerais, como por exemplo, a de Juiz de Fora ou Campanha; (2) se houve relação entre a Escola Normal de Diamantina, fechada em 1905, com o criação da Escola Normal Oficial de Diamantina, 1928; (3) o impacto que o fechamento da instituição educativa diamantinense teve para a formação de professores na região.

6. REFERÊNCIAS

Nota explicativa: com o intuito de facilitar a consulta das referências bibliográficas como das fontes utilizadas por esta pesquisa, se organizou um sumário respeitando as especificidades das publicações (livros, dissertações, teses e artigos) bem com o arquivo e/ou acervo no qual podem ser localizados os documentos.

SUMÁRIO

6.1 Livros e Capítulos de livro 300
6.2 Dissertações 3007
6.3 Teses 309
6.4 Artigos 309
6.5 Fontes primárias 32020
6.5.1 Hemeroteca Digital Brasileira 32020
6.5.2 Biblioteca Digital da Assembleia Legislativa de Minas Gerais 321
6.5.3 Arquivo Público Mineiro 322
6.5.4 Biblioteca Antônio Torres 3244
6.5.5 Mitra Arquidiocesana de Diamantina 325
6.5.6 Center Research Libraries 3255
6.5.7 Fontes primárias dos levantamentos biográficos 3299
6.6 Fontes secundárias 3444

6.1 Livros e Capítulos de livro

ARAÚJO, José Carlos Souza. A gênese da Escola Normal de Uberlândia/MG: o contexto estadual e a independência cultural em 1926. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. As Escolas Normais no Brasil: do Império à República. Campinas: Alínea, 2008b, p. 321 - 240.

___. Igreja Católica no Brasil - um estudo de mentalidade ideológica. São Paulo: Ed. Paulinas, 1986.

___. Marcos filosóficos da modernidade em torno da educação da criança: antropologias da infância em disputa? In. CARVALHO, Carlos Henrique; MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de; ARAÚJO, José Carlos Souza (Org.). A infância na modernidade: entre a educação e o trabalho. Uberlândia: EDUFU, 2007.

___. O progresso como norteamento da educação e suas especificidades na imprensa de Uberabinha entre 1907 e 1910. In: BRITO, Diogo de Souza; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes. Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade. Uberlândia: EDUFU, 2008a, p. 91-105.

___; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Org.). As Escolas Normais no Brasil: do Império à República. Campinas: Alínea, 2008.

ASSIS, Raquel Martins de. Igreja e educação no século XIX: atuação da diocese de Mariana em Minas Gerais. In: CARVALHO, Carlos Henrique; FARIA FILHO, Luciano Mendes (Coord.). História da Educação em Minas Gerais: da Colônia à República - Vol. 2 - Império. Uberlândia: EDUFU, 2019, p. 63 -86.

AZZI, Riolando. A crise da cristandade e o projeto liberal. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

___. Apresentação. In: AZZI, Riolando (Org.). A vida religiosa no Brasil - enfoques históricos. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

___. O altar unido ao trono - um projeto conservador. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

___. O Estado leito e o projeto ultramontano. São Paulo: Ed. Paulus, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar - aventura da modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.

BERTUCCI, Liane Maria; FARIA FILHO, Luciano Mendes; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Edward P. Thompson: história e formação. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

BICCAS, Maurilane de Souza; VIDAL, Diana Gonçalves. As múltiplas estratégias de escolarização do social em São Paulo (1770-1970). Cultura e prática escolares. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). Educação e Reforma: o Rio de Janeiro nos anos 1920 - 1930. 1 ed. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou ofício do historiador. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOSHI, Caio. Irmandades, religiosidade e sociabilidade. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luís Carlos. História de Minas Gerais: as Minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, v.2.

___. Os leigos e o poder, irmandades leigas e a política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 4.a ed., 1996.

BOTO, Carlota. A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa. São Paulo: Unesp, 1996.

___. A racionalidade escolar como processo civilizador: moral que captura almas. In: CARVALHO, Marta Maria Chagas; PINTASSILGO, Joaquim (Org.). Modelos culturais, saberes pedagógicos, instituições educacionais. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2011. p. 47-80.

BURKE, Peter. A Escola dos Annales 1929 - 1989 - Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Ed. UNESP, 1990.

CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa. Moderno, modernidade, modernização: polissemias e pregnância. In: GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz e; FARIA FILHO, Luciano Mendes. Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil - séculos XIX e XX. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lucia S. Brasil 500 anos: tópicas de história da educação. São Paulo: Edusp, 2001, p. 137-167 Carvalho 2003, p. 45.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Editora UNICAMP, 2001.

___. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República. 7a. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Legislação educacional brasileira. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ELIAS, Norbert. Escritos & Ensaios: 1 - Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. 1º ed. Passo Fundo: UPF, 2002.

___. Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. 2º ed. Uberlândia: EDUFU, 2015.

___. Instrução Elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 135 -150.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. O método pedagógico dos jesuítas: o "Ratio Studiorum": Introdução e tradução. In: XAVIER, Maria do Carmo (org.). Clássicos da educação brasileira. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

FURTADO, Júnia Ferreira. Chica da Silva e o Contratador de Diamantes - o outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

___. Chica da Silva: história e vida. In: SÜSSEKIND, Flora; DIAS, Tânia; AZEVEDO, Carlito. Vozes femininas: gêneros, mediações e práticas de escrita. Rio de Janeiro: 7letras: Fundação Casa Rui Barbosa, 2003, p. 63-86.

___. O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: UFMG, 2008.

GIBBENS, Anthony. As consequências da modernidade. 5º ed. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOMES, Paulo César da Costa. Geografia e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GÓMEZ, Santiago Castro. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber - Eurocentrismo e Ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas. São Paulo: CLACSO, 2005.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. O município e a educação em Minas Gerais: implementação da Instrução Pública no início do Período Republicano. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (Org.). O Município e a Educação no Brasil: Minas Gerais na Primeira República. Campinas: Alínea, 2012, p. 23-42.

___; CARVALHO, Carlos Henrique. Educação no período republicano em Minas Gerais: promessas por décadas acalentada e.... não cumprida. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). História da Educação em Minas Gerais: da Colônia à República - Vol. 03: República. Uberlândia: EDUFU, 2019, p. 05 - 19. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-492-6>. Acesso em 02 jul. 2019.

___; CARVALHO, Henrique de. O nascimento da Educação Republicana: princípio educacionais nos regulamentos de Minas Gerais e Uberabinha (MG) NO FINAL DO SÉCULO XIX. In: GATTI JUNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Orgs.). História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas, SP: Autores Associados: Uberlândia, MG: EDUFU, 2005, p.263-294.

GONÇALVES, Irlen Antônio. Cultura Escolar: Práticas e Produção dos Grupos Escolares em Minas Gerais (1891-1918). Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONDRA, José Gonçalves; SHUELER, Alessandra. Educação, poder e sociedade no Império brasileiro. São Paulo: Cortez, 2008.

GUIMARÃES, Elione Silva. Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora - MG, 1828-1928). São Paulo: Annablume Editora, 2006.

HABERMAS, Jürgen. O discurso filosófico da modernidade: doze lições. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In: HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Org.). A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOBSBAWN, Eric. Ecos da Marselhesa: Dois Séculos Reveem a Revolução Francesa. Trad. Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

___. Era das Revoluções, 1789 - 1848. Trad. Marcos Penchel e Maria L. Teixeira. 25ª edição. São Paulo: Paz e Terra. 2009.

___. Mundo do trabalho: novos estudos sobre a história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOORNAERT, Eduardo. A formação do catolicismo brasileiro, 1500-1800. Petrópolis: Vozes, 1978.

IUDÍCIBUS, Sérgio. Teoria da contabilidade. 8º ed. São Paulo: Atlas, 2006.

JAVARI, Barão. Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império. 2ª ed. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1962.

KOSSOY, Boris. Fotografia e história. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LAGE, Ana Cristina Pereira. Religião católica e instituições educativas na Capitania de Minas Gerais. In: CARVALHO, Carlos Henrique; FARIA FILHO, Luciano Mendes (Coord.). História da Educação em Minas Gerais: da Colônia à República - Vol. 2 - Império. Uberlândia: EDUFU, 2019, p. 131 - 152.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 2º ed. Campinas: Ed. UNICAMP,

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, IVANA Stolze. Língua nacional, histórias de um velho surrão. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). História social da língua nacional. Rio de Janeiro: Edições Casa Rui Barbosa, 2008, p. 215-245. Disponível em: < http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_Historia_social_da_lingua_nacional.pdf>. Acesso em 24 jul. 2020.

LOBÃO, Antônio Carlos de Azevedo. O pensamento de Adam Smith e a crença na ideia de progresso. Cadernos da FACECA, Campinas, v. 12, n. 2, p. 67-79, jul./dez. 2003.

LUZURIAGA, Lorenzo. História da Educação Pública. Trad. Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

MAGALHÃES, Justino. Tecendo nexos: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/5924>. Acesso em 12 ago. 2018.

MALISKA, Marcos Augusto. O direito à educação e a Constituição. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2001.

MANOEL, Ivan A. Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo. 2ª ed. Maringá: Ed. UEM, 2008.

MARCÍLIO, Maria Luíza. La población del Brasil Colonial. In: BETHEL, Leslei. História de América Latina - América Latina colonial: poblacíon, sociedade y cultura. Barcelona: Editorial Crítica, 1990, v. 04.

MARTINS, Marcos Lobato. Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes em Minas Gerais (século XIX). Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar; PAIVA, Clotilde. Relatório de pesquisa: população de Minas Gerais no século XIX e novos estudos sobre a escravidão em Minas Gerais. Belo Horizonte: FINEP, 1985.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema. São Paulo: Hucitec, 2004.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. A Escola Normal no Paraná: instituição formadora de professores e educadora do povo. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. As Escolas Normais no Brasil: do Império à República. Campinas: Alínea, 2008, p. 145-162.

MOACYR, Primitivo. A instrução e as Províncias. São Paulo: Nacional, 1940. 4 vol.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. O ensino em Minas Gerais no tempo do Império. Ed. do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1959.

___. O ensino em Minas Gerais no tempo da República. Ed. do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1960.

NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na Primeira República. Rio de Janeiro: DP&A, 1971.

NISBET, Robert. História da ideia do progresso. Trad. Leopoldo José Jobim. Brasília: Ed. UNB, 1985.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. A Escola Primária Noturna em Minas Gerais (1891-1924). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

NOGUEIRA; Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). Escritos de Educação. 9ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2007.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. Instituições escolares: por que e como pesquisar. Campinas: Alínea, 2009.

NÓVOA, Antônio (Org.). Profissão professor. Porto: Ed. Porto. 1995.

PAIVA, Vanilda. História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos. São Paulo: Loyola, 2003.

PAULA, João Antônio De. Raízes da modernidade em Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PINHEIRO, Eloísa Petti. Europa, França e Bahia - difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em: < https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5377/1/Europa%20Franca%20e%20Bahia_2ed_RI.pdf>. Acesso em 03 fev. 2019.

POPKEWITZ, Thomas S. Reconhecendo diferenças e fabricando a desigualdade: ciências da educação, escolarização e abjeção. In: CATANI, Denice Bárbara; GATTI JR, Décio. (Org.). O que a escola faz? Elementos para a compreensão da vida escolar. Uberlândia: EDUFU, 2015.

PROST, Antoine. A família e o indivíduo. In: PROST, Antoine; VINCENT, Gérard (Org.). História da Vida Privada, 5: da Primeira Guerra a nossos dias. Trad. Denide Bottman. São Paulo: Companhia das Letras. 1992. p. 61-113.

___. Doze lições sobre a História. Tradução de Guilherme de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

QUEIROZ, Maria da Graça Soto. Diamantina: imagens. Brasília: IPHAN, 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColImg3_Diamantina_m.pdf>. Acesso em 20 set. 2020.

RIBEIRO, Wagner. Noções de cultura mineira. São Paulo: FDT, 1966.

SAVINI, Demerval. História das Ideias Pedagógicas. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCHWARCZ, Lilian Mortiz; STARLING, Heloísa Murgel Brasil: uma biografia São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: SCHWARZ, Roberto. Ao Vencedor às batatas. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

SODRÉ, Muniz. O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

SOUSA, Gabriela Marques de; JUSTINO, Rogério. Reconstrução do passado através dos vestígios dos documentos oficiais: evidências sobre o ensino de leitura em Minas Gerais na Reforma Afonso Pena, 1892. In: SANTOS, Sônia Maria dos; ROCHA, Juliano Guerra. História da alfabetização e suas fontes. Uberlândia: EDUFU, 2018. Disponível em: <http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/historia_da_alfabetizacao_e_suas_fontes_edufu.pdf>. Acesso em 11 out. 2019.

___; VIEIRA, Flávio César Freitas. As Escolas Normais e a formação de professores de ensino primário em Minas Gerais: Diamantina e Uberaba, 1928 a 1951. In: MACIEL, Francisca Izabel Pereira; SANTOS, Sônia Maria dos; ROCHA, Juliano Guerra (Org.) História da formação de alfabetizadoras em Minas Gerais. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 125 - 150. Disponível em: < https://doi.org/10.29388/978-65-81417-09-3-0-f.125-150>. Acesso em 10 out. 2020.

SOUZA, José Moreira de. Cidade: Momentos e Processos - Serro e Diamantina na formação no Norte Mineiro no século XIX. São Paulo: ACPOCS/Marco Zero, 1993.

SOUZA, Rosa Fátima de. Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: ed. UNESP, 1998.

TANURI, Leonor Maria. O Ensino normal no Estado de São Paulo: 1890 - 1930. Publicações da Faculdade de Educação de São Paulo: Estudos e Documentos, 1979. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/listarPublicacao.php?lista=2&opcao=5&busca=O%20Ensino%20normal%20no%20Estado%20de%20Sao%20Paulo&tipoFiltro=&filtro=&descFiltro=>. Acesso em 18 jun. 2020.

THOMPSON, Edward P. Senhores e caçadores. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1997.

TOURAINE, Alain. Crítica da Modernidade. Tradução: Elia Ferreira Edel. 5º ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário G. História da Profissão Docente no Brasil: representações em disputas. São Paulo: Cortez, 2009.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando Antônio (Coord.); SOUZA, Laura de Mello e (Org.) História da Vida Privada no Brasil - cotidiano e vida privada na América Portuguesa, vol. 1. 12ª reimpr. São Paulo: CompanhIa das Letras, 1997, p. 331 - 386.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. A primeira Escola Normal do Brasil. In: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES; Antônio de Pádua Carvalho (Orgs). As escolas normais no Brasil do Império a República. Campinas: Editora Alínea, 2008, p.29-46.

___. A primeira escola normal do Brasil - uma contribuição à história da formação de professores. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, 1990.

___. A primeira escola normal do Brasil. In: NUNES, Clarisse. O passado sempre presente. São Paulo: Cortez, 1992, p. 17 - 42.

___. Do artesanato à profissão - Representações sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (Org.). Histórias e memórias da educação no Brasil, Vol. 2, Século XIX. Petrópolis: Editora Vozes, 2006, p. 104 -115.

___. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marte Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 95 - 134.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4ª ed. reimp. Brasília: Ed. UNB, 2009.

WITH, John. O fiel da balança - Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889 - 1937. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

6.2 Dissertações

ALCÂNTARA, Carolina Paulino. "PRINCEZA DO NORTE": contradições da modernidade em Diamantina (1899-1930). Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015. Disponível em: <http://hdl.handel.net/1843/BUBD-A96J7C>. Acesso em 15 jun. 2019.

ALMEIDA, Maximiliano Mazewski Monteiro de. Mandado adoptar: livros didáticos de História e Geografia do Rio Grande do Sul para as escolas elementares (1896-1902). Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2532>. Acesso em 19 jan. 2021.

ALMEIDA, Renan Eufrásio Assis de. Grupo Escolar de Diamantina: implantação e recepção do novo modelo de educação na "Athenas do Norte" - 1907. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2017. Disponível em <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/1755>. Acesso em 16 out. 2019.

ANDRADE FILHO, João Batista de. Padres Lazaristas no Ceará e a formação educacional confessional: Seminários e Colégios (1864-1914). Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Ceará, 2012. Disponível em: < http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2596/1/2012_Dis_JBANDRADEFILHO.pdf>. Acesso em 18 jan. 2021.

ANDRADE, Renata Fernandes Maia de. Organização da instrução primária na Província de Minas Gerais: da legislação aos Relatórios dos Presidentes (1850-1889). Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2007. Disponível em: < https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/14068/1/RFMAndradeDISPRT.pdf>. Acesso em 15 jun. 2019.

BRION, Ioneide Maria Piffano. As filhas de Maria: uma história social da Pia União. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/3810>. Acesso em: 13 jan. 2020.

CARVAS, Giovanna Maria Abrantes. A educação salesiana na cidade de Ponte Nova - Minas Gerais e a formação de professoras na Primeira República. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2015. Disponível em: <https://locus.ufv.br//handle/123456789/19561>. Acesso em 12 jan. 2020.

FERNANDES, Antônio Carlos. O turíbulo e a chaminé: a ação do bispado no processo de constituição da modernidade, 1864 - 1917. Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e de Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005. Disponível em: < http://hdl.handle.net/1843/VCSA-8WBF27>. Acesso em 15 jun. 2020.

FERREIRA, Priscila Alves. A Escola Normal de Juiz de Fora: crises e permanências (1881-1911). Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6709>. Acesso em 12 jun. 2020.

LOREDO, Meirelle Aiane Almeida. O Colégio Nossa Senhora das Dores e o Projeto educacional das Filhas da Caridade em Diamantina 1905 - 1925. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação). Faculdade de Humanidades, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2017.

NEVES, Leonardo dos Santos. Organização do ensino secundário em Minas Gerais no século XIX. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/FAEC-85TNZ7>. Acesso em 08 ago. 2019.

NOVAES, Eder Liz. Joaquim Felício dos Santos: Republicanismo e Cultura Historiográfica (1860-1871). Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Ouro Preto, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/6581>. Acesso em 20 jul. 2019.

OLIVEIRA, André Luís. A Escola Normal de Uberaba (1881-1905): memória e cotidiano. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.563>. Acesso em 27 mar. 2020.

OLIVEIRA, Lívia Gabrielle. A presença da Igreja nas ações abolicionistas do norte mineiro: o caso do Bispado de Diamantina - 1864 a 1888. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, 2011.

OLIVEIRA, Michelle Mattar Pereira de. Seminário Sagrado Coração de Jesus: Os Padres Lazaristas e a formação religiosa em Diamantina-Mg, 1950-1964. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13964>. Acesso em 29 jun. 2018.

OLIVEIRA, Sandra Maria de. Grupo escolar em Minas Gerais: análise da legislação na Primeira República (1906-1924). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13885>. Acesso em 05 nov. 2020.

PEDRUZZI, Jumara Seraphim. A Escola Normal de Ouro Preto: instituição e formação docente no contexto educacional mineiro do século XIX (1835-1889). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Ouro Preto, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/6515>. Acesso em 27 mar. 2020.

ROSA, Walquiria Miranda. Instrução Pública e profissão docente em Minas Gerais (1825-1852). 2001. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

SANTOS, Mileide Mateus dos. O Grupo Escolar Bueno Brandão como expressão republicana no município de Uberabinha, MG - 1915 a 1930. Dissertação de (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.993>. Acesso em 18 jan. 2021.

SOUZA, Vera Lúcia do Lago. Athenas do Sul de Minas: memória e história da educação: práticas e representações das elites de Campanha - 1870/1930. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Campinas, 2006. Disponível em: < http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/252561. Acesso em 18 jan. 2021.

TEODORO, Débora Antonieta Silva Barcellos. Memórias marginais do Beco do Mota: mulheres e crianças no cenário de prostituição. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Humanas). Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2019. Disponível em: <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/2017>. Acesso em 25 mar. 2020.

THOMÉ, Luan. O exercício da profissão professor no Grupo Escolar de Diamantina (1907 - 1909). Dissertação (Mestrado Profissional em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2017. Disponível em: <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/1649>. Acesso em 24 jun. 2018.

UEKANE, Marina Natsume. "Instrutores da Milícia cidadã": A Escola Normal da Corte e a profissionalização de professores primários (1854 - 1889). Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013. Disponível: <http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2006_1-203-ME.pdf>. Acesso em 16 jan. 2020.

VIEIRA, Evantina Pereira. Economia cafeeira e processo: transformações na população eleitoral da Zona da Mata Mineira (1850 - 1889). Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, 1978. Disponível em: < <http://www.sbicafe.ufv.br/bitstream/handle/123456789/8728/Dissertacao_Evantina%20Pereira%20Vieira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 18 mar. 2020.

6.3 Teses

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: a construção do bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923). Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103158>. Acesso em: 29 jan. 2021.

ARAÚJO, Rose Mary de Souza. Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraí¬ba, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4928>. Acesso em 20 out. 2019.

BORGES, Kátia Franciele Corrêa. Fiar, tecer e rezar: a história das mulheres na Fábrica de Tecidos do Biribiri (1918-1959). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação

em História. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019. Disponível em: < https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/10281>. Acesso em 12 jan. 2020.

DURÃES, Sara Jane Alves. Escolarização das diferenças: qualificação do trabalho docente e gênero em Minas Gerais (1860-1906). Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

GOODWIN JR., James William. Cidades de Papel: Imprensa, Progresso e Tradição. Diamantina e Juiz de Fora (1884-1914). (Doutorado em História). Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007a. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04122007-105559/pt-br.php>. Acesso em: 29 maio 2019.

HONORATO, Tony. Escola complementar e normal de Piracicaba: formação, poder e civilidade (1897-1921). Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/154602>. Acesso em: 29 maio 2019.

LAGE, Ana Cristina Pereira. Conexões Vicentinas: particularidades políticas e religiosas da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentista. Tese (Doutorado em Inclusão Social - Sublinha de pesquisa GEPHE). Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-8FNLYB>. Acesso em 18 mar. 2019.

LAGES, Rita Cristina Lima. As vitrines da civilização: referências estrangeiras na instrução pública de Minas Gerais no século XIX. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-9FYFES> Acesso em 02 jul. 2020.

MARTINS, Cristiane Nascimento. Estado e Igreja Católica como instâncias promotoras de educação: formação de professoras primárias em Minas Gerais na Primeira República (1892-1904). Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13669>. Acesso em 10 mar. 2020.

MOTA, Assislene Barros da. A Escola Normal do Amazonas: formação de uma identidade (1889-1945). Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de Sorocaba. 2013. Disponível em: <http://educacao.uniso.br/producao-discente/teses/Teses_2015/assislene-b-mota.pdf>. Acesso em 27 mar. 2020.

NEVES, Fátima Maria. O método Lancasteriano e o projeto de formação disciplinar do povo (São Paulo, 1808-1889). 2003. 293 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103191>. Acesso em 13 mar. 2020.

PINTO, Helder de Moraes. Entre a casa e a rua: uma história da mocidade de Diamantina-MG no final do século XIX. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação: Conhecimento e Inclusão Social. Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-ACAGFG>. Acesso em 29 jun. 2018.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. Modernidade no Brasil, Igreja Católica e Identidade Nacional - Práticas e estratégias intelectuais: 1889 -1930. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, 2009. Disponível em: < https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7062>. Acesso em 04 jun. 2019.

SANTOS, Dayse Lúcide Silva. A fotografia de Chichico Alkimim e o registro da tradição e da mudança em Diamantina, 1900 - 1940. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-A9FQDH>. Acesso em 26 jun. 2018.

SANTOS, Mariana Silva. A Escola Normal de Uberaba, Minas Gerais: modernidade, civilidade e progresso (1881-1905). Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.2365>. Acesso em 26 jul. 2020.

SILVA, Jeane Medeiros. A bibliografia didática de geografia: história e pensamento do ensino geográfico no Brasil (1814 - 1930...). Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/15953. Acesso em 31 jul. 2020.

SOBREIRA, Paulo Henrique Azevedo. Cosmografia Geográfica: a astronomia no ensino de geografia. Tese (Doutorado em Geografia Física). Programa de Pós Graduação em Geografia Física. Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <10.11606/T.8.2006.tde-21082006-225017>. Acesso 30 jul. 2020.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. A disciplina de História no Paraná: os compêndios de História e História Ensinada. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2005. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10464. Acesso em 25 mar. 2020.

UEKANE, Marina Natsume. "Com o bom professor tudo está feito, sem elle nada se faz" - A Escola Normal e a conformação do magistério primário no Distrito Federal (1892 - 1912). Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal Fluminense, 2016.

6.4 Artigos

ANDERSON, Perry. 1986. "Modernidade e revolução". Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 14, p. 2-15. Disponível em: <http://novosestudos.com.br/produto/edicao-14/> Acesso em 20 nov. 2020.

ARAÚJO, José Carlos Souza. Os Grupos Escolares em Minas Gerais: a Reforma João Pinheiro (1906). In: Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

BASTOS, Maria Helena. A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida (1808-1827). In: História da Educação. ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n. 1, abr. 1997, p. 115-133. Disponível em: < https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30631>. Acesso em 12 dez. 2020.

BEDIAGA, Begonha. Discreto personagem do império brasileiro: Luís Pedreira do Couto Ferraz, visconde do Bom Retiro (1818-1886). In: Topoi, vol.18, n.35, 2017, p.381-405. Disponível em: < https://doi.org/10.1590/2237-101x01803507>. Acesso em 19 dez. 2020.

BEGER, Peter L. A dessecularização do mundo: uma visão global. In: Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, n. 21, 2000. Disponível em: < https://www.google.com/search?client=firefox-b-e&q=A+desseculriza%C3%A7%C3%A3o+do+mundo%3A+uma+vis%C3%A3o+global#>. Acesso em 19 nov. 2020.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. Estudos avançados, v. 32, n. 93, p. 127-149, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/0103-4014.20180035>. Acesso em: 28 nov. 2019.

BORGES, Kátia Franciele Corrêa. A Fábrica de Tecidos do Biribiri: empresa e a fé no interior de uma vila operária em Diamantina/MG. In: XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12º Conferência Internacional de História de Empresas, 2015, p. 01 - 14. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_katia_franciele_correa_borges_a-fabrica-de-tecidos-do-biribiri-empresa-e-fe-no-interior-de-uma-vila-operaria-em-diamantina_mg.pdf>. Acesso em 30 mai. 2018.

BORSAGLI, Alessandro; MEDEIROS, Fernanda Guerra Lima. História econômica da cidade de Diamantina/MG. In: III Congresso Brasileiro de História Econômica e 10ª Conferência internacional de História de Empresas, Curitiba, 2011, p. 01 - 15. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/ix-congresso-brasileiro-de-historia-economica-e-10-conferencia-internacional-de-historia-de-empresas>. Acesso em: 02 jun. 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estado, estado-nação e forma de intermediação política. In: Revista Lua Nova, São Paulo, 100, p. 155 - 185, 2017. Disponível em: < https://doi.org/10.1590/0102-155185/100>. Acesso em: 12 ago. 2019.

BURITY, Joanildo. Trajetórias da religião e da modernidade. In: Estudos de Sociologia, Recife, v. 13, n. 1, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235378>. Acesso em: 03 maio 2020.

CALDEIRA, Ana Cristina Drumond; LACERDA, Mariana de Oliveira. As rotas dos viajantes do século XIX na antiga Demarcação Diamantina: um estudo preliminar para o planejamento do turismo cultural. In: II Encontro Semintur Jr. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/02_as_rotas_dos_viajantes.pdf>. Acesso em 02 jul. 2019.

CALDEIRA, Sandra Maria. A fiscalização como elemento ordenador do sistema de razão escolar mineiro. In: Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação, Sergipe, 2008.

CASTANHA, André Paulo. O uso da legislação educacional como fonte: orientações a partir do marxismo. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 11, n. 41e, p. 309-331, 2012. DOI: 10.20396/rho.v11i41e.8639912. Disponível em: < https://doi.org/10.20396/rho.v11i41e.8639912>. Acesso em: 16 mar. 2020.

Cavaliere, Ricardo. O nome da língua no Brasil oitocentista. Linha D'Água, 32(1), 81-106, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v32i1p81-106>. Acesso em 13 jun. 2020.

CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, Jean. Método silábico e método global: alguns esclarecimentos históricos. Trad. Maria Helena Camara Bastos. In: Revista de História da

Educação, v. 05, n. 10, jul./dez. 2001, p. 141 - 154. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30528>. Acesso em 13 fev. 2020.

CHEVEL, André. História das Disciplinas Escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: Teoria e Educação, n.2, 177-229, 1990. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Hist%C3%B3ria+das+Disciplinas+Escolares%3A+reflex%C3%B5es+sobre+um+campo+de+pesquisa&oq=Hist%C3%B3ria+das+Disciplinas+Escolares%3A+reflex%C3%B5es+sobre+um+campo+de+pesquisa&aqs=chrome.0.69i59.95j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8#>. Acesso em 27 dez. 2020.

CRUZ, Ana Margarida da Costa. A documentação arquivística e os prazos de conservação legais no sistema bancário português: século xix à atualidade. Cadernos BAD, Portugal, n. 1, p. 83-98, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/69116>. Acesso em: 17 mar. 2020.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. Os Grupos Escolares de Juiz de Fora e o investimento nas atividades corporais. In: Educação em Foco, n. Especial, p. 73-84, 2007. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2013/05/05.pdf>. Acesso em 18 jan. 2021.

CUNHA, Daniela Carrijo Franco; GONÇALVEZ, Lilia Neves. Práticas musicais como elemento de cultura, civilização e progresso na cidade de Uberlândia-MG (1888-1957). In: OuvirOUver, n. 12, v. 2, 326-339. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/OUV19-v12n2a2016-6>. Acesso em: 20 fev. 2020.

D'ENFERT, Renaud. Uma nova forma de ensino de desenho na França no início do século XIX: o desenho linear. In: História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 22, p. 31-60, mai./ago. 2007. Disponível em < https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/127280>. Acesso em 29 jul. 2020.

DESAULNIERS, Julieta Beatriz Ramos. Institucionalização e evolução da escolarização. In: Teoria & Educação, Porto Alegre, n. 6, p. 97-104, 1992.

FAORO, Raymundo. A questão nacional: modernização. Estudos avançados, São Paulo, v. 6, n. 14, p. 7-22, 1992. Disponível em: < https://doi.org/10.1590/S0103-40141992000100002

>. Acesso em: 02 dez. 2017.

FAORO, Raymundo. Existe um pensamento político brasileiro? In: Estudos Avançados, vol. 1, n. 01, São Paulo, out./dez. 1987. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141987000100004>. Acesso em 20 ago. 2019.

FARRAZ, Manoel M. de Figueiredo. O Conselheiro João Crispiniano Soares. In: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v. 104, p. 987-1016, jan./dez. 2009. Disponível em: < https://doi.org/10.11606/issn.2318-8235.v104i0p987-1016>. Acesso em: 30 jun. 2009.

FERRAZ, Paula Ribeiro. O Gabinete da Conciliação: algumas considerações. In Anais do XVI Encontro Regional da ANPHU-RIO: Memória e Patrimônio, 2010. Rio de Janeiro. Disponível em:

<https://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276733474_ARQUIVO_ArtigoANPUH-Rio2010PaulaRibeiroFerraz.pdf>. Acesso em 24 jun. 2020.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto; CARVALHO, Carlos Henrique. Escolarização e analfabetismo no Brasil: estudos das mensagens dos Presidentes dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte (1890-1930). In: Anais do Encontro de Pesquisa em Educação do Centro-Oeste, 12, 2014, Goiânia. Disponível: <https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Ana-Em%C3%ADlia-Cordeiro-Souto-Ferreira_-Carlos-Henrique-de-Carvalho.pdf>. Acesso em 07 jul. 2020.

FREITAS, Ana Paula Ribeiro. As políticas do governo provincial mineiro: deputado, presidentes da província e os interesses regionais (1870-1889). In: Anais XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo, 2011, p. 01 - 18. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300655666_ARQUIVO_ArtigoANPUH.pdf>. Acesso 10 abr. 2018.

FURTADO, Júnia Ferreira. O outro lado da Inconfidência Mineira: Pacto Colonial e Elites Locais. In: LPH - Revista de História, UFOP, n. 4, p. 70-91. 1993/1994. Disponível em: < http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/ooutroladodainconfidenciamineirapactocolonialeeliteslocais.pdf>. Acesso em 20 jan. 2021.

___. Relações de poder no Tejuco ou um teatro em três atos. In: Tempo, Rio de Janeiro, v. 04, n. 07, p. 129-142, jul. 2009. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg7-6.pdf>. Acesso em 22 out. 2020.

___. Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial. In: História da historiografia, n. 2, mar. 2009, p. 116 - 162. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/download/11/11#:~:text=Um%20dos%20campos%20de%20estudo,poder%20metropolitano%20nas%20Minas%20Gerais>. Acesso em 12 ago. 2019.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Legislação sobre a educação em Uberabinha - MG: 1892. In: Anais do V Seminário Histedbr, 2005. Disponível em: http://.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario5/c_a%2520legisla%25E7ao_wenceslau%2520gon%25E7alves%2520neto.doc+&cd=1&hl=ptBR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 18 dez. 2019.

GONÇALVES, Cristiane Souza; Diamantina: breve relato e sua formação. In: Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, n.8, 2012. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_08/06_cristiane_souza_goncalves.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

GOODWIN JR., James William. Anunciando a civilização: imprensa, comércio e modernidade fin-de-siécle em Diamantina e Juiz de Fora. In: Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 97-117, 2007b.

GORTE, Gabriel Henrique Sydorak. Victor Cousin e a França do século XIX. In: Anais eletrônicos XVI Encontro Regional de História - Tempos de transição. Disponível em: https://www.google.com/search?q=Victor+Cousin+e+a+Fran%C3%A7a+do+s%C3%A9culo

+XIX&oq=Victor+Cousin+e+a+Fran%C3%A7a+do+s%C3%A9culo+XIX&aqs=chrome.0.69i59.267j0j9&sourceid=chrome&ie=UTF-8#. Acesso 29 ago. 2019.

GOUVEIA, Maria Cristina. Mestre: Profissão Professor(a) - processo de profissionalização docente na Província Mineira no Período Imperial. In: Revista Brasileira de História da Educação, nº. 2, jul./dez. 2001, p. 39-57. Disponível em: < http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38741>. Acesso em 23 nov. 2019.

GRALHA, Fernando. Fotografia e história: uma relação complexa. In: Revista Digital Simonsen, Ano 1, n. 1, dez./ 2014, p. 55-72. Disponível em: <http://www.simonsen.br/revista-digital/wp-content/uploads/2014/12/Revista-Simonsen_N1_Fernando-Gralha.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2020.

GUIMARÃES, Marcos Denilson; LIMA, Maria Consuelo Alves. Vestígios do ensino de desenho linear na Escola Normal do Maranhão: uma leitura a partir de revisão de literatura. In: REVEMAT, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 01-14, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1981-1322.2019.e67343>. Acesso em 29 jul. 2020.

GUIMARÃES, Pedro Henrique Corrêa. O poder espiritual e o poder temporal no discurso filosófico da Idade Média. In: Ensaios filosóficos, vol. VII, abr. 2013, p. 98-106. Disponível em: <http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo7/00_Revista_Ensaios_Filosoficos_Volume_VII.pdf#page=98>. Acesso em 20 jul. 2020.

HORTA, Cid Rabelo. Família governamentais de Minas Gerais. In: Análise e Conjuntura, v.1, n. 2, maio/ago. 1986. Disponível em: < http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=51519>. Acesso em 05 jul. 2019.

ISOBE, Rogéria Moreira Rezende. Inspeção técnica como dispositivo de formação de professores: estratégia de produção de um modelo escolar em Minas Gerais. In: História da Educação (online), Porto Alegre, v. 17, n. 39, jan./abr. 2013, p. 09-21. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S2236-34592013000100002>. Acesso em 02 jul. 2020.

JARDILINO, José Rubens de Lima; PEDRUZZI, Jumara Seraphim. A Escola Normal de Ouro Preto - um percurso marcado por crises e reestruturações (1835-1852). In: Cadernos de História da Educação, v. 15, n.2, p. 679-699, 13 out. 2016. Disponível: < https://doi.org/10.14393/che-v15n2-2016-12>. Acesso em: 18 jun. 2019.

KULUESZA, Wojciech Andrzej. Genealogia da Escola Nova no Brasil. In: Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação, Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2010/02/061.pdf>. Acesso em 03 jul. 2020.

LAGE, Ana Cristina Pereira. Vale de lágrimas: mulheres recolhidas no sertão de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. In: Revista de História Regional, v. 10, p. 312 - 326, 2014. Disponível em: < https://doi.org/10.5212/Rev.Hist.Reg.v.19i2.0004>. Acesso em 20 jun. 2019.

LARA, Tiago Adão. A ética espiritualista de Antônio Pedro de Figueiredo. In: Revistas de Estudos Filosóficos, n. 07, 2011, p. 187 - 195. Disponível em: <

https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art17_rev7.pdf>. Acesso em 02 ago. 2019.

LEITE, Fábio Carvalho. O laicismo e outros exageros sobre a Primeira República no Brasil. In: Religião & Sociedade, Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, jun. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-85870110001000003>. Acesso em 07 ago. 2020.

LIMA, Helena Ibiapiana. O ensino profissional na segunda metade do século XIX: um estudo sobre duas experiências. In: Anais II Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002, Natal / Rio Grande do Norte. História e Memória da Educação Brasileira, 2002. v. 1. p. 398-399.

LORENZ, Karl M. A influência francesa no ensino de ciências e matemática na escola secundária brasileira no século XIX. In: Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002.

MARIN, Jérri Roberto. História e historiografia da romanização: reflexões provisórias. In: Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, n. 30, p. 149-169, out. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/%25x>. Acesso 22 abr. 2020.

MARTINS, Marcos Lobato. Comércio, indústria e projeção regional da Diamantina oitocentos: as fragilidades do "grande empório do Norte". In: História, vol. 35, 76, 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1980-436920160000000076. Acesso em 03 abr. 2019.

MATA, Sérgio. Religionswissenschaften e crítica da historiografia da Minas colonial. In: Revista de História, São Paulo, n. 136, jan./jul./ 1997, p. 41-57. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i136p41-57>. Acesso em 20 abr. 2020.

MEDEIROS; Rodrigo Dantas de; GILENO, Carlos Henrique. Dom Vital: a Questão Religiosa, a crise político-social na Província pernambucana e suas consequências durante o segundo reinado. In: Revista Idealogando, ano 02, vol. 02, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/idealogando/article/view/238001/Medeiros%26Gileno>. Acesso em 26 mar. 2021.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. In: Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 110, abr./jul. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000200004>. Acesso em 18 jun. 2020.

MOREIRA, Danilo Araújo. Um mestre sem discípulos. Claude-Henri Gorceix e o ensino secundário no Brasil imperial. In: Temporalidades - Revista de História, Ed. 30, v. 11, n.2, mai./ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/14707>. Acesso em 16 fev. 2021.

NEVES, José Teixeira. Aspectos do século XIX na vida do prelado mineiro. In: Revista do Livro, Rio de Janeiro, ano V, n. 20, dez. 1960, p. 49-59. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/393541/5324>. Acesso em 18 mai. 2020.

NÓBREGA, Apolônio. Dioceses e Bispos do Brasil. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 222, 1954.

NORA, Pierre. Entre a memória e história: problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. In: Projeto História - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, n. 10, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em 08 ago. 2019.

NOVAES, Eder Liz. Joaquim Felício dos Santos: revisão biográfica (1860 - 1864). In: Anais do XVIII Encontro Regional de História de Minas Gerais, 2012. Disponível em: < http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340727940_ARQUIVO_TextoparaAnpuh.pdf>. Acesso em 12 jun. 2019.

NÓVOA, Antônio. Do mestre-escola ao professor do ensino primário - subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XV-XX). In: Análise Pedagógica, v. 3, p. 413-440, 1987. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.12/2200>. Acesso em 30 jul. 2020.

NUNES, Sílvia Alexim. Histeria e psiquiatria no Brasil da Primeira República. In: História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro, v.17, supl.2, dez. 2010, p.373-389. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/S0104-59702010000600006>.

OLIVEIRA, Katya Beatriz de; RÓNAI, Laura. A prática musical religiosa no Brasil e em Portugal na segunda metade do século XVIII: paralelo e fundamentação para interpretação vocal de José Emerico Lobo de Mesquita. In: Per Musi, v. 24, n. 184, jul./dez. 2011. Disponível em http://dx.doi.org/10.1590/S1517-75992011000200016. Acesso em 23 jan. 2020.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Gomes de; NETTO, Mario Borges; LUCENA, Carlos Alberto. A modernidade e o projeto de formação humana Comeniano. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, v. 17, n. 2, p. 448-468, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rho.v17i2.8650441>. Acesso em: 18 mar. 2020.

OLIVEN, Ruben George. Cultura e modernidade no Brasil. In: São Paulo em Perspectiva, vol. 15, n. 02, abr./jun. 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000200002>. Acesso em 30 abr. 2020.

ORTIZ, Renato. Anotações sobre religião e globalização. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 16, n. 47, p. 59-74. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/S0102-69092001000300004>. Acesso em 07 ago. 2020.

PAIVA, Marcella Ariane Nunes. A exploração de diamantes em Diamantina: os serviços de mineração e a legislação no período 1830-1860. In: Anais do XVIII Encontro Regional de História de Minas Gerais, 2012. Disponível em: < http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340743732_ARQUIVO_AexploracaodediamantesemDiamantina.MARCELLA.pdf> Acesso em 30 jun. 2019.

PALEIAS, Ivam Ricardo; SILVA, Glauco Peres; SAGRETTI, João Bosco; CHIROTTO, Amanda Russo. Evolução do ensino de contabilidade no Brasil: uma análise histórica. In: Revista Contabilidade & Finanças, vol. 18, n. spe, p. 19-32. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772007000300003>. Acesso em 29 jul. 2020.

PESTANA, Til. Diamantina. In: Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 579 - 592.

PIERRUCI, Antônio Flávio. Secularização em Max Weber: "Da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido". In: Revista Brasileira de Ciências sociais, vol. 13, n. 37, jun. 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69091998000200003>. Acesso em 20 mar. 2020.

QUINTAS, Amaro. Antônio Pedro de Figueiredo, o Cusin Fusco. In: Revista de História, v. 16, n. 34, 1958. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1958.106730>. Acesso em 12 set. 2020.

REIS, Elisa Pereira. O Estado Nacional como Ideologia: o caso brasileiro. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p. 187-203. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2166/1305. Acesso em 28 ago. 2019.

RESENDE, Fernanda Mendes; FARIA FILHO, Luciano Mendes. História da política educacional em Minas Gerais no Século XIX - os relatórios dos presidentes da província. Disponível: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38743/20273>. Acesso em 29 jun. 2020.

ROUX, Rodolfo R. La romanización de la Iglesia católica en América Latina: una estratégia de larga duración. In: Pro-Posições, vol. 25, n. 1, p. 31-54. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072014000100003>. Acesso em 15 jun. 2020.

SALDANHA, Michel. O experimento progressista em Minas Gerais. In: Crítica Histórica, Ano XI, n. 22, dez./2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/10190/pdf>. Acesso em 12 fev. 2021.

SANT'ANA JR., Horácio Antunes de. O anjo, a tempestade e a escola; elementos para a compreensão entre a noção de progresso, o marxismo e a pedagogia progressista. In: Perspectiva, Florianópolis, NUP, n. 24, p. 27 - 44. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/10857/10335/0>. Acesso em 20 jul. 2020.

SANTOS, Dayse Lúcide Silva. O padrão idealizado de família e de mulher em Diamantina e região - 1860 a 1930. In: UNIMONTES Científica, Montes Claros, v. 5, n. 2, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/160>. Acesso em 12 abr. 2019.

SAVIANI, Demerval. Instituições Escolares: conceito, história, historiografia e práticas. In: Cadernos de História da Educação, n. 4, recuperado, jan./dez. 2005, 2008. Disponível: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/382>. Acesso em 29 out. 2019.

___. O pensamento pedagógico brasileiro: da aspiração à ciência à ciência sob suspensão. In: Educação e Filosofia, v. 21, n. 42, p. 13-25, jul./dez. 2007. Disponível em: < https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v21n42a2007-463>. Acesso em 20 jan. 2020.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez; MADALGI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. In:

Tempo, vol. 13, n.26, p. 32 - 55. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042009000100003>. Acesso em 31 jan. 2020.

SILVA, Christiano Barbosa. Claude Henri Gorceix: the man, teacher and work. In: Rem Revista Escola de Minas, Ouro Preto, vol. 67, n. 03, jul./out. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0370-44672014000300012>. Acesso em 16 fev. 2021.

SILVA, José Anchieta. Affonso Augusto Moreira Penna: duas vezes criador da primeira Faculdade de Direito em Minas Gerais. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos, v. 14, p. 177 - 192, jan./2012. Disponível em: <https://doi.org/10.9732/179>. Acesso em 16 fev. 2021.

SILVA, Vivian Batista; PEREZ, Tatiane Tanaka. Apropriação dos saberes pedagógicos no início da formação: manuais e provas da escola normal de São Paulo (década de 1870). In: História da Educação, vol. 18, n. 42, 93-113. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2236-34592014000100006>. Acesso em 13 nov. 2020.

SILVA, Marisa Ribeiro. O artífice da memória. In: Revista do Arquivo Público Mineiro, vol. 43, n. 01, 2007, p. 74-91. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/O_artifice_da_memoria.PDF>. Acesso em 21 jun. 2020.

SOARES, Layane Campos; VIEIRA, Flávio César Freitas Vieira. História de instituições educativas, Diamantina/MG: supressão e reabertura da Escola Normal Oficial de Diamantina (1938-1951). In: Anais do VII Congresso da Sociedade Brasileira de História da Educação, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2013.

SOUSA, Gabriela Marques de; ROCHA, Juliano Guerra. A Escola Normal e a formação docente em Minas Gerais: Diamantina, 1913 a 1938. In: Pedagogia em Foco, v. 13, n. 09, 2018. Disponível em: < https://doi.org/10.29031/pedf.v13i9.350>. Acesso em 02 fev. 2019.

___ VIEIRA, Flávio César Freitas. Acervo da Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda, Diamantina, MG: fontes para a história da educação. In: Anais VIII Congresso da Sociedade Brasileiro de História da Educação, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2013.

SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. In: Cadernos CEDES, vol. 20, n. 51, p. 09 - 28. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622000000200002>. Acesso em 23 out. 2020.

STUMPF, Roberta Giannubilo. Minas contada em número - A capitania de Minas Gerais e as fontes demográficas (1776-1821). In: Revista Brasileira de Estudos de População, v. 34 n.3, 2017, p. 529 - 548, set./dez. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/s0102-3098a0029>. Acesso em 21 fev. 2019.

TANURI, Leonor Maria. História da Formação de Professores. Revista Brasileira de Educação, nº. 14, mai./jun./ago. 2000, p. 61-193. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05>. Acesso em 17 jun. 2019.

THOMÉ, Luan. Da sala de aula à direção escolar: trajetória de uma professora primária (1907 - 1926). In: Anais do VII Congresso Nacional de Educação, Maceió, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/68278>. Acesso em 18 fev. 2020.

VASCONCELLOS, Sylvio. Formação urbana do Arraial do Tijuco. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 14, p. 121 - 134, p. 1959. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat14_m.pdf>. Acesso em 08 abr. 2018.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. Revista Brasileira de Educação, n.21, p. 90-103, set./dez. de 2002. Disponível em: < https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000300008>. Acesso em: 22 nov. 2017.

VIÑAO, Antonio. Culturas escolares, reformas e innovaciones educativas. In: Con-Ciencia Social, n. 05, 2001, p. 27 - 45. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/927336.pdf>. Acesso em 18 jul. 2020.

YAZBECK, Lola. O Estado e a organização da educação republicana em Minas Gerais. In: Educação em Foco, Juiz de Fora, n. Especial, mar./ago. 2007, p. 129-130. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2013/05/09.pdf>. Acesso em 18 jan. 2021.

6.5 FONTES PRIMÁRIAS

6.5.1 Hemeroteca Digital Brasileira

BRASIL. **Annaes do Parlamento Brazileiro**, 10 out. 1827, p. 121. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/132489/2537>. Acesso em 16 jun. 2019.

MINAS GERAIS. A pedido. **A Actualidade**, Ouro Preto, 28 jan. 1881, Ano IV, número 10, p. 05. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/230359/1863l>. Acesso em: 12 ago. 2019.

___. Assistimos por curiosidade.... **O Jequitinhonha**, Diamantina, Ano II, número 49, 06 dez. 1862, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/819379/384>. Acesso em 12 jul. 2020.

___. Carta particular. **O Jequitinhonha**, Diamantina, Ano III, número 120, 06 jun. 1863, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/819379/484>. Acesso em 30 abr. 2020.

___. Chapa conservadora. **O Baypendiano**, Baependi, Ano III, número 119, 16 nov. 1879, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=225762&pagfis=168>. Acesso em 12 ago. 2019.

___. Collegios Particulares. **O Bom Senso**, Ouro Preto, Ano 05, número 396, 08 abr. 1856, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/715107/887>. Acesso em: 02 set. 2019.

___. Comunicado – A crise. **Monitor do Norte**, Diamantina, Ano II, n. 03, 02 jan. 1876, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/828394/157>. Acesso em 01 jun. 2019.

___. Diamantina – Externato e escola normal. **A Actualidade**, Ouro Preto, 28 jan. 1881, Ano. IV, número 20, p. 05. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/230359/1863>. Acesso em 18 mai. 2020.

___. Externato e Escola Normal. **A Idéa Nova**, Diamantina, Ano I, número 20, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/816817/2>. Acesso em 12 mar. 2020.

___. Há 9 annos que o bispado da Diamantina.... **O Jequitinhonha**, Ano II, número 47, 22 nov. 1862. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/819379/373>. Acesso em 30 abr. 2020.

___. Illmo. e Exmo. Sr. **O Jequitinhonha**, Diamantina, Ano III, número 119, 27 maio 1863. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/233870/3>. Acesso em: 17 jul. 2020.

___. Instrucção publica. **A Actualidade**, Ouro Preto, Ano II, número 20, 12 mar. 1879, p. 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/230359/700. Acesso em 02 jul. 2020.

___. Instrucção publica. **A Actualidade**, Ouro Preto, Ano III, número 78, 07 ago. 1880, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/230359/1498>. Acesso em 02 jul. 2020.

___. Já uma vez mostrámos.... **O Jequitinhonha**, Diamantina, Ano II, número 22, 31 mai. 1862, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/819379/273>. Acesso em 24 abr. 2020.

___. O Bispado Diamantinense. **O Jequitinhonha**, Diamantina, Ano IV, número 141, 12 fev. 1864, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=819379&pagfis=559>. Acesso em 13 jul. 2020.

___. O ensino obrigatória. **O Mineiro**, Ano I, número 20, 24 mar. 1874, p. 01. Disponível em:< http://memoria.bn.br/DocReader/816558/65>. Acesso em: 01 jun. 2019.

___. Projecto n. 22. **Noticiador de Minas**, Ouro Preto, Ano IV, número 295, 01 abr. 1871, p. 01. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/767042/899>. Acesso 01 jun. 2019.

RIO DE JANEIRO. Noticiario - nomeação. **A Cruz**, Rio de Janeiro, 15 mar. 1863, Ano III, número 83, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/717185/332>. Acesso em 20 abr. 2020.

6.5.2 Biblioteca Digital da Assembleia Legislativa de Minas Gerais

MINAS GERAIS. **Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais: 1898**. Cidade de Minas: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1899. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4703>. Acesso em 25 set. 2020.

___. **Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais: 1905**. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Gerais, 1905. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4708>. Acesso em 27 ago. 2020.

___. **Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais: 1893**. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Gerais, 1894. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4696>. Acesso 15 mai. 2020.

___. **Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes: 1900**. Cidade de Minas: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1900. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4705>. Acesso em 15 mai. 2020.

MINAS GERAES. **Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes: 1896.** Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Gerais, 1896. Disponível em <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4697>. Acesso em 15 mai. 2020.

___. **Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes: 1899.** Cidade de Minas: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1900. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4704>. Acesso em 15 mai. 2020.

___. **Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes: 1901.** Cidade de Minas: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1901. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4706>. Acesso em 27 ago. 2020.

___. **Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes: 1892.** Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1893. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4734>. Acesso em 15 mai. 2020.

___. **Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes: 1907.** Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1907. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/471>. Acesso em 15 maio 2020.

MINAS GERAIS. **Colleção de Leis da Assembléa Legislativa da Província de Minas Geraes: 1881.** Ouro Preto: Typografia de C.G. Andrade, 1882. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3816>. Acesso em 03 abr. 2020.

___. **Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes: 1897**. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1898. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4701>. Acesso em: 15 maio 2020.

___. **Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes: 1901**. Cidade de Minas: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1901. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4706>. Acesso em 27 nov. 2020.

___. **Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes: 1904.** Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1905. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4710>. Acesso em 27 ago. 2020.

___. **Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes: 1906**. Bello Horizonte: Imprensas Official do Estado de Minas Gerais, 1906. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4711>. Acesso em 15 maio 2020.

___. **Colleção de Leis da Assemléa Legislativa da Província de Minas Geraes: 1872**. Ouro Preto: Typographia de J.F. de Paula Castro, 1873. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3540>. Acesso em 15 mai. 2020.

6.5.3 Arquivo Público Mineiro

MINAS GERAIS. **Annaes da Assemblea Provincial de Minas Geraes, primeiro anno da Vigesima Segunda Legislatura, sessão de 1878.** Ouro Preto: Typografia da Actualidade, 1879.

___. **Annaes da Assembleia Provincial de Minas Geraes – Primeiro ano da Vigésima Legislatura**. Ouro Preto: TYP. de J. F. de Paula Castro, 1876.

___. **Annaes da Camara dos Deputados – Terceira Sessão da Segunda** Legislatura. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas,1897.

___. **Relatorio apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Geraes pelo Secretario dos Negocios do Interior Dr. Henrique Augusto de Oliveira Diniz**. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1896.

___. **Relatorio apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretario dos Negocios do Interior Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes**. Cidade de Minas: Imprensa Official de Minas Geraes. 1899.

___. **Relatorio apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Geraes pelo Secretario dos Negocios do Interior Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes**. Cidade de Minas: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1900.

___. **Relatorio apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Geraes pelo Secretario dos Negocios do Interior Dr. Henrique Augusto de Oliveira Diniz**. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1897.

___. **Relatorio apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Geraes pelo Secretario do Estado dos Negocios do Interior, Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro: 1903**. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas, 1903.

___. **Relatorio apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Geraes pelo Secretario do Estado dos Negocios do Interior, Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão: 1894**. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1894.

___. **Annaes Da Assembleia Provincial de Minas Geraes**. Ouro Preto: Typographia. de J. P. de Paula Castro, 1878.

___. **Annaes da Camara dos Deputados - Primeira Sessão da Terceira Legislatura**. Cidade de Minas: Imprensa Official de Minas Geraes, 1899.

___. **Annaes do Senado Mineiro – Quarta Sessão da Quarta Legislatura.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes,1906.

SI^4_2 – Caixa 32 – 1893 a 1900. Arquivo Público Mineiro.

SI^4_2 – Caixa 33 – 1895. Arquivo Público Mineiro.

MINAS GERAIS. Decreto nº. 260, 01 de dezembro de 1890. Livro da Lei Mineira.

___. Lei nº. 2.476, de 09 de novembro de 1878. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras_docs/viewcat.php?cid=3451>. Acesso em 15 jul. 2019.

___. Lei nº. 3.242, de 22 de outubro de 1884. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras_docs/photo.php?lid=74156>. Acesso em 16 jul. 2019.

___. Lei nº. 1.064, 04 outubro de 1860. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras_docs/photo.php?lid=66091>. Acesso em 16 jul. 2019.

___. Lei nº. 3.117, 17 outubro de 1883. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras_docs/viewcat.php?cid=4230>. Acesso em 17 jul. 2019.

___. Regulamento nº. 100, 19 jul. 1883. Disponível: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras_docs/photo.php?lid=79700>. Acesso em 16 jul. 2019.

___. Regulamento nº. 84, 21 de março de 1879. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras_docs/photo.php?lid=72014>. Acesso em 16 jul. 2019.

6.5.4 Biblioteca Antônio Torres

MINAS GERAIS. Escola Normal. **A Estrella Polar**, Diamantina, 10 abr. 1905, Ano III, número 10, p. 02.

___. Escola Normal. **A Estrella Polar**, Diamantina, 20 abr. 1903, Ano III, número 11, p. 01.

___. Equiparação do Collegio N. S. das Dores em Diamantina. **A Estrella Polar**, Diamantina, 20 set. 1905, Ano III, número 26, p. 03.

___. Secção paga – Collegio de N.S. das Dores de Diamantina. **O Jequitinhonha**, Diamantina, Ano II, número 100, p. 03, 03 mar. 1906.

___. Instrucção publica I. **O Jequitinhonha**. Diamantina, Anno I, número 24, 07 jul. 1904, p. 01.

___. Escola Normal de Diamantina. **O Jequitinhonha**. Diamantina, Ano I, número 49, p. 01.

___. Indignação. **O Jequitinhonha**, Diamantina, Ano II, número 60, p. 02.

___. Escola Normal. **O Jequitinhonha**, Diamantina, Ano II, número 60, p. 02.

___. Escola Normal. **O Jequitinhonha**, Diamantina, Ano II, número 60, p. 02.

___. Escola Normal. **O Jequitinhonha**, Diamantina, Ano II, número 70, p. 01.

___. Instrucção publica II. **O Jequitinhonha**. Diamantina, Anno I, número 26, 21 jul. 1904, p. 01.

___. Escolas Normaes. **O Jequitinhonha**. Diamantina, Ano I, número 46, 22 dez. 1904, p. 01.

___. Escola Normal de Diamantina. **O Jequitinhonha**, Diamantina, Ano I, número 50, p. 01.

___. Escola Normal de Diamantina. **O Jequitinhonha**, Diamantina, Ano I, número 50, p. 01.

___. Instrucção publica. **O Jequitinhonha**, Diamantina, Ano IX, número 49, p. 01.

___. **Escola Normal**. O Jequitinhonha, Diamantina, Ano II, número 59, p. 03.

___. Escolas Normaes. **O Municipio**, Ano VII, número 275, 12 dez. 1901, p. 02.

___. Escola Normal. **O Municipio**, Ano VIII, número 283, p. 01.

___. Instrucção Publica. **O Municipio**, Ano IV, número 186, 21 jan. 1899, p. 04.

___. O Gymnasio. **O Municipio**, Ano III, número 73, 24 jul. 1896, p. 01.

___. Instrucção publica em Minas. **O Normalista**, Ano I, n. 10, p. 01.

___. A "Opinião do Norte". **O Norte**, Ano I, número 02, 10 maio 1906, p. 02.

___. Educação I. **Sete de Setembro**, Diamantina, Ano I, número 27, 12 mar. 1887.

6.5.5 Mitra Arquidiocesana de Diamantina

MINAS GERAIS. Carta Pastoral de Dom João Antônio dos Santos, Diamantina, 08 fev. 1864.

6.5.6 Center Research Libraries

MINAS GERAIS. **Falla que o Exm. Sr. Dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio á Assemblea Legislativa Provincial de Minas Geraes na 1º sessão da 25º legislatura**, 01 ago. 1884, 1884. Ouro Preto: Typographia do Liberal Mineiro. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/171?terms=&item_id=3784#?c=4&m=87&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1607%2C-177%2C4989%2C3520>. Acesso em 09 ago. 2019.

___. **Falla que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes por occasião da installação dos trabalhos da segunda sessão da vigésima primeira legislatura dirigido o Illm. E Exm. Sr. Conselheiro João Capistrano de Bandeira Mello**, 17 de ago. 1877, 1877. Ouro Preto: Typ. de J.F. de Paula Castro, 1877. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/171?terms=&item_id=3777#?c=4&m=71&s=0&cv=0&r=0&xywh=-851%2C-116%2C3252%2C2294>. Acesso em 06 ago. 2019.

___. **Falla que á Assemblea Provincial de Minas Geraes dirigiu o Exm. Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa ao instalar-se a primeira sessão da vigésima sétima legislatura**, 1 jun. 1888, 1888. Ouro Preto: Typ. de J.F. de Paula Castro. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/171?terms=&item_id=3788#?c=4&m=95&s=0&cv=0&r=0&xywh=-917%2C-114%2C3224%2C2274>. Acesso em 09 ago. 2019.

___. **Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão ao Congresso Mineiro em sua terceira sessão ordinária da terceira legislatura**, 15 jun. 1901, 1901. Cidade de Minas: Imprensa Official de Minas Geraes. Disponível em:

<http://ddsnext.crl.edu/titles/171?terms=&item_id=3801#?c=4&m=108&s=0&cv=1&r=0&xywh=-156%2C0%2C1895%2C2850>. Acesso em 27 nov. 2020.

___. **Mensagem dirigida pelo Vice-Presidente do Estado Dr. Joaquim Candido da Costa Sena ao Congresso Mineiro em sua quarta sessão ordinária da terceira legislatura**, 15 jun. 1902, 1902. Bello Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/171?terms=&item_id=3802#?c=4&m=109&s=0&cv=1&r=0&xywh=280%2C1375%2C1030%2C1550>. Acesso 27 ago. 2020.

___. **Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Francisco Antonio de Salles ao Congresso Mineiro em 2º sessão ordinaria na 4º legislatura**, 15 jun. 1904, 1904. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/171?terms=&item_id=3804#?c=4&m=111&s=0&cv=1&r=0&xywh=159%2C10%2C1349%2C2030>. Acesso em 28 ago. 2020.

BRASIL. **Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. João Barbalho Uchôa Cavalcanti, Ministro de Estado dos Negocios Instrucção Pública, Correios e Telegraphos**, 1891. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/102?terms=1891&item_id=1712#?h=1891&c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=858%2C878%2C296%2C446. Acesso em 19 jul. 2020.

___. **Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Olegario Herculano d'Aquino e Castro passou a administração da Provincia de Minas ao 1º vice-presidente Ex. Sr. Desembargador José Antônio Alves de Brito**, 13 abr. 1885. Ouro Preto: Typographia do Liberal Mineiro, 1885. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/171?terms=&item_id=3845#?c=4&m=89&s=0&cv=2&r=0&xywh=-40%2C740%2C2091%2C3145>. Acesso em 09 ago. 2020.

___. **Relatorio que à Assemblea Legislativa Provincial de Minas Geraes apresntou no acto de abertura da sessão ordinaria de 1862, o Coronel Joaquim Camillo Teixeira da Motta, terceiro vice-presidente da mesma Provincia**, 01 ago. 1862. Ouro Preo: Tipographia Provincial. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/171?terms=&item_id=3760#?c=4&m=41&s=0&cv=0>. Acesso em 01 ago. 2019.

___. **Relatorio que à Assemblea Legislativa Provincial de Minas Geraes apresntou no acto de abertura da sessão ordinaria de 1870, o vice-presidente Dr. Agostinho José Teixeira Bretas,** 01 ago. 1870. Ouro Preto: Typographia Provincial, 1870. Disponível em: < http://ddsnext.crl.edu/titles/171?terms=&item_id=3769#?c=4&m=55&s=0&cv=0&r=0&xywh=-191%2C-174%2C2301%2C3462>. Acesso em 30 jul. 2019.

___. **Relatorio apresentado á Assemblea Legislativa da Provincia de Minas Geraes de 02 de março de 1871 na sessão extraordinaria pelo Presidente o Illm. E Exm. Sr. Doutor Antonio Luiz Affonso de Carvalho**. Ouro Preto: Typographia de J.F. de Paula Castro, 1871. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/171?terms=&item_id=3770#?c=4&m=57&s=0&cv=2&r=0&xywh=22%2C808%2C1936%2C2912>. Acesso em 30 jul. 2019.

___. **Relatorio que á Assemblea Legislatia de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1865, o Desembargador Pedro de Alcantara Cerqueira Leite, Presidente da mesma Provincia**. Ouro Preto: Typographia do Minas Geraes, 1865. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/171?terms=&item_id=3764#?c=4&m=47&s=0&cv=1&r=0&xywh=-828%2C-1%2C3207%2C3028>. Acesso em 26 jul. 2019.

___. **Relatorio que ao Illm. Exm. Sr. Conselheiro Francisco de Paula da Silveira Lobo apresentou o Illm. e Exm. Sr. Desembargador Elias Pinto de Carvalho ao entregar-lhe a administração da Provincia.** Ouro Preto: Typographia do José Egydio da Silva Campos, 1878. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/171?terms=&item_id=3837#?c=4&m=74&s=0&cv=2&r=0&xywh=-896%2C-182%2C3470%2C3276>. Acesso em: 06 ago. 2019.

___. **Relatorio que o Exm. Sr. Dr. Olegario Herculano d'Aquino e Castro passou administração da Provincia de Minas Geraes ao 1º Vice-Presidente Exm. Sr. Desembargador José Antonio Alves de Brito**. Ouro Preto: Tupographia do Liberal Mineiro, 1885. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/171?terms=&item_id=3845#?c=4&m=89&s=0&cv=2&r=0&xywh=-691%2C-1%2C3332%2C3146>. Acesso em: 09 ago. 2019.

___. **Relatorio que a' Assemblea Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto de abertura da sessão ordinária de 1863, Conselheiro João Crispiniano Soares, Presidente da mesma Provincia**. Ouro Preto: Tipographia do Minas Geraes, 1863. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/171?terms=&item_id=3762#?c=4&m=44&s=0&cv=1&r=0&xywh=-983%2C-165%2C3469%2C3275>. Acesso em: 05 ago. 2019.

___. **Falla que o Illm. Exm. Sr. Dr. Francisco Leite da Costa Belem, 2º Vice-Presidente da Provincia de Minas Geraes, dirigio a' Assemblea Legialativa Provincial no acto de abertura da 19º Legislatura em 17 de maio de 1872**. Ouro Preto, Typographia de J. F. de Paula Catro, 1872. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/171?terms=&item_id=3830#?c=0&m=60&s=0&cv=1&r=0&xywh=-36%2C1508%2C1894%2C1788>. Acesso em 30 jul. 2019.

___. **Relatorio apresentado a' Assemblea Legislativa Provincial de Minas Geraes, na abertura da 2º sessão da 22º legislatura, a 15 de outubro de 1879, pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Manoel José Soares Rabello Horta, Presidente da mesma Provincia**. Ouro Preto: Typografia da Actualidade, 1879. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/171?terms=&item_id=3779#?c=4&m=76&s=0&cv=1&r=0&xywh=-674%2C0%2C3123%2C2948. Acesso em 09 ago. 2019.

___. **Relatório apresentado a Assemblea Legislativa Provincial de Minas-Geraes na sessão ordinaria de 1869 pelo Presidente da mesma Provincia, Dr. José Maria Corrêa de Sá e Benevides.** Ouro Preto: Typographia Universal de Laemmert, 1870. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/171?terms=&item_id=3768#?c=4&m=53&s=0&cv=2&r=0&xywh=252%2C1551%2C1572%2C1484>. Acesso em 26 jul. 2019.

___. **Relatorio apresentado á Assemblea Legislativa Provincial de Minas Geraes, na occasiao de installação em 09 de setembro de 1875, pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, Presidente da mesma Provincia**. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/171?terms=&item_id=3775#?c=4&m=67&s=0&cv=2&r=0&xywh=120%2C807%2C1711%2C1616. Acesso em 06 ago. 2019.

___. **Relatorio apresentado á Assemblea Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria de 1876 pelo Presidente da mesma Provincia Barão da Villa da Barra**. Ouro Preto: Typographia de J. F. de Paula Castro. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/171?terms=&item_id=3776#?c=4&m=69&s=0&cv=2&r=0&xywh=-605%2C-1%2C3033%2C2864. Acesso em: 06 ago. 2019.

6.5.7 Fontes primárias dos levantamentos biográficos

	Nome	**Referências**
1.	Américo Diamantino Costa e França	MINAS GERAIS. Consorcios. **O Município**, Diamantina, Ano IV, número 140, 21 abr. 1897, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/851787/109>. Acesso em 02 jan. 2021. ___. Faz annos. **Pão de Santo Antônio**, Diamantina, Ano XXVII, número 11, 17 dez. 1933, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/124311/293>. Acesso em 02 jan. 2021. ___. Rectificação. **17º Districto**, Diamantina, Ano I, número 03, 07 ago. 1885, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/811947/14>. Disponível em: 02 jan. 2021.
2.	Antônio Gonçalves Chaves	MINAS GERAIS. **Revista do Archivo Publico Mineiro**, Ano I, 1896. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas-Geraes, p. 70-71. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/321389/76>. Acesso em 20 abr. 2020.
3.	Antônio Joaquim Barboza da Silva	MINAS GERAIS. Cidadãos alistados eleitores. **A Actualidade**, Ouro Preto, Ano IV, número 56, 04 jun. 1881, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/230359/2055>. Acesso em 30 mar. 2020. ___. Inspecção do ensino. **A Actualidade**, Ouro Preto, Ano IV, número 81, 16 ago. 1881, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/230359/2153>. Acesso 30 mar. 2020. ___. Promotores publicos. **A Actualidade**, Ouro Preto, Ano IV, número 51, 21 mai. 1881, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/230359/2033>. Acesso em 30 mar. 2020.
4.	Antônio Luiz Affonso de Carvalho	BAHIA. Consta que está nomeado presidente da Bahia...**Leituras Religiosas**, Bahia, Ano I, número 01, 21 abr. 1889, p. 08. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/239488/11>. Acesso em 26 jul. 2020. RIO DE JANEIRO. Actos Officiaes**. A Nação**, Rio de Janeiro, Ano IV, número 199, 16 set. 1875, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/586404/3654>. Acesso em 27 jul. 2020. ___. Bahia – Deputação provincial. **O Seculo**, Rio de Janeiro, Ano 02, número 183, 15 dez. 1849, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749567/153>. Acesso em 26 jun. 2020. ___. Ministerio da Justiça. **A Vanguarda**, Rio de Janeiro, Ano I, número 30, 20 dez. 1885, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/171948/119>. Acesso em 26 jun. 2020.

		___. Tomou posse da administração da provincia...**Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, número 81, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/369357/313>. Acesso em 27 jul. 2020.
5.	Antônio Ramalho	MINAS GERAIS. Revista do Interior – Carta da Diamantina. **Minas Geraes**, Ouro Preto, Ano II, número 77, 20 mar. 1893, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/1811>. Acesso 02 jul. 2020.
6.	Arthur Napoleão Alves Pereira	___. Cidade Diamantina. **A Ordem**, Ouro Preto, Ano I, número 30, 10 mar. 1890, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/031054/117>. Acesso em 11 jan. 2021. ___. Foi approvado com distincção e nomeado...**17º Districto**, Diamantina, Ano I, número 01, 12 jul. 1885, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/811947/5>. Acesso em 11 jan. 2021. ___. Por decreto do 1º corrente...**O Pharol**, Juiz de Fora, Ano XLVI, número 160, 08 jul. 1911, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/258822/27999>. Acesso em 11 jan. 2021. ___. Secção Franca. **O Município**, Diamantina, Ano V, número 211, 19 dez. 1899, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/851787/162>. Acesso em 11 jan. 2021. ___. União Operaria Beneficente. **O Município**, Diamantina, Ano X, número 303, 04 jan. 1903, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/851787/312>. Acesso em 11 jan. 2021.
7.	Arthur Queiroga	MINAS GERAIS. Por decreto do 1º corrente...**O Pharol**, Juiz de Fora, Ano XLVI, número 160, 08 jul. 1911, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/258822/27999>. Acesso em 10 jan. 2021. ___. Vereador. **O Município**, Diamantina Ano IV, número 256, 10 nov. 1900, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/851787/253>. Acesso em 10 jan. 2021. ___. Vida Mineira. **Diário de Minas**, Ouro Preto Ano I, número 216, 14 set. 1899, p. 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/800694/812. Acesso em 10 jan. 2021.
8.	Augustinho Ferreira Bretas	MINAS GERAIS. Algumas palavras. **Diário de Minas**, Ouro Preto, Ano I, número 76, 20 mai. 1873, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/376523/2056>. Acesso em 26 jun. 2020. ___. Chapa Constitucional. **O Constitucional**, Ouro Preto, Ano I, número 10, 25 mai. 1878, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/715026/40>. Acesso em 26 jun. 2020. ___. Deputação provincial. **O Conciliador**, Ouro Preto, Ano 03, número 293, 19 dez. 1851, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/730017/534>. Acesso em: 26 jun. 2020.

		___. Edital – O Dr. Agostinho José Ferreira Bretas...**O Caldense**, Ano 11, número 85, 10 set. 1876, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/672238/160>. Acesso em 26 jun. 2020. ___. Eleição para um senador em Minas. **Correio de Alfenas,** Alfenas**,** Ano III, número 90, 16 mar. 1884, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/817023/7>. Acesso em 26 jun. 2020. ___. Eleição senatorial. **A Província de Minas**, Ouro Preto, Ano IV, número 169, 06 set. 1883, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222747/3285>. Acesso em 26 jun. 2020. ___. Eleição senatorial. **Arauto de Minas**, São João D'El Rei, Ano VIII**,** número 03, 30 mar. 1884, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/715131/590>. Acesso em 26 jun. 2020.
9.	Barão da Villa da Barra	RIO DE JANEIRO. Barão da Villa da Barra. **Novidades**, Rio de Janeiro, Ano I, número 102, 30 jul. 1887, p.01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/830321/641>. Acesso em 26 jan. 2021.
10.	Benedicto Cordeiro de Campos Valladares	MINAS GERAIS. Anniversarios. **O Pharol**, Juiz de Fora, Ano LVIII, número 28, 10 jun. 1922, p. 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/258822/38917. Acesso em 26 out. 2020. ___. Ante-hontem, no teatro Provisorio...**O Pharol**, Juiz de Fora, Ano XXIII, número 301, 24 dez. 1889, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/258822/6342>. Acesso em 23 out. 2020. ___. Dr. Benedicto Valladares. **O Pharol**, Juiz de Fora, Ano L, número 134, 09 jun. 1915, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/258822/32950>. Acesso em 26 out. 2020. RIO DE JANEIRO. Anniversarios. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, Ano XLVII, número 131, 09 jun. 1922, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/103730_05/6356>. Acesso em 26 out. 2020. ___. Comunicados fúnebres. **A Noite**, Rio de Janeiro, Ano XXXVII, número 12.892, 07 jun. 1948, p. 10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/52913>. Acesso em 26 out. 2020. ___. Eleição de Minas. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, Ano XVIII, número 174, 23 jun. 1892, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/5999>. Acesso em 26 out. 2020. ___. Fallecimentos, **O Paiz**, Rio de Janeiro, Ano XXXIX, número 14.068, 27 abr. 1923, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_05/12946>. Acesso em 26 out. 2020. ___. Ministerio do Interior. **Gazetas de Notícias**, Rio de Janeiro, Ano XXV, número 11, 11 jan. 1899, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/19374>. Acesso em 26 out. 2020.

11.	Candido Oliveira	MINAS GERAIS. Os Mortos – Conselheiro Candido Oliveira. **O Pharol**, Juiz de Fora, Ano LIV**,** número 199, 26 ago. 1919, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/258822/38098>. Acesso em 30 jun. 2020. RIO DE JANEIRO**.** A morte do Conselheiro Candido de Oliveira. **A Noite**, Rio de Janeiro, Ano IX, número 2.765, 24 ago. 1919. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/348970_01/15558. Acesso em 30 jun. 2020. ___. Direito Civil – introducção. In: **Revista A Epoca – Revista Scientifica e Litteraria**, Rio de Janeiro, 1914, p. 20. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/183890/1066>. Acesso em 30 jun. 2020. ___. Falleceu o conselheiro Candido Oliveira. **A Razão**, Rio de Janeiro, Ano IV, número 974, 24 ago. 1914, p. 05. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/129054/7817>. Acesso em 30 jun. 2020. ___. O Conselheiro Candido de Oliveira – o seu falecimento. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, Ano 93, número 234, 24 ago. 1919, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_10/47630>. Acesso em 30 jun. 2020. ___. O ultimo ministerio da monarchia. **Careta**, Rio de Janeiro, Ano X, número 468, 09 jul. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/18096>. Acesso em 30 jun. 2020.
12.	Catão Gomes Jardim Júnior	MINAS GERAIS. Vida Mineira. **O Pharol**, Juiz de Fora, Ano XLIX, número 136, 11 jun. 1914, p. 02. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/258822/31719>. Acesso em 13 fev. 2021. MINAS GERAIS. Catão Jardim Junior. **Pão de Santo Antônio**, Diamantina, Ano XXVIII, número 26, 11 abr. 1934. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/124311/353>. Acesso em 13 fev. 2021.
13.	Conselheiro João Capistrano Bandeira de Mello	CEARÁ. Obito notavel. **Pedro II**, Fortaleza, Ano 41, número 44, 05 jun. 1881, p. 01. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/216828/11139. Acesso em 26 jan. 2021.
14.	Francisco Corrêa Rabello	MINAS GERAIS. Ao illustre cidadão…**O Estado de Minas Geraes**, Ano I, número 01, 20 nov. 1889, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/766208/2>. Acesso em 20 jun. 2020. ___. Camara Municipal da Diamantina. **A Propaganda**, Diamantina, Ano I, número 09, 06 set. 1888, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/851779/28>. Acesso em 20 jun. 2020. ___. Chronica Politica. **O Constitucional**, Ouro Preto, Ano I, número 26, 27 jul. 1878, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/715026/101>. Acesso em 20 jun. 2020. ___. Eleição Geral. **O Pharol**, Juiz de Fora, Ano XXIV, número 219, 16 set. 1890, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/258822/7242>. Acesso em 20 jun. 2020.

		___. Redator Principal – Dr. Francisco Corrêa Ferreira Rabello. **O Tambor**, Ano I, número 34, 07 ago. 1890, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/851809/5>. Acesso em 20 jun. 2020. ___. Registro da cidade. **A Ordem,** Ouro Preto, Ano I, número 09, 24 dez. 1889, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/031054/33>. Acesso 20 jun. 2020.
15.	Francisco de Paula Silveira Lobo	MINAS GERAIS. Clama, ne cesses, itaque clama. **A Província de Minas**, Ano VI, número 274, 13 ago. 1885, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222747/355>. Acesso em 10 jul. 2020. ___. Senador Silveira Lobo. **O Rio Doce**, Ponte Nova, Ano I, número 17, 02 mai. 1886, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/813796/10>. Acesso em 10 jul. 2020. RIO DE JANEIRO. Conselheiro Francisco de Paula Silveira Lobo. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, Ano 64, número 116, 26 e 27 abr. 1886, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_07/15136>. Acesso em 10 jul. 2020. ___. Por telegrama recebido hontem. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, Ano XII, número 117, 27 abr. 1886, p. 01. Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/103730_02/10209>. Acesso em 10 jul. 2020.
16.	Innocencio Augusto de Campos	MINAS GERAIS. Communico a v.s. que no dia 1º do corrente...**Diário de Minas**. Ouro Preto, Ano 1, número 52, 31 jul. 1866, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/376523/206>. Acesso em 03 jul. 2020. ___. Innocencio Augusto de Campos, professor…**Diário de Minas**. Ouro Preto, Ano II, número 367, 26 nov. 1867, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/376523/1448>. Acesso em 03 jul. 2020. ___. Instrucção publica. **Diário de Minas**, Ouro Preto, Ano II, número 373, 07 dez. 1874, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/376523/3245>. Acesso em 03 jul. 2020. ___. Instrucção publica. **A Província de Minas**. Ouro Preto, Ano VI, número 286, 29 out. 1885, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222747/401>. Acesso em 03 jul. 2020. ___. Innocencio Campos. **A Província de Minas.** Ouro Preto, Ano VIII, número 419, 03 abr. 1887, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222747/938>. Acesso em 03 jul. 2020. ___. Instrucção publica. **A Província de Minas**, Ouro Preto, Ano VI**,** número 319, 15 abr. 1886, p. 01. Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/222747b/533>. Acesso 03 jul. 2020.

		___. Partida. **O Monitor do Norte**, Diamantina, Ano II, número 18, 16 abr. 1876, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/828394/199>. Acesso em 03 jul. 2020.
17.	João Florentino Meira de Vasconcellos	RIO DE JANEIRO. **Revista da Sociedade de Gographia da Sociedade do Rio de Janeiro**, Tomo XXXII, 1928, p. 88. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/181897/4998>. Acesso em 24 mar. 2020. ___. Necrologia**. O Tempo**, Ano II, número 290, 12 mar. 1892, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/218731/1150>. Acesso em 24 mar. 2020. ___. Congresso Nacional. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Ano III, número 159, 08 jun. 1893, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_01/3167>. Acesso em 24 mar. 2020.
18.	João Nepomuceno Kubistchek	MINAS GERAIS. 2º Secção. **A União**, Ouro Preto, Ano I, número 22, 12 nov. 1886, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/714640x/65>. Acesso em 20 jun. 2020. ___. Congresso Mineiro. **Gazeta do Leste**, Leopoldina, Ano I, número 17, 21 jan. 1891, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/815675/41>. Acesso em 21 jun. 2020. ___. João Nepomuceno Kubistchek. **A Estrela Polar**, Diamantina, Ano XLIX, número 50, 25 nov. 1951, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/W00003/597>. Acesso em 21 jun. 2020. ___. O que se deduz d'este documento... **A Província de Minas**, Ouro Preto, Ano VI, número 281, 07 out. 1885, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222747/383>. Acesso em 20 jun. 2020. ___. **Revista do Archivo Publico Mineiro**, Ano I, 1896. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas-Geraes, p. 92 e 95. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/321389/95> Acesso em 20 abr. 2020.
19.	João Pedro Moretzsohn	MINAS GERAIS. A' memoria do Dr. João Pedro Moretzsohn. **A Província de Minas**, Ouro Preto, Ano III, número 154, 24 mai. 1883, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222747/3224>. Acesso em 02 ago. 2020.
20.	Joaquim Camillo Teixeira Motta	MINAS GERAIS. **Revista do Archivo Publico Mineiro**, Ano I, 1896. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas-Geraes, p. 69. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/321389/69>. Acesso em 08 jul. 2020.
21.	Joaquim José Pedro Lessa	MINAS GERAIS. Actos do Governo do Estado. **Minas Geraes**, Ouro Preto, Ano II, número 85, 29 mar. 1893, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/1850>. Acesso em 21 jun. 2020. MINAS GERAIS. Congratulação. **O Estado de Minas**, Ouro Preto, Ano VIII, número 485, 16 mai. 1897, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/305367/1070>. Acesso em 20 jun. 2020.

		___. Escola Normal de Diamantina. **Minas Geraes**, Ouro Preto, Ano I, número 107, 09 ago. 1892, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/693>. Acesso em 21 jun. 2020. ___. Externato de Diamantina. **A Província de Minas**, Ouro Preto, Ano IV, número 281, 07 out. 1885, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222747x/381>. Acesso em 21 jun. 2020. ___. Foi no dia 7 muito felicitada…**O Município**, Diamantina, Ano VI, número 240, 01 dez. 1900, p. 03, Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/851787/241>. Acesso em 21 jun. 2020. ___. Hóspede. **O Serro**, Serro, Ano IV, número 153, 06 mai. 1894, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/849898/405>. Acesso em 20 jun. 2020. ___. Instrucção Publica. **Liberal Mineiro**, Ouro Preto, Ano VIII, número 82, 14 jul. 1885, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/248240/2432>. Acesso 21 jun. 2020. ___. Por decreto do 23 corrente...**O Pharol**, Juiz de Fora, Ano XLI, número 306, 25 dez. 1906, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/258822/21874>. Acesso em 21 jun. 2020. ___. Secretaria do Governo Municipal. **O Município**, Diamantina, Ano V, número 200, 05 jun. 1899, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/851787/147>. Acesso em 21 jun. 2020.
22.	José da Cunha Valle Laport	MINAS GERAIS. A Metropole do Norte. **O Pão de Santo Antônio**, Diamantina, Ano XXVIII, número 42, 23 jul. 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/124311/237>. Acesso em 12 out. 2020. ___. A Metropole do Norte. **Pão de Santo Antônio**, Diamantina, Ano XXVII, número 43, jul. 1933, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/124311/214>. Acesso em 02 jul. 2020. ___. Da origem do Sr. Director da Escola Normal desta cidade...**O Município**, Diamantina, Ano III, número 117, 19 jun. 1897, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/851787/102>. Acesso em 02 jul. 2020. ___. Foi declarado sem effeito...**O Município**, Diamantina, Ano X, número 304, 17 jul. 1903, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/851787/317>. Acesso em 02 jul. 2020. ___. Foi tambem acceita a opção que pela cadeira de desenho e calligraphia... **Minas Geraes**. Ano I, número 77, 10 jul. 1892, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/1886>. Acesso em 02 jul. 2020.

		___. Governo Provincial. **A Actualidade**, Ouro Preto, Ano III, número 39, 08 abr. 1880, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/230359/1339>. Acesso em 02 jul. 2020. ___. Obito. **17º Districto**, Diamantina, Ano I, número 22, 18 mar. 1886, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/811947/93>. Acesso em 02 jul. 2020. ___. Os Enteados. **Pão de Santo Antônio**, Diamantina, Ano XXXIX, número 44, 28 jul. 1935, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/124311/590>. Acesso em 02 jul. 2020. ___. Os Enteados. **Pão de Santo Antônio**, Diamantina, Ano XXX, número 08, 27 nov. 1935, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/124311/652>. Acesso em 02 jul. 2020. ___. Revista do Interior – Carta da Diamantina. **Minas Geraes**, Ouro Preto, Ano II, número 77, 20 mar. 1893, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/1811>. Acesso 02 jul. 2020.
23.	José Ferreira Brant Junior	MINAS GERAIS. Expediente. **Propaganda**, Diamantina, Ano I, número 02, 26 jun. 1888, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/851779/7>. Acesso em 15 jan. 2021. ___. Instrucção publica. **A União**, Ouro Preto, Ano II, número 110, 12 out. 1887, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/714640x/443>. Acesso 15 jan. 2021. ___. Lista dos conservadores nomeados para esta cidade... **17º Districto**, Diamantina, Ano I, número 15, 13 dez. 1885, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/811947/66>. Acesso em 15 jan. 2021. ___. Redactor. **A Mocidade**, Diamantina, Ano I, número 18, 24 set. 1878, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/816760/5>. Acesso em 15 jan. 2021.
24.	José Maria Corrêa de Sá e Benevides	HARING, Carlos Guilherme. **Almanak administrativo, mercantil e industrial da Corte e Provincia do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1860, p. 114. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394x/15030>. Acesso em 26 jul. 2020. HARING, Carlos Guilherme. **Almanak administrativo, mercantil e industrial da Corte e Provincia do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1862, p. 105. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394x/18321>. Acesso em 26 jul. 2020.

		HARING, Carlos Guilherme. **Almanak administrativo, mercantil e industrial da Corte e Provincia do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1867, p. 64. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394x/26043>. Acesso em 26 jul. 2020. HARING, Carlos Guilherme. **Almanak administrativo, mercantil e industrial da Corte e Provincia do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1870, p. 68. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394x/30607>. Acesso em 26 jul. 2020. RIO DE JANEIRO. O Sr. Dr. João Mendes de Almeida e os catholicos. **O Apostolo**, Ano XVI, número 119, 21 out. 1881, p. 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/343951/7477. Acesso em 26 jul. 2020. RIO DE JANEIRO. Os mortos. **O Fluminense**. Rio de Janeiro, Ano XXIV, número 4.528, 14 abr. 1901, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/1589>. Acesso em 26 jul. 2020.
25.	Juscelino da Fonseca Ribeiro Junior	MINAS GERAIS. Passou-se no dia 1º o anniversario... **O Município**, Diamantina, Ano VI, número 241, 01 dez. 1900, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/851787/240>. Acesso em 25 jan. 2021.
26.	Leônidas Marcondes de Toledo Lessa	MINAS GERAIS. Falleceu em Barra Mansa... **O Pharol**, Juiz de Fora, Ano XXVII, número 138, 14 jun. 1893, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/258822/10588>. Acesso em 31 jul. 2020. ___. Instrucção publica. **Monitor do Norte**, Diamantina, Ano II, número 03, 02 jan. 1876, p. 01. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/828394/155. Acesso em 31 jul. 2020.
27.	Luiz Eugenio Horta Barbosa	MINAS GERAIS. Fallecimentos. **Jornal de Queluz**, Queluz, Ano 02, número 60, 07 mai. 1927, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/761753/161>. Acesso em 15 jan. 2021. ___. Instrucção publica. **O Pharol**, Juiz de Fora, Ano XI, número 45, 13 jul. 1877, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/258822/97>. Acesso em 15 jan. 2021. ___. O advogado. **O Pharol**, Juiz de Fora, Ano XVII, número 59, 26 mai. 1883, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/258822/1533>. Acesso em 15 jan. 2021.
28.	Maia Salvelina Alves Pereira	MINAS GERAIS. Noticias vindas da cidade de Arassuahy...**O Município**, Diamantina, Ano III, número 77, 10 jan. 1896, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/851787/26>. Acesso 30 jan. 2021.
29.	Ovídio João Paulo de Andrade	MINAS GERAIS. **Revista do Archivo Publico Mineiro**, Ano I, 1896. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas-Geraes, p. 77-80. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/321389/83>. Acesso em 20 abr. 2020.
30.	Pe. João Pio	MINAS GERAIS. Em 1923, quando aqui lhe foi oferecido um jantar intimo…**O Belo Vale**, Belo Vale, Ano I, número 05, 25 dez. 1932, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/873020/11>. Acesso em 15 dez. 2020.

		___. Em Congonhas do Campo, onde residia ha mais de 20 annos...**O Lar Catholico**, Juiz de Fora, Ano XXI, número 02, 08 jan. 1933, p. 15. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/843822/3414>. Acesso em 15 dez. 2020. ___. Enfermos. **Correio da Semana**, Queluz de Minas, Ano XI, número 499, 17 nov. 1924, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/829790/648>. Acesso em 15 dez. 2020. ___. Gymnasio Mineiro. **A Cidade do Turvo**, Cidade do Turvo, Ano III, número 19, 04 set. 1892, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217891/441>. Acesso em 15 dez. 2020. ___. Gymnasio Mineiro. **O Jornal de Minas**, Ouro Preto, Ano XIV, número 16, 22 jan. 1892, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/767093/474>. Acesso em 15 dez. 2020. ___. P.R.M. **O Mar de Hespanha**, Mar de Hespanha, Ano X, número 393, 28 mar. 1920, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/848999/1>. Acesso em 15 dez. 2020. ___. Sociaes. **O Tempo**, Queluz de Minas, Ano II, número 65, 08 mai. 1929, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/847895/206>. Acesso 15 dez. 2020.
31.	Pedro Vicente de Azevedo	SÃO PAULO. Necrologia. **Correio Paulistano**, São Paulo, número 17.582, 06 jul. 1912, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_06/25474>. Acesso em 26 jul. 2020.
32.	Realina de Souza	MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. **Minas Geraes**, Ouro Preto, Ano II, número 243, 09 set. 1893, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/2903>. Acesso em 27 jan. 2021. ___. Secretaria do Interior. **Minas Geraes**, Ouro Preto, Ano III, número 233, 30 ago. 1894, p. 01. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/291536/5036>. Acesso em 27 jan. 2021.
33.	Roberto Alves Ferreira Tayoba Junior	MINAS GERAIS. Candidatos pelo 6º districto da provincia para eleição de deputado provinciais. **Monitor do Norte**, Ano I, número 51, 26 nov. 1875, p. 04. Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/828394/142>. Acesso 13 ago. 2020. ___. Por esta secretaria se faz publico.... **Liberal Mineiro**, Ano VII, número 137, 12 ou. 1884, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/248240/1922>. Acesso em 13 ago. 2020.
34.	Sebastião Corrêa Rabello	MINAS GERAIS. Curadoria Geral. **Monitor do Norte**, Diamantina, Ano I, número 23, 16 mai. 1875, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/828394/64>. Acesso em 20 jun. 2020. ___. Memorias d'um Estudante. **Pão de Santo Antônio**, Diamantina, Ano XXVIII, número 02, 15 out. 1933, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/124311/260>. Acesso em 20 jun. 2020.

35.	Theodomiro Alves Pereira	MINAS GERAIS. – Em vistas das provas dos exames que foram submettidos...**A Actualidade**, Ouro Preto, Ano I, número 16, 27 abr. 1878, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/230359/62>. Acesso em 19 mar. 2020. ___. A chapa liberal. **A Actualidade**, Ouro Preto, Ano I, número 57, 12 ago. 1878, p.02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/230359/218>. Acesso em 21 mar. 2020. ___. Adhesão. **O Guarany**, Diamantina, Ano I, número 05, 31 mar. 1878, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/814857/1>. Acesso em 19 mar. 2020. ___. Atalaia do Norte. **Monitor do Norte**, Diamantina, Ano I, número 19, 18 abr. 1875, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/828394/55>. Acesso em 20 mar. 2020. ___. Bibliotheca diamantinense. **Monitor do Norte**, Diamantina, Ano I, número 07, 24 jan. 1875, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/828394/14>. Acesso em 20 mar. 2020. ___. Candidatura. **O Constitucional**, Ouro Preto, Ano I, número 09, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/715026/35>. Acesso em 20 mar. 2020. ___. Chapa catholica. **O Pharol**, Juiz de Fora, Ano XXV, número 09, 10 jan. 1891, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/258822/7633>. Acesso em 20 mar. 2020. ___. Chapa inteiramente democrática para vereadores da Diamantina. **O Jequitinhonha**, Ano XI, número 147, 25 ago. 1872, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/819379/819>. Acesso em 19 mar. 2020. ___. Congresso Mineiro. **Minas Geraes**, Ouro Preto, Ano I, número 26, 19 mai. 1892, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/031054/331>. Acesso em 20 mar. 2020. ___. Congresso Mineiro. **O Contemporâneo**, Sabará, Ano II, número 64, 21 dez. 1890 p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/225509x/49>. Acesso 20 mar. 2020. ___. Da Diamantina. **A União**, Ouro Preto, Ano I, número 86, 09 jul. 1887, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/714640x/329>. Acesso em 20 mar. 2020. ___. Eleição. **O Pharol**, Juiz de Fora, XXVI, número 214, 10 ago. 1892, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/258822/9546>. Acesso 19 mar. 2020.

___. Eleições. **Diário da Manhã**, Juiz de Fora, Ano I, número 17, 17 mar. 1891, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/851191/66>. Acesso em 19 mar. 2020.

___. Escola Normal de Diamantina. **O Estado de Minas Geraes**, Ano III, número 291, 16 mar. 1892, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/305367/499>. Acesso em 21 mar. 2020.

___. Estrela do Oriente 2. **Monitor do Norte**, Diamantina, Ano I, número 49, 14 nov. 1875, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/828394/136>. Acesso em 20 mar. 2020.

___. Instrucção publica. **A União**, Ouro Preto, Ano I, número 87, 27 jun. 1887, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/714640x/314>. Acesso 19 mar. 2020.

___. O Estado de Minas Geraes. **O Contemporâneo**, Sabará, Ano IV, número 49, 24 nov. 1893, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/225509x/242>. Acesso em 19 mar. 2020.

___. O norte de Minas. **A Ordem**, Ouro Preto, Ano II, número 83, 06 nov. 1890, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/031054/331>. Acesso em 19 mar. 2020.

___. O Norte de Minas. **O Jornal de Minas**, Ouro Preto, Ano XVII**,** número 264, 04 dez. 1890, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/767093/336>. Acesso em 20 mar. 2020.

___. **O Pharol**, Juiz de Fora, Ano XXVI, número 80, 22 mar. 1892, p. 02.
___. Para deputado. **A Itabira**, Itabira, Ano II, número 53, 03 nov. 1894, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/872717/205>. Acesso em 18 mar. 2020.

___. Para deputados. **O Tambor**, Diamantina, Ano I, número 31, 13 jul. 1890, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/851809/4>. Acesso em 18 mar. 2020.

___. Para o Exm. Presidente da Redação ler. **O Jequitinhonha**, Ano VIII, número 36, 02 mai. 1869, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/233870/66>. Acesso em 20 mar. 2020.

___. Para Senadores. **O Jornal de Minas**, Ouro Preto, Ano XVI, número 10, 14 jan. 1891, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/767093/450>. Acesso em 19 mar. 2020.

		___. Professores publicos. **Revista do Ensino**, Ouro Preto, Ano I, número 13, 10 jul. 1887, p. 10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/813885/122>. Acesso em 19 mar. 2020. ___. **Revista do Archivo Publico Mineiro**, Ano I, 1896. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas-Geraes, p. 70-71; p. 80. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/321389/76>. Acesso em 20 abr. 2020. ___. Secretaria do Interior. **Minas Geraes**, Ouro Preto, Ano IV, número 39, 10 fev. 1895, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/6071>. Acesso em 20 mar. 2020. ___. Senado. **Minas Geraes**, Ouro Preto, Ano II, número 107, 20 abr. 1893, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/1942>. Acesso em 20 mar. 2020. ___**.** Senatorial. **O Echo da Matta**, Peçanha, Ano I, número 21, 13 mai. 1892, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/224537/95>. Acesso em 19 mar. 2020. ___. Theatro de Santa Isabel. **O Jequitinhonha**, Ano VIII, número 22, 22 mai. 1878, p. 03, 10 jan. 1869. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/233870/11>. Acesso 19 mar. 2020. ___. Theatro Santa Isabel. **Monitor do Norte**, Diamantina, Ano I, número 38, 29 ago. 1875, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/828394/103>. Acesso em 19 mar. 2020.
36.	Thomaz Brandão	MINAS GERAIS. Advogado. **O Pharol**, Ano XXVI, número 122, 07 mai. 1892, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/258822/9194>. Acesso em 11 nov. 2020. ___. Collegio Abilio. **O Pharol**, Juiz de Fora, Ano XVI, número 106, 05 set. 1882, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/258822/1162>. Acesso em 11 nov. 2020. ___. Collegio Mineiro de Ouro Preto. **A Província de Minas**, Ano VIII, número 526, 12 mai. 1888 p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222747/1368>. Acesso em 11 nov. 2020. ___. Corpo de redacção. **Revista do Ensino**, Ouro Preto, Ano I, número 07, 06 jan. 1887, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/813885/51>. Acesso 11 nov. 2020. ___. Educação secundaria. **A Actualidade**, Ouro Preto, Ano I número 83, 13 set. 1878, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/230359/323>. Acesso em 11 nov. 2020.

		___. Eleição dos mesarios que teem de servir á gloriosa Senhora Sant'Anna...**A Actualidade,** Ouro Preto, Ano III, número 82, 21 ago. 1880, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/230359/1513>. Acesso 11 nov. 2020. ___. Eleição Geral. **O Pharol,** Juiz de Fora, Ano XXIV, número 219, 16 set. 1890, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/258822/7242>. Acesso em 11 nov. 2020. ___. Ensino Particular. **A Actualidade**, Ouro Preto, Ano I, número 09, 06 abr. 1878, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/230359/36>. Acesso em 11 nov. 2020. ___. Entre collegas. **A Província de Minas**, Ano VI, número 319, 15 abr. 1886, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222747/533>. Acesso em 11 nov. 2020. ___. Foram nomeados lentes cathedraticos...**O Estado de Minas Geraes**, Ano VII, número 444, 29 fev. 1896, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/305367/906>. Acesso em 11 nov. 2020. ___. Grammatica Infantil. **A União**, Ouro Preto, Ano VII, número 263, 06 abr. 1889, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/714640x/1071>. Acesso em 11 nov. 2020. ___. No dia 1º proximo mez... **O Pharol**, Juiz de Fora, Ano XXII, número 297, 25 dez. 1888, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/258822/6062>. Acesso em 11 nov. 2020. ___. O bacharel Thomaz Brandão. **A União**, Ouro Preto, Ano III, número 220, 07 nov. 1888, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/714640x/897>. Acesso em 11 nov. 2020. ___. O que queremos, da redacção...**Revista do Ensino**, Ouro Preto, Ano I, número 09, 28 fev. 1887, p. 09. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/813885/85>. Acesso 11 nov. 2020. ___. Resultado da eleição que se procedeu a 15 corrente. **O Município**, Diamantina, Ano III, número 92, 21 nov. 1896, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/851787/56>. Acesso 11 nov. 2020. ___. Syntaxe e construção da Lingua Portugueza. **A Actualidade**, Ouro Preto, Ano II, número 169, 07 jul. 1891, p. 04. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/305367/12. Acesso em 11 nov. 2020.
37.	Tibúrcio Alves Pereira	MINAS GERAIS. Adjunto de promotor. **A Província de Minas**, Ouro Preto, Ano VII, número 431, 11 jun. 1887, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222747x/985>. Acesso em 01 jul. 2020.

___. Adjunto de promotor. **A Província de Minas**, Ouro Preto, Ano VIII, número 462, 01 set. 1887, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222747x/1110>. Acesso em 01 jul. 2020.

___. Comarca de Diamantina. **A Província de Minas**, Ouro Preto, Ano IX, número 565, 10 jan. 1889, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222747/1522>. Acesso em 01 jul. 2020.

___. Eleições. **O Echo da Matta**, Peçanha, Ano I, número 16, 20 fev. 1892, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/224537/69>. Acesso em 29 mar. 2020.

___. Municípios. **O Pharol**, Juiz de Fora, Ano XL, número 63, 14 mar. 1906, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/258822/20891>. Acesso em 01 jul. 2020.

___. Municípios. **O Pharol**, Juiz de Fora, Ano XXXIX, número 37, 12 fev. 1905, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/258822/19528>. Acesso em 01 jul. 2020.

___. Transmittiram-se...**Minas Geraes**, Cidade de Minas, Ano VII, número 247, 24 out. 1898, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/15358>. Acesso em 29 mar. 2020.

6.6 FONTES SECUNDÁRIAS

ACADEMIA DE MEDICINA DE SÃO PAULO. Cadeira nº. 13 – Patrono Mathias de Vilheno Valadão. Disponível em: <https://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/94/BIOGRAFIA-MATHIAS-DE-VILHENA-VALLADAO.pdf>. Acesso em 23 dez. 2020.

ACADEMIA SERRANA DE LETRAS. Perfil dos Patronos – João Nepomuceno Kubistchek. Disponível em: <http://academiaserranadeletras.com.br/images/Perfil_Patronos/Joao_Nepomuceno_Kubitscheck.pdf>. Acesso em 20 jun. 2020.

Almanach da Revista do Exercito Brasileiro para o anno 1883. Rio de Janeiro: Typographia de Augusto dos Santos, 1883, p. 39. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706280/37>. Acesso em 27 jun. 2020.

ALMANACH DO MUNICIPIO DE BARBACENA, 1898. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/828670/9>. Acesso em 20 jun. 2020.

Almanach do Municipio: 1889. Minas: Typographia do Municipio S. José de Além Parahyba, 1889, p. 107. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/823600/107>. Acesso em 29 mar. 2020.

ANDRADE, Paulo René de. Diamantina 1900 e.... quadras sobre "quadras" que não voltam mais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.

Annuario de Minas Geraes: Chrografia do Estado, História, Estatistica, Variedades, Letras, Biographia. Belo Horizonte, Ano I, 1906, p. 488. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/212679/489>. Acesso em 11 jan. 2021.

Annuario de Minas Geraes: Chrographia do Estado, História, Estatistica, Variedades, Letras, Biographia, Ano IV, 1911. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas, 1911.

Annuário de Minas Geraes: Crorographia do Estado, Historia, Estatistica, Variedades, Letras, Bibliographia, Ano V, 1913. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/212679/1034>. Acesso em 20 abr. 2020.

Annuario de Minas Geraes: Chronologia mineira, Calendario do Anno, Governo Civil e Ecclesiastico do Estado, Institutos de Ensino Normal, Secundario e Superior, Diversas notas e informações estatísticas, economicas e demografias. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1918.

ARNO, Ciro. **Memórias dum estudante**, 1906.

Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Inventário do arquivo pessoal de Nelson Coelho de Senna, 2000.

ATLAS DO IMPERIO DO BRASIL. **Comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judiciarias – Dedicado a Sua Magestade o**

Imperador o Senhor D. Pedro II, destinado á Instrucção Publica do Imperio com especialidade á dos Alumnos do Imperial Collegio de Pedro II. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179473>. Acesso em 29 abr. 2017.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco. **Dicionário de Política – Vol. 01.** Trad. Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cocais e Renzo Dini. 11º Ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL, Ministério Da Educação. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. **Projeto Pedagógico Bacharelado em Humanidades**, 2008. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/cursos/bhu/projeto-pedago-menubhu-753/doc_view/73-.html>. Acesso em 16 jul. 2019.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FIGUEIREDO,%20Oliveira.pdf>. Acesso em 12 fev. 2021.

___. **Francisco Corrêa Rabello**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/RABELO,%20Francisco%20Correia%20Ferreira.pdf>. Acesso em 20 jun. 2020.

___. **Henrique Diniz**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DINIZ,%20Henrique.pdf>. Acesso em 20 fev. 2021.

___. **Juscelino Kubistchek de Oliveira**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/juscelino_kubitschek>. Acesso em 20 jun. 2020.

_____. **Wenceslau Braz Pereira Gomes**. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/venceslau-bras-pereira-gomes. Acesso 15 fev. 2021

____. **Oliveira Figueiredo**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FIGUEIREDO,%20Oliveira.pdf>. Acesso em 13 dez. 2020.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil. [on-line]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>.

COUTO, Soter. **Vultos e fatos de Diamantina**. Belo Horizonte, 1954.

Diccionário Biogaphico Brazileiro. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>.

Dicionário Biográfico de Minas Gerais – Período Republicano 1889/1991, vol. 01. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994. Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/128. Acesso em 17 fev. 2021.

Dicionário Biográfico de Minas Gerais – Período Republicano 1889/1991, vol. 02. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994. Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/128. Acesso em 17 fev. 2021.

Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ**.** Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/abreufranbon.htm#dados>. Acesso em 26 jan. 2021.

Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil, 1832 – 1930. [On-line]. <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/index.php>.

Dicionário Houssais. São Paulo: Objetiva, 2009.

Enciclopedia Filosofica. Itália: EDIPEN, 1982.

GOVERNO DE MINAS GERAIS. **Delfim Moreira da Costa Ribeiro**. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/governador/delfim-moreira-da-costa-ribeiro>. Acesso em 15 fev. 2021.

LAEMMERT, Eduardo von. **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro e indicador para 1879**. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1879, p. 229. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394x/46854>. Acesso em 26 out. 2020.

____. **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro e indicador para 1880**. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1880, p. 177. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394x/48795>. Acesso em 26 out. 2020.

____. **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro e indicador para 1881**. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1881, p. 81. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394x/49675>. Acesso em 26 out. 2021.

___. **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro e indicador para 1882**. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1882, p. 1820. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/313394x/52913>. Acesso em 26 out. 2021.

___. **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro para 1893**. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1893. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394/5062>. Acesso em 26 out. 2020.

___. **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro e indicador para 1895**. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1895. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394/10669>. Acesso em 26 out. 2020.

___. **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro e indicador para 1900**. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1900, p. 255-256. Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394/18410>. Acesso em 26 out. 2020.

___. **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro e indicador para 1900**. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1904, p. 852. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394/25208>. Acesso em 26 out. 2020.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. **Arraial do Tijuco – Cidade de Diamantina.** São Paulo: EDUSP, 1980.

MASSON, Camillo de Lellis. **Almanak administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o anno de 1885 – Primeiro anno**. Bahia: Typographia de Camillo de Lellis Masson & C, 1854, p. 39. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/706825/76>. Acesso em 27 jul. 2020.

MORLEY, Helena. **Minha vida de menina.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2018.

MÚSICA BRASILIS. José Joaquim Lobo de Mesquita. Disponível em: <https://musicabrasilis.org.br/compositores/jose-joaquim-emerico-lobo-de-mesquita>. Acesso em 12 jan. 2021.

NÚCLEO DE PESQUISA CIÊNCIA PERFORMACE MUSÍCA – FFCRP/USP. José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita. Disponível em: <https://sites.ffclrp.usp.br/napcipem/emerico.html>. Acesso em 12 jan. 2021.

PECCI, Gioacchino. Igreja Católica. Documentos de Leão XIII (1878-1903). Trad. Honório Dalbosco e Lourenço Costa. São Paulo: Paulus, 2005.

RABELLO, Edésia Corrêa. **Lá em casa era assim....** Belo Horizonte: Edição Siderosiana, 1964.

Recenseamento do Brazil em 1872– Minas Gerais (Segunda Parte). Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, 1874, vol. 8. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em 18 nov. 2018.

ROCHA, José Joaquim da. **Mapa da capitania de Minas Geraes: com a deviza de suas comarcas**. [Cartográfico]. 1778. Acervo da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/21198>. Acesso em 20 mar. 2020.

SAINT-HILARE, August. **Viagens pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1941. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or311664/or311664.pdf>. Acesso em 18 jul. 2018.

SANTOS, Joaquim Felício. Memórias do Distrito Diamantino. Petrópolis: Vozes, 1978.

SENADO. **Senador: Cândido Luiz Maria de Oliveira.** Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1534>. Acesso em 30 jun. 2020.

SILVEIRA, Victor (Org). **Minas Gerais em 1925**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

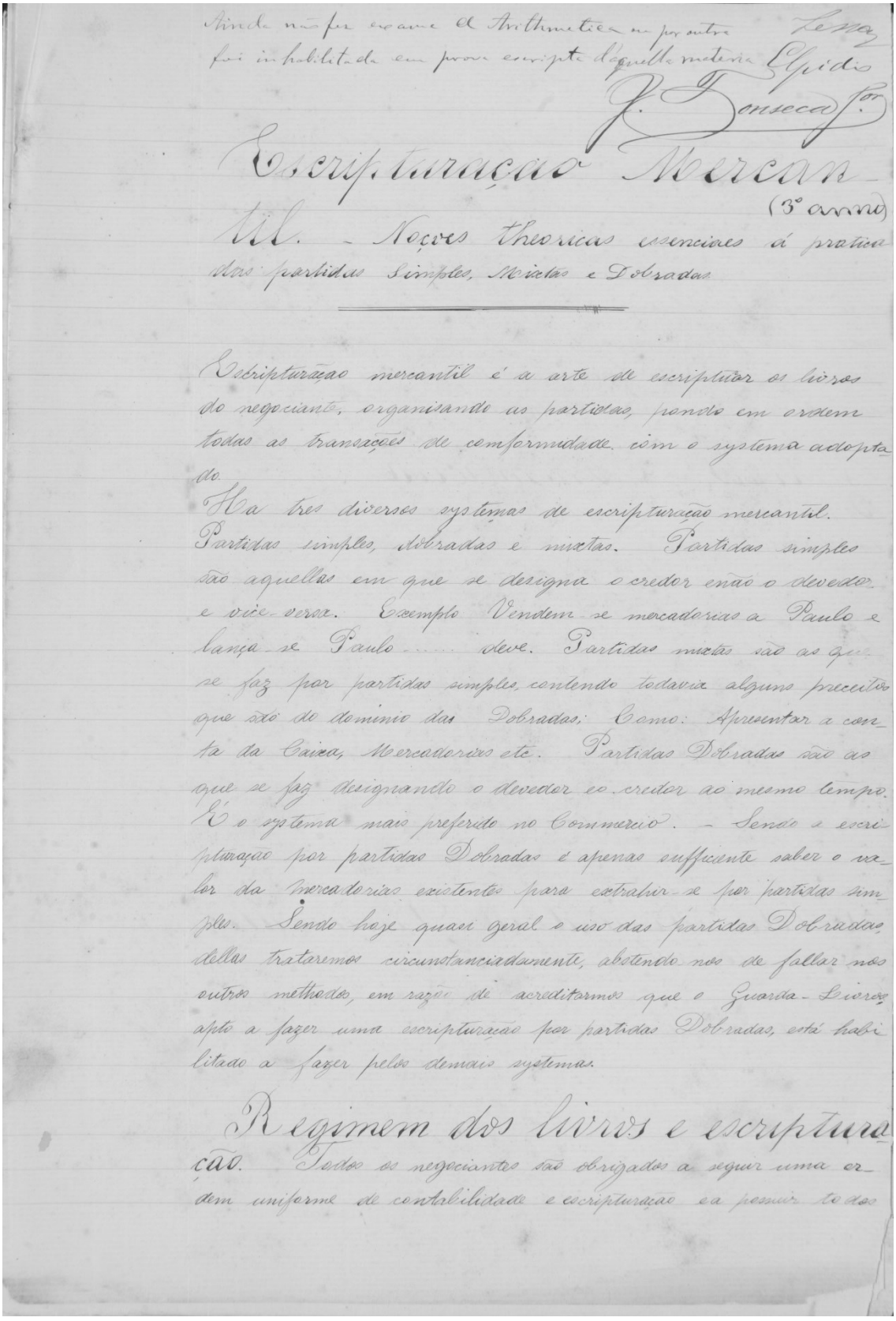
SOARES, Moacir Bretas. **Dicionário de legislação de ensino**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. **Almanach Sul-Mineiro para 1874**. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874, p. 450. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/213462/449>. Acesso em 19 mar. 2020.

7. ANEXOS

7.1 Anexo 01



Ainda não fez exame de Arithmetica ou por outra foi inhabilitada em prova escripta d'aquella materia

Lessa
Elpidio
J. Fonseca Jor.

Escripturação Mercantil. (3º anno) – Noções theoricas essenciaes á pratica das partidas Simples, Mixtas e Dobradas.

Escripturação mercantil é a arte de escriptuar os livros do negociante, organisando as partidas, pondo em ordem todas as transações de comformidade com o systema adoptado.

Ha tres diversos systemas de escripturação mercantil. Partidas simples, dobradas e mixtas. Partidas simples são aquellas em que se designa o credor então o devedor e vice-versa. Exemplo Vendem-se mercadorias a Paulo e lança-se Paulo ..... deve. Partidas mixtas são as que se faz por partidas simples, contendo todavia alguns preceitos que são do dominio das Dobradas; Como: Apresentar a conta da Caixa, Mercadorias etc. Partidas Dobradas são as que se faz designando o devedor e o credor ao mesmo tempo. É o systema mais preferido no Commercio. – Sendo a escripturação por partidas Dobradas é apenas sufficiente saber o valor da mercadorias existentes para extrahir-se por partidas simples. Sendo hoje quasi geral o uso das partidas Dobradas, dellas trataremos circunstanciadamente, abstendo-nos de fallar nos outros methodos, em razão de acreditarmos que o Guarda-Livros apto a fazer uma escripturação por partidas Dobradas, está habilitado a fazer pelos demais systemas.

Regimem dos livros e escripturação. Todos os negociantes são obrigados a seguir uma ordem uniforme de contabilidade e escripturação e a possuir todos

todos os livros necessarios para este fim, assim como a registrar dentro do praso de 15 dias no Registro da Junta Commercial todos os documentos que para tal fim são determinados pelo Codigo Commercial. Hypotheca, contractos commerciaes sociaes, escriptura de dissolução de sociedade, transferencias de estabelecimentos etc. São geralmente obrigados a conservar em bôa guarda a escripturação e mais papeis, enquanto não prescreverem as acções que lhe possam ser relativas, e formarão annualmente um balanço geral ou inventario do seu activo e passivo.

Livros Commerciaes.

Os principaes livros que o negociante deve possuir, isto é, os que são determinados por lei, são: Diario e Copiador, ambos encadernados e numerados, sellados e rubricados pela Junta Commercial, onde não o haja pela auctoridade competente. Alem destes ha outros que são auxiliares da escripturação e não determinados por lei. Estes são os seguintes: Borrão ou Costanilha, Borrador, Razão, Caixa, Entradas, Sahidas, Facturas, Registro de letras e obrigações a receber, Registro de letras e obrigações a pagar, e outros que o negociante ou Guarda-Livros elabora para facilitar e melhorar o serviço do escriptorio.

Escola Normal de Diamantina
23 de Novembro.

Anna Castorina Jorge.

Transcrição do documento

Escripturação Mercantil – noções theoricas essenciaes á pratica das partidas simples, mixtas e dobradas

Escripturação mercantil é a arte de escripturar os livros do negociante, organisando as partidas, pondo em ordem todas as transações de comformidade com o systema.

Há tres diversos systemas de escripturação mercantil. Partidas simples, dobradas e mixtas. Partidas simples são aquellas em que se designa o credor e não o devedor e vice-versa. Exemplo: Vendem-se mercadorias a Paulo e lança-se Paulo...deve. Partidas mixtas são as que se faz por partidas simples, contendo todavia alguns preceitos que são do dominio das dobradas; como: Apresentar a conta da caixa, mercadorias etc. Partidas Dobradas são as que se faz designando o devedor e o credor ao mesmo tempo. É o systema mais preferido no Commercio. Senão a escripturação por partidas dobradas é apenas sufficiente saber o valor da mercadoria existentes para extrair-se por partidas simples. Senão hoje quasi geral o uso de partidas Dobradas delas tratareos circunstanciadamente, abstendo-nos de falar nos outros methodos, em razão de acreditarmos que o Guarda-Livros apto a fazer uma escripturação por partidas Dobradas, está habilitado a fazer pelos demais systemas.

Regimem dos livros e escripturação Todos os negociantes são obrigados a seguir uma orfem uniforme de contabilidade e escripturação e a possuir todos os livros necessarios para este fim, assim como a registrar dentro do praso de 15 dias no Registro da Junta-Comercial todos os documentos que para tal fim são determinados pelo Codigo Comercial. Hypotheca, contractos, commercio sociaes, escriptura de dissolução de sociedade, transferencia de estabelecimento etc. São geralmente obrigados a conservar em bôa-guarda a escripturação e mais papeis, enquanto não prescreverem as acções que lhe possam ser relativos e formarão annualmente um balanço gral ou inventario do seu activo e passivo.

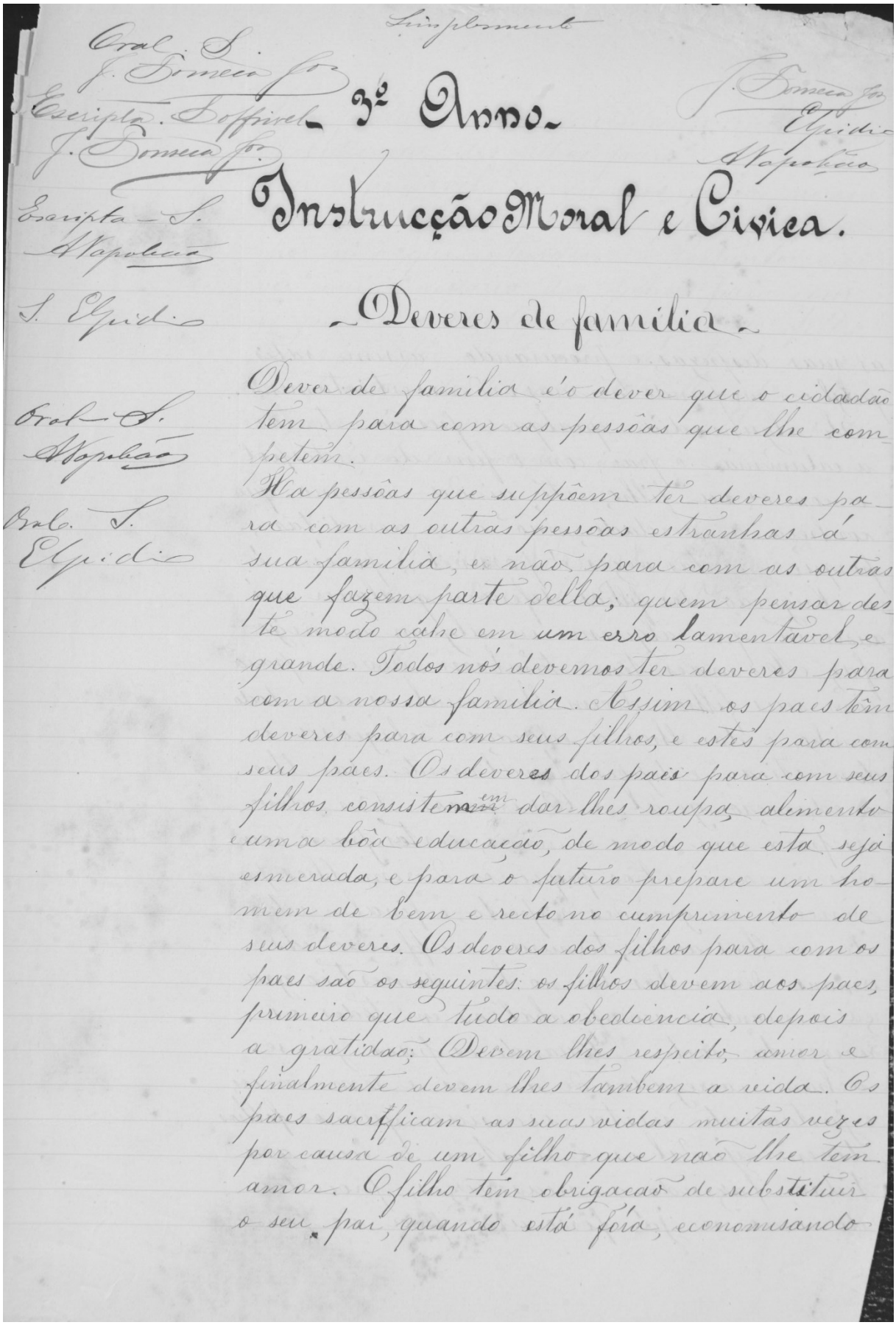
Livros Commarciaes.

Os principaes livros que o negociante deve possuir, isto é, os que são determininados por lei, são: Diario e Copiador, ambos encadernados e numerados, sellados e rubricados pela Junta Commercial., onde não o haja pela auctoridade competente. Alem destes há outros que são auxiliares da escripturação e não determinados por lei. Estes são os seguintes: Berrão ou Costaneira, Borrador, Razão, Caica, Entrada, Sahiadas, Facturas, Registros de letras e obrigações a receber, Registros e letras e obrigações a pagar, e outros que o negociante ou Guarda-Livros elaborar para facilitar e melhorar o serviço do escriptorio.

Escola Normal de Diamantina, 23 de novembro

Anna Castorina Jorge.

7.2 Anexo 02



Simplesmente

Oral. S. J. Pomeca Jor.
Escripta. Soffrivel J. Pomeca Jor.
Escripta – S. A Napoleão
S. Elpidio
Oral – S. A Napoleão
Oral. S. Elpidio

J. Pomeca Jor.
Elpidio
A Napoleão

3º Anno.

Instrucção Moral e Civica.

Deveres de familia.

Dever de familia é o dever que o cidadão tem para com as pessôas que lhe competem.

Ha pessôas que suppõem ter deveres para com as outras pessôas estranhas á sua familia, e não para com as outras que fazem parte della; quem pensar deste modo cahe em um erro lamentavel, e grande. Todos nós devemos ter deveres para com a nossa familia. Assim os paes têm deveres para com seus filhos, e estes para com seus paes. Os deveres dos paes para com seus filhos consistem em dar lhes roupa, alimento e uma bôa educação, de modo que esta seja esmerada, e para o futuro prepare um homem de bem e recto no cumprimento de seus deveres. Os deveres dos filhos para com os paes são os seguintes: os filhos devem aos paes, primeiro que tudo a obediencia, depois a gratidão; Devem lhes respeito, amor e finalmente devem lhes tambem a vida. Os paes sacrificam as suas vidas muitas vezes por causa de um filho que não lhe tem amor. O filho tem obrigação de substituir o seu pai, quando está fóra, economisando

as suas despezas, e procurando assim satisfazel-o, cumprindo ás suas ordens restrictamente.

Si algum dia qualquer pessôa tentar a calumniar o pai, com o fim de indispôl-o com o seu filho, este, ainda mesmo que conheça a verdade, não deve acreditar, porque, muitas vezes é possivel, porém é a obrigacao dos filhos defender qualquer má ausencia que alguem ou algum inimigo faz. As maes tem tambem deveres para com seus filhos; devem lhes crial-os com todo carinho, e dar lhes a educacao religiosa e domestica, e depois finalmente dar lhe uma educação geral. Os irmaos tem deveres para com suas irmãns, e estas para com seus irmaos. Aos pequenos devem lhes paciencia, aos grandes respeito, e finalmente devem lhes amôr, ternura e affeição. As irmans devem lhes dar no lar domestico graça e encanto, e acompanhal-os em todos os revezes da sorte. Quando os paes já se acham carregados de annos e sem meios, e justamente nesta occasião que os filhos devem ajudal-os e mostrar á sua gratidão, fazendo as suas vezes; procedendo como se já fosse um pai de fami

lia praticando as acções mais sublimes.
A obediencia dos filhos para com os paes
é indispensavel porque os filhos necessi-
tam de conselhos e não podem fazer
por si' o que entendem. Portanto o de-
ver mais necessario dos filhos para com
os paes é a obediencia porque o filho
que não fôr obediente não terá a re-
compensa de Deus. A mulher têm deve-
res para com o seu marido; devem lhe, obedien
cia, respeito sinceridade e amor.

Escola Normal de Diam.ta
22 de Novembro de 1874.

Minervina Augusta.

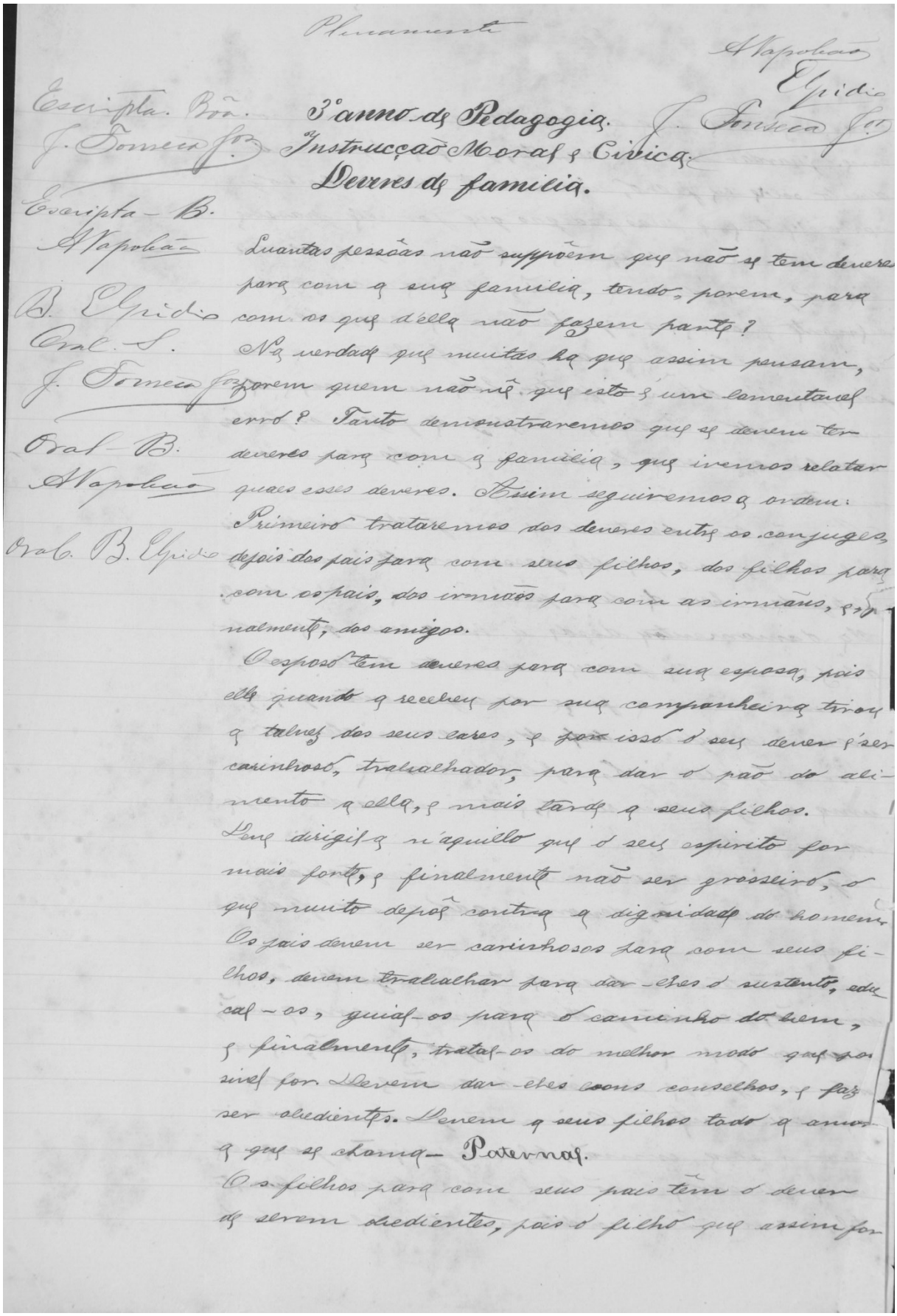
Transcrição do documento

Instrucção Moral
(3º anno)
Deveres de família

Dever de familia é o dever que o cidadão tem para com as pessôas que lhe competem.
Há pessoas que suppôe ter deveres para com as outras pessôas estranhas á sua familia e não para com as outras que fazem parte dela, quem pensar deste modo cahe em um erro lamentavel e grande. todos Nís devemos ter deveres para com nossa familia. Assim, os paes t~em deveres para com seus filhos, e estes para com seus paes. Os deveres dos paes para com seus filhos consistem em dar-lhes roupa, alimento e uma bôa educação, de modo que esta seja esmerada, e para o futuro prepare um homem de bem e recto no cumprimento de seus deveres. Os deveres dos filhos para com seus paes são os seguintes: os filhos devem aos paes primeiro que tudo a obediencia, depois a gratidão. Devem lhes respeio, amor e finalmente devem lhes também a vida. Os paes sacrificam as suas vidas muitas vezes por causa de um filho que não lhe tem amor. O filho tem obrigação de substituit o seu pai, quando esta fora, economizando as suas despezas e procuram assim satisfazel-o, cumprindo as suas ordens estrictamente.
Si algum dia qualquer pessoa pessoa tentar a caluniar o pai, com o fum indispôl-o com o seu filho, este ainda mesmo que conheça a verdade, não deve acreditar, porque muitas vezes é possivel, porém é obrigação dos filhos defender qualquer má ausência que alguém ou algum inimigo faz. As mães têm tambem deveres para com seus filhos; devem lhes crial-os com todo carinho, e dar lhes a boa educação religiosa e domestica, e depois finalmente dar lhe uma educação geral. Os irmãos têm deveres para com seus irmãos. Aos pequenos devem lhe paciência, aos grandes respeito, e finalmente devem lhes amor, ternura e afeição. As irmãs devem lhes dar no lar domestico graça e encanto, e acompanhal-os em todos os revezes da sorte. Quanto os paes já acham carregados de annos e sem meios é justamente nesta occasião que os filhos devem ajudal-os e mostrar sua gratidão, fazendo as suas vezes; procedendo como se já fosse um pai de familia praticando as acções mais sublimes.
A obediencia dos filhos para com os pais é indispensavel, porque os filhos necessitam de conselhos e não podem fazer por si o que entendem. Portanto o dever mais necessario dos filhos para com os paes é a obedicencia, porque o filho que não fôr obediente não terá a recompensa de Deus. A mulher tem deveres para com seu marido; devem lhe obediencia, respeito, sinceridade e amor.

Escola Normal de Diamantina,
22 de novembro de 1894.
Minervina Augusta.

7.3 Anexo 03



Plenamente

A Napoleão
E Gridio
J. Fonseca Jr.

Escripta. Bôa.
J. Fonseca Jr.

3º anno de Pedagogia.
Instrucção Moral e Civica.
Deveres de familia.

Escripta – B.
A Napoleão
B. E Gridio
Oral. S.
J. Fonseca Jr.
Oral – B.
A Napoleão
Oral. B. E Gridio

Quantas pessôas não suppõem que não se tem deveres para com a sua familia, tendo, porem, para com os que d'ella não fazem parte?
Na verdade que muitas ha que assim pensam, porem quem não vê que isto é um lamentavel erro? Tanto demonstraremos que se devem ter deveres para com a familia, que iremos relatar quaes esses deveres. Assim seguiremos a ordem:
Primeiro trataremos dos deveres entre os conjuges, depois dos pais para com seus filhos, dos filhos para com os pais, dos irmãos para com as irmãns, e, finalmente, dos amigos.
O esposo tem deveres para com sua esposa, pois elle quando a recebeu por sua companheira tirou a talvez dos seus lares, e por isso o seu dever é ser carinhoso, trabalhador, para dar o pão do alimento a ella, e mais tarde a seus filhos.
Deve dirigil-a n'aquillo que o seu espirito for mais forte, e finalmente não ser grosseiro, o que muito depõe contra a dignidade do homem.
Os pais devem ser carinhosos para com seus filhos, devem trabalhar para dar-lhes o sustento, educal-os, guial-os para o caminho do bem, e finalmente, tratal-os do melhor modo que possivel for. Devem dar-lhes bons conselhos, e faz ser obedientes. Devem a seus filhos todo a amor a que se chama – Paternal.
Os filhos para com seus pais têm o dever de serem obedientes, pois o filho que assim for

será feliz e terá para a vida futura um bom nome. Guardar elles ha respeito, porque o pai tendo direito sobre seu filho, unicamente pelo trabalho que com elle teve, e pelas fadigas que por elle passou, o filho em retribuição a este bem que só adviria do pai e da sua mãi, abaixa a cabeça docilmente e sinve a reprehensão de seus pais.
E é mesmo pelo amor que o filho tem a seus pais, que elles ostêm respeito. Esse amor que é denominado - Filial, é capaz de fazer os filhos sacrificarem a sua vida em qualquer momento.
A mãi tem direito sobre seu filho ainda mais que o pai, pois que ella passou noites em claro, fatigada, cheia de dor, por vêr seu filho doente; ella o amamentou desde a hora em que o deo a luz; com elle passou momentos torturosos, e assim vê-se a força do argumento que demonstra a superioridade do amor materno.
Por isso, só por isso, o filho denotará á sua mai uma amizade sem rival, e tem mais deveres para com ella.
Agora passemos aos deveres dos irmãos para com os irmãos, denominado amor fraternal.
O irmão tem o dever de ter amizade á sua irmão, pois são filhos de uma mesma mãi, o amor que a um consagra a mãi, a outro consagra, e por isso deverão se amar extremosamente. O irmão fará por auxiliar a sua irmã, tel a affeição; para ella será delicado, e não terá o direito de submettel-a a si. Será cordato em tudo e por tudo,

resultando d'ahi a harmonia entre elles.
A irmã terá tambem os mesmos deveres para com seu irmão.
É o mais bello e admiravel o amor fraternal.
Eis em ligeiros traços a minha descripção dos Deveres de familia, segundo Feliciano de Carvalho.

Diamantina 22 de Novembro de 1894

Francisco de Salles Corrêa Mourão

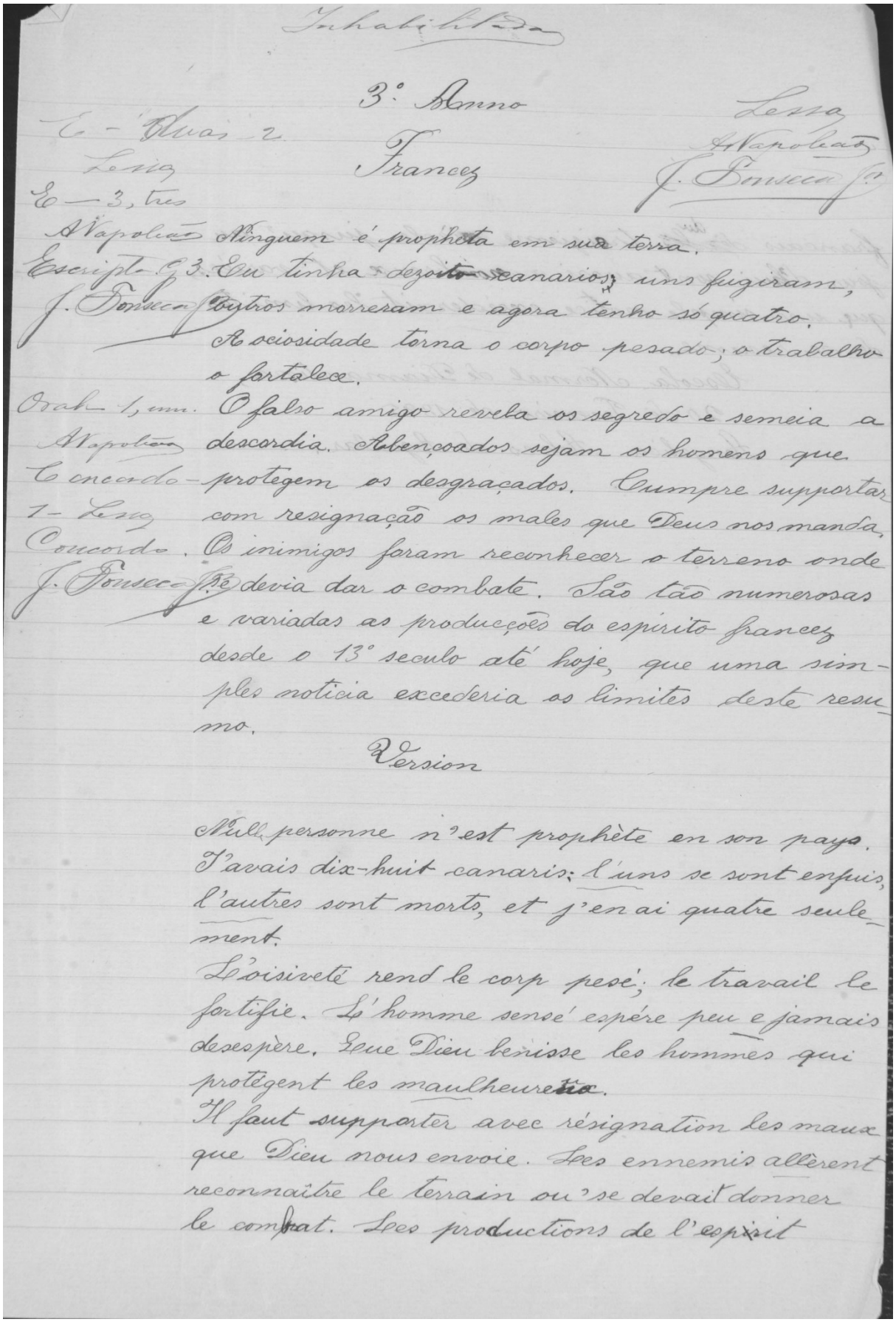
Transcrição do documento

3º anno de Pedagogia
Instrucção Moral e Cívica
Deveres da família

Quantas pessôas não supõem que não se terem dever com a sua família, tendo, porem para com os que d'ella não fazem parte?
Na verdade que muitas ha que assim pensam, forem quem não é que isto é um lamentavel erro?
Tanto demonstraremos que se devem ter deveres para com a família, que iremos relatar quaes esses deveres. Assim seguimos a ordem:
Primeiro trataremos dos deveres entre os conjuges, depois dos pais para com seus filhos, dos filhos para com seus pais, dos irmãos para com seus irmãos, excepcionalmente, dos amigos.
O esposo tem deveres com sua esposa, pois elle quanto a recebe por sua companheira tirou a talvez dos seus lares, e por isso o seu dever é ser carinhoso, trabalhador, para dar o pão do alimento a ella e mais tarde seus filhos.
Deve dirigil-a se aquillo que o seu espirito for mais forte, e finalmente não ser grosseiro, o que muito depõe contra a dignidade do homem.
Os pais devem ser carinhosos para com seus filhos, devem trabalhar para dar-lhes o sustento, educal-os, guial-os para o caminho do bem, e finalmente, tratal-os do melhor modo possivel. Devem dar-lhes conselhos e, fazser obedientes. Devem a seus filhos todo o amor a que se chama – Paternal.
Os filhos para com seus pais têm o dever de serem obedientes, pois o filho que assim for será feliz e terá para si isido futuro um nome. Guardar-lhes-hão respeito, porque o pai tento o direito sobre o filho, unicamente pelo trabalho que com ele tem, e pelas fadigas que por elle passou, o filho em retribuição a este bem que só adveria do pai e da sua mãe, abaixa a cabeça docimente e ouve a repressão de seus pais.
E é mesmo pelo amor que o filho tem a seus pais, que elles os têm respeito. Esse amor que é denominado – Filial, é capaz de fazer os filhos sacrificios a sua vida em qualquer momento.
A mãe tem direito sobre seus filhos ainda mais que o pai, pois que ella passou noittes em claro, fatigada, cheia de dor, por ver seu filho doente; ella o amamentou desde a hora que o deo a luz; com elle passou momentos que demonstra a superioridade do amor materno.
Por, e só por isso, o filho demonstrará á sua mãe uma amizade sentimental, e tem mais deveres para com ella.
Agora, passaremos aos deveres dos irmãos para com os irmãos, denominado amor fraternal.
O irmão tem dever de ter amizade com sua irmãos, pois são filhos de uma mesma mãe; é o amor que a um consagra a mãe, a outro consagra, e por isso deverão se amar extremosamente.
O irmão fará por auxiliar de sua irmã, tel-a afeição, para ella será delicado, e não terá direito de submetal-a a si. Será condato em tudo e for tudo, resultado d'ahi a harmonia entre elles.
A irmã terá também o mesmos deveres para com o seu irmão.
É o mais bello e admiravel o amor fraternal.
Eis em ligeiros traços a minha descripção de Deveres da família, segundo Felisberto de Carvalho.

Diamantina, 22 de novembro de 1894,
Francisco Salles Corrêa Mourão.

7.4 Anexo 04



Inhabilitada

3º Anno

Lessa

E – Duas 2.

Lessa

A Napoleão

J. Fonseca Jr.

Francez

E – 3, tres

A Napoleão

Escripta G 3.

J. Fonseca Jr.

Ninguem é propheta em sua terra.

Eu tinha dezoito canarios; uns fugiram, outros morreram e agora tenho só quatro.

A ociosidade torna o corpo pesado; o trabalho o fortalece.

Orah 1, um.

A Napoleão

Concordo – 1 – Lessa

Concordo.

J. Fonseca Jr.

O falso amigo revela os segredo e semeia a descordia. Abençoados sejam os homens que protegem os desgraçados. Cumpre supportar com resignação os males que Deus nos manda. Os inimigos foram reconhecer o terreno onde se devia dar o combate. São tão numerosas e variadas as producções do espirito francez desde o 13º seculo até hoje, que uma simples noticia excederia os limites deste resumo.

Version

Nulle personne n'est prophète en son pays. J'avais dix-huit canaris: l'uns se sont enfuis, l'autres sont morts, et j'en ai quatre seulement.

L'oisiveté rend le corp pesé; le travail le fortifie. L'homme sensé espére peu e jamais desespère. Que Dieu benisse les hommes qui protégent les maulheureux.

Il faut supporter avec résignation les maux que Dieu nous envoie. Les ennemis allèrent reconnaître le terrain ou'se devait donner le combat. Les productions de l'esprit

francais ~~de les~~ du treizieme siècle jusqu'au jour d'hui sont aussi ~~s~~ nombreux et variées, que une simple notice excéderait les limites de ce resume.

Escola Normal de Diamantina,
20 de Fevereiro de 1895
Angelica Alves de Aguilar.

Transcrição do documento

Francez

Ninguem é propheta em sua terra.

Eu tinha dezoito canarios, uns fugiram, outros morreram e agora só tenho quatro.

A ociosidade torna o corpo pesado; o trabalho o fortalece.

O falso amigo revela os segredos e semeia a discordia abençoados sejam os homens que protegem os desgraçados. Cumpre supportar com resignação os males que Deus nos manda. Os inimigos foram reconhecer o terreno onde se devia dar o combate. São tão numerosas e variadas as producções do espirito francez desde o 13º seculo até hoje, que uma simples noticia excederia os limites deste resumo.

Version

Null personne n'est prophète en son pays.

T'avais dix-huit canaris ; l'uns se sont enfuis, l'austres sont morts, et j'en ai quatre seulement.

L'oisiveté rend le corp pesé ; le travail le fortifie. L'homme sensé espére pue e jamais desespère. Due Dieu benisse les hommes qui protégent les malheureu.

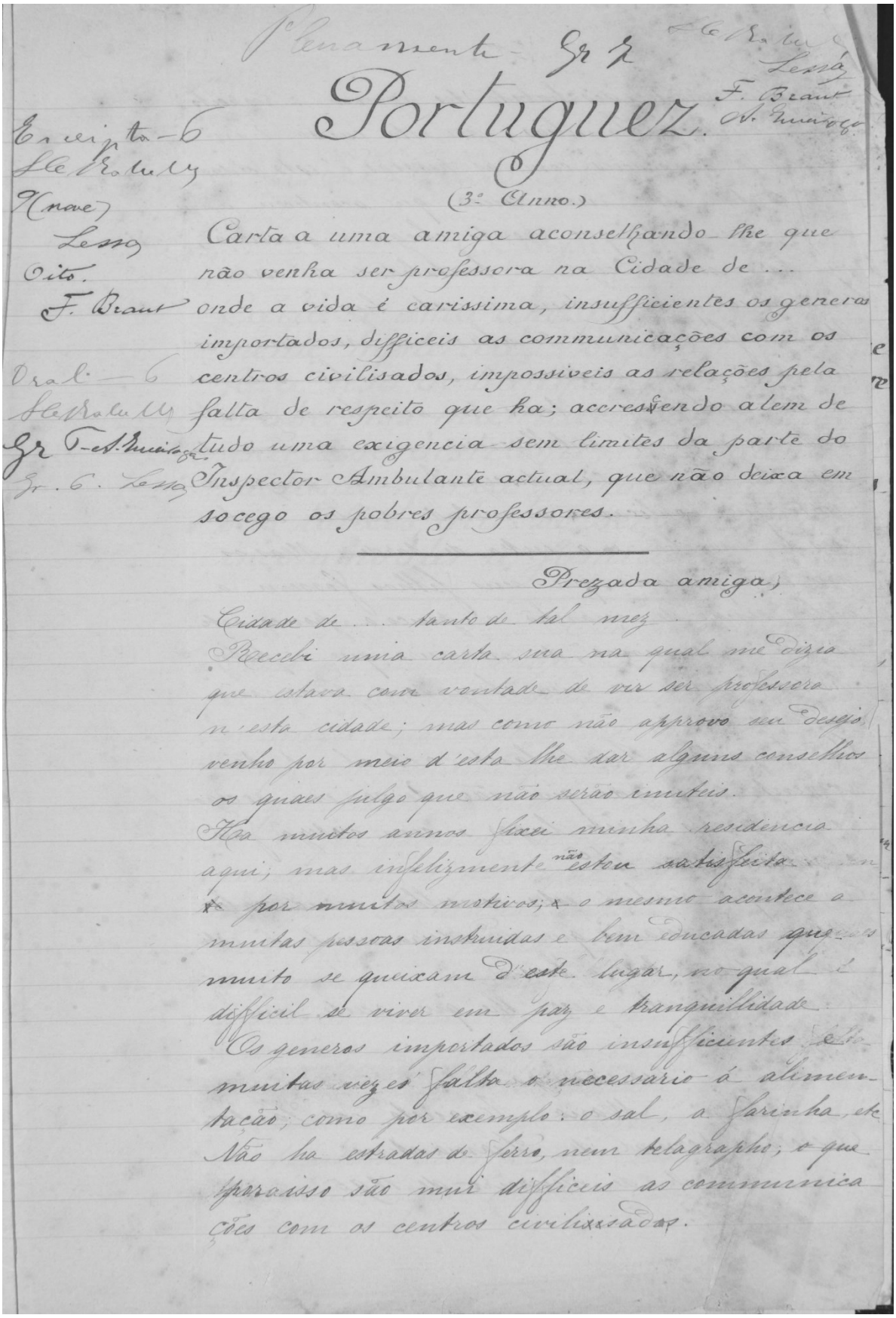
It faut supportere avec résignation les maux que Dieu nous envoie. Les ennomis allèrent recnnaitre le terrain ou 'se davait donner le combat. Les productions de l'espirit francais du traizieme acècle jusqu' ou jour d'hui sont aussi nonbreux et variées, que une simple notice excederaint les limites de ce resume.

Escola Normal de Diamantina,

20 de fevereiro de 1895

Angelica Alves de Aguilar.

7.5 Anexo 05



Plenamente — Gr 7

F. Braut
A. Queiroga

Portuguez.

(3º Anno.)

Escripta — 6
F. Braut
9 (nove)
Lessa
Oito.
F. Braut

Oral — 6
F. Braut
Gr 7 — A. Queiroga
Gr. 6. Lessa

Carta a uma amiga aconselhando-lhe que não venha ser professora na Cidade de ... onde a vida é carissima, insufficientes os generos importados, difficeis as communicações com os centros civilisados, impossiveis as relações pela falta de respeito que ha; accrescendo alem de tudo uma exigencia sem limites da parte do Inspector Ambulante actual, que não deixa em socego os pobres professores.

Prezada amiga,

Cidade de ... tanto de tal mez.

Recebi uma carta sua na qual me dizia que estava com vontade de vir ser professora n'esta cidade; mas como não approvo seu desejo, venho por meio d'esta lhe dar alguns conselhos os quaes julgo que não serão inuteis.

Ha muitos annos fixei minha residencia aqui; mas infelizmente não estou satisfeita por muitos motivos; o mesmo acontece a muitas pessoas instruidas e bem educadas que muito se queixam d'este lugar, no qual é difficil se viver em paz e tranquillidade.

Os generos importados são insufficientes, e muitas vezes falta o necessario á alimentação; como por exemplo: o sal, a farinha, etc. Não ha estradas de ferro, nem telagrapho; o que por isso são mui difficeis as communicações com os centros civilisados.

A maior parte dos habitantes ignora o respeito
que é devido as familias, por esta causa é im-
possivel as relações com as pessoas d'esta cidade.
Vou contar-lhe uma cousa que aconteceu afim
de que veja até que ponto chega a grosseria,
ou para melhor dizer, a brutalidade de certos
individuos que residem n'este lugar.
Um professor tendo 30 alumnos em sua esco-
la, não podia só durante a manhã ~~occupar~~
se dar explicações a todos por não haver igual-
dade de nem de intelligencia nem de adianta-
mento; dividiu seus discipulos em grupos de
sorte que ~~explicavas~~ a metade recebia explica-
ções de manhã e a outra de tarde. Mas os
pais não queriam que seus filhos fossem a
aula senão de manhã e pouco a pouco reti-
raram os meninos, de maneira que o pobre
professor viu-se viu obrigado a pedir sua
remoção.
O Inspector Ambulante actual é tão
exigente e energico que não deixa em socego
os professores d'este lugar e com certeza fará
o mesmo com V.ª Ex.ª
Espero que receberá estes conselhos como sahi-
dos d'um coração que verdadeiramente a esti-
ma e deseja todo o bem.
Terminando esta, peço-lhe que aceite um
abraço de

Sua amiga
Maria Augusta dos Santos

Escola Normal de Diamantino
28 de Fevereiro de 1895.

Transcrição do documento

Portuguez

(3º anno)

Carta para uma amiga excessivamente hysterica, dizendo que faça uso de banhos frios, procure trabalhos manuaes constantes para distrahir, empregando bastante força de vontade para deixar d'estas tolices que só servem para incommodar a família.

Carissima amiga,

Como ha muito tempo não tinha noticias de ti, pensei que estavas melhor de teus incommodos, mas infelizmente não é assim, porque soube hontem que estás sofrendo mais do que d'antes. Dirijo te estas linhas dizem do te que faças uso de banhos frios, que fazem muito bem a todos que sofrendo tal doença; faze experiencia ao menos um mez e verás se não é verdade o que estou te dizendo. Conserva-te sempre ocupada em trabalhos manuaes, tais como: coser, lavar roupa, engomar, etc. porque muitas vezes a hysteria provem da ociosidade.

Quando te sentires cansada procura divertimento que mais te alegrem e distrahem e tambem deves passear bastante. Se fizeres o que acabo de dizer-te, breve ficarás e te diminuirás (?) todo o soffimento de tua via. (?) que verba noites inteiras e não tem um só instante de socego por tua causa. Se tiveres bastante força de vontade has de deixar estas tolices que tanto aborrecem e incomodam tua família.

Adeus, querida amiga, peço-te que cuides um abraço d'esta.

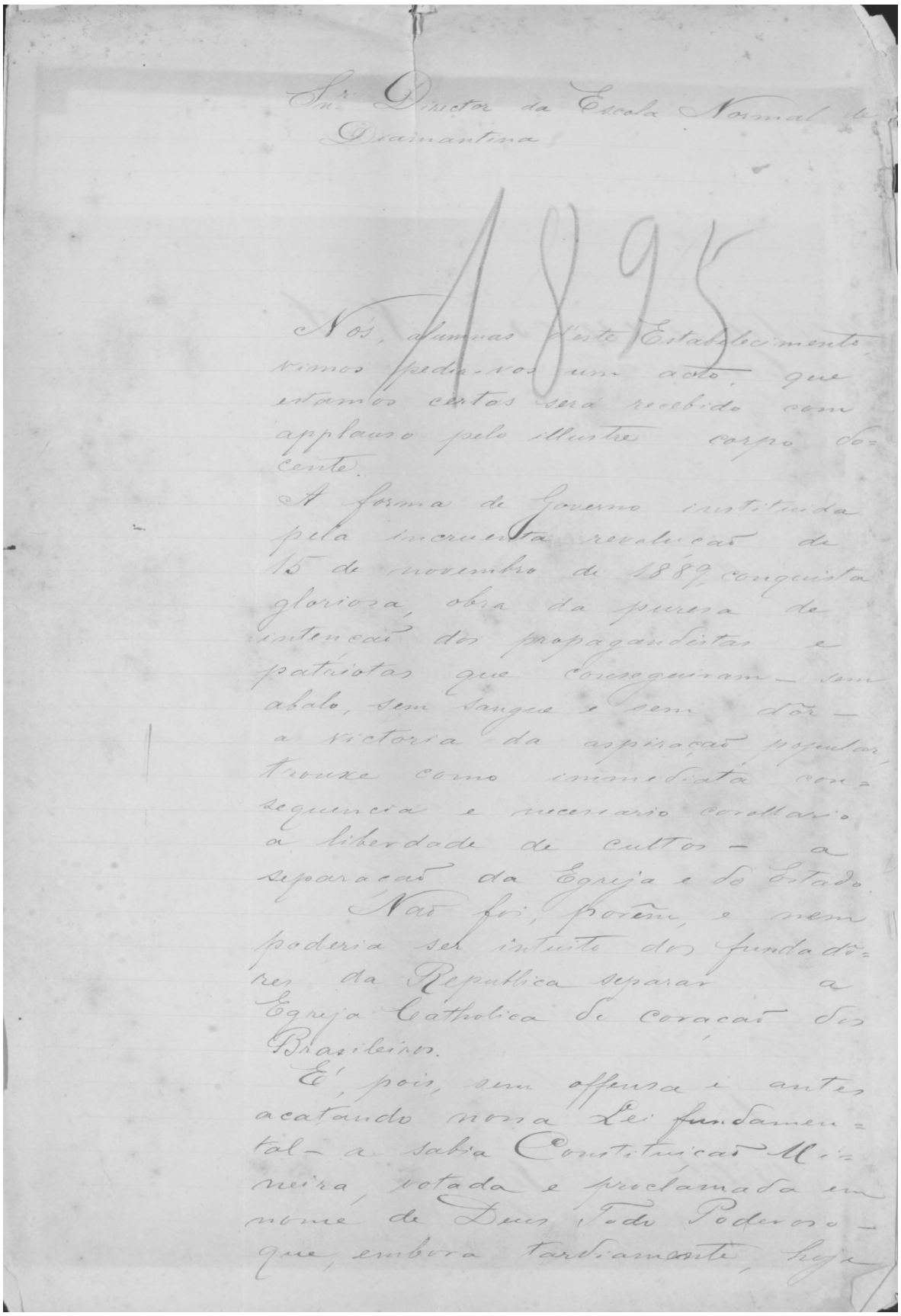
Sua sincera amiga,

Maria Augusta dos Santos

23 de fevereiro de 1893

Escola Normal de Diamantina

7.6 Anexo 06



Snr. Director da Escola Normal de
Diamantina

1895

Nós, alumnas deste Estabelecimento,
vimos pedir-vos um acto, que
estamos certas será recebido com
applauso pelo illustre corpo do-
cente.

A forma de Governo instituida
pela incruenta revolucão de
15 de novembro de 1889, conquista
gloriosa, obra da pureza de
intencão dos propagandistas e
patriotas que conseguiram — sem
abalo, sem sangue e sem dôr —
a victoria da aspiracão popular,
trouxe como immediata con-
sequencia e necessario corollario
a liberdade de cultos — a
separacão da Egreja e do Estado.

Não foi, porém, e nem
poderia ser intuito dos funda-
dores da Republica separar a
Egreja Catholica do coracão dos
Brasileiros.

É, pois, sem offensa e antes
acatando nossa Lei fundamen-
tal — a sabia Constituicão Mi-
neira, votada e proclamada em
nome de Deus Todo Poderoso —
que, embora tardiamente, hoje

acclamamos - N. Sa.
da Conceicão — Padroeira e
Protectora d'este Estabelecimento.

E como consequencia d'este
nosso acto, solicitamos que a
Imagem de nossa Padroeira
seja collocada, não sendo
possivel, como tanto desejamos,
em todas as salas, ao
menos na sala da Secretaria.

E nem póde merecer reparo
nosso justo pedido, porque este
edificio é verdadeiramente um
Templo.

Aqui a pobre orphã vem pro-
curar pela educação e instrucção
o meio de honesta subsistencia,
com o qual tanto ella se
eleva como elevada Patria.

Aqui o rico e o pobre se
nivelam, só dependendo do
talento e do trabalho a
conquista dos louros.

Aqui, neste abrigo santo,
grandioso pharol da civilisação,
a Virtude e o Saber occupam
os mais elevados thronos.

É necessario, portanto, que

a Imagem de Maria Santissima – Virgem Immaculada – se encontre em todos os angulos deste Edificio, porque ella incutirá nas almas virgens maior amôr desenvolverá mitagrosamente as vocações para a difficillima e nobilitante carreira do magisterio, e Deus do seu Coração misericordiosissimo derramará bençãos eternas sobre aquellas que aqui se abrigarem: aqui – onde a Justiça e Dever illuminam as consciencias de nossas Mestras.

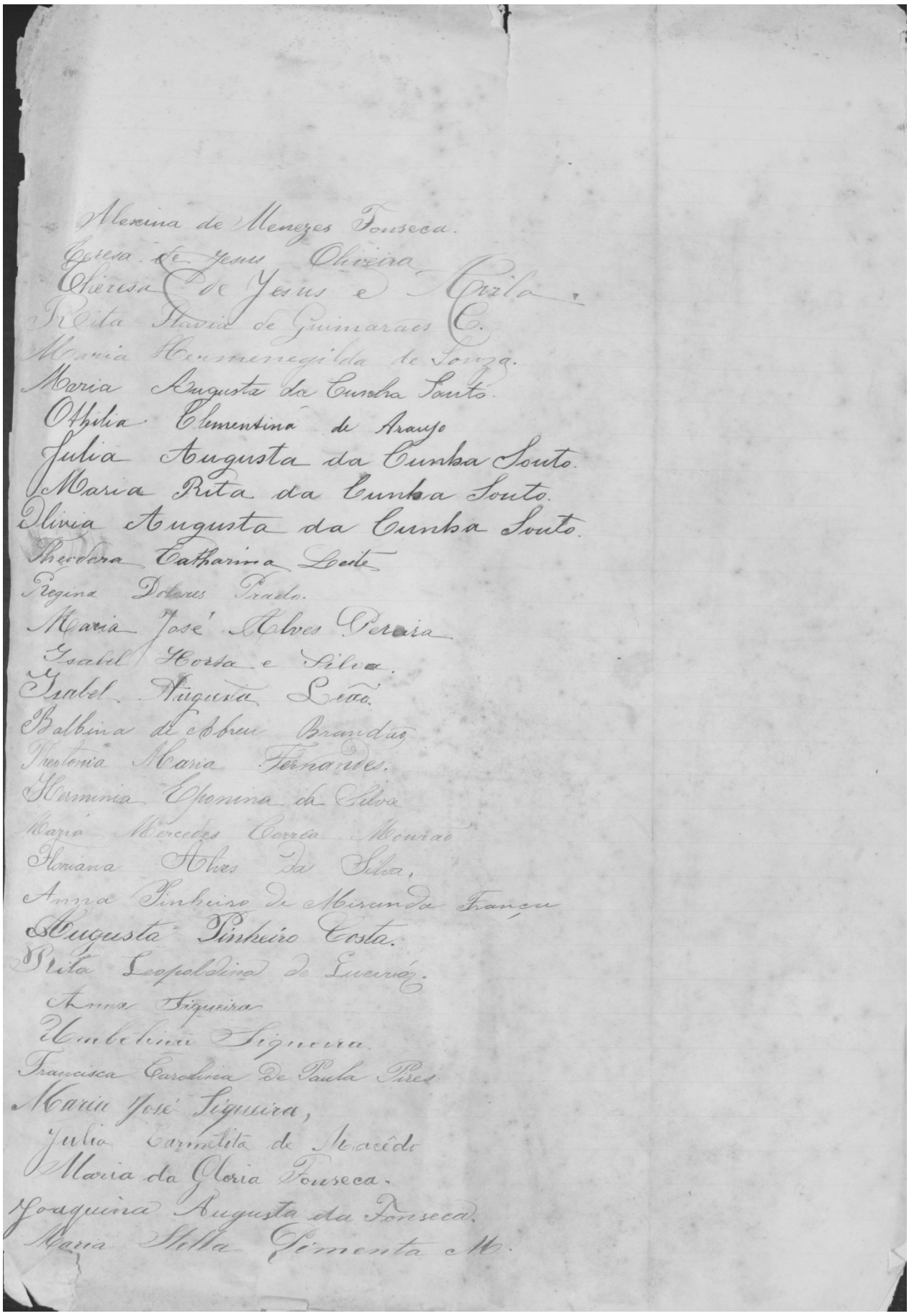
Deus vos guarde por muitos annos

Ao Illustre Professor Joaquim José Pedro Lena, D. D. Director da Escola Normal

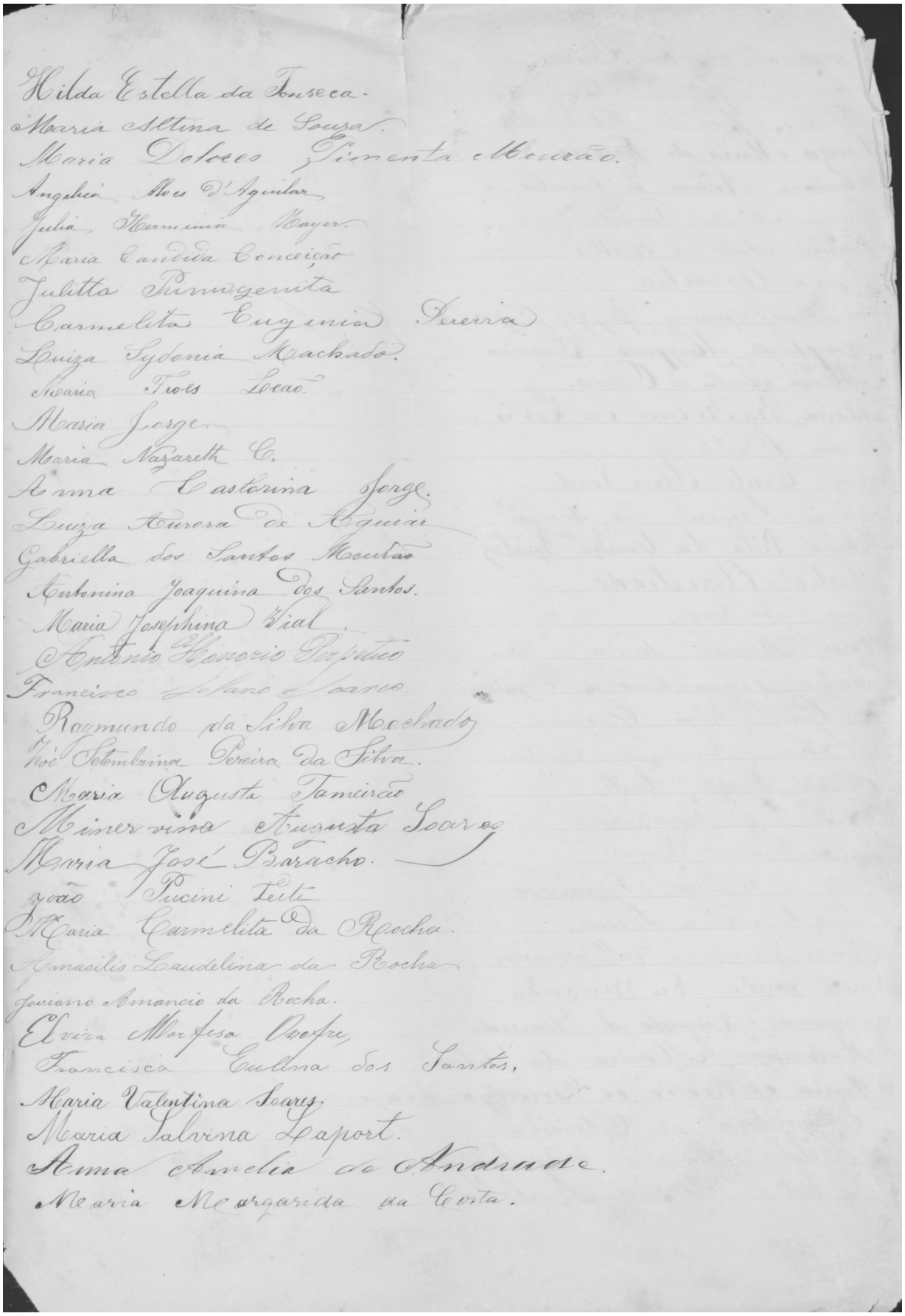
Diamantina 2 de Fevereiro de 1895 + Purificação de N. Senhora

Custodia Gabriella De Almeida Brant.

Bellizia Amelia Tolentino.



Mercina de Menezes Fonseca.
Thereza de Jesus Oliveira
Thereza de Jesus e Costa.
Rita Flavia de Guimarães C.
Maria Hermenegilda de Souza.
Maria Augusta da Cunha Santo.
Othilia Clementina de Araujo
Julia Augusta da Cunha Souto.
Maria Rita da Cunha Souto.
Olivia Augusta da Cunha Souto.
Thereza Catharina Leite
Regina Dolores Prado.
Maria José Alves Pereira
Isabel Horta e Silva.
Isabel Augusta Leão.
Balbina de Sousa Brandão
Thesonia Maria Fernandes.
Herminia Eponina da Silva
Maria Mercedes Corrêa Moreira
Ismiana Alves da Silva,
Anna Pinheiro de Miranda França
Augusta Pinheiro Costa.
Rita Leopoldina de Queiroz.
Anna Siqueira
Umbelina Siqueira.
Francisca Carolina de Paula Pires
Maria José Siqueira,
Julia Carmelita de Macêdo
Maria da Gloria Fonseca.
Joaquina Augusta da Fonseca.
Maria Stella Pimenta M.



Hilda Estella da Fonseca.
Maria Selina de Sousa.
Maria Dolores Firmenta Mouraõ.
Angelica Alves D'Aguilar
Julia Herminia Mayer.
Maria Candida Conceiçaõ
Julitta Primogenita
Carmelita Eugenia Ferreira
Luiza Sydonia Machado.
Maria Froes Leaõ.
Maria Jorge
Maria Nazareth C.
Anna Castorina Jorge.
Luiza Aurora de Aguiar
Gabriella dos Santos Mouraõ
Antonina Joaquina dos Santos.
Maria Josephina Vial
Antonio Honorio Perpetuo
Francisco Soluno Soares
Raymundo da Silva Machado
Noé Setembrina Pereira da Silva.
Maria Augusta Tameiraõ
Minervina Augusta Soares
Maria José Baracho.
João Pucini Leite
Maria Carmelita da Rocha.
Amasilis Candelina da Rocha
Joviano Amancio da Rocha.
Elvira Marques Duarte
Francisca Eulina dos Santos.
Maria Valentina Soares.
Maria Salvina Laport.
Anna Amelia de Andrade.
Maria Margarida da Costa.

Dygenia Augusta Vieira
Maria Silva Altoni
Maria José da Silveira
Luiza Maria do Rosario
Sebastiana Adelina de Carvalho
Aurelia Olinda Pimenta
Antonia Anita de Mattos
Maria Carmelia
Josephina Joanna R. dos Santos.
Josephina Marques Vianna
Maria Amelia de Oliveira.
Maria Baptistina da Costa
Amelia Evaristo de Souza
Thereza Couto Alves Prado
Maria Eugenia de Souza.
Maria Rita da Cunha Santos
Julia Alves Prado
Maria Zuba Soares.
Maria Augusta Pereira da Silva.
Edelvira Diamantina de Aguilar.
Guilhermina Eponina de Souza
Maria Amelia de Aguilar.
Maria Luiza Leite.
Henriqueta de Souza Neves
Alice Brandão Dayrell
Rita de Cassia Figueiredo
Maria Candida Lessa
Maria Eugenio Machado.
Anna Fausta de Miranda
Hermana Augusta de Lourda
Antonina Moreira da Silva.
Maria Amelia de Queiroga Braga.
Ermelinda de Oliveira
Hilda Corrêa Rabello
Odelia Corrêa Rabello

José Alves Prado
Antonino Martiniano Caillaud

7.7 Anexo 07

Quadro de Escolas Normais públicas e privadas existentes em Minas Gerais – 1905 a 1918.

	NOME	LOCALIZAÇÃO	TIPO DE INSITUIÇÃO	EQUIPARAÇÃO	DADOS IMPOTANTES	PÁGINA
1911						
1	Escola Normal Modelo	Belo Horizonte	Pública	Lei nº. 490 de 28 de setembro de 1906	-	102
2	Escola Normal Municipal	Barbacena	Pública	Decreto nº. 836 de 09 de julho de 1895	-	107
3	Lyceu Municipal	Musambinho	Pública	Decreto nº. 1.920 de 12 de julho de 1906	Diretor Major Salathiel de Almeida	107
4	Escola Normal Municipal	Três Pontas	Pública	Decreto nº. 679 de 08 de fevereiro de 1894	Diretor Aprígio Ferreira Mesquita	108
5	Collegio da Immaculada	Barbacena	Particular	Decreto nº. 1.614 de 07 de julho de 1903	Dirigido pelas Irmãs de Caridade de São Vicente de Paula	107
6	Collegio Nossa Senhora de Sião	Campanha	Particular	Decreto nº. 1.862 de 11 de dezembro de 1905	Dirigido pelas Irmãs da Congregação de Maria Diudonnée	107
7	Collegio Nossa Senhora das Dores	Diamantina	Particular	Decreto nº. 1.843 de 15 de setembro de 1905	Dirigido Pelas Irmãs da Congregação São Vicente de Paula	107
8	Collegio Lavrense	Lavras	Particular	Decreto nº. 1.832 de 04 de julho de 1905	Dirigido pelo Sr. Asarias Ribeiro de Sousa	107
9	Collegio da Providência	Mariana	Particular	Decreto nº. 1.502 de 15 de janeiro de 1902	Dirigido pelas Irmãs de Caridade de São Vicente de Paula	107
10	Collégio Nossa Senhora de Oliveira	Oliveira	Particular	Decreto nº. 1.845 de 15 de setembro de 1905	Dirigido pela Sra. Manoelita da Costa Chagas	108
11	Collegio Maria Auxiliadora	Ponte Nova	Particular	-	Dirigido pelas Congregadas Salesianas	108
12	Collegio da Visitação	Pouso Alegre	Particular	Decreto nº. 1.845 de 15 de setembro de 1905	Diretoras as Sras. Irmãs Elene Hellot e Maria Eugenia Levelle	108
13	Collegio Nossa Senhora das Dores	São João D'El Rei	Particular	Decreto nº. 1.845 de 15 de setembro de 1905	Dirigido pelas Irmãs de São Vicente de Paula	108
14	Collegio Nossa Senhora da Conceição	Villa de Sylvestre Ferraz	Particular	Decreto nº. 1.831 de 03 julho de 1906	Diretoras as Sras. Olga Pereira Fernandes e D. Anna Barbosa dos	108

					Santos Pereira e o Sr. Jeronymo Guedes Fernandes	
15	Collegio Nossa Senhora das Dores	Uberaba	Particular	Decreto nº. 1.932 de 06 de agosto de 1906	Dirigido pelas Freiras Dominicanas	108
16	Gymnasio Leopoldinense	Leopoldina	Particular	Decreto nº. 1.942 de 06 de setembro de 1906	-	108
1913						
1	Collegio da Imaculada Conceição	Barbacena	Particular	Decreto nº. 1.614 de 07 de julho de 1903	Dirigido pelas Irmãs de São Vicente de Paula	128
2	Collegio Nossa Senhora do Sião	Campanha	Particular	Decreto nº.1.862 de 11 de dezembro de 1905	Dirigido pelas Irmãs da Congregação de Sião	128
3	Collegio Nossa Senhora das Dores	Diamantina	Particular	Decreto nº. 1.815 de 15 de setembro de 1905	Dirigido pelas Irmãs de São Vicente de Paula	128
4	Collegio Lavrense	Lavras	Particular	Decreto nº. 1.832 de 04 julho de 1905	Dirigido pelo Sr. Asarias Ribeiro de Sousa	128
5	Collegio da Providencia	Mariana	Particular	Decreto nº. 1.502 de 15 de janeiro de 1902	Dirigido pelas Irmãs de São Vicente de Paula	128
6	Collegio Nossa Senhora de Oliveira	Oliveira	Particular	Decreto nº. 1.845 de 15 de setembro de 1905	Diretora D. Manoelita da Costa Chagas	128
7	Collegio Maria Auxiliadora	Ponte Nova	Particular	Decreto nº. 1.845 de 15 de setembro de 1905	Dirigido pelas Irmãs Salesianas	128
8	Collegio da Visitação	Pouso Alegre	Particular	Decreto nº. 1.845 de 15 de setembro de 1905	Dirigido pelas Irmãs Dorotéias	128
9	Collegio Nossa Senhora das Dores	São João D'El Rei	Particular	Decreto nº. 1.845 de 15 de setembro de 1905	Dirigido pelas Irmãs de São Vicente de Paula	128
10	Collegio Nossa Senhora da Conceição	Villa de Sylvestre Ferraz	Particular	Decreto nº. 1.831 de 03 julho de 1906	Diretoras as Sras. Olga Pereira Fernandes e D. Anna Barbosa dos Santos Pereira e o Sr. Jeronymo Guedes Fernandes	128
11	Collegio Nossa Senhora das Dores	Uberaba	Particular	Decreto nº. 1.932 de 06 de agosto de 1906	Dirigido pelas Freiras Dominicanas	128
12	Gymnasio Leopoldinense	Leopoldina	Particular	Decreto nº. 1.932 de 06 setembro de 1906	Dirigido pelo Sr. José Botelho Reis	129

13	Escola Normal Delfim Moreira	Sabará	Particular	Decreto nº. 3.326 de 26 de setembro de 1911	Dirigido pelo Comendador Septimo de Paula Rocha	129
14	Curso Normal anexado ao Gymnasio de Ouro Preto	Ouro Preto	Particular	Decreto nº. 3.201 de 23 de julho de 1911	Dirigido pelo Sr. Alfredo Baetas Neves	129
15	Curso Normal do Gymnasio de Minas	Juiz de Fora	Particular	Decreto nº. 3.396 de 02 de janeiro de 1912	Dirigido pela Sra. Carlota Malta	129
16	Escola Normal Municipal	Barbacena	Pública	Decreto nº. 836 de 09 de julho de 1895	-	127
17	Lyceu Municipal	Muzambinho	Pública	Decreto nº. 1.920 de 12 de julho de 1906	Dirigido pelo Major Salathiel de Almeida	128
18	Escola Normal Municipal	Três Pontas	Pública	Decreto nº. 679 de 08 de fevereiro de 1894	Dirigido pelo Sr. Aprígio Mesquita	128
19	Escola Municipal de Ouro Fino	Ouro Fino	Pública	Decreto nº. 3.442 de 06 de fevereiro de 1912	Dirigido pelo Pe. Aristóteles Benatti	129
1918						
1	Escola Normal Municipal de Barbacena	Barbacena	Pública	Decreto nº. 836 de 09 de julho de 1895	-	217
2	Lyceu Municipal	Muzambinho	Pública	Decreto nº. 1.920 de 12 de julho de 1906	Dirigido pelo Major Salathiel de Almeida	217
3	Escola Normal Municipal	Três Pontas	Pública	Decreto nº. 679 de 08 de fevereiro de 1894	Dirigido pelo Sr. Aprígio Mesquita	218
4	Escola Normal Regional de Ouro Fino	Ouro Fino	Pública	Decreto nº. 4.056 de 06 de dezembro de 1913	Dirigido pelo Sr. Antônio Pitaguary de Araújo	221
5	Escola Normal Ferrense	Sant'Ana dos Ferros	Pública	Decreto nº. 4.036 de 28 de outubro de 1913	Dirigido pelo Sr. Albertino Ferreira Drummond e Sr. José James Pessoa	230
6	Escola Normal Rio Novense	Rio Novo	Pública	Decreto nº. 3.997 de 02 de setembro de 1913	Dirigido pelo Sr. Mario Magalhães	219
7	Escola Normal Municipal de Curvello	Curvelo	Pública	Decreto nº. 4.219 de 28 de julho de 1914	Dirigido pelo Cônego Francisco Xavier de Almeida Rolim	219
8	Escola Normal Official de Bello Horizonte	Belo Horizonte	Pública	Decreto nº. 2.836 de 31 maio de 1910	Dirigido pelo Sr. Artur Joviano	220

9	Escola Normal Municipal	Palmyra	Pública	-	Dirigido pelas Irmãs Franciscanas	237
10	Collegio da Imaculada Conceição	Barbacena	Particular	Decreto nº. 1.614 de 07 de julho de 1903	Dirigido pelas Irmãs de São Vicente de Paula	217
11	Collegio Nossa Senhora de Sion	Campanha	Particular	Decreto nº. 1.862 de 11 de dezembro de 1905	Dirigido pelas Irmãs da Congregação de Sion	217
12	Collegio Nossa Senhora das Dores	Diamantina	Particular	Decreto nº. 1.815 de 15 de setembro de 1905	Dirigido pelas Irmãs de São Vicente de Paula	217
13	Collegio Lavrense	Lavras	Particular	Decreto nº. 1.832 de 04 julho de 1905	Dirigido pelo Sr. Asarias Ribeiro de Sousa	217
14	Collegio da Providencia	Mariana	Particular	Decreto nº. 1.502 de 15 de janeiro de 1902	Dirigido pelas Irmãs de São Vicente de Paula	217
15	Collegio Nossa Senhora de Oliveira	Oliveira	Particular	Decreto nº. 1.845 de 15 de setembro de 1905	Dirigido pela D. Carmem Pinheiro Costa	217
16	Collegio Maria Auxiliadora	Ponte Nova	Particular	-	Dirigido pelas Irmãs Congregadas Salesianas	217
17	Collegio da Visitação	Pouso Alegre	Particular	Decreto nº. 1.845 de 15 de setembro de 1905	Dirigido pelas Irmãs Doroteias	217
18	Collegio Nossa Senhora das Dores	São João D'El Rei	Particular	Decreto nº. 1.845 de 15 de setembro de 1905	Dirigido pelas Irmãs de São Vicente de Paula	217
19	Collegio Nossa Senhora da Conceição	Villa de Sylvestre Ferraz	Particular	Decreto nº. 1.831 de 03 julho de 1906	Diretoras as Sras. Olga Pereira Fernandes e D. Anna Barbosa dos Santos Pereira e o Sr. Jeronymo Guedes Fernandes	218
20	Collegio Nossa Senhora das Dores	Uberaba	Particular	Decreto nº. 1.932 de 06 de agosto de 1906	Dirigido pelas Freiras Dominicanas	218
21	Gymnasio Leopoldinense	Leopoldina	Particular	Decreto nº. 1.942 de 06 de setembro de 1906	Dirigido pelo Sr. José Botelho Reis	218
22	Escola Normal Delfim Moreira	Sabará	Particular	Decreto nº. 3.326 de 26 de setembro de 1911	Dirigido pelo Sr. José Alves Nogueira	218
23	Curso Normal anexado ao Gymnasio de Ouro Preto	Ouro Preto	Particular	Decreto nº. 3.201 de 23 de julho de 1911	Dirigido pelo Sr. Alfredo Baetas Neves	218
24	Curso Normal do Gymnasio de Minas	Juiz de Fora	Particular	Decreto nº. 3.396 de 02 de janeiro de 1912	Dirigido pela Sra. Carlota Malta	218

25	Curso Normal do Gymnasio Paraiense	São Sebastião do Paraíso	Particular	Decreto nº. 3.343 de 17 de outubro de 1911	Fundado pelo Pe. Aristóteles Benatti e dirigido pelo Sr. George Aloysio Nixon	218
26	Curso Normal do Collegio São Vicente de Paula	São Paulo do Muriaé	Particular	-	Dirigidos pelos Conegos João Pio e Vicente Mazzini	219
27	Curso Normal anexo ao Gymnasio de Minas	Juiz de Fora	Particular	Decreto nº. 3.396 de 02 de janeiro de 1912	Dirigido pela D. Carlota Malta	219
28	Curso Normal anexo ao Collegio Lucindo Filho	Juiz de Fora	Particular	Decreto nº. 4.027 de 14 de outubro de 1913	Dirigido pelo Sr. Machado Sobrinho	219
29	Collegio Delfim Bicalho	Munhuassú	Particular	-	Transferido de Juiz de Fora para Munhuassu gozando das regalias de Escola Normal concedidas em 1916	219
30	Collegio Sagrado Coração de Maria	Ubá	Particular	Decreto nº. 4.018 de 30 de setembro de 1913	Dirigido pelas Irmãs da Congregação do Sagrado Coração de Maria vindas de Portugal	219
31	Escola Normal Dona Prudenciana	São João Nepomuceno	Particular	Decreto nº. 3.014 de 23 de setembro de 1913	Dirigido pelo Sr. Francisco Paixão	219
32	Escola Normal anexo ao Gymnasio São José	Ubá	Particular	-	Dirigido pelo Sr. José Januário Carneiro	219
33	Collegio Sagrado Coração de Jesus	Itajubá	Particular	Decreto nº. 3.733 de 22 de outubro de 1912	Dirigido pela Irmã Maria Raphael, Congregação da Providencia de GAP	219
34	Curso normal anexo ao Instituto Moderno de Educação e Ensino	Santa Rita do Sapucahy	Particular	Decreto nº. 3.915 de 19 de maio de 1913	Dirigido pelo Sr. João de Camargo	219
35	Escola Normal de Nossa Senhora Aparecida de Passa Quatro	Villa de Passa Quatro	Particular	-	Dirigida pelo Sr. Antônio Rezende E'nout	219
36	Escola Normal Américo Lopes	Diamantina	Particular	Decreto nº. 4.183 de 04 de maio de 1914	Dirigida pelo Sr. Leopoldo Miranda	219
37	Escola Normal de Cataguazes anexa ao Gymnasio da cidade	Cataguazes	Particular	-	Dirigida pelos Srs. Antônio Martins da Costa e Arnaldo Vianna	219

38	Collegio Sagrado Coração de Jesus	Pouso Alegre	Particular	-	-	219
39	Escola Normal anexo ao Gymnasio de Viçosa	Viçosa	Particular	Decreto nº. 4.108 de 27 de janeiro de 1915	Primeiro diretores da instituição Emílio Jardim de Rezende D. Maria de Lucca Pinto Coelho. Passou a ser dirigida pelas Irmãs Carmelitas	219
40	Escola Normal Norte-Mineira	Montes Claros	Particular	-	Dirigida pelos Srs. Olunto Martins e Herculano de Sousa	219
41	Escola Normal anexa ao Instituto de Sciencias e Letras	Teófilo Otoni	Particular		Dirigida pelos Srs. Benjamim da Cunha e José Martins Prestes	219
42	Collegio da Providencia	Mariana	Particular	Decreto nº. 1.502 de 15 de janeiro de 1902	Dirigido pelas Irmãs de São Vicente de Paula	222
43	Collegio Nossa Senhora das Dores	São João D'El Rei	Particular	Decreto nº. 1.845 de 15 de setembro de 1905	Dirigido pelas Irmãs de São Vicente de Paula	223
44	Collegio Nossa Senhora das Dores	Uberaba	Particular	Decreto nº. 1.932 de 06 de agosto de 1906	Dirigido pela Ordem de São Domingos	224
45	Gymnasio Leopoldinense	Leopoldina	Particular	Decreto nº. 1.942 de 06 de setembro de 1906	-	224
46	Curso Normal anexo ao Collegio Lucindo Filho	Juiz de Fora	Particular	Decreto nº. 4.027 de 14 de outubro de 1913	Dirigido pelo Sr. Machado Sobrinho	228
47	Escola Normal de Santa Cruz	Juiz de Fora	Particular	Decreto nº. 1.964 de 22 de julho de 1907	Dirigido pelos Srs. Oswaldo Velloso e Heitor Guimarães	229
48	Collegio Santos Anjos	São Paulo do Muriaé	Particular	-	Dirigido pela Congregação dos Santos Anjos	231
49	Escola Normal Stella Matutina	Juiz de Fora	Particular	Decreto nº. 3.396 de 02 de janeiro de 1912	Dirigido pela Sra. Carlota Malta	234
50	Escola Normal anexa ao Gymnasio Santa Cruz	Juiz de Fora	Particular	Decreto nº. 3.964 de 22 de julho de 1913	Dirigido pelo Sr. Alípio Peres	234
51	Collegio Nossa Senhora das Dores	Diamantina	Particular	Decreto nº. 1.815 de 15 de setembro de 1905	Dirigido pelas Irmãs de São Vicente de Paula	234
52	Curso Normal do Gymnasio de Ouro Preto	Ouro Preto	Particular	Decreto nº. 3.201 de 23 de julho de 1911	Dirigido pelos Srs. Alfredo Teixeira Baeta Neves e Claudio Alaor Bernardes de Lima	236

53	Curso Normal anexo ao Gymnasio São Vicente de Paula	São Paulo do Muriaé	Particular	Decreto nº. 3.738 de 05 de novembro de 1912	Dirigido pelos Sr. Vicente Masini e D. Josina Masini	237
54	Escola Normal anexa ao Gymnasio Paraisense	São Sebastião do Paraíso	Particular	Decreto nº. 3.343 de 17 de outubro de 1911	Dirigido por George Aloysio Nixon	238
55	Collegio Paratuense	Paracatu	Particular	-	Dirigido pelo Sr. Henrique Itibiré	239
56	Collegio Nossa Senhora de Sião	Campanha	Particular	Decreto nº. 1.862 de 11 de dezembro de 1905	Dirigido pelas Irmãs da Congregação de Maria Diudonnée	240
57	Escola Normal Delfim Moreira	Sabará	Particular	Decreto nº. 3.326 de 26 de setembro de 1911	Dirigido pelo Sr. José Alves Nogueira	246
58	Collegio Oswaldo Velloso	Juiz de Fora	Particular	-	Dirigido pelo Sr. Oswaldo Velloso	248
59	Collegio de Nossa Senhora da Conceição do Serro	Serro	Particular	Decreto nº. 4.040 de 30 de outubro de 1913	Dirigido pelas Irmãs de São Vicente de Paula	254
60	Collegio Stella Matutina	Juiz de Fora	Particular	-	Dirigido pela Congregação Servas do Espírito Santo	255
61	Collegio São José	São Paulo do Muriaé	Particular	-	Dirigido pelas Sras. Amélia Carneiro e Adolphina Gusman	258
62	Collegio e Gymnasio Passensse	Passos	Particular		Dirigido por George Aloysio	266
63	Gymnasio Antônio Vieira	Formiga	Particular	-	Dirigido por José Fernandes de Barros	268
64	Escola Normal do Asylo São Joaquim	Conceição do Serro	Particular	Decreto nº. 3.958 de 15 de julho de 1913	Dirigido pelas Irmãs Clarissas	236
65	Escola Normal Itabirana	Itabira do Mato Dentro	Particular	-	Dirigida pelo Sr. Joaquim Pedro Rosa	240

Fonte: Annuario de Minas Gerais, Ano IV, V, VI, (1911, 1913 e 1918). Nelson de Senna. **Acervo:** Arquivo Público Mineiro.

7.8 Anexo 08

Quadro de criação dos Grupos Escolares Minas Gerais – 1907 a 1918.

Nº.	ANO	LEI DE CRIAÇÃO	INSTITUIÇÃO EDUCATIVA	LOCALIZAÇÃO	Página
1907					
1.	1907	Decreto nº. 1.986 de 25 de fevereiro	2º Grupo Escolar de Juiz de Fora	Juiz de Fora	82
2.	1907	Decreto nº. 1.989 de 16 de março	Grupo Escolar de Araçuaí	Araçuaí	86
3.	1907	Decreto nº. 2.002 de 03 abril	Grupo Escolar de Ouro Fino	Ouro Fino	92
4.	1907	Decreto nº. 2.003 de 06 de abril	Grupo Escolar de São João Nepomuceno	São João Nepomuceno	92
5.	1907	Decreto nº. 2.006 de 13 de abril	2º Grupo Escolar da Capital	Belo Horizonte	93
6.	1907	Decreto nº. 2.013 de 04 de maio	Grupo Escolar de Passa Quatro	Passa Quatro	117
7.	1907	Decreto nº. 2.030 de 20 de julho	Grupo Escolar de Vila de Guaranésia	Guaranésia	156
8.	1907	Decreto nº. 2.040 de 22 de junho	Grupo Escolar de Sabará	Sabará	161
9.	1907	Decreto nº. 2.046 de 10 julho	Grupo Escolar de Águas Virtuosas	Águas Virtuosas	172
10.	1907	Decreto nº. 2.054 de 13 de julho	Grupo Escolar de Campanha	Campanha	178
11.	1907	Decreto nº. 2.066 de 10 agosto	Grupo Escolar de Palmira	Palmira	184
12.	1907	Decreto nº. 2.613 de 17 de agosto	3º Grupo Escolar de Juiz de Fora	Juiz de Fora	-
13.	1907	Decreto nº. 2.091 de 20 de setembro	Grupo Escolar de Diamantina	Diamantina	201
14.	1907	Decreto nº. 2.100 de 26 de setembro	Grupo Escolar do Serro	Serro	206
15.	1907	Decreto nº. 2.104 de 05 de setembro	Grupo Escolar de Itabira do Mato Dentro	Itabira do Mato Dentro	208
16.	1907	Decreto nº. 2.105 de 05 outubro	Grupo Escolar de Pitangui	Pitangui	208
17.	1907	Decreto nº. 2.106 de 05 de outubro	Grupo Escolar de São João D'El Rei	São João D'El Rei	209
18.	1907	Decreto nº. 2.107 de 05 de outubro	Grupo Escolar de São Caetano da Vargem Grande	São Caetano da Vargem Grande	209
19.	1907	Decreto nº. 2.112 15 de outubro	Grupo Escolar de Leopoldina	Leopoldina	248
20.	1907	Decreto nº. 2.114 de 15 de outubro	Grupo Escolar de Barbacena	Barbacena	249
1908					
21.	1908	Decreto nº. 2.189 de 01 de fevereiro	Grupo Escolar de Prados	Pratos	64
22.	1908	Decreto nº. 2.193 de 17 de fevereiro	Grupo Escolar de Santa Rita de Cássia	Santa Rita de Cássia	83
23.	1908	Decreto nº. 2.203 de 11 de março	Grupo Escolar de São Gonçalo do Sapucaí	São Gonçalo do Sapucaí	88
24.	1908	Decreto nº. 2.240 de 17 de junho	Grupo Escolar de Paracatu	Paracatu	129
25.	1908	Decreto nº. 2.241 de 17 de junho	Grupo Escolar de Vila de Santa Quitéria	Vila de Santa Quitéria	130
26.	1908	Decreto nº. 2.247 de 08 de julho	Grupo Escolar de Santa Rita do Rio das Velhas	Santa Rita do Rio das Velhas	143
27.	1908	Decreto nº. 2.246 de 08 de julho	Grupo Escolar da Cidade do Prata	Prata	142
28.	1908	Decreto nº. 2.248 de 08 de julho	Grupo Escolar de Vila Itaúna	Vila Itaúna	143

29.	1908	Decreto nº. 2.267 de 26 de agosto	Grupo Escolar de Cidade dos Passos	Passos	155
30.	1908	Decreto nº. 2.268 de 26 de agosto	Grupo Escolar de Carangola	Carangola	156
31.	1908	Decreto nº. 2.272 de 31 de agosto	Grupo Escolar de Caeté	Caeté	158
32.	1908	Decreto nº. 2.273 de 31 de agosto	Grupo Escolar de Oliveira	Oliveira	158
33.	1908	Decreto nº. 2.296 de 17 de novembro	Grupo Escolar de Ouro Preto	Ouro Preto	171
34.	1908	Decreto nº. 2.297 de 17 de novembro	Grupo Escolar de Araguari	Araguari	171
35.	1908	Decreto nº. 2.324 de 15 de dezembro	Grupo Escolar de São Miguel dos Guanhães	São Miguel dos Guanhães	210
36.	1908	Decreto nº. 2.329 de 22 de dezembro	Grupo Escolar de São João Evangelista do Peçanha	São João Evangelista do Peçanha	212
37.	1908	Decreto nº. 2.327 de 22 de dezembro	Grupo Escolar de Vila Pratina	Vila Pratina	211
1909					
38.	1909	Decreto nº. 2.348 de 05 de janeiro	Grupo Escolar de Pouso Alto	Pouso Alto	05
39.	1909	Decreto nº. 2.352 de 05 de janeiro	Grupo Escolar de Montes Claros	Montes Claros	07
40.	1909	Decreto nº. 2.360 de 05 de janeiro	Grupo Escolar de Aiuruoca	Aiuruoca	11
41.	1909	Decreto nº. 2.408 de 26 de janeiro	Grupo Escolar de Pedro Leopoldo	Pedro Leopoldo	55
42.	1909	Decreto nº. 2.443 de 09 de março	Grupo Escolar de Guarará	Guarará	148
43.	1909	Decreto nº. 2.447 de 16 de março	Grupo Escolar de São José do Paraíso	São José do Paraíso	150
44.	1909	Decreto nº. 2.459 de 16 de março	Grupo Escolar de Santa Rita do Sapucaí	Santa Rita do Sapucaí	156
45.	1909	Decreto nº. 2.480 de 23 de março	Grupo Escolar de Pouso Alegre	Pouso Alegre	168
46.	1909	Decreto nº. 2.481 de 23 de março	Grupo Escolar de Poços de Caldas	Poços de Calda	168
47.	1909	Decreto nº. 2.497 de 30 de março	Grupo Escolar de Mar da Espanha	Mar da Espanha	230
48.	1909	Decreto nº. 2.487 de 30 de março	Grupo Escolar do Espírito Santo do Pontal	Espírito Santo do Pontal	196
49.	1909	Decreto nº. 2.496 de 30 de março	Grupo Escolar de Vila de Nova de Lima	Nova de Lima	230
50.	1909	Decreto nº. 2.518 de 27 de abril	Grupo Escolar de Mariano Procópio	Mariano Procópio	249
51.	1909	Decreto nº. 2.543 de 25 de junho	Grupo Escolar de Três Corações do Rio Verde	Três Corações do Rio Verde	320
52.	1909	Decreto nº. 2.572 de 06 de julho	Grupo Escolar de Mariana	Mariana	344
53.	1909	Decreto nº. 2.573 de 06 de julho	Grupo Escolar de Vila Silvestre	Vila Silvestre	344
54.	1909	Decreto nº. 2.588 de 29 de julho	Grupo Escolar de Campo Belo	Campo Belo	366
55.	1909	Decreto nº. 2.589 de 29 de julho	Grupo Escolar de Uberaba	Uberaba	367
56.	1909	Decreto nº. 2.621 de 24 de agosto	Grupo Escolar de São João do Caratinga	Caratinga	383
57.	1909	Decreto nº. 2.626 de 31 de agosto	Grupo Escolar de Salinas	Salinas	386
58.	1909	Decreto nº. 2.690 de 14 de dezembro	Grupo Escolar de Além do Paraíba	Além do Paraíba	689
1910					
59.	1910	Decreto nº. 2.714 de 04 de janeiro	Grupo Escolar de Caratinga	Caratinga	07
60.	1910	Decreto nº. 2.738 de 18 de janeiro	Grupo Escolar de Monte Santo	Monte Santo	78

61.	1910	Decreto nº. 2.746 de 25 de janeiro	Grupo Escolar de Vila de Jacutinga	Vila de Jacutinga	83
62.	1910	Decreto nº. 2.747 de 25 de janeiro	Grupo Escolar de Alfenas	Alfenas	84
63.	1910	Decreto nº. 2.772 de 08 de fevereiro	Grupo Escolar de Sete Lagoas	Sete Lagoas	97
64.	1910	Decreto nº. 2.773 de 08 de março	Grupo Escolar de Rio Novo	Rio Novo	97
65.	1910	Decreto nº. 2.779 de 15 de março	Grupo Escolar de Vila da Pedra Branca	Vila da Pedra Branca	100
66.	1910	Decreto nº. 2.796 de 12 de abril	Grupo Escolar de Vila de São Manoel	Vila de São Manoel	109
67.	1910	Decreto nº. 2.799 de 12 de abril	Grupo Escolar de Entre Rios	Entre Rios	110
68.	1910	Decreto nº. 2.813 de 26 de abril	Grupo Escolar de Cambuí	Cambuí	118
69.	1910	Decreto nº. 2.857 de 06 de julho	Grupo Escolar de Baependi	Baependi	188
70.	1910	Decreto nº. 2.958 de 05 de setembro	Grupo Escolar de Rio Pardo	Rio Pardo	282
71.	1910	Decreto nº. 2.984 de 11 de novembro	Grupo Escolar de Queluz	Queluz	299
72.	1910	Decreto nº. 3.016 de 13 de dezembro	Grupo Escolar de São Gonçalo do Sapucaí	Sapucaí	390
1911					
73.	1911	Decreto nº. 3.155 de 04 de abril	4º Grupo Escolar da Capital	Belo Horizonte	107
74.	1911	Decreto nº. 3.162 de 18 de março	Grupo Escolar de Santana dos Ferros	Santana dos Ferros	146
75.	1911	Decreto nº. 3.163 de 19 de março	Grupo Escolar de Araxá	Araxá	147
76.	1911	Decreto nº. 3.188 de 30 de maio	Grupo Escolar do Rio Preto	Rio Preto	164
77.	1911	Decreto nº. 3.194 de 13 de junho	Grupo Escolar de Ipiranga	Ipiranga	298
78.	1911	Decreto nº. 3.200 de 20 de junho	Grupo Escolar de Uberabinha	Uberabinha	301
79.	1911	Decreto nº. 3.283 de 22 de agosto	Grupo Escolar de Leopoldina	Leopoldina	406
80.	1911	Decreto nº. 3.305 de 05 de setembro	Grupo Escolar de São Paulo do Muriaé	São Paulo do Muriaé	423
81.	1911	Decreto nº. 3.315 de 12 de setembro	Grupo Escola de Cabo Verde	Cabo Verde	428
1912					
82.	1912	Decreto nº. 3.401 de 09 de janeiro	Grupo Escolar de Patrocínio	Patrocínio	19
83.	1912	Decreto nº. 3.598 de 04 de julho	Grupo Escolar na Cidade de Pomba	Pomba	456
84.	1912	Decreto nº. 3.631 de 16 de julho	Grupo Escolar da Cidade de São Sebastião do Paraíso	São Sebastião do Paraíso	664
85.	1912	Decreto nº. 3.700 de 10 de setembro	Grupo Escolar na Vila de Bom Despacho	Vila de Bom Despacho	796
86.	1912	Decreto nº. 3.723 de 08 de outubro	Grupo Escolar da Cidade de Cataguases	Cataguases	808
87.	1912	Decreto nº. 3.730 de 15 de outubro	Grupo Escolar da Cidade de Ubá	Ubá	811
88.	1912	Decreto nº. 3.764 de 02 de dezembro	Grupo Escolar de Vila de Cambuquira	Vila de Cambuquira	977
89.	1912	Decreto nº. 3.765 de 02 de dezembro	Grupo Escolar na Cidade de Carmo do Rio Claro	Carmo do Rio Claro	977
90.	1912	Decreto nº. 3.766 de 02 de dezembro	Grupo Escolar na Cidade de Lima Duarte	Lima Duarte	978

1913					
91.	1913	Decreto nº. 3.796 de 22 de janeiro	Grupo Escolar na Cidade de São João Batista	São João Batista	12
92.	1913	Decreto nº. 3.804 de 28 de janeiro	Grupo Escolar na Cidade do Pará	Pará	22
93.	1913	Decreto nº. 3.805 de 28 de janeiro	Grupo Escolar da Cidade de Ponte Nova	Ponte Nova	23
94.	1913	Decreto nº. 3.806 de 28 de janeiro	Grupo Escolar da Cidade de Rio Espera	Rio Espera	23
95.	1913	Decreto nº. 3.807 de 28 de janeiro	Grupo Escolar na Vila de Mercês	Vila de Mercês	23
96.	1913	Decreto nº. 3.836 de 11 de março	Grupo Escolar na Cidade de Bambuí	Bambuí	39
97.	1913	Decreto nº. 3.850 de 25 de março	Grupo Escolar na Vila de Capelinha	Vila de Capelinha	45
98.	1913	Decreto nº. 8.555 de 01 de abril	Grupo Escolar na Cidade do Carmo do Frutal	Carmo do Frutal	100
99.	1913	Decreto nº. 3.856 de 01 de abril	Grupo Escolar na Cidade de Piumhí	Piumhí	100
100.	1913	Decreto nº. 3.858 de 01 de abril	Grupo Escolar na Vila de Passa-Tempo	Vila de Passa-Tempo	101
101.	1913	Decreto nº. 3.878 de 11 de abril	Grupo Escolar na Vila de São Miguel do Jequitinhonha	Vila de São Miguel do Jequitinhonha	116
102.	1913	Decreto nº. 3.885 de 29 de abril	Grupo Escolar na Vila de Rezende Costa	Vila de Rezende Costa	146
103.	1913	Decreto nº. 3.901 de 06 de maio	Grupo Escolar em Vila Gomes	Vila Gomes	154
104.	1913	Decreto nº. 3.916 de 20 de maio	Grupo Escolar na Cidade de Jaguari	Jaguari	162
105.	1913	Decreto nº. 3.936 de 01 de julho	Grupo Escolar na Cidade de Itajubá	Itajubá	172
106.	1913	Decreto nº. 3.937 de 01 de julho	Grupo Escolar na Cidade de Formiga	Formiga	172
107.	1913	Decreto nº 3.975 de 12 de agosto	Grupo Escolar na Cidade de Dores do Indaiá	Dores do Indaiá	211
108.	1913	Decreto nº. 3.992 de 02 de setembro	Grupo Escolar na Cidade de Peçanha	Peçanha	239
109.	1913	Decreto nº. 4.049 de 18 de novembro	Grupo Escolar de Santo Antônio do Monte	Santo Antônio do Monte	322
110.	1913	Decreto nº. 4.053 de 02 de dezembro	Grupo Escolar na Vila de Fortaleza	Vila de Fortaleza	342
111.	1913	Decreto nº. 4.059 de 16 de dezembro	Grupo Escolar na Cidade do Carmo do Paranaíba	Carmo do Paranaíba	349
112.	1913	Decreto nº. 4.065 de 23 de dezembro	Grupo Escolar na Cidade de Patos	Patos	367
1914					
113.	1914	Decreto nº. 4.092 de 13 de janeiro	Grupo Escolar na Vila de Contagem	Vila de Contagem	12
114.	1914	Decreto nº. 4.126 de 16 de fevereiro	Grupo Escolar na Cidade de Muzambinho	Muzambinho	53
115.	1914	Decreto nº. 4.135 de 03 de março	Grupo Escolar na Vila de Paraopeba	Vila de Paraopeba	77
116.	1914	Decreto nº. 4.160 de 24 de março	Grupo Escolar na Vila de Guaxupé	Guaxupé	157
117.	1914	Decreto nº. 4.204 de 16 de junho	Grupo Escolar na Vila de Aparecida do Cláudio	Aparecida do Cláudio	196
118.	1914	Decreto nº. 4.207 de 30 de junho	Grupo Escolar de Vila do Caracol	Vila do Caracol	198

119.	1914	Decreto nº. 4.211 de 15 de julho	Grupo Escolar em Dores da Boa Esperança	Dores da Boa Esperança	211
1915					
120.	1915	Decreto nº. 4.321 de 23 de fevereiro	Grupo Escolar na Cidade de Rio Branco	Rio Branco	41
121.	1915	Decreto nº. 4.322 de 23 de fevereiro	Grupo Escolar na Cidade de Santa Bárbara	Santa Bárbara	41
122.	1915	Decreto nº. 4.360 de abril	Grupo Escolar em Vila Inconfidência	Vila Inconfidência	113
1916					
123.	1916	Decreto nº. 4.572 de 16 de maio	Grupo Escolar de Viçosa	Viçosa	584
124.	1916	Decreto nº. 4.582 de 30 de maio	Grupo Escolar na Cidade de Curvelo	Curvelo	602
125.	1916	Decreto nº. 4.589 de 20 de junho	Grupo Escolar na Cidade de Itapecerica	Itapecerica	606
1917					
126.	1917	Decreto nº. 4.757 de 24 abril	Grupo Escolar na Vila Guarani	Vila Guarani	117
127.	1917	Decreto nº. 4.760 de 25 de abril	Grupo Escolar em Vila Nepomuceno	Vila Nepomuceno	118
128.	1917	Decreto nº. 4.774 de 07 de maio	Grupo Escolar em Alvinópolis	Alvinópolis	126
129.	1917	Decreto nº. 4.812 de 26 de junho	Grupo Escolar na Cidade de Varginha	Varginha	146
130.	1917	Decreto nº. 4.820 de 10 de julho	Grupo Escolar em Jacuí	Jacuí	153
131.	1917	Decreto nº. 4.828 de 17 de julho	Grupo Escolar em Teófilo Otoni	Teófilo Otoni	172
132.	1917	Decreto nº. 4.829 de 23 de julho	Grupo Escolar em Virgínia	Virgínia	173
133.	1917	Decreto nº. 4.855 de 21 de agosto	Grupo Escolar em Pirapora	Pirapora	186
134.	1917	Decreto nº. 4.903 de 27 de novembro	Grupo Escolar de Conceição do Serro	Conceição do Serro	288
1918					
135.	1918	Decreto nº. 4.924 de 29 de janeiro	Grupo Escolar na Cidade de Divinópolis	Divinópolis	41
136.	1918	Decreto nº. 4.925 de 29 de janeiro	Grupo Escolar na Vila Rio Piracicaba	Vila Rio Piracicaba	41
137.	1918	Decreto nº. 5.000 de 28 de maio	Grupo Escolar na Cidade do Turvo	Turvo	246
138.	1918	Decreto nº. 5.065 de 13 de agosto	Grupo Escolar na Cidade de São Domingos do Prata	São Domingos do Prata	341
139.	1918	Decreto nº. 5.067 de 20 de agosto	Grupo Escolar de Bomfim	Bomfim	342
140.	1918	Decreto nº. 5.080 de 27 de agosto	Grupo Escolar na Cidade de Bocaiuva	Bocaiuva	349

Fonte: Coleção de Leis de Decretos do Estado de Minas Gerais, 1907-1918.